

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Letras  
Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários

Felipe Coelho de Souza Ladeira

**A CORRESPONDÊNCIA DE CÍCERO DURANTE A GUERRA CIVIL:  
a crise política romana sob a ótica pública e privada.**

Belo Horizonte  
2020

Felipe Coelho de Souza Ladeira

**A CORRESPONDÊNCIA DE CÍCERO DURANTE A GUERRA CIVIL:  
a crise política romana sob a ótica pública e privada.**

**Versão final**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras, na área de Literaturas Clássicas e Medievais.  
Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet.

O presente trabalho foi parcialmente realizado com apoio da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil, graças à bolsa de estudos recebida de 08/2016 a 02/2020.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Priscila Oliveira da Mata CRB/6-2706

C568.YI-c Ladeira, Felipe Coelho de Souza.  
A correspondência de Cícero durante a Guerra Civil [manuscrito] : a crise política romana sob a ótica pública e privada / Felipe Coelho de Souza Ladeira. – 2020.  
331 f., enc.: il., maps., (p&b), (color).  
Orientadora: Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet.  
Área de concentração: Literaturas Clássicas e Medievais.  
Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.  
Tese (doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.  
Bibliografia: f. 321-331.

1. Cícero – Crítica e interpretação – Teses. 2. Literatura clássica– Teses. 3. Literatura latina – Teses. 4. Cartas latinas – Teses. 5. Literatura e a guerra – Teses. 6. Roma – História – Guerra Civil, 49-45 A.C. – Teses. I. Bianchet, Sandra Maria Gualberto Braga. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

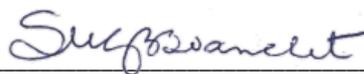
CDD: 875.1

Tese intitulada *A correspondência de Cícero durante a Guerra Civil: a crise política romana sob a ótica pública e privada*, de autoria do Doutorando FELIPE COELHO DE SOUZA LADEIRA, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras: Estudos Literários.

**Área de Concentração:** Literaturas Clássicas e Medievais/Doutorado

**Linha de Pesquisa:** Literatura, História e Memória Cultural

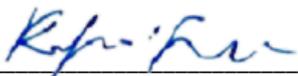
Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Profª. Dra. Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet - FALE/UFMG – Orientadora  
(via videoconferência)



Prof. Dr. Matheus Trevizam - FALE/UFMG (via videoconferência)



Prof. Dr. Rafael Scopacasa - FAFICH/UFMG (via videoconferência)



Profª. Dra. Júlia Batista Castilho de Avellar – UFU (via videoconferência)



Prof. Dr. Breno Battistin Sebastiani – USP (via videoconferência)



Prof. Dr. Georg Otte  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2020.

## AGRADECIMENTOS

À toda minha família, em especial à minha mãe, Suelene, e à minha avó, Berenice, pela companhia de todos os dias e por terem proporcionado as condições propícias para que o trabalho pudesse ser desenvolvido. À minha irmã querida, Juliana, exemplo de luta.

À Nathalia Thomazella, parceira dos momentos felizes e das situações difíceis, por ter se mantido ao meu lado com coragem, carinho, amor e compreensão durante toda essa jornada.

À Prof. Sandra Bianchet pela paciência, respeito, condução, liberdade e correções, além dos encorajamentos nos momentos de desânimo. Um exemplo de dedicação, competência e leveza.

À Profa. Heloísa Penna e ao Prof. Matheus Trevizam por terem participado da qualificação e contribuído com diferentes apontamentos, sugestões e correções.

Aos professores membros da banca, titulares e suplentes, pela disposição, interesse e generosidade em serem leitores críticos de meu trabalho: ao Prof. Breno Battistin Sebastiani; à Profa. Heloísa Penna; à Profa. Júlia Batista Castilho Avellar; ao Prof. Matheus Trevizam; à Profa. Priscilla Adriane Ferreira Almeida; ao Prof. Rafael Scopacasa.

Aos professores da área de clássicas que guiaram o meu aprendizado e acompanharam o meu amadurecimento desde a graduação em Letras – Profa. Tereza Virgínia Barbosa, Profa. Heloísa Penna, Profa. Sandra Bianchet, Prof. Antônio Martinez de Rezende, Prof. Antônio Orlando Dourado, Prof. Teodoro Assunção, Prof. Olimar Flores.

Ao Prof. Daniel Valle Ribeiro e à Profa. Maria Luiza Corassin, meus antigos orientadores da História e que fizeram parte da minha formação.

À coordenação do Pós-lit por entender a necessidade das prorrogações solicitadas, indispensáveis à conclusão do trabalho, e às funcionárias, sempre prestativas e eficientes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES/Brasil), pela bolsa concedida durante quase três anos e meio de doutorado (Agosto/2016 a Fevereiro/2020).

Por último, mas não menos importante, a Deus, cuja presença se manifesta diariamente em minha vida e abre as portas pelas quais preciso passar.

*There's a difference between knowing the path and walking the path.*  
(Existe uma diferença entre conhecer o caminho e percorrer o caminho)

(Lana Wachowski, *The Matrix*)

## **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo analisar a participação de Marco Túlio Cícero durante a Guerra Civil romana e compreender, por meio de sua correspondência, sua perspectiva pessoal diante das forças antagônicas lideradas por Caio Júlio César e Gneu Pompeu. Para tanto, apresentamos um estudo geral sobre o estatuto da correspondência no mundo antigo e uma visão histórico-literária da transmissão das cartas de Cícero. Juntamente com uma avaliação de diferentes aspectos de sua concepção política, contrapomos o conteúdo das cartas com sua vida pública. Assim, buscamos extrair da vida privada de Cícero elementos que contribuem para oferecer um panorama histórico, político e social dos antecedentes e do desenrolar da Guerra Civil iniciada por César contra a República romana.

Palavras chaves: Epistolografia – Cícero – Guerra Civil romana

## **ABSTRACT**

The present study aims at exploring M. T. Cicero's participation at Roman Civil War and, throughout the letters, understanding his personal perspective in face of antagonic forces headed by C.J. Caesar and G. Pompeius. Therefore we bring forward a general study on the status of epistolography in the ancient world and a historical literary overview of the transmission of Cicero's letters. Along with an evaluation of different aspects of his political conception we oppose the subject in the letters to his his public life. This way we seek to get elements from his private life which may contribute to offer a historical, political and social viewpoint of the prior movements and of the development of Civil War started by Caesar against Roman Republic.

Key-words: Epistolography – Cicero – Roman Civil War

## LISTA DE ABREVIATURAS DE NOMES DE AUTORES E OBRAS

Ap. = Apiano

GC. Guerras Civis.

Arist. = Aristóteles

*Poet.* Poética.

*Pol.* Política.

*Const.* Constituição dos Atenienses.

Aul. = Aulo Gélio

*Noit.* Noites Áticas.

Bib. = Bíblia de Jerusalém

*Sam.* = Livro de Samuel.

Ces. = Caio Júlio César

*BC.* *Bellum Ciuile.*

*BG.* *Bellum Gallicum.*

Cic. = Marco Túlio Cícero

*Att.* Correspondência a T. Pompônio Ático.

*Ad. Brut.* Correspondência a Marco Júnio Bruto.

*Brut.* *Brutus.*

*Cluen.* *Pro Cluentio.*

*De Ora.* Do Orador.

*Dev.* Dos Deveres.

*Fam.* Correspondência aos amigos e familiares.

*Flac.* *Pro Flacco.*

*Leg.* Das Leis.

*Mur.* *Pro Murena.*

*Philip.* Filípicas.

*Q.Frat.* Correspondência ao irmão Quinto Túlio Cícero.

*Rep.* *De re publica.*

*Ses.* *Pro Sestio.*

*Top.* *Topica.*

*Ver.* *In Verrem.*

Cor.-Nep. Cornélio Nepos

*Vit.* Vidas.

Dem. = Demétrio

*Per. Herm.* *Peri hermeneías* (Sobre o estilo).

Eur. = Eurípides

*Hip.* Hipólito.

*Ifig. Tau.* Ifigênia em Táurida.

*Fen.* As Fenícias.

Fron. = Frontão  
*Ep.* Epistolário.

Her. = Heródoto  
*Hist.* Histórias.

Hom. = Homero  
*Il.* Ilíada.  
*Od.* Odisseia.

Mar. = Marcial  
*Epig.* Epigramas.

Ov. = Ovídio  
*Ars.* *Ars Amatoria*.

P.Oxy. = Papiros de Oxirrinco.

Plaut. = Plauto  
*Bac.* As Báquides.  
*Men.* Os Menecmos.

Plin. = Plínio, o Jovem  
*Ep.* *Epistulae*.

Polib. = Políbio  
*Hist.* História.

Plut. = Plutarco  
*Cés.* Vida de César.  
*Cíc.* Vida de Cícero.  
*Mor.* *Moralia*.  
*Pom.* Vida de Pompeu.  
*Tib.* Vida de Tibério e Caio Graco.

Ps. Dem. = Pseudo-Demétrio  
*Typ. Ep.* *Typoi epistolikoi* (Tipos epistolares).

Ps. Lib. = Pseudo-Libânio  
*Ep. Kh.* *Epistolimaioi kharactêres* (Estilos epistolares).

Quint. = Quintiliano  
*Ins. Ora.* Instituição Oratória.

Sen. = Lúcio Aneu Sêneca  
*Ep. Luc.* Epístolas morais a Lucílio.  
*Brev.* Sobre a brevidade da vida.

Sen.-M. = Marco Aneu Sêneca, o Rétor  
*Suas.* Suasórias.

Suet. = Suetônio  
*Iul.* Vida do divino Júlio.

Tac. = Tácito  
*Dia.* Diálogo dos oradores.

Tit. = Tito Lívio  
*Ab. Ab Vrbe Condita.*

Tuc. = Tucídides  
*Hist.* História da Guerra do Peloponeso.

Vel. = Veleio Patérculo  
*Hist.* História Romana.

## LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 - Carta privada, pedaço de cerâmica.....	p. 41
Figura 2 - Carta de um príncipe persa do séc. V AEC, pedaço de couro.....	p. 42
Figura 3 - Carta de Hérmiás, pedaço de papiro.....	p. 43
Figura 4 - Carta privada, pedaço de chumbo.....	p. 45
Figura 5 - Fragmento de carta, pedaço de madeira.....	p. 45
Figura 6 - Relação genealógica dos manuscritos de cartas a Ático, Quinto e Bruto.....	p. 90
Figura 7 - Relação genealógica dos manuscritos de cartas aos amigos e familiares.....	p. 90
Figura 8 - Destaque das edições de Nicolas Jenson, Aldo Manuzio e Pedro Victorio.....	p. 92
Figura 9 - Destaque das edições de Hubertino e Manuzio.....	p. 93
Mapa 1 - Recorte da região central da Itália.....	p. 172
Mapa 2 - De Arímimo a Brundísio.....	p. 195

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I - A CORRESPONDÊNCIA COMO GÊNERO LITERÁRIO.....	21
1.1 Um gênero difícil de precisar... e cheio de preconceitos .....	24
1.1.1 O problema da delimitação .....	34
1.1.2 A carta, do ponto de vista dos materiais e de sua terminologia .....	41
1.1.3 Termos que podem designar uma carta.....	49
1.1.4 Definições e tipos de carta .....	55
1.2 Características da comunicação epistolar .....	60
1.2.1 Como se deve escrever uma carta, segundo os tratados antigos .....	60
1.2.2 Como se deve escrever uma carta, segundo os epistológrafos antigos .....	67
1.2.3 O tempo, a distância e o envio de cartas .....	73
1.2.4 Características do gênero epistolar.....	76
CAPÍTULO II - CÍCERO EM PERSPECTIVA .....	82
2.1 Cícero, o epistológrafo.....	85
2.1.1 Da publicação de suas cartas ao esquecimento .....	85
2.1.2 Da redescoberta da correspondência às edições críticas atuais.....	91
2.1.3 Correspondência pública ou privada? A construção de um monumento .....	98
2.1.4 A recepção e o estilo da correspondência de Cícero.....	102
2.2 Cícero, o advogado .....	105
2.2.1 “Advocacia” nos tempos antigos.....	108
2.3 Cícero, o político.....	111
2.3.1 <i>Optimates vs populares / boni vs improbi</i> .....	111
2.3.2 O ideal político de Cícero .....	115
CAPÍTULO III - DA ALIANÇA POLÍTICA À RUPTURA.....	119
3.1 As instituições romanas ao final da República .....	121
3.1.1 O povo romano que vota .....	124
3.1.2 O Senado e os magistrados.....	131
3.1.3 Décadas de instabilidade política e social .....	138
3.2 Da aliança política entre César e Pompeu.....	142
3.2.1 A formação e a manutenção do “triunvirato” .....	143
3.2.2 O fim da harmonia.....	150
3.3 A caminho da ruptura.....	152

3.3.1 As propostas discutidas no Senado .....	153
3.3.2 Uma guerra que talvez não se quisesse evitar .....	158
3.3.3 O fim das negociações: o <i>senatusconsultum ultimum</i> de 7 de janeiro de 49 .....	164
CAPÍTULO IV - CÍCERO, CORRESPONDENTE DE GUERRA.....	170
4.1 As incertezas rumo a Cápua.....	176
4.1.1 Das incertezas: o abandono de Roma.....	179
4.1.2 Das incertezas: a tirania de César.....	182
4.1.3 Das incertezas: a preocupação com a família.....	185
4.1.4 Das incertezas: uma nova chance para a paz?.....	189
4.2 Divergências na condução da guerra .....	196
4.2.1 Os planos de Pompeu .....	198
4.2.2 Corfinio e a ruptura .....	203
4.2.3 A clemência de César .....	208
4.2.4 Entre César e Pompeu .....	211
4.3 A decisão de Cícero .....	218
4.3.1 Em busca da paz interna.....	220
4.3.2 A proposta de César .....	226
4.3.3 O voo do pássaro .....	233
4.4 Do campo de Pompeu ao retorno à Itália.....	241
4.4.1 A recusa de Cícero .....	242
4.4.2 <i>Pater familias</i> em crise.....	250
4.4.3 A longa espera pelo perdão .....	253
4.5 EPÍLOGO .....	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	260
TRADUÇÕES .....	260
O problema das datas .....	262
Epístola 01 (Cic. <i>Att.</i> VI, 8) - [Éfeso, 1º de outubro de 50].....	268
Epístola 02 (Cic. <i>Att.</i> VI, 9) - [Atenas, 15 de outubro de 50] .....	272
Epístola 03 (Cic. <i>Att.</i> VII, 1) - [Atenas, 16 de outubro de 50].....	276
Epístola 04 (Cic. <i>Att.</i> VII, 2) - [Brundísio, cerca de 25 de novembro de 50] .....	284
Epístola 05 (Cic. <i>Att.</i> VII, 3) - [Trébula, 9 de dezembro de 50] .....	292
Epístola 06 (Cic. <i>Att.</i> VII, 4) - [Quinta de Cumas, cerca de 13 de dezembro de 50].....	302
Epístola 07 (Cic. <i>Att.</i> VII, 5) - [Quinta de Fórmias, meados de dezembro de 50].....	304

Epístola 08 (Cic. <i>Att.</i> VII, 6) - [Quinta de Fórmias, meados de dezembro de 50].....	308
Epístola 09 (Cic. <i>Att.</i> VII, 7) - [Quinta de Fórmias, cerca de 18 de dezembro de 50].....	310
Epístola 10 (Cic. <i>Att.</i> VII, 8) - [Quinta de Fórmias, 25 ou 26 de dezembro de 50].....	316
Epístola 11 (Cic. <i>Att.</i> VII, 9) - [Quinta de Formias, 27 de dezembro 50].....	320
BIBLIOGRAFIA .....	323

## INTRODUÇÃO

O objetivo inicial desse trabalho era explorar a participação de Cícero no início da Guerra Civil mediante a análise de sua correspondência pessoal a Ático, seu grande amigo. A atração em direção a esse objeto de pesquisa remonta ao período do mestrado em História, quando se estabeleceu o nosso primeiro contato com esse material. Causou-nos certa surpresa descobrir que as cartas desse período turbulento, repletas de informações históricas tão diferentes, não eram muito exploradas, senão pontualmente. Até mesmo os biógrafos modernos de Cícero não dedicam uma seção muito extensa ao período da Guerra Civil, afinal, a participação de Cícero no conflito foi tangencial se comparada a de Pompeu e César. Além disso, Cícero aparentemente demorou a tomar um partido na guerra e, quando o fez, ficou por menos de um ano no campo de Pompeu.

Por outro lado, esses 18 meses que separam a invasão de César a Itália da derrota de Pompeu em Farsália representam quase 20% de toda a correspondência preservada com Ático. E, mesmo que se deixe a História de lado, ainda assim é uma história digna de ser lida. Sem contar que é muitíssimo interessante acompanhar o desenvolvimento da guerra nessa sucessão de cartas quase diárias; ademais, como não se encantar com a personalidade do Cícero das cartas? É uma figura do passado (ou personagem) que se torna tão próxima, tão humana, que “confessa” seus medos, suas dúvidas, que partilha suas alegrias, suas decisões e desilusões.

Naquela época em que “descobrimos” a correspondência de Cícero, não tínhamos nos apercebido que essa sensação de proximidade e de intimidade era exatamente uma das características da epistolografia. Líamos as cartas como documentos e acreditávamos na sinceridade do remetente, afinal, as cartas de Cícero foram publicadas após a sua morte e não teriam sido editadas. Assim, após o mestrado, no qual pelejamos com o Cícero “advogado”, partimos então para uma nova graduação e nos munimos das letras latinas e gregas no intuito de nos aventurar ao doutorado e de desafiar a correspondência de Cícero num combate tradutório.

Todavia, um longo caminho foi percorrido desde a apresentação do projeto inicial de tese e diferentes trilhas foram experimentadas durante o processo. Como resultado, a rota final adotada para alcançar a concretização do objetivo original mostra-se agora um tanto quanto sinuosa. Entretanto, foi possível recolher uma recompensa, senão uma experiência, em cada um desses desvios, dessas pequenas aventuras rumo ao que era ainda desconhecido por nós.

Desse modo, a fim de preparar uma introdução que pudesse abarcar sem muitas pretensões a questão da troca epistolar e suas principais características, deparamo-nos com um emaranhado teórico que nem sequer imaginávamos que existia. Em especial, foi uma surpresa descobrir a ausência de um consenso entre os estudiosos sobre o reconhecimento da escrita epistolar como um gênero literário em si. Admirados diante dos diferentes argumentos a favor e contra, vimo-nos cada vez mais enredados pelos distintos nós teóricos e conceituais. Esse foi nosso primeiro desvio.

No Capítulo I, portanto, procuramos abordar esse problema sob a perspectiva de alguém que, tendo em mãos um mapa, logo percebe que as indicações e orientações contidas nele são precárias e limitadas. Assim, buscamos aprimorar essa “carta topográfica” e desenhamos novos pontos de referência que pudessem auxiliar futuros leitores a encontrarem outras riquezas certamente ainda escondidas. Em outras palavras, partindo de uma perspectiva que consideramos limitadora, apresentamos na sequência uma discussão geral sobre o conceito de gênero literário e percebemos que, dependendo do que estamos dispostos a entender como carta, pode-se reconhecer o fazer epistolar como um gênero literário em si, riquíssimo em possibilidades e ardiloso em delimitação; ou, ao contrário, pode-se encarar a escrita de cartas como algo meramente prático. Não que ela seja desprovida de arte, mas, nessa perspectiva mais utilitária, a arte não deveria ser aplicada ali, e, quando “empregada em excesso”, há quem julgue que não se trate mais de cartas.

À medida que explorávamos esse terreno, deparamo-nos com um segundo grupo de questões igualmente pertinentes: o que seria uma carta no mundo antigo? Qual é a delimitação aplicada? Qual a diferença entre uma mensagem escrita e uma carta? Esse foi nosso segundo desvio. Porém, depois de apresentar diferentes tipos de cartas, dialogar com os limites da delimitação e explorar as características principais da escrita epistolar, colocamo-nos novamente no rumo primeiro da pesquisa.

Dessa forma, no Capítulo II, buscou-se apresentar um panorama sobre o indivíduo Marco Túlio Cícero e suas diferentes facetas. A obra ciceroniana é tão ampla e extensa que se pode encontrar diferentes “personagens” desempenhando o papel de “Cícero”. Por isso, a fim de examinar melhor a sua atuação e o seu envolvimento durante a Guerra Civil, apresentamos um apanhado de considerações sobre o Cícero dos tribunais, o Cícero da correspondência e o Cícero da política. Se houvesse tempo hábil, é bem possível que teríamos sido atraídos em direção ao Cícero filósofo e retórico; mas, aqui, não nos desviamos muito.

Por outro lado, no Capítulo III, nossa formação em História tomou por vezes a função de guia e acabamos por enveredar em discussões historiográficas sobre o funcionamento das instituições republicanas e sua relação com as décadas de instabilidade civil e social, que certamente marcaram e influenciaram a carreira de Cícero. Este, então, foi o nosso terceiro desvio, igualmente recompensador. Poder-se-ia justificar essa conduta alegando a necessidade de se examinar as diferentes atribuições de cada tipo de assembleia do povo, os pontos de conflito entre os magistrados e o Senado, e os interesses pessoais que levaram César, Crasso e Pompeu a procurarem uma aliança. De qualquer forma, apesar de termos nos alongado nesse desvio, essas discussões estão previstas, em algum nível, na própria linha de pesquisa da qual optamos por fazer parte, “Literatura, História e Memória Cultural”.

O Capítulo III tem também o mérito de aproximar o ponto de vista de Cícero, ausente de Roma, dos eventos que se passam na Cidade. E não se pode negar a relevância desse testemunho documental, do mesmo modo que não se nega a importância dos “comentários” registrados por César. De certa forma, a maior diferença entre os dois registros se deve ao próprio caráter comunicativo deles, e o registro de Cícero traz todas as vantagens e desvantagens do gênero epistolar. Nesse sentido, após a análise de que o conflito civil talvez estivesse sendo até mesmo desejado pelas lideranças de ambos os lados, o capítulo se encerra com uma expectativa sobre o que virá a seguir, como o fim de um episódio de uma novela ou o ato de uma tragédia por nós conhecida.

O Capítulo IV, então, finalmente trata do Cícero correspondente de guerra. Apresentam-se seus receios, desejos, dúvidas e certezas que por vezes mudam de uma carta para outra. O volume da correspondência, porém, foi um desafio à parte. O mais trabalhoso foi conciliar a progressão cronológica dos eventos com as pistas e as informações que o próprio Cícero vai nos fornecendo apenas aos poucos. Além disso, por vezes foi difícil encontrar o norte dentro dessa floresta tão densa de cartas e evitar cair nas armadilhas preparadas pelo autor. Sobre este último aspecto, durante a execução do trabalho, pôde-se apreciar um desses elementos tão encantadores do gênero epistolar: ao mesmo tempo em que somos enfeitiçados à medida que nos intrometemos cada vez mais nessa “conversa a dois”, somos constantemente “enganados” pelo próprio autor / narrador, que escolhe a todo o momento as coisas que deseja transmitir e aquelas que deseja ocultar, seja de forma consciente ou não. Caímos vítima, por exemplo, da armadilha que Cícero coloca desde sua partida de Roma, isto é, o seu conhecimento sobre os planos de Pompeu. Só após muitos dias

de caminhada, foi possível perceber que havíamos sido despistados desde o início, e o que é pior, de maneira consciente da parte de Cícero!

Por isso, nesse quarto capítulo, buscou-se ainda apresentar o relato de César em diferentes momentos, seja para fornecer as informações que faltavam a Cícero, seja para contrapô-las. Nesse quesito, as impressões registradas por Cícero sobre as tentativas de paz, a clemência de César e o lado para o qual estavam pendendo as opiniões dos romanos e dos itálicos são importantíssimas. Cícero, desapontado com Pompeu, acabou mantendo um posicionamento mais “neutro” enquanto pôde disfarçar; porém, apesar das oscilações de humor e de determinação, ele se manteve constantemente fiel ao seu ideal político. Com isso, não participou da debandada conjunta das forças republicanas em direção à Grécia e permaneceu em sua quinta de Fórmias até a decisiva entrevista com César, de cujo conteúdo ele nos fez parcialmente cientes.

Depois disso, decidido a sair da Itália, acompanhamos os preparativos de Cícero para a viagem. Nesse ponto, as cartas trocadas com Marco Antônio são quase cômicas, e ambos tentam disfarçar suas intenções um do outro atrás de uma cortina de cortesias. Quando Cícero finalmente atinge o campo de Pompeu, suas cartas mudam drasticamente, e nos deparamos então com um curioso “silêncio” sobre a rotina do acampamento militar. Aqui, o relato de Plutarco é utilizado para preencher algumas lacunas, especialmente as que dizem respeito à atuação de Cícero junto às demais lideranças republicanas.

Após Farsália, Cícero retorna à Itália e precisa aguardar o perdão oficial de César durante um longo e penoso ano. A guerra não lhe interessa mais; por outro lado, depois de “a coisa pública” ter sido despedaçada pela guerra civil, são as relações familiares que estão agora prestes a ruir. Desse ambiente, apresentamos e analisamos as observações finais de Cícero sobre o campo de Pompeu e sobre as lideranças de guerra presentes em ambos os lados. Em vista disso, não se pôde deixar de tecer algumas considerações sobre o círculo familiar de Cícero. Encerramos o capítulo com a adição de um epílogo que permite apreciar, com um distanciamento temporal um pouco maior, as conclusões do próprio Cícero sobre o resultado da guerra. Nesse sentido, ao fim, encontramos um Cícero resignado e de certa forma satisfeito com o papel desempenhado por ele após esses anos tão incertos e turbulentos.

Após as considerações finais, encontra-se o Apêndice, nosso quarto e último desvio. Apresenta-se uma breve análise sobre o problema das datas e da marcação do tempo no período anterior à reforma do calendário efetuada por César. Esse desvio foi pequeno, mas bastante interessante de percorrer. Já a tradução das cartas envolveu considerável tempo e

energia, mas foi uma etapa fundamental e riquíssima para o aprimoramento das técnicas de combate / tradutórias e para o estreitamento das relações com Cícero, nosso guia de viagem.

Além disso, traduzimos e apresentamos no Apêndice onze cartas (Cic. *Att.* VI, 8-9; *Att.* VII, 1-9) referentes ao retorno de Cícero à Itália em finais de 50 AEC,<sup>1</sup> material este que foi empregado na análise do terceiro capítulo. Podemos justificar a escolha desse conjunto de cartas pelo fato de que elas registram a primeira menção à possibilidade de uma guerra civil pairando no horizonte romano (Cic. *Att.* VI, 8) e as últimas impressões políticas antes da “declaração” de guerra por parte de César (Cic. *Att.* VII, 9). O texto utilizado para a tradução de todas as cartas ou trechos da correspondência ciceroniana foi o estabelecido por Constans (1950; 1962; 1964).

Finalmente, em relação às demais traduções utilizadas durante o trabalho, tivemos o cuidado de sempre apresentar o tradutor responsável quando se tratava de um empréstimo. Com essa atitude, optamos por valorizar as traduções de textos clássicos já existentes em língua portuguesa. As nossas traduções em corpo de texto, por outro lado, são as únicas que acompanham o texto original para a consulta / verificação, exceto para trechos daquelas onze cartas pertencentes ao Apêndice. Nesse caso, incluímos a referência da página *deste trabalho* para eventual conferência do texto latino (ex: Cic. *Att.* VII, 2 - Epístola 04, p. 282)

---

<sup>1</sup> Utiliza-se neste trabalho o formato “EC” (Era comum) e “AEC” (antes da Era Comum) em substituição aos tradicionais “d.C.” (depois de Cristo) e “a.C.” (antes de Cristo).

## CAPÍTULO I

### A CORRESPONDÊNCIA COMO GÊNERO LITERÁRIO

A troca de mensagens escritas faz parte das relações humanas desde a mais remota Antiguidade. Na literatura grega, por exemplo, a primeira menção a uma “carta”, escrita e enviada, pode ser encontrada na *Ilíada*. É a traiçoeira carta de “recomendação” transportada por Belerofonte, na qual o remetente solicitava ao destinatário que desse fim ao próprio mensageiro:<sup>2</sup>

Assim falou [Anteia]; e do soberano se apoderou a fúria, assim que tal ouviu.  
Absteve-se de o matar, pois disso sentia respeito no coração.  
Mandou-o para a Lícia; e deu-lhe para levar sinais ominosos,  
escrevendo muitos e mortíferos numa tabuinha de aba dupla:  
mandou que os mostrasse a seu sogro, para que ele o matasse.  
(Hom. *Il.* VI, 166-170 – Trad. Frederico Lourenço)

Em paralelo, no Oriente Próximo, a primeira menção da Bíblia a um texto epistolar também é uma carta de recomendação, na qual o rei Davi orchestra a morte de Urias:<sup>3</sup>

Na manhã seguinte, Davi escreveu uma carta a Joab e a remeteu por intermédio de Urias. Escreveu ele na carta: “Coloca Urias no ponto mais perigoso da batalha e retirem-se, deixando-o só, para que seja ferido e venha a morrer.” (Bib. *Sam.* II, 11, 14-15 – Trad. Jorge Cesar Mota)

Ccom base nesses dois exemplos, retirados de Carmen García (“La epístola como género literario: de la Antigüedad a la Edad Media latina”, 1974), não é muito difícil conceber que as mensagens escritas citadas equivalem a cartas ou epístolas.<sup>4</sup> Todavia, como destaca a autora (1974, p. 429), é preciso considerar que, dentro dessa designação, existe ainda um conjunto literário e documental muito heterogêneo, afinal, as epístolas antigas sobreviveram até os dias atuais de três diferentes maneiras:

---

<sup>2</sup> Contexto: Anteia, esposa do rei Proito, não obteve êxito em sua tentativa de seduzir Belerofonte; com isso, acusa-o de tentar violá-la.

<sup>3</sup> Contexto: Davi cometera adultério com a esposa de Urias, que ficou grávida. Após tentar em vão acobertar o crime, Davi decidiu eliminar Urias.

<sup>4</sup> Opta-se neste trabalho por considerar os termos “carta” e “epístola” como sinônimos e os utilizamos como termos equivalentes em todo o trabalho.

A- inseridas dentro da própria literatura, seja como instrumentos passíveis de influenciar o enredo (recurso frequente na tradição épica e dramática), seja como obras literárias em si;

B- como coleções editadas, copiadas e recopiadas, cujos exemplares mais antigos datam do período medieval;

C- como peças ou fragmentos arqueológicos, preservando por vezes o estilo e a escrita do remetente original.

Quando o presente capítulo foi projetado, tinha-se em mente analisar apenas a correspondência de Cícero. Contudo, diante desta indagação específica, se é “correto” ou não falar em gênero epistolar na Antiguidade, a busca por uma resposta satisfatória suscitou, naturalmente, diversas outras questões que conduziram o capítulo a uma trajetória longa e diferente. Em especial, as opiniões divergentes dos estudiosos mostraram-se algo intrigante, e não apenas em relação ao conceito de gênero literário em si, mas principalmente em relação ao material que deveria ser considerado como pertencente ao grupo e aquele que deveria ficar excluído dele.

Assim, na primeira parte do capítulo, planejou-se apresentar um breve estudo comparando a noção de carta na Grécia e em Roma. Porém, ao ampliar a delimitação geográfica e temporal até o Oriente Próximo, foi possível apreciar concepções ainda mais antigas sobre outra questão igualmente pertinente, “o que seria uma carta?”. Afinal, se é “legítimo” falar de um gênero epistolar romano, deveria ser igualmente possível pensar num gênero epistolar grego e, por que não, num gênero epistolar para os diferentes povos e culturas que se utilizavam da escrita como meio de comunicação na Antiguidade.

O problema é que, por mais simples que pareça, definir o que é uma carta no mundo antigo é algo espinhoso: trata-se de um item tão comum, mas de formatos e usos os mais variados, além de muitas vezes serem ditados por parâmetros socioculturais diferentes. Portanto, é natural que se tenha visões díspares sobre o que seria uma carta, como ela deveria ser escrita e qual seria a sua finalidade. Por outro lado, quanto mais se permite um afrouxamento dos limites da delimitação, menos se percebe a fronteira entre a troca de mensagens escritas e a troca de correspondências.

Na segunda parte do capítulo, discutem-se as características e particularidades da comunicação epistolar. Todavia, depara-se igualmente com outro tipo de questão: nos tempos atuais, é quase impossível avaliar a dimensão que a correspondência tinha para os povos antigos. Na introdução de seu *Cicéron et ses amis: étude sur la société romaine du temps de*

*César* (1905, p. 14), Gaston Boissier, escrevendo em 1884, já aludia que a correspondência do seu tempo desempenhava um papel muito menos importante que a do século anterior, em parte por causa dos avanços tecnológicos: o telégrafo, comenta o autor, em breve iria substituir a correspondência de uso pessoal. Além disso, os jornais da época tratavam de trazer todos os tipos de informações a qualquer pessoa, e mesmo um habitante isolado numa pequena cidade rural da França tinha a sua disposição, periodicamente, uma pluralidade de notícias:

*Aujourd'hui, en quelque lieu désert qu'un homme soit retiré, les journaux viennent le tenir au courant de tout ce qui se fait dans le monde. Comme il apprend les événements presque en même temps qu'ils se passent, il en reçoit non-seulement la nouvelle, mais aussi l'émotion [...] Du temps de Cicéron, les lettres en tenaient souvent lieu et rendaient les mêmes services. On se les passait de main en main quand elles contenaient quelque nouvelle qu'on avait intérêt à savoir. On lisait, on commentait, on copiait [...] Aujourd'hui les journaux se sont emparés de ce rôle, la vie politique leur appartient; et, comme ils sont incomparablement plus commodes, plus rapides, plus répandus, ils ont fait perdre aux correspondances un de leurs principaux aliments. (BOISSIER, 1905, p. 5-6)*

Hoje em dia, em qualquer local deserto a que se retire um homem, vêm os jornais para deixá-lo ao corrente de tudo o que se faz no mundo. Como ele se informa dos eventos quase ao mesmo tempo em que ocorrem, ele recebe não somente a notícia, mas também a emoção [...] No tempo de Cícero, as cartas ocupavam frequentemente esse lugar e prestavam os mesmos serviços. Eram passadas de mão em mão quando continham alguma notícia de interesse. As pessoas as liam, comentavam, copiavam [...] Hoje em dia, os jornais desempenham esse papel, a vida política lhes pertence; e, como são incomparavelmente mais práticos, mais rápidos, mais divulgados, eles fizeram com que as correspondências perdessem um de seus principais estímulos.

Ainda segundo Boissier (1905), escrever uma carta era então uma ocupação importante. Como as pessoas não queriam que o mensageiro fizesse uma viagem pouco produtiva, elas escreviam cartas mais extensas e mais detalhadas para não se verem obrigadas a reproduzi-las com muita frequência; além disso, colocava-se mais esmero em sua redação, às vezes sem se darem conta disso:

*Aujourd'hui qu'on sait qu'on peut écrire quand on veut, on n'assemble plus des matériaux [...], on n'écrit plus par provisions, "on ne cherche plus à vider son sac", on ne se travaille plus à ne rien oublier, de peur qu'un oubli ne rejette trop loin le récit d'une nouvelle qui perdra sa fraîcheur pour venir trop tard. (BOISSIER, 1905, p. 7)*

Hoje em dia, como sabemos que podemos escrever quando queremos, não reunimos materiais [...], não escrevemos em abundância, não procuramos “esvaziar nossa bolsa”, não nos exercitamos a nada esquecer, temendo que um esquecimento envie para longe demais a narrativa de uma notícia que assim perderia o seu frescor chegando muito tarde.

Assim, se já era possível perceber que a escrita epistolar assumia um novo papel no final do século XIX EC por conta dos avanços tecnológicos, atualmente talvez seja necessário transpor um verdadeiro abismo criado pela revolução dos meios de comunicação para tentar uma abordagem mais ampla e menos rígida sobre a troca de mensagens num passado tão distante e diferente.

### 1.1 Um gênero difícil de precisar... e cheio de preconceitos

Desde que me afastei da Cidade, até agora não deixei passar um só dia sem escrever-te algumas letras, não que tivesse muito sobre o que escrever, mas para falar contigo estando ausente; pelo que, para mim, como não é permitido estar frente a frente, nada é mais agradável. (Cic. *Att.* VII, 15, 1)<sup>5</sup>

A primeira leitura que ajudou a fomentar a elaboração deste capítulo foi o artigo “Epistolografia romana” (1983) de Manuel Casquero. Nesse artigo, Casquero (1983, p. 377) questiona se é possível se referir à epistolografia romana como um gênero literário à luz da teoria clássica de gêneros e quais obras poderiam de fato ser abarcadas nesse gênero independente. Em relação a esse último ponto, o autor considera não ser possível conciliar cartas “autênticas” com cartas “ficcionalis”: o primeiro grupo seria composto por cartas já percebidas como literárias pela tradição crítica, como é o caso da correspondência de Cícero, Sêneca, Plínio e dos epistológrafos cristãos; o segundo grupo seria composto pelas cartas concebidas como forma de literatura ou expressão poética, incluindo pseudografias e falsificações. Essa proposta de delimitação será combatida mais à frente; por hora, focar-se-á na questão da teoria.

À primeira vista, a concepção de um gênero epistolar independente encontra obstáculos diante da teoria clássica dos gêneros literários. Segundo Casquero (1983, p. 377), normalmente se entende que a sistematização de gêneros, da forma como conhecemos, partiu de Aristóteles (384-322 AEC), foi revista por Horácio (65-08 AEC) e só recebeu um novo impulso no século XVIII EC, quando o romantismo “tentou se libertar das amarras estabelecidas”. Daí, segundo o autor, houve quem, no século XX EC, negasse haver qualquer sentido na divisão da literatura em gêneros: citando Benedetto Croce e Karl Vossler,

---

<sup>5</sup> *Vt ab urbe discessi, nullum adhuc intermisi diem quin aliquid ad te litterarum darem, non quo haberem magno opere quod scriberem sed ut loquerer tecum absens; quo mihi, cum coram id non licet, nihil est iucundius.*

Casquero (1983, p. 377) afirma que estes qualificavam de vazias as designações tradicionais. Com base na singularidade essencial de cada obra poética e em sua individualidade, toda subordinação a um determinado gênero somente poderia apoiar-se em exterioridades. Com isso, prossegue Casquero (1983, p. 378), a noção de gênero literário foi tida como algo completamente heterogêneo, sendo que os princípios em que se baseiam a determinação dos mesmos atenderiam, por vezes, a critérios externos e formais e, em outros casos, ao conteúdo da obra. Assim, para os dois autores citados por Casquero, a noção de “gênero” já não significaria nada próprio, senão que viria a equivaler a um “grupo” com características comuns, em um conceito totalmente distinto do que ofereciam as poéticas antigas, que, dogmaticamente e para determinado número de gêneros, formulavam algumas regras fixas as quais se deviam ater os poetas e escritores.

Ao mesmo tempo em que se combateu essa prescrição, Casquero (1983, p. 378) indica que a tripartição clássica entre poesia lírica, épica e dramática, da qual derivam os gêneros secundários, seria ainda amplamente aceita e utilizada pela crítica com pequenas modificações. Por isso, prossegue o autor, desde o século XIX EC, foram feitas numerosas tentativas para demonstrar sua utilidade e necessidade, ressaltando diferentes características supra literárias. Casquero (1983, p. 378) cita como exemplo Hegel e Vischer, que, pelo viés filosófico, entendiam essa divisão de gêneros como o resultado da relação existente entre sujeito e objeto, derivação que se manifesta como tese, antítese e síntese: na lírica existiria o plano subjetivo, na épica o objetivo e, na dramática, uma mistura dos dois. Houve também quem, prossegue Casquero (1983, p. 378), explicasse a tripartição a partir das concepções psicológicas, como as três formas da experiência, o vasomotor, o imaginativo e o motor; ou ainda, segundo o reflexo das três potências anímicas, como o sentimento, o pensamento e a vontade; finalmente, a partir da concepção temporal, a epopeia representa o acontecimento que se desenvolve desde o passado, o drama como a ação que se estende até o futuro, e a lírica como a sensação incluída no presente.

Dessa forma, a tripartição clássica, ao mesmo tempo em que limitou o modelo de criação poética, foi e continuou sendo motivo de produtiva reflexão a respeito da produção literária. Contudo, assevera Casquero (1983, p. 379), a diferença entre as concepções antiga e atual seria radical: em contraste com a rígida e inalterável delimitação clássica de gênero, que os considerava independentes entre si e sem nenhuma ingerência mútua, hoje se pensa que os fenômenos do lírico, do épico e do dramático não se excluem mutuamente.

Ao traçar essa oposição, Casquero (1983) não cita diretamente nenhum autor antigo, mas presume-se que tenha em mente a interpretação da teoria aristotélica. Todavia, a prática dos autores poetas da Antiguidade deixa ver que eles não concebiam os gêneros como algo tão estanque assim, e um exemplo possível é o da *Ars amatoria* de Ovídio, mescla inegável de recursos didáticos e elegíacos.<sup>6</sup> Vários outros exemplos poderiam também ser citados, como as *Metamorfoses*, mescla de épica e poesia didáticas e o *De Rerum natura*, poesia filosófica e épica. Além disso, deve-se atentar que Aristóteles nunca pretendeu classificar todo o conjunto da produção literária e é uma ilusão recorrente acreditar que seu modelo é capaz de abarcar toda a criação poética greco-romana dentro destes três moldes aparentemente bem delimitados, poesia épica, lírica e dramática. Sem contar que as noções poéticas antigas e modernas são bem diferentes, e várias obras conflitantes podem ser identificadas dentro de uma mesma “categoria clássica”: no caso da elegia, basta comparar os poetas gregos arcaicos (Tirteu, Calino, Sólon) com seus correspondentes gregos posteriores ou com os poetas romanos; na poesia épica, as diferenças de teor em Homero, Hesíodo e Virgílio; no drama, os pontos de contato entre tragédia e comédia. E mais, as *Poéticas* clássicas, com suas definições de gêneros não são tão consistentes em tudo: Horácio e Aristóteles parecem não concordar sequer a respeito do que seja a poesia, forma metrificada, para o primeiro versus *mimesis* para o segundo.

De maneira semelhante, quando se coloca a epistolografia em foco, é evidente que a discussão pode percorrer diferentes caminhos e comparações. Nesse sentido, Burnet (“Le genre épistolaire dans l’Antiquité”, 2003, p. 1) comenta que os historiadores, para descrever as correspondências da Antiguidade, sofreram e ainda sofrem com um preconceito herdado da história literária, que quer que tudo se encontre em Sêneca, Epicuro e Platão (e adicionar-se-ia Cícero), os grandes epistológrafos da Antiguidade e modeladores da epistolografia. Dessa forma, prossegue o autor, todas as cartas geralmente costumam ser comparadas, julgadas e avaliadas segundo um desses modelos.

É possível que parte do problema da “classificação clássica” seja tomar a prescrição aristotélica como a regra. Por exemplo, os diferentes elementos que fazem do *Édipo* de Sófocles uma tragédia “modelo” para Aristóteles nem sempre estarão presentes em outras tragédias; ou, até mesmo, que a falta disto as impeça de serem consideradas tragédias, como ocorre com a *Helena* de Eurípides. Dessa forma, uma prescrição não impede o surgimento de

---

<sup>6</sup> Sobre esse tema, explorar: Trevizam (2003), “A elegia erótica romana e a tradição didascálica como matrizes compositivas da *Ars amatoria* de Ovídio”; Veyne (1983), *L’élégie érotique romaine: l’amour, la poésie et l’Occident*; Toohey (1996), *Epic lessons: an introduction to the ancient didactic poetry*.

outras experiências inovadoras, e ao mesmo tempo renovadoras, de composição trágica. Nessa perspectiva, Dupont (“Aristote ou le vampire du théâtre occidental”, 2007, p. 149) inclusive reavalia o papel crítico de Aristóteles, afirmando que este, em sua *Poética*, acabou estabelecendo, intencionalmente, um teatro grego puramente literário, descontextualizando-o de sua ancoragem cívica e religiosa.

Aprofundando mais na teoria clássica, Casquero (1983, p. 379) afirma que Platão e Aristóteles distinguem os três gêneros tomando como base o modo de imitação ou representação: na lírica se manifesta a pessoa do próprio poeta; na épica, umas vezes aparece o poeta como narrador e outras são seus personagens que agem e narram, configurando um caráter misto; na dramática, em troca, o poeta se eclipsa por trás de seus personagens.

Contudo, usando e por vezes abusando da autoridade de Aristóteles, deixamos de perceber o quanto sua influência, de fato, parece ter pesado sobre a produção poética antiga. Em primeiro lugar, não se pode perder de vista o eixo temporal: tendo vivido no século IV AEC, na transição do período Clássico para o Helenístico, é possível apenas conjecturar qual tenha sido sua influência na produção poética, pois muito do que foi produzido no período se perdeu. Por outro lado, a título de exemplo, as tragédias de Sêneca seguiram mais de perto os modelos áticos e foram nitidamente influenciadas por Ésquilo, Sófocles e Eurípides, apesar de que não existam peças completas de outros autores romanos para servir de comparação.

Na introdução de sua tradução da *Poética* aristotélica (versão latina e grega), Yebra (1974, p. 8) aponta que os livros de Aristóteles, publicados em vida, já andavam bastante esquecidos para os romanos do século I AEC, pois Cícero afirmava que uma minoria de filósofos do seu tempo conhecia Aristóteles:

*Minime sum admiratus eum rhetori non esse cognitum, qui ab ipsis philosophis, praeter admodum paucos, ignoratur. (Cic. Top. 3)*

Me surpreendi muito pouco que ele não seja conhecido pelo retórico, ele que é ignorado pelos próprios filósofos, exceto por alguns poucos.

Dando crédito a essa afirmação, Yebra (1974, p. 8) comenta que não seria estranho conjecturar que Aristóteles também andasse esquecido em outros lugares, pois dificilmente haveria um nome notável em Atenas que fosse quase totalmente ignorado em Roma. Por esse e outros motivos, Yebra (1974, p. 12) acredita que a *Poética* possa não ter desempenhado um papel tão relevante assim na Antiguidade, mesmo depois da publicação dos escritos

acromáticos de Aristóteles. Ainda no âmbito das conjecturas,<sup>7</sup> o autor considera que os preceitos aristotélicos de composição poética tenham chegado até a *Ars Poetica* de Horácio por via indireta, sendo transmitidos por outros gramáticos e críticos, tal é a falta de menções diretas a Aristóteles. Além disso, Yebra (1974, p. 13) destaca que, mesmo no século II EC, período de intensa atividade exegética sobre o *corpus* aristotélico, com Alexandre de Afrodísias, a *Poética* não recebeu nenhum comentário ou revisão, e os comentaristas dos séculos II-V EC parecem desconhecê-la.

Por fim, Yebra (1974, p. 14) enfatiza que o texto da *Poética* que chegou até nós, e tido pela crítica literária como o ponto de partida da tripartição de gêneros, está incompleto: consta apenas de uma introdução geral, de um estudo da tragédia e da epopeia e de uma comparação destes dois. Aristóteles não conclui o programa estabelecido no primeiro capítulo, e o estudo da comédia, como prometido para o capítulo 6, pode ter-se perdido ou nunca existido. Ademais, não inclui o tratamento especial dos *geloia*, a que se refere Aristóteles em duas passagens da *Retórica*, dizendo que podem ser vistos na *Poética*.

Passando brevemente por Horácio, sua *Epistula ad Pisones*, apelidada de *Ars Poetica* por Quintiliano (Quint. *Inst. Orat.* VIII, 3), tinha por objetivo estabelecer preceitos e conselhos relacionados à técnica da poesia, assim como às qualidades necessárias aos poetas. Horácio não apenas sintetiza e expõe um conjunto de regras referentes aos três tipos de poesia (v.93), mas também exorta o poeta a seguir a tradição ou a criar coisas novas, contando que sejam coerentes (v.125). Contudo, vale ressaltar que tanto Aristóteles como Horácio são teóricos que estão mais focados na poesia e no trabalho do poeta, e, por outro lado, outros gêneros literários já tinham se estabelecido. Um exemplo dessa diferença pode ser encontrado no livro X da *Instituição Oratória*. Ao enumerar e comparar os principais autores gregos e latinos, Quintiliano acaba por destacar não apenas os gêneros poéticos, mas incluiu outros, em um total de oito gêneros ou categorias: epopeia (e didática), elegia, poesia iâmbica, lírica, dramática, história, eloquência e filosofia.

Dessa forma, toda essa discussão apresentada até o momento visa destacar o problema de se tomar cerradamente as *Poéticas* antigas - Aristóteles e Horácio, sobretudo - como bases “autoritativas” para o estudo dos gêneros literários antigos, afinal, são “tratados” literários com interesses bem específicos, que em alguma medida pressupõem a poesia em posição de destaque diante da prosa.

---

<sup>7</sup> Afirmação questionável, pois o próprio Cícero cita explicitamente Aristóteles em diferentes trabalhos (*De re publica*, *De officiis* e na Correspondência, por exemplo); ainda assim, é um ponto a se pensar.

Nesse raciocínio, algumas considerações sobre a dificuldade de se classificar o romance antigo podem também ser úteis para se refletir a respeito do gênero epistolar. Na obra *A invenção do romance*, Jacyntho Brandão (2005, p. 29) afirma que a flutuação do conceito de romance (e que pode se aplicar igualmente à epistolografia) ao longo dos séculos tem relação direta com o fato de que o romance constitui um gênero não contemplado na poética clássica. Entretanto, o autor afirma que Aristóteles, ao elaborar a teoria de gêneros, não tinha em vista todo o *corpus* da literatura grega existente até a sua época. Além disso, o próprio Aristóteles reconhecia que tanto obras em verso quanto em prosa podiam pertencer aos domínios da literatura, mas que o conjunto disso, até então, carecia de denominação (Arist. *Poet.* 1447). O verso, prossegue Brandão (2005, p. 29), seria o elemento determinante, à época, que associaria o autor à condição de poeta, mesmo que o verso por si só não pudesse ser tido como elemento suficiente para definir uma obra como pertencente à arte poética.

Com base nesse senso comum, Brandão (2005, p. 30) afirma que os gêneros em prosa foram descartados do *corpus* sobre o qual Aristóteles teorizava e exemplifica, citando os mimos de Sófron e de Xenarco, além dos diálogos socráticos. Dessa forma, enfatiza o autor, não se deve perder de vista que Aristóteles concentrava sua atenção apenas na poesia, e que considerava Homero como o poeta maior. Brandão (2005, p. 30) assevera que a perpetuação desse ponto de vista, que admite implicitamente uma superioridade da poesia, seria a responsável pela dificuldade de se teorizar a respeito dos demais gêneros.

De outra parte, continua Brandão (2005, p. 30), tende-se a imaginar a prosa (e a carta, diga-se de passagem) não como um veículo de ficção. Mais uma vez, a ficção seria algo próprio do fazer poético e o uso da liberdade ficcional num texto em prosa não deixaria de ser algo deslocado, pertencendo “à esfera da literatura em sentido amplo, mas ficando fora do que se entenderia como poético em sentido especializado”. Com isso, prossegue o autor, o romance foi muitas vezes enquadrado à força na teoria dos três gêneros como uma modalidade do épico, partilhando da epopeia o modo de representação, mas diferindo dela em relação aos meios e aos objetos; ao mesmo tempo, o romance coincide totalmente com a tragédia quanto aos objetos e parcialmente quanto aos meios, mas difere quanto ao modo.

Outro aspecto que não pode deixar de ser considerado, ressalta Brandão (2005, p. 31), é a questão do uso do verso ou da prosa, cuja importância está intimamente ligada não apenas ao processo de composição do texto, como também a sua recepção. Pelo menos em suas origens, o verso parece destinar-se ao ouvido e só mais tarde se vincularia também com a

leitura. A prosa desde cedo destinou-se à leitura silenciosa, voltada primeiramente para um público de leitores.

Além disso, Brandão (2005, p. 49) sublinha que o fato de uma obra ser escrita em verso não é indício suficiente de que se possa considerá-la poética: tratados de medicina ou física, em verso, não são poemas, assim como as *Histórias* de Heródoto, se fossem versificadas, não seriam poesia. Dessa forma, comparando o estatuto da narrativa histórica e poética, Brandão (2005, p. 50) esclarece que não é a forma, verso ou prosa, que define o poético, mas o próprio poetizar: de um lado, a fabricação (*pepoiéména*, participio passado de *poieîn*) de nomes próprios e argumentos, mesmo que inspirados na História; de outro, o tratamento poético do texto (o ser *pepoiéménon*). Nesse sentido, prossegue Brandão (2005, p. 51-52), a narrativa literária poetiza os argumentos com os quais lida, o que significa tanto fazer passar do particular ao universal quanto de organizar os dados não de acordo com o acontecido, mas segundo as regras de verossimilhança e da necessidade; além disso, do ponto de vista da recepção, a narrativa literária deve produzir prazer no recebedor.

Nesse raciocínio, as cartas também se revestem de traços associados mais comumente à “verdadeira” produção literária, ou seja, de certo caráter narrativo e de “fabricação de uma *persona*”. *Persona*, em latim, não por acaso resulta em “personagem” do português. A carta, por sua função comunicativa, possui elementos narrativos intrínsecos e, por conta disso, também pode ser comparada a uma forma narrativa. As tentativas de definição, abordadas mais à frente, entendem-na como uma mensagem escrita, opondo-se à comunicação oral. Mesmo quando não estão expressos em algum ponto da mensagem, pressupõe-se um remetente (narrador), uma informação (narrativa) e um destinatário (leitor). Objeto escrito, do ponto de vista da recepção, a carta destina-se à leitura, o que não impede também que, por vezes, possa ser ouvida ou relatada a terceiros. Por outro lado, o romance, por tratar-se de uma ficção explicitada ou não no discurso do próprio narrador, terá sempre presente a proposta de um pacto de leitura junto ao leitor (BRANDÃO, 2005, p. 33). A carta, contudo, mesmo quando tida como não ficcional, estabelece uma relação diferente entre o remetente e os diferentes leitores temporais: um pacto autobiográfico, que reflete a maneira como o remetente se apresenta diante do outro, intencionalmente ou não.

Nesse sentido, Jason König (“Alciphron’s Epistolarity”, 2007, p. 259) pondera que a escrita de cartas promete algo de sinceridade, confiança, acesso pessoal à voz “real” do escritor, mas, ao mesmo tempo, a *persona* epistolar é sempre artificial, sempre fabricada. Dessa forma, conclui o autor, o formato da carta se mostra um poderoso veículo para, dentre

outras coisas, a ficção romântica, que tende a enfatizar a oscilação entre separação e reunião, entre intimidade e desilusão. Seria algo parecido com o que se encontra na poesia didática, a relação entre as figuras *personae* do magister e do *discipulus*.

Diante de tudo isso, não deveriam existir argumentos que entravassem a produção epistolar, “autêntica” ou “ficcional”, como pertencente a um gênero literário independente. Entretanto, por vezes destaca-se apenas o caráter “prático” e “utilitário” da troca de correspondências, colocando-se em xeque, sob esse ponto de vista, seu caráter literário. É o que fazem René Martin e Jacques Gaillard na obra *Les genres littéraires à Rome* (1990). Os autores (1990, p. 14) consideram que as atividades epistolar e oratória pertencem ao domínio da própria vida social e, portanto, não ao domínio da literatura. Nessa lógica, essas formas comunicativas fariam parte das ações cotidianas e por isso não seriam um gênero literário como os outros: fazer discursos, por exemplo, é parte da atividade profissional de qualquer um que fale em público, seja ele um político, um sindicalista ou um administrador; escrever cartas seria algo ainda mais trivial, próprio de qualquer um que queira se comunicar com um outro. Mesmo que a correspondência privada de Cícero tenha sido publicada após a sua morte, continuam os autores (1990, p. 15), foi apenas a partir de Plínio, o Jovem, que as cartas passaram a ser escritas e editadas à maneira de uma coleção de poemas e, assim, a concepção de gênero epistolar começou a ser reconhecida como tal. Apresentando a definição de Lanson,<sup>8</sup> Martin e Gaillard reforçam:

*Il n'y a pas de genre épistolaire, dans le sens littéraire du mot genre [...] La forme épistolaire, dans les véritables lettres, n'est pas une forme esthétique. Ce n'est pas une intention d'art qui la fait préférer, c'est la nécessité qui l'impose : on écrit ce qu'on ne peut pas dire, et voilà tout.* (LANSON, 1909, p. 455 *apud* MARTIN e GAILLARD, 1990, p. 455)

Não há um gênero epistolar, no sentido literário da palavra gênero [...] A forma epistolar, encontrada nas verdadeiras cartas, não é uma forma estética. Não existe uma intenção de arte que a torne preferível, é a necessidade que a impõe: escreve-se o que não se pode dizer, e é tudo.

Por isso, Martin e Gaillard (1990) destinam apenas uma seção à parte para a correspondência em sua obra sobre gêneros literários, concebendo a escrita de cartas “práticas” como algo à margem da literatura. Nesse apêndice, incluem Cícero, Sêneca, Plínio

---

<sup>8</sup> Cf. LANSON, G. *Choix de lettres du XVIIe siècle*. Paris: Hachette, 1909 *apud* MARTIN e GAILLARD, 1990, p. 455.

e alguns epistológrafos cristãos, mas não citam ou classificam as epístolas de Ovídio e Horácio.<sup>9</sup>

Esse exemplo ilustra bem como a escrita epistolar pode ser deslocada do fazer literário, o qual pressupõe uma intenção ficcional e uma estética artística, segundo Martin e Gaillard (1990). Esse raciocínio conduz a uma visão de que as cartas “autênticas” meramente cumprem um papel prático na comunicação, que são desprovidas de arte ou que representam apenas uma necessidade da vida cotidiana. Essa percepção pode ser rebatida com diferentes argumentos, afinal, a epistolografia se desenvolveu e se tornou mais complexa assim como as relações humanas e a própria literatura, em última análise. Além disso, como será explorado mais à frente por outros autores, o remetente de uma carta fabrica uma *persona* epistolar e escolhe não apenas o objeto de sua narrativa, mas a maneira como quer ser visto pelo destinatário. Nesse ponto, mesmo se tratando de cartas “autênticas”, existe toda uma preocupação com o que será dito e o que será suprimido, com o estilo da mensagem e com a recepção do destinatário. Uma demonstração disso está no “Capítulo IV, Cícero correspondente de guerra”, em especial, na troca de cartas entre Cícero e Pompeu sobre os planos de guerra.

Por outro lado, o próprio “fazer literário” adquiriu diferentes concepções. Em sua *History of Roman Literature*, Michael von Albrecht (1997, p. 1) afirma ser necessário fazer uma distinção entre ideias antigas e modernas de literatura. Além da poesia e do romance, a literatura antiga incluía gêneros que os leitores atuais não mais associam com literatura, como os escritos em prosa sobre oratória, filosofia, história, assim como trabalhos técnicos sobre agricultura, legislação, guerra e arquitetura. Outro aspecto a ser levado em conta é o fluido limite entre o artístico e o prático. Segundo o autor (1997, p. 1), seria um capricho excluir de uma história da literatura as *Epistulae ad Atticum* de Cícero apenas por esse princípio. Dessa forma, as linhas de demarcação entre literatura artística e utilitária eram menos fixas que hoje: mesmo escrevendo textos utilitários, o autor clássico buscava a beleza de estilo e, de certa forma, essa característica foi uma das responsáveis pela leitura contínua desses textos e de sua preservação. Albrecht (1997, p. 512-513) considera ainda os respectivos textos de Horácio e de Ovídio como cartas, e a própria epistolografia como um gênero em si, com seu natural desenvolvimento poético. Nesse sentido, o autor descarta qualquer distinção entre epístolas espontâneas e literárias.

---

<sup>9</sup> Todavia, como indica Trevizam (*Prosa técnica: Catão, Varrão, Vitruvius e Columela*, 2014), não é tão fácil separar escrita “prática” e “Literatura” no mundo antigo, e até mesmo tratados de agricultura podiam ser muito elaborados.

Com relação à vida cotidiana e ao seu público alvo, a questão oferece diferentes desdobramentos. No artigo “Intimidade das confidências”, Eliane Vasconcelos (2008, p. 381) destaca que existe um *status* peculiar entre o autor (signatário) e o leitor (destinatário), e o texto da carta assume muitas vezes o valor de uma crônica. Dessa forma, mesmo quando não existe uma intenção artística explícita, a correspondência pode ser considerada um gênero literário. Ademais, a autora assevera que a carta, pensada como uma ponte comunicativa entre dois indivíduos, é um texto que não deveria ser publicado, mas que por vezes o é em vista do seu valor informativo. Nesse momento, a carta adquire um novo estatuto e torna-se um documento, rico de informações históricas, biográficas, literárias e artísticas. Por outro lado, completa a autora, essa carta documento é uma mensagem que supostamente diz a “verdade”, um testemunho da esfera do privado que passa a ser público, compartilhado agora tanto pelo curioso quanto pela crítica. Entretanto, por vezes, seus autores mudam de opinião ou de pontos de vista, e cartas escritas em determinadas épocas são até repudiadas mais tarde. Portanto, conclui Vasconcelos (2008, p. 381), não haveria como separar o aspecto documental e literário da correspondência.

Este aspecto é bastante interessante, especialmente quando nos deparamos com as cartas de Cícero escritas em meio a incertezas e preocupações com o futuro. Nelas, o autor projeta em determinados momentos uma realidade futura que não se concretiza, mas que é passível de se concretizar. Ou então, no caso das cartas trocadas com Marco Antônio, ambos remetentes tentam ludibriar o destinatário de suas intenções reais sob a fachada de amizade e cordialidade. Como será explorado mais a frente, Cícero inclusive sublinha que a necessidade comunicativa está na origem da troca de cartas, mas reconhece que existiam muitos tipos diferentes de cartas e que, além de transmitirem informações, eram também utilizadas para manter uma rede de relacionamentos, para divertir e entreter.

Todas essas considerações são particularmente importantes quando abordamos a correspondência antiga preservada pela arqueologia. Diferentemente das coleções de cartas, que sofreram algum tipo de edição (por vezes para melhorar ou censurar o texto), organização e um imensurável processo de republicação (seja por meio das sucessivas cópias manuscritas ou das edições impressas comentadas), as cartas antigas “originais” oferecem o testemunho da própria letra do autor (com seus acidentes de ortografia e sintaxe), da tinta e da matéria primeira na qual foram escritas. Apesar de todas essas características, muitas vezes desconhece-se qualquer informação sobre seus remetentes e destinatários que não esteja contida na própria mensagem. Desse modo, o leitor moderno, inevitavelmente, passa a

preencher essas lacunas ao reconstruir o contexto das mensagens. Sob a ótica histórica, são documentos da vida diária e fragmentos de um passado remoto (aspecto prático ou documental); sob o ponto de vista literário, são narrativas tão particulares e anônimas que se prestam tanto ao universal como ao verossímil (aspecto poético ou ficcional).

Retomando o problema da classificação do romance, Brandão (2005, p. 57) afirma que, para Luciano de Samósata, o que separa a história da poesia é um critério de verdade, pois compete ao historiador dizer o que aconteceu enquanto ao poeta é facultado o uso da pura liberdade. De um lado, então, prossegue Brandão (2005, p. 57), se à história compete a verdade, à literatura cabe o *pseûdos* (mentira ou ficção), mas não necessariamente uma negação da verdade.

Em última análise, ambas as competências estão inseridas na epistolografia, pois as cartas podem ser, simultaneamente, relatos (narrativas ou descrições), expressões de desejo (pedidos ou ordens) e de vontade (projeção ou intenção de verdade). Aliada a essas questões, existe uma inerente representação autobiográfica, intencional ou não. Portanto, não importa qual seja a delimitação defendida, a troca de cartas constitui sim um gênero específico, sejam elas consideradas “autênticas”, “ficcionalis” ou “reais”. A principal característica do gênero epistolar não está associada ao seu caráter “prático” ou “utilitário”, mas sim à sua forma narrativa, isto é, o fato de ser parte de um diálogo, um diálogo pela “metade”. É uma narrativa interrompida e situada num tempo e espaço específicos, não apenas cronológico ou geográfico, mas também pessoal, emocional e psicológico. Mesmo quando essa narrativa é retomada e o destinatário, por sua vez, se torna um autor e envia uma carta, sua resposta será lida e recebida pelo autor original em outro tempo e espaço.

A seguir, então, serão apresentados os diferentes critérios utilizados pelos estudiosos para tentar encontrar uma definição do objeto “carta”. Essas escolhas são extremamente pertinentes, pois não apenas delimitam o *corpus* do gênero epistolar, mas impactam diretamente na sua própria definição.

### **1.1.1 O problema da delimitação**

Muitas das coisas que foram preceituadas acerca da conversa convêm às epístolas. A espécie de epístolas é dupla, pois são negociais ou familiares. (Júlio Victor, *Ars rhetorica* - de Trad. Thaís Martin)

No livro *Ancient Greek letter Writing*, Paola Ceccarelli (2013, p. 177) sublinha que as *Histórias* de Políbio refletem um mundo no qual as cartas circulavam abertamente, representadas pelas mensagens oficiais endereçadas aos reis helenísticos e suas cortes, assim

como entre indivíduos em cargos oficiais, como os magistrados romanos. Uma anedota de Plutarco ilustra de maneira quase cômica o peso desempenhado por essa troca de mensagens na administração de um reino:

τὸν γοῦν Σέλευκον ἐκάστοτε λέγειν ἔφασαν, εἰ γνοῖεν οἱ πολλοὶ τὸ γράφειν μόνον ἐπιστολὰς τοσαύτας καὶ ἀναγινώσκειν ὡς ἐργῶδές ἐστιν, ἐρριμμένον οὐκ ἂν ἀνελέσθαι διάδημα. (Plut. *Mor.* 790ab)

Ao menos, contam que Seleuco dizia a todo o momento que se as pessoas soubessem o quão trabalhoso era somente escrever e ler tantas epístolas, não desejariam pegar uma coroa [diadema] qualquer que fosse.

À medida que Políbio descreve a conquista romana do Mediterrâneo, prossegue Ceccarelli (2013, p. 161), percebe-se conseqüentemente um aumento da necessidade de se fazer circular informações de um lado a outro, e o formato epistolar passou igualmente a ser utilizado de maneira cada vez mais pública, seja para divulgar panfletos com motivações políticas, para dar conselhos, para atacar inimigos e, ainda, para disputas intelectuais ou filosóficas. Além desses exemplos, Michael Trapp (*Greek and Latin letters*, 2003, p. 22) destaca que coleções pseudográficas atribuídas a figuras históricas também começaram a circular no período helenístico. Dessa forma, prossegue o autor, a escrita epistolar deixara de ser uma prática unicamente privada e utilitária na cultura Greco-romana já há bastante tempo. Como conclui García (1974, p. 436), a temática contida nas cartas tornou-se múltipla, assim como sua finalidade e sua forma artística ou expressiva.

Contudo, é essa mesma realidade heterogênea da correspondência que oferece diferentes obstáculos àqueles que pretendem tipificar as manifestações do gênero ou classificar os diferentes tipos de carta. Casquero (1983), por exemplo, apresenta um estudo sobre os epistológrafos romanos e suas características principais; contudo, o próprio autor se justifica por ter excluído de sua descrição dois tipos de cartas cuja intenção narrativa estaria desvinculada do “fazer epistolar”:

*Antes de finalizar querriamos dejar constancia de qué no hemos incluido en nuestro estudio dos tipos de “cartas” que tradicionalmente se incluyen en el llamado “género epistolar”: la “carta proemio o dedicatoria” y la “carta poética”. Creemos que en uno y otro caso no puede hablarse en realidad de verdaderas cartas. (CASQUERO, 1983, p. 404)*

Antes de finalizar, gostaríamos de deixar registrado que não incluímos em nosso estudo dois tipos de “cartas” que tradicionalmente se incluem no chamado “gênero epistolar”: a “carta proêmio ou dedicatória” e a “carta

poética”. Acreditamos que em um e outro caso não se pode falar em realidade de verdadeiras cartas.

Assim, para Casquero (1983), o critério de delimitação deveria ser norteado mais pela autenticidade da relação entre remetente e mensagem do que pelo formato epistolar em si ou por sua aparente finalidade comunicativa. Nesse sentido, o autor (1983, p. 404) afirma que a carta proêmio não seria mais que um autêntico proêmio, em verso ou em prosa: tendo como exemplo as *Siluae* de Estácio, Casquero considera que a carta proêmio seria apenas uma dedicatória, em forma de introdução, que adota de forma parcial o aparato externo de uma carta; ao mesmo tempo, considera não ser apropriada a qualificação de epístola para produções que, como as de Horácio e Ovídio, receberam tal definição. Em seu argumento, Casquero alega que o fato de um poema estar dirigido a uma pessoa não justifica sua qualificação como epístola, e o próprio Horácio ‘denominava seus trabalhos de *sermones*, ou seja, conversações.’

Além disso, prossegue Casquero (1983, p. 405), o conteúdo moral ou retórico dessas composições horacianas, cuja linguagem seria mais familiar e mais próxima das *Odes* e dos *Epodos*, as aproximaria dos tratados filosóficos ou retóricos em hexâmetros. Finalmente, para o autor, a produção ovidiana seria ainda menos epistolar que a de Horácio: as *Heroides* deveriam ser consideradas como autênticas elegias, cujo conteúdo as aproxima dos monólogos trágicos. Do mesmo modo, as epístolas do exílio (*Tristia* e *Ex Ponto*) seriam, na realidade, elegias lacrimosas cujo contato com uma carta autêntica residiria apenas no endereçamento a um destinatário, ‘cujo nome nunca é mencionado nas *Tristia* e algumas vezes nas *Ex Ponto*.’ Isso quando, continua Casquero, não seriam um produto híbrido, como o segundo livro das *Tristia*: seu *exordium*, *propositio*, *probatio* e *refutatio*, as transformaria em peças oratórias de verso elegíaco. O problema, em si, pondera o autor, não estaria na utilização do verso, pois Casquero destaca que vinte e sete epístolas da correspondência mantida entre Ausônio e Paulino de Nola também estão em verso, mas o seu conteúdo seria mais próximo do que ele entende por carta.

Essa justificativa de Casquero não convence no caso de Ovídio, que usa diversas vezes o termo epistula para designar esses poemas, além de empregar diversos topoi característicos do gênero epistolar. Torna-se, então, pertinente destacar quais os pontos da argumentação de Casquero (1983) que inviabilizariam a inclusão de tais obras no seu conceito de gênero epistolar:

A- cartas verdadeiras em oposição a cartas falsas ou ficcionais;

B- conflito entre o fato de se possuir a forma-estrutura de uma carta com sua intenção introdutória-dedicatória, no caso das *Siluae* de Estácio;

C- o conteúdo moral ou retórico dos *sermones* de Horácio, assim como sua linguagem, extensão e título, não seriam apropriados a uma carta (apesar de que a carta era repetidamente referida como uma “conversa entre amigos” pelos antigos);

D- objetivo e linguagem, no caso de parte da produção ovidiana, que seriam na realidade poemas líricos.

Mediante outro raciocínio, García (1974, p. 437) diverge parcialmente de Casquero (1983) e oferece outra tipologia, distinguindo quatro tipos fundamentais de cartas:

A- a carta mensagem, geralmente sucinta, apresentada por emissários (*legatos*);

B- a carta intercâmbio entre amigos;

C- a carta tratado, de exposição doutrinal;

D- a carta prêmio ou dedicatória.

Quanto ao terceiro tipo de carta, García (1974, p. 437) destaca que um dos mais intrincados problemas da epistolografia grega seria o de identificá-las como autênticas ou falsas. Em relação à carta dedicatória, a autora defende sua inclusão no gênero epistolar, alegando que ela teve um amplo desenvolvimento posterior no mundo medieval. Entretanto, em consonância com Casquero, a autora considera que as epístolas de caráter poético, como as de Horácio e de Ovídio, não deveriam pertencer ao gênero epistolar, pois seriam frutos da ficção poética e a sua “razão de ser” estaria desvinculada da realidade cotidiana:

*Otro tipo es el que nasce como exigencia de la creación poética: epístolas cuyo carácter poético viene dado no ya por la forma versificada – en verso están escritas las cartas de Ausonio a Paulino, y son verdaderas epístolas de intercambio entre amigos -, sino por su razón de ser, que no mira a la realidad cotidiana (aunque se apoye en ella), sino a la ficción poética; es el caso de las epístolas de Horacio, o, en otro ejemplo aún más evidente, las Heroidas de Ovidio. No has he enumerado al hacer la exposición histórica, ni pertenecen al género literario que aquí tratamos. (GARCÍA, 1974, p. 437 – destaque nosso)*

Outro tipo é aquele que nasce como exigência da criação poética: epístolas cujo caráter poético vem dado não já pela forma versificada – em verso estão escritas as cartas de Ausônio a Paulino, e são verdadeiras epístolas de intercâmbio entre amigos -, senão por sua razão de ser, que não visa a realidade cotidiana (ainda que nela se apoie), senão a ficção poética; é o caso das epístolas de Horácio, ou, num outro exemplo ainda mais evidente, as *Heroides* de Ovídio. Não as enumearei ao fazer a exposição histórica, nem pertencem ao gênero literário que aqui tratamos.

Apesar de incluir modalidades que seriam suprimidas por Casquero (1983), pode-se entender que, para García (1974), a delimitação do que seria uma carta não está vinculada com o conteúdo ou a forma, mas com a definição entre real e ficcional, o utilitário e o poético.

Uma terceira forma de se pensar a delimitação está mais intimamente ligada ao próprio desenvolvimento da carta como processo comunicativo. Ceccarelli (2013, p. VIII), investigando a evolução da escrita na Grécia e tentando identificar em que momento a carta foi percebida como um modo distinto de texto e, portanto, como um gênero literário, afirma que, até o final do século V AEC e o início do IV AEC, a carta, na Grécia, não era sequer percebida como tal, pois não haveria diferença conceitual e terminológica que a distinguisse de uma outra mensagem qualquer. Seu critério baseia-se no fato de que, até esse período, as cartas não mostram traços das fórmulas usuais de abertura e encerramento, se parecendo mais como uma versão escrita de uma mensagem oral de alguém que não pode usar diretamente a sua voz.

Segundo Ceccarelli (2013, p. 36), a partir do momento em que é possível perceber um formato epistolar estável e compartilhado, pode-se, então, apreciar um gênero epistolar na Grécia. Além disso, prossegue a autora, o fato de a fórmula de saudação grega ter permanecido com poucas alterações por quase setecentos anos, mesmo que sua sintaxe começasse a ficar antiquada segundo os gramáticos antigos, mostraria o quão forte se tornou a tradição de escrita de cartas. Assim, para a autora, independentemente do conteúdo, do objetivo e da ficcionalidade, o único elemento comum de uma carta seria a conformidade com uma estrutura que, aos poucos, se tornou padrão. A partir disso, Ceccarelli (2013, p. 6) oferece uma nova tipologia e sugere uma divisão do *corpus* epistolar em três grupos principais:

A- cartas pessoais, privadas ou documentais que contenham um propósito prático e específico;

B- cartas literárias, formando uma categoria muito ampla, indo de tratados filosóficos a apologias ficcionais, incluindo também as cartas mencionadas dentro de outros trabalhos narrativos;

C- cartas oficiais, diplomáticas ou burocráticas entre indivíduos que representam uma autoridade de governo, como reis, magistrados, imperadores ou coletividades.

Todavia, Ceccarelli (2013, p. 7) reconhece que essa distinção aparentemente clara esconderia uma realidade complexa: muitas cartas privadas tratam também de assuntos econômicos e poderiam ser arquivadas como registros de transações, o que as retiraria da

esfera puramente pessoal. De forma similar, cartas privadas de figuras particularmente famosas ou importantes poderiam ser guardadas pensando em sua posterior publicação e, nesse aspecto, diferenciam-se radicalmente das cartas preservadas em chumbo ou papiro e que sobreviveram ao acaso. Por último, problematiza a autora, ‘como definir o nível de literalidade de uma carta?’. Essa questão é de fato extremamente relevante.

Para ilustrar melhor este aspecto, Ceccarelli (2013, p. 7) ressalta que o formato epistolar poderia ser usado para diferentes tipos de comunicações públicas: cartas abertas de intuito propagandístico, cartas de consolação, tratados, encômios (louvores), panfletos e apologias. Existiram também as cartas forjadas, atribuídas a pessoas famosas ou a figuras históricas / mitológicas: textos fascinantes, acrescenta a autora, que, mesmo sem a intenção de serem tidas como cartas reais, ainda assim atraíam certa audiência, permitindo aos leitores obter uma sensação voyeurística com a ilusão de ruptura da privacidade epistolar.

Por outro lado, até mesmo a correspondência oficial, aparentemente mais fácil de categorizar, poderia receber diferentes divisões, como no caso da correspondência do imperador, frequentemente mesclada de assuntos pessoais e oficiais. Além disso, uma simples carta administrativa, prossegue Ceccarelli (2013, p. 8), cuja primeira função seria a de resolver alguma questão, transmitir uma mensagem ou impor uma decisão, poderia igualmente, ao ser monumentalizada numa inscrição em pedra, contemplar um propósito propagandístico a favor da autoridade emissora ao da comunidade favorecida pela inscrição. Por vezes, esclarece a autora, esta última função se tornava a mais importante e era o que justificava sua própria preservação.

Com relação ao caráter monumental da carta, é relevante fazer um parêntese para destacar uma passagem de Sêneca na qual ele promete a Lucílio que seus nomes seguiriam imortalizados através de suas epístolas, da mesma forma que Idomeneu esteve vinculado à correspondência de Epicuro e Ático à de Cícero:

Quem conheceria hoje Idomeneu se o filósofo o não citasse na sua correspondência? Todos os grandes da corte, todos os sátrapas, o próprio rei que concedeu o cargo a Idomeneu, jazem no mais profundo esquecimento. São as cartas de Cícero que não deixam esquecer o nome de Ático. De nada lhe serviria ter tido como genro Agripa, como “genro-neto” Tibério, como bisneto Drusso César; no meio de tão ilustres nomes, o nome de Ático permaneceria esquecido se Cícero o não tivesse ligado para sempre ao seu. Um dia passará sobre nós toda a profundidade do tempo [...] O mesmo que Epicuro prometeu ao seu amigo, eu to prometo a ti, Lucílio: a posteridade há-de recordar-se de mim, hei-de fazer com que alguns nomes perdurem por estarem ligados ao meu. (Sen. *Ep. Luc.* 21, 4-5 – Trad. Segurado e Campos)

Retomando Ceccarelli (2013, p. 8), após todas as considerações apresentadas anteriormente, a autora assevera que talvez o melhor caminho seja evitar impor um excesso de distinções precisas aos vários tipos de cartas e aceitar que existe uma fluidez inerente à escrita epistolar.

Porém, até onde é possível estender essa delimitação ou se está disposto a aceitar essa fluidez? Expandindo as fronteiras até o Oriente Próximo, no livro *Ancient Aramaic and Hebrew Letters*, James Lindenberger (2003, p. 10) afirma que, apesar da falta de homogeneidade cultural da região, existem lugares comuns suficientes na estrutura e na formulação de cartas que justificariam falar-se em uma tradição epistolar internacional. Lindenberger aponta que existem maneiras parecidas de se formular endereçamentos e saudações, e estas perpassam as línguas e os ambientes históricos. Segundo o autor, entre o acádio, no segundo milênio AEC, e o grego, no período helenístico, o aramaico foi a principal língua de comunicação entre as culturas do Oriente Próximo, sendo utilizado como língua franca para fins governamentais, comerciais e pessoais, do Egito à Turquia, da Síria à Mesopotâmia. De uma maneira geral, destaca Lindenberger (2003, p. 10), as mensagens desse período compartilham certa semelhança estrutural que as identificaria como um grupo epistolar. Contudo, como será abordado adiante, os requisitos estruturais que Lindenberger julga serem necessários para que uma mensagem seja considerada como uma carta são diferentes dos elencados por Ceccarelli (2013). Assim, nem todos os textos apresentados pelo primeiro seriam classificados como carta pela autora.

Nesse sentido, Trapp (2003, p. 2) lista uma série de aspectos que precisam ser levados em consideração quando se avalia a produção epistolar antiga: as diferentes línguas e dialetos; os diversos pontos no tempo e espaço em que as mensagens foram compostas; os variados materiais nos quais as cartas eram escritas; as distintas origens sociais e educacionais dos interlocutores, que se traduzem em muitos níveis de sofisticação estilística e conceitual. Sobre este último ponto, Trapp (2003, p. 5) enfatiza que as cartas são tão variadas como as possibilidades de intercâmbios sociais e políticos, e que essa diversidade, aparentemente, parece proporcionar elementos para uma classificação em termos de contexto e conteúdo comunicativo. Mas é uma ‘promessa escorregadia’, complementa o autor, pois a diversidade é demasiadamente grande para ser restrita a um grupo coeso de categorias. Nessa ótica, criam-se mais problemas que soluções, pelo que Trapp considera como uma ‘teimosa recusa em aceitar’ que as cartas dificilmente se ajustam a uma única função comunicativa.

Além disso, Trapp (2003, p. 4) questiona qual seria a utilidade de se estabelecer uma categorização sólida ao gênero epistolar. Um contraste muito brusco entre “real” e “ficcional”, exemplifica o autor, ignora o fato de que nenhuma carta é simples ou direta transcrição da realidade; isto para não dizer que todas as cartas são de fato ficcionais. Trapp (2003, p. 4) conclui afirmando que traçar linhas divisórias podem retirar o foco do que ele considera o mais importante, isto é, reconhecer o que as cartas têm em comum, quais características compartilham, qual conteúdo, quais tópicos e de como estes elementos podem ajudar a apreciar melhor cada item individual. Mapear sua diversidade para fixar rótulos aos seus constituintes é por demais problemático, enfatiza o autor.

Antes de se tentar apresentar uma resposta para o problema da delimitação, faz-se necessário, porém, explorar duas questões igualmente delicadas, para não dizer intrigantes: o que era, no mundo antigo, o objeto físico “carta”? Como os gregos e os romanos se referiam a elas?

### **1.1.2 A carta, do ponto de vista dos materiais e de sua terminologia**

Ah!, malvados daqueles por causa de quem tenho de ensinar tais coisas!; e não é seguro responder, senão depois de bem raspada a cera, não vá a mesma tabuinha guardar vestígios de duas mãos. (Ov. *Ars.* III, 489-496 – Trad. Carlos Ascenso André)

Como mencionado, as cartas mais antigas foram escritas em diferentes materiais. Até mesmo as que foram monumentalizadas e preservadas em pedra foram escritas, anteriormente, em outro tipo de material e enviadas por um mensageiro. Classificadas como documentos e agrupadas em torno do conceito de epigrafia, essas cartas têm recebido recentemente um tratamento diferenciado e passaram a ser reunidas em coleções exclusivas de correspondências.<sup>10</sup>

Além disso, graças às descobertas arqueológicas ao longo do século XX EC, o número de cartas preservadas cresceu consideravelmente. Para as epístolas gregas do período arcaico, Ceccarelli (2013, p. 35) informa que seu número gira em torno de quarenta e dois exemplares. Provenientes de várias regiões do mundo Mediterrâneo, a maioria diz respeito a transações comerciais e pequenas trocas, sendo poucas as relacionadas a comunicações pessoais. Foram encontradas oito na Ática, quatro de cerâmica e quatro de chumbo; duas de chumbo na

---

<sup>10</sup> A plataforma virtual [www.csad.ox.ac.uk](http://www.csad.ox.ac.uk) do *Centre for the Study of Ancient Documents*, vinculado à Universidade de Oxford, oferece uma consulta a diferentes achados arqueológicos, como as tábuas de madeira de Vindolanda e aos papiros egípcios de Oxirrinco, além de outros links de interesse. Último acesso em 15/09/20. Para a correspondência oficial entre Grécia e Roma preservada em pedra, ver SHERK (1984).

Calcídica; vinte e duas no entorno do Mar Negro, quatorze de chumbo e oito de cerâmica; nove na Sicília e no Golfo de Marselha, sete de chumbo e duas de cerâmica.<sup>11</sup>

Trapp (2003, p. 8) pondera que, além da simples emoção proporcionada pelo contato direto com essas cartas e pessoas do mundo antigo, tanto no âmbito da vida cotidiana quanto na relação de negócios, a sobrevivência destes exemplares permite um acesso especial a questões próprias do processo comunicativo: a maneira de se escrever, o preparo, a selagem e o envio, além de mostrar como eram endereçadas do lado de fora. Com relação a este último aspecto, é possível encontrar tanto instruções adicionais, escritas para ajudar o mensageiro a encontrar o local e o destinatário corretos, quanto recomendações, visando assegurar que a carta fosse lida assim que entregue e, se necessário, que fosse também traduzida para o destinatário que não pudesse ler ou falar grego. Em certa medida, acrescenta Trapp, pode-se ter uma ideia sobre quem a escreveu: a presença de uma escrita particularmente habilidosa; uma mudança de escritor durante a redação; ou uma saudação final, sugerindo que a composição fora feita por secretários ou escribas.

Assim, com relação ao material no qual foram escritas, as cartas podem ser agrupadas em cinco grupos:

#### I- Cerâmica:

*Ostraca* (plural de *ostracon*) são as cartas escritas, a tinta e pena, em pedaços quebrados de argila-cerâmica. O termo é algumas vezes ampliado para incluir textos escritos em lascas de calcário. Tipicamente, *ostraca* hebreus e aramaicos são pequenos, indo do tamanho da palma da mão ao de duas palmas unidas, e contêm de quatro a pouco mais de uma dúzia de pequenas linhas escritas. Costumam apresentar a mensagem escrita no lado côncavo, mas um grande número utiliza o lado convexo. Não raro, uma mesma peça registra duas cartas diferentes, uma em cada lado. É possível perceber, também, que alguns *ostraca* foram reutilizados com outras mensagens (LINDENBERGER, 2003, p. 5).

---

<sup>11</sup> É possível vislumbrar parte da rede comunicativa no mundo antigo por meio da plataforma <http://proxenies.csad.ox.ac.uk/>. Último acesso em 15/09/20.



Figura 1 - Carta privada, pedaço de cerâmica - O. Claud. II 270. FONTE: MALTOMINI (2012/2013).

Lindenberger (2003, p. 5) considera que, no ambiente urbano, esses pequenos pedaços de cerâmica poderiam ser encontrados facilmente nas ruas e, portanto, também eram utilizados para escrever pequenas notas ou bilhetes. Contudo, com relação aos *ostraca* de Elefantina (ilha do Nilo, sul do Egito) o autor admite que poucas cartas apresentam marcas formais do estilo epistolar, tornando-se, frequentemente, enigmáticas:<sup>12</sup>

Certifique-se que Uriyah me envie a escrava para tecedura. Entregue-a para Gemaryah, filho de Ahyo, e deixe-o determinar o pagamento dela e a envie de volta a Uriyah. Além disso, veja a nossa própria Tetosiri. Faça com que ela seja marcada no braço logo abaixo da marca que já está lá. Ele me escreveu que é melhor ele não encontrar a escrava dele marcada com o nome dele. Agora [...]. Tenha cuidado para que o meu nome e o de Malkiyah sejam escritos. Além disso, quando você ouvir que os oficiais estão fazendo o pagamento de salários em Syene, me avise. Certifique-se que Nakht, o escravo que eu trouxe junto comigo – envie-o para mim. O escravo que te enviei pelo rio Mênfis, e o grande escravo Malkiyah me deu – faça-os enviados para mim. (18. Bodleian Aram. Inscr. 1 [perdida]. IN: LINDENBERGER, 2003, p. 48)

Para minha mãe Qawwileyah de seu filho [...]. Eu te envio saudações! Isto é para que você saiba que seu parceiro Nefna, o pastor de Sahmeri, veio para Syene com ovelhas para vender. Venha para Syene hoje e o ajude. Se você lhe fizer um favor em Syene, então ele fará um para mim. Ele me prometeu ‘venha até minha casa e eles irão te dar uma cabra para ti antes dela chegar onde tu estás’. Eles voltaram e não puderam fazer isso. Eles estão inventariando o pão e a farinha. Mas agora ele veio. Pergunte a ele ‘o que você quer que nós façamos?’ (17. Cambridge 131-133. IN: LINDENBERGER, 2003, p. 46)

Por outro lado, Ceccarelli (2013 p. 37) argumenta que um *ostrakon*, apesar de barato e facilmente encontrado, não era tão fácil de ser guardado, sendo mais pesado e incômodo que

<sup>12</sup> Retraduções do inglês. Texto original em hebraico.

outros materiais, e conseqüentemente, menos conveniente para ser enviado numa longa distância. Ainda mais importante, complementa a autora, sua mensagem não podia ser escondida ou selada, e estas diferenças afetariam não apenas a escrita, como também o tipo de mensagem enviada.

## II- Couro:

Para as cartas do Oriente Próximo, Lindenberger (2003, p. 5) afirma que o couro, por vezes descrito como pergaminho, era o segundo material mais utilizado, sendo amplamente empregado na Mesopotâmia.



Figura 2 - Carta de um príncipe persa do séc. V AEC, pedaço de couro - Pell. Aram. XIV int. FONTE: Arshama Project - <<https://arshama.bodleian.ox.ac.uk/letters>> - último acesso em 13/01/19.

Heródoto (Her. *Hist.* V, 58, 3) afirma que os Jônios usavam o termo *diphthéra* (διφθέρα - pele, couro) para a folha de papiro porque, nos tempos antigos, pela raridade deste material, utilizava-se a pele de cabras ou ovelhas. Contudo, *diphthéra* não se tornou um termo específico para carta e seu uso parece ter sido mais comum entre os séculos VI-V AEC (CECCARELLI, 2013, p. 16).

## III- Papiro:

Amplamente utilizado no Egito desde os tempos remotos, o papiro, destaca Lindenberger (2003, p. 6), foi o meio de escrita “macio” mais conveniente e barato de toda a Antiguidade egípcia. O autor conjectura que o papiro também pode ter sido utilizado na Mesopotâmia, mas como não podia ser produzido localmente, os custos de importação devem tê-lo tornado pouco comum.



Figura 3 - Carta de Hérmiás, pedaço de papiro - P.Oxy. IX 1223. FONTE: Photographic Archive of Papyri in the Cairo Museum - <<http://ipap.csad.ox.ac.uk>> - último acesso em 13/01/19.

Trapp (2003, p. 7) aponta que foram encontradas quase mil cartas em papiro, sobretudo do Egito ptolomaico e romano, datando de 260 AEC até o final da Antiguidade. Abrangendo correspondência privada, de negócios e oficial, os papiros foram escavados a partir de pilhas de material descartado no deserto, próximas de Oxirrínco (moderna el-Bahnasa). O autor destaca que a maioria das cartas está escrita em grego, língua da classe governante egípcia, mas é possível encontrar um bom número delas em latim, língua política e oficial do exército após a conquista de Otaviano. Na obra *Ancient letters: Classical e Late Antique Epistolography*, Ruth Morello e Andrew Morrison (2007, p. IX) destacam que um número significativo de cartas em papiro contém ordens ou instruções, tanto a respeito de presentes que as acompanhavam quanto a respeito de decisões que precisavam ser feitas e implementadas pelo escritor ou destinatário.

Com relação à terminologia, Ceccarelli (2013, p. 15) destaca que *byblion* (βυβλίον ou βιβλίον), derivado de *býblos* (papiro – βύβλος), é o termo mais importante associado ao material no qual uma mensagem foi escrita dentro das referências literárias gregas. Segundo a autora, *byblion* parece ter em Heródoto o sentido de “rolo de papiro”, mas quase provavelmente indica “carta” em oito passagens. Pela Antiguidade clássica, continua a autora, o termo foi igualmente utilizado para designar livro, rolo de papiro, documentos em geral e também carta, sendo que em Políbio e Diodoro Sículo, *bybliaphóros* (βυβλιαφόρος) significa “transportador de carta”. Ceccarelli assevera que, aos poucos, *byblion* passou a ser cada vez mais associado com o livro, “livro rolo”.

Nesse ponto, Casquero (1983, p. 399) coloca em evidência uma passagem de Sêneca que pode estar relacionada com o processo de leitura de uma carta em papiro. Ao ler uma carta, indica o autor, desenrolava-se o material com a mão direita enquanto se enrolava a parte já lida com a mão esquerda:

Mas para não exceder a dimensão normal de uma epístola, que não deve encher a mão esquerda do leitor, adiarei para outra ocasião esta discussão com os dialéticos. (Sen. *Ep.Luc.* 45, 13 – Trad. Segurado e Campos)

Segundo Gavin Betts e Daniel Franklin (*Beginning Latin Poetry Reader*, 2006, p. 20), o rolo de papiro, formado pela junção de diferentes folhas separadas, tornou-se o que hoje traduzimos por “livro” (*liber*). Dessa forma, obras mais extensas eram enumeradas de acordo com a quantidade de rolos de papiro necessários para sua transcrição, em outras palavras, os doze livros da *Eneida* de Virgílio representavam doze rolos de papiro. Entretanto, como demonstrado pelo exemplo acima de Sêneca, a leitura de um rolo de papiro tinha os seus inconvenientes.

Por outro lado, as cartas em papiro podiam ser agrupadas e guardadas mais comodamente na forma de rolo (*uolumen*). Cícero, por exemplo, informa a Ático em determinado momento que sentiu a necessidade de reler todos os conselhos que o amigo havia lhe enviado anteriormente:

*Nam cum ad hunc locum uenissem, evolui uolumen epistularum tuarum quod ego sub signo habeo seruoque diligentissime.* (Cic. Att. IX, 10, 4)

Na realidade, ao chegar a esse assunto, desenrolei um rolo de tuas epístolas, que mantenho seladas e conservo com a maior diligência.

#### IV- Chumbo:

Segundo Ceccarelli (2013 p. 37), sendo mais ou menos disponível segundo a região, uma lâmina de chumbo podia ser facilmente guardada e reutilizada. Era passível de ser enrolada ou dobrada como uma mensagem selada, apresentando os nomes do emitente e do destinatário do lado de fora. Frequentemente, prossegue a autora, tinha uma superfície melhor para a escrita do que um *ostrakon*, facilitando assim a composição de mensagens maiores e mais complexas; por isso, se adequava melhor para comunicações de longa distância. Por ser uma peça robusta, complementa Trapp (2003, p. 7), tinha grandes chances de não ser destruída durante o transporte; além disso, se dobrada, dificultava a adulteração ou a leitura indesejada.

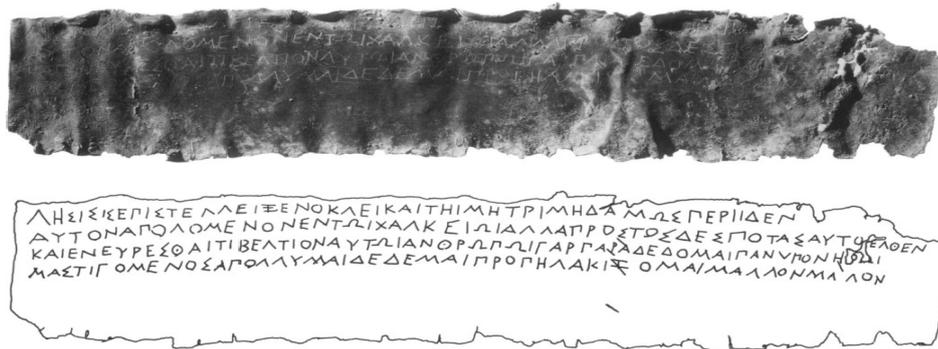


Figura 4 - Carta privada, pedaço de chumbo – Agora II 1702. FONTE: JORDAN (2000).

De acordo com Ceccarelli (2013, p. 16), o termo grego utilizado é o *molybdion* (μολύβδιον, pequeno pedaço de chumbo), sendo empregado também para designar diferentes tipos de mensagens, desde relatórios de templos até transações comerciais.

#### V- Madeira:

Ceccarelli (2013, p. 15) informa que o termo *pinax* (Πίναξ) é encontrado na *Odisseia* com os sentidos de “tábua de madeira” e “prato” (Hom. *Od.* XII, 67; *Od.* XIV, 141 respectivamente), sendo igualmente utilizado na *Iliada* para designar a carta de Belerofonte. Contudo, para a autora, o termo está conectado com outros tipos de objeto, tais como tabuletas votivas, listas, pinturas e catálogos. Ainda segundo a autora, em sua acepção de tábua escrita, *pinax* compete também com o termo *deltos* (δέλτος); seu diminutivo *deltion* (δελτίον) ocorre com frequência no drama do século V AEC para indicar tábuas escritas, metafóricas ou reais, assim como cartas. Por outro lado, Heródoto emprega *pinax* para se referir a um mapa geográfico (Her. *Hist.* V, 49) e *deltos* (Her. *Hist.* VII, 239) para uma carta enviada por Demarato, rei de Esparta. Finalmente, Ceccarelli (2013, p. 15) destaca que a *Segunda carta platônica* se identifica a si mesma como um *deltos*.

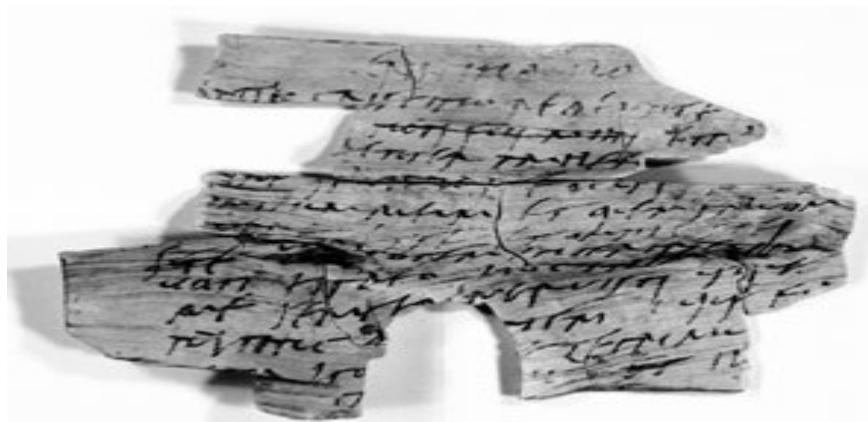


Figura 5 - Fragmento de carta, pedaço de madeira – Tablet 225, Vindolanda Inventory No. 29,31. FONTE: Vindolanda Tablets Online - <<http://vindolanda.csad.ox.ac.uk/>> - último acesso em 13/01/19.

A partir dos exemplos latinos, observa-se que a mensagem poderia ser escrita diretamente na peça de madeira (*tabula* e seu diminutivo *tabella*) ou grafada em uma camada de cera que a revestia. Nas *Báquides* de Plauto, a carta ardilosa<sup>13</sup> de Crísalo é constituída por um conjunto de tabuinhas cobertas de cera (*tabellae* e *cera*) e escritas com a ajuda de um estilo de ferro ou osso (*stilum*). Reunidas e enroladas em um pedaço de linho (*linum*), o conjunto era depois selado para garantir sua autenticidade:

*CH. Nunc tu abi intro, Pistoclere, ad Bacchidem, atque efer cito.*  
*PI. Quid? CH. Stilum, ceram et tabellas, linum.*  
[...]  
*CH. Cape stilum propere et tabellas tu has tibi.*  
*MN. Quid postea?*  
*CH. Quod iubebo scribito istic. Nam propterea <te> volo scribere, ut pater cognoscat litteras quando legat. Scribe.*  
(Plaut. *Bac.* 714-731 – destaque nosso).

Crísalo: Agora tu, Pistoclero, vá para a casa da Báquide e traga rápido.  
Pist: Trazer o que? Crís: Um estilete, cera, tabuinhas e um pedaço de linho.  
[...]  
Crís: Pega depressa e segura o estilete e essas tabuinhas.  
Mnesíloco: O que eu faço agora?  
Crís: Escreverá as coisas que eu for falando. Pois quero que você escreva para que seu pai reconheça as letras quando estiver lendo. Escreve!

Betts e Franklin (2006, p. 20) destacam que as tabuinhas de madeira podiam receber pequenos furos em suas extremidades a fim de serem agrupadas e unidas por uma fita de couro, formando uma espécie de livro (*caudex*). Além disso, mostravam-se muito práticas quando revestidas pela camada de cera, o que inclusive facilitava a sua reutilização.

Na *Ars amatoria* de Ovídio, é sugerido às mulheres um estratagema para se escreverem cartas comprometedoras: a fim de não correrem o risco de serem denunciadas, chantageadas ou feitas reféns de suas próprias palavras, as epistológrafas apaixonadas deveriam treinar diferentes grafias, certificando-se de apagarem bem os vestígios da escrita anterior:

Eu vi mulheres empalidecerem com pavor disso

<sup>13</sup> Em comparação com as cartas de condenação citadas no início do capítulo, Plauto usa, como recurso cômico, cartas enviadas por um mensageiro que deve ser preso. No entanto, o conteúdo dessas cartas foi ditado pelo próprio mensageiro, o esperto escravo Crísalo, com “segundas e terceiras intenções”.

e suportarem, desgraçadas, esses escravos por todo o sempre.  
A meu ver, é permitido evitar a perfídia com perfídia;  
e pegar em armas contra gente armada, as leis o consentem.  
Que a mesma mão se acostume a traçar grande variedade de letras [*multas figuras*],  
(ah!, malvados daqueles por causa de quem tenho de ensinar tais coisas!);  
e não é seguro responder, senão depois de bem raspada a cera [*deletis ceris*],  
não vá a mesma tabuinha [*una tabella*] guardar vestígios de duas mãos [*geminas manus*].  
(Ov. *Ars.* III, 489-496 – Trad. Carlos Ascenso André – destaque nosso)

Com relação às tábuas de Vindolanda, Trapp (2003, p. 9) informa que elas foram descobertas em 1973 em um trecho da muralha de Adriano. De tamanho variado (cartão postal ou menor, entre 1-5 mm de espessura), fazem parte da “papelada” da guarnição romana de fronteira e dos civis associados: relatórios militares, ordens e aplicações; listas; correspondência entre os oficiais da guarnição e suas esposas. Segundo o autor, os textos encontrados permitem vislumbrar detalhes do dia a dia e, de certa maneira, preocupações mundanas, como quanto ao suprimento de cerveja, listas de vestuário e referências à população próxima local.

### 1.1.3 Termos que podem designar uma carta

De Roma, recebi um pacote de cartas sem nenhuma epístola tua; ao que, considerando que tu estavas em Roma e com saúde, ponho a culpa em Filotimo, não em ti. (Cic. *Att.* V, 17, 1)<sup>14</sup>

Outro elemento que dificulta a delimitação do que é uma carta é a ausência de um termo específico para designar a comunicação epistolar, possivelmente reflexo dessa ampla variedade de materias. É bem possível que o termo latino *epistola* tenha sido empregado, com frequência cada vez maior, para se referir à carta; contudo, outros termos com sentido parecido coexistiram. O próprio *epistolé* grego, até o período clássico, tinha diferentes acepções de acordo com cada autor. Assim, além dos materiais múltiplos que poderiam ser empregados na escrita de uma carta, existiam termos distintos que, dependendo do contexto, podiam ou não estar associados com o ato de se enviar ou receber cartas.

#### I- Terminologia grega:

Para o grego, Ceccarelli (2013, p. 16) destaca que um grupo desses termos é formado por derivados do verbo *grápho* (γράφω - arranhar, grafar, escrever), sendo o *grámmata*

<sup>14</sup> *Accepi Roma sine epistula tua fasciculum litterarum; in quo, si modo ualuisti et Romae fuisti, Philotimi duco esse culpam, non tuam.*

(γράμματα) o mais importante entre eles. Heródoto utiliza *grámmata* para vários tipos de escrita, em particular para inscrições, mas também para cartas. Tucídides utiliza *graphé* (γραφή) para se referir a uma carta entre Pausânias e o rei Xerxes (Tuc. *Hist.* I, 128), e *grammátion* (γραμμάτιον) como pequeno bilhete. A conotação desse grupo, prossegue a autora, mudou bastante no decorrer dos anos, mas o ponto principal é que parecem estar relacionados com o aspecto visual (permanência e estabilidade da escrita) e sonoro da mensagem uma vez vocalizada. Ceccarelli (2013, p. 230) sublinha que, na tragédia *Ifigênia em Áulis* de Eurípides (séc. V AEC), *grámmata* aparece como “as coisas escritas” em uma placa de madeira (*délton*).

Derivado do verbo *epístelo* (ἐπιστέλλω - enviar, ordenar, mandar), Ceccarelli (2013, p. 17) aponta que o substantivo *epistolé* (ἐπιστολή) é utilizado por Ésquilo e Sófocles com o sentido de “ordem oral, injunção”, mas sem correlação direta com carta. O plural *epistolai* é usado por Eurípides tanto para uma ordem transmitida oralmente como para uma comunicação escrita: em *Hipólito*, Teseu vê um *déltos* na mão de Fedra, assume que a esposa escrevera instruções (*epístolas égraphen*) para ele, rompe o lacre e lê o *déltos*. Alguns versos depois, o herói se lamenta diante do conteúdo do *déltos*:

Oh, oh!  
O que é esta tabuleta suspensa na sua querida mão?  
Deseja indicar algo novo?  
Contudo, uma carta [ἐπιστολὰς] sobre o casamento e sobre os filhos a miserável escreveu pedindo [ἔγραψεν - ἐξαίτουμένη] algo?  
[...]  
Vou desenrolar a cobertura dos sinetes,  
e ver o que esta tabuleta [δέλτος] deseja me dizer.  
[...]  
Grita, grita horrores a tabuleta [δέλτος]! Para onde fugirei com o peso destes males? Pois pereci, estou destruído, tal, tal é a melodia que contemplei, nas linhas, proclamada, sou infeliz!  
(Eur. *Hip.* 856-880 – Trad. Fernando Silva - destaque nosso)

Em outro exemplo de Eurípides, retirado agora de *Ifigênia em Táurida*, Ceccarelli (2013, p. 17) enfatiza a diferença entre *déltos* e *epistolai*, o primeiro termo indicando “mensagem” (traduzido como “missiva”) e o segundo “pedidos, solicitações” (traduzido como “carta”):

Temo que, ao regressar deste solo,  
não faça conta de minha missiva [ἐπιστολὰς]  
quem for levar esta carta [δέλτον] a Argos.

(Eur. *Ifig. Tau*. 731-733. Trad. Jaa Torrano - Destaque nosso)

*Epistolai* também aparece quatro vezes em *Ésquilo* (séc. VI-V AEC) sem implicação direta com escrita, significando “conselho, ordem” em contexto de diálogos face a face. Já em *Sófocles* (séc. V AEC), acrescenta a autora (2013, p. 199), *epistolai* ocorre também quatro vezes, duas delas claramente se referindo a um pedido oral. Já nas *Traquínicas*, Ceccarelli (2013, p. 202) destaca que um *déltos* de Hércules a Dejanira é mencionado no prólogo e esta, após ser informada a respeito do destino de Iole, pede que Licas envie a Hércules seus “pedidos de palavras” (ὥς λόγων τ’ ἐπιστολάς) e presentes (v.493).

Ceccarelli (2013, p. 18) conclui que, somente a partir de Xenofonte (séc. V-IV AEC), *epistolé* significará sistematicamente uma carta, sendo o singular utilizado para se referir a uma e o plural (*epistolai*) para um conjunto, tornando-se este último um termo ainda mais específico que o primeiro (CECCARELLI, 2013, p. 199). Ainda assim, pondera a autora, Políbio (séc. II AEC) emprega diferentes referências à comunicação epistolar: *epistolé* ocorre 58 vezes; *gramma* ou *grámmata* 23 vezes; e *grammatóphoros* (portador de cartas, primeiro registro do termo) 11 vezes (CECCARELLI, 2013, p. 168).

Ceccarelli (2013, p. 18-19) reúne então suas observações em três pontos principais:

A- Até o quarto século AEC, não havia um termo específico para carta, apesar de que no quinto AEC, os mais próximos eram *grámmata* e *epistolé*. O primeiro referente a cartas e outros tipos de escritos, o segundo para ordens verbais e injunções escritas. Quando o escritor queria deixar claro que se tratava de uma carta, uma das soluções adotadas era especificar o material de escrita: *déltos*, *pínax*, mas também *grámmata*;

B- É possível distinguir melhor entre os dois termos *grámmata* e *epistolé*: o primeiro enfatiza o aspecto visual e externo da escrita, enquanto que o segundo reforça o seu conteúdo. Consequentemente, a distinção, no inglês, entre *letter* (carta) e *epistle* (epístola), defendida por estudiosos modernos para definir a primeira como uma expressão direta do sentimento do autor e a segunda como um documento literário mais elaborado, não tem fundamento na terminologia grega antiga.<sup>15</sup> Ou melhor, essa distinção não é apropriada para expressar a maneira como os antigos concebiam a comunicação epistolar;

C- O fato de o termo *gramma* ser usado para indicar “cartas” não deve ser considerado como uma forte relação entre escrita e epistolário, pois *gramma* seria simplesmente um termo não marcado.

---

<sup>15</sup> Esse ponto será desenvolvido mais a frente.

## II- Terminologia latina

No latim, a distinção entre o plural *litterae* e o singular *epistula* parece ter seguido o rumo inverso do grego: *epistula* se referindo à carta como um objeto ou à sua forma específica (autor, destinatário, estilo e tamanho); *litterae* como o resultado de uma enunciação, vinculado ao conteúdo (“as palavras”).<sup>16</sup> Assim, o termo latino *epistula* pode ter sido importado indicando diretamente a comunicação escrita, enquanto que o *epistolé* grego, como visto, associava-se originalmente com ordens, pedidos e desejos presentes na mensagem escrita. *Litterae* e *epistula* costumam ser considerados sinônimos, mas *litterae* é um termo bem menos específico, podendo se referir a diferentes aspectos da escrita e, inclusive, para designar também “literatura” (*Oxford Latin Dictionary*, 1968, p. 1036).

Larissa Kerr (“O Gênero epistolográfico segundo Plínio Jovem: Epístolas selecionadas”, 2017, p. 34) destaca que Plínio claramente prefere se referir à sua própria correspondência como *epistula* (ocorrendo 53 vezes em seu epistolário, 90,57%) do que como *litterae* (apenas 5 vezes, 9,43%). Contudo, a autora esclarece que, nas duas vezes em que ocorre o uso simultâneo dos termos, parece não existir diferença explícita entre eles. Já Sêneca, prossegue Kerr (2017, p. 35-7), utiliza *litterae* para indicar correspondência em geral, mas denomina tanto as suas como as cartas de Cícero como *epistula*.

Cícero parece empregar as duas formas sem muita distinção perceptível. Contudo, como forma de evidenciar uma possível diferença, optou-se por traduzir *litterae* por “carta” e *epistula* por “epístola” nos trechos de nossa responsabilidade. Como exemplo, os termos *litterae* e *epistula* aparecem juntos nos trechos abaixo. Destaca-se ainda a presença do termo *fasciculus litterarum* (feixe, pacote de cartas) e *tabellarius* (mensageiro; antigo portador de tabuinhas de cera) e da variação de formas verbais relacionadas com o fazer epistolar, como *rescribendum* (escrever de volta), *respondebo* (responder) e *dictavi* (ditar):

*Accepi tuas tres iam epistulas [...]. Quibus epistulis sum equidem abs te lacessitus ad rescribendum; sed idcirco sum tardior, quod non inuenio fidelem tabellarium [...]. Ita neque Achaicis hominibus neque Epiroticis paulo liberiores litteras committere audeo. [2] Sunt autem post discessum a me tuum res dignae litteris nostris. (Cic. Att. I, 13, 1-2 – destaque nosso)*

Já recebi três epístolas tuas [...]. Nestas epístolas me provocavas a te escrever em resposta, mas demorei um pouco mais porque não encontro um mensageiro confiável [...]. Assim, não me atrevo a confiar uma carta um

---

<sup>16</sup> Gavoille L. *Epistula et litterae: étude de synonymie*. In: NADJO; GAVOILLE (eds.) *Epistulae antiquae*. Volume i. Louvain, p. 15-38. 2000 *apud* Ceccarelli, 2013, p. 19.

tanto mais atrevida, nem a aqueus, nem a epirotas. [2] Porém, desde que te afastastes de mim, aconteceram coisas dignas de nossas cartas.

*Cum e Pompeiano me Romam recepissent a. d. IV Idus Maias, Cincius noster eam mihi abs te epistulam reddidit, quam tu Idibus Febr. dederas. Ei nunc epistulae litteris his respondebo.* (Cic. Att. I, 20, 1 - destaque nosso)

Como eu retornasse de Pompeiano para Roma 4 dias antes dos idos de maio [12 de maio], nosso Cíncio me entregou a epístola que lhe havia dado nos idos de fevereiro [13 de fevereiro]. É a esta epístola que responderei agora nessa carta.

*Accepi Roma sine epistula tua fasciculum litterarum; in quo, si modo ualueris et Romae fuisti, Philotimi duco esse culpam, non tuam. Hanc epistulam dictavi sedens in raeda, cum in castra proficiscerer a quibus aberam bidui. Paucis diebus habebam certos homines quibus darem litteras. itaque eo me servavi.* (Cic. Att. V, 17, 1 - destaque nosso)

De Roma, recebi um pacote de cartas sem nenhuma epístola tua; ao que, considerando que tu estavas em Roma e com saúde, ponho a culpa em Filotimo, não em ti. Ditei esta epístola sentado num carro de viagem enquanto me dirijo ao acampamento, do qual estou a dois dias de distância. Terei à minha disposição, dentro de pouco tempo, pessoas confiáveis, às quais entregarei cartas; assim, me reservo até lá.

### III- Carta, epístola ou missiva?:

Atualmente, tomando a carta por um objeto idealizado, pode-se imaginá-la como uma mensagem escrita, grafada ou impressa numa folha de papel, fechada dentro de um envelope que contém, obrigatoriamente, remetente e destinatário. Depois de selada, a carta é transportada por uma empresa especializada e, por fim, entregue ao destinatário. A título de comparação, no dicionário português, o termo carta pode assumir diversos significados segundo o contexto.

De acordo com o *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, *carta* provém do grego *chártes* através da *charta* latina, podendo significar:

1- uma comunicação manuscrita ou impressa devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas; missiva, epístola; 2- diploma; 3- folha em que se registravam os cardápios nos restaurantes; 4- V. *carta geográfica*; 5- mapa que representa linhas de navegação aérea; 6- estatuto, constituição; 7- cada uma das peças do jogo de baralho; 8- cartão em que se prendem objetos miúdos. [Adiciona-se a isso uma série de usos especiais: carta aberta, carta branca, carta celeste, carta constitucional, carta de abono, carta de alforria, carta de corso, carta de crédito, etc.] (FERREIRA, 1975, p. 288)

Vasconcelos (2008, p. 381) destaca que, juridicamente, no Brasil, a carta vem definida na Lei 6.538 de 1978 como:

Objeto de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário.

O mesmo dicionário apresenta o termo *epístola* como proveniente do grego *epistolé* passando pela *epistula* latina, com uma quantidade menor de significados:

1- cada uma das cartas dos apóstolos e comunidades cristãs primitivas; 2- V. *Carta*; 3- composição poética em forma de carta; 4- parte da missa em que o celebrante lê trecho das Epístolas dos apóstolos; 5- o lado direito do altar, em relação aos assistentes, onde o celebrante da missa lê a epístola e que se opõe ao lado do Evangelho. (FERREIRA, 1975, p. 542)

Por último, *missiva* designa “carta ou bilhete que se manda a alguém” (FERREIRA, 1975, p. 930).

Segundo as definições acima, pode-se perceber que a epístola está associada à composição poética em forma de carta enquanto que a carta em si está vinculada ao tipo de comunicação. Contudo, como Ceccarelli (2013) já tinha argumentado anteriormente, não existem elementos suficientes para sustentar tal distinção. Segundo Martin e Gaillard (1990, p. 455), essa divisão foi proposta por Gustav Deissmann na obra *Light from the ancient East* (1910), em que o autor se ocupava das cartas do *Novo Testamento*. Segundo a proposta inicial de Deissmann, dizem os autores, uma carta seria um texto breve, individual e sem preocupações estéticas e artísticas; a epístola, por outro lado, seria destinada a um público maior e conteria características diversas que a tornariam literária. Após receber uma grande quantidade de críticas, Deissmann reformulou sua proposta no intuito de agregar outras categorias. Mesmo assim, para Martin e Gaillard (1990, p. 455), apesar de tal distinção ter sido recusada pela crítica especializada, ainda é possível ouvir ecos de sua influência.

Dessa forma, ainda que essa interpretação extremamente limitada de Deissmann continue a causar confusão hoje em dia, pode-se afirmar com segurança que ela não se aplica ao mundo antigo.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Sobre esse assunto, ver o artigo de Ingeborg Braren (1999), “Por que Sêneca escreveu epístolas?”.

### 1.1.4 Definições e tipos de carta

Não ignoras que há muitos tipos de epístolas, mas um único é o mais genuíno, que motivou a invenção da própria carta com a finalidade de informar os ausentes, se houvesse algo que interessasse que eles soubessem de nossa parte ou da parte deles. Na verdade, tu não esperas de mim uma carta desse tipo, pois tens em casa escribas e mensageiros dos teus negócios domésticos, e também, em relação aos meus negócios, não há nada de novo. Restam ainda dois tipos de epístolas que me deleitam grandemente: um íntimo e jocoso, o outro austero e grave. (Cic. *Fam.* II, 4, 1)<sup>18</sup>

Delimitar o gênero epistolar envolve também buscar uma definição de carta. As tentativas apresentadas pelos estudiosos partilham de um mesmo raciocínio básico, mas divergem quanto ao limite. Esse ponto é da maior relevância: ao mesmo tempo em que afeta o que cada estudioso está disposto a aceitar como uma carta, impacta e restringe o *corpus* de estudo, marginalizando os registros divergentes, que passam a ser tratados à margem da teoria. Por outro lado, quando a delimitação fica muito abrangente, o conceito de epístola se torna demasiadamente diluído, tornando-se difícil diferenciar uma carta de um bilhete, de uma ordem escrita ou de outra mensagem escrita qualquer.

Como já foi dito, Ceccarelli (2013, p. 18-19) defende que, na Grécia, só a partir do século IV AEC é que a carta passou a ser reconhecida como um tipo específico de comunicação escrita, compartilhando elementos estruturais e formais. A autora é bem taxativa nesse aspecto: para que um texto possa ser definido como uma carta, ele precisa possuir algum tipo de fórmula inicial que contenha o nome dos envolvidos na transação e / ou uma saudação. Além disso, outros elementos podem contribuir para a classificação, como a existência de alguma fórmula de transição para a parte central do texto, desejos de boa saúde, fórmulas de encerramento e despedidas. Para Ceccarelli, contudo, esses outros aspectos seriam menos relevantes, pois existem muitas variações de acordo com o contexto sociocultural.

Por outro lado, Lindenberger (2003) e Trapp (2003) trazem aportes que vão além do mero “formalismo”. Desse modo, Lindenberger (2003, p. 4) sugere que uma carta pode ser definida, de maneira ampla, como uma comunicação escrita enviada por uma pessoa (ou grupo de pessoas) a outra pessoa (ou grupo). Além disso, os indivíduos precisam estar separados por uma distância suficiente que evite que eles se comuniquem oralmente. Tipicamente, mas não como critério determinante, as cartas contêm saudações, instruções,

---

<sup>18</sup> *Epistularum genera multa esse non ignoras, sed unum illud certissimum, cuius causa inuenta res ipsa est, ut certiores faceremus absentis, si quid esset quod eos scire aut nostra aut ipsorum interesset. Huius generis litteras a me profecto non exspectas; domesticarum enim tuarum rerum domesticos habes et scriptores et nuntios, in meis autem rebus nihil est sane noui. Reliqua sunt epistularum genera duo, quae me magnopere delectant, unum familiare et iocosum, alterum seuerum et graue.*

pedidos e informações. Nessa perspectiva, Lindenberger (2003, p. 7) considera que uma carta deve possuir três partes principais:

A- uma introdução, que pode conter ou não o endereço e a saudação;

B- o corpo da mensagem;

C- o fechamento, constando certas fórmulas ou informações adicionais.

Todavia, o próprio autor admite que qualquer um desses elementos poderia ser omitido, e há cartas que seriam formadas apenas de fórmulas de saudação, já outras conteriam somente notas e instruções no corpo, como pequenas mensagens sem abertura ou fechamento.

Veja-se que é aqui que reside o problema: a definição de Ceccarelli (2013) excluiria vários objetos que seriam considerados como carta por Lindenberger (2003). Este, por sua vez, apesar de sustentar que as cartas deveriam atender determinados requisitos, reconhece como cartas vários objetos que não se enquadram na sua delimitação. Em outras palavras, como então distinguir um pedaço de cerâmica (*ostrakon*), sem introdução ou fechamento, de uma pequena anotação ou bilhete? Parte da epigrafia greco-romana poderia ser considerada uma espécie de carta aberta? Existiriam outros critérios a observar, como conteúdo, finalidade ou marcas linguísticas de discurso?

Trapp (2003, p. 1) pondera que, definir uma carta, tanto antiga como moderna, pode ser útil somente como tentativa de explicação de um ato comunicativo em si; entretanto, perde sua utilidade quando a intenção é estabelecer um conceito rígido e definitivo. Dessa forma, para o autor, uma carta pode ser definida como uma mensagem escrita de uma pessoa (ou grupo de pessoas) para outra, feita num meio tangível para ser fisicamente transportada e enviada de um remetente a um destinatário. Sob uma perspectiva ideal, prossegue Trapp, a carta deveria ser um pedaço de escrita claramente endereçado por um remetente a um destinatário, contendo, no começo e no fim, alguma das limitadas fórmulas convencionais de saudação ou alguma variação alusiva a elas para especificar os dois lados da transação. Todavia, o autor destaca que a carta surgiu como uma necessidade comunicativa: duas partes fisicamente distantes ou separadas uma da outra e incapazes de se comunicarem por voz ou gesto. Dessa forma, conclui Trapp (2003, p. 1-2), não existe muita razão para querer se desenhar uma linha fixa de demarcação. Na sequência, Trapp (2003, p. 3) distingue as seguintes situações:

A- cartas compostas para envio por indivíduos históricos, mas nunca divulgadas ou editadas em coleções, como as preservadas em chumbo, madeira e papiro;

B- cartas compostas para envio por indivíduos históricos, mas também posteriormente divulgadas em coleções editadas para ampla leitura, talvez contemplando algum tipo de melhoramento de seu conteúdo, como as de Cícero, Plínio, Frontão, Juliano, Libânio, Basílio, Gregório, Jerônimo e Agostinho;

C- cartas escritas e destinadas a indivíduos históricos, mas nunca fisicamente enviadas como itens individuais, talvez porque intencionassem um público mais amplo, como provavelmente foi o caso de Sêneca, Horácio, Ovídio e das epístolas dedicatórias de Marcial e Júlio Pólux;

D- cartas com pretensão de terem sido escritas e enviadas a indivíduos históricos, mas que na realidade são frutos do trabalho de um impostor literário tardio que escreve exclusivamente para um público leitor, como as pseudográficas de Chion, Ésquines, Diógenes, Crates e Fálaris;

E- cartas escritas por e para personagens inventados, sejam eles criados pelo próprio epistológrafo ou herdadas por ele da literatura anterior, como nas obras de Plauto, Ovídio, Petrônio, Alcifrão e Filóstrato.

Mostrando-se ciente do problema da delimitação, Trapp (2003, p. 3-4) busca então propor uma conceituação flexível que permita incluir no *corpus* tanto a carta tida como literatura ou poesia quanto a carta virtual, presente dentro de outras obras literárias. Sintonizada com essa proposta, Ceccarelli (2013, p. 9) propõe pequenas mudanças na definição de Trapp (2003): a carta seria um processo escrito de comunicação entre dois ou mais indivíduos específicos, reais ou ficcionais, que se encontram em uma situação de distanciamento espacial, ou melhor, que não estão em contato direto, face a face. Essa noção de distância pode ser também pensada no eixo temporal: o tempo em que uma carta leva para chegar ao destino ou, no caso de cartas ficcionais, os séculos que separam remetente e destinatário.

Mesmo com essa extensão de fronteiras, há outros autores que vão além. Acreditando que não é possível aplicar uma delimitação rígida à carta, Gibson e Morrison (2007, p. 15), no capítulo “What is a Letter?”, consideram fútil qualquer tentativa de se estabelecerem categorias conceituais hermeticamente fechadas no intuito de separar a carta de outras formas textuais. Quando reunidas em coleções, argumentam os autores, as cartas costumam compartilhar entre si características que auxiliam sua classificação. Entretanto, cartas individuais, por sua variedade, nunca poderão satisfazer a todos os requisitos. Tomando como exemplo a conceituação de Trapp, os autores argumentam que alguns poemas de Píndaro

(*Pythians* 2 e 3; *Isthmian* 2) e de Teócrito (*Idylls* 11, 13 e 28), assim como o *De officiis* de Cícero, poderiam ser considerados como cartas segundo os parâmetros teóricos propostos por Trapp.

Além disso, Gibson e Morrison (2007, p. 15) alertam que classificações que tomam por base aspectos estruturais carregam consigo, inevitavelmente, julgamentos estéticos. Para os autores, de maneira similar, perguntar *o que é um bom poema?* conseqüentemente leva à comparação, *isto é um bom poema?* – da qual, em troca, frequentemente parte um julgamento estético, *isto é (ou não é) um bom poema*, e o estigma, *se não é um bom poema, portanto, não deveria ser lido (tanto)*. Julgamentos estéticos, concluem os autores, tenham ou não a intenção do efeito negativo, frequentemente são utilizados para excluir textos do cânon.

Partindo de outra perspectiva, Morello e Morrison (2007, p. VI) acreditam ser mais produtivo substituir a questão *o que é uma carta?* pela pergunta *por que uma carta?*, explorando assim qual seria o propósito de se colocar um texto qualquer em formato epistolar e quais são as características epistolares, em detrimento das outras, que tornam o formato da carta mais atraente para o escritor. A principal vantagem, segundo os autores, é que o formato epistolar permite criar um espaço íntimo de aparente conversa, este ponto sendo bastante destacado pelos próprios teóricos antigos. Ao mesmo tempo em que facilita a comunicação direta entre escritor e destinatário, a carta produz igualmente no leitor externo uma espécie de “sentimento privilegiado”, de se espionar um mundo privado, de compartilhar da vida e dos sentimentos do escritor. Assim, prosseguem os autores (2007, p. VIII), uma carta não precisa ser desprovida de arte, e talvez o autor, intencionalmente, se utilize da curiosidade alheia ciente desse fenômeno psicológico e consciente de que sua carta será lida por terceiros.

Por outro lado, para os autores, não se devem desconsiderar as vantagens retóricas, literárias e intelectuais desse apelo emocional despertado pelas cartas e, tomando Sêneca como exemplo, Morello e Morrison (2007, p. IX) sublinham como aquele, após ter escrito obras em formatos diferentes, opta pelo mesmo meio literário utilizado por Epicuro para suas discussões éticas e morais. Todas estas características reunidas, concluem Morello e Morrison (2007, p. X), proporcionam uma incrível elasticidade ao gênero epistolar, permitindo que ele se adapte e adote características de quase todos os outros gêneros literários a fim de obter o efeito que mais lhe convenha.

Finalmente, ao invés de trabalhar rumo a uma classificação para a carta, Gibson e Morrison (2007, p. 14) propõem a aplicação do conceito de “semelhança de família” de Wittgenstein. Segundo esse raciocínio, diferentes textos podem partilhar de uma ou mais

características de um gênero literário, mas sem ter que se restringir unicamente a ele. Dessa forma, alguns poemas partilham da mesma métrica e linguagem (*De rerum Natura* e as *Geórgicas*), enquanto outros podem partilhar com estes apenas da métrica (*Os trabalhos e os dias*) ou do contexto dito didático (*Ars Amatoria*) e, ainda assim, podem ser classificados como parte do mesmo gênero. Os autores consideram então que o conceito de “semelhança de família” contribui mais para se refletir sobre os limites de cada tipo de texto do que qualquer definição rígida, podendo-se explorar ainda as conexões entre a carta e textos não epistolares. Desse modo, os autores consideram que a carta, nas suas mais variadas representações, partilha das características de outros textos e, por isso, não pode ser separada deles. A observação da “semelhança de família”, concluem Gibson e Morrison, é muito pertinente para não deixar nem a fronteira demasiadamente rígida nem para extrapolá-la.

Dentre todas as importantes considerações apresentadas nessa seção, julga-se que três delas mostram-se bastante produtivas, sem querer, é claro, desmerecer as demais:

A- Quando Trapp (2003, p. 1-2) aponta para o fato de que a carta surge de uma “necessidade comunicativa”, torna-se de fato difícil diferenciá-la de outros objetos escritos com a mesma finalidade, o que se evidencia pela escolha de quais itens serão ou não reconhecidos como carta. Viu-se que, apesar das tentativas de se propor uma definição com base em aspectos formais (externos) ou de conteúdo (internos), os próprios autores veem-se obrigados a conceder diferentes exceções que, no fim, comprometem a definição proposta;

B- Ao denunciarem que as classificações construídas com base em comparações estruturais carregam em si julgamentos estéticos, Gibson e Morrison (2007, p. 15) acabam por valorizar itens individuais (que não pertencem ou se encaixam em coleções) e incentivam novos olhares diante de objetos e textos excluídos do cânon. De fato, se procurarmos iniciar uma delimitação ou classificação das cartas idealizando quais elementos elas devem conter, o resultado final não será muito diferente daquele do “poema”: *o que é uma boa carta?*, leva à comparação *isto é uma boa carta?*, e a partir daí as cartas são julgadas com bases estéticas;

C- finalmente, o conceito de “semelhança de família” de Wittgenstein destacado por Gibson e Morrison (2007, p. 14) contribui bastante para a reflexão geral ao conceder que diferentes textos podem partilhar de uma ou mais características literárias e não precisam necessariamente receber uma rotulação única e exclusiva.

Assim, diante daquela curiosidade inicial, se uma mensagem / bilhete pode ser considerada como uma carta, talvez a melhor resposta seja apenas instigar a própria reflexão:

“sim, é possível, depende do que se quer aceitar como limite de uma carta.” Mas, é de fato necessário traçar uma linha de delimitação? Ou, uma carta de Sêneca torna-se menor ao ser equiparada com um *ostrakon* de Elefantina ou com um pedaço de madeira de Vindolanda?, cujos aspectos externos e internos são tão diferentes entre si. Após toda essa pesquisa, acredita-se que o melhor seria não forçar uma delimitação inevitavelmente falha, e sim, apreciar os elementos epistolares que estão presentes nos mais variados tipos de texto.

## 1.2 Características da comunicação epistolar

### 1.2.1 Como se deve escrever uma carta, segundo os tratados antigos

E uma vez que também o tipo epistolar requer simplicidade, também a seu respeito falaremos. (Dem. *Per. Herm.* 223 – Trad. Gustavo Freitas)

Considera-se um ponto a favor da existência de um gênero epistolar o fato de terem circulado tratados e diferentes reflexões a respeito da escrita de cartas. A partir das orientações presentes nestes manuais e, também, das observações deixadas em suas cartas pelos próprios epistológrafos, percebe-se que a necessidade de se comunicar de forma ordenada e eficiente via carta era uma preocupação antiga. Novamente, a prescrição não deve ser tomada pela prática: os tratadistas refletem sobre a melhor maneira de se escrever cartas, listando características que aprimorariam a eficiência comunicativa no intuito de se fazer bem entender e atingir um objetivo específico, tudo isso inserido dentro de moldes que refletem diferentes níveis sociais e comunicativos. E, nesse sentido, acabam por oferecer modelos de carta a fim de que o escritor pudesse identificar o tipo mais apropriado com a situação. É bem possível que essas obras tivessem como público alvo uma parcela culta da sociedade que, cada vez mais, usava a correspondência dentro de suas próprias relações político-sociais. Dessa forma, pode-se perceber que o gênero epistolar desenvolveu-se e tornou-se mais complexo à medida que o uso da carta se tornou cada vez mais especializado.

No capítulo “A Conversation Halved”, Carol Poster (2007, p. 23) informa que, das três obras sobreviventes em grego que tratam diretamente da escrita de cartas, nenhuma pode ser atribuída com confiança a um determinado autor, muito menos a uma data. O *Peri hermeneías* (Περὶ ἑρμηνείας - *Sobre o estilo*) de Demétrio,<sup>19</sup> escrito talvez no século II AEC, é possivelmente a referência mais antiga. Com treze capítulos sobre o “tipo epistolar” (ἐπιστολικὸς χαρακτήρ), Demétrio começa a discussão do estilo das cartas citando o que teria

---

<sup>19</sup> Não se trata de Demétrio de Falero, mas um Pseudo-Demétrio, usualmente chamado apenas de Demétrio para não ser confundido com outro Pseudo-Demétrio citado a seguir.

sido a opinião de Ártemon, editor da correspondência de Aristóteles. Ártemon afirma que Aristóteles teria dito que as cartas deveriam ser escritas à maneira de um diálogo, pois seriam como um dos lados de uma conversa. Discordando em parte dessa mesma afirmação, Demétrio acrescenta que:

A- Assim como num diálogo, o escritor de cartas deve mostrar sua personalidade, pois este seria o tipo de escrita que mais demanda uma manifestação da presença de caráter do seu autor;

B- Uma carta deve ser breve: se demasiadamente longa, deveria ser chamada de um tratado com saudação, e crítica, assim, o que seriam muitas das cartas de Platão e de Tucídides;

C- Os períodos devem ser curtos e não se deve perder de vista que o objeto é uma carta, não um discurso. Além disso, a epístola precisa ser clara quanto à sua mensagem e *chamar o pão de pão, o vinho de vinho*;

D- Não apenas tem que se cuidar da forma, mas também de seu conteúdo, pois existem coisas que não são apropriadas a uma carta. Demétrio cita então uma passagem de Aristóteles na qual ele teria dito: *não te escrevi isto; não é apropriado a uma carta*;

E- A incorporação de provérbios aumenta a elegância da carta, mas ela precisa ser igualmente simples;

F- É preciso ter sempre em conta o destinatário da carta: eleva-se o tom quando se escreve para pessoas de alta posição:

E uma vez que também o tipo epistolar requer simplicidade, também a seu respeito falaremos [223]. A carta deve de algum modo ser mais elaborada do que o diálogo. Esse imita uma fala improvisada; já ela é escrita e enviada, de certa maneira, como um presente [224]. Mas que a carta tenha, ao máximo, uma mostra do caráter, tal como o diálogo. Pois cada qual escreve uma carta quase como uma imagem de sua alma. É, de fato, possível notar o caráter do escritor em qualquer discurso, porém em nenhum outro como na carta [227]. Sem dúvida, a sua beleza está nas caras mostras de amizade e nos provérbios, que lhe são frequentes. E que seja apenas essa a sua sabedoria, porque o provérbio é algo popular e conhecido; já quem profere máximas e exortações não parece falar por meio de uma carta, mas sim de um artifício [232]. Mas como também, às vezes, escrevemos a cidades e a reis, que se admita que tais cartas sejam pouco mais elevadas, pois se deve ter em vista também o destinatário. Elevada sim, mas não a ponto de se tornar, em lugar de uma carta, um tratado, como ocorre com aquelas de Aristóteles a Alexandre, ou com a de Platão aos amigos de Díon [234]. Em suma, no que diz respeito ao estilo, a carta deve conter uma mistura destes dois tipos: o estilo da graça e o simples. E a respeito da carta, bem como do tipo simples, é isso. (Dem. *Per. Herm.* 223-235 – Trad. Gustavo Freitas)

É interessante notar que a carta é contrastada com o discurso e diferentes aspectos precisam ser observados:

A- Seu estilo deve ser mais formal do que o de uma conversa real, especialmente se endereçada a uma figura importante;

B- Suas sentenças devem ser completas e a linguagem clara, de forma que o interlocutor não fique em dúvida quanto ao sentido das palavras;

C- Longos assuntos filosóficos ou políticos não são apropriados a uma carta;

D- Provérbios são bem vindos, mas, em geral, todas outras formas de ornamentação devem ser evitadas, de forma a permanecer uma comunicação mais pessoal do que retórica.

Em resumo, a carta deve ser graciosa e clara, e, em especial, ela é o meio escrito em que mais se pode vislumbrar a personalidade de seu autor (CASQUERO, 1983, p. 381-382; POSTER, 2007, p. 23). Além disso, Ceccarelli (2013, p. 4) ressalta que se Ártemon, mencionado por Demétrio, foi de fato o editor da correspondência de Aristóteles, isto demonstraria a existência, já no século IV AEC, de uma preocupação e cuidado com arquivos privados, sendo que o próprio ato de se editar uma coleção de cartas implicaria no reconhecimento delas como documentos. Se confiarmos também em Luciano de Samósata, prossegue a autora, o interesse em colecionar e editar cartas não estava limitado a escolas filosóficas, pois a correspondência de Ptolomeu I teria sido organizada e editada pelo gramático Dionisodoro de Trezena, aluno de Aristarco.

Apesar de suas observações parecerem como prescrições para uma correta escrita de cartas, Trapp (2003, p. 43) considera que o interesse de Demétrio está em fazer com que tanto o leitor quanto o crítico de cartas possa discernir entre uma boa e má performance neste ambiente, daí o enfoque na informalidade e nas restrições estilísticas. Em particular, quando destaca que a carta e o diálogo possuem algo em comum, Demétrio estaria evidenciando a existência de marcas diferenciadoras que devem ser respeitadas e, de certa forma, define a carta mais pelo seu estilo do que por um conteúdo característico.

Provavelmente escrito entre os séculos II-III EC, o *Týpoi epistolikói* (Τύποι επιστολικοί - *Tipos epistolares*) de Pseudo-Demétrio começa com uma introdução, endereçada a um Heráclides, seguida de uma seção resumida sobre cada um dos 21 tipos de carta. Cada seção contém uma breve definição e é seguida de um pequeno modelo para cada tipo:

De acordo com a teoria que governa os tipos de carta, Heráclides, cartas podem ser compostas em um grande número de estilos, mas são escritas naquele que melhor se encaixa a uma determinada circunstância e, apesar de que elas devam ser escritas tão habilmente quanto possível, acontece de

serem escritas de forma indiferente por aqueles responsáveis por esse serviço, como os homens encarregados de cargos públicos. [...] Eu organizei um exemplo para ser usado em cada situação: amizade, recomendação, culpa, reprovação, consolação, censura, exortação, ameaça, vituperação, louvor, conselho, súplica, demanda, resposta, alegórica, relatório, acusação, apologia, congratulação, irônica e de agradecimento. [...] A carta do tipo amigável é aquela escrita por um amigo a outro. Mas, frequentemente, é esperado daqueles em posição proeminente que escrevam de maneira amigável a seus inferiores e para aqueles que são tidos como seus iguais. [...] Há momentos, inclusive, em que se precisa escrever uma carta a alguém sem, de fato, conhecê-lo pessoalmente. (Ps.-Dem. *Typ. Ep.* - Tradução do inglês *apud* POSTER, 2007, p.25)

Diante de tal especialização de usos, Poster (2007, p. 25) acredita que já existia algum tipo de teoria epistolar padronizada no período. Segundo a autora, pode-se conjecturar que os leitores desse tratado já tivessem ciência da existência das convenções estilísticas e sociais, desejando, então, empregá-las corretamente. Poster destaca ainda que Pseudo-Demétrio promete, em outra passagem, que seu manual ajudará o próprio Heráclides a melhorar sua habilidade profissional e, assim, obter o renome através dela.

Já o *Epistolimaíoi kharaktéres* (Ἐπιστολιμαῖοι χαρακτήρες - *Estilos epistolares*), provavelmente do século IV EC, possui duas famílias de manuscritos, uma atribuída ao sofista Libânio (Pseudo-Libânio) e a outra ao neoplatônico Proclo (Pseudo-Proclo). Contudo, Poster (2007, p. 27) considera que as duas atribuições não são confiáveis, sendo possível que o tratado tenha evoluído pelas mãos de diferentes autores. É bem similar ao *Týpoi Epistolikoi* de Pseudo-Demétrio, diferindo principalmente quanto ao tamanho, que é um pouco mais longo, e por conter mais tipos de cartas, apesar de que a definição de cada uma delas é menor e menos informativa. Consiste assim de uma introdução, seguida da definição dos quarenta e um tipos de cartas, um sumário de teoria epistolar, e uma coleção de pequenos modelos de cartas, como ilustração de cada tipo.

Epístola de agradecimento. Pelos muitos presentes recebidos, sou grato a ti e ao seu excelente caráter, mas, de forma especial, pela maneira como tu me favoreces acima de todos os outros. (*Ep. Kh. In: MALHERBE, 1988, p. 74 apud* POSTER, 2007, p. 31- Tradução do inglês)

Epístola de refutação. Eu nada fiz destas terríveis coisas, as quais tu ouves e me acusa. Assim, não penses mal de mim. Pois não é correto acreditar em uma falsa acusação e um rumor vazio que contém nada de concreto. Pois uma falsa acusação é a progenitora da guerra. (*Ep. Kh. In: MALHERBE, 1988, p. 76 apud* POSTER, 2007, p. 32 - Tradução do inglês)

Como destaca Poster (2007, p. 29), uma novidade do *Estilos epistolares* é a inclusão de cartas eróticas, sugerindo que o tratado se destinava não apenas a membros ou aspirantes da elite, como também aos que não quisessem que suas cartas fossem escritas por secretários ou terceiros. Outra possibilidade destacada pela autora é que o manual tenha sido usado para escrever cartas ficcionais, tanto como prática escolar ou como modelo para aspirantes a escritor.

Dando crédito a essa suposição e associando-a aos conselhos amorosos da *Ars Amatoria* de Ovídio, assim como à produção de Alcifrão (situado entre os séc. II-IV EC), pode-se pensar a composição epistolar ficcional de maneira mais ampla. Além disso, a inclusão de cartas de amor em um manual de escrita permite cogitar ainda que todos os demais tipos listados possam ser também utilizados ficcionalmente, e isto estaria exemplificado nas cartas falsas e pseudográficas. Dessa forma, a própria concepção de modelos de carta que pudessem ser utilizados por qualquer pessoa e nas mais variadas situações, carrega consigo, inerentemente, a capacidade para um uso ficcional. Diante disso, aquela escolha de Casquero (1983) e de García (1974), que excluem a ficcionalidade e o lirismo como pertencentes ao gênero epistolar, perde todo o sentido.

Assim, segundo os tratadistas antigos, não existem elementos que justifiquem a exclusão da ficcionalidade ao gênero epistolar. O foco dos manuais está na eficiência comunicativa, refletida na sintonia entre modelo de carta e função a qual esta irá desempenhar, seja ela para assegurar um resultado prático específico ou para obter a verossimilhança literária. Reforça esse argumento o fato de que, como indica Poster (2007, p. 30), a escrita de cartas já era ensinada em algum estágio do currículo educacional.

Dentro dessa perspectiva didática, Martin (2010, p. 26) chama a atenção para os chamados *progymnasmata*, conjunto de exercícios preparatórios para o aluno de retórica. Destes, o *ethopoiía* (ou *prosopopoiía*) desafiava o aluno a compor uma fala adequada ao caráter de determinada personagem, em sintonia com um contexto específico.<sup>20</sup> Para esse diálogo ficcional, Teão de Alexandria (séc. I EC), por exemplo, salientava a importância de se levar em conta a idade dos interlocutores (jovens ou velhos), sua condição social (superiores, inferiores, iguais, livres ou escravos) e seu sexo (homens ou mulheres).<sup>21</sup> Nicolau de Mirra

---

<sup>20</sup> Segundo Augustin Sabot (1981), esses mesmos exercícios foram fundamentais para a constituição das diferentes personagens que compõem as *Heroides* de Ovídio.

<sup>21</sup> Aqui, é evidente a correlação com o *excerptum de epistolis*, inserido dentro dos *Excerpta rhetorica* do códice Parisino 7530, parte de um conjunto de manuscritos datados do século VIII EC. Casquero (1983, p. 383) considera este texto como o de maior relevância teórica pois, na interação entre emissor, mensagem e receptor,

(séc. V EC), prossegue Martin, menciona que tais exercícios eram proveitosos também para a composição de cartas, uma vez que estas deveriam refletir o caráter tanto do remetente quanto do destinatário.

Retomando Pseudo-Libânio, este também declara que “o estilo epistolar é dividido em muitas partes”, e que a pessoa desejosa de escrever boas cartas precisa aprender “o que é uma epístola, o que se pode dizer nela, e em quantos tipos é dividida” (MALHERBE, 1988, p. 66 *apud* POSTER, 2007, p. 28). Novamente, retoma-se a relação entre escrever uma boa carta e a escolha do modelo apropriado. Destaca-se ainda o modelo da carta de tipo exortativa, na qual se incentiva alguém a perseguir ou a evitar algo. Segundo Malherbe, ela pode ser dividida em encorajamento e dissimulação, e deve conter elementos retóricos a fim de que não se admitam argumentos contrários.

Nesse aspecto, mediante sua especialização, a comunicação epistolar se associou cada vez mais à retórica e, segundo Casquero (1983, p. 380), esse desenvolvimento levou ao surgimento de diferentes tratados medievais nos quais a carta era considerada uma peça de oratória e seguia os preceitos desta.

De fato, como observa Maria Martín (1994, p. 50) no livro *a Estructura de la carta em Cicerón*, ao se examinar uma epístola do ponto de vista retórico, a parte central do corpo possui funções bem definidas: cumpre a ela a função do *narrare*, mediante a exposição de acontecimentos referidos ao passado e ao presente; mas também ao futuro, como *coniecturae*. A narração epistolar está orientada não apenas para informar, mas também para persuadir, podendo se supor que o destinatário dispõe de alguma informação sobre os fatos. O *docere*, que corresponde ao relato expositivo, é complementado pelo *mouere*, um meio emotivo da *persuasio* que se obtém mediante o uso de termos ou referências afetivas. Junto ao *docere* e ao *mouere*, a narração pode contemplar o *delectare*, inclusive o *iocari*.

Nessa interação entre carta e retórica, García (1974, p. 429) destaca que a *Ars Rhetorica* de Júlio Victor (séc. IV EC) reserva o último capítulo, “De epistulis”, para a correspondência. Segundo a autora, além de representar uma novidade, este fato demonstra a importância crescente da comunicação epistolar no âmbito da retórica latina, caminho que desembocará na *Ars dictaminis* do século XII, que fixa normas para a escrita de cartas, agora considerada uma arte, e a divide em *partes*, de maneira análoga ao modo como a retórica regulamentava o discurso. Desse modo, conclui García (1974, p. 442), da persuasão por meio da expressão oral passou-se para a persuasão por meio da palavra escrita.

---

devia-se levar em conta dez pontos: *genus, sexus, aetas, instructio, ars, officium, mores, affectus, nomen et dignitas*.

Segundo Júlio Victor, existiam dois tipos de cartas: as *negotiales* e as *familiares*. As cartas *negotiales* são de assunto negocial e importante (*negotiales sunt argumento negotioso et graui*), e aplicam-se nelas os princípios da oratória, adotando uma linguagem apropriada ao tema, mas sem ultrapassar os limites de carta:

Muitas das coisas que foram preceituadas acerca da conversa convêm às epístolas. A espécie de epístolas é dupla, pois são negociais ou familiares. São negociais as de argumento negocial e importante. Nesse gênero, requerem-se, por obra de seu proveito o peso das sentenças, as luzes das palavras, as distinções das figuras, em suma, todos os preceitos oratórios, com uma só exceção: que extraíamos algo desses recursos supremos, e uma linguagem apropriada desenvolva o discurso. (Júlio Victor, *Ars rhetorica* - de Trad. Thaís Martin)

As cartas *familiares*, por outro lado, devem reunir os seguintes requisitos:

A- Em primeiro lugar, deve-se observar a brevidade (*primo breuitas obseruanda*), quando Júlio Victor alude à autoridade de Catão e de Cícero;

B- Clareza na exposição: “convém que uma luz brilhe nas epístolas (...) de forma que sejam claras e evidentes” (*lucem uero epistolis praeifulgere oportet (...) litterae clarae perspicuaeque sint*), a não ser que se escreva de forma codificada, como Júlio Victor afirma que em mais de uma ocasião o fizeram César, Cícero, Augusto e outros. Deve ser clara porque, em uma conversa, o ouvinte pode solicitar o esclarecimento de um ponto obscuro, o que não é possível em uma carta;

C- Deve-se adaptar à pessoa a quem se dirige: a um superior, não deve ser jocosa; a um igual, não deve ser impessoal; a um inferior, não deve ser soberba. Da mesma forma, não se deve escrever de modo descuidado a um douto ou de modo diligente a um indouto; nem de modo desleixado a um próximo, nem de modo muito amigável para alguém pouco íntimo (*epistola, si superiori scribas, ne iocularis sit; si pari, ne inhumana: si inferior, ne superba; neque docto incuriose, neque indocto indiligenter, ne coniunctissimo traslaltie, nec minus familiar non amice*);

D- Deve estar de acordo com as circunstâncias do destinatário, alegrando-o ou consolando-o; nunca com o intuito de provocar uma desavença:

Nas cartas familiares, em primeiro lugar, deve-se observar a brevidade; que não volteie por muito tempo, como diz Catão, o circuito das próprias sentenças, mas sejam estas pontuadas de modo que nunca pareça faltar algo a uma palavra; por exemplo, um simples “tu”, que seria suprido pelo entendimento, é muitíssimo frequente nas epístolas de Túlio a Ático e Áxio. [...] Convém escrever em resposta de modo que as cartas a que respondes

estejam à mão, para que nada que necessita de resposta fuja da memória. Os antigos eram atentos aos mais caros ao escrever pelo próprio punho ou subscrever muitíssimo. [...] Não raro, é gracioso interpelar o correspondente como se estivesse presente, por exemplo “ei tu”, “que dizes?”, “vejo-te rir”. Muitas coisas desse gênero há em M. Túlio. Mas essas coisas, como disse, nas cartas familiares, pois a severidade daquelas outras é maior. (Júlio Victor, *Ars rhetorica* - de Trad. Thaís Martin)

A partir do excerto acima, percebe-se que Júlio Victor acrescenta uma série de detalhes práticos:

A- A saudação inicial e a assinatura devem ser escritas pessoalmente, como testemunho de cortesia e de amizade;

B- A carta a qual se vai contestar ou responder deve ser mantida próxima para não se esquecer de nenhum ponto durante a resposta;

C- É gracioso (*lepidum est*) dirigir-se ao destinatário como se este estivesse presente, empregando fórmulas como *heus tu, quid ais, uideo te deridere*.

Finalmente, Júlio Victor adverte que as cartas de recomendação só devem ser enviadas com plena confiança, “de modo amigável e a alguém muito amigo”, solicitando apenas algo digno de ser aprovado. Afirma ainda que é agradável acrescentar algo em grego às cartas, seja um provérbio conhecido, um verso ou parte dele. Esta última característica, como pode ser vista nas cartas de Cícero apresentadas no “Apêndice”, realmente fora muito empregada, com utilização pontual de pequenos versos da *Iliada* ou da *Odisseia* e que de certa forma dialogam com a problemática apresentada naquele trecho específico.

### 1.2.2 Como se deve escrever uma carta, segundo os epistológrafos antigos

“Todos os dias”, dizes, “é preciso receber uma carta de ti?” - Se eu tiver a quem entregar, todos os dias. - “Mas tu próprio já estás tão próximo.” - Portanto, cessarei então quando chegar. (Cic. *Att.* VII, 9 - Epístola 11, p. 318)

Recolhendo diferentes considerações deixadas aqui e ali pelos próprios escritores de carta, é possível perceber algumas concepções teóricas a respeito do gênero. Nesse sentido, grande contribuição virá das coleções de cartas que foram editadas e publicadas, cada uma delas se tornando uma espécie de referência para escritores posteriores.

Devido ao seu volume e à grande quantidade de correspondentes, a correspondência de Marco Túlio Cícero contém um pouco de tudo. Nas duas passagens seguintes, Cícero sublinha que a função básica da carta, desde sua origem, era a de informar algo a uma pessoa ausente, e este seria o motivo dos diferentes tipos de epístolas. Contudo, ele ressalta que essa necessidade primária não mais se justificava para ele próprio, pelo menos quando escrevia

para os amigos mais próximos. Dispondo de vários redatores e mensageiros para se ocupar do essencial, Cícero prefere, portanto, se dedicar aos tipos de carta que mais lhe agradam: a “íntima e divertida” (*genus familiare et iocosum*), e a “séria e importante” (*genus seuerum et graue*). Em carta ao jovem Curião, descreve:

*Epistularum genera multa esse non ignoras, sed unum illud certissimum, cuius causa inuenta res ipsa est, ut certiores faceremus absentis, si quid esset quod eos scire aut nostra aut ipsorum interesset. Huius generis litteras a me profecto non exspectas; domesticarum enim tuarum rerum domesticos habes et scriptores et nuntios, in meis autem rebus nihil est sane noui. Reliqua sunt epistularum genera duo, quae me magnopere delectant, unum familiare et iocosum, alterum seuerum et graue. (Cic. Fam. II, 4, 1)*

Não ignoras que há muitos tipos de epístolas, mas um único é o mais genuíno, que motivou a invenção da própria carta com a finalidade de informar os ausentes, se houvesse algo que interessasse que eles soubessem de nossa parte ou da parte deles. Na verdade, tu não esperas de mim uma carta desse tipo, pois tens em casa escribas e mensageiros dos teus negócios domésticos, e também, em relação aos meus negócios, não há nada de novo. Restam ainda dois tipos de epístolas que me deleitam grandemente: um íntimo e jocoso, o outro austero e grave.

Em outra carta, Cícero explica ao irmão, Quinto Túlio Cícero, à época governador (propretor) da província da Ásia, que o Senado determinara uma nova prorrogação de seu governo. Isso significava que Quinto passaria mais um ano distante de Roma, o terceiro seguido, e Cícero se sente compelido a consolar o irmão. Note-se que, aqui, o objetivo da correspondência também não é apenas o de transmitir uma informação, pois Cícero antevê que a notícia chegará ao irmão primeiro do que sua carta. Assim, a carta se reveste também de tom didático, pois Cícero aproveita para aconselhar o irmão quanto a assuntos pertinentes ao governo provincial:

[1] *Etsi non dubitabam, quin hanc epistulam multi nuntii, fama denique esset ipsa sua celeritate superatura tuque ante ab aliis auditurus esses annum tertium accessisse desiderio nostro et labori tuo, tamen existimaui a me quoque tibi huius molestiae nuntium perferri oportere. [...] [13] illud, quod est epistulae proprium, ut is ad quem scribitur de iis rebus quas ignorat certior fiat, praetermittendum esse non puto. (Cic. Q.Frat. I, 1-13)*

[1] Apesar de não ter dúvida de que muitos mensageiros, e até mesmo o simples boato, com sua velocidade usual, irão antecipar esta epístola, e que tu já deves ter ouvido de outros que, para minha perda e seu ônus, um terceiro ano foi adicionado, ainda assim eu penso que tu deves receber também de mim notícias desse enfado. [...] [13] Não penso que deva ser negligenciado o que é próprio da epístola, que é informar à pessoa a quem se escreve sobre as coisas que ela ignora.

A correspondência de Cícero com Ático, o grande amigo e confidente, exemplifica como a troca de cartas era importante para a manutenção da própria amizade entre os correspondentes, pois Ático vivera um longo período na Grécia. Como será abordado adiante, a carta se torna um substituto do contato real e da palestra amigável, vitais para as relações de *amicitia* e *status* social. Na passagem abaixo, Cícero busca em Ático um suporte para enfrentar a crise republicana:

*Non dubito quin tibi odiosae sint epistulae cotidianae, cum praesertim neque nova de re aliqua certiore te faciam neque nouam denique iam reperiam scribendi ullam sententiam. Sed si dedita opera, cum causa nulla esset, tabellarios ad te cum inanibus epistulis mitterem, facerem inepte; euntibus uero, domesticis praesertim, ut nihil ad te dem litterarum facere non possum et simul, crede mihi, requiesco paulum in his miseriis, cum quasi tecum loquor, cum uero tuas epistulas lego, multo etiam magis. (Cic. Att. VIII, 1, 1)*

Não me resta dúvida de que te pareceriam odiosas minhas epístolas diárias, de maneira especial quando não te dou nenhuma informação sobre alguma coisa nova, nem, de fato, encontro algum tema novo para te escrever. Mas, se mandasse mensageiros sem nenhum motivo, com epístolas vazias, atuaria estupidamente; em troca, quando parte alguém, sobretudo pessoas da casa, não posso evitar lhes confiar uma carta para ti; ao mesmo tempo, acredite, descanso um pouco em meio as misérias quando, por assim dizer, falo contigo e sobretudo muito mais quando leio tuas epístolas.

Se a troca de cartas era ao mesmo tempo algo comum e importante, percebe-se que alguns cuidados deveriam ser tomados, pois o conteúdo da mensagem poderia ser lido por terceiros durante o transporte ou tornado público pelo próprio destinatário. Assim, nos trechos a seguir, Cícero modula ou explicitamente omite parte da informação que desejava enviar, além de se mostrar preocupado com a possível divulgação de uma carta sua. Com relação a este aspecto, Cícero também envia uma cópia da mesma carta para Ático, reforçando a percepção de como as cartas eram usualmente compartilhadas e passavam por várias mãos:

*Itaque propter hanc dubitationem meam breuior haec ipsa epistula est, quod, cum incertus essem, ubi esses, nolebam illum nostrum familiarem sermonem in alienas manus deuenire. (Cic. Att. I, 9, 1)*

E assim, por causa desta minha dúvida, essa epístola é mais breve, pois como não sei com segurança onde estás, não quero que nossas conversas familiares acabem em mãos estranhas.

*Nunc ad epistulam uenio, cui copiose et suauiter scriptae nihil est quod multa respondeam: primum enim ego illas Caluo litteras misi non plus quam*

*has, quas nunc legis, existimans exituras; aliter enim scribimus, quod eos solos, quibus mittimus, aliter, quod multos lecturos putamus.* (Cic. Fam. XV, 21, 4).

[Para Caio Trebônio] Agora volto a tua epístola, escrita com tanto detalhe e estilo que não posso responder por extenso. Pois, em primeiro lugar, enviei aquela carta a Calvo, pensando nela haver de ser publicada não mais que esta que agora lês. Pois escrevemos de um modo o que pensamos que somente vão ler os que o recebem e de outro modo o que vão ler muitos.

*Ego ad Caesarem unas Capua litteras dedi quibus ad ea rescripsi quae mecum ille de gladiatoribus suis egerat, brevis sed benevolentiam significantis, non modo sine contumelia sed etiam cum maxima laude Pompei. Id enim illa sententia postulabat qua illum ad concordiam hortabar. eas si quo ille misit, in publico proponat uelim. Alteras eodem die dedi quo has ad te. Non potui non dare, cum et ipse ad me scripsisset et Balbus. earum exemplum ad te misi.* (Cic. Att. VIII, 2, 1)

Estando em Cápua, escrevi a César uma carta, na qual respondia a outra que ele me enviara perguntando o que havia sido feito de seus gladiadores. Apesar de curta, ela indicava boa vontade de minha parte e não continha nenhuma afronta, apesar de ter incluído também um enorme elogio a Pompeu. De fato, com aquela resposta, eu pretendia encorajá-lo rumo à concórdia. Se porventura ele a enviar para alguém, quero mesmo que a exponha em público. No mesmo dia em que escrevi esta carta para ti, enviei também outra para ele. Não pude deixar de escrever, visto que tanto ele próprio quanto Balbo me tivessem escrito. Enviei-te uma cópia dela.

Sob uma perspectiva diferente, em sua *Ars amatoria*, Ovídio também fornece detalhes práticos relacionados com a escrita da carta. A linguagem do escritor, ressalta Fögen (2009, p. 197) em “Tears in Graeco-Roman World”, deve conter palavras elogiosas e representar os gestos de um apaixonado, numa espécie de jogo calculado e irônico. Obtém-se o resultado esperado por meio de preces e promessas, estando tal prática apoiada em diferentes exemplos retirados da mitologia:

Que a cera espalhada nas lisas tabuinhas [*tabellis*] indague o seu íntimo;  
que a cera [*cera*] leve os primeiros segredos do teu coração;  
que leve palavras de ternura, a imitar os amantes;  
e, sejas quem fores, acrescenta-lhe súplicas nada modestas.  
[...]  
Trata de fazer promessas; pois que mal pode vir de prometer?  
Em promessas, qualquer um pode ser rico.  
[...]  
Foi uma carta [*littera*] levada numa maçã que enganou Cidipe,  
e, sem o saber, a jovem ficou amarrada pelas suas palavras.  
(Ov. *Ars*. I, 435-456 – Trad. Carlos Ascenso André – destaque nosso)

Além disso, Ovídio alerta para o uso equilibrado da retórica na composição de cartas de amor: um escritor não deve se dirigir à pessoa amada da mesma forma que um orador discursa ao povo ou ao juiz no *forum*; mas, ao mesmo tempo, precisa demonstrar força e persuadir. Nesse tipo de comunicação, o uso excessivo de elementos retóricos ou um tom declamatório desafinado pode comprometer o sucesso da persuasão. O amante ideal precisa superar a distância espacial entre remetente e destinatário, passando a impressão de estar falando diretamente com seu interlocutor:

Aprende as boas artes, esse é o meu conselho, ó juventude de Roma  
e não apenas para defender réus temerosos;  
tal como o povo e o juiz severo e os eleitos do senado,  
assim também a mulher, vencida, há de render as mãos à tua eloquência.  
[...]  
Se não for falho de juízo, quem se põe a discursar diante de uma amante  
delicada?  
Muitas vezes uma carta [*littera*] foi sério motivo de má vontade.  
Usa linguagem credível e palavras comuns,  
embora delicadas, de forma a parecer que estás ali a falar em pessoa.  
(Ov. *Ars*. I, 457-466 – Trad. Carlos Ascenso André – destaque nosso)

Diante desse tópico, é possível imaginar um cenário em que dois amantes, separados por uma pequena distância espacial e, não necessariamente impedidos de se comunicar, enfrentam uma barreira social que lhes frustra de se expressarem abertamente. Essa nuance poderia ser adicionada à conceituação de carta de Trapp e Ceccarelli expostas anteriormente. Além disso, tomando ainda o exemplo anterior de Cícero, a carta pode ser usada para expressar algo que não se faria pessoalmente, por medo, vergonha ou pudor e, nesse sentido, ela se beneficiaria da distância.

A carta amorosa, então, pode se assemelhar a uma mensagem secreta cujo conteúdo, se tornado público, causaria embaraços ao remetente. Como já mencionado, Ovídio recomenda que se treinem diferentes tipos de caligrafia, de forma a evitar um escândalo ou chantagem (Ov. *Ars*. III, 493-496). Finalmente, além do uso adequado da linguagem, comum a todo tipo de comunicação, Ovídio reforça que a persistência é a chave do sucesso nesse jogo de conquista:

Se te ler e não quiser responder, não a forces;  
procura, apenas, que leia as tuas palavras delicadas até o fim;  
se quis ler, há de querer responder ao que leu;  
a resposta chega com seu ritmo e seu passo;  
talvez te chegue, primeiro uma carta [*littera*] triste,  
a pedir-te que não mais a procures;

se pede, é porque receia que não aconteça; se não pede, deseja que insistas.  
Prossegue! Bem cedo verás realizado o teu desejo.  
(Ov. *Ars*, I 477-484 – Trad. Carlos Ascenso André – destaque nosso)

Com relação às características estilísticas da carta em Sêneca, Casquero (1983, p. 399) destaca a preocupação com a brevidade, apesar de o próprio Sêneca reconhecer que nem sempre consegue cumpri-la. A linguagem deve ser íntima, porém educada, e radicalmente distinta da oratória. Nesse sentido, Kerr (2016, p. 1143) acrescenta que o objetivo deveria ser o de se reproduzir uma conversa (*sermo*), uma fala cotidiana:

Tens-te queixado de receberes cartas minhas escritas sem grandes pruridos de estilo. Mas quem é que escreve com pruridos se não aqueles cuja pretensão se limita a uma eloquência empolada? Se nós nos sentássemos a conversar, se discutíssemos passeando de um lado para o outro, o meu estilo seria coloquial e pouco elaborado; pois é assim mesmo que eu pretendo sejam as minhas cartas, que nada tenham de artificial, de fingido! Se isso fosse possível, eu preferiria mostrar-te o que sinto, em vez de o dizer. Mesmo que estivesse discutindo contigo não me iria pôr na ponta dos pés, nem fazer grandes gestos, nem elevar a voz: tudo isto seriam artifícios de oradores, enquanto a mim me bastaria comunicar-te o meu pensamento, num estilo nem grandiloquente nem vulgar (Sen. *Ep. Luc.* 75, 1-2 – Trad. Segurado e Campos)

De maneira similar, Plínio alude que tanto a história quanto o discurso possuem um modo diferenciado de escrita, por vezes próximo do poético. Para a epístola, contudo, o estilo simples e conciso é o que parece melhor se adequar:

[Para Tácito] Gostaria de acrescentar uma única coisa: discorri sobre todas as coisas a que assisti e sobre as que ouvi logo que aconteceram; exatamente a verdade está sendo contada. Tu mesmo separarás as partes principais. Porque uma coisa é a epístola, e outra a história; uma coisa é escrever a um amigo, e outra, a todos. (Pli. *Ep.* VI, 16, 22 - Trad. Larissa Kerr)

[Para Fusco] Agora sei que o teu principal interesse é o da retórica, mas nem por isso aconselharia sempre esse estilo aguerrido e como que belicoso. Pois, como as terras têm sementes variadas e alternadas, assim o nosso talento é cultivado ora por um estudo, ora por outro. Quero que, ocasionalmente, escolhas alguma passagem da história, quero que escrevas uma carta com o maior esmero. Porque, frequentemente, até no discurso incide a necessidade de descrições não apenas nos moldes da história, mas quase do poético; além disso, a epístola requer o estilo conciso e simples. (Pli. *Ep.* VII, 9, 7-8 – Trad. Larissa Kerr)

### 1.2.3 O tempo, a distância e o envio de cartas

Como eu retornasse de Pompeiano para Roma 4 dias antes dos idos de maio [12 de maio], nosso Cíncio me entregou a epístola que lhe havias dado nos idos de fevereiro [13 de fevereiro]. É a esta epístola que responderei agora nessa carta. (Cic. *Att.* I, 20, 1)

Diferentemente da comunicação presencial, em que o processo comunicativo se desenrola no mesmo tempo e espaço, a comunicação epistolar tem como outra característica distintiva o afastamento e a distância. Para Ceccarelli (2013, p. 10), essa particularidade fica registrada no nível textual: sempre existe na carta uma clara separação entre o tempo da composição e o tempo da recepção. E mais, tratando-se de um objeto físico, a carta permite ainda o tempo da releitura e, por vezes, o da mudança de destinatário, como já mencionado.

Dessa forma, o prazo necessário para uma carta atingir o seu destinatário cria um espaço emocional com características peculiares: ansiedade por uma resposta, apreensão quanto a um possível extravio e, até mesmo, o arrependimento do envio. Um exemplo intenso dessa situação é descrito por Tucídides em sua *História da Guerra do Peloponeso* (Tuc. *Hist.* III, 36-49). No quinto ano da guerra, os atenienses receberam a rendição incondicional dos habitantes de Mitilene após um prolongado cerco. Num primeiro momento, os atenienses, reunidos em assembleia, decidiram condenar à morte todos os mitilenos e escravizar as mulheres e crianças. Assim, um navio foi enviado de Atenas com a mensagem para Paques, comandante do exército. Contudo, na assembleia do dia seguinte, em nova rodada de discursos, os atenienses julgaram a medida demasiadamente dura e outro navio foi enviado com um decreto (ψήφισμα) contrário ao anterior. Segundo Tucídides, pairou sobre a cidade, então, a expectativa de que o segundo navio conseguisse ser mais rápido que o primeiro e de que as instruções originais não fossem colocadas em prática. De fato, o segundo navio conseguiu chegar em Mitilene no momento em que Paques começava a se preparar para executar as ordens funestas.

Com relação ao envio, Burnet (2003, p. 2) considera que existe um preconceito recorrente relacionado com a dificuldade das missivas alcançarem seus destinatários. Parte disso, continua o autor, talvez se deva às frequentes reprovações endereçadas a correspondentes culpáveis de negligência, passando de raras, na época ptolomaica, a cada vez mais comuns, no período romano. De fato, garantir que o mensageiro alcançasse o seu destino se colocava cada vez menos como um problema, e Burnet ilustra o fato com algumas mensagens retiradas dos papiros de Oxirrinco:

Existe um grande número de pessoas que vêm até aqui, e por isso eu te reprovo de nunca ter me escrito de volta. (*Oxy. XXXI, 2595* – Retradução do francês *apud* BURNET, 2003, p. 2)

Destinação da carta de Rufus: a partir da porta da Lua, caminhe em direção aos celeiros e, quando chegares à primeira rua, vire à esquerda atrás das termas, onde existe um templo e vá em direção ao oeste. Desça os degraus, suba os outros, vire à direita e depois do pórtico do templo, ao lado direito, existe uma casa de sete andares com uma Fortuna no frontão do vestíbulo, do outro lado de uma loja de armadilhas. Pergunte lá ou ao porteiro, e te informaremos. (*Oxy. XXXIV, 2719* - Retradução do francês *apud* BURNET, 2003, p. 2)

Como já mencionado, a disponibilidade de pessoas de confiança para transportar a carta ou a incerteza quanto ao paradeiro do destinatário podem alterar conteúdo do que se quer depositar na comunicação:

*Nimium raro nobis abs te litterae adferuntur, cum et multo tu facilius reperias, qui Romam proficiscantur, quam ego, qui Athenas, et certius tibi sit me esse Romae quam mihi te Athenis. Itaque propter hanc dubitationem meam breuior haec ipsa epistula est, quod, cum incertus essem, ubi esses, nolebam illum nostrum familiarem sermonem in alienas manus deuenire.* (Cic. *Att. I, 9*)

É com um intervalo demasiadamente grande que nos chegam cartas tuas, visto que é muito mais fácil que tu encontres quem venha a Roma do que eu quem vá a Atenas; além do que, tu estás mais seguro de minha permanência em Roma do que eu da tua em Atenas. E assim, por causa desta minha dúvida, esta epístola é por si só mais breve, pois, como estou incerto de onde estás, não quero que aquela nossa conversa íntima acabe em mãos estranhas.

Por outro lado, se o envio da mensagem é declaradamente difícil, Ceccarelli (2013, p. 10) ressalta que o próprio ato de se despachar uma carta poderia causar a impressão de que se trata de um evento especial e, por isso, particularmente significativo. Além disso, continua a autora, o remetente precisa considerar ainda a possibilidade de atraso na entrega ou da perda da própria mensagem, e estes dois elementos desempenham um papel importante no romance e na tragédia.

É preciso distinguir ainda, prossegue Ceccarelli (2013, p. 11), entre comunicação de longa e de curta distância. Para longos percursos, podia-se contar com a boa vontade ou o pagamento de viajantes e mercadores que estivessem indo na direção desejada, mas sem uma garantia real de que a mensagem atingisse o destinatário ou que fosse redistribuída a terceiros no processo. Para pequenos trajetos, contava-se com os membros da família, escravos,

libertos ou até mesmo vizinhos, e o remetente podia indicar o nome do mensageiro na própria carta.

A título de ilustração, Cícero reconstrói o caminho feito por Ático a partir de três cartas recebidas em sequência: a primeira de uma localidade na via Ápia, cerca de 45 km de Roma; a segunda de Canossa, a caminho do litoral; a última, no momento do embarque para a Grécia.

*Accepi tuas tres iam epistulas, unam a M. Cornelio, quam Tribus Tabernis, ut opinor, ei dedisti, alteram, quam mihi Canusinus tuus hospes reddidit, tertiam, quam, ut scribis, ancora soluta de phaselo dedisti. (Cic. Att. I, 13, 1)*

Recebi já três epístolas tuas: uma de Marco Cornélio, a quem, segundo penso, lhe entregaste em Três Tabernas; a segunda, que me devolveu teu anfitrião Canusino; a terceira, que enviaste do barco, como escreves, no momento de soltar a âncora.

Para a correspondência oficial na Grécia, Ceccarelli (2013, p. 12) destaca que mensageiros (*ággeloi*) e arautos (*kérukes*) podiam ser encarregados da troca de mensagens (orais e escritas) entre duas *poleis*, existindo também corredores de confiança (*hemerodromoi* ou *dromokérukes*) como o ateniense Fidípides, hemeródromo de profissão, que, segundo Heródoto, percorreu a distância entre Atenas e Esparta em menos de dois dias (Her. *Hist.* VI, 105-106). Em tempos de guerra, existia a possibilidade de esses mensageiros serem capturados e torturados, como ilustra o seguinte *ostrakon* assírio (séc VII AEC):

Para meu irmão Pir-amurri de seu irmão Bel-etir: Saudações [...]. Tu não me escreveste desde que estiveste comigo na Babilônia. Eu e Arbayya e [...] fomos para Bit-Amukkani. Depois, tu deixaste Uruk com Ger-sapun e [...]. Eu estava perseguindo fugitivos em Bit-Amukkani. Havia quatro deles. Eles estavam de posse de uma carta do rei da Babilônia e estavam tentando fomentar uma rebelião em Bit-Amukkani. Nós os capturamos no deserto em Hapiru. Depois, eu os trouxe para [...] e enviei uma carta para meu senhor, o rei (...). (1. Berlin, St. Mus. VA 8384. IN: LINDENBERGER, 2003, p.20 - Retradução do inglês. Texto original em aramaico)

Finalmente, Trapp (2003, p. 36) destaca mais uma característica intrínseca à comunicação por cartas: o chamado tempo epistolar. O autor assevera que o tempo presente da escrita será o tempo passado da leitura. Esse fato é algumas vezes (mas nem sempre) marcado nos tempos verbais escolhidos pelo escritor de cartas: onde normalmente se escolheria um presente do indicativo pode aparecer um imperfeito ou um aoristo e, mais raramente, um perfeito ou mais que perfeito. Para uma ação presente e instantânea, prossegue o autor, empregava-se o aoristo ou perfeito; para uma ação presente e contínua ou estado de

espírito, utilizava-se o imperfeito. Com isso, esclarece Trapp (2003, p. 37), buscava-se adotar o ponto de vista do destinatário no lugar daquele do escritor, sendo uma forma sutil e particular de adereçamento.

Sobre esse aspecto, Tovar (1946, p. 139) observa que as formas gramaticais empregadas na escrita das cartas latinas obedecem a uma “lógica” particular, a qual se coloca no ponto de vista do destinatário, não do remetente, e que é descrita nos tratados de sintaxe e nas gramáticas latinas sob o nome de “estilo epistolar”. Além disso, segundo Almeida (2011, p. 318) destaca que esse estilo epistolar ultrapassa o mero ponto da variação peculiar dos tempos dos verbos, podendo estender-se ainda para, pelo menos, os aspectos adverbiais (não *hodie*, mas *eo die*; não *heri*, mas *pridie*; não *cras*, mas *postridie*).

César escreveu duas vezes a Cícero desde a Bretanha. A primeira carta demorou vinte e seis dias para chegar a Roma e a segunda vinte e oito. Depois do desembarque das tropas na Bretanha, César se apressa a escrever aos amigos e em especial a Cícero, não porque faltava algo a fazer naquele momento, mas porque considerava sem dúvida uma honra enviar uma carta de um país onde nenhum romano jamais pusera os pés. Seus mensageiros atravessavam sem cessar a Gália, levando-lhe correspondências exatas e cheias de detalhes minuciosos (BOISSIER, 1905, p. 200).

#### 1.2.4 Características do gênero epistolar

Sempre que aparece uma carta tua tenho a sensação de estar na tua companhia e isso dá-me uma tal disposição de espírito que mais me parece estar a responder-te de viva voz do que por escrito. (Sen. Ep. Luc. 67, 2 – Trad. Segurado e Campos)

Por último, resta abordar algumas características próprias da correspondência, que talvez sejam as mais significativas marcas do gênero. Segundo Trapp (2003, p.38-39), alguns temas e tópicos parecem ter uma tendência para aparecer em cartas, de forma “ingênua” na correspondência arqueológica, e de maneira mais elaborada, calculada ou refletida nas cartas de escritores mais cultos. Tanto Ceccarelli quanto Trapp apontam que muito do que se discute na literatura sobre epistolografia, antiga e moderna, está embasado em três fundamentos ideológicos: *philophronésis* (amizade), *parousia* (presença) e *homilia* (louvor).

#### I- A temática da amizade e as relações sociais:

Como visto, o intercâmbio epistolar já era uma prática largamente difundida no mundo antigo. No capítulo *Mixed Messages: The Play of Epistolary Codes in Two Late Antique Latin Correspondences*, Ebbeler (2007, p. 301) reforça que a troca de cartas era um meio

fundamental pelo qual a aristocracia romana anunciava e negociava *status* social, dentro e fora de Roma. César, cita a autora, utilizou de sua correspondência com Cícero para negociar apoio senatorial durante a ascensão ao poder, da mesma forma que Cícero e seus *amici* trocaram cartas no intuito de encorajar e garantir o cumprimento de obrigações sociais, políticas e literárias. Ao mesmo tempo, complementa a autora (2007, p. 302), a própria prática era orientada por um conjunto de regras claramente articuladas: escreva de volta com frequência; mantenha confidencialidade quando isto for esperado; use um tom apropriado; evite tamanho excessivo, e mais.

Segundo Ebbeler, para que a relação epistolar prosseguisse adequadamente, era imperativo que cada um dos correspondentes jogasse pelas regras e, principalmente, atuasse segundo o papel social que lhe era prescrito. Ebbeler (2007, p. 305) destaca que o modelo de correspondência entre pai e filho, com suas variantes de estudante-professor e médico-paciente, parece ter sido uma espécie de sub gênero epistolar amplamente praticado, tanto no período clássico como no tardio. Dessa forma, a figura paterna, literal ou metafórica, tinha a função de distribuir sabedoria, exortação moral e tradição cultural a seu correspondente. O filho, por outro lado, deveria demonstrar um interesse particular pelo assunto, fazendo perguntas pertinentes e alegremente recebendo o conselho paterno. Exemplos dessa dinâmica, de acordo com Ebbeler, podem ser encontrados nas cartas enviadas por Catão velho, ao filho, enquanto este prestava serviço militar. Como já foi comentado, o *De officiis* de Cícero, endereçado ao filho Marco, também se reveste dessa mistura de diálogo e correspondência. Cita-se ainda uma famosa carta de Cornélia, destinada ao filho Caio Graco. Nessa perspectiva, Morello e Morisson (2007, p. VIII) consideram que a carta se tornou um instrumento especial para se transmitir conhecimento ou conselho, uma variante da tradição didática.

Além disso, Burnet (2003, p. 3) salienta que a comunicação epistolar, transformada em arte, nada tinha de espontânea; pelo contrário, as coleções de epistológrafos eruditos se assemelham a tesouros da inteligência que se quer fazer compartilhar. Repletas de demonstrações de amizade, será sempre um problema distinguir a afeição da formalidade, questão inerente ao leitor extra contemporâneo. Nesse sentido, Ebbeler (2007, p. 322) sublinha que a aparência de cordialidade, na correspondência entre Jerônimo e Agostinho, esconde um conflito de ideias e posições hierárquicas, e algo semelhante pode ser encontrado também na correspondência entre Frontão e seu aluno mais ilustre, o imperador Marco Aurélio.

Ainda assim, Trapp (2003, p. 41) destaca que os correspondentes são compelidos pela convenção a começar desejando mutuamente alegria, coragem e bem estar; ao final, são recorrentes os votos de força e saúde. Dentro desse quadro, cartas com conteúdo hostil tendem a aparecer como um abuso do meio ou exceção. Por isso, segundo o autor, o humor e a ironia podem, vez ou outra, ser utilizados para mascarar a cobrança, o desabafo, a raiva ou a malícia. É possível ainda, conjectura Trapp, que os compiladores das coleções de cartas tenham tomado medidas para não deixar transparecer esses aspectos. Por outro lado, o autor destaca que cartas maliciosas e mentirosas são muito comuns na tragédia, na história e no romance, assim como nas coleções fictícias ou pseudográficas.

Em resumo, mais do que em qualquer outra forma de escrita, as cartas são utilizadas para se estabelecer e conduzir relacionamentos. Nesse papel, reforça Trapp (2003, p. 41), podem se envolver em jogos de etiqueta e poder, especialmente, mas não apenas, quando trocadas entre correspondentes de *status* social mais alto. De forma calculada ou inconsciente, escritores de carta tentam controlar o estilo e apresentação à luz do seu próprio *status* e do de seus interlocutores, com base no relacionamento que desejam cultivar. Leitores externos, conclui Trapp, são chamados a tirarem suas próprias conclusões sobre a natureza, honestidade e realismo.

## II- A carta como “encontro pessoal” entre ausentes:

Como apresentado anteriormente, se Ártemon considerava que a carta deveria ser escrita à maneira de um diálogo, como uma das partes de uma conversa, Demétrio enfatiza que ela deveria ser ainda mais elaborada, pois enquanto o diálogo imita uma fala improvisada, a carta “é escrita e enviada, de certa maneira, como um presente” (Dem. *Per. Herm.* 224 – Trad. Gustavo Freitas). Ao mesmo tempo, com a incumbência de refletir a personalidade do autor, pois espelha sua alma (Dem. *Per. Herm.* 227), a carta encoraja e preserva, em algum grau, a intimidade de seus interlocutores. Além desses aspectos, Burnet (2003, p. 2) afirma que a carta servia aos escritores como um auxiliar de proximidade, suas palavras preenchendo o lugar do “ser ausente”, distraíndo um pouco da dor de se saber distante. Assim, continua o autor, a correspondência servia como um importante apoio para a conservação da amizade, e pseudo-Libânio resumiria a opinião comum:

A carta é então um tipo de conversa entre o autor e qualquer um que dele está separado. Ela preenche uma necessidade específica: se falará como se estivesse presente diante de pessoas presentes. (Ps. *Lib. Ep. Kh.* 2 – Retradução do francês apud BURNET, 2003, p. 2)

Nesse sentido, Ceccarelli (2013, p. 35) considera que a carta, em certa medida, pode ser comparada a um encontro pessoal: a fórmula de saudação corresponde aos cumprimentos iniciais, o corpo da carta à conversa em si, e a fórmula de encerramento à despedida. Idealmente colocadas próximas à comunicação oral, a autora (2013, p. VIII) destaca que as cartas apresentam marcas dêiticas de discurso direto em sua escrita, e a pessoa do emissor costuma aparecer muito marcada. Este é conceito de *parousia* (presença), continua a autora, que busca simular a projeção real do indivíduo ou, pelo menos, a sensação de sentir sua presença, refletindo igualmente a autoridade do remetente. Tudo isso, complementa Burnet (2003, p. 4), adquire uma intensidade e realismo surpreendentes, pois se torna necessário que o escritor assegure, junto aos seus destinatários, toda a dimensão de seus pensamentos, desejos, emoções e inquietações. Na falta da presença real e concreta do interlocutor, continua Burnet, a carta se torna um simulacro que pode também incorporar algo de espiritual:

*Ego tecum tamquam mecum loquor.* (Cic. Att. VIII, 14, 12)

Eu mesmo falo contigo como se estivesses comigo.

*Ego, etsi nihil habeo quod ad te scribam, scribo tamen quia tecum loqui uideor.* (Cic. Att. XII, 5, 3)

Eu, mesmo que não tenha nada para te escrever, te escrevo, contudo, pois assim fico parecendo falar contigo.

*Quid mihi iucundius, quam, cum coram tecum loqui non possum, aut scribere ad te aut tuas legere litteras?* (Cic. Fam. XII, 30, 1)

[Para o rétor Cornifício] Para mim, o que há de ser mais agradável do que, já que não posso falar contigo frente a frente, escrever-te ou ler tuas cartas?

*Nihi habebam quod scriberem: neque enim noui quicquam audieram et ad tuas omnes rescripseram pridie. Sed, cum me aegritudo non solum somno priuaret uerum ne uigilare quidem sine summo dolore pateretur, tecum ut quasi loquerer, in quo uno acquiesco, hoc nescio quid nullo argumento proposito scribere institui.* (Cic. Att. IX, 10, 1)

Nada tinha sobre o que escrever: nem tinha ouvido qualquer coisa nova e, de fato, já tinha respondido todas as tuas ontem. Mas, como a aflição não só me priva do sono, mas também não me permite manter-me acordado sem uma imensa dor, por isso comecei a escrever-te sem assunto definido, pois assim contigo quase falo, e é a única coisa que me acalma.

Nesse diálogo imaginário registrado em carta, Cícero comenta e consulta a respeito de todo tipo de questões: políticas, pessoais e sociais. Além de Cícero, outros epistológrafos

registraram impressões a esse respeito. Dessa forma, ausente no espaço físico, mas presente na memória, a figura do destinatário se faz quase real, não apenas quando se rememora determinada palestra, acontecimento ou traço físico do interlocutor, mas também quando se lê (e muitas vezes se relê) determinada mensagem recebida ou enviada. Sêneca, em especial, em diferentes passagens projeta a presença física de Lucílio para compor uma espécie de diálogo epistolar:

Ontem estiveste na nossa companhia. “*Apenas ontem?*” Não te queixes: repara que eu escrevi “*na nossa companhia*”, o que significa que na *minha* estás tu sempre! (Sen. *Ep. Luc.* 64, 1 – Trad. Segurado e Campos)

As minhas conversas são quase todas com os livros. Sempre que aparece uma carta tua tenho a sensação de estar na tua companhia e isso dá-me uma tal disposição de espírito que mais me parece estar a responder-te de viva voz do que por escrito. Quanto à questão que pões, façamos como se estivéssemos conversando e analisemo-la em conjunto. (Sen. *Ep. Luc.* 67, 2 – Trad. Segurado e Campos)

Agradeço-te a frequência com que me escreves, pois é esse o único meio de que dispões para vires à minha presença. Nunca recebo uma carta tua sem que, imediatamente, fiquemos na companhia um do outro. Se nós gostamos de contemplar os retratos de amigos ausentes como forma de renovar saudosas recordações, como consolação ainda que ilusória e fugaz, como não havemos de gostar de receber uma correspondência que nos traz a marca autêntica, a escrita pessoal de um amigo presente? (Sen. *Ep. Luc.* 40, 1 – Trad. Segurado e Campos)

Se até a grafia do remetente pode servir para reconstruir a sua presença, por vezes a própria carta se revestirá da autoridade daquele que a escreve. Torna-se, assim, um ser de papel, sugere Burnet (2003, p. 4), que carrega parte das prerrogativas da pessoa real. Paulo, exemplifica o autor, incumbe a carta da missão de representá-lo, assim como um emissário enviado à comunidade, incentivando, repreendendo e trazendo decisões em seu nome:

É geral ouvir-se dizer que entre vós existe luxúria, e luxúria tal que não se encontra nem mesmo entre os pagãos: um dentre vós vive com a mulher do pai! E vós estais cheios de orgulho! Nem mesmo vos mergulhastes na tristeza, a fim de que o autor desse mal fosse eliminado do meio de vós? Quanto a mim, ausente de corpo, mas presente em espírito, já julguei como se estivesse presente, aquele que assim procedeu. É preciso que, em nome do Senhor Jesus, estando vós e o meu espírito reunidos em assembleia com o poder de nosso Senhor Jesus, entreguemos tal homem a Satanás para a perda de sua carne, a fim de que o espírito seja salvo no dia do Senhor. (Bib. *Coríntios* 1, 5 – Trad. Estêvão Bettencourt)

Contudo, por vezes o objetivo da carta é exatamente o oposto. No capítulo *Better than Speech: Some Advantages of the Letter in the Second Sophistic*, Hodkinson (2007, p. 291)

ressalta que uma das razões para se escrever uma carta é expressar um sentimento ou relatar um fato que não se possa, ou não se queira, dizer pessoalmente. Assim, uma carta pode deliberadamente garantir a ausência em um momento crucial. Dessa forma, a distância criada pode ser desejável se, por exemplo, carrega más notícias, especialmente se algum tipo de sentimento de culpa estiver associado com o emissor. Nesse mesmo raciocínio, o autor cita o caso de certa Glaucippe, personagem de Alcifrão, que precisa justificar à mãe o seu desejo de se casar, mesmo vivendo com ela. Por carta, Glaucippe consegue expor os motivos de seu amor e entregar uma mensagem que, provavelmente, seria interrompida logo nas primeiras frases. Essa seria mais uma das vantagens da forma epistolar: dar voz àqueles que de outra maneira não seriam ouvidos, como exemplificado pelo trecho de Cícero abaixo:

*Coram me tecum eadem haec agere saepe conantem deterruit pudor quidam paene subrusticus, quae nunc expromam absens audacius, epistula enim non erubescit.* (Cic. Fam. V, 12, 1).

[Para Lúcio Luceio] Um certo pudor um tanto grosseiro me dissuadiu, a mim que muitas vezes tento falar-te frente a frente estas coisas que agora, ausente, exporei mais audaciosamente; de fato, a epístola não cora.

Assim relacionadas, as cartas se figuram como discursos vivos, um simulacro da presença dos falantes diante da sua inevitável ausência. Tanto o momento da escrita quanto o da leitura de uma carta se torna algo especial, surpreendente e cativante, pois se imagina qual será a reação do interlocutor diante da mensagem. Nesse cenário, humor e circunstância podem afetar o resultado planejado da mensagem: uma carta pode ser bem vinda e elogiada, como uma verdadeira projeção da pessoa que a envia, fielmente expressando seu caráter e trazendo-o vividamente diante dos olhos da mente; ou ela pode ser desacreditada, ridicularizada ou recebida com decepção. Nesse sentido, de acordo com o momento, cartas podem ser vistas tanto como uma ponte, ligando duas partes, quanto como um malvisto lembrete da irremediável separação (TRAPP, 2003, p. 39).

## CAPÍTULO II

### CÍCERO EM PERSPECTIVA

Cícero nasceu em Arpino em 106 AEC. Sobre sua infância, encontramos em Plutarco (Plut. *Cíc.* 2, 1-3) algumas anedotas associadas com predestinação, misticismo e incríveis talentos infantis, típicas deste tipo de biografia:

Diz-se que a mãe o deu à luz sem dor nem esforço no terceiro dia das Calendas novas, aquele em que actualmente os magistrados fazem preces e sacrifícios pelo imperador. Ao que parece, a mulher que o amamentou teve uma visão onde lhe foi anunciado que ele viria a ser de grande utilidade para todos os Romanos. 2. Estas coisas que, em geral, parecem meros sonhos e frivolidades, ele próprio, quando chegou à idade de aprender, logo demonstrou serem verdadeiras profecias, pois brilhava pelos dotes naturais, e adquiria nome e fama entre os rapazes, a ponto de os pais destes irem frequentemente à escola não só para verem Cícero com os próprios olhos, mas também para observarem a sua famosa rapidez na aprendizagem e a sua inteligência; já os mais incultos se irritavam com os filhos quando os viam nas ruas sempre à volta de Cícero, dando-lhe a maior atenção. (Plut. *Cíc.* 2, 1-2 – Trad. Marta Várzeas)

Além disso, Plutarco informa que Cícero foi enviado bem cedo a Roma para estudar e, tendo concluído os primeiros estudos, tomou lições com Fílon de Larissa, figura admirada por sua eloquência e carácter. Segundo Atkins (2000, p. 483), Cícero também estudou sob a supervisão de L. Licínio Crasso, cônsul de 95 AEC e um dos maiores oradores da época. Teria também aprendido sobre leis partilhando da companhia de Q. Múcio Cévola, o áugure, cônsul de 117 AEC, e, após a morte deste, do também Q. Múcio Cévola, pontífice máximo e cônsul de 85 AEC.

Ao mesmo tempo em que desenvolvia seus estudos na juventude, Cícero foi espectador de momentos conturbados que modificaram a política e a sociedade romana, e certamente influenciaram sua vida e obra posterior.<sup>22</sup> Quando tinha quinze anos (91 AEC), o tribuno da plebe Lívio Druso foi assassinado em Roma, evento que deflagrou o início da Guerra Social entre Roma e seus aliados. Tendo tomado a toga viril no ano seguinte, Cícero serviu no exército sob o comando do cônsul Cn. Pompeu Estrabão, pai de Pompeu. Em 88 AEC, ocorreu o massacre de cidadãos romanos e de itálicos estabelecidos no Oriente Próximo, instigado por Mitridates, rei do Ponto. Como consequência, no início do ano

---

<sup>22</sup> Os acontecimentos que são listados a seguir receberão um aprofundamento maior no próximo capítulo.

seguinte, Lúcio Cornélio Sula partiu com um exército para subjugar as cidades da região, mas, no meio do caminho, foi destituído do comando militar da operação. Em revolta, Sula marchou com o exército de volta a Roma, invadiu a Cidade e reorganizou a administração pública, no que ficou conhecido como a “primeira” Guerra Civil. Os anos que se seguiram ficaram famosos também devido a uma série de proscricções e exílios políticos.

Em suas obras filosóficas, Cícero buscou relacionar esses eventos com a corrupção moral e política do seu tempo. Nesse sentido, Albrecht (1997, p. 518) conjectura que as vívidas memórias de Cévola em relação ao círculo dos Cipiões (146-129 AEC) devem ter causado certa impressão no jovem Cícero, como ficaria demonstrado na ambientação de sua *De re publica*. Nessa ótica, o período áureo da política romana estava numa época em que a gestão da coisa pública (*res publica*) estaria moralmente de acordo com as tradições (BELL, 1997, p. 17), e o conflito de interesses entre os cidadãos era mantido em segurança através da forte liderança de homens como Cipião Emiliano e Catão, o censor (WHEELER, 1952, p. 55).

Durante a ditadura de Sula, Cícero obteve sua estreia vitoriosa nos tribunais ao defender Róscio Amerino contra uma acusação de parricídio movida por Crisógono, liberto de Sula e um dos encarregados das proscricções. Logo depois, talvez temendo algum tipo de retaliação, passou o período de 79-77 AEC complementando seus estudos na Grécia e na Ásia Menor. Segundo Albrecht (1997, p. 518), Cícero passou seis meses em Atenas com Antíoco de Ascalão, que chefiava a Academia de Platão, e foi aluno de retórica de Apolônio de Mólou em Rodas.

Aos trinta anos (76 AEC), Cícero iniciou a carreira política: foi eleito questor e serviu durante um ano na Sicília. Em seguida, foi eleito edil em 69 AEC e, de acordo com Grimal (1986, p. 451), organizou três diferentes jogos públicos em Roma. Em 66 AEC, foi o candidato que mais recebeu votos na disputa para o cargo de pretor; nessa função, proferiu o seu primeiro discurso político diante do Senado, em que defendeu uma proposta de lei que outorgava poderes extraordinários a Pompeu no intuito de retomar a guerra contra Mitridates. Nesse discurso, *De imperio Cn. Pompei*, a carreira militar de Pompeu é louvada e suas qualidades pessoais exaltadas. De fato, numa carta posterior (Cic. *Fam.* III, 5) endereçada a Pompeu, logo quando este retorna vitorioso de sua campanha militar, Cícero busca estabelecer entre os dois uma relação análoga a de Cipião Emiliano e Caio Lélíio, o general e o político.

Eleito cônsul em 63 AEC, Cícero saiu vitorioso ao revelar e frustrar a conspiração de Catilina, recebendo o título de “Pai da Pátria” pelo Senado. Para Conte (1999, p. 182), nos

anos seguintes, Cícero não hesitou em glorificar a importância histórica de sua liderança política durante o consulado, sobre o qual até compôs um poema, e de sua luta contra Catilina. Contudo, de acordo com Brunt (1981, p. 108), a execução sem julgamento dos catilinários violou o princípio de que até o mais humilde cidadão tinha direito de apelação, e a repercussão dessa medida foi sentida por Cícero nos primeiros meses de 58 AEC, quando o tribuno da plebe Clódio promoveu o exílio de Cícero e o confisco de sua casa no Palatino alegando defender a liberdade dos cidadãos contra o tratamento arbitrário dos magistrados. Segundo Hales (2000, p. 46), o confisco de suas propriedades não foi apenas uma punição fiscal, mas também uma medida efetiva no sentido de macular a memória das conquistas de Cícero em Roma.

Cícero, então, fugiu de Roma tão abalado e deprimido que, de acordo com sua correspondência do período (Cic. *Att.* III, 2-8), pensou diversas vezes em suicídio. Porém, passados pouco mais de seis meses, teve início um movimento em Roma a favor de seu retorno, que ganhou mais apoio político em 57 AEC. Assim fortalecido e esperançoso com a possibilidade do retorno, Cícero começou a comparar seu exílio a uma partida voluntária, como um sacrifício pessoal e uma *deuotio* à causa pública, que evitou uma disputa política e um possível derramamento de sangue entre os cidadãos. Nesse aspecto, Narducci (1997, p. 66) aponta que, em todos seus discursos pós-exílio, Cícero apela repetidamente para a ideia de que, como resultado da violência e das ilegalidades cometidas por Clódio, a *res publica* praticamente cessou de existir por um período. Portanto, seu exílio não poderia ser considerado legítimo, pois, na verdade, a coisa pública é que esteve ausente de Roma durante aquele período.

A atuação política de Cícero entre 57-52 AEC será abordada no Capítulo III, juntamente com seu relacionamento com Pompeu e César. Entre 51-50 AEC, Cícero foi procônsul na Cilícia, província romana da península da Anatólia. Foi também durante esse período que se começou a discutir a respeito do término do comando extraordinário de César. Após vários impasses no Senado, a situação resultou numa nova Guerra Civil, e Cícero tomou partido contra César. Os pormenores desse período serão discutidos no Capítulo IV.

Segundo Albrecht (1997, p. 519), depois que César o perdoou e o aceitou de volta a Roma, Cícero interveio na defesa de outros ex-partidários de Pompeu em discursos de refinada elegância, que mesclam elogios a César com a defesa das instituições republicanas. Ainda segundo o autor, a morte de sua filha Túlia, em fevereiro de 45, foi devastadora para Cícero, mas sua dor parece ter dado impulso a um novo período de composição: escreveu uma

consolação para si mesmo e uma série de trabalhos teóricos de filosofia e política. Segundo Conte (1999, p. 176), durante o governo de César, Cícero distanciou-se dos assuntos públicos e compôs uma série de trabalhos filosóficos, como o *Brutus* e o *Orator*, e finalizou o seu *De re publica*.

Após a morte de César em 44 AEC, Cícero desempenhou um papel preponderante no Senado, afinal, era um dos senadores sobreviventes mais experiente e mais honrado. Defendendo a autonomia da *res publica*, discursou contra Marco Antônio nas famosas *Filípicas*. Finalmente, proscrito pelos triúmviros, Cícero foi morto em 7 de dezembro de 43 AEC e teve sua cabeça e mãos expostas no *forum*.

## 2.1 Cícero, o epistológrafo

### 2.1.1 Da publicação de suas cartas ao esquecimento

Não existe nenhuma συναγωγή [compilação] de minhas epístolas, mas Tirão tem cerca de setenta e resta tomar algumas das que estão contigo. Convém que as repasse e as corrija. Então, por fim, se podem publicar. (Cic. *Att.* XVI, 5, 5)

A correspondência sobrevivente de Cícero está, atualmente, dividida em quatro conjuntos: 16 livros de cartas a seu grande amigo, Ático (*Epistulae ad Atticum*), abrangendo o período de 68-44 AEC; outros 16 livros de cartas endereçadas a uma pluralidade de destinatários (*Epistulae ad familiares*), aqui incluídas algumas cartas à esposa Terência e ao seu liberto e secretário Tirão, entre os anos 62-43 AEC; 3 livros de cartas ao seu irmão mais novo, Quinto Túlio Cícero (*Epistulae ad Quintum fratrem*), compreendendo o período de 59-54 AEC; 2 livros de cartas a Marco Bruto (*Epistulae ad Brutum*), todas do ano de 43 AEC.

Com mais de novecentas cartas, esse conjunto é apenas uma fração da correspondência que foi escrita: na introdução de sua tradução à *Correspondance* de Cícero, Constans (1962, p. 14) indica que Nônio Marcelo, no século IV EC, afirmava conhecer 9 livros de epístolas a Marco Bruto (*ad Brutum*), 3 livros a César (*ad Caesarem*) e outros 3 a Otaviano, futuro Augusto (*ad Caesarem iuniorem*). Além disso, prossegue Constans, outras passagens da obra de Nônio citam a existência de outros 9 livros de cartas a Hircio, 3 livros a C. Pansa, 2 livros a Áxio, 2 livros a Marco Cícero Júnior e, possivelmente, 4 livros a Pompeu. Ainda segundo o autor, Macróbio afirmava existirem também 2 livros de cartas a Cornélio Nepos, já Prisciano cita 2 livros de cartas a M. Licínio Calvo.

Mesmo para os 16 volumes de cartas a Ático, existem lacunas temporais significativas. Em sua tradução das *Letters to Atticus*, Winstedt (1912, p. V) aponta que a correspondência

conservada inicia-se quando Cícero já contava com 38 anos. Além disso, restaram apenas duas cartas para todo o ano de 68 AEC, seis para 67 AEC, uma única para 66 AEC, ano em que Cícero foi pretor, e duas cartas para 65 AEC. A partir daí, continua o autor, ocorre um intervalo em sua correspondência a Ático, não restando nenhuma carta durante o seu consulado (63 AEC); novos exemplares da correspondência entre os dois são encontrados apenas a partir de 61 AEC. Por outro lado, nas décadas de 50-40 AEC, a correspondência se torna mais frequente a ponto de Cornélio Nepos, contemporâneo de Cícero, afirmar que a leitura delas já bastaria para que alguém se mantivesse a par dos principais acontecimentos do período:

*Quamquam eum praecipue dilexit Cicero, ut ne frater quidem ei Quintus carior fuerit aut familiarior. Ei rei sunt indicio praeter eos libros, in quibus de eo facit mentionem, qui in uulgas sunt editi, sedecim uolumina epistularum, ab consulatu eius usque ad extremum tempus ad Atticum missarum: quae qui legat, non multum desideret historiam contextam eorum temporum. (Cor.-Nep. Vit. 16, 2-3)*

Cícero o amou de modo particular, de modo que nem mesmo o irmão Quinto teria sido mais caro ou mais íntimo a ele. Como sinal disto, além daqueles livros nos quais ele faz uma menção a ele e que foram publicados, existem dezesseis volumes de cartas enviadas a Ático a partir do consulado dele até o momento derradeiro; quem as ler, não sentirá muita falta de uma história encadeada daqueles tempos.

Por outro lado, apesar dessa notória amizade, Constans (1962, p. 12) afirma que não restou nenhuma carta de Ático para Cícero, apesar de este ter declarado que as guardava com esmero:

*Nam cum ad hunc locum uenissem, evolui uolumen epistularum tuarum quod ego sub signo habeo seruoque diligentissime. (Cic. Att. IX, 10, 4)*

Na realidade, como eu tivesse chegado a este ponto, desenrolei um rolo de tuas epístolas, que eu mantenho lacrado e conservo o mais diligentemente.

Com relação à passagem anterior de Cornélio Nepos, Constans (1962, p. 11) sublinha que ela é um testemunho de que parte da correspondência de Cícero fora publicada ou tornada pública, obviamente, antes da morte do próprio Nepos em 25 AEC. O autor afirma ainda que a organização atual da correspondência não condiz com a mesma que Nepos tivera acesso: as 11 primeiras cartas do que chegou até nós como *ad Atticum* abordam um período anterior ao consulado, possivelmente tendo sido reunidas posteriormente.

É significativo que o próprio Cícero, ainda em vida, tenha demonstrando interesse em editar e publicar parte de sua correspondência, e os estudiosos destacam diferentes passagens como mostra disso. Nelas, percebe-se que Tirão organizava e preparava o arquivo de cartas de Cícero, possivelmente a partir dos diferentes correspondentes:

*Tuas iam litteras Brutus exspectabat... [5] Nepotis epistulam exspecto... mearum epistularum nulla est συναγωγή; sed habet Tiro instar septuaginta, et quidem sunt a te quaedam sumendae. Eas ego oportet perspiciam, corrigam; tum denique edentur. (Cic. Att. XVI, 5, 1-5)*

Bruto aguardava carta tua... [5] Aguardo por uma epístola de Nepos... Não existe nenhuma συναγωγή [compilação] de minhas epístolas, mas Tirão tem cerca de setenta e resta tomar algumas das que estão contigo. Convém que as repasse e as corrija. Então, por fim, se podem publicar.

*Quod epistulam meam ad Brutum poscis, non habeo eius exemplum; sed tamen saluum est et ait Tiro te habere oportere et, ut recordor, una cum illius obiurgatoria tibi meam quoque quam ad eum rescripseram misi. (Cic. Att. XIII, 6, 3)*

Com relação a minha epístola dirigida a Bruto que buscas, não tenho dela uma cópia; mas, contudo, está intacta, e Tirão diz ser conveniente que tu a tenhas. Se me recordo, enviei-te uma junto com aquela repreensiva, que eu escrevera contestando a ti.

*Video quid agas; tuas quoque epistulas uis referri in uolumina. Sed heus tu, qui κανών esse meorum scriptorum soles, unde illud tam ἄκρουν ‘ualetudini fideliter inseruendo?’ unde in istum locum ‘fideliter’ uenit? (Cic. Fam. XVI, 17, 1)*

[Para Tirão] Vejo o que fazes; queres igualmente que tuas epístolas sejam colocadas em rolos. Mas, veja tu, que costumavas ser o κανών [canôn] de meus escritos, de onde tirastes aquele tão ἄκρουν [incurado] ‘estando fielmente a serviço da saúde’? Como aquele ‘fidelmente’ veio parar aqui?

Essa coleção de passagens é extremamente relevante porque demonstra, de fato, que existia todo um trabalho compilatório e “editorial”, como no caso das correções do secretário Tirão sobre o material ciceroniano “cru”. Do mesmo modo, revela um aspecto da macro organização da coletânea, além daquele da escrita miúda, e faz ver que muito pouco há de contato “direto” entre as cartas de Cícero e a “realidade” de objetivos e de fatos históricos.

Por outro lado, com base nessas passagens, acreditou-se por muito tempo que a correspondência de Cícero tivesse sido publicada por Tirão e por Ático. Igualmente, discutiu-se muito sobre as possíveis datas de sua publicação. Nesse quesito, no capítulo “Ciceronian correspondences: making a book out of letters”, Mary Beard (2006, p. 118) afirma que, apesar de todas as conjecturas feitas nos últimos 150 anos, não é possível saber a data de publicação

das cartas e que o debate foi se alongado sobre a questão “a partir de quando” pode-se afirmar que elas entraram em circulação. Na realidade, continua a autora, é impossível precisar quem selecionou, organizou, editou e publicou o material para consulta pública.

Teorias à parte, não deixa de ser relevante perceber como a correspondência de Cícero passou a ser citada e utilizada por escritores posteriores. De um lado, Márquez (1996, p. 28), tradutor das *Cartas a Ático*, indica ser significativo o fato de Ascônio Pediano (I AEC - I EC), famoso comentarista dos discursos de Cícero, não ter feito nenhuma referência à sua correspondência. Por outro, segundo Constans (1962, p. 13), após a menção de Nepos, a primeira citação direta à correspondência de Cícero pode ser encontrada em Sêneca, o rétor, que escreveu no governo de Tibério (14-37 EC). Tomando textualmente uma passagem da correspondência de Cícero (Cic. *Fam.* XV 19, 4), Sêneca comenta:

Isto foi exposto elegantemente em uma epístola de C. Cássio enviada a M. Cícero: brinca muito com a estupidez do jovem Cn. Pompeio, que reuniu um exército na Espanha e foi vencido na batalha de Munda; então, diz: “nós também rimos dele, mas temo que ele também ria de nós – com o gládio!” No que concerne a todos os reis, estas coisas devem ser receadas em relação aos gracejos. (Sen.M. *Suas.* 1, 5 – Trad. Artur Costrino)

Beard (2006, p. 117) destaca que Sêneca, o filósofo, também cita textualmente duas cartas de Cícero a Ático, mas sem se referir à numeração como hoje se conhece. Na primeira, comenta-se o julgamento de Clódio pelo escândalo da *Bona Dea* (Cic. *Att.* I, 16, 5); na segunda, Sêneca critica a copiosa necessidade de Cícero por informações (Cic. *Att.* I, 12, 1-4), assim como o teor de suas cartas:

E tudo isto sucedeu durante um processo em que, se mais não houvera, Catão comparecera como testemunha. Cito-te as próprias palavras de Cícero, pois o caso excede quando se possa crer: “Convocou os juízes para sua casa, prometeu, garantiu, ofereceu. Mais ainda (ó bons deuses, que perversidade!) passar a noite com determinadas mulheres e em entrevistas galantes com adolescentes da nobreza foi prenda suplementar oferecida a vários juízes!” (Sen. *Ep. Luc.* 97, 3-4 – Trad. Segurado e Campos)

Exiges-me que aumente o ritmo das minhas cartas [...]. Cá estou então a escrever-te, antecipadamente, mas sem fazer o que Cícero, esse mestre da eloquência, pedia a Ático que fizesse: “que mesmo sem ter assunto, escrevesse o que lhe viesse à ideia”. Comigo nunca haverá falta de matéria a desenvolver. Já sem falar daqueles temas que preenchem as cartas de Cícero: qual candidato em campanha eleitoral, quem se apresenta candidato de um grupo, quem procura aceder ao consulado com esperança no auxílio de César, quem se apoia em Pompeu, quem se fia no poder da corrupção; até que ponto Cecílio é um agiota implacável, ele, a quem nem os parentes

conseguem arrancar uma moeda por menos de doze por cento de juro! (Sen. *Ep. Luc.* 118, 1-2 - Trad. Segurado e Campos)

Beard (2006, p. 117) destaca ainda que Sêneca, no *Sobre a brevidade da vida*, também cita textualmente outra carta que, contudo, não sobreviveu. A crítica moderna, prossegue a autora, acredita que o correspondente pode ser tanto *Atticus* como *Axius*. No trecho a seguir, é interessante notar como Sêneca contrasta a oscilante personalidade de Cícero com a serenidade do sábio:

Marco Cícero, atirado entre homens como Catilina, Clódio, Pompeu e Crasso, uns, manifestos inimigos, outros, dúbios amigos, enquanto oscilava com a República e procurava sustentá-la no seu naufrágio, até finalmente afundar com ela, sempre inquieto na prosperidade e impaciente na adversidade, quantas vezes não amaldiçoou seu próprio consulado, que era louvado não sem motivo, mas sem moderação. Que coisas lamentáveis ele diz numa carta a Ático, na época em que Pompeu, o pai, já havia sido vencido, e seu filho restaurava na Espanha as armas despedaçadas! “Perguntas-me o que faço aqui?” – diz ele. “Semi-livre, quedo-me em minha vila de Túsculo.” Ainda acrescenta muitas outras palavras, nas quais lamenta a vida passada, queixa-se do presente e desespera-se do futuro. Cícero se diz semi-livre, mas, por Júpiter!, nunca o sábio recorrerá a um termo tão baixo, nunca será semi-livre, mas será um homem de íntegra e sólida liberdade, desapegado, senhor de si e bem acima dos demais. Pois quem pode estar acima daquele que está acima da Fortuna? (Sen. *Brev.* V, 1-2 – Trad. Rebello et al)

Como destacado até o momento, as primeiras referências fornecem poucas informações a respeito de como a correspondência foi organizada ou se sofreu diferentes compilações e edições. Só a partir de Aulo Gélio, no século II EC, é que se pode encontrar não apenas novas menções diretas a trechos de cartas, como também descrições de sua organização em volumes. Nesse sentido, Constans (1962, p. 13) afirma se tratar do registro mais antigo do tipo, e Beard (2006, p. 117) enfatiza ser a primeira referência a um número de livro. Os dois primeiros trechos são citados por Constans e fazem referência ao que hoje são as cartas *Fam.* X, 33, 5 e *Fam.* IV, 4 respectivamente; já o terceiro trecho é citado por Beard e corresponde a *Att.* IX, 5, 2:

*Cicero autem in secunda Antonianarum, quod est relicum, non “superesse”, sed “restare” dicit. Praeter haec “superesse” inuenimus dictum pro “superstitem esse”. Ita enim scriptum est in libro epistularum M. Ciceronis ad L. Plancum, et in epistula M. Asini Pollionis ad Ciceronem, uerbis his: “Nam neque deesse reipublicae uolo neque superesse,” per quod significant, si respublica emoriatur et pereat, nolle se uiuere. (Aul. Noit. I, 22, 17-19)*

Cícero, porém, na segunda das Antonianas, como foi transmitida, não diz restar [*restare*], mas perdurar [*superesse*]. Além desse perdurar [*superesse*], encontramos dito ter sobrevivido [*superstitem esse*]. De fato, assim está escrito no livro de cartas de M. Cícero a L. Plâncio, e essas palavras na epístola de M. Asínio Polião a Cícero: “Pois não desejo nem abandonar a República nem perdurar a ela”, no sentido de ele não desejar viver se a coisa pública desaparecer e perecer.

*Set postea in libro M. Tullii Epistularum ad Seruium Sulpicium sic dictum esse inuenimus “intra modum”, ut “intra Kalendas” dicunt qui dicere “citra Kalendas” uolunt. Verba haec Ciceronis sunt, quae adposui: “sed tamen, quoniam effugi eius offensionem, qui fortasse arbitraretur me hanc rem publicam non putare, si perpetuo tacerem, modice hoc faciam aut etiam intra modum, ut et illius uoluntati et meis studiis seruiam.”* (Aul. Noit. XII, 13, 21-22)

Mas, em seguida, no livro de epístolas de M. Túlio para Sêrvio Sulpício, encontramos ele dizer “dentro [*intra*] da moderação” como nós dizemos “dentro [*intra*] das calendas”, querendo dizer “sem atingir [*citra*] as calendas”. As palavras de Cícero são estas que apresentamos: “Mas, contudo, visto que evitei o descontentamento dele [César], ele talvez pudesse julgar que eu, se ficasse calado sempre, não penso na coisa pública atual; agirei de forma moderada, ou melhor, dentro da moderação, para servir tanto à vontade dele quanto aos meus esforços.

*Itaque M. Cicero in libro Epistularum nono Ad Atticum, “Maiores”, inquit, “nostri funestiorum diem esse uoluerunt Alliensis pugnae quam urbis captae, quod hoc malum ex illo. Itaque alter religiosus etiam nunc dies, alter in uolguis ignotus.”* (Aul. Noit. IV, 9, 6)

E assim, no nono livro das epístolas a Ático, M. Cícero diz: “Nossos antepassados quiseram que o dia da batalha de Ália fosse mais funesto que o da captura da Cidade, porque este mal veio daquele. E, assim, ainda agora um deles é dia consagrado; o outro, ignorado pelo vulgo.”

A partir dos exemplos acima, percebe-se que os livros que atualmente estão reunidos no *ad Familiares* eram conhecidos pelo nome do destinatário e não por um número, o que foi preservado nas primeiras edições impressas, como será visto mais à frente. Assim, conjectura-se que tenham primeiro circulado individualmente e depois foram reunidos nos 16 volumes atuais. Trapp (2003, p. 13) destaca que a organização do *ad Familiares* possui alguma vinculação com o tipo de carta, ao menos parcialmente: o livro XII reúne cartas de recomendação, o XIV concentra as cartas para a esposa Terência e a filha Túlia, e o livro XVI concentra as cartas para ou sobre Tirão. O autor acredita que essa disposição tinha o intuito de facilitar diferentes tipos de leitura, mas considera que ela provavelmente não foi feita por Cícero. Sobre isso, Constans (1962, p. 13) ressalta que o *Mediceus*, um dos principais manuscritos que contém todos os 16 livros do *Ad Familiares*, apresenta as cartas separadas por correspondentes da seguinte maneira: entre os atuais livros I e II consta a passagem *Marci*

*Tulli Ceceronis epistolarum ad Publiu(m) Lentulum explicit, incipit eiusdem ad consulem Curionem feliciter*; entre os livros II e III, *Marcus Tullius Cicero epistolarum ad Curionem consulem et caeteros explicit, incipit ad App. Claudium feliciter*; e assim sucessivamente.

### 2.1.2 Da redescoberta da correspondência às edições críticas atuais

No dia 17, depois de ter escrito esta carta com a mesma luz que utilizei para queimar a tua, saio de Fórmias ao encontro de Pompeu. (Cic. *Att.* VIII, 2)

Perdida durante muitos séculos, a correspondência de Cícero foi parcialmente descoberta por Petrarca em 1345 EC na biblioteca da catedral de Verona. Segundo Casquero (1983, p. 391), Petrarca transcreveu, de punho próprio, o manuscrito ‘caindo aos pedaços’ e sua descoberta incentivou a busca por outras cartas de Cícero, sendo encontrados diferentes manuscritos na Itália e fora dela. Petrarca, por sua vez, escreveu uma carta para Cícero relatando os pormenores dessa descoberta (*Epistolae de rebus familiaribus*, XXIV, 4).

Aos olhos dos humanistas, continua Casquero (1983, p. 393), aparecia uma nova faceta ciceroniana, que se converteria em um dos pilares do ideal de humanismo renascentista. Por outro lado, segundo o autor, a descoberta também causou decepção a muitos, que apenas conheciam o Cícero das grandes obras filosóficas e oratórias. Segundo Casquero, derrubava-se, assim, o mito criado na Idade Média de Cícero como um homem ideal, revelando um Cícero mais humano, com angústias e incertezas próprias de quem testemunha uma rápida alteração política e social. Já Trapp (2003, p. 13) pondera que a correspondência de Cícero representa a mais antiga coleção de cartas preservadas, e talvez seja a mais influente, e não apenas na Antiguidade.

#### I- A tradição manuscrita:

De acordo com Constans (1962, p. 26), o manuscrito original (*Veronensis*) descoberto por Petrarca continha a correspondência a Ático, Quinto e Bruto. Contudo, tanto o *Veronensis* quanto a cópia de Petrarca se perderam. Assim, o manuscrito completo mais antigo é o *Mediceus* 49, 18 (M), cópia feita em 1393 EC, a pedido de Collucio Salutati, cujo original também se perdeu. Segundo Constans (1962, p. 28-40), os diferentes manuscritos italianos do período representariam uma única e complexa tradição, composta de três classes: a classe  $\Delta$ , contendo o próprio *Mediceus* 49, 18, com correções de diferentes mãos; a classe  $\Sigma$ , da qual provém o mais antigo de todos (*Excerpta Ambrosiana*), mas que, como o próprio nome indica, traz apenas uma parte da coleção; e a classe  $\Pi$ , que contém as cartas a Bruto, Quinto e

apenas os cinco primeiros livros a Ático; nestes, a partir do livro VI, a escrita se altera e corresponde a um dos manuscritos da classe  $\Delta$ . Todos estes teriam, então, um manuscrito  $\Omega$  como arquétipo. Além dos italianos (*codices italici*), existe ainda outro grupo (Y) de manuscritos franceses e alemães (*codices transalpini*). Conjectura-se que ambos *codices* seriam derivados de um arquétipo X, pois contêm alguns traços em comum.

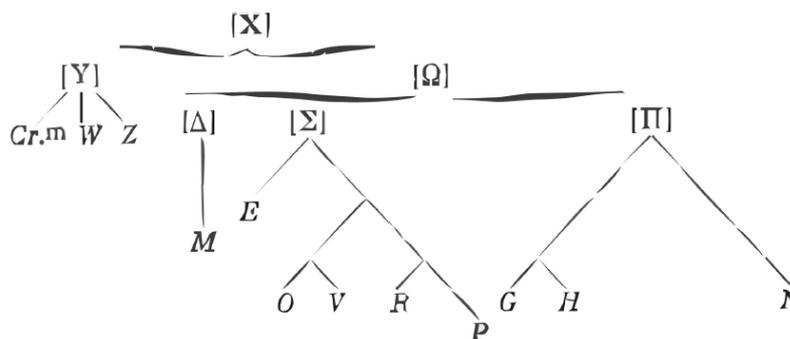


Figura 6 - Relação genealógica dos manuscritos de cartas a Ático, Quinto e Bruto (CONSTANS, 1962, p. 40).

Para a correspondência aos amigos e familiares, Williams (1927, p. IX), tradutor de Cícero (*The letters to his Friends*), indica que o *Mediceus* 49, 9 (M) é o manuscrito mais bem conservado, possivelmente do século IX ou X EC, apresentando todas as cartas preservadas. Outros manuscritos, como o *Harleianus* 2773 (G), o *Parisinus* 17812 (R) e o *Turonensis* 688 (T) contêm diferentes porções dos livros I-VIII, enquanto que o *Harleianus* 2682 (H), o *Berolinensis* 252 (F) e o *Palatinus* 598 (D) trazem cartas dos livros IX-XVI. Por fim, Constans (1962, p. 19) ajunta a estes o manuscrito ms.14761 da Biblioteca Nacional francesa, pois, apesar de ter sido considerado “contaminado”, contribuiu para o estabelecimento do texto dos livros IX-XVI e do *Commentariolum petitionis*, atribuído a Quinto Cícero, que se encontra em H, F e V, mas não em M.

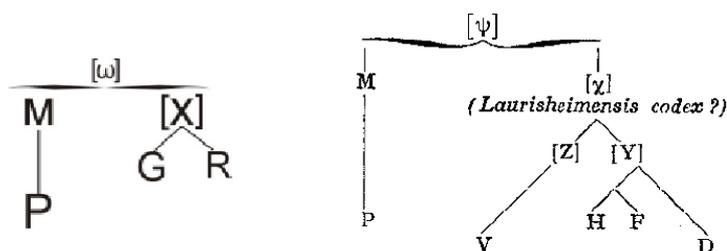


Figura 7 - Relação genealógica dos manuscritos de cartas aos amigos e familiares: à esquerda, para os livros *Fam.* I-VIII (CONSTANS, 1962, p. 17); à direita para os livros *Fam.* IX-XVI (CONSTANS, 1962, p. 22).

II- Dos primeiros livros impressos às edições críticas atuais:

Márquez (1996, p. 30) destaca que as primeiras edições impressas da correspondência de Cícero surgiram em 1470 EC, com destaque para a obra *Marci. T. C. epistolae ad Atticum, Brutum et Quintum fratrem cum ipsius Attici uita feliciter expliciunt* de Nicolas Jenson, que, como o próprio nome indica, apresenta as cartas para Ático, Bruto, Quinto, e também inclui a *Vida de Ático* escrita por Cornélio Nepos. A outra edição do período foi publicada em Roma com o título *Epistolae ad M. Brutum et ceteros*, e Márquez (1996, p. 31) sublinha ainda que cada uma delas parte de uma tradição manuscrita diferente: esta última encabeçada pela *Excerpta Ambrosiana*, enquanto que a primeira pelo *Mediceus* 49,18. Estas edições despertaram bastante interesse ainda no século XV EC, inspirando uma série de outras que traziam leituras de *codices* hoje perdidos. Nesse aspecto, Constans (1962, p. 13) destaca que outras 5 cartas para Bruto foram descobertas por Andreas Cratander no século XVI EC, a partir de um manuscrito hoje perdido.

Constans (1962 p. 46) frisa que a tradicional fórmula de saudação inicial *Cicero Attico salutem* (Cícero saúda Ático) aparece apenas em um pequeno número de manuscritos, sendo gradativamente adotada e padronizada pelos editores, seja por extenso ou pelas abreviações *Cicero Att. sal.*, *Cicer.*, *Ci. At. sal.*. Ainda segundo Constans (1962, p. 47), o vocativo *Mi Attice* não aparece no corpo da correspondência anterior ao ano 50 AEC, e, além disso, Cícero prefere se referir ao amigo diretamente pelo vocativo *Mi Pomponi* ou apenas com as menções *Pomponius* ou *T. Pomponius*. Por esses motivos, Constans justifica que não adota a fórmula tradicional na sua tradução, optando por deixar as cartas a Ático sem uma saudação.

Esse é um elemento fundamental para se questionar sobre se, de fato, lendo a correspondência de Cícero “hoje”, realmente defronta-se com algo de todo “autêntico”, como se “saído das mãos do autor”. Nesse aspecto, a edição de Nicolas Jenson não apresenta estas características paratextuais, da mesma forma que não indica nenhuma numeração para os livros ou para as cartas, empregando-se uma letra capitular (ora azul, ora vermelha) para marcar o início de cada carta e uma letra capitular dourada para delimitar o que se padronizou por livros. Já a edição de 1513 EC de Aldo Manuzio, apesar de não numerar as cartas, as separa em livros com os títulos “Livro primeiro do epistolário de M. T. Cícero para T. Pompônio Ático” (*M. T. Ciceronis Epistolarum ad T. Pomponium Atticum Liber Primus*, etc.) e alterna diferentes fórmulas de saudação, empregando para a primeira carta o conjunto de iniciais *M.T.C.T.P.ATTICO.S.P.D* (*Marcus Tullius Cicero Tito Pomponio Attico Salutem Plurimam Dicit*). Finalmente, a edição de 1571 EC de Pedro Victorio mantém esse mesmo

título para os livros, mas resume a saudação para a versão que se tornou a mais tradicional, *Cicero Attico Sal.*

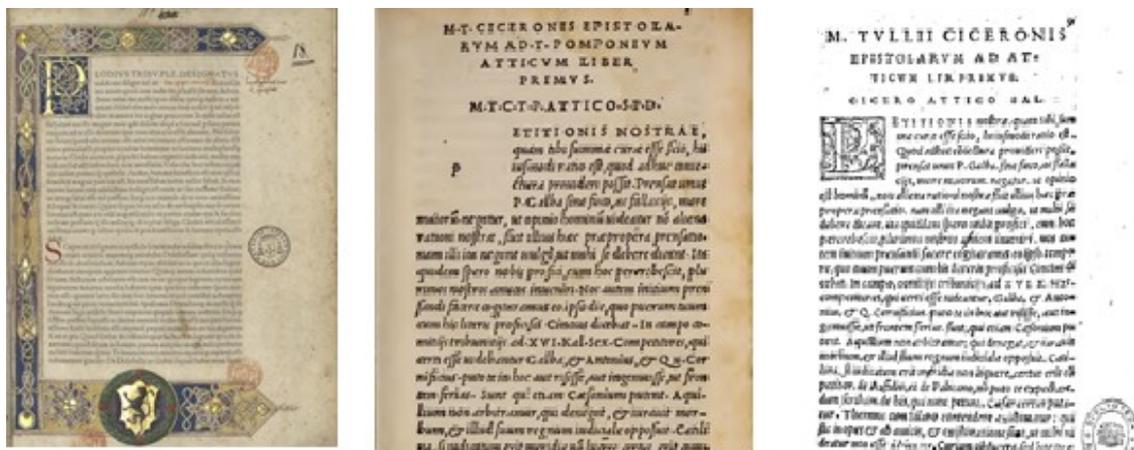


Figura 8 - Destaque das edições de Nicolas Jenson (1470 EC, à esquerda), Aldo Manuzio (1530 EC, centro) e Pedro Victorio (1571, à direita).

Para a correspondência aos amigos e familiares, Constans (1962, p. 15) destaca que o *Mediceus* 49, 9 não traz consigo um título, mas que outros manuscritos apresentam apenas *M. Tullii Ciceronis epistolae* ou *Epistolae Ciceronis*. Segundo o autor, o título *Epistolae ad Familiares* foi se consolidando aos poucos e aparece na edição de 1526 EC de Robert Estienne, filho do já citado Henri Estienne. Com relação à saudação inicial, Constans (1962, p. 47) afirma que Cícero emprega diferentes fórmulas de acordo com o correspondente e nem sempre da mesma maneira ou no mesmo local: aparecem *S.* (*salutem*), *S.D.* (*salutem dicit*), *S.D.P.* (*salutem dicit plurimam*); por vezes ela está inserida entre o nome de Cícero e o de seu correspondente, por vezes segue após os dois nomes, e uma carta apresenta o nome de Cícero seguido pelo do correspondente no dativo sem saudação.

É interessante perceber, nestas primeiras edições, como os editores da época davam um tratamento crítico a seus livros. Em especial, a edição de Hubertino Clerico (*M. T. Ciceronis Epistolarum Familiarium Libri XVI*, 1480) apresenta, em cada página, um pedaço do texto da correspondência cercado de comentários críticos. As cartas não estão numeradas e os livros, apesar de receberem uma numeração, ainda são associados aos nomes de seus correspondentes de forma similar a referida pelas fontes antigas, como já mencionado. Já a edição de Paulo Manuzio (*M. Tullii Ciceronis Epistolae Familiares*, 1556), filho do citado Aldo Manuzio, enumera todas as cartas e apresenta um resumo de cada, além de pequenas notas informativas ao lado do texto.

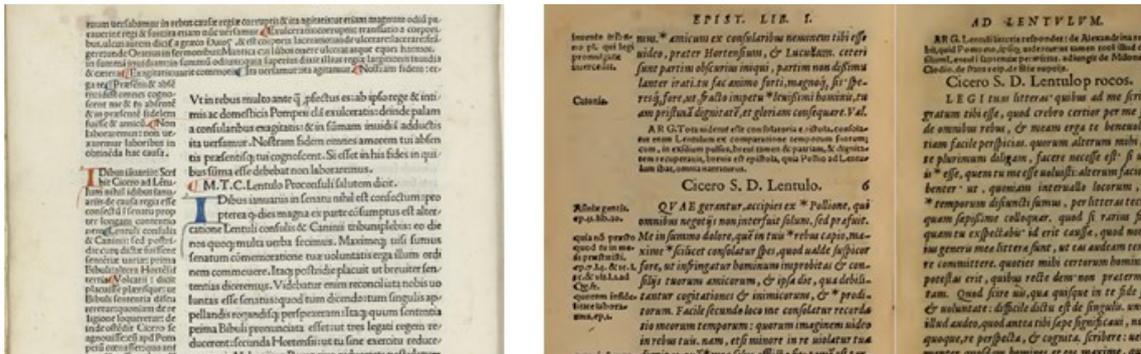


Figura 9 - Destaque das edições de Hubertino (1480 EC, à esquerda) e Paulo Manuzio (1556 EC, à direita).

Ao longo dos séculos XVII-XVIII EC, novas edições críticas surgiram, assim como compilações menores de cartas selecionadas tanto para uso escolar como para consumo do público em geral. Já no século XIX EC, Márquez (1996, p. 33) destaca que, com os avanços dos estudos filológicos e do tratamento de textos clássicos, ocorreu um novo impulso editorial, do qual nossas atuais edições críticas frequentemente se admitem devedoras. Das diferentes edições e traduções citadas por Márquez, destacamos os sete volumes da obra conjunta de Tyrrell e Purser, *The correspondence of M. Tullius Cicero* (1879-1897), repleta de comentários críticos e com uma análise histórica de cada ano. O primeiro volume, lançado em 1879, recebeu diferentes elogios e críticas, sendo a mais importante a respeito da não inclusão de alguns manuscritos, em especial os ditos “contaminados”. De fato, em sua introdução à segunda edição, o próprio Tyrrell assume não ter tido contato com uma série de trabalhos e pesquisas filológicas recentes, e se mostra grato por todas as contribuições recebidas. Desse modo, sua obra tornou-se mais robusta a cada nova edição, sendo posteriormente considerada uma referência pela crítica.

Nesse quesito, Beard (2006, p. 108) enfatiza a importância do esforço editorial realizado em diferentes épocas, mas sublinha o trabalho monumental executado por Tyrrell e Purser. Apesar de todas as críticas que possam ser feitas, os autores se utilizaram de diferentes tradições manuscritas, comparando, e por vezes discordando, para propor um texto e uma data precisa para cada carta, o que se traduziu numa reordenação das centenas de epístolas a partir de uma ordem cronológica. Ainda segundo a autora, embora não tenha sido a primeira tentativa de se atribuir a cada carta uma numeração própria de base cronológica (carta 1, carta 2, carta 3... em substituição ao *Att. I, 1, Att. I, 2 Att. I, 3...*), foi a que mais influenciou as edições posteriores. Dessa forma, Beard (2006, p. 114) destaca que praticamente todas as edições modernas ou seleções de cartas se baseiam na ordem cronológica proposta por Tyrrell

e Purser e, dessa forma, fragmentam a tradicional ordenação por livros para reagrupar as cartas de maneira a permitir uma leitura histórica mais contínua.

Esse aspecto já tinha sido observado por Constans (1962, p. 44), que afirma que o modelo cronológico, alternando cartas de diferentes correspondentes, permite ao leitor acompanhar a vida de Cícero de forma mais viva. Entretanto, Constans assume que, por vezes, é impossível determinar o dia específico de uma carta quando o próprio Cícero não deixa uma referência explícita a datas ou acontecimentos palpáveis, comprometendo a precisão da cronologia. Por outro lado, Winstedt (1919, p. VI) observa que boa parte das cartas foi escrita antes da reforma do calendário romano (45 AEC), o que representa uma diferença significativa na contagem dos dias e dos meses.<sup>23</sup> Desse modo, Winstedt (1919) opta por apresentar as cartas na mesma ordem consagrada pelos “livros”, mas fornece um quadro com a ordem cronológica para aqueles que desejarem outras leituras.

Resta ainda um último aspecto a ser explorado sobre o processo moderno de editoração. Beard (2006, p. 121) destaca que, pelo fato de os manuscritos não conterem nenhum tipo de prefácio crítico-editorial que explique a forma como as cartas foram obtidas e arranjadas, esse silêncio encorajou os estudiosos a fazerem vista grossa quanto à existência de um editor e as cartas, por vezes, são vistas como documentos brutos, sem tratamento. Discordando do que afirma ser uma “ingenuidade crítica”, Beard (2006, p. 115) aponta que existe algum tipo de lógica na ordem como as cartas foram preservadas nos manuscritos; por isso, quem quer que tenha sido o responsável pela seleção e ordenação das cartas tinha em mente um projeto diferente do atual. Listam-se, a seguir, alguns pontos destacados por Beard (2006, p. 125-128):

A- Na correspondência a Ático, o livro II foca no consulado de César (59 AEC) enquanto que o III gira em torno do exílio (58-57 AEC); o IV abrange o período entre a volta para a Itália e o segundo “exílio” como governador da Cilícia em 51-50 AEC; o XI cobre de sua partida para o campo de Pompeu na Guerra Civil até o encontro com César em Brundísio; o XII se concentra na morte de Túlia e na reação de Cícero;

B- À exceção dos últimos livros (XII-XVI), existem vários intervalos na correspondência a Ático: sete meses entre os livros III e IV, 2 anos entre o IV e o V, sete meses entre o X e o XI. Segundo a autora, a explicação convencional alega que Cícero e Ático estavam próximos e por isso não precisavam de cartas para se corresponder; todavia, Beard considera essa hipótese altamente questionável e apresenta diferentes argumentos;

---

<sup>23</sup> Esse tema é explorado no Apêndice, 7.1 *O problema das datas*.

C- Por vezes, coincide também a mesma temática nas cartas que abrem e fecham os livros: o livro III inicia-se com uma longa carta que fala da distância, viagem e do desejo de encontro, que será a temática do resto do volume; o livro XII, que se encerra com os pesares da morte de Túlia, inicia-se com uma carta enfatizando o desejo de encontrar e abraçar a filha;

D- Finalmente, o *ad Familiares*, por estar mais organizado em tema, contexto histórico e relacionamento com o interlocutor, perde toda a sua estrutura lógica quando as cartas são “restauradas” cronologicamente.

Após apresentar todas essas considerações, Beard (2006, p. 128) conclui que a ordem tradicional não está totalmente sem conexão com a sequencial. Seja como for, prossegue a autora, atualmente as cartas são lidas em ordem cronológica, a não ser que se tenha em mente um estudo interessado apenas no texto e na tradição manuscrita. Até Shackleton Bailey, continua a autora, cuja recente edição preserva a identidade das quatro coleções, opta por dispor as cartas por data sob o argumento de que, ‘se as cartas são sobre a vida, devem então ser lidas na ordem da vida’.

Entretanto, é necessário destacar que essa mudança de configuração em favor do aspecto cronológico também possui outros inconvenientes, em especial, em relação à cifra total de cartas. Isso porque muitas vezes retira-se um trecho de uma carta para posicioná-lo em outro lugar, como ocorre principalmente com as cartas de difícil identificação ou com as cópias de outras cartas que Cícero insere no corpo do texto. Sendo assim, depara-se com uma espécie de “confusão”: Tyrrell e Purser (1901, p. 156-164) enumeram 931 epístolas (432 para *Fam.*; 446 para *Att.*; 27 para *Q.Frat.* e 26 para *Brut.*), e essa estimativa é compartilhada por Constans (1962, p. 9), García (1974, p. 431) e Márquez (1996, p. 7), apesar de este último indicar que se tratam de apenas 426 para o *ad Atticum*. De acordo com Trapp (2003, p. 13) e Beard (2008 p. 108-109), o total de cartas seria de 914 (435 para *Fam.*; 426 para *Att.*; 27 para *Q.Frat.* e 26 para *Brut.*). Shuckburgh (1899a, p. XVI) apresenta um quadro com 910 cartas, já Casquero (1983, p. 390) afirma que seriam 864 epístolas. Por último, Williams (1927, p. IX) considera existir 426 para o *ad Familiares*.

### 2.1.3 Correspondência pública ou privada? A construção de um monumento

São as cartas de Cícero que não deixam esquecer o nome de Ático. De nada lhe serviria ter tido como genro Agripa, como “genro-neto” Tibério, como bisneto Drusso César; no meio de tão ilustres nomes, o nome de Ático permaneceria esquecido se Cícero o não tivesse ligado para sempre ao seu. (Sen. *Ep. Luc.* 21, 4 – Trad. Segurado e Campos)

O fato de Cícero ter desejado editar e publicar parte de sua correspondência é em si algo significativo, e suscitou discussões acerca de seus motivos e intenções. Como a morte prematura o impediu de concretizar seu projeto original, acredita-se também que o próprio Cícero não teria desejado que algumas de suas cartas tivessem entrado em circulação, em especial aquelas que o mostram indeciso ou desanimado. E é exatamente sobre esse ponto que percebe-se a estreita relação entre epistolografia e autobiografia. De um lado, como afirma Casquero (1983, p. 393), o autor de uma carta, mesmo que não o queira, se volta para si próprio em sua escrita e registra também algo daquilo que perpassa seu estado psicológico. Por isso, é antiga a ideia de que a correspondência de Cícero contém algo de mais íntimo ou sincero.

De fato, todo esse contato “direto” com os “pensamentos” e “sentimentos” do autor encanta não apenas o leitor, mas também o próprio tradutor. Na introdução de sua tradução à correspondência de Cícero, *The Letters of Cicero*, a primeira completa feita em língua inglesa, Evelyn Shuckburgh (1899a) comenta:

*One charm of the correspondence is variety. There is almost every sort of letter. Those to Atticus are unstudied, spontaneous, and reflect the varying moods of the writer. At times of special excitement they follow each other day by day, and sometimes more than once in the same day; and the writer seems to conceal nothing, however much it might expose him to ridicule, and to the charge of fickleness, weakness, or even cowardice. Those addressed to other friends are sometimes familiar and playful, some times angry and indignant. Some of them are careful and elaborate state papers, others mere formal introductions and recommendations. Business, literature, and philosophy all have their share in them; and, what is so rare in ancient literature, the family relations of the writer, his dealings with wife, son, and daughter, brother and nephew, and sons-in-law, are all depicted for us, often with the utmost frankness. After reading them we seem to know Cicero the man, as well as Cicero the statesman and orator. (SHUCKBURGH, 1899a, p. XIV – destaque nosso)*

Um dos encantos da correspondência é sua variedade. Existe quase todo tipo de carta. Aquelas a Ático são sem estudo, espontâneas e refletem os diferentes humores do escritor. Em momentos de emoção especial, elas seguem-se dia a dia e algumas vezes mais de uma por dia; e o escritor parece não esconder nada, apesar de que muito do exposto pode ridicularizá-lo e acusá-lo de leviandade, fraqueza e até covardia. Aquelas endereçadas aos amigos são por vezes familiares e brincalhonas, por vezes irritadas e

indignadas. Algumas são cuidadosas peças de documentos de Estado, outras apenas introduções formais e recomendações. Negócios, literatura e filosofia, todos têm sua parcela nelas; e, o que é mais raro na literatura antiga, as relações familiares do escritor, sua interação com a esposa, filho, filha, irmão, sobrinho, cunhado, são todas retratadas para nós, por vezes com a máxima franqueza. Depois de lê-las, nós temos a impressão de conhecer Cícero o homem, assim como Cícero o político e o orador.

Escrita há mais de um século, esta passagem ecoou e ainda ecoa de modo surpreendente a percepção de boa parte dos estudiosos da correspondência de Cícero. Dessa forma, a leitura das *Epistulae ad Atticum* em especial tende a ser encarada como um relato sincero e íntimo. E essa é exatamente uma das características já mencionadas do gênero epistolar: mesmo separado pela distância temporal e com um olhar cultural diferente, o leitor de uma correspondência, em algum nível, inclina-se a partilhar e a se envolver nas alegrias e nas frustrações do remetente. Desse modo, o leitor externo torna-se um destinatário não previsto da correspondência e, por vezes, sem perceber, acaba se envolvendo com ela. Nesse sentido, Hodkinson (2007, p. 296) destaca que uma sequência de cartas sem resposta faz com que o leitor externo empregue sua imaginação para reconstruir a informação faltante.

Porém, mesmo que algumas passagens sejam encaradas como sinceras e espontâneas, a correspondência de Cícero, por seu caráter autobiográfico, não deve ser vista como inocente, informal ou sem técnica. Pode ocorrer que, o que se passa por naturalidade ou escrita sem grandes cuidados, seja também uma estratégia pessoal ou até mesmo uma forma de convenção narrativa, que permite ou reforça a ficção conversacional. Sobre este tema, Trapp (2003, p. 4) alerta que o leitor externo, em vista do seu distanciamento que o torna uma pessoa estranha àquela troca epistolar, ou seja, que espia a conversa entre dois outros estranhos a ele, pode não perceber as convenções socioculturais ou as funções comunicativas ali estabelecidas.

Nesse quesito, Martín (1994, p. 19) ressalta que existe um uso recorrente de algumas fórmulas em determinados contextos. Analisando a estrutura da carta nos dois primeiros livros do *Ad Atticum*, a autora aponta que ocorre um emprego frequente, em posição inicial, da fórmula *Quid quaeris?* (o que queres?), sendo utilizada tanto para se estabelecer uma atmosfera de diálogo fictício quanto para chamar a atenção do que vai ser apresentado em seguida. A autora lista ainda uma série de outras expressões empregadas na mesma posição, com o objetivo de introduzir informações novas ou destacar temas importantes. Assim, com relação às manifestações de pesar e alegria, prossegue Martín (1994, p. 20), Cícero as utiliza para evidenciar o seu estado anímico e o contexto situacional ou emotivo em que se encontra,

alternando o emprego de um conjunto específico de verbos, sempre na primeira pessoa. Além disso, em 20% das cartas analisadas, existe algum tipo de referência ao desejo da presença do destinatário ou da vontade de receber mais cartas dele. Ademais, em metade das cartas analisadas, existe algum tipo de pedido ou solicitação a ser executada pelo destinatário, fortalecendo a sensação de intimidade e de proximidade.

No capítulo “Back to Fronto: Doctor and Patient in his Correspondence with an Emperor”, Annelise Freisenbruch (2007, p. 238) reforça que nenhum outro gênero literário ou categoria de escrita apresenta, em sua essência, um confronto maior entre “público” e “privado”, traduzido no próprio dilema relacionado ao quanto alguém vai colocar de si mesmo ou se mostrar num texto. A autora cita como exemplo algumas cartas de Frontão tidas como “neuróticas” pelos editores e que os fizeram acreditar que ele nunca tivesse intencionado a publicação de sua correspondência com Marco Aurélio. Público e privado, conclui Freisenbruch, estão inexoravelmente interligados no discurso da sociedade romana e, no contexto político, nenhuma carta é escrita por acidente, assim como não há nada de acidental na forma como Frontão escolhe pintar o seu autorretrato epistolar.

Consciente ou inconscientemente, complementa Trapp (2003, p. 4), escritores de carta selecionam o que estão querendo e o que não estão querendo dizer, e igualmente escolhem a maneira como a coisa vai ser dita, construindo assim uma versão personalizada da realidade a que se referem. De forma similar ao que já foi discutido no Capítulo I, Trapp afirma que os epistológrafos constroem e projetam uma *persona*, influenciando a maneira como serão percebidos por outros além daqueles com os quais se correspondem naquele momento.

Nessa temática, em sua tradução espanhola das *Cartas a los Familiares*, Beltrán (2008, p. 11) aponta que o *ad Fam.* está repleto de cartas públicas, como relatórios oficiais ao Senado (Cic. *Fam.* VIII, 8), aos magistrados (Cic. *Fam.* V, 2) e aos grandes generais (Cic. *Fam.* XV 1; *Fam.* XV 2), sem contar as cartas que são nitidamente de propaganda política, como a célebre epístola a P. Lântulo (Cic. *Fam.* I, 9). Nesse raciocínio, Casquero (1983, p. 394) considera que, se a maioria das cartas de Cícero foi escrita sem se pensar na sua publicação, existem algumas que, teoricamente privadas, foram enviadas com uma finalidade muito distinta.

Complementando esse ponto, no capítulo “Letters of Recommendation and the Rhetoric of Praise”, Roger Rees (2007, p. 152) comenta que houve uma crença de que o livro XIII do *ad Familiares* tinha sido preparado e publicado durante a vida de Cícero, talvez por ele próprio. Por reunir uma grande quantidade de cartas de recomendação, datadas entre os

anos 46-45 AEC, essa eventual publicação teria como intuito exibir e fortalecer o poder de influência de Cícero, já que nesse período gozava de certa celebridade e do respeito de César ditador. Segundo o autor, essas cartas são significativas em si mesmas, pois, além de espelharem a ampla rede de contatos sociais cultivada por Cícero, também beneficiavam diferentes indivíduos, comunidades e, em última instância, sem dúvida a ele próprio. Por isso, Trapp (2003, p. 14) pondera que a correspondência ciceroniana, de uma maneira geral, deve ser pensada ainda como uma forma extraoficial de escrita, pois Cícero nunca estaria fora de serviço, seja como estilista ou apresentador de si.

Ao mesmo tempo em que se pode considerar que Cícero se autopromove em suas cartas, de forma consciente ou não, paradoxalmente, é a partir delas que surgem as principais críticas contra ele. Nesse sentido, não é à toa que a correspondência de Cícero recebeu também fortes críticas, em especial no século XIX. A título de exemplo, Tyrrell (1885, p. 6-15) dedica quase dez páginas da introdução de sua *The correspondence of M. Tullius Cicero* para refutar as críticas vigentes que se baseavam, segundo o autor, mais em preconceitos do que em fatos. Opondo-se abertamente à visão de Theodor Mommsen, emérito da escola alemã, sobre o posicionamento político de Cícero e de sua relação com outros grandes protagonistas da época, Tyrrell (1885, p. 11) reconhece, contudo, que a maior testemunha usada contra Cícero é o próprio Cícero, que deplora, em diferentes cartas, seus erros e sua cegueira política.

Contemporâneo de Tyrrell e de Mommsen, Boissier (1905, p. 26) alega que os historiadores do período julgaram com demasiada severidade a vida pública de Cícero. Segundo o autor, os críticos de sua época se baseavam em juízos de valor antigos, afirmando que os partidários de Bruto acusavam Cícero de tímido ou que os amigos de César o consideravam um tolo. Citando as depreciações feitas por Drumann (*Geschichte Roms*, 1834) e por Mommsen (*Römische Geschichte*, 1854) em suas respectivas histórias de Roma, onde qualificam Cícero não como um homem de Estado, mas como um indivíduo “egoísta e míope” (*un égoïste et un myope*), produtor de folhetins e mero advogado, Boissier (1905, p. 26) acredita que esses autores, na realidade, distorcem a percepção política de Cícero para ultravalorizar a postura de César, esta sim mais em sintonia com o momento político-social de unificação da Alemanha.

“É moda hoje em dia chamar Cícero de covarde” ponderam Tyrrell e Purser (1894, p. XXXV), “ele foi chamado de covarde por seus próprios contemporâneos e respondia aos que

lhe faziam essa crítica superficial.”<sup>24</sup> Essa passagem é muito interessante e, aliada a todas as considerações mencionadas anteriormente, ilustra bem como a correspondência de Cícero ofereceu aos diferentes leitores temporais uma *persona* da qual podiam se solidarizar ou não. Para encerrar essa seção, veja-se a opinião de Quintiliano quando defende não apenas Cícero, mas também a Demóstenes:

“Todavia, não me parece que nem Demóstenes é digno de tão grave antipatia por seus costumes, de modo a me fazer acreditar em tudo quanto foi compilado contra ele por seus inimigos, uma vez que leio tanto suas magníficas deliberações em favor do Estado, como o nobre fim de sua vida; nem consigo ver que a Marco Túlio tenha faltado, em todas as situações, a boa vontade de um excelente cidadão. 16. Comprovam-no os fatos de ter exercido seu consulado com máxima lisura, de ter administrado sua província com absoluta honestidade; e ainda não ter aceitado o cargo de vigintíviro, nem ter perdido a disposição, seja por expectativa seja por medo, durante as guerras civis, que aconteceram em sua época de modo horrível, com o objetivo de se juntar à parte menos respeitada, isto é, ao bem-estar da coisa pública. 17. A uns poucos Cícero parece ter sido menos corajoso, aos quais ele mesmo deu a resposta, quando afirmou ‘não ser medroso ao enfrentar os perigos, mas certamente ao preveni-los’; e essa atitude ele a comprovou com sua própria morte, aceita com a melhor disposição de espírito. (Quint. *Ins. Ora.* XII, 15-17 – Trad. Bruno Fregni Bassetto)

#### 2.1.4 A recepção e o estilo da correspondência de Cícero

Exiges-me que aumente o ritmo das minhas cartas [...]. Cá estou então a escrever-te, antecipadamente, mas sem fazer o que Cícero, esse mestre da eloquência, pedia a Ático que fizesse: “que mesmo sem ter assunto, escrevesse o que lhe viesse à ideia”. (Sen. *Ep. Luc.* 118, 1-2 - Trad. Segurado e Campos)

Segundo Trapp (2003, p. 14), as cartas de Cícero rapidamente se tonraram clássicos da epistolografia, lidas tanto pelo seu conteúdo informativo como pelo seu muito admirado estilo. Nesse sentido, na obra *A Literatura Latina*, Cardoso (2011, p. 190) destaca que Varrão, contemporâneo de Cícero, dedicara-lhe sua *De lingua Latina*. Mais de um século após a morte de Cícero, Plínio, o jovem, não economizava elogios à produção literária e epistolar ciceroniana, e Quintiliano o comparava a Demóstenes, expoente da oratória grega:

“Minha condição, na verdade, não é a mesma de Marco Túlio, para cujo exemplo nos chamamos a atenção. Pois ele era dotado de um riquíssimo engenho e, igual ao seu engenho, tanto a variedade quanto a grandeza dos temas ele tinha em enorme abundância. (Pli. *Ep.* IX, 2, 2 – Trad. Larissa Kerr)

---

<sup>24</sup> *It is the fashion now-a-days to call Cicero a coward: he was called a coward by his own contemporaries, and he replied to those who made this superficial criticism.*

[105] Na verdade, os oradores e particularmente a eloquência latina podem ombrear-se com os autores ou com a oratória dos gregos. Sob este aspecto, eu confrontaria Cícero com qualquer um deles. Não desconheço o tamanho da luta que eu provocaria, uma vez que não é esse o objetivo visado, se eu o comparar a Demóstenes neste tempo. [...] [107] Todavia, nas epístolas, as que existem de ambos, e nos diálogos, aos quais Demóstenes nunca se dedicou, não cabe comparação alguma. (Quint. *Inst. Ora.* X, 1, 105-107 – Trad. Bruno Fregni Bassetto)

Segundo García (1974, p. 432), o primeiro a elevar as cartas de Cícero à categoria de modelo literário foi Frontão na segunda metade do século II EC. Em sua troca de cartas com o futuro imperador Marco Aurélio, a perfeição da maneira de escrever de Cícero é exaltada:

[Marco Aurélio para Frontão] Se, por acaso, possuis trechos das cartas de Cícero, inteiros ou pela metade, partilhes, ou diga quais delas tu aconselhas que eu deva ler o quanto antes para melhorar a capacidade de falar bem. (Fron. *Ep.* II, 156)

[Frontão para Marco Aurélio] Lembro-me de ter feito resumos das cartas de Cícero, ao menos das cartas em que há alguma consideração sobre eloquência, filosofia ou política [...] Penso que todas as cartas de Cícero devam ser lidas, em minha opinião, mais do que todos os seus discursos. Nada existe de mais perfeito que as cartas de Cícero. (Fron. *Ep.* II, 156-158)

[Marco Aurélio para Frontão] Para meu mestre:  
Uma carta de Cícero causou uma impressão maravilhosa em meu ânimo. (Fron. *Ep.* I, 100)

Nesse raciocínio, Ángela Beltrán (2008, p. 7), concede à correspondência de Cícero, e não à de Plínio, o mérito de ter outorgado uma natureza literária à epistolografia em Roma. A autora assevera que o tom pessoal e direto de Cícero, frequentemente espontâneo e construído como uma conversa entre amigos, estrutura-se a partir de uma linguagem e estilo submetidos às normas da retórica, mas que evitam os artifícios próprios desta, estabelecendo, assim, uma elegante naturalidade. Por sua vez, Cardoso (2011, p. 202) considera que as cartas de Cícero revelam, mais uma vez, sua imensa capacidade de manejar a língua latina, adotando um estilo elegante e puro nos textos mais cerimoniais e convencionais, não hesitando em utilizar-se da linguagem afetiva e de expressões populares quando escreve para amigos ou se dirige a familiares. Finalmente, Casquero (1983, p. 393) destaca a pluralidade de temas abordados na correspondência de Cícero, existindo cartas de felicitação, de pêsames, de consolo, de agradecimento, de recomendação, de convite, de conteúdo histórico, filosófico, e mais.

Por outro lado, Trapp (2003, p. 14) assevera que, apesar da aparência de espontaneidade, a correspondência de Cícero foi cuidadosamente elaborada, diferenciando-se pela estruturação da frase e por trabalhar em diferentes níveis de formalidade, dependendo da natureza da comunicação e da identidade do interlocutor. Dito isso, é possível considerar que as cartas de Cícero sejam uma das fontes para o estudo do latim cotidiano / falado. Entretanto, Bassetto (*Elementos de filologia românica*, 2005) aponta que é preciso ter algumas ressalvas quanto a isso:

Profundo conhecedor do latim, Cícero menciona também em outras passagens essas variedades, como em *Ad Familiares*, IX, 21: *Quid tibi ego in epistulis uideor? Nonne plebeio sermone agere tecum... Epistulas uero cotidianis uerbis texere solemus.* – ‘Que pareço eu a ti nas cartas? Não pareço tratar contigo na língua do povo... Pois costumamos tecer as cartas com as palavras do dia a dia.’ Ou ainda com mais clareza em *Academica* I, 2: *Didicisti enim non posse nos Amafini aut Rabiri similes esse, qui nulla arte adhibita de rebus ante oculos positos uulgari sermone disputant [...]* – ‘Aprendeste, pois, que nós não podemos ser semelhantes a Amafinio ou Rabírio, que sem arte alguma discutem sobre as coisas que lhes caem sob os olhos numa linguagem vulgar.’ (BASSETTO, 2005, p. 90)

Segundo Bassetto (2005, p. 90-91), diante dos exemplos acima, não se deve supor que Cícero afirmasse estar usando a linguagem da massa inculta, e nem que os citados Amafinio (filósofo estoico) e Rabírio (poeta épico) utilizassem uma norma linguística “popular”; ele diz apenas que forma artística deles não é esmerada, própria do *sermo litterarius*. Todavia, prossegue o autor, Cícero distingue bem duas modalidades linguísticas: “a usada costumeiramente nas conversas das pessoas cultas, como o próprio Cícero e os dois autores citados por ele no texto, e a outra, na qual se deve usar arte”. Bassetto esclarece ainda que a língua coloquial das classes cultas denomina-se *sermo urbanus* ou *urbanitas*, *sermo usualis* ou *usus*, *sermo cotidianus* ou *cotidianitas*, *sermo consuetudinarius* ou *consuetudo*, ou ainda, *sermo uulgaris*, mantida por vários romanistas como sinônimo dos anteriores; essa modalidade linguística, conclui o autor, não deve ser confundida com o que normalmente se entende por latim vulgar.

Por último, Conte (1999, p. 203) afirma que o caráter da correspondência de Cícero se reflete também no seu estilo, muito diferente dos outros trabalhos publicados. Para o autor, Cícero não evita construções com grandes períodos, muitas vezes elípticas, com alusões e ocasionalmente alguns códigos, o que dificulta a interpretação por parte dos críticos modernos; além disso, abundam palavras e trechos em grego e coloquialismos; a sintaxe inclui muita parataxe e muitos parênteses; o vocabulário abriga termos pitorescos, como os

diminutivos (*aeficatiuncula, ambulatiuncula, diecula, uulticulus, bellus, integellus*) e híbridos grego-latinos. É uma linguagem, conclui Conte, que reflete fielmente o discurso diário das classes superiores romanas.

## 2.2 Cícero, o advogado<sup>25</sup>

Mas, engana-se veementemente aquele que julga que nossas decisões pessoais estejam registradas em nossos discursos. De fato, todas elas estão relacionadas com as causas e as com as circunstâncias, não com os homens ou com os patronos. (Cic. *Cluen.* 139)

Boissier (1905, p. 43) afirma que Cícero, até se tornar pretor aos 40 anos, era apenas o que hoje se poderia considerar como um advogado. Nesse sentido, na introdução de sua coletânea de estudos *Cicero the advocate*, Powell e Paterson (2004, p. 1) ressaltam que Cícero não foi apenas um competente advogado, mas tornou-se sinônimo da própria arte de falar, como atesta Quintiliano:

Destarte, merecidamente foi dito pelos homens de seu tempo que ele reinava nos tribunais, e entre pósteros de fato se fixou que Cícero não designasse apenas o nome de um homem, mas o fosse da própria oratória. Por isso, fixemos nele nossos olhos, que ele se torne nosso modelo. (Quint. *Ins. Ora.* X, 1, 112 – Trad. Bruno Fregni Bassetto)

Apesar de ter vencido boa parte de suas disputas forenses e de ter assim alcançado a fama inicial, não faltaram críticas aos seus discursos. De um lado, poucos afirmariam que os discursos de Cícero seriam aplicáveis na atualidade e, de fato, tomando o testemunho de Tácito, apontam que já se mostravam excêntricos pouco mais de um século depois:

Quem ainda hoje suportaria um orador que inicia sua fala dizendo da debilidade da própria saúde? Tais são quase todos os exórdios de Corvino. Quem aguentará os cinco livros contra Verres? Quem seguirá até o fim aqueles imensos volumes a respeito da formulação geral e das particularidades, que lemos nos discursos de defesa de Marco Túlio e de Aulo Caecina? (Tac. *Dia.* XX, 1 – Trad. Antônio Rezende e Júlia Avellar)

Igualmente, pairam dúvidas sobre a relação entre o conteúdo escrito e pronunciado, sendo o *Pro Milone* o exemplo mais citado. Outros críticos admitem que, em geral, Cícero foi bem sucedido em seus casos, mas atribuem o sucesso a meios controversos e, no melhor cenário, ele é criticado pela falta de sinceridade e por utilizar argumentos “questionáveis”

---

<sup>25</sup> Em Roma, o advogado, aquele que falava junto a seu cliente, era chamado de *patronus*, enquanto que o termo *aduocatus* era de uso mais geral, podendo ser empregado para qualquer um que apoiasse a causa mediante um conselho técnico, sem necessariamente ter de discursar (POWELL e PATERSON, 2004, p. 13).

para obter o veredito. Além disso, Cícero tem sido acusado de egotismo e de transformar seus discursos em declarações políticas sobre si mesmo.

Para Powell e Paterson (2004, p. 6-9), todas estas questões precisam ser temperadas. Em primeiro lugar, falar de sinceridade ou da falta dela é um engano sobre o próprio papel do advogado, pois este defende a causa de um terceiro, não a sua própria. Nesse sentido, apesar de parecer óbvio, Powell e Paterson destacam que é frequentemente esquecido que a função primordial de um discurso forense é a de se apresentar o caso em questão da melhor maneira possível e, de preferência, obter a aprovação dos jurados. No *De officiis*, Cícero defende que um advogado deve apresentar os argumentos de forma a parecerem verdade, mesmo não sendo. E mais, deve estar preparado para oferecer seus serviços mesmo a alguém culpado, contando que o cliente não seja *nefarius* ou *impius*:

Haverá algo mais desumano que desviar a eloquência, dada pela natureza para a salvação e a conservação dos homens, para a ruína e o dano dos bons? Todavia, da mesma forma que isso deve ser evitado, não se deve ter escrúpulos em defender, às vezes, um culpado, contando que não seja um homem abominável e ímpio; a multidão o deseja, o costume o suporta e, até, a humanidade o pede. É tarefa do juiz, nas causas, procurar sempre a verdade; é tarefa do advogado defender o verossímil, ainda que menos verdadeiro. (Cic. *Dev.* II, 51 – Trad. Angélica Chiapeta)

Por vezes, Cícero é acusado de produzir um argumento desonesto, como quando defendeu que Milão teria matado Clódio em legítima defesa. De fato, nesse caso específico, essa pode ter sido a estratégia encontrada para desviar de seu cliente a acusação de ter premeditado o crime, afinal, tanto Milão como Clódio tinham oferecido um ao outro mostras públicas de forte inimizade. Além disso, Cícero apresenta uma possibilidade de verdade, uma situação verossímil. Essa particularidade, própria do orador, já tinha sido abordada por Cícero em outro discurso:

*Sed errat uehementer, si quis in orationibus nostris quas in iudiciis habuimus auctoritates nostras consignatas se habere arbitratur. Omnes enim illae causarum ac temporum sunt, non hominum ipsorum aut patronorum. Nam si causae ipsae pro se loqui possent, nemo adhiberet oratorem. Nunc adhibemur ut ea dicamus, non quae auctoritate nostra constituentur sed quae ex re ipsa causaque ducantur.* (Cic. *Cluen.* 139)

Mas, engana-se veementemente aquele que julga que nossas decisões pessoais estejam registradas em nossos discursos. De fato, todas elas estão relacionadas com as causas e as com as circunstâncias, não com os homens ou com os patronos. Na realidade, se as próprias causas pudessem falar por si mesmas, ninguém empregaria um orador. Agora, somos empregados a fim

de que as apresentemos, não que sejam formadas pela nossa decisão, mas para que sejam guiadas a partir do próprio assunto e da causa.

Por outro lado, Quintiliano também comenta o fato:

Do mesmo modo, o orador, quando usa o falso pelo verdadeiro, sabe o que é falso e o usa pelo verdadeiro; portanto, ele mesmo não tem uma posição falsa, mas induz o outro ao erro. E quando Cícero se vangloriou de ter mergulhado os juízes nas trevas no processo de Cluêncio, ele mesmo via com clareza. (Quint. *Ins. Ora.* II, 17, 20-21 – Trad. Bruno Fregni Bassetto)

Com relação à autorrepresentação nos discursos, Powell e Paterson (2004, p. 9) ponderam que se deve observar que não se trata apenas de vaidade, mas de uma estratégia deliberada de persuasão própria do sistema republicano romano, e que, além disso, os discursos em que a autorrepresentação é mais presente constituem uma minoria. Em geral, Cícero costuma mencionar seus feitos no consulado para reforçar sua *auctoritas* e seu renome político, o que de fato muito contribuiu para sua glória posterior.

Por fim, os autores acreditam que avaliar o estilo dos discursos de Cícero envolve um julgamento estético e cultural. Sem dúvida, o estilo de seus discursos é sofisticado e pertence a um registro mais formal do Latim, como ele próprio alega no *Brutus* e no *De Oratore*:

De fato, não apenas em razão de minha assiduidade e diligência nas causas, mas também em razão de uma eloquência mais refinada e nada vulgar, eu havia atraído as atenções para mim pela novidade de meu discurso. (Cic. *Brut.* 321 – Trad. Olavo Almeida)

É necessário que se somem a isso alguma graça, chistes e uma cultura digna de um homem livre, bem como rapidez tanto ao responder como ao atacar, acrescida de graciosidade com refinamento e urbanidade. (Cic. *De ora.* I, 17 – Trad. Adriano Scatolin)

Ainda assim, parece ter havido uma mudança de estilo durante a vida de Cícero. Alguns oradores de seu tempo defendiam o estilo Ático, mais austero e modelado em Lísias, enquanto que o de Cícero parece ter sido influenciado pelas cidades gregas orientais. Albrecht (1997, p. 519) destaca que o estilo de um orador era encarado como um meio de persuasão, e esse aspecto também se ajustou à medida que Cícero foi amadurecendo. Nesse quesito, os tratados retóricos da década de 40 AEC, como o *Brutus* e o *Orator*, teriam sido uma tentativa de se adequar ao estilo Ático. Seja como for, Powell e Paterson (2004, p. 9) concluem que é graças ao seu estilo que os discursos de Cícero foram admirados no Renascimento e até hoje são utilizados tanto como textos de apoio ao aprendizado do Latim, como material de análise

filológica ou literária, ou, ainda como exemplos para o estudo das técnicas retóricas e como fonte para a História política e social de Roma.

### 2.2.1 “Advocacia” nos tempos antigos

Mas que mania mais idiota essa nossa de querer ter uma clientela cada vez maior. Se o cliente é honesto ou desonesto, isso pouco importa. O que interessa é sua situação financeira. Basta ser rico pra ser tido como um cliente de bem. (Plaut. *Men.* 571-590 – Trad. José Dezotti)

Powell e Paterson (2004, p. 6) apontam que os tratados antigos de retórica traçavam uma firme distinção entre oratória forense (*genus iudicale*) e oratória política (*genus deliberatiuum*), no que diz respeito à sua abordagem e ao emprego das técnicas argumentativas específicas. Para os autores (2004, p. 12), o sistema forense romano partilhava de algumas características do ateniense e, em ambos, não existia uma instituição que correspondesse ao atual Ministério Público ou à Defensoria Pública. Desse modo, tanto promotores, na esfera pública, como advogados de acusação e defesa, na esfera privada, tinham de ser voluntários. Ao mesmo tempo, em Roma, advogados de defesa estavam proibidos de receber dinheiro por conta da *Lex Cincia de donis et muneribus* de 204 AEC. Finalmente, se bem sucedida, uma acusação poderia ser recompensada; por outro lado, previa-se penalidades caso não se obtivesse uma certa quantidade de votos dos juízes.

Powell e Paterson (2004, p. 30-32) descrevem de forma simplificada o procedimento judicial romano: primeiro eram apresentados os discursos de acusação e de defesa; em seguida, eram ouvidas as testemunhas dos lados e, por fim, os juízes votavam, sendo necessária uma simples maioria. Em geral, prosseguem os autores, os julgamentos tinham lugar no *forum*, a céu aberto, e, conseqüentemente, podiam atrair uma multidão de espectadores. O pretor responsável pelo caso e seus *lictors* cuidavam da manutenção da ordem, mas, em casos especiais, como no do *Pro Milone*, soldados podiam ser empregados para se evitar uma invasão do ambiente.

Os tribunais representavam o princípio republicano de que qualquer cidadão romano tinha o direito de ter o seu caso ouvido pelos concidadãos, não podendo sofrer uma condenação de forma arbitrária por um magistrado (FERRAZ, 1989, p. 112). Essa é uma das principais acusações que Cícero imputa contra Verres, no episódio da crucificação de Gávio (Cic. *Ver.* II, 5, 160); por sua vez, será também utilizada por Clódio contra Cícero no episódio da execução dos catilinários. Ao mesmo tempo, Powell e Paterson (2004, p. 13) chamam a atenção para o fato de que a concepção de *patronus* e cliente era um resquício das relações

sociais do período arcaico, nas quais todo cidadão romano de baixo *status* tinha o direito de ser apoiado por um *patronus* aristocrático, que discursaria a seu favor no tribunal:

Nesta cidade, em nenhum momento, os nossos antepassados quiseram que faltasse um defensor nem mesmo ao mais humilde dos cidadãos. Eu, certamente, juízes, me consideraria criminoso, se faltasse a um amigo; desumano, se abandonasse a um desgraçado; orgulhoso, se recusasse a defesa de um cônsul. (Cic. *Mur.* 10 – Trad. Ernane Alves Siqueira)

Numa perspectiva mais cômica, Plauto descreve uma situação inusitada: um *patronus* que logo se arrepende de ter decidido passear pelo *forum*, pois se vê subitamente obrigado, diante dos edis, a defender um de seus clientes envolvido em negócios escusos:

[Menecmo 1] Mas que mania mais idiota essa nossa de querer ter uma clientela cada vez maior. Se o cliente é honesto ou desonesto, isso pouco importa. O que interessa é sua situação financeira. Basta ser rico pra ser tido como um cliente de bem. Mas são justamente esses que estão sempre enrolados com a justiça: vivem passando por cima da lei, cometendo fraudes e dando dor de cabeça aos patronos. Estão sempre metidos em processos, esses velhacos. O pior é que, quando são intimados, os patronos também têm de comparecer. Por isso, maldita hora que me deu na telha de ir lá na praça! Um dos meus clientes me encontrou e me levou pra defendê-lo de suas falcatruas diante dos edis. (Plaut. *Men.* 571-590 – Trad. José Dezotti)

De acordo com Powell e Paterson (2004, p. 12), sabe-se que advogados de defesa não podiam receber dinheiro diretamente, mas seus serviços podiam ser recompensados com bens de consumo ou até mesmo linhas de crédito. Como exemplo, ao defender com sucesso P. Sula, Cícero recebeu um empréstimo de dois milhões de sestércios, que utilizou para comprar a casa de Crasso no Palatino em 61 AEC (Cic. *Fam.* V, 6; *Att.* I, 12). Por outro lado, Boissier (1905, p. 75-76) indica que existia em Roma o costume de se pagar por tais serviços depois da morte, isto é, dívidas de gratidão ou de carinho, contraídas em vida, eram reconhecidas por meio de testamentos. Desse modo, o cliente podia não apenas satisfazer sua dívida com o antigo defensor, mas também prestar-lhe uma homenagem e reconhecimento. Todavia, considera o autor, esse costume acabou se degenerando em abuso: ao morrer, desejava-se aparentar que se tinha muitos amigos; ou, ainda, inscrevia-se figuras ilustres, como no caso do banqueiro Marco Clúvio, que reservou uma pequena parte de sua fortuna tanto a César como a Cícero (Cic. *Att.* XIII, 45, 3). Boissier (1905, p. 76) faz notar ainda que Cícero, em diferentes cartas, menciona ter sido nomeado herdeiro de várias pessoas, sendo que ele nem teve muito contato em vida com algumas delas. Porém, mesmo que as quantias geralmente

envolvessem valores pequenos, a reunião de todas podia representar uma soma significativa, conclui Boissier.

De fato, ao se defender da acusação de que ninguém lhe teria nomeado herdeiro, Cícero afirma, com orgulho, que recebera mais de 20 milhões de sestércios em forma de herança durante os anos, e que, diferentemente de Marco Antônio, essa herança viera apenas de “verdadeiros” amigos (Cic. *Philip.* II, 16). Sobre esse tema, vale a pena destacar a “aptidão matemática” dos romanos com os dois exemplos abaixo:

Transporto o testamento dele [Cúrio] lacrado com os selos dos três Cíceros e da coorte pretória: fez-te herdeiro, na frente de todos, de uma libela, a mim, de um terrúncio.<sup>26</sup> (Cic. *Att.* VII, 2, 3 - Epístola 04, p. 282)

Vejo que Dolabela figura no testamento de Lúvia em companhia de dois coerdeiros para um terço, mas é exigido que mude de nome. É um πολιτικὸν σκέμμα [princípio político], se é correto ou não que um jovem nobre mude o nome por conta do testamento de uma mulher. Mas, isso φιλοσοφώτερον διευκρινήσομεν [examinaremos filosoficamente] quando soubermos, por assim dizer, quanto é um terço de um terço. (Cic. *Att.* VII, 8, 3 - Epístola 10, p. 314)

Além de tudo isso, é claro, existiam outras recompensas importantíssimas para a vida pública, como os *fauores* (favores, apoio) e a *gratia* (agradecimento, reconhecimento) E não apenas eram relevantes para a conquista de cargos públicos ou para a obtenção de apoio político, mas influenciavam também a própria noção de *amicitia* (amizade). Como será visto no Capítulo V, foram esses elementos que, em última análise, impeliram Cícero para junto de Pompeu durante a Guerra Civil:

Mas a glória e o favor são gerados sobretudo pelas defesas, que serão maiores quando ajudarem alguém aparentemente oprimido ou perseguido por um homem de recursos. Isso eu mesmo fiz muitas vezes. (Cic. *Dev.* II, 51 – Trad. Angélica Chiapeta)

Como mencionado anteriormente, a relação entre *patronus* e cliente tinha raízes que remontavam ao período arcaico de Roma. Entretanto, na época de Cícero, não é possível ter muita clareza sobre como se desenvolvia essa relação; ou, ao menos, ela já não desempenhava o mesmo papel de outrora, e o exemplo de Plauto citado já seria um indício disso. Assim, apesar de Cícero, enquanto cônsul, afirmar que estava disposto a defender a causa de qualquer

---

<sup>26</sup> *Libella*, pequena moeda de prata do valor de 1 asse; *Ter(r)uncius*, 1/4 de asse (MONIZ, 2001). Para Tyrrell e Purser (1890, p. 266), como a *libella* representava 1/10 de sestércio, Cúrio deixa a Ático 1/10 de seus bens e 1/40 a Cícero.

um no exórdio do *Pro Rabirio*, ele teve que se justificar a Ático, dois anos antes, por não querer defender Cecílio, tio de Ático e vítima de fraude (Cic. *Att.* I, 1). A razão disso estava no intrincado jogo político: Cecílio acusava de fraude Canínio Sátiro; este, por sua vez, havia apoiado a eleição de Cícero para pretor; ademais, era amigo de L. Domício Aenobardo, figura rica e influente.<sup>27</sup> Desse modo, preocupado com sua eleição para o consulado no ano seguinte, Cícero admite o embaraço e desculpa-se ao amigo alegando que não faltariam defensores a Cecílio, e que, por isso, seus serviços não seriam tão necessários assim (Cic. *Att.* I, 1, 4).

Chega a ser quase irônico que Cícero tenha pensado seriamente em defender Catilina de um processo de má administração provincial em 65 AEC (Cic. *Att.* I, 2). Por outro lado, na década de 50 AEC, viu-se na necessidade de defender figuras ligadas a César e a Pompeu, inclusive Aulo Gabínio, que Cícero criticara em diferentes discursos anteriores. Segundo Albrecht (1997, p. 519), esses discursos forenses, analisados à luz das disputas políticas do período, alimentaram críticas quanto à postura inconstante de Cícero, visto por vezes como um democrata, outras como um aristocrata, e, ainda, como um instrumento dos triúnviros. De fato, continua o autor, embora tenha defendido Róscio Amerino contra Crisógeno em 80 AEC, Cícero discursou veementemente contra uma reforma agrária durante seu consulado; celebrou a liderança militar de Pompeu, mas também a leniência de César ditador. Contudo, conclui Albrecht (1997, p. 519), deve ser observado que Cícero, filho de um cavaleiro romano, sempre defendeu os interesses dessa ordem nos mais diferentes discursos.

## 2.3 Cícero, o político

Um último aspecto a ser considerado é aquele que toca não apenas no pensamento político de Cícero, mas também na sua atuação. Sem dúvida, o tema é extenso; pretende-se, portanto, pontuar apenas alguns elementos que auxiliarão na análise dos dois próximos capítulos.

### 2.3.1 *Optimates vs populares / boni vs improbi*

Na realidade, nada confio em teus *optimates*, já nem sequer me sujeito a eles em nada. (Cic. *Att.* IX, 5, 3).

Em primeiro lugar, é necessário frisar que diferentes autores antigos apontaram que as disputas políticas foram as responsáveis pelo declínio da República romana no último século

---

<sup>27</sup> Trata-se do mesmo Lúcio Domício que irá desempenhar um importante papel na Guerra Civil, como explorado no Capítulo V.

AEC, e o próprio Cícero chegou a afirmar que tanto César como Pompeu estavam mais preocupados em manter o seu poder pessoal do que preservar a “felicidade” de seus concidadãos (Cic. *Att.* VIII, 11, 2). Disputas políticas, naturalmente, fazem parte de qualquer sistema de governo. No caso romano, atribuiu-se a existência de um partido aristocrático, os *optimates* (“os melhores”, que provavelmente representasse a própria tradução latina para o mesmo conceito grego), e de um partido democrático, os *populares*. Pode-se conjecturar que esses conceitos talvez tenham se tornado uma faceta mais moderna da antiga disputa entre plebeus e patrícios do período arcaico. Todavia, entre o final do século XIX EC e a primeira metade do século XX EC, a historiografia tendeu a representar essas disputas antagônicas em termos de partidos políticos “modernos”, e o mecanismo de operação dessas lutas foi reduzido a uma lógica bastante simples: um grupo de nobres tinha o controle do Senado e evitava que outros nobres obtivessem apoio para suas medidas; os derrotados, por sua vez, voltavam-se para a assembleia popular e, com a ajuda dos tribunos da plebe, apresentavam ao povo leis que satisfizessem seus desejos. Essa visão será melhor avaliada no início do Capítulo III; por hora, focar-se-á na caracterização desses grupos políticos.

No livro *Party politics in the age of Caesar*, Lily Ross Taylor (1949, p. 8) afirma que os homens designados nas fontes antigas como *optimates* e *populares* eram, geralmente, membros da nobreza e das famílias senatoriais, mas também incluíam aqueles que chegaram ao Senado por conta própria, por meio das eleições para as magistraturas. Em uma concepção ampla, prossegue a autora, o grupo que controlava o Senado se autointitulava *optimates* e chamava seus opositores de *populares*, palavra esta sendo empregada pelo viés demagógico. Todavia, a autora ressalta que os agrupamentos políticos, em sentido mais restrito, são descritos nas fontes como *factio* e *pars*, ou mais frequentemente *partes*, palavras das quais derivam facção e partido, mas que não correspondem ao sentido moderno das mesmas. Em sintonia com Taylor, no artigo “Cicero and the Word Popularis”, Robin Seager (1972, p. 338) afirma que os *populares* nunca aparecem nas fontes como um grupo coeso e permanente, bem diferente dos *optimates*. Assim, o melhor seria não se referir aos *populares* em contexto algum que possa denotar um “partido popular” ou mesmo um grupo político.

Cícero reserva um lugar especial aos *optimates* na sua concepção de Estado desenvolvida no *De re publica*, mas de certa forma segue o que dita a tradição estabelecida por Platão e Aristóteles sobre as formas de governo. Utilizando-se da voz de Cipião, Cícero considera que os *optimates* são escolhidos pelo próprio povo em razão de sua virtude, e não por sua riqueza, título ou nome:

E se um povo livre escolhe [alguns] dentre aqueles nos quais confia – e cada um escolhe, se quer estar a salvo, o melhor -, certamente, a segurança dos concidadãos está posta no discernimento dos *optimates*, sobretudo porque a natureza propõe não apenas que os mais eminentes em virtude e ânimo governem os mais débeis, mas também que estes queiram obedecer aos superiores. Na verdade dizem que este ótimo estado foi transformado pelas opiniões errôneas de homens que [...] julgam que os homens opulentos e ricos assim como os nascidos de estirpe mais nobre são os *optimates*. Quando, por este erro do vulgo, os recursos de uns poucos e não as virtudes começaram a manter a república, os *optimates* principais mantiveram obstinadamente seu título, porém careceram do valor desse título, pois as divisas, o nome, os recursos, sem o discernimento e a moderação de viver e de mandar em outros estão cheios de insolente soberba; e não há espécie alguma mais disforme de *ciuitas* do que aquela na qual os mais opulentos são considerados os *optimates*. (Cic. *Rep.* I, 34 – Trad. Isadora Prévêde Bernardo)

É comum relacionar que essa visão seja uma espécie de valorização da própria trajetória política de Cícero: *homo nouus*, proveniente de uma família de cavaleiros, Cícero foi o primeiro de sua linhagem a alcançar o consulado, uma das magistraturas romanas de maior prestígio. Ao mesmo tempo, a concepção acima está intimamente ligada à antiga ideia de que todo governo “digno” deveria ser um governo de indivíduos virtuosos.

Contudo, é no *Pro Sestio* que se encontra a melhor descrição e caracterização do que seria o grupo dos *optimates*. Nesse discurso forense, Cícero destaca que sempre existiram em Roma dois grupos de homens que aspiravam ocupar-se da política e de nela atuar de maneira distinta: destes, uns pretendiam ser e se consideravam *populares*; os outros, *optimates*. A principal diferença entre eles é que os *populares* pretendiam que suas ações e palavras fossem agradáveis à multidão, enquanto que os *optimates* eram aqueles que se conduziam de tal forma que suas decisões recebiam a aprovação dos melhores cidadãos (Cic. *Ses.* 96). O seu número seria impossível de se contar, continua Cícero, pois todos aqueles que adotam as decisões públicas com prontidão, sejam eles senadores, homens do campo, comerciantes, e até mesmo libertos, enquadram-se no rol dos *optimates*. E mais, também pertencem ao grupo “dos melhores” todos os que não são criminosos, malvados por natureza, desenfreados ou endividados: são os homens íntegros, são, possuidores de uma boa situação privada e que, na gestão da coisa pública, colocam-se a serviço dos desejos, interesses e opiniões de homens como eles próprios (Cic. *Ses.* 97). Assim, todo esse amplo conjunto de indivíduos pertenceria aos *optimates*.

Segundo Seager (1972, p. 331), nesse discurso, Cícero toma a precaução de deixar que os *populares* sejam contrastados com *optimates* sem ter de descrevê-los. Ao mesmo tempo,

Jean Hellegouarc’h (1972, p. 535), na obra *Le vocabulaire latin des relations et des partis politiques sous la République*, aponta que seu emprego não é necessariamente pejorativo, sendo que, em seus discursos pós-exílio, Cícero tenta demonstrar que Clódio é um falso *popularis*, pois age em interesse próprio e contra o interesse do povo romano. Nesse sentido, prossegue o autor, o apoio popular aos Gracos seria genuíno e sua causa necessária, enquanto que Clódio só tinha esperanças de conseguir apoio político mediante o suborno (Cic. *Sest.* 47-48).

Todavia, os termos *optimates* e *populares* são muitas vezes tomados como conceitos “universais” ou “fundamentais” para o estudo das disputas políticas do final da República e sua utilização para representar os grupos de interesse antagônico é muitíssimo frequente nos manuais de História romana; fato esse possivelmente alimentado e influenciado por aquele viés historiográfico já citado. Em especial, no que concerne ao grupo dirigente, o termo *optimates* é empregado nas análises como equivalente ao termo *nobilitas* (nobreza) e ao termo *boni* (“os bons”), e o próprio Hellegouarc’h (1972) dedica todo o seu terceiro capítulo para tratar desses termos como correspondentes a uma “classe dirigente”.

Essa discussão poderia se arrastar por inúmeras páginas e não é o foco desta pesquisa. Porém, durante sua execução, observou-se que as fontes diretamente ligadas ao período, isto é, Cícero, César e Salústio,<sup>28</sup> nem sempre utilizam esses dois termos: César não emprega nenhum deles tanto no *Bello Ciuile* como no *Bello Gallico*; Salústio, por outro lado, emprega o termo *populares* em mais de uma dezena de ocasiões, mas não utiliza *optimates*. O próprio Cícero emprega o termo *optimates* apenas 7 vezes em toda a correspondência preservada a Ático durante o período entre 49-47 AEC, e em todas elas o termo está associado mais ao grupo de indivíduos que permaneceu em Roma, sem apoiar diretamente César ou Pompeu, do que a uma “classe dirigente”. Ele ocorre apenas 1 vez em quatro cartas (Cic. *Att.* IX, 1, 2; *Att.* IX, 5, 4; *Att.* IX, 9, 1; *Att.* IX, 11, 3) e 3 vezes em outra (Cic. *Att.* VIII, 16, 1), esta última, entretanto, com um sentido claramente pejorativo:

*Is enim me ab optimatibus ait conscindi. Quibus optimatibus, di boni! Qui nunc quo modo occurrunt, quo modo autem se uenditant Caesari! [...] Itaque quaero qui sint isti optimates qui me exturbent cum ipsi domi maneant.* (Cic. *Att.* VIII, 16, 1)

De fato, ele [Filotimo] diz que sou atacado pelos *optimates*. Por quais *optimates*, bons deuses! De que modo eles saem correndo, de que modo,

---

<sup>28</sup> Citam-se apenas os três porque foram de fato objeto de estudo; não foi possível apreciar os demais autores.

porém, procuram vender-se a César! [...] E, assim, pergunto quem são estes *optimates* que me repudiam enquanto eles próprios permanecem em casa.

Para encerrar a questão, é preciso reconhecer que é, de fato, cômodo ou prático nomear dois grupos antagônicos principais como *optimates* e *populares*; todavia, deve-se evitar empregá-los como se tratando de dois grupos políticos fixos ou coesos, com programas políticos bem definidos à maneira de partidos políticos “modernos”.

Já o termo *boni*, segundo Hellegouarc’h (1972, p. 48), é mais empregado por Cícero para designar o grupo dirigente de maneira geral, referindo-se a um conjunto de homens de certa categoria e condição social cuja amizade e união não derivam de uma necessidade, mas sim da virtude. Estando preocupados em dirigir a coisa pública de maneira satisfatória para todos, continua o autor, os *boni* estão associados com os adjetivos *integer*, *innocens* e *probatus*. Ainda de acordo com Hellegouarc’h (1972, p. 48), o termo utilizado para caracterizar o grupo oposto aos *boni* seria o termo *improbi*, indivíduos de má qualidade, desonestos ou enganadores. Para Cícero, o termo *improbi* não se refere a uma categoria social, mas moral: homens de diversos níveis da escala social poderiam unir-se como um grupo de *improbi*, uma vez que tenham como objetivo comum fazer valer suas próprias ambições independentemente do conjunto maior de cidadãos (HELLEGOUARC’H, 1972, p. 528-530).

Em seu artigo “Auctoritas, Dignitas, Otium”, Balsdon (1960, p. 49) destaca que Cícero faz uma analogia dos *boni* representando o timoneiro de um navio, responsáveis por governar a embarcação tanto em águas calmas quanto tumultuadas, sempre evitando os atrasos e os perigos do mar, representados pelos *improbi*. Dessa forma, prossegue o autor, as ameaças que esse grupo representa à república são constantes e diversas e tornam-se ainda mais perigosas quando uma liderança os une e direciona. Para Balsdon, os *improbi* seriam constituídos por pequenos grupos de indivíduos, muitas vezes independentes entre si e com interesses diferentes.

### 2.3.2 O ideal político de Cícero

A Grécia antiga, que brilhou com um tão vivo esplendor pelo seu poder, pela extensão do seu domínio e pela sua glória, ficou a dever a sua decadência a um único vício: a liberdade ilimitada e a licenciosidade das suas assembleias. (Cic. *Flac.* 15)

Em um artigo sobre o discurso ciceroniano contra a lei agrária de 63 AEC, Beryl Rawson (“*De Lege Agraria* 2. 49”, 1971, p. 26) observa que Cícero, quando discursou no *forum*, utilizou vários métodos para identificar-se com o povo e mostrar que estava atuando em seu interesse contra uma proposta insensata. Já no discurso que foi realizado diante do

Senado, prossegue a autora, Cícero apresentou a proposta como sendo uma ameaça à *dignitas* senatorial e, por isso, o Senado deveria reforçar sua própria *auctoritas*. Ainda sobre esse discurso, Andrew Lintott (“Violence in Republican Rome”, 1999, p. 179) pontua que a fala de Cícero ao povo romano começa e termina com um apelo ao desejo pelo *otium*, que, na visão de Cícero, era representado pelo seu próprio direito ao voto.

Nesse raciocínio, a principal meta do governo seria preservar o “ócio com dignidade” (*cum dignitate otium*), mencionado por Cícero em diferentes passagens (Cic. *Ses.* 98; *Fam.* I, 9, 21; *De ora.* 1). Segundo Claude Nicolet (1992, p. 45), no texto “O cidadão e o político”, a *dignitas* de um cidadão era o seu bom nome, sua reputação e posição social, que modelariam e organizariam grande parte da vida social romana. Representando não apenas uma satisfação de seu amor próprio, continua o autor, a *dignitas* toca os fundamentos da vida social em Roma desde suas origens, seja através da conquista de cargos públicos, seja pela obtenção de sucessos militares.

Nesse quesito, Wirszubski (“Cicero's *Cum Dignitate Otium*: A Reconsideration”, 1954, p. 13) acredita que a expressão *cum dignitate otium*, apesar das diferentes interpretações possíveis, significaria para Cícero o ideal de um Estado forte, respeitado e que goza de uma paz real, representada pela tranquilidade interna. Nessa visão, prossegue o autor, o pilar central de sustentação do Estado corresponderia ao papel exercido pelo Senado na mediação dos interesses antagônicos. Por isso, conclui Wirszubski, Cícero afirma que, se o poder reside no povo, a autoridade deveria estar a cargo do Senado (*cum potestas in populo, auctoritas in senatu sit* - Cic. *Leg.* III, 28).

Os pormenores do funcionamento das instituições romanas serão desdobrados na primeira parte do “Capítulo III”. Por hora, é relevante apreciar a comparação que Cícero estabelece entre os “modos de fazer política” entre romanos e gregos em discurso forense:

Outrora, os Romanos, tão avisados e escrupulosos, negaram toda a soberania à assembleia pública; para os plebiscitos e para as decisões do povo, decidiram que, depois da separação da assembleia, se atribuisse ao povo diferentes lugares de reunião, dividindo-o por tribos e centúrias segundo a ordem, a classe e a idade; que os autores da proposta fossem ouvidos, que durante alguns dias a própria proposta estivesse afixada e fosse levada ao conhecimento do público, e que, só então, se adotasse ou recusasse o projeto. Os Estados gregos, pelo contrário, são governados unicamente pela vontade irrefletida de uma assembleia [...] a Grécia antiga, que brilhou com um tão vivo esplendor pelo seu poder, pela extensão do seu domínio e pela sua glória, ficou a dever a sua decadência a um único vício: a liberdade ilimitada e a licenciosidade das suas assembleias. Homens incompetentes em tudo, rudes e ignorantes reuniam-se no teatro, decidiam guerras inúteis, conferiam

o governo a sediciosos, baniam os cidadãos que melhor tinham servido a pátria. (Cic. *Flac.* 15)

Nesse aspecto, Taylor (1949, p. 37) destaca que Cícero afirmava ter dedicado o seu consulado a uma política que reuniu todas as ordens diante de um interesse comum, a defesa e a manutenção do Estado frente aos *improbi* liderados por Catilina. Ainda segundo a autora, a base da concórdia republicana de Cícero estaria não apenas no relacionamento harmonioso entre os senadores, mas também nas associações políticas cultivadas fora do Senado, em particular, com o importante grupo formado pelos cavaleiros. Contudo, como será evidenciado no próximo capítulo, essa foi uma conquista efêmera.

Em seu artigo “Cícero before Luca”, Thomas Mitchell (1969, p. 312) assevera que Cícero expressava confiança na sua força política antes da ascensão de Clódio: considerava-se salvador da coisa pública e confiava que toda a Itália poderia ser chamada em seu apoio. Em seu otimismo, continua o autor, Cícero recusou qualquer forma de proteção que pudesse envolver um comprometimento com aquele novo grupo político que estava a se formar, capitaneado por Crasso, Pompeu e César. Sobre isso, David Stockton (“Cícero and the *ager campanus*”, 1962, p. 487) destaca que Cícero recusou diversas ofertas para se tornar *legatus* de César em 59 AEC, e, posteriormente, ele próprio associou seu exílio com a recusa dessas ofertas. O autor considera que um dos erros de cálculo de Cícero foi ter confiado demais na força dos *boni*, e teve de pagar esse erro político com o próprio exílio. De fato, conclui o autor, diante desse novo reordenamento político, os *boni* permaneceram calados durante toda a movimentação de Clódio; assim, as cartas de Cícero durante o período estariam repletas de recriminações ao grupo. Finalmente, nesse quesito, Mitchell (1969, p. 313) pondera que Cícero se isolou politicamente ao recusar uma proposta “indecorosa” e os *boni*, com os quais se identificava, apesar de terem dado mostras públicas de dor e compaixão pelo exílio, nada mais fizeram.

Finalmente, para encerrar o capítulo, Conte (1999, p. 182) considera que Cícero, após o retorno do exílio, propagou o ideal de que a harmonia do Estado só poderia ser mantida mediante um acordo entre todos os “homens de bem” (*consensus omnium bonorum*). O dever dos *boni*, portanto, deveria ser não apenas buscar a realização de seus próprios interesses pessoais, mas prestar apoio efetivo aos políticos que representavam sua causa. Ainda assim, prossegue o autor (1999, p. 183), para fazer frente aos *improbi*, era necessário um governo mais autoritário ou unificado, e tanto os *boni* como o Senado deveriam deixar de lado os seus desentendimentos e confiar na liderança de uma pessoa de grande prestígio e autoridade, e

Cícero projetava essa “figura ideal” nos mesmos moldes de Cipião Emiliano, que vivera no século anterior. Para Conte, essa teoria, explorada no *De re publica*, ajudaria a explicar a aproximação de Cícero junto aos “triúnviros” após o exílio: ele esperava influenciar suas ações para que seu poder não substituísse a autoridade do Senado e se mantivesse dentro dos limites republicanos. Seria por isso, então, que Cícero discursara em 56 AEC a favor da renovação do comando militar de César na Gália (*De prouinciis consularibus*) e defendera pessoas ligadas a César (*Pro Balbo*, 56 AEC e *Pro Rabirio Postumo* 54 AEC).

De fato, como poderá ser percebido durante a leitura do Capítulo IV, o termo *boni* representa para Cícero uma concepção muito mais íntima do que o termo *optimates*; e a preocupação de como ele seria visto por esse grupo “de homens de bem” foi o que mais influenciou as suas tomadas de decisão e, em última instância, sua própria participação na guerra. Ao mesmo tempo, Cícero imaginou que Pompeu poderia preencher aquele papel de “figura exemplar” que serviria como um moderador das disputas dos diferentes grupos políticos.

Porém, com o início da guerra, Cícero mostrou-se extremamente decepcionado com as atitudes e, principalmente, com o planejamento de guerra de Pompeu. Na verdade, antes mesmo da eclosão da guerra, pode-se perceber como era difícil encontrar apoio a uma causa comum diante de um Estado tão polarizado:

[5] Na realidade, sobre aquilo que escreves, de que esperam de mim algo admirável e que qualquer um dos bons, ou dos suficientemente bons, não duvida do que eu estaria disposto a fazer, todavia eu já não compreendo quem é que tu chamas de bons. Eu próprio conheço nenhum, se o que procuramos é um agrupamento de “pessoas do bem”; na realidade, os bons homens estão isolados. [...] [7] “Combata”, dizes tu, “mais digno que tornar-se um escravo”. Para quê? Se vencido, serás proscrito; se venceres, ainda assim viverás na servidão. “O que então” dizes, “estás disposto a fazer?” O mesmo que o gado, que, dispersado, volta a seguir o rebanho da sua espécie. Como o boi ao armento, assim eu seguirei os bons homens ou todos aqueles que são chamados de bons, ainda que se arruinem. É o melhor diante de um negócio que já começou mal, vejo claramente. (Cic. *Att.* VII, 7 – Epístola 09, p. 308)

## CAPÍTULO III

### DA ALIANÇA POLÍTICA À RUPTURA

Ao expor os acontecimentos da Segunda Guerra Púnica (218-201 AEC), Políbio faz uma pausa na narrativa para descrever a Constituição Romana (τῆς Ῥωμαίων πολιτείας) no livro sexto de sua *História*. O momento é apropriado: os romanos, que já haviam sofrido diferentes reveses contra Aníbal, receberam a notícia de que o maior exército já recrutado acabara de ser trucidado na Batalha de Canas (216 AEC). Por conta disso, o motivo da suspensão narrativa é explicitado logo no começo do livro:

A causa predominante do sucesso e de seu contrário em todos os assuntos relativos ao governo de um povo é a forma de sua constituição, pois dela, como de uma fonte, nascem não somente todos os desígnios e planos, mas a sua própria realização. (Polib. *Hist.* VI, 2 - Trad. Mário da Gama Kury)

Com base nessa premissa, Políbio quer demonstrar a importância que teve a excelência da Constituição Romana para explicar como um Estado, mesmo diante de uma derrota tão decisiva, foi capaz de subjugar quase todo o mundo mediterrâneo em menos de cinquenta e três anos. Para Políbio, todas as constituições possuem um molde ideal que, aos poucos, se corrompe e se transforma numa versão degenerada. Esta, ao cabo de determinado tempo, suscita reformas político-sociais que levam a um novo modelo ideal que, por sua vez, também se corrompe, provocando mudanças sucessivas como num ciclo. Nessa lógica, o poder que estava centralizado nas mãos de um único indivíduo passa a ser partilhado por um grupo restrito e, posteriormente, por uma maioria. Assim, uma monarquia se transfigura numa tirania; esta dá lugar à aristocracia (o governo dos ἀριστοί, os “melhores cidadãos”) que então se transforma numa oligarquia; por conseguinte, surge a democracia, que finalmente se degenera numa oclocracia:<sup>29</sup>

A primeira de todas essas espécies a aparecer foi a autocracia, cujo surgimento é espontâneo e natural; em seguida nasceu a monarquia, derivada da autocracia por evolução e por correção de defeitos. Esta se transmuda em sua forma afim degenerada, quero dizer a tirania, e em seguida à dissolução de ambas é gerada a aristocracia. Esta degenera por sua própria natureza em oligarquia, e quando a maioria, inflamada pelo ressentimento, vingam-se desse

---

<sup>29</sup> Ao contrário de Aristóteles e Platão, Políbio emprega o termo “democracia” com uma conotação positiva e o associa com a forma virtuosa do governo de muitos. Por outro lado, emprega o termo “oclocracia” (*oclos*: multidão, massa) para designar negativamente o “governo da multidão” (BOBBIO, 1985, p. 66-67).

governo por causa das injustiças cometidas pelos detentores do poder, é gerada a democracia; finalmente, da violência e do desprezo à lei inerentes a esta resulta no devido tempo a oclocracia. (Polib. *Hist.* VI, 4 - Trad. Mário da Gama Kury)

Contudo, para Políbio, a constituição romana era diferente. Ela continha o melhor dos três moldes, o que lhe conferia equilíbrio e, sobretudo, estabilidade. Dessa forma, a figura dos dois cônsules representava uma evolução do aspecto monárquico, pois tamanho poder e responsabilidade estavam devidamente equilibrados na medida em que um cônsul sempre podia opor-se ao outro, caso necessário. Por sua vez, o experiente Senado, formado por ex-magistrados, representava o aspecto aristocrático, responsável por elaborar leis, administrar os gastos públicos e servir de conselheiro para os cônsules. Finalmente, o povo, quando reunido nos comícios, desempenhava o papel democrático, pois cabia a ele decidir pela aprovação ou não das leis e pela escolha de todos os magistrados.<sup>30</sup>

De acordo com Bobbio (1985, p. 66), na obra *A Teoria das Formas de Governo*, o pensamento de Políbio está inserido em uma tradição filosófica que remonta a Heródoto, quando este apresenta o diálogo entre os três persas (Her. *Hist.* III, 80-82), passa por Platão e também Aristóteles. Essa tradição já reconhecia que as seis formas de governo, três boas e três más, se sucediam umas às outras ciclicamente. A grande contribuição de Políbio, prossegue Bobbio, foi apresentar e descrever essa sétima opção, a síntese das três formas boas, exemplificada pela Constituição Romana. Contudo, Bobbio (1985, p. 68) pondera:

Essa concepção da história é fatalista, no sentido de que a passagem de uma forma para a outra parece predeterminada, necessária e inderrogável; parece também natural, no sentido de estar prevista pela natureza das coisas, isto é, de estar implícita na própria natureza dos governos, que não podem deixar de sofrer o processo de transformação.

De maneira similar, é comum encontrar opiniões que colocam os conflitos políticos e sociais do final da República como os precursores inevitáveis do Império; ou, que o Principado de Augusto era a alternativa única e natural para recompor a paz social após décadas de guerra civil.<sup>31</sup> Não é a intenção deste capítulo propor uma reavaliação da queda da

---

<sup>30</sup> Um século depois, Cícero também exaltar a Constituição Romana no *De re publica*. E irá além: a Constituição Romana é a melhor porque é um governo misto e, ao mesmo tempo, o governo misto é o melhor dos governos porque foi elaborado e experimentado em Roma durante séculos (BOBBIO, 1985, p. 75). Sobre a perspectiva de Cícero, consultar também: ASMIS, E. *New Kind of Model: Cicero's Roman Constitution in De re publica* (2005) e OLIVEIRA, F. *As formas de constituição em Cícero* (2004).

<sup>31</sup> Como Scullard, *From the Gracchi to Nero* (2007); Christol e Nony, *Roma e seu Império* (1993); Canfora, *Júlio César: o ditador democrático* (2002).

República Romana; contudo, faz-se necessário pontuar a complexidade de alguns temas para se compreender o impasse político que tomou conta das discussões do Senado ao final do ano 50 AEC. Partindo, então, da análise de cada um dos pilares que sustentam esse modelo “ideal” de Constituição, será possível identificar os pontos de tensão dessa grande estrutura que forma o conjunto dos assuntos públicos romanos, a *res publica*. Com esse objetivo, dialogar-se-á tanto com autores modernos como antigos e, neste aspecto, a correspondência de Cícero revelará detalhes únicos a respeito das circunstâncias da ruptura constitucional que desencadeou na Guerra Civil de 49 AEC.

Cícero, que retorna do governo da Cilícia e a cada carta se aproxima mais de Roma e também de um conflito, descreve como as notícias eram repassadas, a força dos boatos e das informações inexatas; revela suas esperanças de glória assim como suas apreensões políticas; reflete sobre as posturas e condutas de César, de Pompeu, do Senado e ainda dos “homens de bem”, pilar de sua política conciliatória; acredita, até o fim, que a guerra pode ser evitada.

Este capítulo está dividido em três seções: na primeira, discute-se o complexo mecanismo de equilíbrio das instituições romanas e destacam-se os pontos de tensão inerentes ao sistema; a partir disso, explica-se o surgimento do acordo político que ficou conhecido como “o primeiro triunvirato” e o seu papel no impasse político uma década depois; na terceira seção, apresenta-se o desenrolar dos acontecimentos e das opiniões responsáveis por conduzir o impasse à luta armada.

### **3.1 As instituições romanas ao final da República**

A causa predominante do sucesso e de seu contrário em todos os assuntos relativos ao governo de um povo é a forma de sua constituição, pois dela, como de uma fonte, nascem não somente todos os desígnios e planos, mas a sua própria realização. (Polib. *Hist.* VI, 2 - Trad. Mário da Gama Kury)

Na introdução de seu artigo de 1956, “Violence in Roman politics”, Sherwin-White destaca que três atitudes ou escolas de pensamento tinham dominado os estudos sobre o final da República Romana até o momento. Segundo o autor, Mommsen e outros pesquisadores tentaram explicar a História Romana nos termos do século XIX; assim, o conflito entre *optimates* e *populares* tendeu a ser assimilado a outras formas de disputa política em países parlamentares, colocando-se em cena partidos e programas políticos. Entretanto, o problema principal foi que essa corrente interpretava a disputa política romana como um embate entre democratas e conservadores, termos estes que, segundo Sherwin-White, ainda eram muito utilizados na década de 1950.

De fato, mais de sessenta anos depois da constatação de Sherwin-White, o mecanismo que opõe “populares” a “conservadores” continua a predominar nas análises do mundo político romano.<sup>32</sup> Por um lado, reduzir o complexo (e por vezes obscuro) jogo de interesses políticos a uma disputa entre dois grupos antagônicos tem suas comodidades, e essa é uma das razões pela qual César ainda é idealizado como o chefe dum partido popular que luta, com o auxílio de seus fiéis tribunos da plebe, contra as prerrogativas e privilégios dum Senado conservador e elitista liderado ora por Catão, ora por Pompeu.

Por outro, algumas fontes estimulam essa interpretação (como Suetônio), e o próprio Cícero, de certa forma, é um dos responsáveis por isso. Deste, duas passagens são especialmente utilizadas para sustentar essa disputa antagônica: na primeira, pela voz de Lélcio, Cícero culpa Tibério Graco pela divisão do povo romano, até então unido, em duas partes: “Por outro lado, como vedes, a morte de Tibério Graco e já antes toda a natureza do tribunado dele dividiram o povo unido em duas partes” (Cic. *Rep.* I, 32).<sup>33</sup> Como consequência, continua Cícero, é como se tivessem surgido em Roma dois sóis, dois Senados e quase dois povos inimigos, numa alusão que caberia perfeitamente à sua época. Além desse trecho, outra passagem do *Pro Sestio* divide o corpo de cidadãos entre *optimates* e *populares*, mas esse aspecto já foi discutido no capítulo anterior. O ponto principal é que, excetuando-se o *Pro Sestio*, Cícero quase não utiliza os termos *optimates* e *populares*, que também estão ausentes em César e Salústio. Em geral, o que se encontra nesses autores são os termos *factio* e *partes* que sem dúvida remetem a uma divisão do povo romano ou dos grupos políticos, mas com uma conotação mais geral ou bem menos definida.

De volta a Sherwin-White, a segunda escola de pensamento realizou uma mudança de direção, colocando a tensão política nos generais e em suas ambições pessoais. Nessa linha de estudos, a oposição entre democratas e conservadores foi descartada como não apropriada e a história do final da República foi vista como uma procissão inevitável de grandes generais (*imperatores*), cada um suplantando o anterior: primeiro os Cipiões, seguidos por Mário, Sula, Pompeu e César. Por outro lado, pouca atenção foi dada ao movimento popular e, à exceção dos Gracos, os tribunos da plebe foram tratados como simples instrumentos desses generais. Como consequência, ainda de acordo com Sherwin-White, essa linha de pesquisa deu pouca

---

<sup>32</sup> Como exemplo, BRANDÃO, J. L. (coord.); OLIVEIRA, F. (coord.). História de Roma Antiga. Volume I: Das origens à morte de César (2015).

<sup>33</sup> *Nam ut videtis mors Tiberii Gracchi et iam ante tota illius ratio tribunatus divisit populum unum in duas partis.*

atenção às mudanças sociais em Roma, e dessa forma a sociedade romana anterior à Guerra Social era interpretada nos mesmos moldes da época de Cícero.<sup>34</sup>

Nesse meio tempo, continua Sherwin-White, uma nova escola foi se formando, que focava na organização das famílias aristocráticas: qual família era oposta a qual; quem se casava com quem; e termos como *clientela* e *factio* passaram a dominar a discussão. A política romana, portanto, passou a ser explicada em termos de uma complicada combinação de interesses familiares, e tudo o que acontecia nas assembleias ou no Senado estava sujeito a um determinismo de grupo. Assim, as famílias mobilizavam sua vasta clientela para aprovar certa lei ou decreto senatorial e se uniam para eleger esse ou aquele indivíduo cônsul. As duas escolas precedentes, reforça Sherwin-White, não ignoravam a importância dos arranjos familiares e todos sabiam por que Pompeu tinha se casado com a filha de César ou que a tia deste fora esposa de Mário; mas nunca antes tal preponderância havia sido dada aos mecanismos sociais da organização política. De qualquer forma, prossegue o autor, essa nova interpretação tinha também um foco direcionado à obtenção do poder, pois o objetivo desses arranjos familiares era assegurar o poder aos membros da família e, quanto maior o grupo, maior o poder que detinha.

Naturalmente, essas linhas de pesquisa influenciaram boa parte da produção acadêmica no século XX, e nem todos os pesquisadores se ativeram a uma única de suas correntes. Todavia, apesar da inegável contribuição que tiveram, essas correntes de pensamento produziram também algumas percepções fatalistas sobre o passado romano. Para ilustrar essas consequências, North (1990, p. 278-279), em seu artigo “Politics and aristocracy in roman republic”, chama a atenção para uma teoria da política romana que ele denomina estéril (*frozen waste*), mas que foi abertamente aceita por historiadores anteriores. Focando no período intermediário da República, North apresenta quatro conceitos que começaram a ser reavaliados nas últimas décadas: A- Roma era controlada por uma estreita oligarquia hereditária, firmemente definida e que raramente estava disposta a aceitar novas famílias em seu círculo; B- o sistema de voto dos *comitia* significava que os “melhores” votantes controlavam o processo tanto em relação à legislação quanto à eleição aos cargos públicos. Além disso, o comportamento dos eleitores era inteiramente determinado pelas relações pessoais de clientela ou de reciprocidade, sendo estes dois aspectos a base da estrutura de relacionamentos pessoais e familiares; C- a própria elite dirigente estava dividida em alianças

---

<sup>34</sup> Sherwin-White cita como exemplo a primeira edição da *Cambridge Ancient History* (1924-1939), editada por Frank Adcock e S. A. Cook, e a obra *Caesars Monarchie und das Principat des Pompejus* (1918), de Eduard Meyer.

antigas e estáveis, e essas alianças visavam objetivos e ideias políticas comuns; D- a legislação e a eleição de magistrados pelas assembleias era determinada por grandes grupos rivais que competiam entre si manipulando diferentes setores da sociedade, e a personalidade ou talento individuais dos candidatos tinham pouco ou nada a ver com o resultado final da votação.

Como citado acima, mas agora partilhando da conclusão apresentada por Sherwin-White, é inegável que todas essas visões contribuíram em muito para o conhecimento da política e sociedade romana; contudo, todas sofrem de certo defeito no método: cada década ou fase é explicada em termos da próxima, numa interpretação evolucionista que chega ao ponto do anacronismo. Nesse sentido, eventos não são estudados em relação às suas próprias características, mas são iluminados à luz do período posterior, e essa perspectiva está estreitamente ligada àquela concepção fatalista concebida por Políbio. Dessa forma, a seguir, faz-se necessário problematizar alguns aspectos políticos e sociais do sistema de votação romano e das competências do Senado e dos magistrados.

### **3.1.1 O povo romano que vota**

Assim, o direito ao voto não estava proibido a ninguém, e tinha mais força de voto quem tivesse mais participação na preservação do Estado. (Cic. *Rep.* II, 40)

De acordo com Christol e Nony (1993, p. 67), existiam em Roma três assembleias nas quais os romanos estavam agrupados de forma diferente e, conseqüentemente, decidiam assuntos diferentes: a assembleia das centúrias (*comitia centuriata*), das tribos (*comitia tributa*) e o conselho da plebe (*concilium plebis*). Primeiramente, faz-se necessário estabelecer uma distinção: o termo “assembleia”, do francês *assemble*, e o termo “comício”, do latino *comitium*, estão relacionados com o próprio ajuntamento de pessoas, do povo que vota no caso. Porém, seja pela concepção moderna do evento ou pela impressão gerada diante da antiga assembleia ateniense, tende-se a conceber uma assembleia como um local de deliberação e de decisão. Contudo, em Roma, os comícios tinham características particulares: segundo Nicolet (1992, p. 35), os cidadãos não escolhiam a questão pela qual eram interpelados e, principalmente, não deliberavam. Cada cidadão apenas respondia através de um “sim” ou de um “não” a uma pergunta (*rogatio*) que lhe era feita ou, no caso das eleições, escolhia um nome dentre os candidatos de uma lista previamente divulgada.

Além disso, os votos não eram contados individualmente, mas inseridos dentro de um agrupamento de votos. Cada agrupamento representava um número limitado e preciso de

indivíduos (centúrias ou tribos), e o resultado final dos votos em cada agrupamento é que era considerado como o voto do grupo. Assim, como esclarece Nicolet (1992, p. 33), cada indivíduo dava o seu parecer dentro de um agrupamento, mas o que seria considerado ao final era a opinião coletiva e única desse agrupamento. Dessa forma, contavam-se os votos das 35 tribos, tanto para os comícios de tribos (*comitia tributes*) quanto para os conselhos da plebe (*concilia plebis*) e ainda os votos das 193-194 centúrias para os comícios das centúrias (*comitia centuriates*). Portanto, sob a ótica eleitoral, todo cidadão romano pertencia simultaneamente a uma tribo e a uma centúria e votava coletivamente dentro dela.

Contudo, é necessário destacar que nem todos tinham a oportunidade de votar, pois os agrupamentos votavam seguindo uma ordem fixa e a votação era encerrada logo que se estabelecia uma maioria, ou seja, as últimas tribos e centúrias só votavam se houvesse necessidade de desempatar uma disputa acirrada. Além disso, o voto não era obrigatório e as fontes raramente indicam o número de votos e votantes. Por outro lado, Taylor (1949, p. 109) pondera que os cidadãos romanos que habitavam os municípios e as colônias não tinham o costume de ir a Roma para votar e, sem contar as dificuldades do deslocamento em si, um comício podia ser suspenso ou adiado por diferentes motivos.

Nicolet (1992, p. 34) destaca ainda que as assembleias romanas nunca se reuniam por vontade própria nem em dias fixos, cabendo sua convocação ser feita por um magistrado juridicamente competente e com uma ordem do dia precisa, respeitando-se o prazo fixo estabelecido entre a convocação e a reunião em si. Nesse sentido, Christol e Nony (1993, p. 68) acrescentam que era necessário observar o prazo de três mercados (27 dias) entre a convocação e a votação, e, nesse meio tempo, discutiam-se no *forum* as leis a serem aprovadas e afixava-se a lista dos candidatos aos cargos. Dessa forma, quando as fontes apresentam que algum magistrado tenha se desentendido com o Senado e levado uma lei diretamente à aprovação popular, é preciso considerar que esse processo não se dava da noite para o dia, ou seja, existia um intervalo de quase um mês para manobras e discussões políticas.

É necessário ainda considerar outro aspecto do sistema de votação em Roma. Todos os *comitia* romanos possuíam uma relação com o divino e não podiam ser realizados em dias considerados nefastos ou contrários à lei divina. Além disso, à exceção do conselho da plebe (*concilium plebis*), era forçoso consultar a vontade dos deuses antes de cada reunião do povo, e para isso realizavam-se sacrifícios e a leitura dos auspícios. Segundo Taylor (1949, p. 81-82), em teoria, os auspícios eram baseados no poder dos deuses em dizer ao povo se certas

ações estavam ou não de acordo com sua vontade. Assim, um sinal particular da reprovação divina e motivo de suspensão da votação era o surgimento de um raio ou o ressoar de um trovão; ataques epiléticos também foram utilizados como justificativa para o encerramento de votações.

Após essas considerações iniciais, como cada agrupamento de voto tinha finalidades específicas, faz-se imprescindível desdobrar as competências de cada um, pois frequentemente são tomados como equivalentes. Ademais, as reuniões do povo romano, cada uma em sua particularidade, irão se transformar em palco onde travar-se-ão inúmeras disputas políticas.

#### I- A organização das centúrias:

A divisão das centúrias espelhava o poder econômico dos cidadãos e possuía uma relação íntima com a organização militar do povo romano, pelo menos até a reforma instituída por Mário ao final do século II AEC. Segundo Nicolet (1992, p. 29-30), existiam 5 classes censitárias que abarcavam um total de 193 centúrias ou unidades de voto. A cada classe censitária correspondia um determinado armamento e idade, isto é, as despesas com equipamento, o posto e a função militar no campo de batalha. Dessa forma, existiam 18 centúrias de cavaleiros que ocupavam o topo da hierarquia, seguidas pelas demais 175 centúrias de infantas, operários (*fabri*) e músicos (*cornicines* e *tubicines*) distribuídas em cinco classes. Além disso, em todas as classes existia uma diferenciação entre centúrias de combatentes ativos (*iuniores*, cuja idade ia dos 17 aos 45 anos) e de combatentes da reserva (*seniores*, cuja idade ia dos 46 aos 60 anos).

O efetivo de eleitores em cada centúria variava enormemente. Referindo-se ao período dos Cipiões, Cícero afirmava que uma única centúria continha mais cidadãos que toda a primeira classe junta. Apesar dessa desigualdade, continua Cícero, o mais importante era que ainda assim o direito de participar das decisões públicas estava aberto a todos, mesmo que o voto de muitos cidadãos contasse pouco na decisão final:

*Reliquaque multo maior multitudo sex et nonaginta centuriarum neque excluderetur suffragiis, ne superbum esset, nec ualeret nimis, ne esset periculosum [...] Illarum autem sex et nonaginta centuriarum in una centuria tum quidem plures censebantur quam paene in prima classe tota. Ita nec prohibebatur quisquam iure suffragii, et is ualebat in suffragio plurimum, cuius plurimum intererat esse in optimo statu ciuitatem. (Cic. Rep. II, 39-40)*

E a multidão muito maior das 96 centúrias restantes não estava excluída do voto, a fim de que não existisse soberba, nem era suficientemente forte, a

fim de que não existisse perigo. [...] Dentre aquelas 96 centúrias, porém, naquela época certamente estava recenseado um número maior de pessoas em uma única centúria do que em quase toda a primeira classe junta. Assim, o direito ao voto não estava proibido a ninguém, e tinha mais força de voto quem tivesse mais participação na preservação do Estado.

Contudo, como evidencia Nicolet, essa divisão poderia parecer incompreensível se não se considerar que as centúrias, naquela época, correspondiam não apenas a um sistema de recrutamento, mas serviam também de base para a cobrança de impostos; daí a sua força de representação e o seu poder de voto. Dessa forma, esse efetivo desigual implicava, conseqüentemente, em uma responsabilidade diferenciada:

A igualdade de prestação é um resultado final, não é uma situação inicial. Em suma, cada centúria tem de fornecer o mesmo número de homens, a mesma fração do imposto total, e dar um parecer que conta por “um voto”. Como os ricos, nas suas centúrias, eram muito menos numerosos do que os pobres, o seu tributo (em sangue e em dinheiro) era automaticamente mais importante e mais frequente (NICOLET, 1992, p. 29-30).

Essa justificativa perdeu parte da sua razão de ser no século I AEC, pois tanto o sistema de recrutamento militar sofreu uma verdadeira revolução, como a cobrança de impostos foi suavizada graças aos tributos oriundos das novas províncias. Entretanto, outras questões surgiram em consequência disso e serão apontadas posteriormente.

Segundo Christol e Nony (1993, p. 67), os *comitia centuriates* reuniam-se no Campo de Marte, fora dos muros da cidade, e elegiam: os magistrados superiores com *imperium*, os únicos que poderiam comandar exércitos, como os cônsules e pretores; os censores, responsáveis pela manutenção do sistema de votação; declaravam também a guerra contra os outros povos e recebiam os julgamentos de apelação do povo, especialmente os que envolviam acusações capitais. Com base na descrição oferecida por Tito Lívio (Tit. *Ab.* I, 43), Christol e Nony dividem a ordem de votação da seguinte forma: em primeiro lugar, votavam as 18 centúrias de cavaleiros, seguidas das 80 centúrias (40 *seniores* e 40 *iuniores*) da primeira classe, sendo que o capital declarado necessário para pertencer a este grupo era de 100 mil sestércios; a segunda classe, de capital de 75 mil sestércios e composta por apenas 20 centúrias (10 para cada faixa etária) votava em seguida; entre a segunda e terceira classe estavam inseridas 2 centúrias de operários;<sup>35</sup> a seguir, vinha a terceira classe com 20 centúrias (10 por faixa etária) de capital de 50 mil sestércios, seguida de outras 2 centúrias de músicos;

---

<sup>35</sup> Lepta e os engenheiros do exército de Cícero deveriam pertencer a estas centúrias (Cic. *Att.* VI, 8 - Epístola 01, p. 266).

finalmente, votavam a quarta classe (25 mil sestércios) e a quinta classe (11 mil sestércios), que possuíam respectivamente 20 e 30 centúrias cada igualmente divididas entre *seniores* e *iuniores*; por último, votava uma única centúria, provavelmente aquela citada por Cícero, abrangendo todos os que não tinham capital declarado e verificado pelos censores.<sup>36</sup>

Diante dessa enorme estrutura eleitoral, frequentemente se destaca que, em teoria, bastavam os votos dos cavaleiros e das centúrias da primeira classe para obter-se uma maioria (98/193), o que encerrava o processo de votação das magistraturas mais importantes, os 2 cônsules e os 8 pretores.<sup>37</sup> Esse dado normalmente é apresentado para explicar como as grandes famílias manipulavam o processo eleitoral impedindo que indivíduos de outras famílias conquistassem magistraturas importantes e ingressassem na nobreza (*nobilitas*). De fato, matematicamente, o raciocínio é válido, mas é preciso considerar também outros indícios que apontam que as disputas eleitorais não estavam tão determinadas assim. Nesse sentido, a própria corrupção eleitoral pode ser utilizada para demonstrar que o pleito era decidido por uma margem mais ampla de votos. Segundo Taylor (1949, p. 68), o suborno, isto é, a compra de votos, era o crime eleitoral mais comum, e nenhuma lei conseguiu extirpar o problema. Como exemplo, a autora cita que, em 54 AEC, todos os candidatos ao consulado estavam sendo acusados e processados pela prática.

Outro exemplo é que tanto Pompeu como Cícero reconhecem como certa a vitória de César caso sua candidatura seja reconhecida em 49 AEC, apesar de toda a oposição senatorial contra ele (Cic. *Att.* VII, 8 - Epístola 10, p. 314). Considerando que o peso da votação não viria da força numérica da população mais pobre, deve-se reconhecer que César tinha considerável apoio não apenas entre os cavaleiros, mas em todas as classes censitárias, como pondera Cícero (Cic. *Att.* VII, 7 - Epístola 09, p. 308). Dessa forma, apesar da massa da população ter pouca força de voto por estar inserida numa única centúria, não se pode afirmar que o poder de decisão era firmemente controlado por uma elite oligárquica.

## II- A organização das tribos:

A divisão das tribos, por sua vez, se processava por meio de outra lógica. De acordo com Nicolet (1992, p. 33), a tribo representava uma repartição antiga do povo romano que

---

<sup>36</sup> O efetivo apresentado por Tito Lívio (194 centúrias) difere ligeiramente daquele de Cícero (193 centúrias); os valores são simbólicos e por vezes apresentados como sestércios ou asses. Tito Lívio e Cícero, porém, utilizam um termo que se refere a moedas de cobre (*centum milium aeris*).

<sup>37</sup> Segundo Broughton (1952), é difícil precisar o número total de pretores eleitos a cada ano. Além da frequente omissão das fontes, que torna impossível reconstituir todos os nomes, em determinados períodos aparecem números ainda maiores. Existe a hipótese de que esse número pudesse variar a cada ano de acordo com as necessidades do Senado, em especial, para a nomeação de governadores provinciais.

correspondera à distribuição territorial e humana das famílias em algum momento remoto do passado. O seu número foi gradativamente ampliado e, nos últimos séculos da República, os romanos estavam divididos em 35 tribos: 4 representavam a população urbana enquanto as demais 31 concentravam as famílias que viviam nas terras ao redor da cidade. Todavia, faz-se pouca ideia do efetivo de cada tribo ou de sua organização e por isso existe espaço para muitas conjecturas.<sup>38</sup>

Nesse sentido, Taylor (1949, p. 53) pondera que a maioria da população residente em Roma estava registrada nas 4 tribos urbanas por não possuir terras; já senadores, cavaleiros, pequenos e grandes proprietários de terras estavam inseridos nas 31 tribos rústicas. Mais uma vez, é muito provável que o voto do eleitor de uma tribo rústica tivesse mais peso que o da urbana. Além disso, prossegue Taylor, os pequenos proprietários foram perdendo gradativamente suas terras ao longo do século II AEC, em parte, por não conseguirem cuidar de suas culturas durante as longas ausências, e o poder de voto ficou ainda mais concentrado nas tribos rústicas. Todavia, essa estrutura sofreu uma mudança radical após a distribuição dos novos cidadãos após a Guerra Social, como será comentado à frente.

Finalmente, Christol e Nony (1993, p. 75) informam que os *comitia tributes* eram presididos por um cônsul, pretor ou, ocasionalmente, por um edil curul que pudesse consultar os auspícios. A sua competência envolvia aprovar os projetos de lei e eleger os magistrados sem *imperium*, como edis, questores e tribunos militares.

### III- Ponto de tensão: o Conselho da Plebe

Segundo Tito Lívio (Tit. *Ab.* II, 58), o Conselho da Plebe (*concilium plebis*) passou a utilizar a mesma organização por tribos em suas votações, contudo só os plebeus participavam dele. As informações sobre estes são obscuras, a começar pela própria definição de quem formava a plebe romana no começo da República. Além disso, de acordo com Ferraz (1989, p. 57), a divisão entre patrícios e plebeus foi perdendo sua força opositora à medida que os plebeus conquistaram gradualmente certa equiparação de direitos. Mais uma vez, apesar de votarem no sistema de tribos, não se sabe como se dava sua repartição ou se os novos cidadãos italianos também passaram a formar parte da plebe.

---

<sup>38</sup> Tito Lívio (Tit. *Ab.* I, 43) credita a divisão inicial ao rei Sêrvio Túlio, que dividiu as regiões habitadas e colinas de Roma em 4 partes e nomeou-as de “tribos” (*tribus*), termo que o autor acreditava estar vinculado à palavra “tributo” (*tributum*). Nesse mesmo trecho, Tito Lívio afirma que o número de tribos na sua época era de 35. Para aprofundar essa questão, recomenda-se a obra de Taylor (2013), atualizada por Jerzy Linderski, *The voting districts of the Roman republic: the thirty-five Urban and Rural tribes*.

Por outro lado, a distinção entre patrícios e plebeus sem dúvida continuou a existir, como atesta o processo de adoção de Clódio, mas, do ponto de vista econômico, algumas famílias plebeias eram tão ricas quanto as patrícias. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que muitas famílias plebeias se tornaram ilustres, famílias patrícias deixaram de existir ou acabaram por se misturar com as plebeias. Segundo Taylor (1949, p. 26-27), algumas famílias patrícias que ainda se destacavam ao final da República eram a dos Cláudios, dos Emílios, dos Cornélios e dos Valérios; simultaneamente, casas plebeias tornaram-se ilustres, como as dos Múcios Cévolas, dos Licínios, dos Catulos, dos Domícios Enobardos, dos Lívios Drusos, dos Pórcios Catões e dos Cecílios Metelos.

Seja como for, segundo Christol e Nony (1993, p. 67), os *concilia plebis* se reuniam dentro da cidade, no *forum*, e elegiam os tribunos e os edis da plebe, que deveriam ser plebeus; além disso, votavam leis propostas pelos próprios tribunos da plebe. Inicialmente, de acordo com Ferraz (1989, p. 57-58), um plebiscito (*plebiscitum*) que era aprovado no Conselho da Plebe possuía força de lei, porém se aplicava apenas à própria plebe. No entanto, a partir de 287 AEC, com a aprovação da *Lex Hortensia de plebiscitis*, os plebiscitos passaram a vincular todos os romanos. Com isso, os tribunos da plebe passaram a ter o direito de convocar o Senado para apresentar e discutir as propostas que seriam submetidas à votação da plebe.

Nesse sentido, a tradição ditava que todas as propostas de lei deveriam ser primeiramente discutidas no Senado para depois serem apresentadas ao povo, seja no Conselho da Plebe ou no Comício das Tribos. Essa prescrição, entretanto, nem sempre foi observada e por diversas vezes tanto cônsules como tribunos encaminharam propostas para votação sem a aprovação senatorial, gerando tensão política. Para polarizar ainda mais a situação, a votação no Conselho da Plebe automaticamente excluía parte do corpo de cidadãos, especificamente aqueles pertencentes às famílias patrícias.

Ainda assim, vale lembrar que a votação era decidida por maioria de unidades de voto, não por indivíduos. A grande plebe urbana, muitas vezes rotulada como “massa de manobra de políticos inescrupulosos”, estava inserida em apenas quatro tribos e possuía pouco poder de decisão. No entanto, não se deve subestimar o poder de mobilização da população urbana de Roma especialmente quando liderada em suas reivindicações por tribunos da plebe mais enérgicos, como Clódio demonstrou por quase toda a década de 50 AEC. Essa parcela da população, geralmente premida pela falta de recursos e pelas dívidas, possuía outros meios de se fazer presente além das assembleias eleitorais.

Em resumo, cônsules e pretores eram eleitos numa votação que tinha por base critérios econômicos e militares (centúrias), assim como as decisões especiais como as declarações de guerra e as apelações capitais. Já os magistrados menores (questores e edis) e todas as leis (*leges*) eram aprovados mediante uma votação que tinha critérios geográficos (tribos), mas ainda assim econômicos. Espelhando-se nessa última, mas excluindo as famílias patrícias e possivelmente os demais cidadãos não plebeus, existia uma outra votação que elegia os magistrados e aprovava as demandas da plebe (plebiscitos); estes últimos tinham força de lei e frequentemente se imiscuíam com os assuntos gerais do Estado.

Apesar de complexa, essa grande estrutura funcionava de maneira natural e orgânica: as eleições ocorriam todos os anos, em períodos diferentes, e todos os cidadãos estavam agrupados em unidades de voto que refletiam o caráter e critério de cada votação. É por isso que, dentro dessa ordenação, qualquer proposta de reforma agrária ou ampla concessão de cidadania tinha o potencial de afetar a dinâmica dos grupos de votação. Daí a relutância dos romanos em conceder cidadania a seus aliados, o que contribuiu para a Guerra Social; poder-se-ia dizer o mesmo da forte oposição às reformas agrárias e das distribuições de terras aos veteranos, mas aí residem também outros fatores econômicos.

### 3.1.2 O Senado e os magistrados

Nós, aqui, estamos envolvidos em uma situação política humilhante, infeliz e comutável. Acredito, de fato, que tenhas ouvido que nossos cavaleiros estiveram a ponto de se afastar do Senado. (Cic. *Att.* I, 17, 8)

#### I- O Senado:

Na obra *Roma e os romanos*, Bornecque e Mornet (1976, p. 97-99) afirmam que o Senado, na sua origem, fora uma reunião dos chefes de família (*patres*) que aconselhava os reis tanto em assuntos políticos quanto religiosos; durante a República, passou a ser composto por ex-magistrados de diferentes níveis, e o conjunto de senadores, também chamados de *patres conscripti*, teve uma influência preponderante na condução dos assuntos públicos.

Esse papel de liderança na vida pública se devia a algumas prerrogativas da instituição. Com efeito, o Senado podia emitir decretos (*senatusconsultum*) de força executiva, declarar qual a sua vontade diante de determinado assunto (*senatus auctoritas*) e, ainda, propor e discutir projetos de lei para serem apresentados nos *comitia* pelos cônsules ou pretores (MONIZ, 2001, p. 611). Competia também ao Senado fixar a data das eleições, designar os governadores das províncias, mediar os assuntos estrangeiros e administrar as finanças do Estado.

Seu efetivo foi de cerca de 300 membros durante a maior parte da República; passou a 600 após a reforma administrativa de Sula em 82-81 AEC; e atingiu a cifra de 900 durante a ditadura de César. De acordo com Taylor (1949, p. 3), o recrutamento para o Senado não era baseado em rendas ou propriedades, mas por meio do exercício das magistraturas; conseqüentemente, isso impunha dentro da própria instituição uma hierarquia baseada no cargo exercido: em ordem decrescente, censores, cônsules, pretores, edis, tribunos da plebe e questores. Dessa forma, nas suas reuniões, nenhum senador discursava de própria vontade e seu parecer (*sententiam dicere*) era demandado pelo presidente da sessão,<sup>39</sup> respeitando-se a ordem hierárquica. Cada senador tinha então o dever de se manifestar e podia falar pelo tempo que desejasse; frequentemente, entretanto, não havia tempo hábil para que todos se manifestassem, pois as reuniões sempre se encerravam ao cair da noite.<sup>40</sup> Após a devida apreciação da matéria em discussão, que por vezes se arrastava por outras sessões, os senadores finalmente procediam à votação. Segundo Bornecque e Mornet (1976, p. 99), esta era dada por separação (*discessio*), com os senadores se agrupando em cada lado da sala conforme eram a favor ou contra a proposta.

Assim como os magistrados, os senadores não recebiam nenhuma gratificação pública. Além disso, por representarem o Estado, os senadores estavam impedidos de pleitear contratos junto à administração pública, como a execução de obras ou arrecadação de impostos. Apesar da *lex Claudia* de 218 AEC ter proibido os senadores de tomarem parte em atividades comerciais, eles conseguiam se esquivar desse embargo empregando familiares, amigos e até mesmo libertos para agirem em seu nome (BORNECQUE e MORNET, 1976, p. 85; CHRISTOL e NONY, 1993, p. 95; LE GLAY et al, 2009, p. 108). Cícero também se utilizou dessa estratégia durante a sua permanência na Cilícia (Cic. *Att.* VII, 7, 1 – Epístola 09, p. 308)

Finalmente, também conhecido por encarnar e preservar o costume dos antepassados (*mos maiorum*), o Senado é associado ao partido conservador por muitos estudiosos. Contudo, não se deve perder de vista que ele próprio estava dividido em diferentes grupos de interesse que podiam se alinhar ou não diante das propostas colocadas em debate. Essa heterogeneidade fica evidente na correspondência de Cícero, principalmente quando comenta sobre assuntos controversos colocados em pauta, como a revisão dos contratos de impostos da província da

---

<sup>39</sup> Vale destacar que o Senado não se reunia de forma espontânea e apenas mediante convocação de algum magistrado competente, que ficava encarregado de presidi-lo durante aquela sessão.

<sup>40</sup> Cícero se mostra inseguro ao ponderar qual seria o seu parecer sobre a candidatura de César diante de um Senado claramente dividido (Cic. *Att.* VII, 1; VII, 3; VII, 7 – Epístolas 3, 5 e 9, p. 274, p. 290, p. 308, respectivamente).

Ásia (62 AEC) ou da nomeação de um sucessor para César (50 AEC). Ambos serão comentados mais à frente devido a sua importância para o presente estudo.

## II- Os magistrados:

Os magistrados romanos eram eleitos para desempenhar suas funções pelo período de um ano, excetuando-se os censores, que geralmente permaneciam em seus cargos durante cinco anos. De forma geral, existia uma “carreira das honras” (*cursus honorum*) que os candidatos tinham de percorrer para poder disputar o cargo mais cobiçado, o consulado. Apesar das exceções, ela parece ter se mantido até o final da República: primeiro se elegia questor, em seguida edil, pretor, cônsul e censor. Sula, durante sua reforma administrativa, tentou restaurar essa exigência hierárquica e prescreveu igualmente uma idade mínima para cada cargo.<sup>41</sup> Em momentos de crise, entretanto, este percurso podia não ser observado: Pompeu, que não tinha exercido nenhuma magistratura, aproveitou-se de sua popularidade e da celebração de seu segundo triunfo militar para se eleger cônsul em 71 AEC; Caio Mário, sete vezes cônsul, obteve quatro reeleições entre 104 e 101 AEC; aos 19 anos, Otaviano se tornou senador e, à frente de oito legiões, foi nomeado cônsul em 43 AEC.

Em geral, as eleições ocorriam no verão e os novos magistrados designados só assumiam suas funções no início do ano seguinte, excetuando-se os tribunos da plebe, que assumiam em dezembro do mesmo ano. Segundo Christol e Nony (1993, p. 69), os magistrados possuíam *potestas*, uma prerrogativa e ao mesmo tempo uma espécie de autoridade, que lhes permitia aplicar o direito mesmo que pela coerção física. Como exemplo, cônsules e pretores eram acompanhados por um número de litores que, carregando os *fasces*, abriam caminho a sua frente afastando os transeuntes.

Dessa forma, o exercício das magistraturas não era apenas sinônimo de poder, mas também de *status* social, como comenta Nicolet:

O acesso às magistraturas [...] não é apenas uma carreira: é também geradora de estatuto, ou seja, determina não só a influência e o poder mas também, por assim dizer, a “dignidade”, as prioridades hierárquicas oficiais, o quadro jurídico das condições sociais. Em suma, modela e organiza, em muito grande parte, a vida social. [...] É certo que, na sociedade romana, para lá dessa organização por estatutos jurídicos e por “ordens”, se pode descobrir outras divisões, outras estruturas: a economia, a riqueza, a estirpe ou o parentesco também tinham sua importância. Mas nada é tão constante, tão

---

<sup>41</sup> Taylor (1949, p. 29-32) apresenta uma descrição detalhada tanto dos cargos quanto de todo o processo eleitoral a ser percorrido por um jovem romano que ambicionava o consulado. Também é muito interessante a leitura do *Breviário de uma campanha eleitoral (Commentariolum Petitionis)*, atribuído a Quinto Cícero.

coercivo - tão oficial, sobretudo - como essa hierarquização política da sociedade que, em todos os protocolos, coloca o cônsul acima do pretor e distribui pelas famílias do *establishment*, em função do número de antepassados celebradores de triunfos ou de classe censória, todos os graus, meticulosamente calculados, de “nobreza” ou de “não nobreza”. (NICOLET (1992, p. 45)

Em especial, cônsules e pretores eram os únicos a dispor de comando militar (*imperium*), capazes então de recrutar e comandar exércitos assim como de nomear oficiais (*legatos*) e celebrar triunfos militares.<sup>42</sup> Enquadravam-se também nessa categoria os governadores de província, escolhidos entre antigos cônsules e pretores. Entretanto, por motivo de segurança interna, Sula instituiu que os magistrados com *imperium* não poderiam entrar em Roma e que os exércitos não poderiam permanecer estacionados na Itália, salvo durante a celebração de um triunfo militar.<sup>43</sup>

Esta é a razão pela qual César tentou obter, em dois momentos distintos (60 e 50 AEC), a permissão para disputar as eleições ao consulado estando ausente de Roma; igualmente, tanto Cícero como Pompeu não puderam participar pessoalmente das reuniões no Senado quando do estopim da guerra: o primeiro aguardava a aprovação de seu triunfo pela campanha militar na Cilícia; o segundo estava investido de dois comandos extraordinários, o governo das Hispânicas e o abastecimento de trigo para Roma.

Em resumo, cônsules e pretores tinham atribuições políticas, administrativas e militares: podiam convocar e presidir o Senado, conduziam as votações dos *comitia* e comandavam os exércitos. Além disso, cabia aos cônsules executar as leis votadas e os decretos do Senado; aos pretores, exercer a jurisdição sobre cidadãos e estrangeiros e presidir os tribunais criminais. Finalmente, todos os magistrados possuíam imunidade jurídica e não podiam ser processados durante o exercício de seu mandato (BORNECQUE e MORNET, 1976, p. 89). Esse último aspecto pode ter sido um dos pontos determinantes para o impasse político que resultou na Guerra Civil e será explorado no final do capítulo.

Já os dez tribunos da plebe possuíam *potestas* e outras prerrogativas que os colocavam no mesmo nível dos cônsules, mas sua jurisdição era restrita a Roma e a poucos quilômetros ao redor dela. Nesse sentido, de acordo com Ferraz (1989, p. 95-97), um tribuno da plebe não podia se ausentar da cidade por mais de um dia inteiro. Além disso, o tribuno da plebe era uma figura inviolável; não podia ser impedido ou coagido, ao mesmo tempo em que podia

---

<sup>42</sup> Para equilibrar esse poder, como citado na seção anterior, competia ao Senado autorizar esse recrutamento e determinar o contingente militar dos generais.

<sup>43</sup> Afinal, fora o próprio Sula quem primeiro invadiu Roma na primeira guerra civil.

impedir a prisão ou coerção de qualquer cidadão; ademais, os tribunos podiam apelar da decisão de um tribunal e levar o caso para aprovação no Conselho da Plebe.

### III- Ponto de tensão: a oposição entre os magistrados e o *senatusconsultum ultimum*

Considerando que os magistrados que ocupavam o mesmo cargo dividiam entre si as funções e as responsabilidades das quais estavam investidos, em teoria, qualquer um deles tinha o direito de se opor (*prohibitio*) ou de anular (*intercessio*) uma decisão de seu colega ou de outro magistrado abaixo dele na hierarquia. Dessa forma, um cônsul podia vetar a decisão de um colega ou anular uma medida de magistrados abaixo dele, e assim sucessivamente. Contudo, os tribunos da plebe possuíam prerrogativas especiais e só podiam ser confrontados por outros tribunos; mas, ao mesmo tempo, podiam se opor aos demais magistrados, inclusive aos cônsules e pretores. Assim, como de fato ocorreu em inúmeras ocasiões, um tribuno podia vetar propostas apresentadas por um cônsul e ter sua própria atuação impedida por um colega de tribunado.

No ambiente das discussões públicas, é natural que nem sempre haja consenso acerca das medidas adotadas. Assim a validade, interpretação e competência dos vetos eram debatidas no Senado. Contudo, até que se chegasse a um consenso, o assunto em questão permanecia travado. É por essa razão que o tribuno da plebe Curião conseguiu evitar que o Senado designasse um sucessor para César durante todo o ano de 50AEC. De certa maneira, a oposição entre os magistrados, que depois era mediada pelo Senado, conferia equilíbrio ao sistema e impedia a adoção de medidas unilaterais que pudessem prejudicar o Estado. Conseqüentemente, essa espécie de supervisão que os magistrados exerciam sobre si transformava-se num jogo político que movimentava inclusive a pré-campanha eleitoral: grupos de interesse podiam se aliar para favorecer determinado candidato ao consulado ou tribunado na expectativa de que ele, sendo eleito, pudesse se opor ao outro candidato da “oposição”. Essa relação ficou evidente tanto no tribunado dos Gracos como no período em que se tentou nomear um sucessor para o proconsulado de César e será explorada mais à frente.

Em algumas ocasiões, entretanto, o impasse gerado pelo veto, especialmente o tribúncio, desencadeava uma completa ruptura política. Se a falta de acordo era total, o Senado podia então declarar um estado de emergência que interrompia todas as garantias constitucionais e entregava a salvaguarda do Estado aos cônsules. Essa medida extraordinária, conhecida como *senatusconsultum ultimum*, fora utilizada pela primeira vez em 122 AEC

contra o tribuno Caio Graco. Da mesma forma, Cícero cônsul aproveitou-se da medida para executar os catilinários em Roma sem o devido processo legal em 63 AEC; igualmente, em 7 de janeiro de 49 AEC, os cônsules expulsaram alguns tribunos da sessão do Senado e declararam César inimigo público.

Finalmente, existia ainda outro tipo de obstrução que podia afetar diretamente o funcionamento dos comícios. De acordo com Bornecque e Mornet (1976, p. 89), mesmo os magistrados inferiores como questores e edis podiam fazer uso de suas prerrogativas religiosas, como a leitura e observação dos auspícios, para encerrar uma votação sob alegação de maus presságios. Nesse aspecto, Taylor (1949, p. 81-82) afirma que o uso desse tipo de obstrução religiosa, *obnuntiatio*, parece ter aumentado consideravelmente no final da República e frequentemente substituía o poder de veto, talvez porque a prática desse último pudesse incorrer em violência. Ainda segundo a autora, durante o seu tribunado, Clódio tentou limitar essa tática proibindo a *obnuntiatio* e a observação do céu (*spectio*) depois que a assembleia já estivesse reunida. Esta proibição, contudo, parece não ter durado e a *obnuntiatio* continuou a ser utilizada nos anos seguintes.

#### IV- Ponto de tensão: gerais e o apoio do exército

Não se pode deixar de mencionar que a disputa entre os próprios magistrados pelo comando das operações militares foi outro grande fator de tensão. A guerra contra povos estrangeiros era uma disputada fonte de prestígio, renome e, principalmente, riquezas para os gerais. Essa questão, entretanto, está intimamente ligada à própria organização do exército romano, que sofreu uma verdadeira revolução ao final do século II AEC. Em poucas palavras, à medida que o domínio romano se expandiu pelo Mediterrâneo e as guerras se tornaram mais longas, o sistema de recrutamento baseado nas centúrias entrou em colapso. Os soldados, que também eram agricultores, foram enviados cada vez mais para longe de suas terras e, conseqüentemente, permaneciam demasiado tempo no exterior. Suas famílias, que assim não conseguiam cultivar adequadamente os campos, endividavam-se e acabavam por vender seus lotes aos grandes proprietários que empregavam largamente o trabalho escravo. Quando retornavam das campanhas militares, os soldados enfrentavam ainda uma segunda luta contra o endividamento e a perda das propriedades. Nesse contexto, é célebre o discurso de Tibério Graco, reproduzido por Plutarco:

[...] ὡς τὰ μὲν θηρία τὰ τὴν Ἰταλίαν νεμόμενα καὶ φωλεὸν ἔχει καὶ κοιταῖόν ἐστιν αὐτῶν ἐκάστῳ [5] καὶ καταδύσεις, τοῖς δὲ ὑπὲρ τῆς Ἰταλίας

μαχομένοις καὶ ἀποθνήσκουσιν ἀέρος καὶ φωτός, ἄλλου δὲ οὐδενὸς μέτεστιν, ἀλλ' ἄοικοι καὶ ἀνίδρυτοι μετὰ τέκνων πλανῶνται καὶ γυναικῶν, οἱ δὲ αὐτοκράτορες ψεύδονται τοὺς στρατιώτας ἐν ταῖς μάχαις παρακαλοῦντες ὑπὲρ τάφων καὶ ἱερῶν ἀμύνεσθαι τοὺς πολεμίους: οὐδενὶ γάρ ἐστιν οὐ βωμὸς πατρῶος, οὐκ ἥριον προγονικὸν τῶν τοσοῦτων Ῥωμαίων, ἀλλ' ὑπὲρ ἀλλοτρίας τρυφῆς καὶ πλοῦτου πολεμοῦσι καὶ ἀποθνήσκουσι, κύριοι τῆς οἰκουμένης εἶναι λεγόμενοι, μίαν δὲ βῶλον ἰδίαν οὐκ ἔχοντες.

Se por um lado cada um dos animais na Itália têm sua própria toca e caverna para passar a noite, os homens que lutam e morrem pela Itália não têm nada além do ar e da luz, mas, desabrigados e nômades, perambulam com seus filhos e suas mulheres. Os generais mentem aos soldados e os encorajam nas batalhas para defender dos inimigos os sepulcros e os santuários, pois a maioria dos romanos não tem nenhum altar paterno nem túmulo ancestral. Eles lutam e morrem pelo luxo e pela riqueza alheia, dizem ser senhores do mundo, mas não têm um torrão de terra. (Plut. *Tib.* IX, 4-5 – Trad. Nathalia Thomazella)

Junto a esse contexto de baixo efetivo militar, surgiu uma ameaça de invasão da Itália pelos Cimbrós e Teutões em 105 AEC, momento em que a maior parte das forças romanas ainda lutava no norte da África contra Jugurta, rei da Numídia. Essa situação fez com que o cônsul Caio Mário alterasse a forma de recrutamento. Segundo Christol e Nony (1993, p. 111), Mário retirou o critério censitário que organizava o exército e assim recrutou cidadãos voluntários sem renda, fazendo com que o Estado fosse o responsável por arcar com o seu armamento. Em contrapartida, concluem os autores, o emprego de grande número de cidadãos pobres acabou por modificar o espírito do exército, já que estes novos soldados encontravam no serviço militar não apenas uma renda mensal mínima, mas também um meio de promoção social e de participação nos lucros da guerra.

Essa é uma das explicações apontadas pelos estudiosos para justificar o fato de que, vinte anos depois da reforma militar, um cônsul rebelde (Sula), convencendo suas tropas de que o Senado tramava contra si e contra os interesses do povo romano, conduziu seus soldados contra Roma, em duas ocasiões, e finalmente fez-se ditador por dois anos. Sula foi o primeiro, mas como será abordado a seguir, o seu precedente inspirou outros movimentos de sedição. Por outro lado, o soldado romano, que nos primórdios lutava pela defesa de sua terra e pela manutenção do Estado, tornou-se influenciável pelas promessas de compensações financeiras de seus generais.

### 3.1.3 Décadas de instabilidade política e social

Nesse momento, com grande perigo para o Estado, homens combatem pelo poder pessoal. (Cic. *Att.* VII, 3 – Epístola 05, p. 290)

Com base nas considerações apontadas até o momento, segue-se uma explanação dos principais eventos a fim de auxiliar a contextualização da situação política e social romana do final da década de 50 AEC.<sup>44</sup>

#### I- A crise dos Gracos (133-121 AEC):

Pertencente a uma ilustre família plebeia (*gens Semprónia*), o tribuno da plebe Tibério Graco apresentou uma proposta de reforma agrária logo no início do ano 133 AEC. Como boa parte das terras públicas oriundas das conquistas romanas na Itália (o *ager publicus*) era administrada por grandes proprietários, Tibério pretendia criar uma comissão para distribuir essas terras aos cidadãos romanos mais pobres, respeitando-se um limite por família. A posse dos terrenos continuaria pertencendo ao Estado e os novos arrendatários pagariam uma taxa de utilização ao tesouro. O projeto de lei dividiu as opiniões e, no dia da votação, Tibério recebeu um veto de seu colega Otávio. Aproveitando-se então de que o povo já estava reunido, Tibério propôs ao Conselho da Plebe que seu colega fosse destituído do cargo, um recurso nunca antes utilizado. Com a aprovação dessa medida, aprovou-se também a lei agrária logo em seguida.

A comissão foi formada e teve início a execução da reforma. Para garantir a continuidade dos trabalhos, Tibério apresentou-se como candidato à reeleição ainda no mesmo ano. Novamente houve grande oposição e debates, pois a reeleição para o tribunado não era inconstitucional, mas também não era prevista. No dia da eleição, contudo, um início de desordem pública acabou transformando-se em massacre quando o Pontífice Máximo liderou um grupo de homens armados ao *forum* para defender as tradições romanas (*mos maiorum*). Tibério e um grande número de apoiadores foram mortos e a comissão agrária foi posteriormente paralisada.

Quase dez anos depois, Caio Graco, irmão de Tibério, foi eleito também tribuno da plebe para o ano 123 AEC e apresentou uma reforma administrativa por meio de uma série de projetos de lei. O tema é amplo e complexo, ainda mais porque Caio conseguiu a reeleição para o ano seguinte. Citam-se aqui apenas: a aprovação de uma nova lei agrária que retomava

---

<sup>44</sup> Para a análise a seguir, mesclaram-se os estudos de Christol e Nony (1993), Rostovtzeff (1983), Scullard (2007) e Brandão (2015). A divisão dos tópicos dessa seção se justifica apenas pelo caráter didático da apresentação, como ocorre nesses manuais de História.

os trabalhos da comissão anterior; a aprovação de uma lei frumentária que permitia a uma parcela da população comprar trigo subsidiado pelo Estado; e a não aprovação de uma lei que conferia cidadania romana integral aos latinos e o direito latino às cidades italianas.

Caio Graco tentou uma nova reeleição, mas dessa vez sem sucesso; mesmo assim, outros tribunos assumiram a bandeira de suas reformas administrativas. Estes tentaram aprovar um novo conjunto de leis em 121 AEC; todavia, de forma similar ao que ocorrera com Tibério, surgiu um desentendimento durante as eleições e, no tumulto que se seguiu, o Senado decretou um estado de emergência (*senatus consultum ultimum*) que culminou num novo massacre de cidadãos.

## II- A Guerra Social (91-88 AEC):

O desejo de cidadania romana era universal na Itália, contudo temia-se o impacto político resultante da distribuição de novos cidadãos nas tribos e centúrias. Depois de Caio Graco, outros tribunos defenderam o tema também sem muito sucesso. Além disso, após a misteriosa morte do tribuno M. Lívio Druso no dia anterior à votação de uma nova proposta correlata, os povos do Apenino (Marsos, Samnitas e Lucânios) iniciaram uma revolta que se espalhou rapidamente por toda a Itália. O historiador Veleio Patérculo descreve os motivos e ambições por trás do movimento:

A Itália inteira pegou em armas contra os romanos. O destino dos Itálicos era tão cruel como justa era a sua causa. Os povos da Península pediam a cidadania num Estado cujo Império tinham defendido com as próprias armas. Em cada ano e em cada campanha serviam com o dobro de infantes e cavaleiros que os Romanos e nem assim tinham obtido o direito de cidadania dentro do mesmo Estado que, graças aos seus esforços, tinha chegado a tão elevada posição, permitindo-se olhar com desprezo homens da mesma raça e do mesmo sangue, como se fossem intrusos e estrangeiros. (Vel. *Hist.* II, 15 – Trad. Vasco Gil Mantas)

A guerra se mostrou intensa e equilibrada durante três anos, pois os revoltosos formaram uma confederação e estabeleceram uma capital, com um Senado, cônsules e um tesouro comum. Segundo Mantas (2005, p. 341), três leis contribuíram para alterar o equilíbrio da balança a favor de Roma: a *lex Iulia* (90 AEC) conferiu a cidadania a todos os aliados que se mantiveram fiéis e permitiu aos generais conceder esse mesmo direito aos soldados estrangeiros que julgassem merecedores; já a *lex Plautia Papiria* e a *lex Pompeia*

(ambas de 89 AEC) concediam a cidadania romana a todas as cidades italianas que se rendessem e o direito latino às cidades da Gália Cisalpina respectivamente<sup>45</sup>.

Apesar dos quase 300 mil mortos, Christol e Nony (1993, p. 122) apontam que o conflito permitiu a unificação de toda a península itálica ao sul do Rubicão; assim, a Itália passou a reunir a comunidade cívica mais numerosa da bacia do Mediterrâneo. Contudo, esses novos cidadãos foram inseridos em apenas oito ou dez das tribos rústicas; o tema seria rediscutido nos anos seguintes com consequências funestas.

### III- A primeira Guerra Civil e a ditadura de Sula (88-79 AEC):

Apesar de ainda restarem alguns pequenos focos de resistência na Itália e nas províncias, os romanos direcionaram uma campanha militar contra Mitridates Eupator, rei do Ponto, que expandia suas conquistas na península da Anatólia e, no processo, incentivara um massacre de romanos e italianos residentes no Oriente Próximo. O comando da guerra foi inicialmente confiado pelo cônsul Lúcio Cornélio Sula. Entretanto, enquanto este ainda se preparava na Campânia para partir com suas legiões rumo ao Oriente, um tribuno da plebe aprovou um plebiscito que lhe retirou o comando da guerra e o transferiu para Caio Mário. Diante da notícia, Sula retornou a Roma à frente do exército e invadiu a cidade. Após decretar uma reforma administrativa e presidir as eleições dos novos cônsules, partiu finalmente para combater Mitridates no Oriente Próximo.

No ano seguinte (87 AEC), os dois cônsules, Octávio e Cina, desentenderam-se gravemente a respeito de uma proposta que visava redistribuir todos aqueles novos cidadãos entre as 35 tribos. Ao final, o cônsul Octávio foi executado junto com vários apoiadores e Cina permaneceu no consulado por três anos seguidos. Nesse meio tempo, promoveu proscricções e exílios, derrubou as medidas decretadas por Sula, concluiu a pacificação da Itália e distribuiu de forma definitiva os novos cidadãos entre todas as tribos.

Enquanto isso, segundo Rostovtzeff (1983, p. 114), Sula combatia Mitridates na Grécia ao mesmo tempo em que se defendia de outro exército romano que fora enviado para combater os dois; era comandado por L. Valério Flaco, que assumira o consulado depois da morte de Mário. Após expulsar as forças do Rei do Ponto da Grécia, Sula firmou um acordo de paz com Mitridates e em seguida obteve a rendição do exército de Valério Flaco, que havia se amotinado e matado seu comandante. Enriquecido pelos espólios de guerra e prometendo

---

<sup>45</sup> Vale destacar que nesse período Cícero serviu sob o comando de Pompeu Estrabão, pai de Pompeu.

terras aos veteranos, Sula retornou à Itália em 83 AEC. Logo após o desembarque, seu efetivo militar foi fortalecido por duas novas legiões recrutadas por Pompeu.<sup>46</sup>

Após dois anos de intensos combates pela Itália, Sula finalmente pôs fim à guerra civil. Na qualidade de ditador, Sula estabeleceu execuções e proscricções, distribuiu terras aos seus veteranos nos moldes da reforma agrária dos Gracos, e promoveu uma ampla reforma administrativa. Com base nela, destacam-se: a duplicação e renovação do Senado, que passou a contar com 600 senadores; a necessidade de prévia aprovação do Senado para que qualquer lei fosse apresentada ao povo, em todas as esferas de votação; a reforma do *cursus honorum*, fixando uma ordem e idade mínima para as magistraturas, assim como um intervalo de dois anos para a eleição a um novo cargo e de dez anos para a reeleição ao consulado. Além disso, Sula determinou que, salvo com autorização expressa do Senado, nenhum magistrado revestido de *imperium* poderia manter forças militares na península itálica, isto é, ao sul da Gália Cisalpina, e que províncias seriam administradas por procônsules e propretors pelo período de um ano (CHRISTOL e NONY, 1993, p. 127-129; ROSTOVTZEFF, 1983, p. 116-117).

Em 79 AEC, Sula abandonou a condição de ditador e passou a viver no sul da Itália como simples cidadão, onde faleceu no ano seguinte. Nos anos que se seguiram, parte de suas medidas administrativas foram gradualmente deixadas de lado. Todavia, a lembrança e o medo das execuções e das proscricções, promovidas tanto por Cina como por Sula, ficaram marcadas na mentalidade romana. De fato, no que concerne a Sula, foram dias de terror. De acordo com Mantas (2005, p. 349), as listas de condenados eram preparadas cuidadosamente e depois publicadas no *forum* para a consulta pública; a execução sumária dos proscritos implicava também a perseguição aos familiares, que tinham os bens confiscados e ficavam proibidos de ocupar magistraturas; além disso, estipulou-se uma recompensa para quem matasse ou capturasse qualquer um desses indiciados.

Por tudo isso, diante da ameaça de um novo conflito civil que pairava ao final de 50 AEC, Cícero imagina que César, caso fosse levado à insubordinação, provavelmente não seria em nada diferente de Sula ou de Cina:

De fato, ninguém é capaz de explorar o que se passará quando chegarmos às armas; por outro lado, caso os bons sejam vencidos, isto será para todos: nem será ele [César] mais clemente do que fora Cina, na matança dos

---

<sup>46</sup> Por iniciativa própria e com recursos pessoais, Pompeu recrutou um exército junto aos seus concidadãos do Piceno. É com base nessa iniciativa que Marco Antônio, ao assumir o tribunado da plebe no final de 50 AEC, irá discursar ao povo elencando os crimes de Pompeu (Cic. Att. VII, 8 - Epístola 10, p. 314).

líderes, nem mais moderado que Sula, enriquecendo-se com as fortunas. ἐμπολιτεύομαί σοι [falo contigo sobre política] por tempo demais e faria ainda por muito mais tempo se a luz da lamparina não me abandonasse. Em resumo: “Emita o teu parecer, M. Túlio”. “Concordo com Cn. Pompeu”, isto é, com T. Pompônio. (Cic. *Att.* VII, 7, 7 - Epístola 09, p. 308).

### 3.2 Da aliança política entre César e Pompeu

E reconciliou Marco Crasso com Pompeu, pois estes se opunham como inimigos desde o consulado que exerceram juntos na maior discórdia. (Suet. *Iul.* 19)

Desde a Antiguidade, há quem situe o início da Guerra Civil de 49 AEC na própria aliança política que uniu Pompeu a Crasso, por intermédio de César, dez anos antes. Nas palavras de Plutarco:

Passou despercebida a importância desse fato [a reconciliação entre Crasso e Pompeu], aparentemente tão honesto, mas que causou a ruína da república. [3] Com efeito, não foi a inimizade entre César e Pompeu – como geralmente se crê – que deu origem às guerras civis, e sim a amizade que os uniu no começo para derrubar o governo aristocrático e que acabou depois numa irreconciliável rivalidade. (Plut. *Cés.* 13, 2-3 – Trad. Hélio Vega)

De fato, o acordo que cimentou essa amizade previa que três indivíduos usariam de toda sua influência política e poder pessoal para alcançar objetivos comuns, alguns deles em detrimento do Estado. Não se pode negar que o poder pessoal obtido por meio desse acordo forneceu a base para o conflito que estava por vir. Contudo, dependendo do ângulo em que se analisa a questão, é possível conjecturar que outros caminhos permaneceram abertos até o derradeiro momento. Pelo menos esta é a impressão que nos chega por meio da correspondência de Cícero: apesar de todas as irregularidades promovidas pelo trio durante a década de 50 AEC, uma solução pacífica para o impasse político ainda era a melhor opção, embora houvesse quem temesse que ela ao fim se tornasse algo pior do que a própria guerra (Cic. *Att.* VII, 8, 5 - Epístola 10, p. 314).

As alternativas políticas para a crise serão tratadas na terceira seção do capítulo. Por hora, apresentar-se-ão as principais circunstâncias que uniram César a Pompeu, assim como os objetivos pessoais alcançados por cada um; ao fim, a maneira como se passou da amizade à desconfiança mútua.

### 3.2.1 A formação e a manutenção do “triumvirato”

Deste modo, eu, conservando a nossa razão e disposição, guardei como pude aquela concórdia por mim cimentada. (Cic. *Att.* I, 17, 10)

Não se costuma questionar que a postura do Senado no final da década de 60 AEC foi a responsável tanto pela mudança do jogo político como pelo surgimento dessa aliança. Ao barrar uma série de propostas de âmbito administrativo e econômico, o Senado abriu caminho para que os defensores dessas medidas percorressem outras vias de aprovação.

De um lado, Pompeu retornara vitorioso e cheio de prestígio não apenas por conta do modo eficiente com que lidou com o problema da pirataria no Mediterrâneo (67 AEC), mas também pelo sucesso de sua campanha oriental contra Mitridates (66-62 AEC). Ele era provavelmente o general romano mais experiente nesse período, e a celebração desse seu terceiro triunfo militar foi pomposa e se arrastou por dois dias. Entretanto, de acordo com Christol e Nony (1993, p. 143), Pompeu continuava sem ter suas principais reivindicações atendidas: terras para seus veteranos e a ratificação de sua organização do Oriente. Essas duas exigências foram sistematicamente adiadas por um Senado, segundo os autores, pouco interessado em ampliar ainda mais a glória e a clientela pompeiana. De fato, segundo Plutarco (Plut. *Pom.* 45), como resultado da campanha oriental, Pompeu celebrara a vitória sobre quatorze povos, a conquista de quase novecentas cidades e um aumento considerável da riqueza romana mediante os novos impostos fixados para essas regiões.

Segundo Scullard (2007, p. 113), no começo de 60 AEC, Pompeu até mesmo teria solicitado ao tribuno da plebe Flávio para que sua proposta agrária fosse apresentada diretamente ao Conselho da Plebe; a ação, contudo, foi impedida pelo cônsul Q. Cecílio Metelo Celer e, na disputa que se seguiu, este chegou a ser conduzido temporariamente à prisão pelo próprio tribuno. Após esse desgaste político, Pompeu recomendou ao tribuno que a proposta fosse deixada de lado.

De outra parte, Crasso tinha apoiado um pedido dos cobradores de impostos (*publicani*) para que o Senado revisse os contratos de taxação da província da Ásia no final de 61 AEC. O assunto era delicado e o próprio Cícero, apesar de reconhecer a demanda como vergonhosa, posicionava-se a favor dela em prol da manutenção do seu ideal político de concórdia entre as ordens (*concordia ordinum*). No longo trecho destacado a seguir, Cícero confessa que sua controversa estratégia de conciliação tinha como objetivo evitar a ruptura entre *publicani* e senadores; além disso, sinaliza que sua própria segurança política estava vinculada a um estreito alinhamento com Pompeu:

*Nos hic in re p. infirma, misera commutabilique uersamur. Credo enim te audisse nostros equites paene a senatu esse diiunctos; qui primum illud ualde grauiter tulerunt, promulgatum ex s. c. fuisse ut de eis qui ob iudicandum acceperent quaereretur. Qua in re decernenda cum ego casu non adfuissem sensissemque id equestrem ordinem ferre moleste neque aperte dicere, obiurgavi senatum, ut mihi uisus sum, summa cum auctoritate et in causa non uerecunda admodum grauis et copiosus fui. (Cic. Att. I, 17, 8)*

Nós, aqui, estamos envolvidos em uma situação política humilhante, infeliz e comutável. Acredito, de fato, que tenhas ouvido que nossos cavaleiros estiveram a ponto de se afastar do Senado; primeiro, tomaram com muito agravo aquilo que foi promulgado do decreto do Senado a fim de que se investigasse quais deles tinham aceitado algo durante os julgamentos. Como eu por acaso não estivesse presente quando se decidia o assunto e fosse da opinião que isso era desagradável à ordem equestre e que não o diziam abertamente, censurei o Senado, segundo me pareceu, com a maior autoridade e, diante duma causa vergonhosa, fui grave e eloquente até o limite.

*Ecce aliae deliciae equitum uix ferendae! quas ego non solum tuli sed etiam ornaui. Asiam qui de censoribus conduxerunt questi sunt in senatu se cupiditate prolapsos nimium magno conduxisse, ut induceretur locatio postulauerunt. Ego princeps in adiutoribus atque adeo secundus; nam ut illi auderent hoc postulare Crassus eos impulit. Inuidiosa res, turpis postulatio et confessio temeritatis. Summum erat periculum ne, si nihil impetrassent, plane alienarentur a senatu. Huic quoque rei subuentum est maxime a nobis perfectumque ut frequentissimo senatu et liberalissimo uterentur, multaque a me de ordinum dignitate et concordia dicta sunt Kal. Decembr. et postridie. Neque adhuc res confecta est, sed uoluntas senatus perspecta; unus enim contra dixerat Metellus consul designatus, atque erat dicturus, ad quem propter diei breuitatem peruentum non est, heros ille noster Cato. (Cic. Att. I, 17, 9)*

Eis aqui outro capricho dos cavaleiros que mal se pode suportar! Eu não apenas o suportei, mas também o provi do necessário. Os que arrendaram a Ásia dos censores queixaram-se no Senado de que se deixaram arrastar pela ambição ao arrendá-la por um valor demasiadamente alto e postularam que o contrato fosse cancelado. Eu fui o líder dentre os apoiadores, entretanto o segundo até então; na realidade, Crasso os impeliu a fim de que ousassem postular aquilo. Assunto odioso, solicitação torpe e confissão de temeridade. O maior perigo era que, se nada alcançassem, nitidamente se alienariam do Senado. E por isso viemos em socorro desse assunto e o executamos com o máximo empenho: diante dum Senado lotado e de boa disposição, muitas coisas foram ditas por mim sobre a dignidade e a concórdia das ordens nas calendas de dezembro e no dia seguinte [1 e 2 de dezembro]. O assunto ainda não foi decidido, mas a vontade do Senado é evidente; de fato, só um se posicionara contra, Metelo, o cônsul designado; ainda assim, aquele nosso herói, Catão, que por conta da brevidade do dia não pôde se posicionar, também estava disposto contra.

*Sic ego conseruans rationem institutionemque nostram tueor, ut possum, illam a me conglutinatam concordiam. Sed tamen quoniam ista sunt tam*

*infirma, munitur quaedam nobis ad retinendas opes nostras tuta, ut spero, uia; quam tibi litteris satis explicare non possum, significatione parua ostendam tamen. Vtor Pompeio familiarissime. Video quid dicas. Cauebo quae sunt cauenda, ac scribam alias ad te de meis consiliis capessendae rei p. plura. (Cic. Att. I, 17, 10)*

Deste modo, eu, conservando a nossa razão e disposição, guardei como pude aquela concórdia por mim cimentada. Mas, em todo caso, visto que estas coisas são tão débeis, construí para nós algumas defesas para manter, como espero, uma via segura; não posso explicá-las a ti muito bem por carta, todavia vou expor um pequeno sinal: sou o melhor amigo de Pompeu. Vejo o que dirás. Terei cuidado com as coisas que são merecedoras de cuidado, e, por outro lado, te escreverei mais coisas, em outra ocasião, sobre os meus planos no tocante aos rumos da coisa pública.

Como Cícero havia previsto, a matéria estava propensa a mudanças de parecer, e o Senado acabou recusando essa saída conciliatória no início de 60 AEC. Neste mesmo ano, César retornava do governo da Hispânia Ulterior na qualidade de propretor e desejava celebrar um triunfo por ter pacificado a província. Contudo, desejava também disputar o consulado para o ano seguinte. Como pontua Scullard (2007, p. 113), para se apresentar como candidato, César deveria adentrar a cidade e entregar o comando militar (*imperium*), abandonando assim o triunfo. Por essa razão, solicitou ao Senado a permissão para se candidatar ausente (*in absentia*), o que foi logo recusado. Diante desse dilema, César preferiu então desistir do triunfo e retornar a Roma como simples cidadão (*priuatus*) para poder concorrer à eleição.

Reunidas, essas três circunstâncias foram a base para o acordo pessoal que passou a ser chamado na modernidade de “o primeiro triunvirato”. Contudo, segundo Brandão (2015, p. 391), chamar essa coligação de triunvirato é de certa forma impróprio pois não se tratava de uma instituição formal como fora o acordo estabelecido entre Otaviano, Marco Antônio e Lépido quando estes dividiram o governo do mundo romano entre si em 43 AEC. De acordo com Scullard (2007, p. 113), César, Crasso e Pompeu concordaram em formar uma aliança (*amicitia*) política, um acordo privado e secreto a fim de que trabalhassem juntos em benefício mútuo, como foi descrito por Suetônio:

*Pompeioque Marcum Crassum reconciliauit ueterem inimicum ex consulatu, quem summa discordia simul gesserant; ac societatem cum utroque iniit, ne quid ageretur in re publica, quod displicuisset ulli e tribus. (Suet. Iul. 19)*

E [César] reconciliou Marco Crasso com Pompeu, pois estes se opunham como inimigos desde o consulado que exerceram juntos na maior discórdia; entretanto, formou com ambos uma sociedade a fim de que nada fosse feito na coisa pública que desagradasse a algum dos três.

Chamado para completar a aliança, provavelmente devido ao seu bom relacionamento com Pompeu, Cícero, todavia, recusou. Em uma carta do final de 60 AEC, Cícero reflete a respeito das condições propostas e sobre qual postura deveria assumir. Para Canfora (2002, p. 94), “o trecho é esclarecedor porque dá a entender claramente que o ‘pacto’ deveria funcionar a partir de 1º de janeiro, isto é, com a posse de César no consulado”:

*Venio nunc ad mensem Ianuarium et ad ὑπόστασιν nostram ac πολιτείαν, in qua Σωκρατικῶς εἰς ἑκάτερον sed tamen ad extremum, ut illi solebant, τὴν ἀρέσκουσαν. Est res sane magni consilii; nam aut fortiter resistendum est legi agrariae, in quo est quaedam dimicatio sed plena laudis, aut quiescendum, quod est non dissimile atque ire in Solonium aut Antium, aut etiam adiuuandum, quod a me aiunt Caesarem sic exspectare ut non dubitet. Nam fuit apud me Cornelius, hunc dico Balbum, Caesaris familiarem. Is adfirmabat illum omnibus in rebus meo et Pompeii consilio usurum daturumque operam ut cum Pompeio Crassum coniungeret. (Cic. Att. II, 3, 3)*

Chego agora ao mês de janeiro e a nossa ὑπόστασιν [realidade], sobretudo a πολιτείαν [política]; nela, à maneira Σωκρατικῶς εἰς [dos Socráticos], existem ἑκάτερον [dois lados da questão], mas em todo caso, ao final, como é o costume deles, τὴν ἀρέσκουσαν [a que concilia]. É sem dúvida assunto de importante deliberação; na realidade, ou deve-se resistir vigorosamente à lei agrária, no que existe uma certa luta, mas cheia de louvor; ou deve-se calar, o que, entretanto, não é tão diferente do que ir para Solônio ou Âncio; ou, ainda, deve-se apoiar, o que, segundo dizem, é o que César espera de mim a ponto de não duvidar. Na realidade, estive junto de mim Cornélio, este que eu chamo de Balbo, o amigo de César. Ele afirmava que aquele [César] está disposto a se servir do meu conselho e do de Pompeu em todos os assuntos e que está disposto a se esforçar a fim de que Crasso se una a Pompeu.

*Hic sunt haec, coniunctio mihi summa cum Pompeio, si placet, etiam cum Caesare, reditus in gratiam cum inimicis, pax cum multitudine, senectutis otium. Sed me κατακλείς mea illa commouet quae est in libro tertio:*

*Interea cursus quos prima a parte iuuentae*

*Quosque adeo consul uirtute animoque petisti,*

*Hos retine atque auge famam laudesque bonorum.*

*Haec mihi cum in eo libro in quo multa sunt scripta ἀριστοκρατικῶς Calliope ipsa praescripserit, non opinor esse dubitandum quin semper nobis uideatur εἰς οἰωνὸς ἄριστος ἀμύνεσθαι περὶ πάτρης. (Cic. Att. II, 3, 4)*

Então, existem estas coisas: estreita união minha com Pompeu; se for do agrado, também com César; reconciliação com os inimigos; paz com a multidão; repouso na velhice. Mas me perturba aquela minha κατακλείς [presilha] que está no livro terceiro:

Entretanto, o caminho que desde a primeira juventude tomaste e que, principalmente, cônsul de virtude e de coragem,

conserva-o e, sobretudo, aumenta a fama e o louvor dos bons.<sup>47</sup>

A própria Calíope prescreveu-me essas coisas no livro onde estão escritas muitas outras ἀριστοκρατικῶς [aristocraticamente], penso não existir dúvida de que sempre seremos desse parecer:

εἷς οἰωνὸς ἄριστος ἀμύνεσθαι περὶ πάτρης  
[Há um portento que é o melhor: combater pela pátria]  
[Hom. *Il.* XII, 243 – Trad. Frederico Lourenço]

Nessa carta, segundo Canfora (2002, p. 95), Balbo dá a entender que o acordo estava em vias de conclusão e César ainda estaria se empenhando em aproximar Crasso de Pompeu. Na realidade, para o autor, o pacto entre os três já tinha ganhado corpo durante a campanha eleitoral realizada meses atrás, quando César foi eleito para o consulado de 59 AEC. Seja como for, como aponta Scullard (2007, p. 114), só aos poucos é que esse acordo foi se tornando explícito aos romanos, e o casamento entre Pompeu e Júlia, filha de César, viria a escancarar a aliança no ano seguinte. Quando a existência dele finalmente se tornou evidente, houve diferentes manifestações de crítica, como apontam as fontes.<sup>48</sup>

#### I- O consulado de César em 59 AEC:

De acordo com Scullard (2007, p. 114), ao iniciar o consulado, César apresentou ao Senado um projeto de reforma agrária que criava uma comissão para adquirir e distribuir terras aos veteranos de Pompeu. Diante da recusa do Senado em discutir e levar adiante tal proposta, César apresentou o projeto diretamente ao comício das tribos e conseguiu sua aprovação mesmo diante da tentativa de veto de seu colega de consulado, M. Calpúrnio Bíbulo. De acordo com o autor, a forte presença dos veteranos de Pompeu na assembleia foi determinante para acabar com o impasse entre os cônsules. Pouco tempo depois, foi necessário apresentar uma medida suplementar, a *lex Campana*, que redistribuía as terras públicas já ocupadas da Campânia (*ager campanus*) em favor de outros veteranos e também de cidadãos empobrecidos que tivessem grandes famílias. Diferentemente da primeira lei aprovada, essa segunda acabou sendo muito criticada por privar o tesouro romano das receitas geradas pelos antigos proprietários (SCULLARD, 2007, p. 114-115).

<sup>47</sup> Segundo Márques (1996, p. 122), esses três versos correspondem ao poema que Cícero compôs sobre o seu consulado (*De consulatu suo*). Dele, existem apenas fragmentos citados pelo próprio Cícero (como também em *Cic. Att.* I, 19, 10). Já o verso grego final corresponde a uma passagem de Homero em que Heitor responde a Polidamante sobre os rumos da guerra.

<sup>48</sup> Tanto Scullard (2007, p. 115) como Canfora (2002, p. 97) indicam que Varrão compôs à época um poema intitulado “O monstro de três cabeças”; Veleio (*Vel. Hist.* II, 44, 1) diz que o acordo foi chamado de “aliança de poder” (*potentiae societates*); outras fontes o denominaram como *coniuratio* ou *dominatio*.

Após a aprovação dessas medidas e também sem a consulta ao Senado, o tribuno da plebe P. Vatínio aprovou um plebiscito confirmando a organização pompeiana das conquistas orientais. Além disso, Vatínio aprovou outra lei que modificava as províncias proconsulares, contrariando uma decisão do Senado do ano anterior. Desde a ditadura de Sula, o Senado sorteava as províncias que seriam posteriormente ocupadas pelos cônsules antes da própria eleição. Assim, originalmente, César e Bíbulo tinham sido indicados para o governo de províncias já pacificadas ou de pouca importância. Contudo, o plebiscito de Vatínio concedia diretamente a César um comando especial com duração de cinco anos para governar a Gália Cisalpina e o Ilírico. E mais, reservava três legiões para a empreitada e dava a César o direito de apontar seus próprios *legatos* e de fundar colônias sem prévia autorização do Senado.

Durante o desenrolar do ano, entretanto, o governador sorteado para a Gália Transalpina faleceu e Pompeu, por sua vez, convenceu o Senado de que, diante das circunstâncias, a província também deveria ser adicionada ao comando especial de César juntamente com mais uma legião. Essa é uma das razões pelas quais Cícero vai se queixar dez anos depois, pois foram eles mesmos os responsáveis por conceder tanto poder a César:

Mas a fonte de tudo isso é uma só. Quando fraco, era necessário resistir, e isso era fácil. Agora, onze legiões, toda a cavalaria que queira, os transpadanos, a plebe urbana, tantos tribunos da plebe, uma juventude tão perdida; tamanha é a autoridade dele como general, tamanha é a audácia. Contra isso, deve-se lutar num combate decisivo ou reconhecer a legalidade da candidatura (Cic. *Att.* VII, 7, 6 - Epístola 09, p. 308).

Finalmente, dessa vez com a anuência do Senado, César aprovou a *lex Iulia de repetundis*, que definia algumas prerrogativas dos governadores como a limitação do número de presentes e requisições que estes poderiam aceitar, assim como a regulamentação de suas prestações de contas ao final dos governos (SCULLARD, 2007, p. 115).

II- Um novo acordo, mais amplo, que Cícero decide apoiar:

Após o consulado, César partiu para assumir seu comando especial em janeiro de 58 AEC. No mesmo mês, o tribuno da plebe Clódio conseguiu a aprovação de diferentes plebiscitos. Como resultado, Cícero foi exilado e teve seus bens confiscados por conta da execução dos catilinários, enquanto que Catão foi enviado a Chipre com um comando especial para resolver problemas locais. Segundo os estudiosos, estas medidas visavam diminuir a resistência do Senado e aumentar a influência dos triúmviros, cujos interesses eram representados pelo tribuno. Clódio, todavia, despontou como um poder independente e com

uma agenda de interesses própria: nos anos seguintes, com a ajuda de seus bandos armados, opôs forte resistência contra seus adversários políticos, Pompeu inclusive.

Segundo Scullard (2007, p. 118), com a ausência de César e a forte oposição de Clódio a Pompeu, a aliança começou a se enfraquecer. O próprio Cícero, que fora chamado de volta do exílio em 57 AEC, trabalhava a fim de que a lei agrária de César fosse rediscutida no Senado. Diante desse quadro, César, que passava o inverno em Ravena, convocou Crasso para uma conferência; acompanharam-no Pompeu e mais de 120 senadores. Cícero, Catão e os demais permaneceram em Roma. No que ficou conhecido como a Conferência de Luca em 56 AEC, prossegue o autor, os triúmviros decidiram continuar trabalhando em conjunto, agora para assegurar novas perspectivas imediatas: de um lado, César necessitava de mais tempo para a conquista da Gália, de outro, Crasso e Pompeu se candidatariam para o consulado de 55 AEC.

Cícero, que não tomara parte no primeiro acordo e por isso ficara privado de apoio político e de proteção contra Clódio, dessa vez decidiu atuar junto aos triúmviros: no discurso *de provinciis consularibus*, apoiou a causa de César, louvando suas conquistas e defendendo uma prorrogação de seu comando. Além disso, em 54 AEC, viu-se defendendo Gabínio e Vatínio, amigos de César, nos tribunais, mesmo tendo se oposto a eles em anos anteriores. Após isso, Cícero distanciou-se temporariamente da vida pública para dedicar-se a suas obras filosóficas (SCULLARD, 2007, p. 118).

Essa mudança na postura política de Cícero pode ser creditada, em parte, às orientações de Ático. De fato, naquele momento, a união entre César e Pompeu era tal que não se imaginava a contenda que viria depois. Passando os fatos em retrospectiva, Cícero admite que havia apoiado os projetos daquela aliança em prol da manutenção duma harmonia política:

Não vês que, sendo tu o autor, acabei abraçando uma e outra parte?  
Entretanto, quisesses eu ter te escutado, desde o princípio, aconselhando da  
maneira mais amigável.

ἀλλ' ἐμὸν οὔποτε θυμὸν ἐνὶ στήθεσσιν ἔπειθες.  
[O coração no imo peito, porém, jamais pôde abalar-me]<sup>49</sup>  
[Hom. *Od. IX, 33* - Trad. Carlos Alberto Nunes]

Mas, em todo caso, finalmente persuadiste a fim de que eu abraçasse a um  
porque procedeu de uma maneira excelente a meu respeito, e, ao outro,

---

<sup>49</sup> Contexto: Odisseu dera início ao seu relato de viagens ao rei Alcínoo; depois de revelar sua identidade e falar de sua terra natal, cita que tanto Calipso como Circe tiveram o desejo de desposá-lo: “o coração no imo peito, porém, jamais pôde abalar-me”.

apenas porque era forte. Fiz, portanto, e realizei de tal forma, com todo tipo de obséquio, que ninguém fosse mais caro a eles do que eu. [3] Refletíamos de fato sobre estas coisas: unido a Pompeu, não me seria necessário pecar contra a coisa pública; unido a César, julgava que não precisaria lutar com Pompeu, tamanha era a união deles (Cic. *Att.* VII, 1, 2-3 – Epístola 03, p. 274).

Como resultado do novo acordo firmado em Luca, Crasso e Pompeu se tornaram cônsules em 55 AEC. Com a ajuda do tribuno C. Trebônio, aprovaram um plebiscito que lhes deu um comando especial de cinco anos e tropas para governar as duas Hispânias (Pompeu) e a Síria (Crasso). Pompeu, que exercia um comando especial responsável pelo abastecimento de trigo a Roma desde 58 AEC, recebeu a permissão de administrar sua província por meio de *legatos*, podendo permanecer nas proximidades de Roma. Durante o consulado, com o apoio do Senado, Crasso e Pompeu aprovaram a *lex Licinia Pompeia*, que garantia a César uma prorrogação de cinco anos de seu comando especial. Ademais, cinco tribunos da plebe aprovaram um complemento à lei agrária de 59 AEC, garantindo terras aos veteranos de César ao final da campanha gaulesa (SCULLARD, 2007, p. 119).

### 3.2.2 O fim da harmonia

Refletíamos de fato sobre estas coisas: unido a Pompeu, não me seria necessário pecar contra a coisa pública; unido a César, julgava que não precisaria lutar com Pompeu, tamanha era a união deles (Cic. *Att.* VII, 1, 3 – Epístola 03, p. 274).

Para Scullard (2007, p. 119), dois eventos colocaram fim ao acordo mútuo: a morte de Júlia, esposa de Pompeu, em 54 AEC; e a morte de Crasso no desastre da campanha contra os Partos em 53 AEC. Além disso, a disputa política nas ruas de Roma atingia seu ápice com a violência entre os grupos armados de Clódio e Milão. Ainda em 53 AEC, ambos se apresentaram como candidatos, o primeiro à pretura e o segundo ao consulado. Os distúrbios e embates promovidos por seus partidários se tornaram tão frequentes que nenhum comício eleitoral pôde ser concluído no decorrer do ano e, por conta disso, o ano de 52 AEC se iniciou sem magistrados eleitos. Para piorar a situação, logo em janeiro, as comitivas de Clódio e Milão se entrecrocaram a caminho de Roma, o que resultou na morte de Clódio. Seus partidários então provocaram diferentes tumultos em Roma e incendiaram a Cúria durante o seu funeral. Na falta de cônsules ou pretores, aprovou-se um *senatusconsultum ultimum* concedendo poderes ilimitados a Pompeu para restaurar a ordem na cidade.

Restituída a ordem pública, o Senado decretou que Pompeu fosse nomeado cônsul único para o restante de 52 AEC. Durante esse terceiro consulado, segundo Broughton (1952,

p. 234), Pompeu aprovou leis concernentes a atos de violência e à corrupção eleitoral; conduziu o julgamento de Milão, declarado culpado pelo assassinato de Clódio; organizou as eleições para 51 AEC e tomou como colega de consulado seu novo sogro, Metelo Cipião; obteve ainda do Senado uma nova prorrogação de seu comando especial sobre as Hispânias. Posteriormente, continua o autor, Pompeu aprovou outras duas leis em 52 AEC: a primeira reforçava a antiga determinação de que todos os candidatos a cargos públicos deveriam se apresentar pessoalmente para as eleições; a segunda instituía um intervalo mínimo de cinco anos entre o desempenho de uma magistratura e uma promagistratura, isto é, a nomeação para um governo provincial.

É por esta razão que Cícero, contra sua vontade, teve de se ausentar de Roma para aceitar o governo da Cilícia em 51 AEC, pois faltavam ex-magistrados habilitados. Contudo, em relação à lei de Pompeu sobre as eleições, ainda em 52 AEC, todos os dez tribunos da plebe se uniram para aprovar um plebiscito que permitia a César, exclusivamente, se apresentar às eleições consulares *in absentia* ao final do seu comando especial. Essa foi a principal razão pela qual César iria proclamar, no início de 49 AEC, que o seu direito pessoal estava sendo desrespeitado diante da recusa do Senado em aceitar sua candidatura estando ausente de Roma.

Sobre a lei aprovada por Pompeu e sobre o plebiscito dos tribunos, os estudiosos divergem: para Scullard (2007, p. 120), quando da aprovação da lei, Pompeu teria acrescentado uma cláusula que confirmava a resolução dos tribunos a favor de César; já Canfora (2002, p. 164), tomando por base o relato de Suetônio, afirma que não havia nenhuma cláusula desse tipo e que Pompeu teria dito que se esquecera de fazê-lo; além disso, não haveria como remediar a situação porque a lei já estava gravada no bronze e arquivada no erário (Suet. *Iul.* 28).

Dessa forma, pode-se considerar que a aprovação dessas duas leis em 52 AEC será a base do impasse político que se seguiu. De um lado, uma lei geral que forçava os candidatos a se apresentarem pessoalmente para disputar os comícios; de outro, um plebiscito que permitia exclusivamente a César candidatar-se ausente em prol da conclusão da campanha gaulesa.

### 3.3 A caminho da ruptura

Aos soldados que sob seu comando realizaram por nove anos campanhas tão vitoriosas [...] aconselha que defendam dos inimigos a reputação e a honra do seu chefe. (Cés. BC. I, 7 – Trad. Antônio da Silveira Mendonça)

Antes de se lançar rumo à rebelião armada, César, que costumava passar o inverno em Ravena, convocou parte das tropas presentes e testou o ânimo delas com um discurso. Durante a fala aos soldados, César lembra-lhes que ao longo da vida ele próprio tinha sido vítima das injustiças dos inimigos contra os quais agora se rebelava; inimigos esses os responsáveis pela mudança de atitude de Pompeu e também pelo desrespeito e pela ameaça aos tribunos da plebe; que sua atitude nada tinha em comum com as sangrentas tentativas de secessão do passado; ao final, exorta os soldados a defender a honra (*dignitas*) e a reputação (*existimatio*) de seu comandante:

Informado desses acontecimentos [a sessão do Senado do dia 7 de janeiro de 49 AEC], César profere um discurso perante a tropa. Traz-lhe à memória as injustiças que os inimigos lhe fizeram ao longo do tempo; queixa-se de que eles, por inveja e desejo de denegrir sua honra, tenham influenciado e desencaminhado Pompeu, a quem sempre favoreceu e ajudou na conquista de honras e dignidades. 2. Lastima que um precedente insólito tenha sido introduzido no Estado, o de condenar e reprimir com armas a intercessão tribunicia, que há alguns anos tinha sido restaurada com armas na mão. [...] 6. e esses precedentes do passado – mostra César – foram expiados com a triste sorte que coube a Saturnino e aos Gracos; nada disso ocorrera agora, nem mesmo disso se cogitou: nenhum projeto de lei foi apresentado, nenhuma tentativa de convocar o povo, nenhuma ocorrência de secessão. 7. Aos soldados que sob seu comando realizaram por nove anos campanhas tão vitoriosas, que pacificaram toda a Gália e a Germânia, aconselha que defendam dos inimigos a reputação e a honra do seu chefe. (Cés. BC. I, 7 – Trad. Antônio da Silveira Mendonça)

Note-se que, nesse momento, a questão da candidatura ausente não é citada diretamente, mas pode ser inferida junto às injustiças do passado, afinal César teve o mesmo pedido negado tanto em 60 AEC como em 50 AEC. Entretanto, o destaque é dado às maquinações de seus inimigos políticos que, além de o distanciarem de Pompeu, atentam contra sua figura pessoal. Para se avaliar a validade desses argumentos, é necessário analisar as discussões e negociações que se passaram no Senado, assim como o próprio posicionamento de Pompeu durante o período.

### 3.3.1 As propostas discutidas no Senado

[...] que um e outro se afastassem das armas e dispensassem os exércitos: com essa ação, o Estado se tornaria livre e de direito. (Cés. *BG.* VIII, 52, 4)

Apesar das várias fontes disponíveis, a cronologia do período é um pouco confusa porque nem todas exploram os mesmos acontecimentos ou detalham-nos numa narrativa sequencial. Exemplo: sobre o boato da movimentação de tropas em Placência, Cícero o posiciona em 15 de outubro, enquanto que Plutarco e Apiano o inserem depois da sessão do Senado de 1º de dezembro; Suetônio nem o cita. Por essa e outras discrepâncias, os estudiosos tendem a utilizar um autor em detrimento de outros; assim Tyrrell e Purser recorrem mais a Apiano (*Guerras Civis*) e à correspondência de Cícero; já Canfora segue Asínio Polião, via Suetônio (*Vida do Divino Júlio*), e também César (*Guerra Civil* e *Guerra das Gálias*). Além disso, no caso de Plutarco, existem pequenas discrepâncias quando as diferentes *Vidas* (César, Pompeu, Cícero, Catão) são comparadas. Para os trechos a seguir, adota-se a sugestão cronológica apresentada por Tyrrell e Purser (1890, p. XCVII-C), complementada pontualmente com informações de outros autores.

I- As tentativas de se nomear um sucessor para César:

Em abril de 51 AEC, o cônsul M. Cláudio Marcelo<sup>50</sup> passou a defender abertamente que o Senado nomeasse um substituto para César, mesmo antes do término legal de seu comando especial. Segundo Canfora (2002, p. 163), como a revolta gaulesa comandada por Vercingetorige no ano anterior já havia sido derrotada e a Gália estava praticamente pacificada, restava a César somente licenciar o exército. Além da substituição, o cônsul tentou anular uma medida de César que concedia cidadania latina aos habitantes de Nova Como, colônia fundada por César na Gália Cisalpina.<sup>51</sup> Pelo relato de Suetônio (Suet. *Iul.* 28), M. Marcelo argumentava que a concessão de cidadania fora feita com a intenção de se obter vantagens eleitorais, representando um crime de corrupção (*de ambitu*). Nos dois casos, contudo, as propostas de Marcelo se depararam com a oposição dos tribunos da plebe e também do outro cônsul, Sêrvio Sulpício Rufo.

---

<sup>50</sup> Em 46 AEC, Cícero pronunciará um discurso a César solicitando o perdão e o fim do exílio desse mesmo Marcelo (Cic. *Pro Marcello*).

<sup>51</sup> Segundo Apiano (Ap. *GC.* II, 26), Nova Como usufruía o direito latino, ou seja, todos os habitantes que haviam desempenhado alguma magistratura local eram considerados romanos. Relacionado a esse tema, no final de maio de 51 AEC, um senador (ou ex-magistrado local) de Nova Como foi agredido e humilhado pelos litores do cônsul Marcelo, que declarava não reconhecer o benefício concedido por César.

Em junho, Marcelo tentou encaminhar novamente uma proposta de substituição ao Senado, mas foi aconselhado por Pompeu a desistir do projeto, pois, em termos legais, o comando especial de César só se encerrava no ano seguinte. Nas eleições do meio do ano, C. Cláudio Marcelo, primo de M. Marcelo, foi eleito cônsul junto com L. Emílio Paulo; entre os tribunos da plebe, sabe-se o nome de apenas dois, C. Escribônio Curião e Fúrnio. Segundo Suetônio (Suet. *Iul.* 29) e Plutarco (Plut. *Pom.* 58) César comprou o apoio político do cônsul Emílio Paulo e do tribuno Curião. Em setembro, após dias de debates, ficou acertado que a discussão sobre o governo das províncias seria retomada apenas em 1º de março de 50 AEC.

## II- A ameaça de invasão dos Partos:

Em novembro de 51 AEC, chegam notícias sobre a movimentação dos Partos perto da fronteira com a Síria, numa retaliação à desastrosa campanha de Crasso dois anos antes (Cic. *Att.* V, 21). Na qualidade de governador da Cilícia, Cícero organizou uma expedição para auxiliar as forças romanas na Síria e, após derrotar um pequeno contingente de cavaleiros Partos, concentrou seus esforços em preparar a defesa da península da Anatólia, onde subjuguou diferentes povos locais. Essas proezas o instigariam a solicitar um triunfo militar quando retornasse a Roma.

Em vista da ameaça crescente, em junho de 50 AEC, o Senado decretou que tanto Pompeu como César deveriam ceder uma legião para ser enviada à Síria. Segundo Scullard (2007, p. 121), Pompeu, que havia emprestado uma legião para César em 53 AEC, pediu-a de volta e César viu-se assim privado do comando de duas legiões. Porém, depois que as legiões foram reunidas na Itália, os Partos, de forma inesperada, acabaram por abandonar a Síria nos meses seguintes pois se viram às voltas de uma crise sucessória interna. As duas legiões então permaneceram estacionadas perto de Cápua. Esse fato, todavia, teria importante repercussão na estratégia de Pompeu no início da guerra, afinal, restava sob o seu comando um número considerável de soldados que haviam servido sob as ordens de César na Gália.

Desfeita a ameaça dos Partos, o governador da Síria, M. Bíbulo, que recuara com suas forças para o Egito após deixar C. Cássio Longino<sup>52</sup> responsável pela defesa de Antióquia, enviou uma carta ao Senado descrevendo o sucesso de seus preparativos militares e por meio dela obteve a realização de preces públicas (*supplicatio*). Cícero, que teve sua *supplicatio* negada, dispensa duras críticas contra a postura de Bíbulo no conflito e a de Catão no Senado (Cic. *Att.* VI, 8, 5; *Att.* VII, 1, 7; *Att.* VII, 2, 6-8; *Att.* VII, 3, 2 – Epístolas 01, 03, 04 e 05, p.

---

<sup>52</sup> Caio Cássio será tribuno da plebe em 49 AEC e um dos conspiradores contra César em 44 AEC (HAZEL, 2007).

266, p. 274, p. 282, p. 290 respectivamente). Os dois trechos a seguir são reveladores: o primeiro mostra a insatisfação de Cícero diante do que fora discutido e aprovado no Senado, além de comprovar que César, mesmo ausente, se mantinha constantemente a par das pequenas disputas da Cúria; o segundo indica que Cícero, assim como outros senadores, tinha dívidas financeiras com César e que essa situação comprometia o seu posicionamento político; os dois trechos demonstram ainda a intenção de César de cativar um bom relacionamento com Cícero apesar de tamanha distância que os separavam:

Sobre o triunfo, porém, ambição alguma jamais me cativou antes da carta impudentíssima de Bíbulo, que foi seguida por um pedido tão amplo de preces públicas.<sup>53</sup> Do qual, se os feitos que ele escreveu tivessem existido, eu me alegraria e seria favorável à honra; agora, aumentar-lhe a honra, ele que não pôs um pé pra fora da porta enquanto o inimigo esteve da parte de cá do Eufrates, e não me ser possível alcançar o mesmo, em cujo exército o exército dele depositou as esperanças, isto é indecoroso para nós, para nós, afirmo, unindo-te. Assim, pois, experimentarei tudo e, como espero, alcançarei. [7] [...] Estou ávido por saber [...] o que faz Catão; ele que, é certo, esteve torpemente mal intencionado para comigo. Deu-me um testemunho [diante do Senado] de integridade, de justiça, de clemência e de fidelidade que eu não procurava; o que eu postulava, isso negou. Assim, pois, César, na carta em que me congratula e todas as coisas promete, de tal modo se exulta com a injúria do ingrátíssimo Catão contra mim! Por outro lado, este mesmo, para Bíbulo, 20 dias! Perdoa-me: não posso suportar essas coisas, nem suportarei. (Cic. *Att.* VII, 2 - Epístola 04, p. 282)

[2] Em verdade, não é possível ocupar-se de um e outro simultaneamente, pedir apoio para o triunfo e também falar com liberdade dos assuntos públicos. Mas não duvides: para mim, aquilo que é mais honrado há de ser o que é mais importante. [...] [11] Aquele [César] me envia cartas lisonjeiras; [Lúcio Cornélio] Balbo faz o mesmo a favor dele. Estou certo disto: afastar-me de minha honestíssima opinião, nem um dedo! Mas sabes o quanto lhe devo. Pensas, portanto, que não se deve recear que alguém nos acuse disso, se estivermos mais abatidos, ou que peça de volta, se mais corajosos? O que achas disso tudo? “Paguemos”, dizes. Pois bem, tomemos um empréstimo de Célio. Todavia, gostaria que tu considerasses isto. Penso, de fato, que, se alguma vez eu tiver de me manifestar com brilho a favor da coisa pública no Senado, esse teu Tartéssio aí [Balbo] irá me dizer ao sair: “ordena, por favor, que alguém pague as moedas.” (Cic. *Att.* VII, 3 - Epístola 05, p. 290)

### III- Curião e a contraproposta de extinção dos comandos especiais de César e Pompeu:

Prevista para ocorrer em março de 50 AEC, a resolução acerca das províncias proconsulares foi adiada novamente. Entretanto, o debate entrou numa nova fase entre abril e junho. Como o prazo legal de César havia finalmente expirado, o tribuno da plebe Curião

---

<sup>53</sup> A título de comparação, Pompeu havia recebido 10 dias de preces públicas pela vitória contra Mitridates (CONSTANS, 1962, p.108) e César recebera 20 dias pela pacificação das Gálias (BAYET, 1964, p. 49). Daí a razão de Cícero considerar um absurdo que Bíbulo tenha recebido o mesmo tratamento.

adotou uma nova estratégia: quando o cônsul C. Marcelo finalmente retomou o tema e propôs que fossem enviados os substitutos de César, Curião apoiou a medida contando que também fossem designados substitutos para Pompeu. Por trás dessa contraproposta, estava a ideia de que somente assim o Estado permaneceria livre e sem temor algum:

*Nam C. Curio, tribunus plebis, cum Caesaris causam dignitatemque defendendam suscepisset, saepe erat senatui pollicitus, si quem timor armorum Caesaris laederet, et quoniam Pompei dominatio atque arma non minimum terrorem foro inferrent, discederet uterque ab armis exercitusque dimitteret: fore eo facto liberam et sui iuris civitatem. (Cés. BG. VIII, 52, 4)*

Na realidade, C. Curião, tribuno da plebe, embora se encarregasse da defesa da causa e da dignidade de César, muitas vezes propusera ao Senado que, se o temor das armas de César lhe incomodava, e visto que a soberania e, sobretudo, as armas de Pompeu também não traziam um terror menor ao *forum*, que um e outro se afastassem das armas e dispensassem os exércitos: com essa ação, o Estado se tornaria livre e de direito.

Segundo Apiano (Ap. GC. II, 27), a maioria dos senadores se opôs, por considerar a medida injusta, afinal, o prazo legal de Pompeu ainda não expirara. Como sua contraproposta não foi nem votada, Curião passou a adotar uma posição intransigente: o sucessor de César só seria nomeado se o de Pompeu também o fosse, e a partir daí passou a impor seu veto tribunicio paralisando todas as discussões posteriores relativas ao governo provincial.<sup>54</sup> Em sintonia com o registro destacado acima, Apiano afirma que o argumento de Curião era de que, como existia um receio mútuo entre um e outro, não haveria garantia de paz para Roma a não ser que César e Pompeu voltassem à condição de simples cidadãos.

Dias depois, Pompeu enviou uma carta de Nápoles, onde se recuperava de uma doença, afirmando que tencionava entregar os comandos especiais se o Estado assim o desejasse. Todavia, de acordo com Apiano (Ap. GC. II, 29), alguns senadores acreditavam realmente que não era seguro privar Pompeu de suas forças enquanto César não havia deposto as dele, pois este se encontrava há muitos anos fora de Roma e era homem de planos mais ambiciosos. Por outro lado, Curião sustentava a mesma tese, mas inversa, dizendo que César era necessário para fazer frente a Pompeu e tornava a defender que ambos depusessem o poder ao mesmo tempo.

Nos comícios de julho, Cláudio Marcelo (primo do cônsul de 50 AEC e irmão do de 51 AEC) e L. Cornélio Léntule Crure foram eleitos para o consulado de 49 AEC; dentre os

---

<sup>54</sup> Na Epístola 09 (Att. VII, 7, 5), Cícero culpa os senadores pela falta de diálogo com Curião e pelo conseqüente impasse provocado. Por conta disso, aponta Cícero, todas as províncias estavam sem governadores nomeados.

tribunos eleitos, Marco Antônio e Q. Cássio Longino eram partidários de César, enquanto que C. Cássio Longino e L. Cecílio Metelo posicionavam-se contra (BROUGHTON, 1952, p. 258-259).

No final de setembro, entretanto, correu a notícia de que César se preparava para cruzar os Alpes à frente de quatro legiões e iria se posicionar em Placência, cidade da Gália Cisalpina situada nas margens do Rio Pó. A notícia espalhou-se rapidamente por Roma, pela Itália e além; escrevendo de Atenas, Cícero registra a Ático:

Nos idos de outubro [15 de outubro] enviei esta carta, no mesmo dia em que, como escreves, César [enviou] quatro legiões para Placência. Peço-te, o que será de nós? Minha estadia na cidadela de Atenas é agradável nesse momento. (Cic. *Att.* VI, 9, 5 – Epístola 02, p. 270)

Como consequência, em meio ao pânico geral, o cônsul C. Marcelo propôs que César fosse declarado inimigo público e que as duas legiões estacionadas em Cápua fossem enviadas contra ele. Curião, defendendo que a notícia era falsa, impediu que qualquer medida fosse tomada precipitadamente. Apoiado pelos dois cônsules designados, C. Marcelo partiu ao encontro de Pompeu nos arredores de Roma para confiar-lhe o comando da guerra contra César. Pompeu, com ressalvas, acabou aceitando a comissão, mas, ao fim, comprovou-se que tudo não era mais que um boato.

Diante de tudo isso e ciente de que um conflito estava por vir, o Senado parecia ainda oscilar sobre qual decisão tomar na reunião de 1º de dezembro. Segundo Apiano (*Ap. GC.* II, 30), o cônsul C. Marcelo propôs que César deveria dispensar o exército, o que foi aceito pela maioria dos senadores, mas vetado por Curião. Em seguida, Marcelo perguntou aos senadores se Pompeu deveria dispensar o exército, proposta recusada também pela maioria. Finalmente, Curião reapresentou sua contraproposta, de que Pompeu e César deveriam resignar ao mesmo tempo: tanto Apiano como Plutarco (*Plut. Pom.* 58) registram que 370 senadores se posicionaram a favor e apenas 22 foram contra. Os dois autores indicam que Marcelo encerrou a reunião antes que um decreto fosse emitido.

Seja como for, o assunto permaneceu sem conclusão. Em 10 de dezembro, Marco Antônio e Q. Cássio assumiram suas funções de tribunos da plebe enquanto Curião partiu ao encontro de César em Ravena.

### 3.3.2 Uma guerra que talvez não se quisesse evitar

Vi Pompeu no dia 4 para os idos de dez.; estivemos por uma, possivelmente duas horas. [...] Sobre a coisa publica, porém, falou comigo assim, como se não houvesse dúvidas da guerra, nada em vista de uma esperança de concórdia. (Cic. *Att.* VII, 4, 2-3 - Epístola 06, p. 300)

Desfeita a ameaça dos Partos, Cícero começou a preparar o retorno a Roma ainda em julho de 50 AEC. Pela correspondência do período, pode-se perceber que ele sente saudades da família e dos amigos, porém o que mais o atormenta é a situação política. À medida que navega rumo à Itália, a província e seus problemas administrativos vão ficando para trás, enquanto que a possibilidade de guerra civil se torna cada vez mais real. Após uma passagem rápida por Éfeso, onde recebe notícias frescas, Cícero escreve no dia 1º de outubro:

Mal tinha decidido escrever-te e tomado o cálamo, Batônio veio diretamente do navio até mim na casa em Éfeso e entregou tua epístola na véspera das calendas de outubro [29 de setembro]. Alegrei-me de tua feliz navegação, da oportunidade com Pília e também, por Hércules, da conversa dela a respeito do casamento de minha Túlia. [2] Batônio, porém, trouxe-me somente terrores cesáreos e também falou mais coisas com Lepta, espero que falsas, mas certamente horríveis: de modo algum [César] está disposto a dispensar o exército; estão com ele os pretores designados, o tribuno da plebe Cássio, o cônsul Léntulo; Pompeu tem em mente deixar a Cidade. (Cic. *Att.* VI, 8 – Epístola 01, p. 266)

Pelas notícias trazidas por Batônio, Cícero se informa de que César não pretende dispensar o exército enquanto sua candidatura ao consulado não for aceita, mesmo que o prazo legal de seu comando especial tenha expirado. Além disso, César parece dispor do apoio de parte dos magistrados eleitos, dentre eles alguns pretores, o cônsul Lúcio Cornélio Léntulo Crure e o tribuno da plebe Quinto Cássio. Pompeu, por outro lado, afirmara aos amigos que abandonaria o Senado e permaneceria nas Hispânicas caso este não se decidisse logo sobre o futuro de César.

Quinze dias depois, da Acrópole de Atenas, Cícero escreve temendo que o conflito que se aproximava seria maior que todas as contendas civis testemunhadas por Roma até então. Afirma também ter recebido cartas amistosas tanto de César como de Pompeu, mas não deixa em dúvida a quem pertence sua lealdade, ou melhor, a qual causa. Preocupam-lhe quais seriam as melhores palavras a se pronunciar num Senado dividido, pois sabe que sua opinião tem peso entre os senadores; reconhece ainda que muitos, assim como ele próprio, apoiaram a aliança política de Pompeu e César no passado. Ao final, como de costume, pede conselhos ao amigo:

Ouve agora o restante. Pelas fortunas! Todo o teu amor com que tens me rodeado e toda a tua prudência que, meu Hércules, eu julgo ímpar em todo gênero de assuntos, congrega para essa inquietação a fim de que tomes conhecimento de toda minha situação. Parece, de fato, que vejo uma batalha tão grande, - a não ser que o mesmo deus que nos livrou da guerra contra os Partos, e de forma ainda melhor que ousássemos desejar, tenha voltado seus olhos para coisa pública -, mas tão grande quanto nunca existiu. [3] [...] Cada um dos dois [César e Pompeu], porém, me consideram como seu, a não ser que, por ventura, um deles esteja fingindo. Na realidade, Pompeu não duvida; de fato, declara com razão que eu agora aprovo completamente suas opiniões a respeito da coisa pública. Dos dois, porém, recebi cartas de mesmo teor, juntamente com a tua, como se parecesse que ambos me valorizam acima de todos os outros. [4] Em verdade, o que farei? Não pergunto acerca daquela derradeira (se, de fato, o assunto for tratado pela via militar, vejo que é preferível ser vencido com um a vencer com o outro), mas daquelas questões que serão discutidas quando eu tiver chegado, que não se considere a candidatura dele, que dispense o exército. “Diz, M. Túlio.” O que direi? “Espera, por favor, enquanto eu me reúno com Ático?” Não há espaço para tergiversar. Contra César?

“Onde estão aqueles apertos de mão?”

Na realidade, eu ajudei para que isto lhe fosse lícito, rogado por ele próprio em Ravena, da parte do tribuno da plebe Célio. Ora, por ele próprio? E também pelo nosso Gneu [Pompeu] naquele divino terceiro consulado. Terei mudado de opinião? αἰδέομαι [envergonho-me] não apenas de Pompeu, mas dos Τρῶας καὶ Τρωάδας [troianos e troianas].

Πουλιδάμας μοι πρῶτος ἐλεγχείην καταθήσει  
[Polidamante será o primeiro a atirar-me com censuras]<sup>55</sup>  
[Hom. *Il.* XXII, 100 – Trad. Frederico Lourenço]

Quem? Tu próprio, evidentemente, que louvas tanto os meus feitos como meus escritos. [5] Dessa armadilha, portanto, logo consegui fugir durante os dois últimos consulados dos Marcelos, quando se discutiu a respeito da província de César; agora, nela caio no momento mais crítico! Assim, pois, que um tolo dê o seu parecer primeiro, muito me agrada fazer qualquer esforço em prol de nosso triunfo, estar fora da Cidade com um motivo o mais justo. Todavia, se esforçarão para subtrair minha opinião. Provavelmente rirás neste ponto: como eu gostaria que ainda estivesse agora a me demorar na província! [...] [7] Tu, porém, refletirás sobre a nossa situação: primeiro, por meio de qual artifício poderemos conservar a benevolência de César; em seguida, a respeito do nosso próprio triunfo. (Cic. *Att.* VII, 1 - Epístola 03, p. 274)

Desembarcando em Brundísio, sul da Itália, em 24 de novembro, Cícero se apressa em retornar a Roma. No próximo trecho, Cícero acredita que a questão possa ser reconduzida

---

<sup>55</sup> Contexto: Fala de Heitor, que está prestes a deixar a proteção dos muros de Troia para lutar sozinho contra Aquiles em campo aberto. A afirmação de Heitor está inserida dentro de uma reflexão sobre o seu erro estratégico de forçar os troianos a continuarem a lutar contra os Aqueus na planície após a morte de Pátroclo e o retorno de Aquiles. Nesse sentido, Heitor se arrepende de ter ridicularizado o conselho dado por Polidamante, que havia sugerido uma retirada estratégica de volta a segurança dos muros de Troia. Agora, diante da matança recém-perpetrada pelo furioso Aquiles, Heitor sente-se envergonhado.

rumo à concórdia, afinal de contas, o que realmente está em disputa não é a defesa da coisa pública (*res publica*), mas a manutenção do poder pessoal (*potentia*) tanto de César como de Pompeu: “nesse momento, com grande perigo para o Estado, homens combatem pelo poder pessoal” (Cic. *Att.* VII, 3, 4 – Epístola 05, p. 290). Caso não se chegue a um acordo e tudo termine em guerra, Cícero quer pelo menos restar vencido junto aos homens de bem. Até lá, declara que vai seguir Pompeu, pois é ele o capitão da nau do Estado, mas não vai deixar de aconselhá-lo a fim de que busque a paz; César, em oposição, além de audacioso, é o favorito da juventude e dos endividados. Todavia, mesmo diante dessa polarização, Cícero informa que ainda existe um grupo de pessoas que trabalha para evitar a guerra, já que a vitória de qualquer um dos lados trará consequências temíveis:

[2] Se, de fato, o assunto puder ser conduzido rumo à concórdia ou rumo à vitória dos homens de bem, de qualquer das duas circunstâncias eu gostaria de ser um ajudante ou, pelo menos, um não faltante; caso os bons sejam vencidos, onde quer que eu esteja, juntamente com eles estarei vencido. Por essa razão, a rapidez de nosso retorno dever estar ἀμεταμέλητος [livre de censuras]. [...] [4] Nesse momento, com grande perigo para o Estado, homens combatem pelo poder pessoal. Na realidade, se o que se defende é a coisa pública, por que ela não foi defendida quando ele [César] próprio foi cônsul? Por que eu, em cuja causa se assentava a salvação da coisa pública, não fui defendido no ano seguinte? Por que o comando militar foi-lhe prorrogado ou, ainda, por que daquele modo? Por que se lutou com tamanho esforço a fim de que dez tribunos da plebe propusessem a candidatura dele ausente? Por meio dessas coisas, aquele [César] de tal modo se tornou poderoso que agora a esperança de resistir está em um único cidadão [Pompeu]; o qual, antes eu preferisse, não tivesse lhe dado tantas forças militares ao ponto que agora tenha de resistir-lhe tão forte. [5] Mas, visto que a coisa [*res*] foi conduzida de tal maneira, não perguntarei, como escreves,

ποῦ σκάφος τὸ τῶν Ἀτρείδων;  
[Onde está a nave dos Atridas?]

para mim, só existirá um único σκάφος [barco], que será pilotado por Pompeu. Aquilo próprio que afirmas, “o que acontecerá, quando for dito, ‘Qual o teu parecer, M. Túlio?’” – σύντομα [em resumo]: “Concordo com Cn. Pompeu”. Ao próprio Pompeu, todavia, exortarei em particular rumo à concórdia. Deste modo, de fato, sinto que a situação é de extremo perigo. Vós, na Cidade, evidentemente sabeis melhor. Todavia, vejo realmente isso, lidamos com um homem audaciosíssimo e preparadíssimo; estão ao seu lado todos os condenados, todos os afetados pela ignomínia, todos os dignos de condenação e ignomínia; quase toda a juventude; toda aquela plebe urbana e, sobretudo, perdida; tribunos fortes, Q. Cássio incluso; todos que estão premidos por dívidas, que entendo serem em número maior do que eu pensava. A essa causa só lhe falta uma causa, do restante tem em abundância. Do lado de cá, todos fazem de tudo a fim de que não se decida pelas armas, das quais as consequências são sempre incertas; agora, na

verdade, também é de se temer mais no que diz respeito à outra parte. (Cic. *Att.* VII, 3 – Epístola 05, p. 290)

Além das mortes e prejuízos em consequência da guerra, Cícero defende a paz porque acredita que a vitória de qualquer um dos lados será tenebrosa. Em outra carta, ao comentar sobre a superioridade militar de César neste momento, Cícero acredita que seria melhor ceder do que resistir:

[4] Sobre a coisa pública, temo mais a cada dia. [...] É preciso a paz. Da vitória, surgirá certamente tanto um tirano como muitos males. [...] [5] O que resta é zombar, se ele o permitir. Na realidade, eu sou do tipo que pensa que é mais útil conceder àquele [César] aquilo que postula do que reunir os estandartes. De fato, resistimos tarde demais a quem por dez anos nutrimos contra nós. (Cic. *Att.* VII, 5 - Epístola 07, p. 302)

Com base nessa situação, poder-se-ia perguntar ‘por que tanta resistência em se aceitar a candidatura de César?’ Afinal, quase todos com quem Cícero se encontrara eram a favor de uma saída política para crise:

Quantos cavaleiros romanos, quantos senadores eu vi, que vituperavam violentamente tanto essa viagem de Pompeu como o restante das coisas! [os preparativos de guerra, que incluíam uma ordem de recrutamento militar]. (Cic. *Att.* VII, 5, 4 - Epístola 07, p. 302)

Sobre a coisa pública, muito temo e até agora quase não encontrei quem pensasse que é melhor lutar do que conceder o que César postulava. É aquela certamente uma demanda impudente? Pela conjectura, muito mais moderada. Por que, porém, vamos começar a resistir-lhe agora? (Cic. *Att.* VII, 6, 2 - Epístola 08, p. 306)

A resposta, entretanto, pode ser inferida de dois encontros que Cícero teve com Pompeu. No primeiro, em 10 de dezembro, Pompeu demonstra que não havia esperança para um acordo pois não confiava mais em César e acreditava que a relação entre eles estava rompida após um episódio recente. Apesar dos argumentos de Pompeu, naquele momento, Cícero não crê que César arriscaria tudo o que conquistara até então agindo de maneira drástica:

Vi Pompeu no dia 4 para os idos de dez. [10 de dezembro]; estivemos por uma, possivelmente duas horas. [...] Sobre a coisa pública, porém, falou comigo assim, como se não houvesse dúvidas da guerra, nada em vista de uma esperança de concórdia; que aquele [César] nitidamente tinha rompido consigo, embora antes o percebesse, naquele momento julgou quase como

verdadeiro [...] <sup>56</sup>. Isto lhe [Pompeu] parecia ser uma τεκμηριῶδες [prova] da ruptura. [3] O que mais? Nenhuma outra coisa me consola, exceto que aquele [César], a quem também os inimigos haverão de dar um outro consulado e a Fortuna o mais alto poder, não será, creio eu, tão insensato que leve tudo ao ponto crítico. Quanto a isso, se tudo tiver começado a ruir, eu que muitas coisas temo, não as ousa descrever. Mas, nas circunstâncias atuais, cogito estar próximo da Cidade faltando 3 dias para as nonas de janeiro [3 de janeiro]. (Cic. *Att.* VII, 4, 2-3 - Epístola 06, p. 300)

Do segundo encontro, em 25 de dezembro, Cícero relata que Pompeu teme que o acordo político resulte mais danoso aos interesses públicos do que a própria guerra. No raciocínio de Pompeu, caso César alcançasse novamente o consulado mesmo que abrindo mão do exército, isso representaria a ruína do Estado. Ao mesmo tempo, parece que Pompeu teme um ataque à sua reputação e talvez até mesmo alguma medida judicial no futuro, a julgar pelo discurso realizado pelo tribuno Marco Antônio no dia 21 de dezembro. Diante dessas informações, Cícero pondera que Pompeu não apenas trabalha contra o que acredita ser uma paz simulada, mas que inclusive a teme:

No dia 6 das calendas [25 de dezembro], [Pompeu] alcançou-me junto a Lavérnio. Chegamos a Fórmias ao mesmo tempo e conversamos à parte da hora oitava até o entardecer. Sobre aquilo que perguntas, se existe alguma esperança de reconciliação, do quanto eu examinei cuidadosamente da longa e acurada conversa de Pompeu, nem sequer existe vontade. Deste modo, de fato, considera que, se aquele for feito cônsul, mesmo que dispensado o exército, resultaria na σύγχυσις τῆς πολιτείας [ruína do Estado]. [...] O que queres? E, ainda que com frequência eu me lembrasse do “ξυνὸς Ἐνυάλιος” [igualitário Eniáliος],<sup>57</sup> todavia me alivia das preocupações ouvir a um indivíduo corajoso, perito e também cheio de autoridade dissertando πολιτικῶς [politicamente] a respeito dos perigos de uma paz simulada. [5] Tínhamos em mãos, porém, o discurso de Antônio na assembleia do povo do dia 10 das calend. Jan. [21 de dezembro], no qual existia uma acusação contra Pompeu que remontava à toga pura, uma reclamação sobre as condenações, o terror das armas. Nisso tudo, aquele falava: “Que pensas que o próprio haverá de fazer caso venha a tomar posse da coisa pública, se o questor dele, débil e sem poder, ousa dizer estas coisas?” O que mais? Pareceu que não só não busca a paz, mas também a teme. Porém, penso eu, o homem está abalado desde aquela decisão vergonhosa de abandonar a Cidade. O que me é mais desagradável, porém, é ter de pagar as moedas a César e conferir-lhe os recursos do triunfo. De fato, é ἄμορφον [vergonhoso] ser ἀντιπολιτευομένου χρεωφειλέτην [devedor de um oponente político]. Mas essas e muitas outras coisas frente a frente. (Cic. *Att.* VII, 8, 4-5 - Epístola 10, p. 314)

---

<sup>56</sup> Cícero então descreve um episódio envolvendo um enviado de César a Roma.

<sup>57</sup> Ver nota da epístola no Apêndice.

A partir desse testemunho, fica mais fácil compreender como as tentativas de acordo político resultaram em fracasso. De um lado, César não abria mão de sua candidatura a distância. A razão disso, segundo Canfora (2002, p. 169), residia na certeza que César tinha de que, se retornasse a Roma como simples cidadão, seria arrastado aos tribunais e condenado com base nas ilegalidades cometidas durante o seu primeiro consulado. É o que o próprio César teria dito, segundo o testemunho de Asínio Polião, após a vitória na sangrenta batalha de Farsália em meados de 48 AEC:

*Quod probabilius facit Asinius Pollio, Pharsalica acie caesos profligatosque adversarios prospicientem haec eum ad verbum dixisse referens: “hoc voluerunt; tantis rebus gestis Gaius Caesar condemnatus essem, nisi ab exercitu auxilium petissem.” (Suet. Iul. 30)*

Asínio Polião faz disso o mais provável, restituindo palavra por palavra as coisas que ele [César] disse vendo diante de si os adversários mortos e desbaratados na batalha de Farsália: “Isto foi o que desejaram; após tantos feitos notáveis, eu, Caio César, teria sido condenado se não tivesse pedido auxílio ao exército.”

Por outro lado, os que eram contra a candidatura de César temiam que ele fosse aprovar projetos que aumentassem ainda mais o seu poder pessoal durante o segundo consulado, possivelmente também com o apoio dos tribunos da plebe. Não se sabe quais seriam essas medidas, mas, pelo teor da conversa com Pompeu citada por Cícero, poderiam envolver um novo comando extraordinário, perseguição política a Pompeu e aos inimigos pessoais, o controle total sobre os assuntos públicos. Há também quem pensasse que César sempre desejara tornar-se um rei.<sup>58</sup>

No meio dessas duas correntes, existiam aqueles que, mesmo desaprovando as intenções de César, preferiam uma paz injusta à guerra civil. Nesse sentido, a alternância de posicionamento dos senadores que se viu durante a votação das propostas do cônsul Marcelo e da contraproposta de Curião é expressiva. Cícero certamente era um de seus líderes, mas pouco pôde fazer durante sua ausência do Senado, além de se corresponder com Ático e com os demais “homens de bem”. Apesar de reiteradas vezes manifestar o seu apoio público a Pompeu, o programa político de Cícero sempre visou à concórdia:

Dirás: “Qual será, portanto, o teu voto?” Não o mesmo que vou dizer: votarei, de fato, em tudo que não leve a uma decisão pelas armas; direi o mesmo que Pompeu. E não o farei por baixeza de caráter: mas, de novo, este

---

<sup>58</sup> Canfora (2002) explora e descarta essa vertente no capítulo “Uma antiga aspiração à ‘Tirania’?”

é um mal muito grande para a coisa pública e, para mim, de certo modo mais do que para os demais, não é correto eu estar em desacordo com Pompeu em meio a questões tão importantes. (Cic. *Att.* VII, 6, 2 - Epístola 08, p. 306)

Com este [César], deve-se lutar num combate decisivo ou reconhecer a legalidade da candidatura. [7] “Combata”, dizes tu, “mais digno que tornar-se um escravo”. Para quê? Se vencido, serás proscrito; se venceres, ainda assim viverás na servidão. “O que então” dizes, “estás disposto a fazer?” O mesmo que o gado, que, dispersado, volta a seguir o rebanho da sua espécie. Como o boi ao armento, assim eu seguirei os homens de bem ou todos aqueles que são chamados de bons, ainda que se arruinem. É o melhor diante de um negócio que já começou mal, vejo claramente. (Cic. *Att.* VII, 7, 6-7 - Epístola 09, p. 308)

### 3.3.3 O fim das negociações: o *senatusconsultum ultimum* de 7 de janeiro de 49

As regiões da Itália foram repartidas para que cada um de nós guardasse uma parte: nós assumimos Cápua. (Cic. *Fam.* XVI, 11, 2-3)

Durante o período final de negociações, César fez circular suas intenções conciliatórias entre os seus amigos e os novos tribunos da plebe: estaria disposto a abrir mão da Gália Transalpina e de oito legiões em 1º de março de 49 AEC, contando que mantivesse o governo da Gália Cisalpina e do Ilírico, acompanhado de duas legiões, até que fosse eleito cônsul.<sup>59</sup> Segundo Suetônio (Suet. *Iul.* 29), houve ainda uma proposta posterior, na qual César se contentaria em permanecer no Ilírico até assumir o consulado acompanhado de uma única legião. Poucos dias depois, César oficializou a proposta e enviou uma carta para ser lida no Senado durante a posse dos novos cônsules em 1º de janeiro de 49 AEC.

Para tanto, segundo Apiano (Ap. *GC.* II, 32), Curião teve de percorrer a distância entre Ravena e Roma em apenas três dias para garantir que o tribuno Marco Antônio pudesse realizar a leitura dela na ocasião planejada. Ainda de acordo com Apiano (Ap. *GC.* II, 32-33), a carta continha uma exposição solene de tudo quanto César havia realizado em seus dez anos de governo e a proposta final de resignação, com a condição de que Pompeu o seguisse. Todavia, caso este se recusasse, César viria de imediato como vingador de sua pátria e de sua própria honra. Essa última parte, encarada por muitos senadores como uma verdadeira declaração de guerra, motivou o decreto que tornou César inimigo público e a expulsão dos tribunos por parte dos cônsules. Em seguida, prossegue Apiano, Lúcio Domício Aenobardo, nomeado sucessor de César, partiu ao encontro dele à frente de quatro mil soldados.

---

<sup>59</sup> Apiano não menciona outra proposta além dessa. Contudo, afirma ainda que ela agradava a Pompeu, mas não aos cônsules. Essa informação difere do testemunho de Cícero citado anteriormente (Ap. *GC.* II, 32).

O problema do relato de Apiano é que ele concentra todos os eventos acima numa única reunião do Senado. Suetônio, por outro lado, nem a cita diretamente, mas indica que César se aproveitou da expulsão dos tribunos como pretexto para a invasão. O próprio César (Cés *BC*. I, 1-7), contudo, oferece um relato mais detalhado. Sem citar o conteúdo da carta, apenas informa que ela foi lida a muito custo no Senado, mas suas propostas não chegaram ser discutidas no plenário. Os cônsules, segundo César, passaram então a agitar os senadores com ameaças a fim de que tomassem um partido; o mesmo teria feito Pompeu através de Cipião, seu sogro e porta-voz:

Os cônsules colocam na ordem do dia a situação geral do Estado. O cônsul Lúcio Lêntulo agita o Senado; garante que não deixará de acudir à República se os senadores estiverem dispostos a manifestar seus pontos de vista com desassombro e decisão; 3. se, porém, voltarem suas atenções para César e andarem atrás de seus favores, como fizeram recentemente, não cuidará que de seus próprios interesses e deixará de se sujeitar às decisões do Senado; também ele tinha acesso aos obséquios e à amizade de César. 4. Com idênticos sentimentos fala Cipião: Pompeu não tinha intenção de faltar à República, se o Senado o seguisse; se hesitasse e agisse com muita tolerância, em vão iria implorar sua ajuda, se posteriormente viesse a desejá-la. (Cés. *BC*. I, 1, 2-3 – Trad. Antonio da Silveira Mendonça)

Ainda de acordo com César (Cés. *BC*. I, 2-3), diferentes opções foram debatidas em seguida: o ex-cônsul M. Marcelo defendia que primeiro se tomassem medidas para fortalecer o Senado, como o recrutamento e a mobilização de exércitos, para depois se retomar a discussão; já Marcos Calídio e Marcos Rufo argumentavam que Pompeu deveria voltar para sua província a fim de se evitar um pretexto para a guerra. Todavia, segundo César, o cônsul Lêntulo negou que essas propostas fossem colocadas em votação e apresentou outra: que César deveria dispensar o exército em data a ser estipulada, caso contrário, seria declarado inimigo público. Por seu turno, os tribunos Marco Antônio e Quinto Cássio vetaram a proposta. Ao fim, a sessão encerrou-se no cair da tarde sem uma medida concreta.

César informa que a promulgação do *senatusconsultum ultimum* suspendendo as garantias constitucionais se deu no dia 7 de janeiro; no total, contando a reunião do início do ano, o Senado analisou a matéria durante cinco sessões (Cés. *BC*. I, 5, 4). Nesse meio tempo, discutiu-se não apenas a validade do veto dos tribunos, mas também as derradeiras tentativas de reconciliação: tanto o censor L. Pisão como o pretor L. Róscio se propuseram a ir ter pessoalmente com César para informá-lo da gravidade da situação, solicitando um prazo de seis dias; outros sugeriram que se enviasse uma delegação para informar César dos

sentimentos do Senado (Cés. BC. I, 3, 6-7). Tudo em vão. No próximo trecho, César apresenta as principais razões que impediram uma saída política:

A tudo isso se faz resistência, a tudo isso se opõe o discurso do cônsul, de Cipião, de Catão. A Catão movem-no a velha inimizade com César e a mágoa do revés eleitoral. 2. Lêntulo a tanto é levado pela enormidade de sua dívida, pela perspectiva de ter exército e províncias [...]. 3. A Cipião acalenta igual perspectiva de governar província e comandar exércitos que, em razão de seu parentesco, irá partilhar com Pompeu [...] 4. O próprio Pompeu, influenciado pelos inimigos de César e por não querer ter alguém com poder igual ao seu, rompera definitivamente sua amizade e se reconciliara com os inimigos comuns [...]; 5. ao mesmo tempo, desmoralizado com o caso das duas legiões desviadas da Ásia e da Síria para seu poder e dominação pessoal, porfiava para que as coisas viessem a dar em guerra. (BC. I, 4 – Trad. Antonio da Silveira Mendonça)

Segundo Mendonça (1999, p. 42-43), nesse momento, César apresenta a lista de seus principais desafetos políticos e os motivos nada edificantes de suas inimizades: Catão aparece como um impulsivo que carrega consigo antigos ressentimentos pessoais; o cônsul Lêntulo e Cipião são acusados de desejar o enriquecimento ilícito; por último, Pompeu é retratado como alguém que, movido por razão mesquinha, não admite que outro se iguale a ele em *dignitas*.

Cícero, que chega às portas de Roma no dia 4 de janeiro, logo percebe que sua esperança de reconciliação é uma causa perdida. Em carta a Tirão de 12 de janeiro, na véspera da invasão de César, Cícero culpa os ânimos acirrados que encontrara de ambas as partes como os responsáveis pelo cisma. Além disso, descreve o que se sucedeu no Senado desde a carta de César: a expulsão dos tribunos da plebe, o *senatusconsultum ultimum* e os preparativos adotados para a guerra. Deve-se destacar ainda a maneira amistosa como Cícero descreve todos os atores do relato, um sinal claro de que, apesar das recriminações anteriores ao “partido” de César, não nutria inimizades nesse momento:

*Ego ad urbem accessi pr. Non. Ian. Obuiam mihi sic est proditum, ut nihil possit fieri ornatius; sed incidi in ipsam flammam ciuili discordiae uel potius belli, cui quum cuperem mederi et, ut arbitror, possem, cupiditates certorum hominum - nam ex utraque parte sunt, qui pugnare cupiant - impedimento mihi fuerunt. Omnino et ipse Caesar, amicus noster, minaces ad senatum et acerbis litteras miserat et erat adhuc impudens, qui exercitum et prouinciam inuito senatu teneret, et Curio meus illum incitabat; Antonius quidem noster et Q. Cassius nulla ui expulsi ad Caesarem cum Curione profecti erant, posteaquam senatus consulibus, praetoribus, tribunis pl. et nobis, qui pro coss. sumus, negotium dederat, ut curaremus, ne quid res publica detrimenti caperet: [3] numquam maiore in periculo ciuitas fuit, numquam improbi ciues habuerunt paratiorem ducem. Omnino ex hac quoque parte diligentissime comparatur: id fit auctoritate et studio Pompeii*

*nostri, qui Caesarem sero coepit timere. [...] Italiae regiones descriptae sunt, quam quisque partem tueretur: nos Capuam sumpsimus. Haec te scire uolui. Tu etiam atque etiam cura, ut ualeas litterasque ad me mittas, quotiescumque habebis, cui des. Etiam atque etiam uale. D. pr. Idus Ian. (Cic. Fam. XVI, 11, 2-3)*

Eu me aproximei da Cidade na véspera das nonas de janeiro [4 de janeiro]. Ao meu encontro, produziu-se de tal forma uma manifestação pública que nada poderia ter sido mais honroso; mas me precipitei em direção às próprias chamadas da discórdia civil, ou antes, da guerra, a qual, embora eu desejasse sanar e, como julgo, pudesse, os desejos de certos homens – na realidade, existem de ambas as partes os que desejam lutar – tornaram-se num impedimento para mim. No geral, o próprio César, nosso amigo, tanto enviara uma carta ameaçadora e áspera ao Senado como restava impudente: que ele reteria o exército e a província contra a vontade do Senado, e todavia meu Curião o apoiava; com efeito, o nosso Antônio e Q. Cássio, expulsos sem nada de agressão, partiram em direção a César na companhia de Curião depois que o Senado incumbira os cônsules, pretores, tribunos da plebe e nós, que somos procônsules, a fim de que nos ocupássemos de que a coisa pública não sofresse prejuízo algum: [3] nunca o Estado esteve em maior perigo, nunca os cidadãos ímprobos tiveram um chefe mais preparado. No geral, da parte de cá, prepara-se com a maior diligência: isso se faz pela autoridade e zelo de nosso Pompeu, que tarde demais começa a temer a César. [...] As regiões da Itália foram repartidas para que cada um de nós guardasse uma parte: nós assumimos Cápua. Quis que tu soubesses essas coisas. Cuida de ti a todo momento a fim de que melhores e me envies uma carta todas as vezes que tiveres a quem dar. Fique sempre bem. Dada na véspera dos idos de janeiro [12 de janeiro].

A guerra estava enfim declarada, mas a paz ainda não fora totalmente descartada, como será discutido no próximo capítulo. Por último, observa-se apenas que esse resultado não foi em si uma surpresa para nenhum dos lados. A velocidade do avanço de César certamente pegou as forças republicanas desprevenidas, todavia não se pode dizer o mesmo acerca da invasão. Numa outra carta, após aquele segundo encontro com Pompeu citado anteriormente, Cícero escreve a Ático detalhando quais seriam os possíveis próximos passos de ambos os lados e suas consequências:

Diante da necessidade, ou reconhece-se a candidatura de César, ficando ele de posse do exército quer através do Senado quer através dos tribunos da plebe, ou persuade-se César a fim de que entregue a província e, sobretudo, o exército, e assim se torne cônsul; ou, se isso não o persuadir, realizam-se os comícios sem a candidatura dele, ficando ele resignado e, sobretudo, de posse da província; ou, se não se mostrar resignado através dos tribunos, todavia ele mantenha a calma, conduze-se o assunto até um interregno; ou, se a candidatura dele não for reconhecida, e por essa razão decida conduzir o exército, rivaliza-se com ele em armas. (Cic. Att. VII, 9, 2 - Epístola 11, p. 318)

Caso o impasse político não fosse resolvido, Cícero prevê, nessa mesma carta, que César poderia avançar de imediato, com óbvia vantagem estratégica, ou esperar até o mês de julho para se rebelar, quando ocorreriam as eleições, com o pretexto de que sua candidatura não fora aceita. Por não ter se precavido contra essa primeira opção, Pompeu será sempre criticado por Cícero, afinal, tarde demais começou a se preparar contra um inimigo que já estava preparadíssimo. No quesito pretexto para a invasão, é importante pontuar que Cícero igualmente imagina que César poderia utilizar-se da oposição entre Senado e tribunos da plebe para justificar a invasão:

Aquele [César], porém, pode iniciar o combate imediatamente, estando nós menos preparados, ou então quando dos comícios, estando os amigos dele a pedir que a candidatura seja reconhecida por conta da lei, e isso não seja obtido; porém, pode recorrer às armas por esta única razão, que a candidatura não é reconhecida, ou acrescentando ainda outra razão, se porventura um tribuno da plebe for censurado ao impedir o andamento do Senado ou ao incitar o povo, ou for limitado em suas funções por um decreto do Senado, ou for suspenso ou expulso, e, ao dizer ter sido expulso, ir se refugiar junto dele. (Cic. *Att.* VII, 9, 2 - Epístola 11, p. 318)

Finalmente, Cícero coloca-se num colóquio com Ático e passa a discutir na carta qual seria o melhor caminho a seguir: ceder ou não à exigência de César. Indiretamente, César e Pompeu também participam da conversa, que é um misto de reflexão e desabafo:

Qual desses males, dos quais certamente algum deve sobrevir, pensas como o menor? [3] Sem dúvida dirás: que [César] seja persuadido a fim de que entregue o exército e assim se torne cônsul. Isso é tão moderado que, se ele consentir, nada poderá ser dito contra; e, se não conseguir que sua candidatura seja reconhecida retendo o exército, me admiro que ele não o faça. Para nós, porém, assim pensam alguns, nada deve ser mais temível do que ele cônsul. “Ainda assim prefiro” dirás, “que com o exército”. Certamente; mas sei de alguém [Pompeu] que pensa este próprio “ainda assim” ser um grande mal e que não existe remédio algum para isso. “Deve-se ceder, se ele o quiser”. “Vá vê-lo cônsul pela segunda vez, aquele que viste no consulado anterior! Se então era fraco” diz ele, “foi mais forte que toda a coisa pública”. O que pensas agora? E, sendo ele cônsul, Pompeu está decidido a permanecer na Hispânia. Que assunto infeliz! Uma vez que o pior é precisamente aquilo que não se pode recusar, e, se ele o consegue, logo logo alcança o maior reconhecimento de todos os bons. [4] Vamos, portanto, desconsiderar isto, do qual negam que ele possa ser convencido; diante do restante, o que é pior? Conceder-lhe aquilo que pede, como o outro mesmo diz, na maior falta de vergonha? Na realidade, o que é mais vergonhoso? Retiveste uma província por dez anos, concedidos a ti não pelo Senado, mas por ti próprio através da força e através de uma facção; excedido o tempo, não da lei, mas do teu desejo, fazes todavia como se fosse da lei; quando se vota quem será o substituto, impedes e sustentas: “Reconhece a minha razão”. Reconhece tu a nossa. E o exército, que tu conservas por mais tempo

do que o povo ordenou, contra a vontade do Senado? “Convém que combatas encarniçadamente, a não ser que cedas.” É o que o outro afirma, certamente com uma boa esperança, seja de vencer, seja de morrer em liberdade. Já que se deve lutar, qual o momento está posto ao acaso, qual o planejamento às circunstâncias. Assim, pois, não te inquieto com essa questão; ao que eu disse, conta se tens algo novo. O certo é que me mantenho atormentado ao longo dos dias e das noites. (Cic. *Att.* VII, 9, 2-4 - Epístola 11, p. 318)

Essa é a última carta de que dispomos da correspondência de Cícero a Ático no ano de 50 AEC. A próxima será de 17 ou 18 de janeiro, em meio ao caos provocado pela chegada das notícias do avanço de César.

## CAPÍTULO IV

### CÍCERO, CORRESPONDENTE DE GUERRA

Neste quarto capítulo, acompanhar-se-á a correspondência de Cícero desde os primeiros meses do conflito até o perdão concedido por César dois anos depois. Durante todo esse período, Cícero pôde seguir de perto os preparativos de guerra e as decisões estratégicas tomadas pelo lado republicano, apesar de não ter desempenhado um papel ativo na campanha militar. Além disso, seu posicionamento mais moderado, que objetivava uma saída política em nome da reconciliação e da paz, mesmo que considerada injusta, oferece uma perspectiva única de todo o desenrolar do conflito. Nesse sentido, a leitura de sua correspondência pode ser encarada quase como uma espécie de diário de guerra, no qual o autor deixa transparecer suas apreensões, expectativas e indecisões.

Cícero afirma que não deixara passar um único dia sem enviar uma carta a Ático (Cic. *Att.* VII, 15, 1), e, mesmo que nem todas elas tenham chegado até nós, o volume de sua correspondência no período é considerável. Por isso, preferiu-se empregar apenas os trechos mais pertinentes para a análise. De fato, a correspondência a Ático no período de 49-47 AEC comporta cerca de 80 cartas (Cic. *Att.* VII,10-27; *Att.* VIII,1-16; *Att.* IX,1-19; *Att.* X,1-18; *Att.* XI, 1-22), umas mais outras menos eloquentes. É também graças a essa correspondência, na qual Cícero por vezes insere uma cópia das cartas trocadas com outros correspondentes, que temos preservadas algumas conversas suas com Pompeu, César e Marco Antônio. No que toca aos assuntos familiares, incluíram-se alguns trechos da correspondência enviada à esposa e filha, assim como cartas recebidas de amigos, como Curião e Célio.

Reunindo todo esse material, tem-se uma narrativa vívida de um conflito pessoal por vezes angustiante: não é apenas o sistema político que está em crise, mas também as relações familiares, pessoais e políticas. Ainda assim, apesar dos frequentes momentos de hesitação, será possível perceber que Cícero não se afasta de seu ideal político, mesmo quando finalmente decide tomar um partido e colocar em jogo a sua própria segurança e a de sua família.

Ao mesmo tempo, pelas conversas com os líderes antagônicos e pelas inúmeras reflexões com Ático sobre suas condutas, Cícero concluirá que a causa da *res publica* não está sendo defendida verdadeiramente por nenhum dos lados e que ambos, César e Pompeu, lutam pela manutenção de seu poder pessoal. Quando se dá conta disso, entende porque a paz, que

esteve aparentemente tão próxima, não pôde ser concluída. A partir daí, resignado, escolhe o caminho que considera o mais honroso, mesmo que seja em direção a um destino que despreza. Assim, a longa indecisão de Cícero, mais criticada pelos modernos do que pelos antigos, pode ser resumida em poucas ideias: ele não identifica o seu ideal político em nenhum dos lados; todavia, numa guerra civil, não existe a opção da neutralidade, pois, para uma personagem politicamente influente, não tomar um partido é, em si, uma decisão que favorece a um dos lados. Como será visto, ilustra bem esse ponto tanto a entrevista que Cícero teve com César após a retirada de Pompeu para a Grécia, como a sua própria atuação quando se juntou ao exército deste em Dirráquio.

O presente capítulo está estruturado em quatro tópicos que seguem o desenrolar da guerra: primeiramente, acompanhar-se-ão as preocupações iniciais de Cícero logo que a invasão foi anunciada em Roma; em seguida, mostrar-se-á como as divergências estratégicas com Pompeu, isto é, as divergências políticas, acabaram por separá-los, permanecendo Cícero na Itália enquanto Pompeu organizava a guerra nas províncias orientais; no terceiro tópico, coloca-se em destaque a questão da neutralidade e os motivos que levaram Cícero a recusar a amizade e o favorecimento de César; por fim, após uma breve descrição do que se passou no campo de Pompeu e de sua derrota em Farsália, apresentar-se-ão as reflexões de Cícero sobre o conflito enquanto ele espera finalmente pelo perdão de César.

#### I- Comentários sobre os *Commentarii* de César:

Tendo em vista que alguns trechos dos *Commentarii de bello ciuile* (*Comentários sobre a Guerra Civil*) de César estão reproduzidos neste capítulo, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a obra. Segundo Conte (1999, p. 228), o *De bello ciuile* está dividido em três livros, os dois primeiros tratam dos eventos ocorridos em 49 AEC, enquanto que o terceiro concentra as ações ocorridas em 48 AEC até a chegada de César ao Egito. Entretanto, segundo Almeida (2018, p. 119), existe até hoje uma grande discussão sobre a veracidade dos fatos narrados por César, discussão que possivelmente não terá fim: nos dois extremos, alguns pesquisadores o consideram um memorialista sincero, mas que foi inexato por questões involuntárias, enquanto outros estudiosos julgam que César foi um propagandista sem escrúpulos.

Essa polêmica é alimentada em parte por uma passagem de Suetônio. Nela, após citar os elogios de Cícero (*Cic. Brutus*, 262) e Hircio defendendo o *De Bello Ciuile* como uma espécie de obra “definitiva” sobre a guerra, ou seja, tão completa que dispensava outros

escritos, Suetônio afirma que Asínio Polião, que acompanhara César desde o início da invasão, alegou que a obra tinha alguns problemas:

*Pollio Asinius parum diligenter parumque integra ueritate compositos putat, cum Caesar pleraque et quae per alios erant gesta temere crediderit et quae per se, uel consulto uel etiam memoria lapsus perperam ediderit; existimatque rescripturum et correcturum fuisse.* (Suet. Iul. 56, 4)

Asínio Polião pensa que foram compostos com pouca diligência e com pouco interesse pela verdade porque César tinha creditado ao acaso a maior parte dos feitos realizados por si e também pelos outros, seja de forma refletida, seja ainda porque a memória tivesse deixado alguns lapsos; e considera que ele estava disposto a tê-los reescrito e corrigido.

Asínio Polião foi também um dos correspondentes de Cícero, porém resta apenas uma única carta sua. Datada de março de 43 AEC, ou seja, após a morte de César, Polião faz uma breve crítica ao papel desempenhado por César na eclosão da Guerra Civil, mas não diz nada a respeito dos *commentarii* (Cic. Fam. X, 31, 2). Contudo, é muito difícil não associar algum tipo de viés político à obra, afinal, César, por mais que tenha adotado um tom impessoal aos *commentarii*, é a liderança máxima de um dos lados do conflito e não só apresenta suas justificativas pessoais para a guerra, como também as reforça em diferentes ocasiões. Nesse sentido, segundo Conte (1999, p. 229), é inegável que as tendências políticas de César transpareçam: além de diferentes críticas ao núcleo dirigente republicano, o fato de César sempre enfatizar que sua atuação manteve-se dentro dos limites legais e que o seu maior desejo era a paz, que só não foi alcançada por conta das repetidas rejeições dos inimigos, é o maior exemplo desse direcionamento político em sua obra. Influenciados por essa visão, prossegue Conte (1999, p. 229), críticos modernos acreditam ter descoberto interpretações tendenciosas e distorções de eventos com o propósito de propaganda política. Para o autor, de uma forma geral, apesar de alguns estudos terem exagerado nessa linha de raciocínio, a conexão dos *comentarii* com a luta política é igualmente inquestionável.

No decorrer do capítulo, serão explorados, sob a ótica de Cícero, dois tópicos sensíveis a César, a busca pela paz e a clemência. Por hora, a título de exemplo, faz-se pertinente destacar um episódio específico explorado por Canfora (2002): o do encontro de César com os tribunos da plebe saídos de Roma. Como mencionado no final do capítulo anterior, César, em Ravena, discursara aos soldados da 13ª legião e, certificado do apoio da tropa, partiu para Arimino e lá se reuniu com os tribunos da plebe (Cés. BC, I, 8, 1). De acordo com Canfora,

em Arímimo, César aproveitou para exibir aos soldados os tribunos vilipendiados e fugitivos. Citando Plutarco e Suetônio, Canfora descreve o que seria uma cena de pateticismo calculado:

“Estimulou os soldados” – escreve Plutarco<sup>60</sup> – “mostrando-lhes homens de grande prestígio e magistrados da república forçados a fugir disfarçados em roupas de escravos, em carros de aluguel.” Suetônio é o mais pormenorizado; não só descreve com todo o detalhe a noite de subterfúgios e descaminhos que precedeu o alvorecer do dia em que o Rubicão foi atravessado por poucas coortes, mas descreve depois, com todo o detalhe, a reunião de César em Rímimi [Arímimo], depois da passagem do rio. “Tendo acolhido os tribunos expulsos de Roma, que o tinham alcançado, César pôs as tropas em formação para a *contio* e, arrancando a roupa do peito e comovendo-se até as lágrimas, cobrou-lhes fidelidade.”<sup>61</sup> (CANFORA, 2002, p. 181)

Ao comparar a narrativa de César com as de Plutarco e Suetônio, Canfora (2002, p. 181-183) afirma que houve uma manipulação intencional da parte de César a fim de justificar o envolvimento dos soldados na rebelião. Nesse sentido, segundo o autor, o discurso inicial aos soldados não teria de fato ocorrido em Ravena, como registra César, mas em Arímimo, após a invasão. Assim, para Canfora, existiria uma razão evidente para se falsificar esse acontecimento: apesar dos *commentarii* mostrarem o assentimento prévio e incondicional das tropas antes da passagem do Rubicão, a operação teria sido conduzida de modo a colocar as tropas diante do fato já consumado; os tribunos foram diretamente a Arímimo, e não a Ravena, porque já sabiam antecipadamente que César iria transpor os limites da província em guerra aberta; lá chegam disfarçados e como perseguidos políticos, num bem estudado sincronismo que serviria de base para a oratória soldadesca de César. Com isso,

César falou claro à tropa e a aliciou com promessas concretas *quando já estavam em Rímimi* e, para todos, voltar atrás era mais complicado. No relato dos *commentarii* tudo é reelaborado segundo uma ordem que nobilita – e quase chega a justificar – as decisões do comandante e também dos soldados. (CANFORA, 2002, p. 182 - destaques do autor)

Ainda para ilustrar a temática, Mendonça (1999, p. 162) aponta também uma discrepância importante entre os *commentarii* e as outras fontes: César, de retorno à Itália após vencer os generais de Pompeu nas Hispânicas, não faz nenhuma menção a qualquer tipo de problema com seus soldados; todavia, sabe-se por outras fontes, entre outras Suetônio (Suet. *Cés.* 69), que ele teve de enfrentar o amotinamento da 9ª legião em Placência, região do

---

<sup>60</sup> Plut. *Cés.* 31, 3.

<sup>61</sup> Suet. *Iul.* 33, 1.

rio Pó. Para Mendonça, o silêncio de César sobre esse e vários outros fatos é apontado como um indício de que o relato não está livre de filtros seletivos de informação.

Finalmente, quem se aventura na leitura dos *commentarii* deve reparar também o número desproporcional de baixas militares relatadas nas diversas batalhas: além de Farsália, onde César alega ter perdido por volta de 200 soldados contra cerca de 15 mil pompeianos mortos e mais de 24 mil capturados (Cés. BC. III, 99), em Dirráquio, após um dia de intensos combates, César computa:

1. Assim, em um único dia, ocorreram seis combates, três em Dirráquio, três ao longo das fortificações; feito um cálculo de todos eles, chegamos à conclusão de que morreram cerca de dois mil pompeianos [...] 2. As nossas perdas em todos os combates não foram além de vinte. No entanto, no fortim não houve um que não ficasse ferido, e quatro centuriões da oitava coorte perderam a vida. (Cés. BC. III, 53 – Trad. Antonio da Silveira Mendonça)

Dirráquio é ainda o único local no qual César reporta ter sofrido uma derrota significativa, tendo perdido mais de 900 soldados num batalha posterior à citada acima (Cés. BC. III, 71); mesmo assim, acrescenta César, foram mortos mais pelo pânico generalizado, e assim esmagados pelo peso dos companheiros em fuga por caminhos estreitos, do que pelas armas dos inimigos. Ao mesmo tempo, na sua narrativa, César afirma que essa derrota de certa forma será a responsável pela vitória definitiva em Farsália, pois encherá os generais inimigos de confiança e prepotência.

## II- O avanço inicial de César:



Mapa 1 – Recorte da região central da Itália. Adaptado de: CROOK, J. A.; LINTOTT, A.; RAWSON, E. (Orgs.). *The Cambridge Ancient History* (Vol. IX, 2 ed.). Cambridge: CUP, 1992.

Segundo Tyrrell e Purser (1894, p. XIII), César cruzou o Rubicão<sup>62</sup> em 12 de janeiro e no dia seguinte ocupou Arímimo (colônia romana na Úmbria, atual Rimini). A notícia correu rápida e cruzou os quase 370 km que separam a cidade de Roma em menos de três dias, chegando no dia 16 de janeiro ou ainda possivelmente no dia 15. Esse avanço inesperado causou um pânico generalizado em Roma e, quando o Senado se reuniu no dia 17, foi emitido um decreto que autorizava recrutamentos em massa (*tumultus*) pela Itália. Além disso, segundo os autores, Pompeu expôs o seu plano de guerra nessa reunião e declarou que não seria capaz de proteger Roma com as tropas e os recursos existentes. Em seguida, ele conclamou os magistrados e os senadores a deixarem a Cidade para acompanhá-lo a Teano, próximo de Cápua, e partiu de Roma nesse mesmo dia à noite.

Após a ocupação de Arímimo, César dividiu suas forças e tomou com igual rapidez importantes localidades do Piceno, região natal de Pompeu e bastião de sua influência pessoal: Pisauro, Fano e Ancona (Cés. BC. I, 11). Nesse meio tempo, ainda em Roma, Pompeu tinha enviado uma embaixada a César para justificar as decisões recentes tomadas contra ele e para dissuadir-lhe de prosseguir com a invasão (Cés. BC. I, 8). Por seu turno, César enviou de volta os emissários de Pompeu com uma proposta verbal de paz, todavia prosseguiu conquistando posições estratégicas ao mesmo tempo em que aguardava mais reforços provenientes da Gália. Assim, logo nos primeiros dias de fevereiro, César enviou Marco Antônio para ocupar Arécio (cidade da Etrúria, atual Arezzo) e Curião para Igúvio (cidade da Úmbria, atual Gubbio).

Em sua narrativa, César passa a impressão de que essa última movimentação ocorreu após o esfriamento das negociações de paz (Cés. BC. I, 11, 4). Todavia, pela correspondência de Cícero, pode-se perceber que o avanço de César prosseguiu durante todo o processo de negociação, o que, por sua vez, contribuiu para o fracasso das tramitações de paz (Cic. Att. VII, 18, 2). Finalmente, é necessário destacar que parte das forças republicanas já estava sendo mobilizada próximo à fronteira da província de César antes da invasão, tendo Domício se dirigido para lá logo para organizar o recrutamento após o *senatusconsultum ultimum* de 7

---

<sup>62</sup> A localização do Rubicão, riacho que separava o limite entre a província da Gália Cisalpina e a Itália, é ainda hoje tema de polêmica (MENDONÇA, 1999, p. 50). De fato, Beneker (2011, p. 74) destaca que o riacho em si não é citado por nenhum escritor da época, como César ou Cícero, e que sua primeira aparição nas fontes se dá cerca de cem anos depois, numa breve passagem de Veleio Patérculo (Vel. Hist. II, 49, 4). Nesse sentido, Beneker defende que o Rubicão tornou-se um símbolo histórico-literário da revolta de César quando, no período neroniano e posterior, foram consolidadas as “narrativas do Rubicão” (*Rubicon narratives*), cujos representantes são Lucano (*Farsália*, I, v.183-235), Suetônio (Suet. Iul. 31-32) e Plutarco (Plut. Cés. 32). São essas narrativas que exploram em detalhes o episódio da travessia: destacam a indecisão de César frente às consequências de seu ato; narram as peripécias da travessia e os presságios favoráveis; e ainda incluem a famosa expressão “a sorte está lançada” (*iacta alia est* e Ἀνερίφθω κύβος, Suetônio e Plutarco respectivamente).

de janeiro. Contudo, considerando que o processo de recrutamento e treinamento ainda estava em seus estágios iniciais, César praticamente não encontrou resistência ou oposição e pôde dominar com facilidade todo o norte da Itália contando apenas com o apoio de sua veterana 13ª legião. Vale lembrar ainda que as forças republicanas na Itália contavam de imediato apenas com aquelas duas legiões retiradas de César no ano anterior em vista da guerra contra os Partos. Apesar de essas duas legiões estarem aquarteladas no sul da Itália e poderem ser utilizadas de pronto contra César, Pompeu tinha dúvidas de como elas se comportariam se colocadas em formação de batalha diante do seu antigo general.

#### 4.1 As incertezas rumo a Cápua

E, assim, procuro descobrir de ti nada do certo, mas daquilo que parece, enfim, é a tua própria ἀπορίαν [aporia, dúvida] que eu desejo conhecer. (Cic. *Att.* VII, 12, 4)

Como mencionado, depois do *senatusconsultum ultimum* do dia 7 de janeiro de 49 AEC, a Itália fora dividida em regiões cuja defesa e organização ficou a cargo de diferentes magistrados e senadores<sup>63</sup>. Todavia, com a notícia da invasão de César e considerando que pouco mais de três dias de marcha separavam Ravena de Roma (levando-se em conta o tempo que Curião precisou para que aquela carta de César fosse lida no Senado em 1º de janeiro), as forças republicanas encontravam-se claramente despreparadas. Além disso, apesar de seu inquestionável papel de liderança, Pompeu não era o chefe absoluto das operações e dividia o comando não apenas com os novos cônsules recém-empossados, mas também com o procônsul Lúcio Domício Aenobardo, que partira para substituir César como governador da Gália. Essa situação acabou produzindo uma desastrosa divergência de opiniões sobre os rumos da campanha, que se traduziu no cerco e rendição de Corfinio em 21 de fevereiro.

Cícero, que pelo *senatusconsultum ultimum* ficara encarregado da defesa de Cápua e de toda a região da Campânia, decidiu resignar a função alguns dias depois. É bem possível que essa decisão tenha sido tomada após o anúncio da invasão, afinal, seu repúdio pela guerra civil está presente a todo o momento em sua correspondência. Em retrospectiva, quase um mês depois, Cícero justifica-se a Ático, alegando que não desejava desempenhar um papel ativo no conflito e que sua intenção era a de permanecer o mais neutro possível:

*Omnia sunt integra nobis; nihil praetermissum est quod non habeat sapientem excusationem, non modo probabilem. Nam certe neque tum*

---

<sup>63</sup> Ver a seção “3.3.3 O fim das negociações: o *senatusconsultum ultimum* de 7 de janeiro de 49.”

*peccavi cum imperatam iam Capuam non solum ignaviae dedecus sed etiam perfidiae suspicionem fugiens accipere nolui, neque cum post condiciones pacis per L. Caesarem et L. Fabatum adlatas caui ne animum eius offenderem cui Pompeius iam armatus armato consulatum triumphumque deferret. (Cic. Att. VIII, 12, 2)*

Estamos livres de toda culpa; nada deixamos passar que não tenha uma escusa inteligente, não apenas provável. Na realidade, certamente não errei antes, quando recusei o comando de Cápua não somente para fugir da desonra de indolente, mas também da suspeita de perfídia; nem depois, quando eram entregues as condições de paz por L. César e [L. Róscio] Fabato, precavi-me de que não ofendesse o ânimo dele, a quem, armado, Pompeu, igualmente armado, oferecia o consulado e o triunfo.

Apesar da resignação oficial, Pompeu, antes de deixar Roma, reuniu-se com Cícero e solicitou-lhe que ainda assim supervisionasse os esforços de guerra na Campânia (Cic. Att. VII, 11, 5), permitindo que Cícero mantivesse o título de *imperator* e o acompanhamento dos *lictors*. Esse pedido pode ser visto como uma espécie de promessa, de que Cícero poderia, num futuro vitorioso, tornar a solicitar o trunfo militar pela sua campanha na Cilícia. De forma mais direta, porém, Pompeu assegurava uma ligação mais estreita entre Cícero e o partido republicano. De fato, como o seu genro Dolabela mostrava um partidário de César, não foram poucos os que desconfiaram das intenções de Cícero ou criticaram sua postura durante o conflito, como ele próprio indicará em diferentes momentos. Seja como for, Cícero deixou Roma na madrugada de 18 de janeiro, um dia após a partida de Pompeu, e deixou registrada a seguinte impressão a Ático:

*Subito consilium cepi ut ante quam luceret exirem, ne qui conspectus fieret aut sermo, lictoribus praesertim laureatis. De reliquo neque hercule quid agam neque quid acturus sim scio; ita sum perturbatus temeritate nostri amentissimi consili. Tibi uero quid suadeam cuius ipse consilium exspecto? Gnaeus noster quid consili ceperit capiatue nescio adhuc, in oppidis coartatus et stupens. Omnes, si in Italia consistat, erimus una; sin cedit, consili res est. Adhuc certe, nisi ego insanio, stulte omnia et incaute. Tu, quaeso, crebro ad me scribe uel quod in buccam uenerit. (Cic. Att. VII, 10)*

De súbito, decidi sair antes que amanhecesse a fim de não surgissem olhares e conversas, especialmente por conta desses *lictors* laureados. Sobre o resto, por Hércules, não sei o que farei nem o que estaria disposto a fazer; assim estou perturbado pela temeridade de nosso plano o mais insano. Em verdade, te aconselharei o que disse, eu próprio que estou na expectativa de um plano? Nosso Gneu [Pompeu], qual decisão tomou ou toma, desconheço até agora, pasmado e apertado nas cidades. Estaremos todos juntos caso permaneça na Itália; caso ceda, é coisa de se planejar. Até agora, certamente, a não ser que eu esteja louco, tudo com imprudência e estupidez. Tu, peço-te, escreve-me com frequência, seja o que vier à boca.

Assim, investido dessa nova função e acompanhado de seu filho, o jovem Marco, que estava em vias de atingir a idade adulta, Cícero deixou a esposa Terência e a filha Túlia em Roma e partiu rumo a Cápua, a principal cidade da Campânia. Contudo, Cícero registrará posteriormente que a missão em si produziu poucos resultados, pois o recrutamento em toda a região foi bem abaixo do esperado (Cic. Att. VII, 21, 1). Por outro lado, graças a esse novo encargo, Cícero não apenas se manteve informado do que se passava no partido republicano, mas pôde apreciar igualmente as notícias sobre o que ocorria em Roma a partir das cartas da família e dos amigos.

A caminho de Cápua, Cícero decidiu fazer uma breve parada em sua quinta de Fórmias (próxima a Minturnas, vide “Mapa 1” - p. 170). A partir desse ponto, Cícero passa a externar em sua correspondência, cada vez mais, suas dúvidas e angústias quanto aos rumos da guerra e à postura a adotar. Se, por um lado, ele condena os preparativos de guerra, feitos de maneira tão contrária ao seu julgamento, por outro lado, sua amizade com Pompeu e a opinião dos “homens de bem” (*boni*) o impedem de desistir de tudo e de se submeter logo a César. Além disso, a incerteza quanto à segurança de Terência e Túlia em Roma o angustia profundamente, ao mesmo tempo em que não sabe se deveria envolver os jovens Marco e Quinto (filho e sobrinho respectivamente) na guerra. Por fim, o que lhe caberia fazer, segundo lhe informam, caso Pompeu decidisse abandonar também a Itália? Uma vez mais, é a Ático que Cícero pede conselhos e opiniões, ainda que incertas:

*Velim mihi ignoscas quod ad te scribo tam multa totens; acquiesco enim et tuas uolo elicere litteras maximeque consilium quid agam aut quo me pacto geram. Demittamne me penitus in causam? Non deterreor periculo sed dirumpor dolore: tamne nullo consilio aut tam contra meum consilium gesta esse omnia! An cuncter et tergiverser et iis me dem qui tenent, qui potiuntur? “αἰδέομαι Τρῶας”, nec solum civis sed etiam amici officio reuocor; etsi frangor saepe misericordia puerorum. [4] Vt igitur ita perturbato, etsi te eadem sollicitant, scribe aliquid et maxime, si Pompeius Italia cedit, quid nobis agendum putes. M'. quidem Lepidus (nam fuimus una) eum finem statuit, L. Torquatus eundem. Me cum multa tum etiam lictores impediunt. Nihil uidi umquam quod minus explicari posset. Itaque a te nihildum certi exquiro sed quid uideatur, denique ipsam ἀπορίαν tuam cupio cognoscere. (Cic. Att. VII, 12, 3-4)*

Gostaria que me perdoes por te escrever tanto e tantas vezes; de fato, descanso e quero atrair tuas cartas e teu conselho sobre como agir ou proceder diante desse meu acordo. Lanço-me até o fundo nessa causa? Não é o perigo que me afasta, é a dor que me despedaça: tamanha é a falta de planejamento, ou tão contra os meus planos tudo é feito! Acaso me demoro e uso de evasivas, entrego-me a eles que ganham, os que são fortes? “αἰδέομαι Τρῶας” [envergonho-me dos troianos] é o que me faz retroceder, não somente pelo dever de cidadão, mas também pelo de amigo; ainda assim, a

compaixão pelos garotos frequentemente me despedaça. [4] Portanto, assim perturbado, ainda que as mesmas coisas te preocupem, escreve algo e, ao máximo, sobre o que pensas que deve ser feito por nós caso Pompeu deixe a Itália. Com efeito, M. Lépido isso definiu como o destino final (na realidade, estivemos juntos), L. Torquato o mesmo. Muitas coisas me embaraçam, sobretudo os *lictors*. Nunca vi nada que possa ser mais difícil de explicar. E, assim, procuro descobrir de ti nada do certo, mas daquilo que parece, enfim, é a tua própria ἀπορίαν [aporia, dúvida] que eu desejo conhecer.

#### 4.1.1 Das incertezas: o abandono de Roma

Voltemos ao nosso [amigo]. Pelas fortunas, como te parece o plano de Pompeu? Pergunto por isto, dele ter abandonado a Cidade; de fato, eu ἀπορῶ [tenho dificuldade]. Depois, nada mais absurdo. (Cic. Att. VII, 11, 3)

Apesar da profunda e leal amizade, a insatisfação de Cícero com Pompeu teve diferentes facetas durante o conflito. Neste primeiro momento, desagradam a Cícero a total falta de preparo de Pompeu em face da invasão de César, que já contavam como uma possibilidade meses antes, e, sobretudo, em face do abandono de Roma. O trecho destacado a seguir é bastante significativo, pois Cícero reproduz a Ático parte do que seria a última conversa pessoal que teve com Pompeu antes de deixarem Roma. Assim, questionado sobre o abandono da Cidade, Pompeu aparentemente respondeu: ‘Não está a coisa pública dentro dos muros’ e ‘foi o que fez Temístocles’, em referência ao abandono de Atenas diante do avanço do exército de Xerxes I em 480 AEC. Se não retrucou como desejava na ocasião, agora Cícero ao menos afirma que a coisa pública está ‘nos altares e naslareiras’ e que ‘Péricles não fez o mesmo’, em referência à estratégia de defesa ateniense adotada contra os espartanos na Guerra do Peloponeso (430 AEC). Cícero ainda acrescenta que abandonar Roma também não tinha sido a opção de ‘nossos ancestrais’ diante da derrota para os gauleses séculos antes:

*Redeamus ad nostrum. Per fortunas, quale tibi consilium Pompei uidetur? Hoc quaero, quod urbem reliquerit; ego enim ἀπορῶ. Tum nihil absurdius. Urbem tu relinquis? Ergo idem, si Galli uenirent? “Non est” inquit “in parietibus res publica.” At in aris et focis. “Fecit Themistocles.” Fluctum enim totius barbariae ferre urbs una non poterat. At idem Pericles non fecit annum fere post quinquagesimo, cum praeter moenia nihil teneret; nostri olim urbe reliqua capta arcem tamen retinuerunt. “οὕτως που τῶν πρόσθεν ἐπευθόμεθα κλέα ἀνδρῶν.”* (Cic. Att. VII, 11, 3)

Voltemos ao nosso [amigo]. Pelas fortunas, como te parece o plano de Pompeu? Pergunto por isto, de ele ter abandonado a Cidade; de fato, eu ἀπορῶ [tenho dificuldade]. Depois, nada mais absurdo. É a Cidade que tu abandonas, logo assim, como se os Gauleses viessem? “Não está” ele disse “a coisa pública dentro dos muros.” Por outro lado, está nos altares e naslareiras. “Foi o que fez Temístocles.” De fato, uma única cidade não podia

suportar uma onda de toda a barbaria. Por outro lado, o mesmo não fez Péricles quase cinquenta anos depois, quando nada tinha exceto as muralhas; de nós, outrora, capturado o restante da Cidade, todavia mantiveram a cidadela. “οὕτως που τῶν πρόσθεν ἐπευθόμεθα κλέα ἀνδρῶν” [deste modo ouvimos falar da fama dos homens heroicos].

Ao final, Cícero inclui nessa reprimenda a Pompeu uma ligeira variação dum verso da *Iliada* (Hom. *Il.* IX, 524 – citado abaixo) que, tirado de contexto, pode indicar que a defesa de Roma agora seria algo tão heroico quanto fora no passado. Mas, se analisado no contexto do poema épico, pode sugerir também uma inclinação a um acordo político com César: de fato, nessa passagem, Fênix tenta abrandar a cólera de Aquiles a fim de que aceda à embaixada de Agamêmnon e receba os presentes conciliatórios que este enviara. Nessa leitura, Cícero estaria defendendo que os homens heroicos conquistavam renome não apenas pela fúria ou pelas proezas no campo de batalha, mas também através do exercício da moderação, que propicia o ambiente necessário à conciliação:

Deste modo ouvimos falar da fama dos homens heroicos  
de antanho, quando a algum sobrevinha a cólera furiosa:  
eram permeáveis a presentes e deixavam-se inflectir pelas palavras.  
(Hom. *Il.* IX, 524-526 – Trad. de Frederico Lourenço)

Ainda na mesma carta, Cícero pondera que, ao invés da moderação, Pompeu e os demais estariam tomados por certa ideia de revanchismo frente à invasão e, por conta disso, estariam insensíveis às queixas dos que ficaram em Roma e nos municípios, privados de liderança, sem magistrados nem Senado:

*Quid quaeris? Alia causa facta est. Nihil iam concedendum putant Caesari. Haec tu mihi explica qualia sint.* (Cic. *Att.* VII, 11, 4)

O que queres? A causa foi convertida em outra. Pensam que já não se deve conceder nada a César. Explica-me qual o sentido dessas coisas.

Dessa forma, nesse momento, a insatisfação de Cícero está intimamente ligada à sua reprovação diante do abandono de Roma e ao seu “desconhecimento” dos planos de guerra de Pompeu. Nesse sentido, apesar de Cícero alegar em diversos momentos que ignora quais serão os próximos passos de Pompeu, como exemplificado nos dois trechos citados abaixo, contudo verificar-se-á posteriormente que as coisas não eram bem assim. De fato, Pompeu, diante das circunstâncias, havia comunicado a Cícero naquela última conversa em Roma que tinha um plano de guerra muito bem delimitado e com razoáveis chances de sucesso no longo

prazo:<sup>64</sup> defender a Itália, se possível; caso contrário, assegurar o controle das províncias e, na sequência, manter as forças de César pressionadas na Itália enquanto realizava a reconquista de todo o território perdido:

*Nam quod rogas curem ut scias quid Pompeius agat, ne ipsum quidem scire puto; nostrum quidem nemo. [2] Vidi Lentulum consulem Formiis x Kal., uidi Libonem; plena timoris et erroris omnia. Ille iter Larinum; ibi enim cohortes et Luceriae et Teani reliquaque in Apulia. Inde utrum consistere uspiam uelit an mare transire nescitur. Si manet, uereor ne exercitum firmum habere non possit; sin discedit, quo aut qua, aut quid nobis agendum sit nescio. (Cic. Att. VII, 12, 1-2)*

Na realidade, quanto ao teu pedido de que eu te mantenha informado sobre o que faz Pompeu, penso que nem ele próprio o sabe com certeza; dentre nós, com certeza, ninguém [2] Vi o cônsul Lêntulo em Fórmias a dez dias das calendas [21 de janeiro], vi [Lúcio Escribônio] Libão; tudo cheio de temores e hesitações. Aquele [Pompeu] a caminho de Larino; de fato, ali estão as coortes, em Lucéria e também em Teano, e o restante na Apúlia<sup>65</sup>. Daí, desconhece-se se deseja tomar posição em algum lugar ou acaso transpor o mar. Se permanece, receio que não possa formar um exército sólido; se pelo contrário retira-se, desconheço para onde ou por onde, ou o que deve ser feito por nós.

*Nec uero nunc quid cogitet scio; ac non desino per litteras sciscitari. Nihil esse timidius constat, nihil perturbatius. Itaque nec praesidium, cuius parandi causa ad urbem retentus est, nec locum ac sedem praesidi ullam uideo. Spes omnis in duabus inuidiose retentis paene alienis leg<ion>ibus. Nam dilectus adhuc quidem inuitorum est et a pugnando abhorrentium; condicionum autem amissum tempus est. Quid futurum sit non uideo; commissum quidem a nobis certe est siue a nostro duce ut e portu sine gubernaculis egressi tempestati nos traderemus. (Cic. Att. VII, 13, 2)*

Na verdade, nem sei o que [Pompeu] medita agora; e ainda assim não desisto de procurar saber por cartas. Do que está decidido, nada é mais receoso, nada está em maior desordem. E, assim, não vejo que se prepara uma defesa, que era a razão de ele ter se mantido junto à Cidade, nem um local ou posição alguma de defesa. Toda a esperança está em duas legiões retidas contra a vontade, quase alheias. Na realidade, até o momento, estima-se os que são constrangidos, os que com certeza têm horror à luta<sup>66</sup>; porém, perdeu-se o tempo das condições. Qual será o futuro, não vejo; o certo é que se cometeu uma falta, sem dúvida nossa ou do nosso chefe, e nos entregamos à tempestade saindo do porto sem um timoneiro.

Como destacado acima, Cícero se queixa de que Pompeu não responde às suas cartas e, ponderando o conjunto da situação, julga que o general está perdido e desorientado.

<sup>64</sup> Cícero, todavia, só admitirá o conhecimento dessas informações posteriormente, pelo menos segundo a correspondência preservada.

<sup>65</sup> Referência às duas legiões tomadas de César no ano anterior, que foram divididas e alocadas em diferentes regiões por segurança.

<sup>66</sup> Alusão aos recrutamentos na região, que estavam abaixo do esperado.

Todavia, podem-se apontar diferentes razões para essa postura de Pompeu. Em primeiro lugar, foi o próprio Cícero que abdicou voluntariamente de um papel ativo na condução da guerra em nome da neutralidade. Além disso, Cícero indica que era do conhecimento geral que o seu genro Dolabela era um dos partidários de César (Cic. Att. VII, 14, 3), e este lhe iria confiar o comando de parte do exército. Sem dúvida, essa situação em si atraiu para Cícero olhares de desconfiança, afinal, da mesma forma que Dolabela compartilhava com Cícero informações sobre os movimentos de César, não seria de se estranhar que Pompeu temesse que informações estratégicas percorressem a via contrária: “mas toda aquela região [o Piceno] estava perdida. Ninguém o sabia, exceto eu, por uma carta de Dolabela” (Cic. Att. VII, 21, 2),<sup>67</sup> compartilha Cícero com Ático em 8 de fevereiro.

#### 4.1.2 Das incertezas: a tirania de César

Quanto ao resto, vê qual seja o tipo de guerra: é civil, não que tenha nascido da dissensão entre os cidadãos, mas da audácia de um único cidadão corrompido. (Cic. Att. VII, 13, 1)<sup>68</sup>

Se nada de positivo tinha a declarar sobre os preparativos de Pompeu, Cícero, por outro lado, considera a atitude enérgica e intempestiva de César como um ato criminoso e o prenúncio de uma tirania. Não poupando recriminações a César, Cícero primeiro o compara a Aníbal, o general cartaginês que trouxe tantos infortúnios aos romanos e aos italianos durante a Segunda Guerra Púnica, para em seguida associá-lo a Polinices com a adição dum verso das *Fenícias* de Eurípides (v. 506):

*Quaeso, quid est hoc? aut quid agitur? Mihi enim tenebrae sunt. “Cingulum” inquit “nos tenemus, Anconem amisimus; Labienus discessit a Caesare.” Vtrum de imperatore populi Romani an de Hannibale loquimur? O hominem amentem et miserum, qui ne umbram quidem umquam τοῦ καλοῦ uiderit! Atque haec ait omnia facere se dignitatis causa. Vbi est autem dignitas nisi ubi honestas? Honestum igitur habere exercitum nullo publico consilio, occupare urbis ciuium quo facilius sit aditus ad patriam, χρεῶν ἀποκοπᾶς, φυγάδων καθόδους, sescenta alia scelera moliri, “τὴν θεῶν μεγίστην ὄστ’ ἔχειν τυραννίδα”.* (Cic. Att. VII, 11, 1).

Pergunto, o que é isso? Ou, o que se passa? De fato, estou no escuro. “Temos Cíngulo” ele diz, “perdemos Ancona; Labieno desertou de César.” É de um general do povo Romano ou de um Aníbal que estamos falando? Que homem louco e infeliz, que nem sequer terá enxergado uma sombra τοῦ καλοῦ [de decoro]! Entretanto, afirma fazer tudo isso por causa de seu

<sup>67</sup> *At illud totum erat amissum; sciebat nemo praeter me ex litteris Dolabellae.*

<sup>68</sup> *Quamquam genus belli quod sit uides: ita ciuile est ut non ex ciuium dissensione sed ex unius perditu ciuis audacia natum sit.*

prestígio. Porém, onde está o prestígio senão junto da honra? É honroso, portanto, manter o exército contra a decisão pública, ocupar colônias romanas para que o acesso à pátria seja mais fácil, maquinar χρεῶν ἀποκοπὰς, φυγάδων καθόδους [a abolição das dívidas, o retorno dos exilados] e outros seiscentos crimes? “τὴν θεῶν μεγίστην ὄστ’ ἔχειν τυραννίδα” [só para ter a Tirania, a maior das divindades]

Levando em consideração que, antes da guerra, Cícero havia afirmado que Pompeu temia um segundo consulado de César (Cic. *Att.* VII, 8, 5), é pertinente traçar alguns comentários sobre esse verso de Eurípidés. De acordo com o mito, Polinices e Etéocles eram filhos, mas também irmãos, de Édipo. Deposto este, ambos chegaram a um acordo no qual governariam a cidade de Tebas de maneira alternada, revezando entre si o poder. Etéocles foi o primeiro a reinar, todavia desconsiderou o direito do irmão quando chegara a vez dele. Por conta disso, Polinices recrutou um exército estrangeiro e declarou guerra ao irmão e à cidade natal. Assim, ao inserir esse verso, Cícero imputaria a César um desejo sem limites pelo poder, pois, nos versos anteriores do texto de Eurípidés, Polinices afirma que tudo faria para alcançar o poder, que seria capaz de tudo em nome da tirania:

“Eu iria até o éter, onde surgem os astros,  
e até às camadas mais profundas da terra – seria capaz disso!  
só para ter a Tirania, a maior das divindades.”  
(Eur. *Fen.* vv. 504-506 – Trad. de Evandro Luis Salvador)

Andrewes (1956, p. 7) define o tirano grego como alguém que obteve para si o poder supremo no Estado e o mantém de forma contrária aos procedimentos constitucionais que então existiam. Esse domínio sobre os cidadãos poderia ser alcançado não só pela força, mas também pelo poder pessoal. Por isso, prossegue o autor, um tirano grego não é necessariamente um governante cruel, mas é um autocrata e geralmente um usurpador, que controla as rédeas do que seria o poder executivo. Dessa forma, a quase certa tirania futura de César será um tema recorrente da correspondência de Cícero no período. Em 5 de fevereiro, após perceber que a negociação de paz não daria frutos, Cícero se mostra dividido entre permanecer na Itália ou acompanhar Pompeu em sua retirada rumo à Grécia. Ao enumerar os fatores pró e contra de cada situação, Cícero coloca na balança os seguintes pesos: de um lado, o inverno que se aproxima e o descontentamento com Pompeu o impeliam a ficar; de outro, a amizade com Pompeu, a causa dos “homens de bem” (*boni*) e, ainda, a vergonha de

apoiar um tirano, fosse ele cruel como um Faláris, ou moderado como um Pisístrato<sup>69</sup>, compeliam-no à fuga:

*Ad manendum hiems, lictores, improvidi et negligentis duces, ad fugam hortatur amicitia Gnaei, causa bonorum, turpitude coniungendi cum tyranno; qui quidem incertum est Phalarimne an Pisistratum sit imitaturus. Haec uelim explices et me iuues consilio.* (Cic. Att. VII, 20, 2)

Para permanecer, o inverno, os *lictos*, os chefes imprevidentes e negligentes; para a fuga, me encorajam a amizade de Gneu, a causa dos bons, a torpeza de unir-me a um tirano; com efeito, ainda é incerto qual ele há de imitar, um Faláris ou um Pisístrato. Gostaria que desdobrasses essas coisas e me ajudasses com um plano.

Por mais que César fosse capaz de conquistar o poder através da força, Cícero acredita que ele permanecerá no poder em decorrência de sua enorme influência pessoal. Em outra carta (Cic. Att. VII, 13, 1), escrita alguns dias depois, Cícero considera que o apoio de César não provém unicamente de seu exército, mas também das promessas feitas e dos favores realizados a muitos outros; teme inclusive que César esteja disposto, se necessário, a entregar Roma ao saque e à pilhagem para saciar o apetite de seus apoiadores. Todavia, Cícero se pergunta agora como faria César, no futuro, para justificar sua conquista após a vitória e se ele conseguiria disfarçar a nova realidade com ares “constitucionais”.

Isso porque, para os romanos do período republicano, a concepção do governo de um só carregava em si uma herança psicológica que remetia à época lendária dos reis, em especial, do período de domínio de Tarquínio, o Soberbo. Por conta disso, segundo Oliveira (2004, p. 107-108), mesmo que tivesse havido em Roma um governo excepcional sob o comando de Rômulo e dos primeiros reis, em geral, toda e qualquer forma de poder monocrático estava de certa forma contaminada por um viés negativo que, por vezes, estabelecia uma equivalência entre o rei e o tirano (*rex* e *tyrannus*), produzindo assim uma espécie de ódio ou aversão a esses termos. Dessa forma, prossegue o autor, apesar de Cícero, no *De re publica*, reabilitar a monarquia romana com a valorização das virtudes de Rômulo, Numa e Sêrvio, sempre havia o receio de que um rei, ao fim, se revelasse injusto, e qualquer pretensão à realeza tornava-se objeto de repúdio: “Haverá sempre aquele receio de o rei, como

---

<sup>69</sup> Faláris governou Agrigento, cidade da Sicília, por aproximadamente 16 anos, e seu nome ficou associado a um método de execução que consistia no encarceramento de um prisioneiro dentro de um touro de bronze que era posteriormente colocado junto a uma fogueira (Pol. Hist. XII, 25). Pisístrato, por outro lado, foi um tirano ateniense da época de Sólon que conduzia os negócios públicos de maneira mais democrática, não concedendo a si mesmo nenhum privilégio; além disso, tratava seus opositores de maneira mais suave e indulgente do que se poderia esperar (Arist. Const. XVI, 1-8).

geralmente sucede, se revelar injusto [...] expulso Tarquínio, o povo Romano ficou com tanto ódio ao nome de rei” (Cic. *Rep.* II, 50 - Trad. Francisco Oliveira).

De volta à analogia da balança, de um lado estava César e a certeza duma tirania; pesa ainda sobre esta o receio de que ela se mostrasse no futuro igualmente cruel como foi a de Sula, com todos os exílios e proscricções aos adversários. Do outro lado, a equilibrar o fiel, a certeza do revanchismo do partido pompeiano, que se mostraria tão sangrento quanto o cesariano, além de toda a destruição e pilhagem à qual a Itália seria submetida durante a guerra de reconquista, na qual o apoio dos reis e dos “exércitos bárbaros” era indispensável. Este ponto será desenvolvido mais a frente; por hora, basta destacar que, para Cícero, qualquer que fosse o lado vencedor, o mais provável era que não haveria uma *res publica* a ser defendida.

#### 4.1.3 Das incertezas: a preocupação com a família

E, meu Hércules, não sofro por mim: não encontro o que fazer com os garotos. (Cic. *Att.* VII, 19)<sup>70</sup>

O abandono de Roma havia deixado o caminho livre para a conquista dela, caso César o desejasse. De fato, fora a primeira coisa que Sula fizera no passado, e talvez a Cidade tenha sido deixada como uma isca por Pompeu, afinal, nem mesmo uma guarnição fora deixada para protegê-la. Todavia, é necessário também destacar que os Apeninos cortam a Itália ao meio de norte a sul, formando uma bifurcação natural que certamente atrasaria a movimentação de um grande exército que desejasse cruzá-lo em sentido oeste para leste, da costa do mar Tirreno para o Adriático. Dessa forma, enquanto César dividia suas forças e assegurava o norte da Itália, pairou em Roma uma apreensão sobre o que ocorreria na Cidade caso fosse conquistada de imediato. Apesar de parte dos senadores e dos cavaleiros ter seguido Pompeu rumo ao sul da península, o deslocamento de suas famílias demandava um preparo maior.

Desse modo, poucos dias após a partida, embora aconselhe Ático a sair o mínimo possível de casa, Cícero pede ao amigo que lhe descreva como andam os ânimos em Roma, se pendem a favor de César ou de Pompeu; pede ainda a opinião sobre qual será a melhor maneira de garantir a segurança da esposa e da filha: deviam permanecer em Roma, se juntar a ele, ou buscar outro refúgio? (Cic. *Att.* VII, 12, 6). Apesar de não mencionar diretamente, o fato de Túlia estar grávida possivelmente agravava essas preocupações, afinal, qualquer

---

<sup>70</sup> *Nec me hercule de me laboro: de pueris quid agam non habeo.*

deslocamento demandaria cuidados adicionais. É difícil calcular qual o mês de sua gravidez, mas sabe-se que ela dará à luz a um bebê prematuro em meados de maio (Cic. Att. X, 18).

No dia seguinte a essa carta a Ático (23 de janeiro), Cícero escreve diretamente a Terência e Túlia para pedir-lhes que examinassem com cuidado as seguintes situações: no caso de César conquistar Roma e adotar uma postura moderada, Cícero acredita que elas possam permanecer em Roma com segurança; todavia, existia ainda a possibilidade de que César, em sua loucura, entregasse a Cidade à rapina e ao apetite dos soldados; nessa hipótese, Cícero teme que nem mesmo a influência do genro Dolabela poderia garantir a integridade delas; ao fim, o *pater familias* expressa o receio de que as duas não consigam escapar uma vez cortada a comunicação com Roma:

*Si uos ualetis, nos ualemus. Vestrum iam consilium est non solum meum quid sit uobis faciendum. Si ille Romam modeste uenturus est, recte in praesentia domi esse potestis; sin homo amens diripiendam urbem daturus est, uereor ut Dolabella ipse satis nobis prodesse possit. Etiam illud metuo ne iam intercludamur, ut cum uelitis exire non liceat.* (Cic. Fam. XIV, 14)

Se vós passais bem, nós passamos. Agora, é vossa, e não somente minha, a decisão sobre o que deve ser feito por vós. Se aquele está disposto a chegar a Roma com moderação, podeis permanecer em casa com segurança; se, pelo contrário, ele se mostrar um louco e estiver disposto a entregar a Cidade ao saque, receio que nem o próprio Dolabela possa ser útil o suficiente a nós. Tenho medo também disto, de que o nosso caminho seja cortado de modo que não vos seja lícito sair quando desejares.

Nesse mesmo dia, Cícero enviou uma carta a Ático expandindo as mesmas preocupações à família dele e incluindo a Grécia como um destino possível para as famílias. Por outro lado, Cícero adiciona agora uma nova inquietação: caso fosse seguro permanecer em Roma sob a proteção de Dolabela e contando com a influência de Ático, como justificar a permanência das mulheres “em meio à fuga geral das pessoas de bem”?<sup>71</sup> (Cic. Att. VII, 13, 3) Cícero repete ainda esses mesmos argumentos em outra carta a Terência e a Túlia:

*Mihi ueniunt in mentem haec, Romae uos esse tuto posse per Dolabellam, eamque rem posse nobis adiumento esse, si quae uis aut si quae rapinae fieri coeperint. Sed rursus illud me mouet, quod uideo omnis bonos abesse Roma et eos mulieres suas secum habere.* (Cic. Fam, XIV, 18, 1)

Me vem à mente isto, que vós podeis ficar em Roma sem receios por conta de Dolabela, e isso pode nos ser de ajuda caso tenha ocorrido algum tipo de violência ou de saque. Mas, novamente, estou inclinado à outra opção

---

<sup>71</sup>*In communi bonorum fuga.*

porque vejo todos os homens de bem abandonar Roma e levar consigo suas mulheres.

Por conta disso, Cícero pede-lhes que buscassem conselhos junto às demais mulheres que haviam ficado e que examinassem com cuidado toda a situação. Acrescenta ainda que, se optassem pela fuga, existiam muitas propriedades na região de Cápua para acolhê-las com conforto; enquanto isso, por segurança, acrescenta: “dizeis a Filotimo que prepare guardas e defesas em casa” (Cic. *Fam.*, XIV, 18, 2).<sup>72</sup>

Após o temor inicial, constatou-se que César não iria se aproximar de Roma e que concentraria seus esforços de guerra na conquista do Piceno, da Úmbria e da costa Adriática. De repente, então, a Cidade tornava-se um local seguro (Cic. *Att.* VII, 13a). Cícero, porém, continua a registrar na correspondência aquela mesma inquietação citada pouco antes, sobretudo porque agora Dolabela decidira assumir publicamente o seu apoio a César (Cic. *Att.* VII, 14, 3; *Fam.* XVI, 12, 5), o que poderia comprometer não apenas a sua reputação, mas também a sua tentativa de manter-se neutro:

*De mulieribus nostris in quibus est tua soror, quaeso uideas ut satis honestum nobis sit eas Romae esse cum ceterae illa dignitate discesserint.*

Sobre nossas mulheres, nas quais se encontra tua irmã, peço-te, vejas se é suficientemente honroso para nós elas estarem em Roma quando as outras de mesmo prestígio já se afastaram. (Cic. *Att.* VII, 14, 3)

Por fim, decidiu-se que as mulheres deveriam partir e se juntar a Cícero em Fórmias. Poucos dias depois, entretanto, nova mudança de planos diante do surgimento da proposta de paz. Assim, Cícero escreve em 28 de janeiro pedindo que, se a comitiva familiar ainda não tivesse partido, deveria permanecer em Roma até que a situação se tornasse clara (Cic. *Att.* VII, 16, 1). Quatro dias depois, ele volta atrás na decisão porque ouve que a Cidade se enche de temor (*in urbe timorem esse* - Cic. *Att.* VII, 17, 5). Contudo, Terência e Túlia, acompanhadas pelos Quintos, pai e filho, tinham se adiantado a essas últimas cartas e decidiram partir rumo a Fórmias, sendo ali recebidas por Cícero com grande satisfação no dia 2 de fevereiro.

Todavia, logo no dia seguinte, a alegria do reencontro foi obscurecida por nova apreensão, e Cícero escreveu duas cartas a Ático nesse mesmo dia. Na primeira (Cic. *Att.* VII, 18), mas que foi enviada após a segunda, Cícero informa a Ático da chegada da família e o

---

<sup>72</sup> *Domus ut propugnacula et praesidium habeat Philotimo dicetis.*

agradece pelo empenho e pelos “teus cuidados tão afetuosos” (*tui suauissimi studi*); comenta ainda que a resposta de Pompeu a César sobre o acordo de paz tinha recebido ampla aprovação, como ele esperava, e a paz parecia agora algo quase palpável; dessa forma, restava aguardar a resposta final de César para poderem todos retornar a Roma, ainda que ele próprio se imaginasse partindo posteriormente para a Hispânia na companhia de Pompeu depois que os termos de paz tivessem sido aprovados no Senado.

A segunda carta, por outro lado, é breve e desanimadora. Isso porque Cícero recebera, nesse meio tempo, uma carta de Curião e, com base no que este informava, passou rapidamente do otimismo à desilusão:

*Nihil habeo quod ad te scribam, quin etiam eam epistulam quam eram elucubratus ad te non dederim; erat enim plena spei bonae, quod et contionis uoluntatem audieram et illum condicionibus usurum putabam, praesertim suis. [...] Plane oppressi uidemur nec quid consili capiam scio. Nec me hercule de me laboro; de pueris quid agam non habeo.* (Cic. Att. VII, 19)

Nada tenho o que te escrever. Também não te enviei o que estava preparado com mais cuidado em outra epístola. De fato, estava cheia de uma boa esperança porque tinha ouvido o desejo da assembleia e também pensava que aquele [César] estava disposto a usufruir das condições, especialmente porque eram as suas. [...] Parece-nos que estamos nitidamente oprimidos, e não sei qual decisão tomarei. E, meu Hércules, não sofro por mim: não encontro o que fazer com os garotos.

Todo esse processo que encheu Cícero de esperanças pela paz será discutido logo a seguir; agora, desfeito o sonho, Cícero acabou decidindo manter a família consigo em Fórmias. Até planejou enviar Terência de volta a Roma, contudo, diante do prosseguimento da guerra, essa decisão certamente seria encarada como um posicionamento político a favor de César (Cic. Att. VII, 22). Escrevendo a Ático em 10 de fevereiro, Cícero concorda que a melhor opção seria aguardar e ver como melhor servir à causa pública e a Pompeu:

*Ego tamen Philotimi litteris lectis mutaui consilium de mulieribus. Quas, ut scripseram ad te, Romam remittebam; sed mihi uenit in mentem multum fore sermonem: me iudicium iam de causa publica fecisse; qua desperata quasi hunc gradum mei reditus esse quod mulieres reuertissent. De me autem ipso tibi adsentior, ne me dem incertae et periculosae fugae, cum rei publicae nihil prosim, nihil Pompeio; pro quo emori cum pie possum tum libenter. Manebo igitur, etsi uiuere...* (Cic Att. VII, 23, 2)

Eu, todavia, mudei de plano sobre as mulheres ao ler a carta de Filotimo. Como te escrevera, enviava-as de volta a Roma; mas veio-me à mente que haveria muitos rumores: de que eu já tivesse feito juízo sobre a causa pública, e, sendo essa desesperada, de que a volta das mulheres fosse quase

como um primeiro passo meu de retorno. A meu respeito, porém, sou da mesma opinião que tu, que não devo me entregar a uma fuga incerta e perigosa visto que não posso ser em nada útil à coisa pública, em nada a Pompeu; a favor dele, posso morrer tanto por devoção como de boa vontade. Permanecerei, portanto, ainda que a viver...

#### 4.1.4 Das incertezas: uma nova chance para a paz?

De fato, omitindo os outros erros desses dez anos, qual acordo não era preferível a essa fuga? (Cic. *Att.* VII, 13, 1)<sup>73</sup>

De passagem por Minturnas, durante as idas e vindas do seu trabalho de supervisão, Cícero escreve a Ático no dia 24 de janeiro para contar uma notícia encarada inicialmente como absurda: encontrara-se na manhã do dia anterior com Lúcio César<sup>74</sup> e este trazia da parte de Júlio César uma série de demandas em nome da paz:

*L. Caesarem vidi Minturnis a. d. VIII Kal. Febr. mane cum absurdissimis mandatis, non hominem sed scopas solutas, ut id ipsum mihi ille uideatur irridendi causa fecisse, qui tantis de rebus huic mandata dederit; nisi forte non dedit et hic sermone aliquo adrepto pro mandatis abusus est.* (Cic. *Att.* VII, 13a, 2)

Vi L. César em Minturnas 8 dias antes das calendas de fevereiro [23 de janeiro] pela manhã com demandas as mais absurdas: não um homem, mas uma pessoa sem préstimos, que me parece que aquele [César] tivesse feito isso mesmo para rir-se da causa ao lhe entregar demandas sobre assuntos tão importantes. A não ser que talvez não tenha entregado, e que este tenha feito mau uso de uma conversa e a insinuou aqui como ordens.

Cícero comenta ainda que Labieno, um dos principais legados de César na campanha gaulesa e que desertara logo após a invasão, chegara a Teano em 22 de janeiro para se unir aos cônsules e a Pompeu. Ainda segundo Cícero, a deserção de Labieno parecia dar nova esperança a todos sobre o desenrolar do conflito.<sup>75</sup>

Apesar da incredulidade inicial de Cícero, L. César e o pretor L. Róscio traziam de fato uma proposta de César aos cônsules e a Pompeu. Na realidade, retornavam, pois Pompeu

---

<sup>73</sup> *Vt enim alia omittam decem annorum peccata, quae condicio non huic fugae praestitit?*

<sup>74</sup> Lúcio Júlio César era parente de César, mas tinha tomado partido junto aos pompeianos. Morreu assassinado na África; Lúcio Róscio Fabato, que acompanhava L. César, fora legado de César em 54 AEC e era um dos pretores de 49 AEC (MÁRQUEZ, 1996b, p. 10).

<sup>75</sup> A primeira menção à deserção de Labieno está numa carta de 22 de janeiro (Cic. *Att.* VII, 12, 5). Nas cartas seguintes, Cícero irá tratá-lo como uma espécie de herói (ἥρωα), pois o seu posicionamento contrário à invasão de César era visto como um duro golpe à legitimidade das justificativas dele (Cic. *Att.* VII, 13, 1; *Att.* VII, 13a, 3).

tinha-os incumbido da tarefa de dialogar com César logo após o *senatusconsultum ultimum* de 7 de janeiro. Segundo César (Cés. BC. I, 8, 2-4), Pompeu os enviara em caráter particular para justificar a sua postura diante das decisões do Senado e também para dissuadir César de prejudicar o Estado por conta de seus desafetos políticos. Sobre esse episódio, Mendonça (1999, p. 51) aponta que L. César fora encarregado de uma dupla missão: uma de caráter oficial representando o Senado e informando a César do novo decreto senatorial que ordenara o recrutamento em massa de soldados na Itália (*tumultus*); na outra missão, de caráter pessoal, Pompeu alegava que todas essas medidas tinham sido votadas não por motivações pessoais, mas para a defesa do Estado, e que César não deveria descontar neste os erros de seus inimigos.

Por outro lado, através dessa embaixada, César afirmava que, apesar de todas as coisas que lhe tinham sido feitas, ele próprio estava disposto a propor um acordo de paz sob as seguintes condições: que Pompeu se retirasse para as Hispânicas, que ambos dispensassem os exércitos, e que todos na Itália depusessem as armas. Libertando assim Roma do pânico, prosseguia César, tudo poderia ser resolvido nas assembleias pela vontade do povo romano e do Senado; além disso, César solicitava que se pudesse garantir um encontro seu com Pompeu para tratarem qualquer divergência e, juntos, selarem um acordo mediante juramento:

1. [...] César, aproveitando a oportunidade de ter pessoas em condições de transmitir a Pompeu seus desejos, pede a ambos que, uma vez que tinham sido porta-vozes de Pompeu, não se molestassem de fazer chegar a ele também suas exigências, em vista de, com pequeno esforço, pôr termo a grandes dissensões e livrar do medo a Itália toda. [A seguir, César passa a relatar as injustiças e humilhações sofridas] 5. Apesar disso, estava disposto a submeter-se a tudo e tudo suportar para o bem do Estado. Que Pompeu partisse para suas províncias, que os dois licenciassem seus exércitos, que na Itália todos depusessem as armas, que se eliminasse o pânico da Cidade, que se assegurassem assembleias livres, toda a atividade política ao Senado e ao povo romano. 6. Para que essas coisas se realizassem com mais facilidade e com condições bem definidas e sancionadas por juramento, Pompeu devia se aproximar ou permitir que César dele se aproximasse; todas as divergências seriam acertadas através de conversações (Cés. BC. I, 9 - Trad. de Antonio da Silveira Mendonça).

Em um carta de 25 de janeiro, Cícero relata a Ático que, naquele mesmo dia em que se encontrara com L. César (23 de janeiro), este entregara a proposta de César a Pompeu e aos cônsules em Teano e que elas haviam sido aceitas. Contudo, estes tinham adicionado uma condição: que César então se retirasse das cidades ocupadas e que voltasse para a província;

feito isso, garantiram que todos voltariam a Roma e que o assunto seria decidido no Senado. Cícero, entretanto, não faz nenhuma menção ao pedido de reunião que César fizera a Pompeu:

*L. Caesar mandata Caesaris detulit ad Pompeium a. d. VIII Kal., cum is esset cum consulibus Teani. Probata condicio est, sed ita ut ille de iis oppidis quae extra suam prouinciam occupauisset praesidia deduceret; id si fecisset, responsum est ad urbem nos redituros esse et rem per senatum confecturos. Spero posse in praesentia pacem nos habere; nam et illum furoris et hunc nostrum copiarum suppaenitet.* (Cic. Att. VII, 14, 1).

L. César entregou a Pompeu as demandas de César 8 dias antes das calendas de fevereiro [23 de janeiro], estando ele com os cônsules em Teano. O acordo foi aprovado, mas de modo que aquele [César] retirasse as guarnições das cidades que havia ocupado fora de sua província; se isso fizesse, respondeu-se que nós estávamos dispostos a retornar à Cidade e conduzir a situação através do Senado. Tenho esperanças de que possamos ter a paz no momento presente; na realidade, arrepende-se aquele da loucura e este dentre nós das tropas.

Todavia, para quem já se encontrava descrente de qualquer acordo, a notícia pareceu ter restaurado o otimismo de Cícero, e ele acrescenta ao final:

*Equidem ad pacem hortari non desino; quae uel iniusta utilior est quam iustissimum bellum cum ciuibus. Sed haec ut fors tulerit.* (Cic. Att. VII, 14, 3)

Sem dúvida, não deixo de exortar a paz, que, mesmo injusta, é mais útil do que a guerra mais justa entre os cidadãos. Mas, que a sorte conduza esses assuntos.

A situação parecia promissora, afinal, César agora estava disposto não apenas a entregar o comando extraordinário como também a desistir da candidatura *in absentia*, prometendo assim participar pessoalmente da campanha eleitoral em Roma, como Cícero registra numa carta a Tirão (Cic. Fam. XVI, 12, 3). Essa carta é significativa porque acrescenta outras condições àquelas mencionadas anteriormente, em especial, a resignação de César frente não apenas à extinção do seu comando especial, mas igualmente ao seu desejo de se candidatar ao segundo consulado estando ausente:

[3] *Quo quidem in casu simus vides. Feruntur omnino condiciones ab illo, ut Pompeius eat in Hispaniam, dilectus qui sunt habiti et praesidia nostra dimittantur; se ulteriorem Galliam Domitio, citeriorem Considio Noniano (his enim obtigerunt) traditurum; ad consulatus petitionem is se uenturum, neque se iam uelle absente se rationem haberi suam; se praesentem trinum mundinum petiturum. Accepimus condiciones, sed ita, ut remoueat praesidia ex iis locis quae occupauit, ut sine metu de his ipsis condicionibus* [4]

*Romae senatus haberi possit. Id ille si fecerit, spes est pacis, non honestae (leges enim imponuntur); sed quiduis est melius quam sic esse ut sumus. (Cic. Fam. XVI, 12)*

[3] Vês com certeza em que situação estamos. Foram aceitas todas as condições daquele [César]: que Pompeu vá para a Hispânia, que se dispensem nossas defesas e preparativos feitos. Ele está disposto a entregar a Gália Ulterior a Domício, a Citerior a Consídio Noniano (de fato, foi o que coube a este por sorteio); está disposto a apresentar-se às eleições ao consulado e não mais deseja o direito de fazê-lo ausente, há de se candidatar pessoalmente durante os três mercados [período eleitoral]. Aceitamos as condições, mas de modo que remova as guarnições dos locais que ocupou a fim de que o Senado possa discutir em Roma [4] essas próprias condições sem medo. Se aquele [César] isto fizer, existe a esperança de paz, não honrosa (de fato, as leis estão sendo impostas), mas qualquer coisa é melhor que estar como estamos.

Nessa mesma carta, Cícero faz ainda uma análise das chances republicanas no caso de César não acatar as suas próprias condições e levar a guerra adiante. Essa análise é igualmente valiosa, pois nos dá conta de que César, apesar da grande vantagem inicial, poderia enfrentar sérios problemas para manter-se na ofensiva a longo prazo. Nesse cenário, a estratégia formulada por Cícero contava com os seguintes elementos:

A- impedir a chegada de César a Roma e cortar sua rota de comunicação com as Gálias, pois acreditava-se que, excetuando-se os gauleses transpadanos, que tinham sido favorecidos com alguns direitos de cidadania, todo o restante era-lhe hostil e estava prestes a se revoltar;

B- apesar das poucas tropas recrutadas na Itália, as forças pompeianas estacionadas nas Hispânicas eram capazes de reunir um exército composto por 6 legiões e poderiam vir rapidamente em socorro à Itália pelo norte da península;

C- a partir de um movimento coordenado de resistência, acreditava-se que muitos outros seguiriam o exemplo de Labieno e abandonariam César.

Ao chegar a Cápua, Cícero se reuniu com os cônsules e vários senadores, mas não com Pompeu, que estava a caminho de Lucéria na companhia de Labieno para assumir o comando daquelas duas legiões que haviam sido retiradas de César no ano anterior (Cic. Att. VII, 15). Dessa reunião, Cícero relata que praticamente todos desejavam que César mantivesse o acordo e aceitasse a contraproposta, inclusive o próprio Catão. Este, que havia sido indicado para a defesa da Sicília, dissera que não iria partir para lá ainda e que fazia questão de voltar a Roma e de estar presente no Senado quando o assunto fosse discutido. Por outro lado, Cícero revela que muitos também acreditavam que a negociação poderia não passar de um ardil da parte de César que, na realidade, tinha por objetivo suspender ou

retardar os preparativos de guerra republicanos. Cícero, porém, diz a Ático que acreditava que César haveria de aceitar as condições, afinal, obteria assim uma vitória política a despeito dos delitos cometidos:

*Capuam cum uenisset a. d. vi Kal., pridie quam has litteras dedi, consules conueni multosque nostri ordinis. Omnes cupiebant Caesarem abductis praesidiis stare condicionibus iis quas tulisset; uni Fauonio leges ab illo nobis imponi non placebat, sed is <non> auditus in consilio. Cato enim ipse iam seruire quam pugnare mauult, sed tamen ait in senatu se adesse uelle cum de condicionibus agatur, si Caesar adductus sit ut praesidia deducat. [...] [3] In disputationibus nostris summa uarietas est. Plerique negant Caesarem in condicione mansurum, postulataque haec ab eo interposita esse quo minus quod opus esset ad bellum a nobis pararetur. Ego autem eum puto facturum ut praesidia deducat; uicerit enim si consul factus erit, et minore scelere uicerit quam quo ingressus est. (Cic. Att. VII, 15, 2-3)*

Como tivesse chegado a Cápua seis dias antes das calendas [25 de janeiro], na véspera de entregar essa carta, reuni-me com os cônsules e muitos de nossa ordem. Todos desejavam que César, retiradas as guarnições, mantivesse-se firme naquelas condições que entregara; a um único, Favônio, não agradavam as leis que foram impostas por aquele, mas ele não foi ouvido no conselho. De fato, o próprio Catão já prefere servir a lutar, mas em todo caso afirma que quer estar presente no Senado quando se discutir sobre as condições, isso caso César seja convencido a retirar as guarnições. [...] [3] Em nossos debates, existe uma grande diversidade. A maior parte nega que César esteja disposto a manter as condições e que elas foram propostas por ele para interpor-se aos preparativos, de forma que estejamos menos preparados para a guerra. Eu, porém, penso que ele está disposto a ceder, a retirar as guarnições: de fato, caso torne-se cônsul, terá vencido, e terá vencido por meio de um crime menor do que aquele para o qual havia marchado.

Enquanto a questão se desenvolvia e mensageiros eram enviados a Pompeu, Cícero decidiu voltar a Fórmias e aguardar a conclusão das negociações junta a sua família. Numa carta de 2 de fevereiro, Cícero comenta que L. César já retornava em direção a Júlio César com a resposta oficial de Pompeu, que nada lhe era negado e que se concedia tudo o que pedira (Cic. Att. VII, 17). Por outro lado, César discordará dos acréscimos feitos à proposta alegando que a resposta de Pompeu e dos cônsules lhe era desfavorável e cita, em seus *comentarii*, uma cláusula imposta por Pompeu que até então não tinha sido registrada por Cícero: “nesse meio tempo, até que fossem dadas garantias de que [César] cumpriria as promessas, os cônsules e Pompeu não interromperiam o recrutamento de tropa” (Cés. BC. I, 10, 4 - Trad. de Antonio da Silveira Mendonça). Ao final, ponderando sobre todas as exigências, César afirma que considerou o acordo injusto, pois se exigia que:

César se retirasse de Arímimo e retornasse a sua província, e Pompeu conservasse suas províncias e as legiões que não lhe pertenciam; querer que fosse licenciado o exército de César e promover recrutamento. 2. fazer promessa de partir para a província, sem estipular o dia de partida, de sorte que, se, ao término do proconsulado de César, não tivesse partido, não poderia ser acusado de descumprir um compromisso solene; 3. e o fato de não estabelecer uma data para as conversações nem acenar com um encontro fazia com que não tivesse nenhuma esperança de paz (Cés. BC. I, 11 - Trad. de Antonio da Silveira Mendonça).

No dia seguinte (3 de fevereiro) à carta anterior, Cícero relata a Ático que Q. Cássio havia sido expulso de Ancona e que a cidade restava agora em poder deles; uma excelente notícia, Cícero conclui, se a guerra prosseguisse. Todavia, como se verificou posteriormente, essa informação não passava de um boato.<sup>76</sup> Por outro lado, chegam-lhe também informações de que César, enquanto negocia a paz, mantém uma postura enérgica e bastante ativa, pois recruta tropas, ocupa posições e as protege com guarnições: “Que ladrão desvairado! Que torpeza essa frente à coisa pública que dificilmente pode ser compensada por qualquer tranquilidade”<sup>77</sup> – assim se expressa Cícero (Cic. Att. VII, 18, 2); “mas deixemos de nos encolerizar e nos adequemos à situação”,<sup>78</sup> prossegue, já se imaginando partindo na companhia de Pompeu para as Hispânicas após a ratificação do acordo de paz.

Passados mais alguns dias, contudo, até mesmo esse plano de resignação teve de ser abortado. De uma só vez, Cícero informa a Ático que recebera um conjunto de cartas: uma de Ático, uma de Filotimo e outra de Fúrnio, na qual estava anexada uma outra de Curião a Fúrnio. Esta última, na qual Curião zombava da embaixada de Lúcio César e a qualificava como um engodo, retirou de Cícero qualquer otimismo em relação à paz. A partir daí, Cícero confessa não saber mais qual decisão tomar e volta a sofrer com a segurança da família, pois agora nem a Grécia parece um destino seguro, prevendo já que todas as regiões do Mediterrâneo seriam tocadas pela guerra (Cic. Att. VII, 19).

A proposta de paz descrita nesta seção parece ter sido a mais promissora de toda a guerra. De fato, nenhum grande combate havia sido travado até então e os prejuízos, humano e material, tinham sido mínimos para ambos os lados. Todavia, ela não será a última: como indica Mendonça (1999, p. 248), pela leitura do *Bellum Ciuile*, pode-se verificar que César

---

<sup>76</sup> Sobre este tópico, é muito pertinente a análise de Belchior (2019) intitulada “Vencidos pela fama no não visto César: os boatos e a invasão de César à Itália em 49 a.C.”

<sup>77</sup> Como o próprio César descreve em BC. I, 15.

<sup>78</sup> *O perditum latronem! O uix ullo otio compensandam hanc rei publicae turpitudinem! Sed stomachari desinamus, tempori pareamus.*

tentou tomar a iniciativa de fazer propostas de reconciliação em seis ocasiões durante a guerra.

Esse é sem dúvida um ponto polêmico que certamente contribuiu para acaloradas discussões sobre os *commentarii* durante os séculos: seriam essas tentativas de paz um desejo autêntico? Um subterfúgio? Um mero efeito propagandístico? Apesar dessa abertura de diálogo, é forçoso reconhecer que a situação toda era bastante delicada do ponto de vista estratégico, pois um retardamento dos preparativos de guerra poderia ser catastrófico para qualquer dos lados. Independentemente de essas propostas terem sido sinceras ou não, fato impossível de ser devidamente avaliado, o fato é que, nesse jogo de xadrez, qualquer atraso ou movimento em falso poderia acarretar um desequilíbrio militar significativo, como o foram a rendição de Domício em Corfinio e o desastre da campanha de Curião no norte da África.

Nesse sentido, embora César tivesse uma evidente vantagem inicial na Itália, sua vitória, no longo prazo, estaria comprometida se Pompeu tivesse conseguido colocar em prática o seu plano de guerra. Como será visto adiante, é necessário relativizar as críticas de Cícero sobre o comando de Pompeu na guerra, críticas essas que contribuíram em muito para uma percepção negativa a respeito da experiência e da capacidade militares do general. O próprio César relata como seu cerco às forças republicanas em Dirráquio foi neutralizado por Pompeu e ele se viu à beira de um desastre completo. É possível pensar que essa valorização de Pompeu por parte de César possa ser vista como uma forma de autopromoção, que culmina na vitória final de César em Farsália dias depois. Mas, essa seria apenas mais uma interpretação possível dos acontecimentos.

O fato é que, pelo que é descrito na correspondência de Cícero, houve sim uma esperança de paz; e mais, para Cícero, o prosseguimento da guerra era uma opção, não uma necessidade, e a paz poderia ter sido alcançada, caso ela tivesse sido priorizada pelas lideranças de ambos os lados. E mais, percebe-se, pela ótica de Cícero, que as opiniões de seus contemporâneos penderam para diferentes posições. O próprio Cícero, apesar de concluir que ambos os generais disputavam um prêmio indivisível, a tirania pelo poder pessoal, manterá ainda por um tempo a esperança de um acordo, afinal, se Pompeu e César desejassem de fato a paz, poderiam tê-la assegurado em qualquer momento:

*An censes nihil inter eos conuenire, nullam pactionem fieri potuisse? Hodie potest. Sed neutri σκοπὸς est ille, ut nos beati simus; uterque regnare uult.*  
(Cic. Att. VIII, 11, 2)

Acaso pensas que nada ia ao encontro deles, que pacto algum pudesse ter-se realizado? Ainda hoje se pode. Mas o σκοπὸς [escopo, propósito] de nenhum dos dois é aquele de que sejamos felizes; ambos desejam reinar.

## 4.2 Divergências na condução da guerra

Na realidade, quanto ao teu pedido de que eu te mantenha informado sobre o que faz Pompeu, penso que nem ele próprio o sabe com certeza; dentre nós, com certeza, ninguém. (Cic. *Att.* VII, 12, 2)<sup>79</sup>

Considerando que dispunha apenas do efetivo da 13<sup>a</sup> legião no início da invasão, César dividiu sua força ofensiva e enviou coortes<sup>80</sup> a diferentes localidades a fim de assegurar o controle da região norte da Itália. Vale destacar que essa região “norte”, naquele período, abrangia diferentes colônias romanas e municípios aliados que faziam fronteira com a província da Gália Cisalpina (ou transpadana); essa província, por sua vez, é o que atualmente se chama de norte da Itália, ou seja, toda a região do rio Pó entre os Apeninos e os Alpes.

Com essa estratégia, César pôde manter sua retaguarda livre para a chegada das demais legiões enquanto ameaçava as forças republicanas a partir de duas rotas de ataque: o caminho para Roma, à esquerda dos Apeninos, e, do lado contrário, o caminho para a região do Piceno e da costa do Adriático. Como mencionado, apesar de Roma ter sido abandonada e o trajeto até ela ter permanecido livre, César optou por redirecionar suas coortes e partiu rumo à conquista do Piceno, região natal de Pompeu e bastião de sua influência pessoal.

---

<sup>79</sup> *Nam quod rogas curem ut scias quid Pompeius agat, ne ipsum quidem scire puto; nostrum quidem nemo.*

<sup>80</sup> Segundo Goldsworthy (2011, p. 47), após a reforma militar de Mário, uma legião romana era formada por 10 coortes; em cada coorte existiam 6 centúrias; cada uma destas, por sua vez, contava com o efetivo de cerca de 80 soldados, além de um centurião e um porta estandarte.



Mapa 2 – De Arimino a Brundisio. Adaptado de: GREENHALGH, Peter. *Pompey: The Republican Prince*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1981.

Dessa forma, a partir de Arimino, onde recebera a primeira embaixada de Pompeu, César enviou Marco Antônio para Arécio (Arretium) com 5 coortes enquanto ocupava Pisauro, Fano e Ancona com uma coorte cada (Cés. BC. I, 11, 4). Em seguida, enviou Curião com 3 coortes para Igúvio, onde este forçou a retirada do pretor Termo que a ocupava com 5 coortes republicanas. César parece fazer questão (e talvez o faça mesmo) de acrescentar que os soldados de Termo o abandonaram durante a retirada, desertando ou fugindo, e que a população de Igúvio acolheu com entusiasmo a chegada das tropas de Curião (Cés. BC. I, 12, 2-3). Situação semelhante ocorreu em Áuximo quando César rumou para lá com as coortes restantes: os magistrados da cidade foram ao encontro de Átio Varo, que era o responsável pela sua defesa, para informá-lo de que “não competia a eles julgar o litígio; que nem eles nem os demais munícipes podiam suportar que se impedisse a entrada em sua cidade a César, general de belos serviços prestados a República, de tão grandes façanhas (César, BC. I, 13, 1 – Trad. Antonio da Silveira Mendonça). Diante disso, Varo também foi abandonado pelos soldados ao tentar a retirada.

A maneira como César narra esses sucessos iniciais é de significativa importância, igualmente polêmica. No plano militar, mostra que os soldados republicanos não estavam dispostos a enfrentá-lo, mesmo contando com uma evidente superioridade numérica no caso

de Igúvio, e, principalmente, não confiavam em seus comandantes, chegando ao ponto de abandoná-los ou ainda passar para o lado oposto. No plano civil, como destaca Mendonça (1999, p. 54), o fato de César registrar que a população local estava do seu lado – o que se repetirá nos *commentarii* em diversas ocasiões - vem ao encontro de seu propósito de aparecer como um libertador e não como um conquistador. Nesse sentido, continua o autor, como seria possível aos habitantes de Áuximo ‘fechar as portas da cidade e desmerecer a *dignitas* de uma pessoa que tão ilustres serviços tinha prestado a república?’

Tomando conhecimento desses fatos e contando com a boa disposição dos municípios, prossegue nos *commentarii*, César avança sobre o Piceno e “todas as prefeituras da região acolhem-no com a alma em júbilo e assistem seu exército com todos os meios [...] Ele exige soldados; enviam-nos” (Cés. *BC*. I, 15 – Trad. Antonio da Silveira Mendonça). Enquanto tudo isso ocorria, César foi alcançado pela 12ª legião vinda da Gália e, fortalecido por esse reforço, marchou em direção a Corfinio, seguido por Marco Antônio e Curião que haviam deixado Arécio e Igúvio.

Recém-recrutadas e dispersas, as forças republicanas mostraram-se incapazes de oferecer qualquer resistência frente ao avanço dessas legiões experientes. Antes que a região toda caísse em mãos do invasor, Vibúlio e Hirro conseguiram mobilizar 13 coortes remanescentes e se uniram ao procônsul Domício Aenobardo, que comandava cerca de 20 coortes em Corfinio (Cés. *BC*. I, 15, 4-7). Dessa forma, entre recrutas inexperientes e militares aposentados, foi possível reunir um contingente considerável. Todavia, o próprio Pompeu iria aconselhar Domício a fim de que não buscasse travar combate com as forças de César: “não te escapa o que podem conseguir contra legiões veteranas aqueles que nem sequer se conhecem entre si” (Cic. *Att*. VIII, 12d, 2)<sup>81</sup>.

#### 4.2.1 Os planos de Pompeu

A partir daí, jamais pôde me agradar e não cessou momento algum de tropeçar uma e outra vez. (Cic. *Att*. IX, 10, 2)<sup>82</sup>

Até a fuga de Pompeu da Itália, Cícero não apenas se queixou em diversas ocasiões de que desconhecia quais seriam os planos de Pompeu, mas inclusive que não concordava com as decisões que ele havia tomado. Em 5 de fevereiro, Cícero informa a Ático que chegara a Cápua para participar de uma reunião geral que havia sido convocada pelos cônsules.

---

<sup>81</sup> *Quantum iis committendum sit qui inter se ne noti quidem sunt contra ueteranas legiones non te praeterit.*

<sup>82</sup> *Numquam mihi postea placuit nec unquam aliud in alio peccare destitit.*

Entretanto, na data fixada, nenhum deles havia se apresentado ainda; de Pompeu, ouvia-se apenas rumores, que ele havia partido para Lucéria ao encontro das coortes daquelas legiões “não muito firmes” (*non firmissimarum*) (Cic. *Att.* VII, 20, 1). Alguns dias depois, Cícero coloca Ático a par da desorganização toda: um dos cônsules chegara tarde da noite do dia combinado e o outro apenas dois dias depois; os recrutamentos na região iam de mal a pior, em parte pela ausência de Pompeu, em cuja liderança e experiência todos depositavam o sucesso da guerra – “de fato, não falta vontade, mas esperança<sup>83</sup>”. Sobre Pompeu, Cícero comenta:

*Gnaeus autem noster (o rem miseram et incredibilem!) ut totus iacet! Non animus est, non consilium, non copiae, non diligentia. Mittam illa, fugam ab urbe turpissimam, timidissimas in oppidis contiones, ignorationem non solum aduersari sed etiam suarum copiarum: hoc cuius modi est? [2] [...] Mihi dubium non erat quin ille iam iamque foret in Apulia, Gnaeus noster in nauis.* (Cic. *Att.* VII, 21, 1-2)

Nosso Gneu, porém, (que coisa infeliz e inacreditável!) está todo abatido! Não tem ânimo, nem plano, nem tropas, nem diligência. Deixarei de lado aquelas outras, a torpíssima fuga da Cidade, as reuniões muitíssimo tímidas nas demais localidades, a ignorância não somente do adversário, mas também de suas próprias tropas. De que modo isso acontece? [2] [...] Eu não tinha dúvidas de que aquele [César] já estaria na Apulia e o nosso Gneu já em um barco.

Pela impressão registrada acima, nota-se que Cícero saiu pouco animado daquela reunião que deveria ter sido um conselho de guerra. A ausência de Pompeu, que era a grande esperança republicana, minou ainda mais a confiança de Cícero quanto a um resultado favorável da guerra, que, para Cícero, parece se traduzir unicamente como a obtenção de um acordo de paz. Ao associar o que considera os erros estratégicos de Pompeu com os rumores que certamente ouvira, Cícero projeta a imagem de um general prestes a sucumbir, desprovido de coragem, de energia e de meios. Por conta disso, Cícero prevê que Pompeu seria em breve *obrigado* a abandonar a Itália. Por outro lado, essa débil imagem do amigo e a preocupação com o seu futuro causavam também compaixão a Cícero: “mas, não posso o acusar sem dor, por ele estou angustiado e atormentado” (Cic. *Att.* VII, 22, 1).<sup>84</sup>

Se no sul os preparativos de guerra estavam longe do esperado e Pompeu não cessava de dar indícios de que abandonaria a Itália sem enfrentar César – “a situação é desesperada,

---

<sup>83</sup> *Deficit enim non uoluntas sed spes.*

<sup>84</sup> *Sed non possum sine dolore accusare eum de quo angor et crucior.*

estão todos em fuga” (Cic. *Att.* VII, 23, 3)<sup>85</sup> -, por outro lado, a realidade em Corfíno mostrava-se uma crise à parte. Como mencionado, Domício dividia com Pompeu e os cônsules o comando da guerra. Pelo que se lê das cartas de Pompeu preservadas na correspondência de Cícero, Domício inicialmente anunciou que deixaria Corfíno para se unir a Pompeu em Lucéria; em seguida, porém, parece ter se enganado quanto à movimentação das tropas de César e decidiu fazer-lhe resistência, talvez acreditando que, obtido algum sucesso, contaria com o apoio militar de Pompeu vindo do sul. Pelas respostas deste, o mais provável é que, encorajado pelas 30 coortes reunidas sob o seu comando, Domício tenha considerado que seria possível envolver alguma das forças dispersas de César e obter uma vitória (Cic. *Att.* VIII, 12b-c). Por seu turno, Pompeu havia comunicado aos seus companheiros de *imperium* o seu desejo de concentrar todas as forças disponíveis em um só lugar, Lucéria, no que foi seguido pelos cônsules (Cic. *Att.* VIII, 12a), mas não por Domício. Quando este, ao se informar de que César reunira todas suas tropas e que estava a caminho de Corfíno, deu-se conta tardiamente de que a retirada rumo ao sul não lhe era mais possível e escreveu a Pompeu implorando que viesse em seu auxílio.

A recusa de Pompeu em prestar socorro a Domício, aliada às repetidas críticas de Cícero sobre a maneira como ele conduziu a guerra, criaram a imagem de um general que agia de forma insegura e hesitante nos primeiros meses do conflito, também registrada em Plutarco (Plut. *Pom.* 61). Naturalmente, a maioria dos estudiosos tende a replicar essa figura de Pompeu, e foram poucos os que tentaram reavaliá-la à luz das circunstâncias e de suas possíveis motivações estratégicas e pessoais.<sup>86</sup> Pesa ainda, sobremaneira, a inevitável comparação que se faz entre os dois generais e a maneira como são descritos nas duas principais fontes do período: de um lado, o vitorioso, que se autopromove constantemente em seus *commentarii*, mesmo que se julgue que essa não tenha sido sua intenção, e supera todos os obstáculos que enfrenta com criatividade e determinação; de outro lado, o perdedor, o abatido Pompeu, já não mais tão lembrado e valorizado pelas suas conquistas passadas e experiência militar, constantemente criticado por um dos seus amigos mais fiéis (pelo menos é assim que Cícero se considerava), e que foi derrotado apenas numa única batalha durante a Guerra Civil, mas que se tornou a mais famosa do conflito, sendo finalmente assassinado de forma traiçoeira no Egito.

---

<sup>85</sup> *Desperata res est, in fuga omnes sunt.*

<sup>86</sup> Nesse sentido, vale destacar as contribuições de: Fritz (1942), “Pompey's Policy before and after the Outbreak of the Civil War of 49 B.C.”; Burns (1966), “Pompey's Strategy and Domitius' Stand at Corfinium”; Seager (1979), *Pompey, the Great.*; e Greenhalgh (1981), *Pompey, the Republican Prince.*

No que compete à correspondência de Cícero, em especial sobre a estratégia militar adotada pelo partido republicano, é necessário separar aquilo que Cícero julga que deveria ter sido feito, ou melhor, evitado, como abandonar Roma e a Itália, daquilo que Cícero realmente revela que sabia que aconteceria. No primeiro caso, nenhuma das ações adotadas por Pompeu recebeu a aprovação de Cícero – “a partir daí, jamais pôde me agradar e não cessou momento algum de tropeçar uma e outra vez” (Cic. *Att.* IX, 10, 2) –, o que desencadeou uma breve ruptura entre os dois: se Pompeu estava despreparado, não devia ter cedido à guerra; se o invasor, melhor preparado, arrependia-se de sua loucura e buscava uma negociação, deveria ter-se submetido a ela sem impor condições; se não era possível vencer o adversário, que se tivesse a coragem de morrer heroicamente na pátria pela pátria, e Corfíno fora a oportunidade mais adequada; e o principal, se a pátria não podia ser defendida, pior ainda seria destruí-la visando a sua reconquista futura.

E é exatamente nesse último ponto que Cícero demonstra conhecer os planos de Pompeu desde o início. De fato, apesar de alegar ignorância quanto aos objetivos dele, Cícero a todo o momento dialoga com Ático repetindo esta mesma premissa com a qual deixara Roma: ‘Pompeu iria abandonar a Itália’, havia escrito naquela carta da madrugada de 18 de janeiro (Cic. *Att.* VII, 10). O que acontece em seguida é que, em meio às suas reflexões, temores e frustrações, Cícero não cessa de confirmar a Ático essa certeza: em 22 de janeiro, informa que Pompeu partira rumo a Larino, Lucéria e Teano para reunir-se com as antigas legiões de César, e ainda, que o pretor Lúcio Torquato e Mânio Lépido tinham-lhe assegurado que o destino final de Pompeu seria deixar a Itália (Cic. *Att.* VII, 12); em 2 de fevereiro, durante as negociações de paz, Cícero afirma que Pompeu se mantinha em Lucéria recrutando novas tropas e reunindo provisões (Cic. *Att.* VII, 17); em 9 de fevereiro, não tendo sido a paz alcançada, lamenta que as opções então seriam partir com Pompeu ou ficar para trás (Cic. *Att.* VII, 22); em 13 de fevereiro, cita de passagem que as legiões hispânicas estavam sendo reunidas sob o comando de Afrânio e Petreio (Cic. *Att.* VII, 26); entre 15 e 16 de fevereiro, informa a Ático que recebera um pedido direto de Pompeu para se unir a ele em Lucéria e que previa que o destino final seria Brundísio (Cic. *Att.* VIII, 1); e, finalmente, em 22 de fevereiro, relata que César cercara Corfíno, Domício estava abandonado e Pompeu a caminho de Brundísio (Cic. *Att.* VIII, 4).

A questão principal da estratégia de Pompeu é que ela pressupunha uma vitória a longo prazo através do sacrifício da Itália: esta seria deixada em poder de César, mas ele se veria cercado por todos os lados; da Hispânia, Afrânio e Petreio comandavam 6 legiões que

poderiam atacar via Marselha (Cic. *Att.* X, 9); no norte da África, contava-se com o apoio de Juba, rei da Numídia (Cés. *BC.* II); já Pompeu, após conduzir suas forças para a Grécia e reunir um poderoso exército com o apoio das províncias e dos reis orientais (Cic. *Att.* VIII, 11, 2), poderia retornar e atacar a Itália tanto pelo o sul, como também pelo norte após avançar pelo Ilírico, ameaçando igualmente o domínio de César sobre as Gálias (Cic. *Att.* X, 6, 3). Com base nessa perspectiva, a evacuação da Itália poderia ser vista como a única opção estratégica do momento, e é possível que Pompeu não estivesse assim tão *despreparado* quanto Cícero deu a entender.

Na realidade, o problema é que esse plano, assim como toda a guerra, horrorizava a Cícero. Além da certeza das futuras proscricções contra os partidários de César e contra os que tivessem ficado (Cic. *Att.* IX, 10, 3), dos saques e das pilhagens que seriam provocados pelos aliados bárbaros e possivelmente pelos próprios soldados romanos (Cic. *Att.* VII, 13, 3; *Att.* VIII, 11, 2), Cícero *sabe* que Pompeu tentaria sufocar Roma e a Itália cortando o suprimento externo de trigo e impondo a fome a todos (Cic. *Att.* IX, 7, 4). Nesse sentido, em relação à competência e organização náutica de Pompeu, é oportuno destacar que ele já havia recebido dois comandos especiais que envolviam atividades marítimas e os conduziu com eficiência e sucesso: em 66 AEC, reduzira drasticamente e com extrema rapidez a pirataria no Mediterrâneo; além disso, desde 58 AEC, era o encarregado de garantir o abastecimento da Cidade e, portanto, já comandava parte das forças navais romanas. Desse modo, o receio de que Pompeu se utilizaria do recurso da fome para pressionar César na Itália não era, para Cícero, apenas uma suposição, mas uma certeza:

*Atque hoc non opinione timeo sed interfui sermonibus. Omnis haec classis Alexandria, Colchis, Tyro, Sidone, Arado, Cypro, Pamphylia, Lycia, Rhodo, Chio, Byzantio, Lesbo, Smyrna, Mileto, Coo ad intercludendos commeatus Italiae et ad occupandas frumentarias provincias comparatur.* (Cic. *Att.* IX, 9, 2)

Entretanto, isso não é baseado em opinião, mas estive presente nas conversas. Toda essa frota vinda de Alexandria, Cólquida, Tiro, Sídon, Árado, Chipre, Panfília, Lícia, Rodes, Quios, Bizâncio, Lesbos, Esmirna, Mileto, Cós está sendo reunida para privar a Itália de víveres e para ocupar as províncias produtoras de trigo.

Além disso, Cícero acredita que Pompeu não desistiria da guerra mesmo com a perda das Hispânicas, o que de fato ocorreu, pois considera que o plano dele era o mesmo do já

citado Temístocles: quem dominasse o mar, dominaria a guerra, e Pompeu nunca havia negligenciado sua força naval (Cic. *Att.* IX, 8, 4).<sup>87</sup>

Assim, a alegação de Cícero de que desconhece os planos de Pompeu deve ser entendida mais como uma recusa sua em aceitar ou tomar parte nessa estratégia. Com esse fator em mente, toda a aflição e a hesitação demonstradas por Cícero no período se tornam mais claras. Como será abordado a seguir, o protesto de Cícero contra esse plano traduziu-se numa ruptura temporária com as lideranças republicanas. Somente depois da travessia de Pompeu à Grécia é que Cícero parece finalmente se resignar diante dos fatos e aceitar, ainda que com enorme repulsa, o caminho que lhe compete:

*Nec uero dubito quin exitiosum bellum impendeat, cuius initium ducetur a fame. Et me tamen doleo non interesse huic bello! In quo tanta uis sceleris futura est ut, cum parentis non alere nefarium sit, nostri principes antiquissimam et sanctissimam parentem, patriam, fame necandam putent. [...] Itaque mihi dubitanti quid me facere par sit, permagnum pondus adfert beneuolentia erga illum; qua dempta perire melius esset in patria quam patriam seruando euertere.* (Cic. *Att.* IX, 9, 2).

E, na verdade, não duvido que uma guerra funesta esteja iminente, cujo início se dará pela fome. Todavia, também dói-me não assistir a essa guerra! Na qual existirá tamanha força criminosa que, embora seja um crime abominável não alimentar os pais, nossos líderes pensam que se deve matar de fome a pátria, a mais antiga e mais sagrada das mães. [...] E, assim, em minhas dúvidas sobre o seja a coisa justa a se fazer, a dedicação àquele [a Pompeu] pesa de uma maneira muito grande; mas, dela me afastei por achar que é melhor morrer na pátria do que a destruir para salvar.

#### 4.2.2 Corfíno e a ruptura

[Pompeu para Domício] Aquilo que eu pensei e alertei, aconteceu. (Cic. *Att.* VIII, 12d)<sup>88</sup>

Com uma rapidez e capacidade de manobra que se tornaram suas marcas registradas, César surpreendeu Domício e chegou a Corfíno em 15 de fevereiro. Enquanto iniciava os preparativos de cerco, César enviou Marco Antônio, com 5 coortes, para Sulmona, cidade ao sul de Corfíno. Segundo os *commentarii*, ela era defendida por 7 coortes, sob o comando de Átio Péligno e do senador Quinto Lucrécio. De acordo com César, “os sulmonenses, assim que avistaram nossos estandartes, abriram as portas e todos, civis e militares, saíram exultantes ao encontro de Antônio” (Cés. *BC.* I, 18 - Trad. Antonio da Silveira Mendonça).

<sup>87</sup> Essa informação é reforçada pela descrição de César das forças navais de Pompeu (Cés. *BC.* III, 5, 3).

<sup>88</sup> *Quod putauit et praemonuit fit.*

Além de incorporar as forças sulmonensas às suas e de libertar os comandantes, César recebeu ainda o reforço de outras 22 coortes que haviam sido recrutadas nas cidades e nos municípios ‘recém-conquistados’; três dias depois, foi alcançado por sua 8ª legião acompanhada por cerca de 300 cavaleiros enviados dos Alpes pelo rei da Nórlica (Cés. BC. I, 18). Dessa forma, em pouco mais de trinta dias após o início das hostilidades, as forças de César somavam três legiões veteranas, um número respeitável de recrutas e um destacamento sólido de cavaleiros.

Como já mencionado, Domício ficara cercado por esse contingente, que o impossibilitava de recuar, e havia solicitado a Pompeu que viesse em seu resgate. Por outro lado, de acordo com as cartas de Pompeu, este havia escrito a Domício, em 11 de fevereiro, alegando estranhar a falta de notícias e questionando o porquê do atraso na partida, pois havia sido informado de que Domício ter-se-ia retirado ainda no dia 9 de fevereiro: “estou surpreendido pelas razões que te fizeram mudar de plano” (Cic. Att. VIII, 12b, 1)<sup>89</sup>. Independentemente dos fatores que teriam sido responsáveis por essa demora, prossegue Pompeu, a situação urgia que Domício se unisse a ele antes que o inimigo pudesse lhe cortar o caminho e o isolar:

*Quam ob rem etiam te rogo et hortor, id quod non destiti superioribus litteris a te petere, ut primo quoque die Luceriam ad <me> uenires. (Cic. Att. VIII, 12b, 2)*

Por conta disso, agora ainda te rogo e exorto, isso porque não cessei de te pedir em cartas anteriores, a fim de que venhas ao meu encontro em Lucéria no primeiro dia possível.

Na carta seguinte (Cic. Att. VIII, 12c), Pompeu afirma que recebera a resposta de Domício em 16 de fevereiro e que nela constavam as intenções dele de oferecer resistência a César. Sobre isso, o conselho de Pompeu foi expressivo:

*Non enim pro tua prudentia debes illud solum animadvertere, quot in praesentia cohortis contra te habeat Caesar, sed quantas breui tempore equitum et peditum copias contracturus sit. (Cic. Att. VIII, 12c, 1)*

De fato, para tua preparação, não debes atentar somente para aquilo - a quantidade de coortes que César tem contra ti no momento presente -, mas quantas tropas de cavalaria e de infantaria há de reunir em pouco tempo.

Segue-se a esse conselho um relatório de inteligência das forças de César e de sua movimentação recente. Na realidade, não havia passado despercebido a Pompeu o fato de

---

<sup>89</sup> *Miror quid causae fuerit qua re consilium mutaris.*

César ter reunido novamente suas forças e que isso representava uma grave ameaça a Domício. Além disso, justificando-se de que não poderia lhe prestar auxílio, Pompeu registra que temia a reação de suas próprias legiões caso avistassem o antigo general e, por conta disso, tomara precauções a fim de que elas se mantivessem distantes do avanço inimigo. Por outro lado, Pompeu se mostra igualmente consciente de que César já havia ocupado uma grande parte da Itália e que eles não dispunham de um exército “tão amplo e tão grande” (*tam amplum neque tam magnum*) quanto o de César. Portanto, “uma e outra vez te exorto a fim de que venhas ao meu encontro com todas as tropas o quanto antes” (Cic. Att. VIII, 12c, 3).<sup>90</sup> Ao final dessa carta, Pompeu é taxativo quanto ao pedido de Domício para que ele viesse a Corfíno: “decidi que eu não posso fazer isso porque não confio nenhuma grande obra a essas legiões” (Cic. Att. VIII, 12c, 4).<sup>91</sup>

Logo no dia seguinte (17 de fevereiro), Pompeu recebeu a carta de Domício na qual este declarava que César tinha estabelecido um acampamento junto a Corfíno (Cic. Att. VIII, 12d). A partir desse ponto, não havia mais o que ser feito e Pompeu se mostra inconformado com as notícias: “aquilo que eu pensei e alertei, aconteceu”; acrescenta ainda que César não iria buscar o combate direto, mas que cercaria a cidade até a chegada do restante do exército, impedindo assim que Domício unisse suas tropas às dele; uma vez mais, Pompeu se justifica por não poder prestar-lhe auxílio, pois não confia em seus soldados mais experientes (daquelas duas legiões) e sabe que os novos recrutas de nada serviriam contra as legiões veteranas de César.

Por volta da mesma ocasião, em carta enviada aos cônsules (Cic. Att. VIII, 12a), Pompeu os conclama a fim de que não permaneçam separados e cita Domício como exemplo a ser evitado; admite que está profundamente perturbado com o futuro das tropas em Corfíno, mas assegura que nada poderia ser feito, pois tinha consigo apenas 14 coortes e não podia contar com as duas ex-legiões de César; por isso, Pompeu anunciou que marcharia com as tropas para Brundísio para em seguida estabelecer a sua base de operações em Dirráquio; encerrando a carta, pediu aos cônsules que comuniquem a sua decisão a todos os demais.

Por outro lado, em vista das notícias que recebera sobre o número e sobre a disposição para lutar das tropas reunidas em Corfíno (Cic. Att. VIII, 3, 7), Cícero tinha criado expectativas de que a guerra poderia ser decidida ali. Não que ele esperasse que César fosse completamente vencido (Cic. Att. VII, 24), mas via na defesa da cidade uma oportunidade para que Pompeu mudasse seus planos e acreditava que ele não teria coragem de abandonar a

---

<sup>90</sup> *Etiam atque etiam te hortor ut cum omni copia quam primum ad me uenias.*

<sup>91</sup> *Id me facere non arbitror posse, quod non magno opere his legionibus confido.*

tantos (Cic. *Att.* VII, 26, 1). Nesse sentido, Cícero chega a se emocionar com a possibilidade de união dos dois exércitos e a fantasiar o efeito que seria provocado com a chegada de Pompeu em Corfíno (Cic. *Att.* VIII, 6, 3). Naturalmente, quando a realidade ficou-lhe evidente, não poupou recriminações a Pompeu: “resta ainda uma última desonra ao nosso amigo, que não socorra Domício” (Cic. *Att.* VIII, 7, 1).<sup>92</sup> Uma vez mais, em detrimento da imagem de Pompeu, Cícero atribui essa recusa a uma fraqueza de caráter – “apavorou-se de um modo incrível, nada espera a não ser a fuga; é a este que tu (de fato, vejo qual é a tua opinião) pensas que eu devo ser um companheiro?” (Cic. *Att.* VIII, 7, 1).<sup>93</sup> E foi exatamente neste ponto, o abandono de Corfíno, que Cícero rompeu com Pompeu e desistiu de acompanhá-lo rumo a Brundísio.

Esse episódio é normalmente encarado como apenas mais um dos momentos de hesitação de Cícero durante a guerra. De fato, Cícero tinha sido informado pelo próprio Pompeu de suas intenções em relação a Lucéria e estava decidido a juntar-se a ele e aos cônsules lá. Mas, desde muito tempo, Cícero repetia a Ático que encarava esse movimento mais como uma obrigação movida pela amizade com Pompeu do que como um desejo pessoal de se unir aos que lá estavam: “vamos, todavia, para Lucéria, e nossa chegada talvez não lhe cause prazer; de fato, não poderei dissimular que estou descontente com as coisas que foram feitas até o momento” (Cic. *Att.* VIII, 1, 4).<sup>94</sup> Tomado por essa expectativa, Cícero informa Ático na carta seguinte que estava deixando Fórmias em 17 de fevereiro e, apesar de registrar que estava disposto a morrer com prazer por Pompeu, pois “não tenho nenhum outro homem em tal estima” (Cic. *Att.* VIII, 2, 4),<sup>95</sup> Cícero reafirma que o abandono da Itália pelas forças republicanas não era o melhor caminho, nem o correto e honrável.

Não é de se estranhar, então, que Cícero tenha desistido do intento na metade do trajeto. Escrevendo de Cales, na madrugada de 18 para 19 de fevereiro, Cícero enviou uma longa carta a Ático onde deixava transparecer todas as dúvidas que o atormentavam (Cic. *Att.* VIII, 3).<sup>96</sup> A carta em si gira em torno de uma questão principal, [Cic. *Att.* VIII, 3, 1] qual postura adotar diante da partida de Pompeu para a Grécia? [Cic. *Att.* VIII, 3, 2] De um lado, Cícero considera que deve se unir a Pompeu não apenas pela amizade e pelos favores

---

<sup>92</sup> *Vnum etiam restat amico nostro ad omne dedecus, ut Domitio non subueniat.*

<sup>93</sup> *Incredibiliter pertimuit, nihil spectat nisi fugam; cui tu (uideo enim quid sentias) me comitem putas debere esse.*

<sup>94</sup> *Ibimus tamen Luceriam, nec eum fortasse delectabit noster aduentus; dissimulare enim non potero mihi quae adhuc acta sint displicere.*

<sup>95</sup> *Facio pluris omnium hominum neminem.*

<sup>96</sup> A seguir, adotou-se a seguinte divisão para destacar as diferentes passagens do texto: “[1]” corresponde a (Cic. *Att.* VIII, 3, 1); “[2]” a (Cic. *Att.* VIII, 3, 2), etc.

recebidos no passado, mas também porque junto dele estava a causa pública; caso fique, estaria à mercê de um homem só, em quem, por mais que tenha cultivado relações amistosas no passado, não confiava plenamente; além disso, haveria desonra caso ficasse e Pompeu vencesse a guerra no final. [Cic. *Att.* VIII, 3, 3] Porém, Pompeu não tinha agido com prudência nem energia até o momento e ele era igualmente culpado por uma série de erros do passado, e que eram os fundamentos dessa crise atual: aliara-se a César contra a *res publica*; apoiara sua legislação criminosa com o uso da força e contra os auspícios; cedera-lhe a Gália Transalpina; não se opusera à adoção de Clódio; desempenhara um papel fundamental para o retorno de Cícero do exílio, é certo, mas, antes de tudo, não tinha agido para evitá-lo; durante o seu terceiro consulado, não lutara contra aquela proposta dos dez tribunos da plebe; além disso, opusera-se ao cônsul M. Marcelo quando este tinha proposto estabelecer um prazo final para o comando de César; abandonara a Cidade, não se submetera à paz; e, finalmente, fugia agora de maneira vergonhosa.

[Cic. *Att.* VIII, 3, 4] Em seguida, Cícero pondera a respeito dos preparativos de guerra feitos por Pompeu, e a reprovação aqui é direcionada à não defesa da pátria e ao prolongamento destrutivo da guerra. Cícero confessa ainda que aceitara a missão de Cápua com relutância, mas que sofrera mais ao perceber que muitos tinham aderido ao outro lado. [Cic. *Att.* VIII, 3, 5] Ao ponderar todas essas coisas, pergunta-se Cícero, seria o caso agora de se aventurar numa fuga sem destino? Arriscaria consigo o filho, o irmão e o sobrinho enquanto César confiscava os seus bens imputando-lhes desonra? [Cic. *Att.* VIII, 3, 6] Ou seria o caso de permanecer e tentar encontrar um espaço nesse novo governo? Nesse sentido, Cícero relembra as estratégias que outros homens públicos haviam adotado sob as ditaduras de Cina e Sula; e, caso Ático opinasse que não seria possível a Cícero seguir o exemplo daqueles, talvez o melhor agora fosse de fato fugir por conta própria ou na companhia de Pompeu. [Cic. *Att.* VIII, 3, 7] Enquanto escrevia tudo isso, aponta Cícero, chegaram mais notícias de Corfinio e da coragem para lutar em defesa da coisa pública dos que lá estavam. Diante disso, acredita Cícero, havia uma esperança concreta de que a guerra pudesse ser decidida favoravelmente na Itália se as legiões hispânicas viessem rapidamente em socorro. Encerrando a carta, Cícero certifica Ático de que permaneceria em Fórmias, visto que desconhecia a movimentação das tropas de César e temia o risco de ser capturado rumo a Brundísio, e aguardaria as notícias sobre a travessia de Pompeu.

Essa carta, repleta de considerações, reflete bem o inquieto estado de espírito de Cícero no momento em que ele desistiu de se juntar a Pompeu em Brundísio. Para além da

hesitação e das dúvidas em relação ao futuro, essa carta é fruto de uma decisão firme e definitiva, que pode ser entendida como a ruptura de seus ideais políticos com os dos líderes republicanos. ‘A coisa pública foi despedaçada’, escreveu Cícero a Pompeu pouco tempo depois em sua carta de “despedida”. Todavia, como será abordado mais adiante, Cícero permaneceu unido a Pompeu pela amizade, e foram as obrigações inerentes a ela que o mantiveram angustiados pelos próximos meses.

#### 4.2.3 A clemência de César

[César para Ópio e Balbo] Seja esta a nova maneira de vencer, munir-se de compaixão e liberalidade. (Cic. *Att.* IX, 7c, 1)<sup>97</sup>

Enquanto Cícero tomava essa decisão, César estava prestes a obter a rendição de Corfinio. Os preparativos de guerra e a rendição da cidade estão descritos em seis capítulos dos *commentarii* (Cés. *BC.* I, 18-23). Curiosamente, todo o episódio ficou famoso não pelos combates ou pelos infortúnios aos quais geralmente está submetido o vencido, mas pelo tratamento “diferenciado” que lhes foi concedido.

César relata que, antes de concluir o cerco à cidade, Domício recebera a resposta final de Pompeu e, tomado pelo medo, preparou um plano de fuga que previa o abandono dos soldados. Estes, tendo descoberto o que tramava o general, prenderam-no e enviaram a César uma delegação para tratar da rendição. Com isso, no amanhecer do dia seguinte, César libertou Domício e assegurou que não apenas ele, como todos os demais senadores, cavaleiros, magistrados e familiares estavam livres para partir e não precisavam temer mal algum; devolveu ainda a Domício o dinheiro dos habitantes de Corfinio que lhe havia sido confiado; por fim, ordenou aos soldados republicanos que lhe jurassem fidelidade, levantou o acampamento e partiu com o exército em busca de Pompeu (Cés. *BC.* I, 23-24).

Esse episódio teve extrema importância para a guerra, afinal, desde o início da invasão, pairava o temor de que César fosse repetir os exemplos de Cina e Sula durante a primeira Guerra Civil. Nesse momento, informa Mendonça (1999, p. 66), César se esforça para personificar a clemência e a misericórdia para com os adversários e o desprendimento em relação ao dinheiro. Dessa forma, continua o autor, a preocupação com a própria imagem perante a opinião pública fica evidente quando César devolve os recursos da cidade a Domício e diz: “para não dar a impressão de que era mais sóbrio em relação à vida das pessoas do que em relação ao dinheiro” (Cés. *BC.* I, 23, 4). Para Canfora (2002, p. 186-187),

---

<sup>97</sup> *Haec noua sit ratio uincendi ut misericordia et liberalitate nos muniamus.*

não escapava a César que essa conduta teria grande eficiência propagandística; além disso, ela seria de extrema utilidade “para os fins do que lhe parece como o verdadeiro objetivo: o consenso”. Consenso, prossegue o autor, significaria não apenas o apoio da opinião pública como também a pronta absorção das legiões de Pompeu nas suas à medida que fossem desmobilizadas. Ainda segundo Canfora, foi esse consenso que permitiu a César sair da guerra civil vitorioso não só militarmente, mas inclusive politicamente.

Por outro lado, Albrecht (1997, p. 423) lembra que César deve a essa clemência tanto o seu sucesso quanto a sua queda. Segundo o autor, as tradições romanas associavam a *clementia* ao perdão (*ignoscere*), ou seja, a abstenção da punição que pode ser infligida de maneira justificada, comportamento que também era associado aos romanos do passado quando lidaram com alguns dos povos itálicos conquistados. Finalmente, o autor comenta que o próprio César evitou a palavra *clementia* e utilizou-se com mais frequência dos termos *miser cordia*, *lenitas*, *liberalitas*; contudo, o autor ressalta que essa postura se aplicaria ao *Bellum Ciuile*, não ao *Gallicum*.

Durante a guerra, pelos registros nos *commentarii*, César ofereceu essa mesma clemência aos soldados e aos comandantes romanos em outras duas ocasiões: para as tropas de Pompeu após a vitória em Farsália (Cés. BC. III, 98) e para as tropas de Afrânio e Petreio após a rendição das legiões hispânicas:

Não ia ele agora tirar vantagem da humilhação deles e de sua situação favorável e fazer exigências para aumentar suas próprias forças, mas queria que fossem desmobilizados os exércitos que há muitos anos sustentavam contra ele (Cés. BC. I, 85, 5 - Trad. Antonio da Silveira Mendonça).

Aos que não faziam parte da República Romana, o tratamento de César foi variado: perdoou aos habitantes de Marselha, que lhe haviam fechado os portões e só puderam ser submetidos após um longo cerco - “César poupou-os mais pela sua fama e tradição do que pelo que estavam a merecer dele” (Cés. BC. II, 22, 6 - Trad. Antonio da Silveira Mendonça) -, apesar de que tiveram as armas, o dinheiro e os navios confiscados; entretanto, puniu com severidade a resistência dos habitantes de Gonfos, entregues à repressão e à pilhagem dos soldados (Cés. BC. III, 80, 7). Nesse caso, vale ressaltar que César acabara de sofrer uma importante derrota contra Pompeu em Dirráquio, quando parte de suas tropas tinha cedido ao pânico e fugira. Em vista disso, esse castigo pontual que fora infligido por César pode ser encarado como uma tentativa sua de “elevar a moral da tropa”; de qualquer maneira, após

Gonfos, César registra que nenhuma outra cidade da Tessália deixou de lhe obedecer ou cumprir as suas ordens, exceto Larissa, ocupada pelas forças pompeianas (Cés. BC. III, 81, 2).

Por sua vez, Cícero parece não ter ficado inteiramente convencido das intenções de César depois que recebeu as notícias sobre o ocorrido em Corfíno. Na realidade, num primeiro momento, desconfiou de que tudo não passasse de um disfarce para ocultar uma posterior matança planejada. Em carta de 25 de fevereiro, ao comparar Pompeu e César, Cícero mostra-se pouco confortado:

*Sed obsecro te, quid hoc miserius quam alterum plausus in foedissima causa quaerere, alterum offensiones in optima? Alterum existimari conseruatorem inimicorum, alterum desertorem amicorum?* (Cic. Att. VIII, 9a, 1)

Mas, perdoa-me, existe algo mais triste que um buscar aplausos pela causa mais feia, o outro ofensas pela melhor? Que um seja considerado o salvador dos inimigos, o outro o desertor dos amigos?

Ainda nessa carta, Cícero relata a Ático que recebera a visita do jovem Balbo e que este tinha sido enviado por César para encontrar o cônsul Léntulo e fazer-lhe uma oferta: César lhe entregaria o comando de uma província se ele retornasse a Roma (Cic. Att. VIII, 9a, 2). Cícero comenta ainda que, de acordo com o jovem Balbo, o maior desejo de César era o de alcançar Pompeu e reconciliar-se com ele – “isso não creio e temo que toda essa clemência vai ser combinada com aquela crueldade de Cina”.<sup>98</sup> Porém, com essa mesma ideia, prossegue Cícero, o Balbo pai tinha-lhe escrito afirmando que o maior desejo de César ‘era o de viver sem temor sob a autoridade máxima de Pompeu’ – “tu, penso, crês nisso”,<sup>99</sup> Cícero escreve de Ático. Ao final, Cícero considera se Pompeu já haveria de ter chegado a Brundísio, apesar de estar sendo seguido de perto por César, “esse τέρας [prodígio] de horrível vigilância, rapidez e diligência” (Cic. Att. VIII, 9a, 2).<sup>100</sup>

Com o passar dos dias, Cícero revela que a clemência de César estava produzindo resultados. Ele próprio mostra-se interessado e pede a Ático notícias sobre o que faziam os senadores e cavaleiros libertados, em especial, desejava conhecer os passos de Domício e Léntulo Espínter (Cic. Att. VIII, 12, 6; Att. IX, 1, 2). Além disso, Cícero comenta com Ático que havia tido tempo de conversar com muitas pessoas das regiões próximas a Fórmias, tanto dos municípios quanto dos campos, e que nada lhes preocupava exceto suas propriedades e

<sup>98</sup> *Id non credo et metuo ne omnis haec clementia ad Cinneam illam crudelitatem conligatur.*

<sup>99</sup> *Tu, puto, haec credis.*

<sup>100</sup> *Sed hoc τέρας horribili vigilantia, celeritate, diligentia est.*

afazeres pessoais; porém, dessas conversas, Cícero também registra uma mudança importante: “temem aquele no qual antes confiavam; amam a este que temiam” (Cic. Att. VIII, 13, 2).<sup>101</sup>

#### 4.2.4 Entre César e Pompeu

Eu até tenho de quem fugir, não tenho quem seguir. (Cic. Att. VIII, 7, 2)<sup>102</sup>

Em meados de fevereiro, Cícero recebeu uma carta curta de Pompeu escrita cinco dias antes, na qual afirmava que lhe havia sido anunciado que Domício estava de partida de Corfíno e convidava Cícero, em nome da segurança, a se unir a eles em Lucéria: “Sou da opinião de que venhas até nós em Lucéria. Na realidade, penso que tu estarás totalmente seguro aqui” (Cic. Att. VIII, 11a).<sup>103</sup> A resposta de Cícero se inicia com um tom cordial, e ele aproveita para emitir um relatório do que fora feito na região sob sua supervisão até então; e mais, diante do anúncio (infundado) do recuo de Domício, Cícero sugere a Pompeu que enviasse guarnições para ocupar as cidades costeiras da Campânia a fim de protegê-las;<sup>104</sup> assegura também a Pompeu que já dispunha de um barco pronto para deixar a região, caso necessário; todavia, ao final, Cícero acrescenta:

*Nunc quod tuum consilium aut quae ratio belli sit ignoro. Si tenendam hanc oram putas, quae et opportunitatem et dignitatem habet et civis egregios et, ut arbitror, teneri potest, opus est esse qui praesit; sin omnia in unum locum contrahenda sunt, non dubito quin ad te statim ueniam, quo mihi nihil optatius est, idque tecum quo die ab urbe discessimus locutus sum. Ego si cui adhuc uideor segnior fuisse, dum ne tibi uidear non laboro, et tamen si, ut uideo, bellum gerendum est, confido me omnibus facile satis facturum.*  
(Cic. Att. VIII, 11b, 3)

Até agora ignoro qual seja o teu plano ou qual a estratégia de guerra. Se pensas que toda essa costa deve ser mantida, que possui uma vantagem e um prestígio e também egregios cidadãos e, a meu juízo, pode ser mantida, é preciso ter alguém à frente dela; se, pelo contrário, tudo deve ser concentrado em um único local, não tenho dúvidas de que irei imediatamente ao teu encontro, pois nada pode ser-me mais agradável, e isso falei contigo no dia que saímos da Cidade. Eu, se a alguém pareço ter sido apático até o momento, enquanto não tenha parecido a ti eu não me importo, e, todavia, segundo vejo, se é necessário cuidar da guerra, confio que darei facilmente a todos a satisfação.

---

<sup>101</sup> *Illum quo antea confidebant metuunt, hunc amant quem timebant.*

<sup>102</sup> *Ego uero quem fugiam habeo, quem sequar non habeo.*

<sup>103</sup> *Censeo ad nos Luceriam uenias. Nam te hic tutissime puto fore.*

<sup>104</sup> A Ático, Cícero destaca a importância delas a fim de que o suprimento de trigo da Itália permanecesse assegurado (Cic. Att. VIII, 1, 2).

Em resposta, Pompeu envia uma segunda carta igualmente curta, e, pelo tom direto e objetivo, é possível imaginar que ele também não estivesse plenamente satisfeito com Cícero. Nela, apesar de não detalhar os seus planos, Pompeu não deixa dúvidas de sua estratégia ao indicar a Cícero que tomasse o caminho de Brundísio o quanto antes, chegando inclusive a indicar a rota: “sou da opinião de que pegues a via Ápia e venhas rapidamente a Brundísio” (Cic. *Att.* VIII, 11c).<sup>105</sup> Nesse meio tempo, chegam as notícias sobre o abandono e a rendição de Corfinio, que deixaram Cícero muito abalado, afinal, ele também tinha tido notícias de que Pompeu socorreria Domício e alimentou por um breve período a esperança de que isso fosse verdade (Cic. *Att.* VIII, 8). Por outro lado, Cícero considerou ainda que essa decepção seria então a desculpa ideal para que ninguém o recriminasse de não ter ido ao encontro de Pompeu (Cic. *Att.* VIII, 12, 3).

Dessa forma, a resposta final que Cícero enviou a Pompeu foi longa e prolixa, quiçá um desabafo ou despedida em vista de tão numerosas justificativas (Cic. *Att.* VIII, 11d). De início, [Cic. *Att.* VIII, 11d, 1] Cícero alega que não suspeitava das intenções de Pompeu quando havia lhe enviado a primeira carta:

*Suspicionem nullam habebam te rei publicae causa mare transiturum, eramque in spe magna fore ut in Italia possemus aut concordiam constituere, qua mihi nihil utilius uidebatur, aut rem publicam summa cum dignitate defendere.* (Cic. *Att.* VIII, 11d, 1)

Não tinha suspeita alguma de que estavas disposto a cruzar o mar pela causa pública e tinha grande esperança de que pudéssemos, na Itália, ou restituir a concórdia, o que nada me parecia ser mais útil, ou defender a coisa pública com a maior consideração.

Ainda assim, Cícero afirma que, sem nem esperar a réplica de Pompeu, tinha-se posto de imediato a encontrá-lo em Lucéria levando consigo os homens da família, o irmão Quinto e os jovens Marco e Quinto. [Cic. *Att.* VIII, 11d, 2] Entretanto, ao chegar a Teano Sidicino, ficara sabendo que destacamentos de César estavam se aproximando da região e, por conta disso, temeu que sua comitiva fosse interceptada no trajeto;<sup>106</sup> assim, todos retornaram a Cales e lá permaneceram aguardando novas notícias confiáveis.

Em Cales [Cic. *Att.* VIII, 11d, 3], Cícero informa a Pompeu, tomara conhecimento da carta que ele havia enviado aos cônsules e a Domício solicitando que todas as forças republicanas fossem concentradas em um só local o mais rápido possível; assim como os

---

<sup>105</sup> *Censeo via Appia iter facias et celeriter Brundisium uenias.*

<sup>106</sup> Um risco plausível, considerando a captura de Numério Mágio (Cés. *BC.* I, 24, 4).

demais que o acompanhavam, Cícero diz ter julgado que esse local de reunião seria Corfíno, dado que César tinha acampado diante da cidade para sitiá-la. Em meio a essa apreensão, continua Cícero, finalmente foram informados de que Corfíno não receberia ajuda e que Pompeu estava partindo para Brundísio; assim, apesar de não restarem mais dúvidas sobre o que deveria ser feito, isto é, unirem-se a Pompeu em Brundísio, Cícero se justifica de não o ter feito por conta do risco da captura, uma vez que souberam que César igualmente marchava rumo a Brundísio; dessa maneira, prossegue Cícero, pareceu-lhes por bem não se exporem ao risco da captura, visto que resultaria prejudicial “não apenas para nós mesmos, mas também para a coisa pública”;<sup>107</sup> assim, que Pompeu não tivesse dúvidas de que eles teriam se reunido com ele caso houvesse um caminho seguro. [Cic. Att. VIII, 11d, 4] Além disso, considerando que recebera somente no dia 27 de fevereiro a segunda carta de Pompeu enviada no dia 20, Cícero diz que ele e os demais julgaram que Pompeu já haveria de ter chegado a Brundísio e que o caminho para lá estaria certamente impedido.

Após apresentar todos esses argumentos para justificar sua ausência, [Cic. Att. VIII, 11d, 5] Cícero reitera a Pompeu que o seu maior desejo sempre fora ter permanecido ao lado dele, afinal, por conta disso tinha recusado o comando de Cápua. Cícero, então, inicia uma série de cuidadosas críticas a Pompeu:

*Quoniam autem tecum ut essem non contigit, utinam tui consili certior factus essem! Nam suspicione adsequi non potui, quod omnia prius arbitratus sum fore quam ut haec rei publicae causa in Italia non posset duce te consistere. Neque uero nunc consilium tuum reprehendo, sed fortunam rei publicae lugeo; nec, si ego quid tu sis secutus non perspicio, idcirco minus existimo te nihil nisi summa ratione fecisse. (Cic. Att. VIII, 11d, 5)*

Porém, visto que não foi possível estar contigo, praza aos deuses que estivesse a par de teu plano! Na realidade, não pude acompanhá-lo porque, ao meu juízo, sucederia qualquer coisa menos isto, que a causa pública não pudesse ser mantida na Itália sob o teu comando. E, na verdade, não repreendo agora o teu plano, mas deploro a sorte da coisa pública; e, se eu não vejo com clareza aquilo que tu perseguiste, por isso considero menos que tu tivesses feito algo senão com a maior reflexão.

Na sequência, [Cic. Att. VIII, 11d, 6] Cícero faz questão de relembrar a Pompeu que ele havia defendido anteriormente a causa da paz e da concórdia e que elas deveriam ter sido mantidas a todo o custo, mesmo diante daquelas condições desiguais defendidas por César. Cícero lembra-lhe igualmente de que, com o início da guerra, discordara do destino que havia sido traçado para Roma e para a Itália; ainda assim, estava disposto a sujeitar-se ao plano de

---

<sup>107</sup> *Vt temeritas nostra non solum nobis sed etiam rei publicae noceret.*

Pompeu e a partir rumo à Grécia e afirma que não deixaria passar a ocasião de fazê-lo se a oportunidade aparecesse:

*Neque id rei publicae causa, de qua desperavi, quae et nunc adflicta est nec excitari sine civili perniciosissimo bello potest, sed te quaerebam, tecum esse cupiebam. (Cic. Att. VIII, 11d, 6)*

E isso não pela causa pública, da qual perdi as esperanças, e que está agora de tal forma abatida que não é possível despertá-la sem uma guerra civil muitíssimo pernicioso, mas porque te buscava e desejava estar contigo.

Rumo ao final de sua argumentação, [Cic. Att. VIII, 11d, 7] Cícero confessa a Pompeu compreender com facilidade “que eu, em toda essa causa, não satisfaço os homens desejosos de lutar”,<sup>108</sup> mas defende sua postura alegando que sempre deixara bem claro que nada deveria ter sido anteposto à paz a fim de se evitar uma guerra civil; nesse quesito, Cícero diz a Pompeu que acreditava estar seguindo o exemplo dele, pois, começada a guerra, o próprio Pompeu havia dado uma resposta a César cheia de honra e generosidade. Ao final, em objeção aos comentários negativos que ouvira, Cícero esclarece a Pompeu:

*Iis autem quibus non satis facio facile respondeo; neque enim ego amicior C. Caesari unquam fui quam illi neque illi amiciores rei publicae quam ego. Hoc inter me et illos interest, quod, cum et illi ciues optimi sint et ego ab ista laude non absim, ego condicionibus, quod idem te intellexeram uelle, illi armis disceptari maluerunt; quae quoniam ratio uicit, perficiam profecto ut neque res publica cuius a me animum neque tu amici desideres. (Cic. Att. VIII, 11d, 8).*

Porém, àqueles aos quais não satisfaço facilmente, respondo: de fato, eu nunca fui mais amigo de C. César do que eles, nem eles mais amigos da coisa pública do que eu. Entre mim e eles existe isto: embora eles sejam ótimos cidadãos e eu não esteja distante deles em louvor, eu preferi que se debatessem as negociações, porque havia entendido que tu desejavas o mesmo, e eles preferiram que se debatessem as armas. Visto que foi esse o raciocínio que venceu, trabalharei sem dúvida para que a coisa pública não se veja em falta da minha disposição de cidadão, nem tu da de um amigo.

É possível que, com essa carta, Cícero tenha conseguido externar de forma ponderada e calculada todo aquele sentimento de desaprovação que nutria contra Pompeu. Nessa hipótese, como num desabafo à distância, a mensagem servira para que Cícero vocalizasse o seu descontentamento e o direcionasse de volta à fonte. Ao mesmo tempo, a recusa de Cícero em unir-se às lideranças republicanas reafirmava os seus ideais e fortalecia a sua própria

---

<sup>108</sup> *Ego me in hac omni causa facile intellegebam pugnandi cupidis hominibus non satis facere.*

autonomia política. De fato, nas cartas seguintes a Ático, Cícero quase não se queixou mais do despreparo ou da hesitação de Pompeu, e dizia até que acreditava em sua vitória, mas continuou temendo que o seu retorno viesse a ser tão funesto como fora o de Sula.

Por outro lado, Cícero agora estava isolado, e sua dúvida passou a girar em torno da escolha do caminho mais honroso a seguir: permanecer na Itália sob César, preservar a neutralidade isolando-se em algum local, ou embarcar por conta própria rumo a Pompeu na Grécia?

No mesmo dia que enviara a segunda carta a Pompeu, Cícero escreveu a Ático dizendo-se desapontado por causa das expectativas que ele mesmo nutrira. Nesse sentido, quando escrevera o seu *De re publica* em 54 AEC, Cícero projetara Pompeu como uma espécie de moderador da vida política em vista de todas as suas qualidades, comedimento e serviços prestados ao Estado. Na carta, Cícero pergunta a Ático se ele lembrava-se da analogia apresentada pelo seu personagem Cipião no livro V do *De re publica* e a reproduziu em seguida:

*“Vt enim gubernatori cursus secundus, medico salus, imperatori uictoria, sic huic moderatori rei publicae beata ciuium uita proposita est, ut opibus firma, copiis locuples, gloria ampla, uirtute honesta sit; huius enim operis maximi inter homines atque optimi illum esse perfectorem uolo.”* (Cic. Att. VIII, 11, 1).

[Cipião diz:] “Como, de fato, compete ao capitão do navio a rota segura, ao médico a saúde, ao general a vitória, assim ao moderador da coisa pública a vida feliz dos cidadãos a fim de que ela seja firme em recursos, abundante em bens, ampla em glória e honesta em virtude. Quero, de fato, ser aquele que, entre os homens, concluirá esta obra máxima e excelente.”

Todavia, prossegue Cícero a Ático, “nosso Gneo” não havia agido nunca como um moderador, muito menos na situação atual: não abandonara a Cidade por não poder defendê-la, nem a Itália por ter sido expulso, pelo contrário, o seu desejo era desde o princípio colocar em movimento todas as terras e todos os mares, reunir o maior exército já visto junto aos reis bárbaros para finalmente lançar-se contra a Itália:

*Genus illud Sullani regni iam pridem appetitur, multis qui una sunt cupientibus. An censes nihil inter eos conuenire, nullam pactionem fieri potuisse? Hodie potest. Sed neutri σκοπός est ille, ut nos beati simus; uterque regnare uult.* (Cic. Att. VIII, 11, 2)

Aquele tipo de reinado Sulano é o que se cobiça já há algum tempo, desejado por muitos dos que lá estão. Acaso pensas que nada ia ao encontro deles, que

pacto algum pudesse ter-se realizado? Ainda hoje se pode. Mas o σκοπός [propósito] de nenhum dos dois é aquele de que sejamos felizes; ambos desejam reinar.

“Eles temem um ao outro, nós a ambos” (Cic. *Att.* VIII, 11, 3),<sup>109</sup> conclui. Comparando-se a Cassandra, Cícero diz que iria profetizar sobre o trágico destino que pesa a todos os que ficaram, tão grande era a Ἰλιάς [Ilíada] de males prestes a desabar. “Por que, portanto, ficamos para trás?”, Cícero imagina que essa seria a pergunta de Ático e responde: “quer porque tínhamos te obedecido, quer porque não tínhamos nos apressado, quer porque fosse isso o mais correto” (Cic. *Att.* VIII, 11, 4)<sup>110</sup> -; e Cícero prossegue descrevendo a Ático a sua profecia, que eles, no ano seguinte, testemunhariam a força destruidora dos exércitos a lutar na Itália e a terrível proscricção que havia sido anunciada já em Lucéria. Ao fim, Cícero comenta a Ático sobre o teor da carta que recebera de César no início de fevereiro: “aquilo que frequentemente escreve, que está muitíssimo agradecido por eu ter me mantido neutro e pede que eu continue dessa forma” (Cic. *Att.* VIII, 11, 5).<sup>111</sup>

Desde o início da invasão, César procurou manter um bom relacionamento com Cícero, louvando a postura adotada por ele em diferentes ocasiões: primeiro indiretamente, por meio de amigos em comum e de Dolabela (Cic. *Att.* VII, 17, 3-4; *Att.* VII, 21, 3; *Att.* VII, 22, 2), e depois diretamente (Cic. *Att.* VII, 14, 2; *Att.* VII, 23, 3; *Att.* VIII, 2, 1). Como destaca Beltrán (2008, p. 52), em meio a um enfrentamento civil dessa magnitude, a neutralidade era uma escolha difícil de ser posta em prática. Assim, era natural que Cícero tivesse sido assediado pelos partidários de César, afinal, a adesão de um consular de tamanho prestígio muito contribuiria a favor de César na disputa final pela legitimidade.

Apesar de estar desiludido com Pompeu, Cícero igualmente não buscou uma aproximação com César, mas ao mesmo tempo evitou provocar a sua animosidade. Antes da ruptura, Cícero já se perguntava se seria possível entregar-se a César sem riscos – “muitos me exortam a isso” (*multi enim hortantur*) -, mas seria esse um caminho igualmente honrável? (Cic. *Att.* VII, 22, 2) Nesse sentido, o próprio Ático o aconselhava a manter-se neutro enquanto fosse possível, ou melhor, a não fechar definitivamente as portas a nenhum lado (Cic. *Att.* VII, 26, 2). Como nenhum dos dois lados representava a sua causa política, Cícero teve ainda vontade de se desligar de tudo e retornar a Roma como um simples cidadão (Cic. *Att.* VIII, 1, 3).

---

<sup>109</sup> *Illi qui alterum metuunt, nos utrumque.*

<sup>110</sup> “*Cur igitur*” inquis “*remansimus*”. *Vel tibi paruum uel non occurrimus uel hoc fuit rectius.*

<sup>111</sup> *Quod quaeris quid Caesar ad me scripserit, quod saepe, gratissimum sibi esse quod quierim, oratque in eo ut perseuerem.*

“Eu até tenho de quem fugir” Cícero confessa a Ático após a ruptura, “não tenho quem seguir” (Cic. *Att.* VIII, 7, 2). E mais, sobre o que ele próprio havia afirmado antes, de que preferia ser vencido com Pompeu a vencer com César, Cícero acrescenta:

*Ego uero malo, sed cum illo Pompeio qui tum erat aut qui mihi esse uidebatur; cum hoc uero qui ante fugit quam scit aut quem fugiat aut quo, qui nostra tradidit, qui patriam reliquit, Italiam relinquit, si malui, contigit: uictus sum.* (Cic. *Att.* VIII, 7, 2)

Na verdade, eu prefiro, mas com aquele Pompeu que existia então, ou que me parecia existir. Com este, que na verdade prefere fugir a saber de quem foge ou para onde foge, que entregou nossos bens, que abandona a pátria, abandona a Itália, se preferi, acabou: fui vencido.

Por outro lado, enquanto Pompeu permanecesse na Itália, havia uma chance, mesmo que pequena, de se chegar a um acordo (Cic. *Att.* VIII, 13; *Att.* VIII, 15, 3). Nesse sentido, César, mesmo estando no encalço dos cônsules e de Pompeu a fim de evitar sua partida para a Grécia, o que poderia pôr fim ao conflito, ofereceu mais uma vez a oportunidade de negociação ao partido republicano.

Tendo capturado anteriormente Numério Mágio, um dos oficiais de Pompeu, César afirma que o enviou a Brundísio com uma missão: visto que até aquele momento não havia sido possível um diálogo direto, e levando também em conta que ele tinha a intenção de ir a Brundísio, “era do interesse do Estado e da segurança de todos um encontro com Pompeu”; pois, prossegue César, “numa negociação feita à grande distância, quando as condições são apresentadas por terceiros, os resultados são bem diferentes do que quando se discutem face a face todas as condições” (Cés. *BC.* I, 24, 5 – Trad. Antonio da Silveira Mendonça). Segundo César, Pompeu não respondeu a essa iniciativa (Cés. *BC.* I, 26, 2), mas, segundo Cícero, Mágio havia sido enviado de volta por Pompeu com uma resposta (Cic. *Att.* IX, 13a, 1).

Seja como for, César finalmente chegou a Brundísio em 9 de março acompanhado de seis legiões e rapidamente distribuiu suas forças na tentativa de interromper o transporte das tropas republicanas para a Grécia, que havia se iniciado dias antes, em 25 de fevereiro (CANFORA, 2002, p. 462). Mesmo dispondo de muitos navios, a operação de Pompeu para evacuar todos os soldados reunidos em Brundísio demandava tempo: César afirma que se tinham passado nove dias desde o início do cerco até o retorno da frota para o embarque final (Cés. *BC.* I, 27). Enquanto tudo isso se passava, César declara que havia enviado uma nova delegação para discutir a paz, novamente sem sucesso, pois Pompeu havia respondido que, sozinho, não dispunha da autoridade para firmar um acordo, visto que os cônsules já estavam

em Dirráquio (Cés. BC. I, 26, 5). Apesar dos esforços de César, Pompeu finalmente conseguiu zarpar com o restante de suas tropas no dia 17 de março; no dia seguinte, César ocupou Brundísio e a Itália estava totalmente em seu poder.

### 4.3 A decisão de Cícero

“Tantas vezes, portanto, mudas de opinião?” Eu falo contigo da mesma maneira que comigo. Porém, quem é que não debateria consigo próprio as variáveis de um assunto sem dúvida tão importante? (Cic. Att. VIII, 14, 2)<sup>112</sup>

Cícero permaneceu na companhia da família em Fórmias durante todo o período em que Pompeu embarcava suas forças em Brundísio. Todavia, as notícias do que se passava lá tardavam a chegar, deixando todos suspensos em expectativas (Cic. Att. VIII, 13, 1). Apesar de ter se mostrado firme em não se unir às forças republicanas em fuga, Cícero mostra-se agora atormentado pela escolha do melhor caminho a seguir, o da prudência ou o da honra. “Tantas vezes, portanto, mudas de opinião?” (Cic. Att. VIII, 14, 2), Cícero imagina que seria a pergunta de Ático ao ler o trecho no qual dizia se sentir na obrigação de partilhar com Pompeu os infortúnios da fuga e, quem sabe, auxiliá-lo na recuperação da coisa pública. “É a deliberação sobre o dever que me tortura e tem me torturado até o momento”<sup>113</sup> escreve a Ático na carta seguinte, onde considera:

*Cautior certe est mansio, honestior existimatur traiectio; malo interdum multi me non caute quam pauci non honeste fecisse existiment.* (Cic. Att. VIII, 15, 2)

Mais seguro certamente é permanecer, mais honroso, lançar-me para lá; algumas vezes prefiro que muitos não considerem eu ter agido com segurança do que poucos considerem eu não ter agido com honradez

Cícero inclui ainda nessa carta a cópia de outra que recebera de Balbo, no mesmo dia, a fim de que Ático “experimentes a minha sorte, para veres como zombam de mim”.<sup>114</sup> Na carta, Balbo rogava a Cícero que utilizasse toda a sua influência pessoal a fim de reconciliar Pompeu e César:

*Obsecro te, Cicero, suscipe curam et cogitationem dignissimam tuae uirtutis, ut Caesarem et Pompeium perfidia hominum distractos rursus in*

---

<sup>112</sup> “Totiensne igitur sententiam mutas?” Ego tecum tamquam mecum loquor. Quis autem est tanta quidem de re quin uarie secum ipse disputet?

<sup>113</sup> Offici me deliberatio cruciat cruciauitque adhuc.

<sup>114</sup> Vt meam uicem doleres, cum me derideri uideres.

*pristinam concordiam reducas. Crede mihi Caesarem non solum fore in tua potestate sed etiam maximum beneficium te sibi dedisse iudicaturum, si hoc te reicis.* (Cic. Att. VIII, 15a, 1)

Suplico-te, Cícero, assume o encargo e o projeto mais digno de teu valor: reconduzas novamente César e Pompeu, rompidos pela perfídia dos homens, rumo à concórdia de outrora. Crê-me, César não somente estará sob tua autoridade, mas também há de julgar que tu lhe fizeste o maior benefício, se te lançares no encalço disso.

César, prossegue Balbo, tentara igualmente dissuadir o cônsul Lêntulo de abandonar a Itália em vista de sua amizade para com ele;<sup>115</sup> com a autoridade de César, com o conselho do Senado e com a iniciativa de Cícero, Balbo diz acreditar que a concórdia entre César e Pompeu poderia ser restabelecida. “Confie em nós sobre César” (Cic. Att. VIII, 15a, 2),<sup>116</sup> assegura Balbo a Cícero, afirmando ainda ter a certeza de que Cícero aprovava tudo quanto César fizera em Corfíno para que se evitasse um banho de sangue (Cic. Att. VIII, 15a, 3).

Apesar do que dissera Balbo, Cícero estava convencido de que um acordo entre os dois não mais ocorreria, a não ser que César tivesse êxito em capturar Pompeu em Brundísio. Não que um acordo fosse impossível, mas porque nunca fora desejado. Dessa forma, Cícero decidiu que o melhor caminho a seguir seria o de deixar a Itália tão logo Pompeu conseguisse fazê-lo: “Tenho tudo providenciado exceto o caminho oculto e seguro até o Mar Adriático. De fato, não podemos utilizar o mar daqui nessa época do ano” (Cic. Att. VIII, 16, 1),<sup>117</sup> escreveu Cícero a Ático em 4 de março. Como estavam em pleno inverno,<sup>118</sup> a navegação pelo Mar Tirreno era arriscada e Cícero temia que o caminho rumo à outra costa estivesse vigiado e que os portos do Adriático estivessem fechados e protegidos por guarnições (Cic. Att. IX, 3). Por isso, em 6 de março, Cícero anunciou a Ático que permaneceria em Fórmias até a conclusão da situação em Brundísio, que depois iria para Arpino e de lá tentaria buscar um caminho pouco frequentado até o Adriático; nesse sentido, previa ainda licenciar a comitiva de *lictiores* a fim de que seus movimentos chamassem menos atenção (Cic. Att. IX, 1, 3).

Isso ajuda a explicar um pouco por que Cícero precisou de três meses para deixar a Itália, e acabou fazendo-o pelo mar Tirreno, saindo pelo porto de Caieta, próximo de Fórmias (Cic. Att. X, 17, 3). Ao mesmo tempo, Cícero começou a perceber que um encontro com César seria inevitável até que conseguisse colocar em prática o plano (Cic. Att. IX, 6a; Att. IX,

<sup>115</sup> Essa carta é interessante também porque confirma isto que Cícero havia registrado antes, que César tinha tentado comprar o apoio do cônsul Lêntulo ao oferecer-lhe uma província.

<sup>116</sup> *Et nobis de Caesare credere.*

<sup>117</sup> *Omnia mihi prouisa sunt praeter occultum et tutum iter ad mare Superum. Hoc enim mari uti non possumus hoc tempore anni.*

<sup>118</sup> A diferença entre o calendário e as estações do ano foi explorada no Apêndice (“O problema das datas”).

9, 2). Nesse meio tempo, chegam notícias de Roma dando-lhe a impressão de que as coisas estavam adquirindo uma certa normalidade: alguns magistrados haviam retornado, dois pretores encarregavam-se da justiça e vários *optimates* andavam discutindo não apenas o futuro da coisa pública, mas também comentando sobre a postura de Cícero. Assim, Ático lhe informa que a permanência dele em Fórmias estava sendo tema recorrente dos banquetes em Roma (Cic. Att. IX, 1, 3), ao que Cícero responde:

*Dabimus hoc Pompeio, cui debemus. Nam me quidem alius nemo mouet, non sermo bonorum, qui nulli sunt, non causa, quae acta timide est, agetur improbe.* (Cic. Att. IX, 1, 4)

Daremos isso a Pompeu, a quem devemos. Na realidade, ninguém me comove de outra coisa sequer, nem a conversa dos bons, que não existem, nem a causa, que foi gerida com timidez, de forma ímproba.

Ponderando sobre essas coisas, Cícero chegou a dizer a Ático que não se importava mais com os mexericos em Roma, nem com a opinião desses companheiros ditos *optimates*: “na realidade, nada confio em teus *optimates*, já nem sequer me sujeito a eles em nada” (Cic. Att. IX, 5, 3).<sup>119</sup> Para que suas intenções resultassem mais claras a todos, Cícero concorda com o plano de Ático, de que deveria renunciar oficialmente ao triunfo, sem dificuldade e de vontade própria (*facile et libenter*), e o que mais importava para ele no momento era saber que os homens de bem (*bonis uiris*) em Roma aprovavam sua conduta (Cic. Att. IX, 7, 5-6).

#### 4.3.1 Em busca da paz interna

Agora, de nada me servem os livros, de nada as cartas, de nada o conhecimento. (Cic. Att. IX, 10, 2)<sup>120</sup>

Em 11 de março, porém, eis que lhe chega a notícia, parcialmente verdadeira, de que Pompeu e os cônsules haviam deixado Brundísio e partido com 30 mil soldados rumo a Dirráquio em 4 de março; e não apenas eles, mas também alguns tribunos da plebe e vários senadores acompanhados de suas mulheres e filhos. Cícero ouve também que Domício estava pronto para se unir novamente àqueles na guerra, não se sabia ainda se iria para as Hispânicas ou para a Grécia (Cic. Att. IX, 6, 2-3). Essas notícias atingiram em cheio a consciência de Cícero: na mesma carta em que relata a Ático o sucedido, diz que, se até o momento esteve preocupado e angustiado, “agora, porém, uma vez saídos da Itália Pompeu e os cônsules, não

<sup>119</sup> *Optimatibus uero tuis nihil confido, nihil iam ne inseruio quidem.*

<sup>120</sup> *Nunc mihi nihil libri, nihil litterae, nihil doctrina prodest.*

estou angustiado, mas ardo de dor” (Cic. *Att.* IX, 6, 4),<sup>121</sup> ao que junta os versos οὐδέ μοι ἦτορ / ἔμπεδον, ἀλλ’ ἀλαλύκτῃμαι [nem sinto sequer o coração / mas sou atirado em todas as direções].<sup>122</sup>

Cícero se diz no momento tomado pela culpa ao ter cometido isto que considera uma grande desonra: primeiro, por não ter permanecido junto a Pompeu, independentemente do plano; em seguida, ter faltado igualmente aos bons (*bonis*) que partiram com ele, por mais que a causa fosse temerária. Esse sentimento, continua Cícero, agravava-se ainda mais ao saber que a sua família também apoiava a sua partida e que o irmão Quinto estava disposto a acompanhá-lo para onde quer que fosse. Duvidando então de sua própria resolução anterior, Cícero afirma que havia relido todas as cartas que Ático lhe enviara para entender de onde tinha surgido aquela decisão de permanecer:

*Tuas nunc epistulas a primo lego. Hae me paulum recreant. Primae monent et rogant ne me proiciam, proximae gaudere te ostendunt me remansisse. Eas cum lego, minus mihi turpis videor sed tam diu dum lego. Deinde emergit rursus dolor et αἰσχροῦ φαντασία.* (Cic. *Att.* IX, 6, 5)

Leio agora tuas epístolas do começo. Elas me reconfortam um pouco. As primeiras aconselham e pedem que eu não me precipite, as mais recentes mostram a tua alegria por eu ter permanecido. Quando as leio, pareço-me menos torpe, mas só enquanto as leio. Depois emerge novamente a dor e a αἰσχροῦ φαντασία [visão da infâmia].

Ainda nessa carta, após implorar a Ático não apenas conselhos, mas também consolo, Cícero reafirma que seguirá o plano que ele e Ático haviam traçado: pedir a César que lhe permitisse estar ausente de Roma quando o Senado fosse reunido para votar alguma resolução contra Pompeu - “mas temo não o conseguir” (Cic. *Att.* IX, 6, 6).<sup>123</sup> No final da carta, recobrando um pouco a sua determinação anterior, Cícero conclui: “mas não tratemos do que está feito; preparemos o que resta” (Cic. *Att.* IX, 6, 7),<sup>124</sup> afinal, Cícero relembra que foram

---

<sup>121</sup> *Nunc autem postquam Pompeius et consules ex Italia exierunt, non angor sed ardeo dolore.*

<sup>122</sup> Palavras de Agamêmnon na *Ilíada* (Hom. *Il.* X, 93-94). Contextualização: Apesar da vitória inicial, os Aqueus tinham acabado de perder o controle da planície para os troianos e estavam confinados dentro das fortificações do acampamento. Agamêmnon, que não conseguira se reconciliar com Aquiles no canto anterior, passou a noite em claro e foi buscar o conselho de Nestor; diante do venerável ancião, Agamêmnon expressa sua angústia em relação aos rumos da guerra: “Vagueio assim, porque sobre os meus olhos o sono deleitoso / não assenta, mas preocupam-me a guerra e as desgraças dos Aqueus. / Terrivelmente receio pelos Dânaos, nem sinto sequer o coração / firme, mas sou atirado em todas as direções, e o coração / salta-me para fora do peito e tremem meus membros gloriosos” (Hom. *Il.* X, 91-95 – Trad. Frederico Lourenço).

<sup>123</sup> *Sed timeo ne non impetrem.*

<sup>124</sup> *Sed acta ne agamus, reliqua paremus.*

duas as razões que nortearam sua conduta até então, a crença de que um acordo era possível e o entendimento de que Pompeu empreendia uma guerra cruel e destruidora:

*Melioris me dius fidius civis et uiri putabam quouis supplicio adfici quam illi crudelitati non solum praeesse uerum etiam interesse. <Sed> uidetur uel mori satius fuisse quam esse cum his. (Cic. Att. IX, 6, 7)*

Pensava que melhor era eu suportar um suplício como cidadão do que estar à frente daquela crueldade, e, em verdade, não somente isso, inclusive de fazer parte dela. Mas, parece mais satisfatório que antes tivesse morrido do que estar na companhia desses.

As considerações anteriores, vale ressaltar, foram motivadas pela notícia do embarque das tropas republicanas em Brundísio. Todavia, na realidade, aquela informação recebida em 11 de março dizia respeito à primeira leva de evacuação. De fato, apesar do grande número de embarcações reunidas por Pompeu em Brundísio, foi necessário realizar pelo menos duas viagens: na primeira, partiram os cônsules, os senadores, os magistrados e parte do exército; Pompeu, por outro lado, permaneceu defendendo a cidade com um grande contingente de soldados de forma a impedir o acesso de César, que vinha em seu encalço, e só conseguiu embarcar com o restante do exército em 17 de março.

Assim, dias depois, o sentimento de culpa de Cícero foi ainda mais inflamado com a chegada de notícias precisas sobre o que ocorria em Brundísio, ou seja, que Pompeu havia permanecido e que César sitiava a cidade: “Tu, peço-te, reflita agora ao máximo sobre o que deva ser feito por nós” (Cic. Att. IX, 12, 3),<sup>125</sup> diz Cícero a Ático, afinal, ocorria algo impensável: um exército do povo romano estava sitiando não um general inimigo, mas um dos maiores generais de Roma, com trincheiras e paliçadas para evitar a sua fuga; enquanto isso, em Roma, tudo parecia estar de volta à normalidade, os pretores cuidavam da justiça, os edis dos jogos, as pessoas dos seus interesses enquanto “eu próprio permaneço sentado!” (Cic. Att. IX, 12, 3).<sup>126</sup>

A realidade era que não havia muito mais a ser feito nesse momento. Desse modo, Cícero passou todo esse período alternando entre recriminar a si mesmo e refletir sobre maneiras de se desvencilhar do sentimento da culpa. Duas cartas dessa época merecem um destaque especial. Na primeira (Cic. Att. IX, 4), Cícero explica a Ático que compusera, em grego, uma série de considerações políticas (θέσεις πολιτικοί) a fim de manter a mente

---

<sup>125</sup> *Tu, quaeso, nunc uel maxime quid agendum nobis sit cogita.*

<sup>126</sup> *Ego ipse sedeo!*

ocupada e afastar do espírito as lamentações. Mediante essas θέσεις [teses], Cícero traça diversas conjecturas sobre qual caminho deveria adotar. Eram elas:

A- permanecer resignado na pátria sob um governo tirânico;

B- trabalhar para a destruição dessa tirania com todos os recursos possíveis, mesmo que com isso expusesse a Cidade ao risco duma ruína;

C- partir e esforçar-se para que o libertador não se convertesse ele mesmo num tirano no caso duma vitória de Pompeu;

D- permanecer e tentar ajudar a pátria submetida à tirania aproveitando-se do diálogo no lugar das armas;

E- buscar a neutralidade e permanecer inativo, afastando-se igualmente da pátria submetida e dos perigos da guerra;

F- apoiar Pompeu, conduzindo a guerra contra a sua própria pátria com o objetivo de sitiá-la, pois ela estaria submetida a uma tirania;

G- compartilhar dos perigos da guerra com os “homens de bem”, mesmo que isso representasse a destruição pelas armas de tudo aquilo pelo que se lutava;

H- unir-se aos amigos e benfeitores em sua decisão, mesmo acreditando que estivessem totalmente equivocados;

I- expor-se voluntariamente aos perigos pela pátria, mesmo tendo já lhe prestado grandes serviços e, precisamente por isso, tendo já sofrido danos irreparáveis e ódios alheios;

J- permitir a si mesmo que deixasse as contendas políticas a quem detinha o poder a fim de assegurar a segurança pessoal e da própria família.

Na segunda carta (Cic. Att. IX, 10), motivada igualmente pela necessidade de dialogar com Ático para espantar a tristeza, Cícero reafirma que se sentia torturado pela culpa de não ter seguido Pompeu rumo a sua queda, mesmo que calado e obediente, como deveria ser a postura dum simples soldado (*unus manipularis*). Ao mesmo tempo, Cícero passa a se lembrar da última vez em que vira Pompeu, naquele 17 de janeiro, cheio de pavor (*plenum formidinis*): “a partir daí, jamais pôde me agradar e não cessou momento algum de tropeçar uma e outra vez”, ao que completa:

*Nihil enim dignum faciebat quare eius fugae comitem me adiungerem. Nunc emergit amor, nunc desiderium ferre non possum, nunc mihi nihil libri, nihil litterae, nihil doctrina prodest. Ita dies et noctes tamquam auis illa mare prospecto, euolare cupio.* (Cic. Att. IX, 10, 2)

De fato, não fazia nada digno para que me unisse a ele como um companheiro de fuga. Agora emerge o amor, agora não posso suportar o

desejo, agora, de nada me servem os livros, de nada as cartas, de nada o conhecimento. Assim, pelos dias e pelas noites contemplo o mar e tenho vontade de alçar voo tal qual aquele pássaro.<sup>127</sup>

Cícero, porém, reconhece que cumpre agora uma pena por sua irreflexão (*temeritatis*), mas ele mesmo se questiona qual teria sido essa, pois não agira com a maior reflexão (*quid feci non consideratissime*)? De fato, prossegue Cícero, se eles tivessem buscado algo que não fosse a fuga, ele o teria feito com o maior prazer, “mas tremi de horror a um tipo de guerra cruelíssima e muito grande”<sup>128</sup> cujo final, segundo ouviu-se das lideranças republicanas em Lucéria, não deixaria nada a dever em relação ao que fizera Sula:

*Quae minae municipiis, quae nominatim uiris bonis, quae denique omnibus qui remansissent! Quam crebro illud “Sulla potuit, ego non potero?”* (Cic. Att. IX, 10, 2)

Que ameaças aos municípios, aos homens de bem, nome por nome, enfim, a todos que tivessem permanecido! Quão frequente aquele “Sula pôde, eu não poderei?”

Cícero conclui que fora isso que o havia deixado paralisado e o impedira de partir ao encontro das lideranças republicanas. Após citar exemplos gregos e romanos de personalidades que conduziram ou não a guerra contra a pátria, Cícero finalmente menciona o que fora feito por Mário, Sula e Cína:

*Huius belli genus fugi, et eo magis quod crudeliora etiam cogitari et parari uidebam. Me, quem non nulli conseruatorem istius urbis, quem parentem esse dixerunt, Getarum et Armeniorum et Colchorum copias ad eam adducere? Me meis ciuibus famem, uastitatem inferre Italiae?* (Cic. Att. IX, 10, 3)

Fugi desse tipo de guerra, ainda mais porque via que se cogitavam e preparavam coisas muito cruéis. Eu, que alguns disseram ser o salvador, o pai dessa Cidade, fazer vir até ela tropas de Getas, de Armênios, de Cólquidos? Levar a fome aos meus cidadãos, a devastação à Itália?

Qual era a necessidade de tudo isso, continua Cícero, agora de fato mais próximo a uma Cassandra, se, “em primeiro lugar, ele [César] era um mortal e, além disso, também

---

<sup>127</sup> Os editores, desde Tyrrell e Purser (1894), associam esse tema a uma passagem de Platão (Plat. *Cartas*. VII, 348a), na qual ele refere a si mesmo como a um pássaro que, contemplando o lado de fora de sua gaiola, deseja sair de seu confinamento.

<sup>128</sup> *Sed genus belli crudelissimi et maximi [...] perhorruí.*

cogitavam que pudesse ser destruído de muitas maneiras”.<sup>129</sup> Por outro lado, a Cidade e o povo romano deveriam ser preservados por toda a eternidade. Contudo, Cícero confessa que foi seduzido e enganado pela esperança de que, em algum momento, poder-se-ia chegar a um acordo entre César e Pompeu, não “que este [Pompeu] se entregaria a tantos crimes e aquele [César] a tantos flagelos”:<sup>130</sup>

*Vt aegroto, dum anima est, spes esse dicitur, sic ego, quoad Pompeius in Italia fuit, sperare non destiti. Haec, haec me fefellerunt et, ut uerum loquar, aetas iam a diuturnis laboribus deuexa ad otium domesticarum me rerum delectatione molliuit. Nunc si uel periculose experiundum erit, experiar certe ut hinc auolem. (Cic. Att. IX, 10, 3)*

Do mesmo modo que se diz que o doente, enquanto tem vida, tem esperança, assim eu, enquanto Pompeu esteve na Itália, não desisti de ter esperanças. Essas coisas, isso que me induziu ao erro, falava como verdadeiras; a idade, já inclinada ao ócio por longos trabalhos, amoleceu-me pelo encanto das coisas domésticas. Agora, se for necessário tentarei inclusive com perigo, tentarei e certamente alçarei voo daqui.

Nas seções finais (Cic. Att. IX, 10, 4-6), após afirmar que conferira todas as cartas que havia recebido de Ático, Cícero passa a reproduzir cronologicamente todos os conselhos que recebera do amigo. Além de interessantes, pois constituem um dos raros momentos em que é possível “ouvir” a voz de Ático, Cícero aponta que o amigo havia lhe sugerido reiteradas vezes que permanecesse e que não se unisse a Pompeu.

Após todas essas (e ainda outras numerosas) considerações, Cícero finalmente se mostra em paz de espírito e determinado, pelo menos em relação a esse assunto. Escrevendo a Ático em 2 de maio, ele não apenas demonstra serenidade frente à decisão tomada no passado, mas mostra-se igualmente determinado diante do que acredita ser o melhor para o seu futuro:

*Non simul cum Pompeio mare transi[er]imus. Omnino <non> potuimus; exstat ratio dierum. Sed tamen (fateamur enim quod est) ne con<ten>dimus quidem ut possemus. Fefellit ea me res quae fortasse non debuit, sed fefellit: pacem putavi fore. Quae si esset, iratum mihi Caesarem esse, cum idem amicus esset Pompeio, nolui. Senseram enim quam idem essent. Hoc uerens in hanc tarditatem incidi. Sed adsequor omnia si propero: si cunctor amitto. (Cic. Att. X, 8, 5)*

Que não tenhamos atravessado o mar juntamente com Pompeu, absolutamente não pudemos; é evidente pelo cálculo dos dias. Mas, em todo o caso, (de fato, confessemos isso) nem sequer nos esforçamos a fim de que nos fosse possível. Induziu-me ao erro uma coisa que talvez não devesse,

<sup>129</sup> *Hunc primum mortalem esse, deinde etiam multis modis posse exstingui cogitabam.*

<sup>130</sup> *Aut hic tantum sceleris aut ille tantum flagiti admitteret.*

mas induziu-me: pensei que existiria a paz. Se assim o fosse, não quis que César se irasse comigo enquanto ele mesmo pudesse ser amigo de Pompeu. De fato, era da opinião de que eram idênticos. Temendo isso, caí nessa lentidão. Mas, tudo alcanço se me apresso: se hesito, perco.

### 4.3.2 A proposta de César

[César para Cícero] Que eu possa servir-me de teu conselho, gratidão, prestígio e esforço em todas as coisas. (Cic. Att. IX, 6a)<sup>131</sup>

A antecipação de um encontro com César, mencionada anteriormente, fora provavelmente o resultado desta carta recebida por volta do dia 5 de março (Cic. Att. IX, 6a). A caminho de Brundísio, César escrevera a Cícero uma mensagem curta, todavia cordial e repleta de intenções. Nela, César alegava que, apesar de estar em marcha com as legiões, não pôde deixar passar a oportunidade de escrever a Cícero e de enviar-lhe os agradecimentos e, “ainda que já o tenha feito com frequência, também me parece que o haverei de fazer com mais frequência ainda; assim o mereces de minha parte”.<sup>132</sup> Em seguida, César se mostra confiante de que estaria em Roma daí a poucos dias e que era do seu desejo encontrar-se lá com Cícero para poder se utilizar do conselho (*consilio*), do agradecimento (*gratia*), do prestígio (*dignitate*) e do trabalho (*ope*) de Cícero em todos os assuntos (*omnium rerum*). Ao final, César pedia novamente desculpas pela brevidade da carta, mas a situação assim o exigia.

A essa carta de César seguiram-se outras três enviadas de Roma por Balbo e Ópio no mesmo período. Na primeira (Cic. Att. IX, 7a), escrita em conjunto, Balbo e Ópio pediam a Cícero que se dispusesse a participar em Roma da reunião do Senado que seria convocada por César; isso porque, acrescentaram, César desejava a paz, e Cícero, que estava intimamente ligado tanto a Pompeu como a César, poderia desempenhar um papel ativo entre os senadores a fim de que uma resolução fosse aprovada nesse sentido; afinal, tinham a certeza de que esse era o objetivo de César e igualmente se mostravam conscientes da estima e dos favores que Cícero devia a Pompeu. Por conta disso, solicitavam a Cícero que os autorizasse a escrever a César confirmando que esse também era o seu desejo:

*Non uideri eam tuam esse dignitatem neque fidem, omnibus cognitam, ut contra alterutrum, cum utrique sis maxime necessarius, arma feras, et hoc*

<sup>131</sup> *Vt te ibi uideam, ut tuo consilio, gratia, dignitate, ope omnium rerum uti possim.*

<sup>132</sup> *Etsi hoc et feci saepe et saepius mihi facturus uideor; ita de me merens.*

*non dubitamus quin Caesar pro sua humanitate maxime sit probaturus.* (Cic. Att. IX, 7a, 2)

Não nos parece que esse teu prestígio e fidelidade, conhecidos por todos, façam com que pegues em armas contra um dos dois, embora seja muitíssimo necessário a ambos, e não duvidamos que hajas de aprovar César por conta de sua tão grande humanidade.

Na segunda carta (Cic. Att. IX, 7b), escrita por Balbo, este afirmava que, mal havia enviado a carta anterior, recebera uma carta de César e que a incluía em anexo para que Cícero testemunhasse o quanto César estava desejoso de restaurar a boa relação com Pompeu; a maior prova disso era que César mantinha-se afastado de toda a crueldade. Em seguida, Balbo assegurava novamente a Cícero que todos tinham entendido o seu posicionamento contrário à guerra e que sabiam “que tua fama e dever não [te] permitem sustentar armas contra ele [Pompeu], de quem tu declaras ter recebido tamanho benefício” (Cic. Att. IX, 7b, 1).<sup>133</sup>

Por isso, Balbo afirma que César também entendia essa postura e que estava muitíssimo satisfeito por Cícero não ter tomado partido na guerra. E mais, Balbo confessava se encontrar num dilema parecido com o de Cícero, pois era igualmente amigo de César e de Pompeu; assim, a melhor maneira que ele havia encontrado para não prejudicar nenhum dos dois fora a de permanecer em Roma como um simples particular; dessa maneira, solicitara a César permissão para que pudesse cuidar dos assuntos particulares de Pompeu em nome dessa amizade. Por isso, Balbo sugere a Cícero que também pedisse a César autorização para poder permanecer em Roma, prestando assim uma grande ajuda a Pompeu. Ao final, Balbo louva a postura de Cícero e afirma que o tinha em grande estima; em troca, pedia-lhe que enviasse prontamente uma resposta sobre o assunto.

Por último, a carta anexa de César enviada por Balbo (Cic. Att. IX, 7c) tratava das ações realizadas em Corfíno. Nela, César se dizia contente de que Balbo e Ópio tivessem aprovado sua conduta clemente e que essa seria a postura a adotar para conseguir a reconciliação com Pompeu; por esse caminho, César acreditava que poderia recuperar a boa vontade de todos, o que era necessário para assegurar uma vitória duradoura; e, por conta disso, declarava ainda que não estava disposto a imitar Sula, e assim evitaria toda aquela crueldade e ódio: “seja esta a nova maneira de vencer, munir-se de compaixão em

---

<sup>133</sup> *Non posse tuam famam et officium sustinere ut contra eum arma feras a quo tantum beneficium te accepisse praedices.*

liberalidade” (Cic. Att. IX, 7c, 1).<sup>134</sup> Ao final, César torcia para que todos aqueles que haviam sido libertados em Corfíno pudessem mostrar o seu agradecimento aconselhando a Pompeu que preferisse a amizade de César à daqueles que sempre haviam se mostrado inimigos dos dois, e cujas artimanhas haviam sido as responsáveis pela situação atual.

Duvidando sobre o real significado de todas essas mensagens, Cícero primeiro considerou que deveria permanecer em Fórmias, não apenas para evitar a impressão de que se furtava a um encontro com César em Roma, mas inclusive para não correr o risco de se deparar com ele pelo caminho (Cic. Att. IX, 7, 2). Entretanto, logo lhe chegam notícias de que César tinha intenções de passar por Cápua e por Fórmias em seu retorno a Roma após Brundísio (Cic. Att. IX, 8, 1). Nesse caso, brinca Cícero com Ático, como lhe seria útil ter Minerva ao seu lado disfarçada de Mentor<sup>135</sup> para poder lhe orientar sobre a melhor maneira de se aproximar de César e de saudá-lo; e acrescenta: “nunca refleti sobre uma coisa mais difícil, mas, em todo o caso, reflito, e não estarei despreparado como nas calamidades” (Cic. Att. IX, 8, 2).<sup>136</sup> Enquanto isso, Cícero buscava desvendar, com a ajuda de Ático, o significado daquele pedido de César:

[Et] uelle uti “consilio” meo (age, esto; hoc commune est), “gratia” (ineptum id quidem sed, puto, hoc simulat ad quasdam senatorum sententias), “dignitate” (fortasse sententia consulari); illud extremum est, “ope omnium rerum”. (Cic. Att. IX, 9, 3)

E quer utilizar-se de meu “conselho” (vai, concordo, isso é um lugar comum), do “agradecimento” (isso é precisamente inepto, mas, penso, simula isso em direção aos votos dos senadores), do “prestígio” (talvez o voto de um consular). E aquilo que está no final, do meu “trabalho em todos os assuntos”.

Cícero diz suspeitar de que nada disso tivesse relação alguma com a paz, que, na realidade, César já se mostrava preocupado em legitimar as próximas eleições, visto que, sem a presença dos cônsules, não competia a um pretor comandar o processo eleitoral de uma magistratura que lhe era superior; e Cícero considera ainda que isso não seria correto mesmo com a aprovação do Senado e do colégio dos áugures, ao qual ele próprio pertencia. Essa mesma preocupação ressurgiu dias depois, porque Cícero imaginava que o Senado iria promulgar um decreto nesse sentido e ele próprio, como áugure, se veria obrigado a aprovar a matéria, fosse para que um pretor pudesse comandar as eleições consulares, fosse para nomear

---

<sup>134</sup> *Haec noua sit ratio uincendi ut misericordia et liberalitate nos muniamus.*

<sup>135</sup> Em referência ao que fizera Atenas com Telêmaco antes de ele se encontrar com Nestor (Hom. *Od.* III, 22).

<sup>136</sup> *Nullam rem umquam difficiliorem cogitauí, sed cogito tamen nec ero, ut in malis, imparatus.*

César ditador. Ambas as soluções eram ilegais na visão de Cícero, “mas, se Sula pôde se tornar um ditador a partir de um interrei, e com isso nomear um mestre de cavalaria, por que este [César] não iria poder?” (Cic. *Att.* IX, 15, 2).<sup>137</sup>

Dessa forma, a dúvida de Cícero em relação às intenções de César prosseguiu nos dias seguintes. Em 20 de março, Cícero escreve a Ático dizendo que recebera a visita de Caio Mácio, um homem comedido e prudente, igualmente amigo de César. Cícero comenta com Ático que, durante a longa entrevista que tiveram, ele havia mostrado a Mácio a carta que recebera de César e lhe perguntara o que Mácio pensava sobre aquele trecho que o intrigava. Este respondeu dizendo que não tinha dúvidas de que César buscava isso para conseguir a paz, ao que Cícero mostra-se descrente – “praza aos deuses que nessa miséria atual fosse-me lícito preparar algo e prestar um serviço πολιτικὸν [político] à causa pública!” (Cic. *Att.* IX, 11, 2),<sup>138</sup> comenta Cícero com Ático.

Ao mesmo tempo, já se passara o tempo em que Cícero acreditava que a paz era algo tangível, todavia, ainda assim, a esperança era a última a morrer. De qualquer forma, era necessário enviar uma resposta a César, e Cícero lhe endereçou uma esmerada carta por volta de 20 de março. Nela (Cic. *Att.* IX, 11a), Cícero informa a César que havia entendido que aqueles pedidos tencionavam um trabalho pela paz, o que ele aprovava:

*Quod si ita est et si qua de Pompeio nostro tuendo et tibi ac rei publicae reconciliando cura te attingit, magis idoneum quam ego sum ad eam causam profecto reperies neminem, qui et illi semper et senatui cum primum potui pacis auctor fui nec sumptis armis belli ullam partem attigi iudicauique eo bello te uiolari contra cuius honorem populi Romani beneficio concessum inimici atque inuidi niterentur.* (Cic. *Att.* IX, 11a, 2)

Porque se é assim, e se a preocupação por defender a nosso Pompeu e também por reconciliar-te com a coisa pública te afeta, encontrarás sem dúvida ninguém mais idôneo do que eu para essa causa, eu que, enquanto pude, sempre fui um agente da paz para aquele [Pompeu] e também para o Senado, nem me envolvi em parte alguma da guerra por meio das armas e julguei que, nessa guerra, tu eras ultrajado em honra por conta do benefício que povo Romano te havia concedido, contra o qual esforçavam-se os inimigos e os invejosos.

Note-se o cuidado com o qual Cícero trabalha as diferentes informações: não apenas tenta garantir a segurança de Pompeu, mas propõe a César que ele igualmente se reconcilie com a coisa pública; por outro lado, concede a César um pouco de razão no que tange as

---

<sup>137</sup> *Etsi, si Sulla potuit efficere ab interrege ut dictator diceretur et magister equitum, cur hic non possit?*

<sup>138</sup> *Vtinam aliquod in hac miseria rei publicae πολιτικὸν opus efficere et nauare mihi liceat!*

justificativas dele para guerra ao afirmar que reconhecia que o direito, concedido pelo povo (e não pelo Senado, diga-se de passagem), fora violado ‘pelos inimigos e pelos invejosos’. Cícero diz ainda que se esforçara junto aos demais para que a *dignitas* de César não fosse prejudicada, mas agora estava profundamente preocupado com o futuro e com a *dignitas* de Pompeu. Por isso, Cícero pede e suplica a César que preservasse a concórdia entre os dois, assim como entre os demais cidadãos:

*Aliquot enim sunt anni cum uos duo delegi quos praecipue colerem et quibus essem, sicut sum, amicissimus. (Cic. Att. IX, 11a, 2)*

De fato, já se passaram vários anos desde que escolhi a vós dois para honrar particularmente e, por meio dessas coisas, para ser, assim como sou, o amigo mais fiel.

Segundo as informações que ouvia, César estaria em Cápua no dia 26 de março (Cic. *Att. IX, 15, 1*). Cícero estava decidido partir rumo a Pompeu, mas o que lhe restava nesse momento era se preparar para o encontro iminente com César (Cic. *Att. IX, 15, 3*). Este respondera a carta anterior dizendo que estava muito feliz com a aprovação de Cícero; e que não se importava em ouvir que alguns dos quais tinha perdoado em Corfinio lançavam-se novamente contra ele na guerra. Ao final, César reitera o pedido feito a Cícero a fim de que ele pudesse se aproveitar dos conselhos e dos recursos (*consiliis atque opibus*) dele em Roma; e ainda tece uma série de elogios ao genro de Cícero, Dolabela (Cic. *Att. IX, 16, 2-3*).

No dia 27 de março, Cícero escreve a Ático para dizer que César tinha feito anunciar por todos os cantos, inclusive em Fórum, que convocara uma sessão do Senado em Roma para o dia 1º de abril, e Cícero mostra-se preocupado de que César pudesse insistir em sua presença na reunião. Ao mesmo tempo, desejava retornar para Arpino, sua terra natal, pois o jovem Marco estava em vias de alcançar a maturidade, e Cícero planejava entregar-lhe lá a toga branca, símbolo dessa transição. Todavia, tudo iria depender de como seria o encontro com César – “Mas por que me precipito? Imediatamente te escreverei em detalhes todas as coisas” (Cic. *Att. IX, 17, 1*).<sup>139</sup>

Em meio a essas expectativas, ocorreu finalmente o encontro de Cícero com César, provavelmente no dia 28 de março. Cícero escreve a Ático dizendo que seguiu à risca todos os conselhos do amigo:

---

<sup>139</sup> *Sed quid praeripio? Statim ad te perscribam omnia.*

*Nam et oratio fuit ea nostra ut bene potius ille de nobis existimaret quam gratias ageret, et in eo mansimus, ne ad urbem.* (Cic. Att. IX, 18, 1)

E, na realidade, o discurso foi vantajoso a fim de que aquele [César] tivesse antes uma boa opinião a nosso respeito do que agradecimentos, e persistimos naquele ponto, o de não ir à Cidade.

Contudo, Cícero reconhece que ele e Ático se enganaram num ponto crucial, que César seria indulgente (*facilem*): “ele disse que o nosso juízo o condenava, que os demais se mostrariam mais morosos caso não viéssemos”.<sup>140</sup> Em seguida, Cícero parece transcrever parte do que fora o diálogo com César:

*Cum multa, “Veni igitur et age de pace.” “Meone” inquam “arbitratu?” “An tibi” inquit “ego praescribam?” “Sic” inquam “agam, senatui non placere in Hispanias iri nec exercitus in Graeciam transportari, multaque,” inquam “de Gnaeo deplorabo.” Tum ille, “Ego uero ista dici nolo.” “Ita putabam” inquam, “sed ego eo nolo adesse quod aut sic mihi dicendum est aut non ueniendum, multaque quae nullo modo possem silere si adessem.”* (Cic. Att. IX, 18, 1)

Depois de muito, [César falou]: “Vem, portanto, e age pela paz”. “Conforme minha vontade?” – falei. “Acaso eu prescrevo algo a ti?” – ele falou. “Desse modo,” – falei – “agirei para que o Senado não aprove a ida para as Hispânicas, nem que o exército seja transportado para a Grécia, e lamentarei muitas coisas” – falei – “a respeito de Gneu [Pompeu].” Então aquele [César disse], “Eu, na verdade, não quero que estas coisas sejam ditas.” “Assim pensava” – falei – “mas eu, por isso, não quero estar presente porque, ou devo dizer desse modo, ou devo não ir, além de muitas coisas que de modo nenhum poderei silenciar se estiver presente.”

O resultado foi que César, continua Cícero, buscou encerrar a conversa e pediu-lhe que pensasse sobre o assunto: “não era de se negar. Assim nos separamos”.<sup>141</sup> Cícero comenta com Ático que saiu da entrevista com a certeza de que não havia agradado a César, mas, ao menos, estava muitíssimo orgulhoso consigo próprio:

*Credo igitur hunc me non amare. At ego me amaui, quod mihi iam pridem usu non uenit.* (Cic. Att. IX, 18, 1).

Creio, portanto, que este não tem amor por mim. Por outro lado, eu me amei, veio-me algo do qual já não desfrutava há algum tempo.

Em seguida, Cícero tece numerosos comentários negativos a respeito da comitiva de César, uma verdadeira *véκτια* [sacrifício para a evocação dos mortos], “como tu costumava

<sup>140</sup> *Damnari se nostro iudicio, tardiores fore reliquos, si nos non ueniremus, dicere.*

<sup>141</sup> *Non fuit negandum. Ita discessimus.*

dizer” (*ut tu soles dicere*), possivelmente com alguma relação à descida ao Hades por Odisseu (Hom. *Od.* XI, 26)<sup>142</sup>. Ao mesmo tempo, Cícero mostra-se impressionado pelo tamanho do exército de César, o que lhe permite agir assim com tamanha audácia: “Seis legiões! Faz com muito cuidado, ousa. Vejo limite nenhum para esse mal” (Cic. *Att.* IX, 18, 2).<sup>143</sup> Ao finalizar a narrativa dos eventos, Cícero se recorda ainda do aviso que César lhe dera e questiona Ático se esse era o mesmo homem sobre o qual os dois haviam discutido tanto:

*Illa tamen κατακλείς illius est odiosa, quam paene praeterii, si sibi consiliis nostris uti non liceret, usurum quorum posset ad omniaque esse descensurum. Vidisti igitur uirum, ut scripseras? Ingemuisti certe.* (Cic. *Att.* IX, 18, 3)

Todavia, aquela κατακλείς [presilha, aquele final] daquele [César] é odiosa, quase a deixei de lado: [ele disse que] se não lhe era lícito utilizar-se de nossos conselhos, haveria de usar daqueles que pudesse e estaria disposto a chegar a todos os meios. Viste, portanto, o homem tal como tinhas descrito? Gemeste na certa.

Com esse encontro, Cícero e César deixaram claro a um e ao outro o que pensavam, e pode-se dizer que ambos saíram de certa forma desiludidos: César não contaria com o apoio de Cícero que planejava, nem Cícero imaginava que a reação de César após a sua recusa seria como a descrita acima.

Para Tyrrell e Purser (1894, p. XXXV), aqueles que, como Drumann (1834) e Mommsen (1854),<sup>144</sup> criticaram a postura de Cícero durante a guerra civil qualificando-a como débil ou inconstante certamente subestimam sua coragem e determinação mostradas nessa entrevista. Nesse sentido, os autores consideram que talvez esse tenha sido o dia mais importante da carreira de Cícero, equiparável quiçá ao dia 2 de setembro de 44 AEC quando discursou a primeira *Filípica* no Senado contra Marco Antônio após o assassinato de César.

*Sed ego tuas litteras exspecto. Nihil est enim iam ut antea “uideamus hoc quorsum euadat.” Extremum fuit de congressu nostro; quo quidem non dubito quin istum offenderim. Eo maturius agendum est. Amabo te, epistulam et πολιτικήν. Valde tuas litteras nunc exspecto.* (Cic. *Att.* IX, 18, 4).

Mas, eu estou à espera de tua carta. De fato, já nada resta para o de antes, “vejamos onde isso tudo vai parar.” O final deu-se na nossa reunião; durante a qual, com certeza, não tenho dúvidas de que o tenha ofendido. Por isso,

<sup>142</sup> O mesmo termo fora utilizado por Cícero para se referir à comitiva de César em outra passagem (Cic. *Att.* IX, 10, 7).

<sup>143</sup> *Sex legiones; multum uigilat, audet. Nullum uideo finem mali.*

<sup>144</sup> Como analisado em “2.2.3. Correspondência pública ou privada? A construção de um monumento.”

deve-se agir de forma mais madura. Amar-te-ei por uma epístola, e πολιτικὴν [política]. Mais do que nunca, estou à espera de tua carta.

Finalmente, frente à incerteza de como César se conduziria até o final da guerra, aliada à consciência de que sua decisão não o agradara, não restavam dúvidas a Cícero de que ele deveria se apressar a partir.

### 4.3.3 O voo do pássaro

Mantenho-me, de fato, πλουδοκῶν [na expectativa oportuna de navegar]. (Cic. *Att.* X, 8, 9)<sup>145</sup>

Após a entrevista com César, Cícero dirigiu-se a Arpino. Desejava entregar lá a toga branca ao jovem Marco, como mencionado anteriormente (Cic. *Att.* IX, 6; *Att.* IX, 17; *Att.* IX, 19). Apesar de ter cogitado em alguns momentos a possibilidade de se exilar num local distante e neutro (Cic. *Att.* X, 1, 2), Cícero estava decidido a partir da Itália assim que possível (Cic. *Att.* X, 2). Contudo, a costa do Adriático estava bloqueada e vigiada (Cic. *Att.* IX, 19, 3), e seria bastante temerário de sua parte arriscar-se a encontrar um navio de carga e um capitão que pudesse ser convencido ou subornado (Cic. *Att.* X, 12, 2). Restava então retornar à costa tirrena e ao plano original junto ao barco estacionado em Caieta. Mas, como visto, essa rota tinha igualmente os seus problemas, pois a navegação era arriscada nessa época do ano.

Nesse meio tempo, César presidiu a reunião do Senado às portas de Roma e justificou-se de suas atitudes: recordou a injustiça sofrida; afirmou nunca ter desejado um cargo extraordinário e lutava pelo direito que lhe fora concedido pela lei dos dez tribunos; enumerou todas as tentativas de diálogo que propusera, desde a desmobilização dos exércitos até as propostas de paz recusadas (Cés. *BC.* I, 32, 1-6). Enfim, convidou os senadores presentes a assumirem o governo do Estado:

Em razão desses fatos, [César] exorta-os e pede-lhes que assumam a República e a governem juntamente com ele. Mas se, de medo, se esquivassem, ele não deixaria de assumir sua responsabilidade e governaria o Estado com seus próprios meios. (Cés. *BC.* I, 32, 7 – Trad. Antonio da Silveira Mendonça)

Durante a passagem por Roma, ocorreu um importante incidente entre César e o tribuno da plebe Lúcio Metelo que tentou impedir que César se apropriasse do tesouro público que ficara guardado. Essa cena não foi plenamente descrita por César nos *commentarii* (Cés.

---

<sup>145</sup> *Sedeo enim πλουδοκῶν.*

BC. I, 33),<sup>146</sup> mas foi tema de uma conversa num encontro entre Curião e Cícero, que será abordado logo a seguir. César limita-se a dizer que seus inimigos ‘se mascararam’ na figura do tribuno para criar embaraços aos projetos que tinha em mente. Insatisfeito com a situação em Roma, César partiu rumo às Hispânicas no dia 6 de abril “depois de gastar inutilmente alguns dias” na Cidade (Cés. BC. I, 33, 4).

Cícero, de visita às propriedades do irmão em Arpino, recebeu de Ático notícias do que havia se passado na sessão do Senado: o pretor Lépido fora apontado como o responsável pela Cidade, Marco Antônio o encarregado pela proteção da Itália. Apesar de qualificar a coisa como ‘uma reunião de senadores, e não do Senado’ (Cic. Att. X, 1, 2), Cícero se mantém alerta e pede a Ático que o deixe o mais informado possível sobre os acontecimentos em Roma (Cic. Att. X, 3). Em relação à oposição encontrada por César, Cícero esclarece a Ático no dia 7 de abril: “César me perdoa por carta de que eu não tenha vindo, e diz que não levou isso a mal; admito com facilidade”(Cic. Att. X, 3a, 2).<sup>147</sup>

De passagem por Cumas, em 16 de abril, Cícero comenta com Ático que estava enfrentando dificuldades com o jovem Quinto, sobrinho de ambos (Cic. Att. X, 5, 2). Isso se devia em parte ao desejo de Quinto pai de acompanhar César rumo a Hispânia, o que Cícero julgava ser motivado pela ganância e pela esperança de enriquecer com a partilha dos despojos de guerra (Cic. Att. X, 7, 3). Por outro lado, vale lembrar que Quinto tinha servido sob o comando de César durante um período da campanha gaulesa e, apesar de ter apoiado até então as decisões do irmão mais velho, manteve forte simpatia pela figura do antigo general até o final da guerra. Já o jovem Quinto passou a contestar abertamente o posicionamento do tio, segundo Cícero, não apenas por conta dos ímpetos da idade, mas também pela indulgência recebida do pai (Cic. Att. X, 6, 2; Att. X, 10, 6; Att. X, 11). Essa situação iria se agravar cada vez mais até atingir um ponto crítico e doloroso para Cícero após a derrota de Pompeu em Farsália.

Ainda na região de Cumas, Cícero se encontrou com Curião, que estava a caminho da Sicília comandando parte das forças de César. Essa entrevista em si é bastante importante, pois a perspectiva de Curião sobre a guerra novamente influenciou de forma considerável a

---

<sup>146</sup> Esse incidente foi narrado por Lucano (*Phars.* III, 153) com um tempero de misticismo pois, segundo ele, o rumor provocado pela porta do tesouro no momento em que César e os seus a forçaram para efetuar o saque, ecoou na rocha Tarpeia: *protinus abducto patuerunt templa Metello./tunc rupes Tarpeia sonat magnoque reclusas / testatur stridore fores; tunc conditus imo / eruitur templo multis intactus ab annis / Romani census populi* (Metelo expulso, o templo, ato contínuo, abriu-se. / Reboa, então, a rocha Tarpeia, ecoando / do arrombamento o baque. O teu tesouro, ó Roma, / vem à luz do recôndito, há muito, inaccessível - Trad. de Bruno Vieira).

<sup>147</sup> *Caesar mihi ignoscit per litteras quod non uenerim, seseque in optimam partem id accipere dicit; facile patior.*

opinião de Cícero. Escrevendo a Ático (Cic. Att. X, 4, 8-9), Cícero se mostra perturbado por Curião afirmar que muitos partidários de César estavam desejosos de uma grande matança (*caedem magnam*); que o próprio César se mostraria cruel caso perdesse o apoio popular em Roma e que quase mandara executar o tribuno da plebe Metelo quando este tentou impedir a retirada do dinheiro guardado nos cofres públicos. E só não o fez, segundo Curião, porque César temia o impacto negativo disso diante do povo; com isso, César partira rumo às Hispânicas bastante contrariado e desistira de convocar uma assembleia do povo em Roma antes de sua saída. De acordo com Curião, César tinha em mente pacificar rapidamente as Hispânicas para depois ir ao encontro da oposição na Grécia; e que sua meta era a morte de Pompeu. Por outro lado, Curião assegurava a Cícero que César não tinha tomado como ofensa a ausência dele no Senado e informava que Dolabela tinha escrito a César em defesa de Cícero, e que aquele respondera a Dolabela mostrando-se de acordo.

O parecer de Curião foi ainda reforçado por uma carta que Cícero recebeu de Célio no mesmo período. Este escreveu dizendo que César ficara muito aborrecido com a posição do Senado ao não demonstrar todo o apoio desejado às suas propostas:

*Si existimas eandem rationem fore Caesaris in dimittendis aduersariis et condicionibus ferendis, erras; nihil nisi atrox et saeuum cogitat atque etiam loquitur; iratus senatui exiit his intercessionibus plane incitatus est; non me hercules erit deprecationi locus. (Cic. Fam. VIII, 16, 1)*

Se consideras que César manterá a mesma disposição de libertar os adversários e de oferecer condições, erras: nada reflete que não seja atroz e sangrento, e inclusive fala disso. Saiu irado com o Senado, nitidamente incitado por esses vetos. Meu Hércules, não haverá lugar para súplicas.

Diante dos testemunhos de duas figuras tão próximas a César, Cícero passou a considerar que aquela propalada clemência, ao fim, não iria perdurar, já que César mal conseguiu suportar “o amarguíssimo ódio da multidão corrompida (*perditae multitudini in odium acerbissimum*) durante ‘os seis ou sete dias’ que permanecera em Roma (Cic. Att. X, 8, 6). E mais, Cícero acreditava que proscrições futuras seriam inevitáveis, tanto a César como a Pompeu, a fim de que obtivessem o dinheiro necessário para pagar os soldados ao final da guerra (Cic. Att. X, 14, 1).

Diante desse horizonte que se tornava cada vez mais sombrio à medida que a guerra avançava, outras inquietações ajuntaram-se ao espírito de Cícero. Em especial, sua filha Túlia, e parece que também Ático, rogavam-lhe que permanecesse na Itália pelo menos até que se soubesse o resultado da campanha de César nas Hispânicas (Cic. Att. X, 8, 1; Att. X, 9, 1-3).

Cícero concorda com Ático que essa seria a decisão mais prudente, todavia por que haveria de esperar mais? Afinal, a decisão estava tomada, e seria mais honroso unir-se a Pompeu enquanto a guerra parecia pender a favor de César do que após uma grande derrota deste (Cic. Att. X, 8, 2). Cícero retoma então aquela profecia anterior, de que a guerra seria longa e, independentemente de quem se sagra-se vencedor, o resultado final se traduziria em proscricções e numa tirania, futuro esse ainda pior diante de uma vitória de César:

*Nam caedem uideo si uicerit et impetum in priuatorum pecunias et exsulum reditum et tabulas nouas et turpissimorum honores et regnum non modo Romano homini sed ne Persae quidem cuiquam tolerabile. (Cic. Att. X, 8, 2)*

Na realidade, vejo uma matança, se ele vier a vencer, e um ataque à fortuna das pessoas e o retorno dos exilados e o cancelamento das dívidas e honras as mais torpes e um reinado, de modo algum tolerável a um homem romano, mas sequer a qualquer persa.

A partida de Cícero, todavia, parece ter se tornado de conhecimento geral, seja porque não tivesse tomado as devidas precauções para esconder o plano, seja porque o jovem Quinto o tivesse entregado a César, como Cícero suspeitou por um período (Cic. Att. X, 7, 3). Dessa forma, em 1º de maio, chegou-lhe uma carta de Marco Antônio, da qual Cícero enviou uma cópia a Ático. Nela (Cic. Att. X, 8a, 1), Marco Antônio se diz assustado com os rumores (*famam*) que ouvira a respeito de Cícero, “sem dúvida falsos” (*quamuis sit falsa*), de que Cícero pensava em partir; e, tendo em vista toda a estima de que Dolabela e Túlia gozavam, Marco Antônio queria se assegurar de que a notícia era falsa, pois preocupava-se com o impacto que ela poderia ter não apenas na amizade deles, mas também em relação ao prestígio e à posição de Cícero. Contudo, prossegue Marco Antônio, como não era conveniente a um “amigo” ficar impassível diante das conversas dos mal-intencionados (*improborum sermone*), ele gostaria que Cícero tivesse a certeza de que ninguém lhe era mais apreciado, excetuando-se César, é claro, ainda mais visto que ele próprio julgava que César confiava ao máximo em Cícero:

*Qua re, mi Cicero, te rogo ut tibi omnia integra serues, eius fidem improbes qui tibi ut beneficium daret prius iniuriam fecit, contra ne profugias qui te, etsi non amabit, quod accidere non potest, tamen saluum amplissimumque esse cupiet. (Cic. Att. X, 8a, 2)*

[Marco Antônio] Por essa razão, meu Cícero, te rogo a fim de que conserves para ti todas as boas coisas, que rejeites a fidelidade daquele que, para te dar um benefício, cometeu antes uma ofensa; ao contrário, que não abandones

aquele que, ainda que não te amasse, o que não pode acontecer, todavia deseja que tu estejas a salvo e muitíssimo respeitado.

Junto a essa mensagem, Cícero comenta a Ático que recebera uma carta de César no mesmo dia, enviada a caminho de Marselha e datada de 16 de abril. Nela (Cic. *Att.* X, 8b, 1), César afirma que estava convencido de que Cícero não empreenderia nenhuma ação temerária nem imprudente, todavia, perturbado pelos rumores (*hominum fama*), considerou que deveria escrever a Cícero para pedir-lhe, “em nome de nossa boa disposição” (*pro nostra benevolentia petendum*), que não fosse mudar agora de atitude: “e, na realidade, cometerias uma injúria muito grave para a nossa amizade e tomarias uma decisão pouco apropriada para ti”.<sup>148</sup> César mostra a Cícero que o destino, a Fortuna, estava a seu favor, afinal, tudo parecia correr bem para eles e muito mal para aqueles.

Além disso, caso Cícero optasse por algo temerário, César iria entender que ele estava condenando as suas ações, e tal reprovação, vinda de Cícero, era algo que lhe seria difícil de suportar. Nesse ponto, César é enfático e exorta: “Peço-te, não o faças em nome de nossa amizade” (Cic. *Att.* X, 8b, 2).<sup>149</sup> Em seguida, César lhe questiona se o mais conveniente não seria manter-se afastado das controvérsias civis, ainda mais para ele que era um homem bom, pacífico e bom cidadão (*uiro bono et quieto et bono ciui*). Ao final, César mostra-se confiante de que Cícero não encontraria nada mais seguro e honroso do que permanecer afastado de toda a contenda.

As cartas de Marco Antônio e de César deixam pouca margem para dúvidas, apesar da cordialidade e da deferência no trato. Ademais, não havia como ignorar o pedido direto e sem rodeios de César: ‘peço-te, não o faças em nome de nossa amizade’. Em outras palavras, caso optasse por partir em busca do incerto, Cícero arriscava perder algo que era certo, a amizade entre eles. E quais seriam as consequências disso? Aquela carta de Célio (Cic. *Fam.* VIII, 16), recebida no mesmo período, permite algumas conjecturas.

Célio inicia sua carta justificando o porquê do envio: percebera um tom triste na carta anterior que recebera de Cícero e julgou que era preciso lhe escrever. Em seguida, [Cic. *Fam.* VIII, 16, 1] pede e suplica – “pela tua felicidade, Cícero, pelos teus filhos” (*per fortunas tuas, Cicero, per liberos*) - que tivesse prudência para que não tomasse nenhuma decisão perigosa a respeito da vida e da segurança deles. Não bastasse o primeiro pedido, Célio reitera [Cic. *Fam.* VIII, 16, 2], em nome de tudo que lhe era mais caro, que Cícero não agisse com

---

<sup>148</sup> *Namque et amicitiae grauiorem iniuriam feceris et tibi minus commode consulueris.*

<sup>149</sup> *Quod ne facias pro iure nostrae amicitiae a te peto.*

estupidez a fim de atuar contra César, vitorioso, ao buscar uma aproximação com os outros, fugitivos; que cuidasse para não escolher com pouca diligência aquilo que era ótimo (*optimum*) por se envergonhar de que fosse pouco nobre (*optimatem*). [Cic. *Fam.* VIII, 16, 3] Se nada disso o convencia, que Cícero ao menos esperasse conhecer o que iria suceder nas Hispânicas, embora Célio afirmasse que a vitória de César era inevitável.

[Cic. *Fam.* VIII, 16, 4] O próprio César estava preocupado com Cícero e, por essa razão, Célio o havia aconselhado que escrevesse a Cícero para que este fosse induzido ao máximo a ficar. Célio inclusive afirma que, se não estivesse acompanhando César rumo às Hispânicas, iria encontrar Cícero onde quer que fosse e tentaria convencê-lo a ficar com todas as forças:

*Etiam atque etiam, Cicero, cogita ne te tuosque omnis funditus euertas, ne te sciens prudensque eo demittas unde exitum uides nullum esse.* (Cic. *Fam.*, VIII, 16, 5)

Uma e outra vez, Cícero, reflita a fim de que não percas a ti e aos teus e a tudo o que construístes, a fim de que não te lances, consciente e providente, a um local para o qual vês existir saída alguma.

Ao final, sugere Célio a Cícero, se as vozes dos *optimates* o comoviam, ou se ele não podia suportar a insolência e a jactância dos demais, que fosse então para alguma cidade isenta da guerra e lá ficasse até que tudo estivesse resolvido: “se fizeres isso, eu julgarei que tu o fizeste com sabedoria e que não ofenderás César” (Cic. *Fam.* VIII, 16, 5).<sup>150</sup>

Diante dessas diferentes demonstrações de cuidado e atenção, era forçoso acalmar os ânimos. Por outro lado, não havia como retardar demasiadamente a partida para esperar o resultado do embate nas Hispânicas, pois, apesar da confiança de César, Afrânio e Petreio tiveram tempo de reunir os seus exércitos (7 legiões) e não seriam pegos de surpresa como ocorreu com Pompeu na Itália; além disso, Cícero ouvira de uma fonte confiável [αὐθεντικῶς] que se acreditava que Pompeu, com várias tropas, estivesse em vias de marchar pelo Ilírico rumo à Germânia (Cic. *Att.* X, 9, 1). A saída, então, era simular um exílio em Malta, e Cícero acreditava que não ofenderia César dessa forma, “porque, com certeza, parece-me próximo ao limite do que eu possa fazer com base no desejo de César na carta”,<sup>151</sup> ou seja, afastar-se de toda a contenda (Cic. *Att.* X, 9, 1). Ao mesmo tempo, manifestando o desejo de ir para Malta, Cícero igualmente tranquilizaria Célio e os demais interessados em sua segurança, mas

<sup>150</sup> *Id si feceris, et ego te sapienter fecisse iudicabo et Caesarem non offendes.*

<sup>151</sup> *Quod quidem prope modum uideor ex Caesaris litteris uoluntate facere posse.*

compartilha a Ático a seguinte observação: “Dirás, ‘onde está, portanto, aquele teu ânimo da última carta?’ Está aqui e é o mesmo” (Cic. *Att.* X, 9, 2).<sup>152</sup>

Em vista dessas considerações isso, Cícero respondeu a carta de Célio dizendo-lhe que não pretendia tomar parte na guerra, que sua tristeza dizia respeito à situação atual da coisa pública, que agradecia por toda a preocupação demonstrada com sua família e que, por outro lado, não tinha preparado nenhum plano astuto, simplesmente sentia-se mais confortável de permanecer, nesse momento, mais próximo do litoral em sua quinta de Cumas (Cic. *Fam.* II, 16). Cícero relata a Ático que precisava igualmente escrever a Marco Antônio e a Curião dizendo-lhes que não tinha intenções de intervir na guerra, mas que pensava talvez em buscar um isolamento em Malta (Cic. *Att.* X, 8, 10). Assim, Cícero escreveu duas vezes a Marco Antônio assegurando-lhe de que nada faria contra os planos de César nem contra sua amizade, afinal, já tinha tido a oportunidade de se unir a Pompeu anteriormente e não o fizera (Cic. *Att.* X, 10, 1).

Porém, - “cego de mim, que não tenha visto antes estas coisas”<sup>153</sup> - eis que Marco Antônio lhe responde nos seguintes termos: após um breve elogio sobre a sua intenção de ir para Malta, Marco Antônio afirma a Cícero que, se sua determinação era realmente a de permanecer neutro, deveria fazê-lo na pátria, pois “quem parte, mostra-se a julgar algo a respeito de algum dos lados” (Cic. *Att.* X, 10, 2);<sup>154</sup> todavia, esclarece Marco Antônio, não competia a ele decidir se alguém tinha ou não a razão de fazê-lo, mas como César o encarregara de não permitir a partida de ninguém da Itália, não lhe competia aprovar nenhum projeto nem fazer qualquer concessão; dessa forma, Marco Antônio diz acreditar que o melhor caminho para Cícero seria pedir uma autorização do próprio César – “não duvido que haverias de conseguir, especialmente se prometes haver de ter em conta a nossa amizade” (Cic. *Att.* X, 10, 2).<sup>155</sup>

Cícero chegou a planejar um encontro com Marco Antônio para tentar tranquilizá-lo e se safar dessa situação, mas depois desistiu: “agirei às escondidas, na companhia de alguns poucos, permanecerei ocultado em algum local; voarei daqui certamente contra a máxima vontade destes” (Cic. *Att.* X, 10, 3).<sup>156</sup> Enquanto aguardava o momento propício para o que seria não mais uma partida, mas sim uma fuga, Cícero permaneceu reunido com a família em sua quinta de Cumas. De lá, chegaram-lhe diferentes notícias na primeira quinzena de maio: que

---

<sup>152</sup> *Dices, “ubi ergo tuus ille animus quem proximis litteris?” Adest et idem est.*

<sup>153</sup> *Me caecum qui haec ante non uiderim.*

<sup>154</sup> *Qui proficiscitur aliquid de altera utra parte iudicare uidetur.*

<sup>155</sup> *Non dubito quin impetraturus sis, cum praesertim te amicitiae nostrae rationem habiturum esse pollicearis.*

<sup>156</sup> *Clam agam, cum paucissimis alicubi occultabor, certe hinc istis inuitissimis euolabo.*

os marseheses tinham fechado as portas da cidade a César, o que já era um sinal de que a pacificação das Hispânias não seria tão rápida assim (Cic. *Att. X*, 12a, 3); que algumas das coortes encarregadas da defesa da Itália estavam hesitantes (Cic. *Att. X*, 15, 2); que Marco Antônio iria deixar Cápuia rumo ao norte da Itália. Nesse ponto, Cícero informa a Ático que os suprimentos para a viagem já estavam sendo reunidos (Cic. *Att. X*, 15, 4) e que considerava que o caminho agora estava isento de perigos, pois, “na realidade, temos dissimulado e também, segundo opino, não seremos vigiados de forma muito intensa” (Cic. *Att. X*, 16, 2).<sup>157</sup>

Entretanto, uma nova surpresa acende o sinal de alerta para Cícero (Cic. *Att. X*, 16). Seguindo o plano de despistar possíveis vigias, Cícero tinha a intenção de passar alguns dias na região de Pompeia até que os preparativos finais para a viagem estivessem prontos. Ao chegar lá, em 12 maio, Cícero diz a Ático que recebeu a visita de 2 centuriões das 3 coortes estacionadas para a defesa da região, e eles solicitavam uma entrevista com Cícero para o dia seguinte. Segundo lhe comunicou Nínio, um amigo que o acompanhava, os centuriões tinham a intenção de entregar a cidade ao comando de Cícero. Vale lembrar que ele ainda mantinha consigo a comitiva de *lictos* e o título de *imperator*. Temendo que se tratasse de uma armadilha, Cícero retornou a Cumas na madrugada seguinte a fim de que não fosse visto por ninguém. Hesitante sobre a verdadeira intenção daqueles soldados e o que poderia conseguir com aquilo, Cícero diz a Ático que conduziu o assunto ponderando principalmente nos conselhos anteriores de Célio - “o quê, de fato, se passava nessas três coortes? O quê, se o número era maior? Por meio de qual aparato?” (Cic. *Att. X*, 16, 4).<sup>158</sup>

Em 19 de maio, Cícero escreve a Ático dizendo que Túlia dera a luz a um bebê prematuro, e a criança estava num estado muito delicado, apesar de o parto ter corrido bem. Sobre a fuga, Cícero diz que estava se mantendo calmo, mas que estava sendo vigiado por sentinelas. Por isso, Cícero avisa a Ático que não escreveria mais sobre seus passos futuros, apenas sobre o que já tivesse feito, pois parecia-lhe que existiam ‘ouvidos em toda a parte’ escutando o que ele dizia (Cic. *Att. X*, 18). E essa foi a última mensagem que conservamos da correspondência de Cícero a Ático até a chegada dele no campo de Pompeu.

Desse modo, existe uma lacuna de mais de seis meses até a próxima mensagem, pois a primeira carta que abre o livro XI da *Correspondência a Ático* está situada na primeira quinzena de janeiro de 48 AEC. Todavia, daquele período, conservou-se ainda uma única carta escrita por Cícero a Terência ao embarcar em Caieta em 7 de junho de 49 AEC. Nela (Cic. *Fam. XIV*, 7), Cícero diz a Terência que acreditava ter deixado tudo preparado a fim de

<sup>157</sup> *Nam et dissimulauimus et, ut opinor, non acerrime adseruabimur.*

<sup>158</sup> *Quid enim erat in tribus cohortibus? quid si plures? quo apparatu?*

que sua família pudesse passar o período em segurança; ainda assim, recomendava-lhe que se mantivessem em Arpino, longe dos soldados, mas também próximo o suficiente de Roma para poderem contar com o apoio dos amigos caso houvesse escassez de alimentos.

Assim, finalmente, Cícero partiu acompanhado dos homens da família, o irmão Quinto e os jovens Marco e Quinto, e com a seguinte determinação deixada registrada a Terência: “eu finalmente estou indo defender a coisa pública em companhia dos semelhantes a nós” (Cic. *Fam.* XIV, 7, 2).<sup>159</sup>

#### 4.4 Do campo de Pompeu ao retorno à Itália

Por essa razão, nunca me arrependerei da minha decisão. (Cic. *Att.* XI, 6, 2)<sup>160</sup>

Quando havia enviado aquela carta a Cícero, em 16 de abril, César estava a caminho das Hispânicas para enfrentar as sete legiões que tinham sido reunidas por Afrânio e Petreio, oficiais de Pompeu que administravam a região em seu nome. Como mencionado, os marselheses recusaram-se a receber César na cidade, porém acolheram a chegada de Domício com parte da frota republicana. Em vista dessa situação, César deixou uma parte do exército encarregada de submeter Marselha enquanto ele próprio prosseguia seu caminho rumo às Hispânicas (Cés. *BC.* I, 36). Como visto através da correspondência de Cícero, existia uma expectativa muito grande sobre o que aconteceria ali e de como o resultado dessa campanha iria influenciar as chances de vitória de ambos os lados. Até o momento, excetuando-se a resistência de Marselha e a retirada de Pompeu para a Grécia, tudo parecia correr bem a favor de César. Além disso, nesse meio tempo, Curião havia assegurado a Sicília, forçando a retirada de Catão e das forças republicanas lá reunidas.

A campanha de César nas Hispânicas durou cerca de dois meses e está descrita em detalhes nos *commentarii*. Ao fim da campanha, em 2 de agosto, César aceitou a rendição de Afrânio e Petreio juntamente com o grosso de suas 7 legiões. De agosto a outubro, César visitou diversas cidades da região, recrutou 2 novas legiões e 30 coortes de tropas auxiliares (Cés. *BC.* II, 18). Além disso, certificou-se de que essas províncias permaneceriam sob seu controle quando partisse rumo ao embate com Pompeu na Grécia. Assim, então, por um momento, a Fortuna parecia brilhar completamente a seu favor. Porém, em 8 de agosto (Cés. *BC.* II, 23), Curião partiu da Sicília para o norte da África e, em menos de um mês, foi derrotado e morto numa batalha contra as forças do rei Juba da Numídia (Cés. *BC.* II, 42), que

---

<sup>159</sup> *Et me aliquando cum similibus nostri rem p. defensuros.*

<sup>160</sup> *Qua re uoluntatis me meae numquam paenitebit.*

viera em socorro das forças republicanas lá posicionadas; apenas parte das tropas de Curião conseguiu retornar à Sicília em segurança.

Na metade de outubro, no caminho de volta a Marselha, que ainda resistia ao cerco, César foi informado de que o Senado e o pretor Lépido haviam-no nomeado ditador (Cés. *BC.* II, 21, 5).<sup>161</sup> No final do mesmo mês, César finalmente venceu a resistência dos marselheses e derrotou Domício em duas batalhas navais, mas este conseguiu fugir com parte da frota (Cés. *BC.* II, 22). No início de dezembro, César retornou a Roma, assumiu a ditadura e organizou as eleições para 48 AEC. Como resultado, César foi eleito cônsul na companhia de Públio Servílio: “esse era o ano em que, de acordo com as leis, seria permitido a ele [César] ser cônsul” (Cés. *BC.* III, 1, 1). Para Mendonça (1999, p. 192), a figura de César nos *commentarii* sofre uma alteração nesse ponto: o revolucionário se transfigura num reformador prudente e ponderado, respeitador das instituições e que toma iniciativas para as quais o povo é consultado e as aprova.

César afirma ter dedicado onze dias para a reorganização dos assuntos públicos em Roma; após as eleições, renunciou à ditadura e partiu em 13 de dezembro rumo a Brundísio, onde havia reunido doze legiões e toda a cavalaria de que dispunha (Cés. *BC.* III, 2).

#### 4.4.1 A recusa de Cícero

Por pouco não chegou a ser morto quando o jovem Pompeu e seus amigos desembainharam as espadas, chamando-lhe traidor (Plut. *Cic.* 39, 2 - Trad. Marta Várzeas)

Cícero tinha alimentado a esperança de que seria bem recebido por Pompeu quando chegasse a Dirráquio: acreditava que o general e amigo teria compreendido os motivos que lhe tinham barrado o caminho (Cic. *Att.* IX, 2a, 2), que Pompeu o receberia agora ainda com mais alegria do que se o tivesse feito em Brundísio (Cic. *Att.* IX, 19, 1). É bem possível que, encorajado pela decisão de ter se lançado rumo ao caminho que considerava honroso, Cícero tenha desconsiderado, ou ao menos subestimado, que Pompeu estivesse de certa forma desiludido com ele. Por outro lado, embora tivesse agora oficialmente tomado um partido na guerra, Cícero continuou na recusa em assumir qualquer comando militar, seja porque mantivesse apenas aquela intenção de se manter próximo a Pompeu e de se solidarizar com

---

<sup>161</sup> Mendonça (1999, p. 162) destaca a importância dessa medida: apesar de César ter permanecido como ditador por poucos dias, pois logo a seguir elegeu-se cônsul para 48 AEC, a ação em si não apenas o revestiu de certa legitimidade, mas era primordial para que ele pudesse celebrar os comícios em Roma.

ele, seja porque se deparasse de novo com todas aquelas razões que lhe haviam induzido a não se juntar a ele em Brundísio.

Das cartas que Cícero enviou a Ático durante o período em que permaneceu na companhia de Pompeu, conservaram-se apenas cinco (Cic. *Att.* XI, 1-4a) para um intervalo de pouco mais de seis meses (janeiro a julho de 48 AEC). Ajuntam-se a elas outras três, uma que Cícero enviou para a família (Cic. *Fam.* XIV, 6) e ainda duas que recebeu, de Célio e de Dolabela (Cic. *Fam.* VIII, 17; e *Fam.* IX, 9 respectivamente). Essa escassez de cartas pode ser justificada, entre outras razões, pela dificuldade inerente de se enviar notícias a Roma, considerando-se a escassez de mensageiros de confiança que tivessem livre acesso de um lado ao outro do conflito (Cic. *Fam.* IX, 6).

Em relação às cartas a Ático, nota-se que, em nenhuma delas, Cícero relata o que se passa no campo de Pompeu. Disso, pode-se quase afirmar que havia algum tipo de controle ou censura não apenas das informações que saíam do campo pompeiano, como também das cartas que circulavam pela Itália. Duas informações corroboram essa assertiva: primeiro, Cícero diz em três ocasiões (Cic. *Att.* XI, 4; XI, 4a) que Ático poderia se informar melhor dos assuntos que se passavam lá a partir dos portadores das cartas – “o que aqui é feito poderás saber a partir desse que entregou a carta” (Cic. *Att.* XI, 3,1);<sup>162</sup> segundo, Cícero solicita a Ático que escrevesse e enviasse cartas em seu nome aos demais amigos em Roma e na Itália:

*Quibus tibi uidebitur uelim des litteras meo nomine. Nosti meos familiaris. Si signum requirent aut manum, dices me propter custodias ea uitasse.* (Cic. *Att.* XI, 2, 4)

Gostaria que escrevas cartas em meu nome àqueles que te parecer adequado. Conheces meus amigos. Se reclamarem o selo ou a escrita, digas que eu evitei essas coisas por conta das sentinelas.

Desse modo, a temática das conversas entre Cícero e Ático no período é dominada por assuntos familiares e financeiros: Túlia e Terência estavam em segurança e passavam bem; nenhuma notícia do neto prematuro, nem nesse momento, nem depois, daí que se presume que não tenha sobrevivido. Por outro lado, as finanças de Cícero não andavam bem, apesar da ajuda de Ático, e Cícero queixava-se de maneira recorrente da forma como a esposa conduzia seus negócios, assunto esse que será destacado no próximo tópico.

---

<sup>162</sup> *Quid hic agatur scire poteris ex eo qui litteras attulit.*

Na última carta enviada a Ático (Cic. *Att.* XI, 4), contudo, é possível perceber que Cícero, ou teve um pouco mais de liberdade para escrever,<sup>163</sup> ou não pôde conter por mais tempo a sua reprovação em relação ao que ocorria no campo de Pompeu. A mensagem é curta, e Cícero justifica o tamanho dela alegando que lhe faltavam assuntos que fossem ‘dignos de serem escritos’, afinal, nada do que se fazia ali merecia sua aprovação - “praza aos deuses que [eu pudesse ter falado] contigo cara a cara desde há muito tempo e não por epístolas!”.<sup>164</sup> Cícero ainda acrescenta que estava defendendo a Ático, na medida do possível, diante dos que estavam ali e que tinha renunciado até aquele momento a qualquer cargo (*omne munus*), pois não era possível fazer nada que fosse apropriado à sua causa; quanto às demais coisas, uma vez mais, Ático teria de se informar pelo portador da carta, Filo Céler.

O que se passou, então, durante a estada de Cícero junto a Pompeu? Segundo Plutarco (Plut. *Cíc.* 38, 1-3), todos haviam se alegrado com a chegada de Cícero, exceto Catão. Este o censurara, em privado, pois considerava que não tinha sido correto da parte de Cícero abandonar a postura política que tinha defendido desde o início. Além disso, prossegue Catão, Cícero teria sido muito mais útil à pátria e aos amigos se tivesse permanecido neutro em Roma. De acordo com Plutarco, a repreensão de Catão teria provocado uma reviravolta na decisão de Cícero, ainda mais porque Pompeu não lhe confiava nenhum assunto importante, e essa atitude teria deixado Cícero muito contrariado.<sup>165</sup>

Note-se, a seguir, a descrição do comportamento quase burlesco de Cícero por Plutarco: por conta das coisas mencionadas acima, prossegue o biógrafo, Cícero passou a demonstrar um arrependimento de sua decisão e a criticar abertamente os preparativos de guerra lá realizados; além disso:

Rejeitava secretamente os seus planos [de Pompeu] e não se abstinha de fazer troça dos outros, dirigindo constantemente gracejos aos seus companheiros de armas. No entanto, ele mesmo andava sempre pelo campo sem se rir e com um ar sério, mas oferecendo aos outros motivos de riso, ainda que não o desejassem. (Plut. *Cíc.* 38, 2 - Trad. Marta Várzeas)

Em seguida, Plutarco enumera uma série de ditos espirituosos que Cícero teria emitido em diferentes ocasiões:

---

<sup>163</sup> De data incerta, considera-se que ela seja da segunda metade de julho, isto é, teria sido enviada menos de um mês antes da batalha de Farsália, na Tessália, para onde seguira o exército pompeiano ao encalço de César após a derrota deste em Dirráquio em 17 de julho.

<sup>164</sup> *Vtinam coram tecum olim potius quam per epistulas!*

<sup>165</sup> Essa última informação é contraposta pelo próprio Cícero, que afirma que nunca havia procurado participar de nada no campo de Pompeu (Cic. *Fam.* IV, 7, 2).

Quando Domício propôs para um cargo de chefia um homem sem experiência militar e disse que ele tinha bom caráter e era sensato, Cícero disse: “Então, porque não o aproveitas para ser preceptor dos teus filhos?” 4. Como alguns elogiavam Teófanos de Lesbos que era chefe dos engenheiros no campo, por ter sabido consolar os Ródios quando eles perderam a sua frota, disse ele: “Que bom que é ter um Grego como chefe!” [...] 6. A um certo Mácio, que, tendo chegado há pouco tempo de Itália, contava que em Roma só se ouvia dizer que Pompeu estava encurralado, replicou Cícero: “Então vieste de lá para confirmares e veres com os teus próprios olhos?” [...] 8. [depois da derrota] Quando Labieno, apoiando-se em certos oráculos, asseverava que Pompeu estava destinado a ser o vencedor, ele disse: “Foi então apenas uma tática a perda do nosso campo?” (Plut. *Cíc.* 38, 3-8 - Trad. Marta Várzeas)

De fato, essa coleção de frases se encaixa bem naquele espírito sarcástico e irônico do Cícero dos discursos judiciais. Entretanto, retiradas de seu contexto mais amplo, passam mais a imagem de um Cícero histrião do que a de alguém profundamente em desacordo com o que acontece ao seu redor. A não ser que sejam entendidas diante do mesmo “espírito combativo” com o qual Cícero ataca diretamente o réu ou procura desmerecer os acusadores de seus clientes:

*Habes igitur, Tubero, quod est accusatori maxime optandum, confitentem reum [...] Itaque prius de uestro delicto confiteamini necesse est quam Ligari ullam culpam reprehendatis.* (Cic. *Pro Ligario*, 2)

[Ironizando Tuberão, que acusara Ligário de “crimes” que ele próprio cometera] Tens, portanto, Tuberão, isto que um acusador pode ao máximo desejar, um réu que confessa [...] E, assim, é necessário que primeiro confesseis vosso delito antes que repreendais Ligário por alguma culpa.

*Excitate, excitate ipsum, si potestis, a mortuis. Frangetis impetum uiui, cuius uix sustinetis furias insepulti?* (Cic. *Pro Milone*, 91)

[Sobre o cadáver de Clódio] Desperta, desperta ele próprio de junto dos mortos, se podeis. Refreareis o ímpeto dele vivo, de quem, insepulto, sustentais com dificuldade a fúria?

*Alter unguentis adfluens, calamistrata coma, despiciens conscios stuprorum ac ueteres uexatores aetatulae suae. [...] Alter, o di boni, quam taeter incedebat, quam truculentus, quam terribilis aspectu! Vnum aliquem te ex barbatis illis, exemplum imperi ueteris, imaginem antiquitatis, columen rei publicae diceres intueri.* (Cic. *Pro Sestio*, 8)

[Descrevendo os acusadores de Séstio] Um deles [Gabínio], cheio de perfumes, a cabeleira frisada, desprezando os cúmplices de vergonhas e, sobretudo, os velhos perseguidores de sua tenra idade. [...] O outro [Pisão], ó bons deuses, caminhava de forma tão sombria, tão truculento, tão terrível aspecto! Alguém poderia dizer que tu contemplavas um daqueles barbados,

exemplo duma velha autoridade, imagem da Antiguidade, um sustentáculo da coisa pública.

*Sed quid ego tam uehementer inuehor? Verbo uno repellar. “Emi,” inquit. Di immortales, praeclaram defensionem! Mercatorem in prouinciam cum imperio ac securibus misimus. (Cic. In Verrem, II, 4, 8)*

[Atacando o argumento de Verres de que não roubara os habitantes da Sicília, mas que havia “comprado” deles] Mas, por que invectivo com tanta veemência? Serei rejeitado por uma única palavra. “Comprei”, ele afirma. Deuses imortais, que defesa brilhante! Enviamos um mercador para a província com *imperium* e com insígnias.

A melhor descrição vinda de Cícero sobre o campo de Pompeu está inserida dentro de uma reflexão numa carta a Marco Mário do final de 46 AEC. Nela (Cic. *Fam.* VII, 3, 2), Cícero confessa que se arrependera da ida por conta dos muitos erros que encontrara logo na chegada: em primeiro lugar, as tropas reunidas não eram tão numerosas nem belicosas; além disso, excetuando-se Pompeu e alguns poucos, todos os demais, que desde o início tinham se mostrado ávidos pela guerra, passaram depois a manifestar um discurso tão cruel de forma que a própria vitória passava a ser algo temível: “O que queres?”, pergunta Cícero a Mário, “nada de bom [havia] exceto a causa.”<sup>166</sup>

Esse dado é bastante interessante se comparado com a descrição oposta feita por César (Cés. BC. III, 3-5), na qual informa que Pompeu tivera um ano inteiro para reunir tropas (nove legiões) de vários locais da Grécia e do Oriente Próximo, além de dinheiro e de provisões. Em outra carta, escrita a Marco Marcelo em 46 AEC, Cícero se mostra igualmente insatisfeito com as forças reunidas por Pompeu, mas na verdade por causa de outras razões:

*Non enim iis rebus pugnabamus, quibus ualere poteramus, consilio, auctoritate, causa, quae erant in nobis superiora, sed lacertis et uiribus, quibus pares non eramus. Victi sumus igitur aut, si uinci dignitas non potest, fracti certe et abiecti. (Cic. Fam. IV, 7,2)*

De fato, não lutávamos com estas coisas, pelas quais podíamos ter nos valido, o planejamento, a autoridade, a causa, nas quais éramos superiores, mas com músculos e força, no que não estávamos à altura. Portanto, fomos vencidos ou, se a dignidade não pode ser vencida, certamente fomos deixados abatidos e quebrantados.

Retomando a carta anterior a Marco Mário, Cícero diz que, diante desse cenário no qual não enxergava esperança alguma de vitória, primeiro passou a defender abertamente a

---

<sup>166</sup> *Quid quaeris? nihil boni praeter causam.*

paz, “da qual eu fora sempre o promotor”;<sup>167</sup> em seguida, como Pompeu discordasse totalmente dessa visão, Cícero afirma que tentou persuadi-lo a evitar um confronto decisivo com César; contudo, Pompeu passara a acreditar demais em suas tropas após a vitória em Dirráquio e:

*Ex eo tempore uir ille summus nullus imperator fuit. Signa tirone et collecticio exercitu cum legionibus robustissimis contulit; uictus turpissime amissis etiam castris solus fugit. (Cic. Fam. VII, 3, 2)*

A partir desse momento, aquele homem tão importante tornou-se um general sem valor. Com um exército de recrutas e reunido de todos os lados, combateu contra legiões as mais fortes; vencido da maneira mais torpe e ainda tendo perdido o acampamento, fugiu sozinho.

Por outro lado, as informações contidas nessa carta de Cícero a Marco Mário corroboram diversas afirmações feitas por César nos *commentarii*. Em primeiro lugar, depois de haver transportado suas forças de Brundísio para o Epiro, César afirma que enviara uma nova embaixada de paz para Pompeu sem sucesso (Cés. BC. III, 10); em seguida, que Pompeu recusara-se a travar um combate decisivo contra as forças de César durante os três meses do cerco em Dirráquio (Cés. BC. III, 42-68); na sequência, após a vitória em Dirráquio, Pompeu e os demais teriam adquirido tal confiança no sucesso que já consideravam César vencido (Cés. BC. III, 72; BC. III, 79, 4). Por último, e talvez o que mais se alinhe ao testemunho de Cícero, a famosa descrição que César fez da liderança pompeiana às vésperas da batalha de Farsália, reproduzida parcialmente abaixo:

E já abertamente entravam em choque por recompensas e sacerdócios [e magistraturas] e fixavam os cônsules por anos a fio; outros reclamavam as casas e os bens dos que estavam nos acampamentos de César. (Cés. BC. III, 82, 3 – Trad. Antonio da Silveira Mendonça)

3. E Lúcio Domício propôs no conselho que, ao término da guerra, três tabelas de julgamento fossem distribuídas aos membros da ordem senatorial que tivessem com eles participado do conflito, para proferir sentença sobre cada um dos que tinham permanecido em Roma ou ficado nos arraiais de Pompeu sem se engajar nas operações militares: uma seria para inocentar, a segunda para condenar a morte e terceira para aplicar multas. 4. Em suma, todos estavam ocupados em obter cargos ou compensações financeiras, ou em dar livre curso aos seus ressentimentos pessoais, e não lhes passava pela cabeça com que meios poderiam vencer, mas de que modo teriam de tirar proveito da vitória. (Cés. BC. III, 83 – Trad. Antonio da Silveira Mendonça).

---

<sup>167</sup> *Cuius fueram semper auctor.*

Cícero, por sua vez, não participou da batalha de Farsália<sup>168</sup> em 9 de agosto de 48 AEC e permaneceu em Dirráquio. Segundo Plutarco (Plut. *Cíc.* 39, 1), ele se ausentou por questões de saúde e, de fato, Cícero escrevera a Ático, em junho, dizendo que as preocupações que sentia eram tão grandes que estavam lhe causando uma grande debilidade física (Cic. *Att.* XI, 4a).

Todavia, meses depois, Cícero escreveu a Ático quando já estava de retorno à Itália, na longa estada em Brundísio. Numa carta bastante reflexiva (Cic. *Att.* XI, 6), Cícero diz que nunca se arrependera por não ter tomado parte ativa na guerra, pois tamanha era a crueldade que existia naqueles, tamanha era a amizade deles com os povos bárbaros, que organizava-se uma proscrição não por nomes (*nominatum*), mas em massa e universal (*generatim proscriptio*); e que aqueles, no campo de Pompeu, já haviam passado julgamento a todos os que tinham permanecido neutros ou tomado o partido de César, e que os bens e as propriedades deles serviriam então como despojos da grande vitória. Após citar essa informação, Cícero alerta a Ático que o nome dele fora igualmente citado com frequência, claramente completando o sentido daquela passagem (Cic. *Att.* XI, 4) na qual Cícero afirmava que ‘defendia Ático, na medida do possível, diante dos que estavam ali’:

*“Vestrum” plane dico; numquam enim de te ipso nisi crudelissime cogitatum est. Qua re uoluntatis me meae numquam paenitebit, consili paenitet. In oppido aliquo mallet resedisse quoad accerserer; minus sermonis subissem, minus accepissem doloris, ipsum hoc me non angeret.* (Cic. *Att.* XI, 6, 2)

“Dentre vós”, digo exatamente; de fato, nunca se refletiu a respeito de ti próprio a não ser da forma mais cruel. Por essa razão, nunca me arrependerei da minha vontade, arrependo-me da minha decisão. Preferisse eu ter ficado para trás em alguma cidade até que fosse chamado; tinha me exposto a menos conversas, tinha sofrido menos dores, o que agora não me angustiará.

Essa impressão, aliada aos temerosos “ditos de Lucéria” (*Lucceium loqui*) - “as conversas ameaçadoras, contrárias aos *optimates* e hostis aos municípios, meras proscrições, meros Sulas” (Cic. *Att.* IX, 11, 3)<sup>169</sup> – reforçam também o que César registra ter se passado no início da guerra: que Pompeu, ao deixar a Cidade, havia dito no Senado que “teria na mesma conta os que permanecessem em Roma e os que estivessem no acampamento de César” (Cés. *BC.* I, 33, 2). O próprio Pompeu, todavia, não é citado por César naquela descrição que

<sup>168</sup> Descrita em detalhes nos *commentarii* (Cés. *BC.* III, 88-98) e declamada posteriormente nos poemas de Lucano (*Farsália*, VII) e de Eumolpo (Petrônio, *Satyricon*, 119-124). Curiosamente, na versão de Lucano, é Cícero quem discursa e convence Pompeu de que ele deveria travar combate com César.

<sup>169</sup> *Sermones minacis, inimicos optimatum, municipiorum hostis, meras proscriptiones, meros Sullas.*

envolve a disputa pelas riquezas e prestígio, o que está em sintonia com o relato de Cícero a Marco Mário (Cic. *Fam.* VII, 3, 2), de que Pompeu e alguns poucos não partilhavam desse espírito de rapina.

Sobre esse tema, formou-se então uma ideia geral de que parte da comitiva pompeiana estava ávida por vingança. Por outro lado, muitos dos que acompanhavam César igualmente compartilhavam desse sentimento, segundo aquele testemunho de Curião (Cic. *Att.* X, 4, 8) já mencionado. Porém, na visão de Cícero, existia uma importante diferença:

*Omnino haec eodem modo ex hac parte fiunt, nisi quod illud erat infinitum. Omnes enim qui in Italia manserant hostium numero habebantur.* (Cic. *Att.* XI, 6, 6)

Na totalidade, do mesmo modo essas coisas são concebidas desse lado, mas o daquele lado não tinha fim. De fato, todos que ficaram na Itália eram prontamente tidos como inimigos.

César, ao fim da guerra, de fato absteve-se de perseguir os seus inimigos políticos e permitiu que vários deles retornassem a Roma, sendo que Cícero desempenhou um papel de destaque para esse fim. Contudo, após o assassinato de César, seus sucessores, Otaviano, Marco Antônio e Lépido, se reuniram para dividir o governo romano entre si e organizaram uma extensa campanha de proscições, da qual nem Cícero se salvou (Plut. *Cíc.* 46-48).

Antes de abandonar a guerra, Cícero teve a opção de liderar a resistência final contra César. De acordo com Plutarco, após a derrota em Farsália e a fuga de Pompeu, Catão e os demais líderes pediram a Cícero que assumisse o comando geral da guerra, pois, dos que haviam restado, ele era o mais velho e estava acima de todos eles em magistraturas e prestígio (*dignitas*).

Cícero, porém, recusou o cargo e, rejeitando completamente integrar a campanha, por pouco não chegou a ser morto quando o jovem Pompeu e seus amigos desembainharam as espadas, chamando-lhe traidor. (Plut. *Cíc.* 39, 2 - Trad. Marta Várzeas)

Cícero não cita diretamente esse episódio, mas escreve a Ático dizendo que havia chegado a Brundísio completamente esgotado:

*Quae me causae mouerint, quam acerbae, quam graues, quam nouae, coegerintque impetu magis quodam animi uti quam cogitatione, non possum ad te sine maximo dolore scribere. Fuerunt quidem tantae ut id quod uides effecerint.* (Cic. *Att.* XI, 5, 1)

As razões que me fizeram partir, tão acerbas, tão graves, tão novas, e que se condensaram num ímpeto mais de ânimo do que de reflexão, não as posso te descrever sem uma enorme dor. Foram, com certeza, tão grandes que produziram isso que tu vês.

Em resumo, pode-se considerar que Cícero havia tomado partido na guerra porque o seu sentimento de honra o impelia a estar junto de Pompeu. Tendo finalmente se unido a ele, deparou-se novamente com tudo aquilo que havia recusado, possivelmente num grau ainda pior. Nesse sentido, se antes havia se revoltado contra o que ouvira discutir-se em Lucéria, depois, no campo de Pompeu, teve de conviver com a realidade que evitara. Ao menos, pelo que se contempla a seguir, Cícero sentia que tinha cumprido a sua obrigação, o seu quinhão da Guerra Civil.

#### 4.4.2 *Pater familias* em crise

Escrevo-te estas coisas não a fim de que possas aliviar-me com teus cuidados, mas para saber se tens alguma sugestão a respeito destas que estão acabando comigo; as quais se incluem meu genro e muitas mais que as lágrimas não me deixam escrever. (Cic. Att. XI, 15, 3)<sup>170</sup>

Cícero desembarcou em Brundísio em outubro de 48 AEC e teve de lá permanecer por cerca de um ano, até meados de setembro de 47 AEC. Parece que ele foi cercado por uma multidão hostil logo ao chegar à cidade, mas pôde manter-se protegido pela escolta dos *lictiores* que continuavam a acompanhá-lo (Cic. Att. XI, 6, 2). Diante desse ambiente, Cícero conservou-se um bom tempo recluso dentro de uma casa que lhe fora cedida.

Vale ressaltar que Brundísio era um local bastante conhecido por Cícero, e possivelmente lhe trouxe à memória lembranças de diferentes épocas de sua vida: é provável que embarcara dali para a Grécia para complementar seus estudos (79-77 AEC) durante a ditadura de Sula; ali permanecera por quinze dias antes de deixar a Itália rumo ao exílio em abril de 58 AEC (Cic. Att. III, 7); por ali voltara triunfante em 5 de agosto de 57 AEC (Cic. Att. IV, 1, 4); uma vez mais, dali embarcara rumo a Cilícia como propretor em junho de 51 AEC (Cic. Att. V, 8) e retornara às vésperas da Guerra Civil em 24 de novembro de 50 AEC (Cic. Att. VII, 2).

Dessa sua derradeira estadia, dispõe-se de 22 cartas enviadas a Ático e de 14 enviadas a Terência. Ao compará-las, nota-se entre elas uma enorme diferença no estilo e no tamanho: as cartas enviadas a Ático são em geral longas e reflexivas; a Terência, todavia, são curtas e

---

<sup>170</sup> *Haec ad te scribo non ut queas tuam demere sollicitudinem sed ut cognoscam ecquid tu ad ea adferas quae me conficiunt; ad quae gener accedit et cetera quae fletu reprimor ne scribam.*

formais, quase bilhetes, dos quais se pode conjecturar que ela igualmente não se mostrava prolixa com Cícero (Cic. *Fam.* XIV, 16, 4). Assim, não é sem razão que os comentadores enxergam nisso o prenúncio do divórcio entre os dois, que ocorreu em algum momento entre 47-46 AEC.

Nesse sentido, a relação do casal, que passava por graves dificuldades financeiras (Cic. *Att.* XI, 13, 2; *Att.* XI, 23, 3), foi estremecida por conta dum episódio envolvendo o pagamento do dote do casamento de Túlia com Dolabela. “Ouvi que Filotimo<sup>171</sup> está a fazer algo de criminoso” (Cic. *Att.* XI, 16, 5),<sup>172</sup> escreve Cícero a Ático em 3 de junho de 47 AEC. Pouco mais de um mês depois, Cícero não dispensava comentários negativos a Terência e a Filotimo (Cic. *Att.* XI, 25, 3). Em 6 de agosto, Cícero comenta com Ático que não confiava mais em Terência para gerir os assuntos domésticos, pois tinha a certeza de que ela, sob a influência de Filotimo, havia subtraído para si parte do valor que deveria ser pago do dote; afirma ainda que estava lutando para esconder da filha a gravidade da situação:

*Cum hoc tam paruum de paruo detraxerit, perspicis quid in maxima re fecerit.* (Cic. *Att.* XI, 24, 3)

Como tivesse subtraído algo tão pequeno de tão pouco, compreendes o que terá feito numa [quantia] maior.

A vida conjugal de Túlia igualmente não ia nada bem: ela se casara com Dolabela, o favorito de Terência, durante a estada de Cícero na Cilícia, mas este não fora tido como o melhor dos pretendentes por Cícero (Cic. *Att.* VII, 3, 12 - Epístola 05, p. 290). De qualquer maneira, Dolabela, sob o comando de César, estava engajado nas operações de guerra, tendo inclusive lutado em Farsália. Fora ele também que recomendara a Cícero que buscasse um local neutro assim que Pompeu fosse derrotado, em carta enviada para Dirráquio em maio de 48 AEC (Cic. *Fam.* IX, 9). Todavia, neste mesmo ano, Dolabela tinha feito a transição para a plebe e elegera-se tribuno para o ano de 47 AEC.

Cícero registra a chegada de Túlia em Brundísio no dia 12 de junho (Cic. *Att.* XI, 17), fato que o encheu de alegria. Porém, logo se deparou com a insatisfação da filha pelo marido e discutiu com Ático (Cic. *Att.* XI, 23, 3) e com Terência (Cic. *Fam.* XIV, 10; *Fam.* XIV, 13) o possível divórcio deles, fato que acabou não se concretizando.

---

<sup>171</sup> Filotimo era um antigo liberto da família de Terência, em quem esta depositava muita confiança, mas que era malquisto por Cícero desde que se ausentara na Cilícia. Ele é frequentemente mencionado nas epístolas traduzidas no Apêndice.

<sup>172</sup> *Auditum ex Philotimo est eam scelerate quaedam facere.*

Entretanto, o que parece ter causado maior tristeza a Cícero nesse período foi a ruptura com o irmão. Após Dirráquio, ambos rumaram a Patras, mas cada um com objetivos diferentes: Cícero desejava apenas voltar à Itália; já Quinto tinha a intenção de procurar César para pedir-lhe o perdão. “Quinto esteve muitíssimo hostil comigo em Patras” (Cic. Att. XI, 5, 4),<sup>173</sup> relata Cícero na primeira carta enviada a Ático em 4 de novembro de 48 AEC; acrescenta ainda que Quinto e o filho haviam se juntado a outros e estavam à procura de César.

Aos poucos, Cícero foi se informando por terceiros do trajeto do irmão e do sobrinho: primeiro, que estavam a caminho da Ásia (Cic. Att. XI, 6, 7); depois, que um fora visto em Samos e o outro em Sícion (Cic. Att. XI, 7, 7); e ainda em Éfeso em 8 de dezembro. Ocorreu aí um episódio odioso que Cícero narra a Ático (Cic. Att. XI, 10, 1): um amigo, Públio Terêncio, reconhecera Quinto filho no porto de Éfeso e, em nome da amizade, convidou-o para uma parada em sua casa; durante as conversas, Públio perguntara por Cícero e recebeu como resposta que Quinto filho não apenas o considerava como o seu maior inimigo (*mihi esse inimicissimum*), mas que também pretendia discursar contra ele diante de César, além de várias outras opiniões negativas, que seriam partilhadas por Quinto pai. “Sei com certeza que essas coisas te causam dor” (Cic. Att. XI, 10, 1),<sup>174</sup> comenta Cícero com Ático, afinal, laços de família os uniam. A própria Pompônia, irmã de Ático e esposa de Quinto, havia escrito a Cícero para recriminá-lo pelas notícias que recebera do marido e do filho (Cic. Att. XI, 9, 2).

Tudo isso provocou uma grande inquietação em Cícero nos primeiros seis meses de sua permanência em Brundísio. Além disso, ele mesmo se sentia um pouco culpado pela situação: “a dor dessas coisas é ainda mais pesada quanto maior é a culpa (Cic. Att. XI, 11, 2),<sup>175</sup> comenta Cícero em 8 de março de 47 AEC. Todavia, nessa época, Cícero escreveu a César para dar-lhe conta de suas atitudes até então, e pediu-lhe de coração para que suas decisões pessoais não criassem um obstáculo ao perdão de Quinto:

*“De Quinto fratre meo non minus laboro quam de me ipso, sed eum tibi commendare hoc meo tempore non audeo. Illud dumtaxat tamen audebo petere abs te, quod oro [...] tantum ei tribues quantum humanitas tua amicitiaque uestra postulat. Ego ei ne quid apud te obsim, id te uehementer etiam atque etiam rogo.”* (Cic. Att. XI, 12, 2)

“Sobre meu irmão Quinto, não me esforço menos que a respeito de mim próprio, mas não ousa, nessa minha situação, a recomendá-lo a ti. Todavia,

---

<sup>173</sup> *Quintus auersissimo a me animo Patris fuit.*

<sup>174</sup> *Haec tibi dolori esse certo scio.*

<sup>175</sup> *Quarum rerum eo grauior est dolor quo culpa maior.*

sem ir mais além, ousarei procurar isto de ti, o que suplico: [...] conceda-lhe o tanto quanto tua humanidade e amizade pedem de vós dois. A fim de que eu não lhe seja prejudicial junto de ti, isso rogo-te veementemente uma e outra vez.”

Após um pedido feito por Ático, que tentava intermediar a situação, Quinto pai escreveu a Cícero uma mensagem “não muito grande, mas de forma muita acerba” (Cic. *Att.* XI, 15, 2).<sup>176</sup> Já Quinto filho pediu desculpas pelo seu modo de agir, mas o “fez com palavras muito mais ásperas do que quando me acusava com a maior gravidade”<sup>177</sup> (Cic. *Att.* XI, 13, 2), comenta Cícero. Além disso, Quinto filho dizia-se arrependido, mas afirmava que tinha tido motivos para falar aquelas coisas e os descrevia “da maneira mais sórdida” (*spurcissime*).

O ressentimento cultivado pelo irmão e pelo sobrinho prolongou-se por meses, agravado ainda pela distância e pela dificuldade de estabelecerem um diálogo direto (Cic. *Att.* XI, 16, 4). Finalmente, a relação entre eles teve uma melhora momentânea por volta de julho (Cic. *Att.* XI, 23, 2), no mesmo período, porém, em que aumentava a desconfiança de Cícero com Terência.

#### 4.4.3 A longa espera pelo perdão

E também [ouvi] que perdoou a Salústio. É dito por todos que não nega a ninguém; o que em si traz uma suspeita, que a opinião dele [para comigo] seja diferente. (Cic. *Att.* XI, 20, 2)<sup>178</sup>

Em meados de agosto de 47 AEC, Cícero informa a Ático ter ouvido que Quinto filho havia conseguido um encontro com César e que este tinha concedido o perdão ao pai e ao filho sem nenhuma dificuldade (Cic. *Att.* XI, 20, 1). Todavia, Cícero comenta com Ático que estava ressentido porque os dois, aparentemente, nada fizeram para obter o mesmo favor em prol dele, ainda mais porque ele havia escrito aquela carta a César a favor do irmão (Cic. *Att.* XI, 21, 5 e *Att.* XI, 22, 1).

De fato, Cícero já estava quase um ano “preso” em Brundísio, esperando a autorização de César para poder retornar a Roma e igualmente impedido de sair da Itália. Logo que chegara, Cícero havia recusado um plano de Ático: que se fizesse aproximar de Roma às escondidas, viajando a noite de cidade em cidade e permanecendo fora de vista durante o dia - “não vejo em absoluto de que modo isso possa ser feito” (Cic. *Att.* XI, 5, 2),<sup>179</sup> responde

<sup>176</sup> *Non modo non cum magna prece ad me sed acerbissime.*

<sup>177</sup> *Quintus mihi per litteras satis facit multo asperioribus uerbis quam cum grauissime accusabat.*

<sup>178</sup> *Etiam Sallustio ignouit. Omnino dicitur nemini negare; quod ipsum est suspectum, notionem eius differri.*

<sup>179</sup> *Non sane uideo quem ad modum id fieri possit.*

Cícero. Por outro lado, pediu a Ático que escrevesse aos amigos para anunciar a sua volta à Itália. A Terência, Cícero comunicou que ainda era cedo para saber qual medida iria adotar, mas aconselhava-a que não se arriscasse numa vinda ao seu encontro e que permanecesse em Roma, pois o caminho era longo e arriscado (Cic. *Fam.* XIV, 12).

No final de novembro de 48 AEC, Cícero comenta com Ático que recebera promessas de Balbo e de Ópio a fim de que ele tivesse paciência e esperança: “de fato, assim garantem, que César não apenas se ocupará de conservar o meu prestígio (*dignitate*), como também de aumentá-lo [...] essas coisas prometem, asseguram” (Cic. *Att.* XI, 6, 3).<sup>180</sup> Nessa mesma carta, Cícero comenta sobre a morte de Pompeu no Egito, ocorrida no mês anterior. Passado o choque da notícia, principalmente por conta da maneira como se deu o assassinato (Cés. *BC.* III, 104), Cícero diz a Ático que imaginava que esse destino poderia ter ocorrido igualmente em outro lugar, tal era a desesperança da situação de Pompeu diante de todos os reis e povos. Mesmo assim, Cícero comenta:

*Non possum eius casum non dolere; hominem enim integrum et castum et grauem cognoui.* (Cic. *Att.* XI, 6, 5)

Não posso deixar de sofrer pela queda dele; de fato, o reconhecia como um homem íntegro, religioso e sério.

Na metade de dezembro, Cícero informa a Ático (Cic. *Att.* XI, 7) que recebera uma carta de Marco Antônio. Este dizia que César lhe escrevera para que garantisse que a Itália estivesse vedada a todos os que tinham tomado o partido de Pompeu, pois temia que pudessem provocar transtornos em Roma. Desse modo, Marco Antônio pedia a Cícero que o perdoasse, mas não iria permitir o retorno de ninguém, exceto daqueles os quais César já tivesse se posicionado oficialmente. Cícero diz a Ático que respondeu a Marco Antônio alegando que ele tinha seguido o conselho de Dolabela, que viesse à Itália o quanto antes, segundo o próprio César teria recomendado. Por esse motivo, Marco Antônio promulgou um decreto autorizando a permanência de Cícero e de Lélío<sup>181</sup> em Brundísio, mas que dali não poderiam partir.

Por outro lado, essa concessão nominal feita por Marco Antônio parece ter suscitado comentários negativos a respeito de Cícero de ambos os lados: que ele desistira da guerra,

---

<sup>180</sup> *Sic enim recipiunt, Caesari non modo de conseruanda sed etiam de augenda mea dignitate curae fore [...] ea spondent, confirmant.*

<sup>181</sup> Segundo Márquez (1996, p. 446), trata-se de Décimo Lélío, tribuno da plebe em 54 AEC. Em 48 AEC, havia comandado uma frota que cercou Brundísio, atrasando a passagem dos reforços de César para Dirráquio.

mas estava arrependido de ter voltado e não cessava de acusar e de repreender César – “ainda que exista uma verdade em ambas, todavia dizem para afastá-lo [César] de mim” (Cic. *Att.* XI, 7, 5);<sup>182</sup> de outra parte, que ele deveria ter ido para a África na companhia de Catão a fim de dar continuidade à luta (Cic. *Att.* XI, 7, 3). Para se defender de todas essas opiniões que o oprimiam, Cícero pediu a Ático que se esforçasse por combatê-las e solicitou a Balbo e Ópio que escrevessem para César em seu favor (Cic. *Att.* XI, 8). Entretanto, não escapava a Cícero que ele não só havia recusado a amizade de César no passado, mas que igualmente enganara a todos sobre o seu plano de fuga. Dessa forma, escreveu a Ático em 3 de janeiro, no dia de seu aniversário (*haec ad te die natali meo scripsi*) constatando que:

*Cottidie iam Balbi ad me litterae languidiores multaeque multorum ad illum fortasse contra me. Meo uitio pereo; nihil mihi mali casus attulit, omnia culpa contracta sunt.* (Cic. *Att.* XI, 9, 1).

A cada dia as cartas de Balbo para mim são mais lânguidas, e talvez [existam] muitas de muitos para aquele [César] contra mim. Pereço pelo meu erro; nada de mal me trouxe o acaso, todas as coisas foram contraídas por culpa [minha].

Os dias passavam e transformavam-se em meses sem uma única notícia certa sobre a opinião de César. Nesse meio tempo, Cícero recebeu notícias de que a resistência na África ganhava cada vez mais força, que havia um motim no exército estacionado nas Hispânicas. Até mesmo em Roma os ânimos estavam exaltados, pois Dolabela anunciava que iria propor à plebe o cancelamento geral das dívidas, contra a vontade de César (Cic. *Att.* XI, 10, 2). César, por seu turno, estava retido no Egito, envolvido numa outra guerra civil pela disputa do trono entre Cleópatra e o irmão (Cés. *BC.* III, 107-112).

Apenas em março de 47 AEC é que Cícero tomou a iniciativa de escrever a César, naquela carta em que defendia o perdão ao irmão. Todavia, Lélcio é que foi perdoado em abril (Cic. *Att.* XI, 14). Em meados de maio, Cícero soube que César estava numa situação difícil em Alexandria. Com isso, ponderou se devia ignorar o decreto de Marco Antônio e tentar a sorte, fosse buscando ir ao encontro de César ou procurando uma rota furtiva até Roma (Cic. *Att.* XI, 15). Resignou-se a continuar esperando.

Em junho, com a chegada de Túlia, comunicou a Terência que planejava enviar o jovem Marco, acompanhado de Gneu Salústio, para encontrar César em Alexandria (Cic. *Att.* XI, 17a; *Fam.* XIV, 11). Isso porque tudo indicava que a guerra se arrastaria por um longo

---

<sup>182</sup> *Quorum etsi utrumque uerum est, tamen ab illis dicitur animo a me alienato.*

tempo ainda, e Cícero sentiu-se encorajado diante das notícias de que um grande número de ex-pompeianos estava se dirigindo para Alexandria com o mesmo objetivo (Cic. *Att.* XI, 16). Poucos dias depois, entretanto, informou a Ático que desistira do plano, e também que Salústio partira sozinho para tentar a sorte. Uma vez mais, Cícero pediu a Ático que intercedesse a favor dele junto a Marco Antônio, Balbo e Ópio, pois acreditava que estavam visivelmente contrários a ele. Além disso, não suportava mais ficar retido no mesmo local: “de fato, qualquer suplício é mais leve do que essa permanência” (Cic. *Att.* XI, 18, 1).<sup>183</sup>

Em meados de agosto, Cícero enfim recebeu boas notícias. Para Terência (Cic. *Fam.* XIV, 23), ele escreveu que havia recebido uma carta de César bastante generosa (*satis liberales*) que o informava de que ele estava próximo de chegar à Itália e que desejava encontrá-lo pessoalmente. Ansioso, Cícero não sabia se esperava César em Brundísio ou se tentava ir ao seu encontro assim que chegasse à Sicília. Para Ático, informa ter ouvido que Salústio recebera o perdão, assim como os Quintos, pai e filho (Cic. *Att.* XI, 20, 1-2). Entretanto, no final de agosto, na última carta remanescente enviada de Brundísio a Ático (Cic. *Att.* XI, 22), Cícero mostrou-se novamente aturdido e desesperançado: acreditava que Balbo e Ópio ainda lhe eram hostis, estava ressentido com a atitude do irmão e, em especial, com a do sobrinho, como já comentado. Além disso, ouvira que César estava se demorando nas cidades orientais e que custaria a vir à Itália. Nesse estado de espírito, Cícero se queixa até mesmo do calor do verão.

Em 26 de setembro, César desembarcou em Tarento. Segundo Plutarco (Plut. *Cic.* 39, 4), tão logo soube da chegada de César à Itália, Cícero deixou Brundísio para ir ao seu encontro, envergonhado e temendo que tivesse de se sujeitar a algum tipo de repreensão ou humilhação:

Mas não lhe chegou a ser necessário dizer ou fazer alguma coisa contrária à sua dignidade. Com efeito, César, quando o viu avançar à frente dos outros, desceu do cavalo, abraçou-o e percorreu muitos estádios conversando a sós com ele. A partir daí continuou a tratá-lo com honra e amizade (Plut. *Cic.* 39, 5 – Trad. Marta Várzeas).

---

<sup>183</sup> *Quoduis enim supplicium leuius est hac permansione.*

## 4.5 EPÍLOGO

De fato, tinham se mostrado inferiores em armas, não em causa. (Cic. *Fam.* VII, 3, 6)<sup>184</sup>

Após o perdão de César, Cícero voltou a Roma, mas permaneceu afastado da vida pública enquanto perdurou a Guerra Civil. Segundo Plutarco (Plut. *Cic.* 40-42), ele passou a maior parte do tempo na sua quinta de Túsculo, dedicando-se ao estudo da filosofia e à composição de várias obras. César, por outro lado, precisou ainda de outros dois anos para pacificar o restante do mundo romano.

De volta àquela carta enviada para Marco Mário, escrita em 46 AEC, Cícero diz: “para mim, esse [Farsália] foi o fim da guerra e pensei que, quebrantados, não seríamos superiores, uma vez que inteiros, não tínhamos sido iguais” (Cic. *Fam.* VII, 3, 3).<sup>185</sup> Na sequência, Cícero afirma a Marco Mário que tomou a decisão de abandonar a guerra porque percebera que César já era o vencedor, e que, naquela época, as opções restantes se resumiam a: morrer em combate; perecer em alguma emboscada; entregar-se ao vencedor; refugiar-se junto a Juba; exilar-se em algum local remoto; ou deixar-se levar por uma morte voluntária. Diante desse prognóstico, Cícero declara:

*Veni domum, non quo optima uiuendi condicio esset, sed tamen, si esset aliqua forma rei p. tamquam in patria ut essem, si nulla, tamquam in exilio. mortem mihi cur consciscerem causa non visa est, cur optarem multae causae. Vetus est enim, ubi non sis qui fueris, non esse cur uelis uiuere.* (Cic. *Fam.* VII, 3, 4)

Vim para casa, não que fosse a melhor condição de se viver, mas, em todo caso, se existisse alguma aparência de coisa pública, que eu estivesse como na pátria; se nenhuma, como num exílio. Não vi motivo para que eu buscasse a morte; para que eu a escolhesse, muitos motivos. De fato, o velho ditado, se não és mais o que foste, não queiras com isso deixar de viver.

Cícero diz ainda a Marco Mário que se sentia livre de toda a culpa, e isso por si só já era um grande consolo, especialmente porque tinha duas coisas a apoiá-lo: o conhecimento das melhores artes (*optimarum artium scientiam*) e a glória dos grandes feitos (*maximarum rerum gloriam*); “uma, enquanto vivo, nunca me será arrebatada; a outra, nem sequer quando morto” (Cic. *Fam.* VII, 3, 4).<sup>186</sup>

---

<sup>184</sup> *Armīs enim inferiores, non causa fuissent.*

<sup>185</sup> *Hunc ego mihi belli finem feci nec putavi, cum integri pares non fuisset, fractos superiores fore.*

<sup>186</sup> *Quarum altera mihi uiuo numquam eripietur, altera ne mortuo quidem.*

Em seguida, Cícero esclarece que nunca havia desejado que alguém tivesse tido mais poder que toda a *res publica* junta, mas, tendo acontecido e não sendo possível se opor a essa pessoa, ele não cessou de buscar a paz. Todavia, uma vez perdido o exército e o único chefe no qual ele depositava as esperanças,

*Me uoluisse etiam reliquis omnibus, postquam non potuerim, mihi ipsi finem fecisse belli. Nunc autem si haec ciuitas est, ciuem esse me, si non, exsulem esse non incommodiore loco quam si Rhodum aut Mytilenas me contulisset.*  
(Cic. Fam. VII, 3, 5)

Eu quis [que a paz] fosse buscada por todos os demais, e, como não tenha conseguido, encerrei a guerra para mim mesmo. Agora, porém, se existe um Estado, eu sou um cidadão; se não, sou um exilado, e estou num local não mais incômodo do que se tivesse me dirigido a Rodes ou a Mítilene.

No último trecho, dando a entender que toda essa epístola talvez se trate de uma “carta-aberta”, Cícero diz a Marco Mário que tinha preferido lhe comunicar todas essas considerações pessoalmente, mas elas acabaram por se alongar demais. Além disso, ao recebê-las por carta, prossegue Cícero, Marco Mário teria o que dizer quando se deparasse com “meus críticos” (*uituperatores meos*):

*Sunt enim qui, cum meus interitus nihil fuerit rei p. profuturus, criminis loco putent esse quod uiuam; quibus ego certo scio non uideri satis multos perisse. Qui si me audissent, quamuis iniqua pace, honeste tamen uiuerent; armis enim inferiores, non causa fuissent.* (Cic. Fam. VII, 3, 6)

De fato, existem aqueles que, embora meu aniquilamento em nada tenha podido ser útil à coisa pública, pensam que é uma calúnia que eu viva. Para aqueles, sei com certeza que não lhes parece suficiente que muitos tenham morrido. Os quais, se tivessem me escutado, viveriam, ainda que por uma paz desigual, todavia de forma honrada; de fato, tinham se mostrado inferiores em armas, não em causa.

Com isso, encerra-se aqui a análise sobre a correspondência de Cícero durante a Guerra Civil. Nessa jornada, que teve início com o retorno de Cícero a Roma após o término do seu governo proconsular na Cilícia, pôde-se acompanhar os principais temas que conduziram a *res publica* romana em direção à crise entre seus cidadãos. Segundo Cícero, a coisa pública havia desmoronado; todavia, existia a esperança de que ela pudesse ser restituída, como já havia ocorrido no passado. Além disso, como César não seguira os passos de Sula e Cina rumo à crueldade, seria ele também capaz de abandonar voluntariamente o poder um dia? Os idos de março não permitiram verificar essa disposição porque César,

apesar de todo o gênio militar, era apenas um mortal e só depois se tornou *divus*... A *res publica* e o povo romano, por outro lado, deveriam ser preservados por toda a eternidade (Cic. *Att.* IX, 10, 3).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, apresentou-se a problematização envolvendo as noções de gênero, literário e epistolar. Para tal, dialogou-se com os principais argumentos contra e a favor apresentados por diferentes estudiosos. Verificou-se que, pela teoria, não existem elementos suficientes que justifiquem a exclusão da escrita epistolar como um gênero literário independente. A questão, porém, esbarra no delicado mecanismo que é utilizado para delimitar o “objeto carta”, em especial, sobre sua forma e suas intenções. Após conduzir a discussão em direção aos materiais utilizados na composição das cartas antigas e aos termos empregados para descrevê-las, apresentaram-se diferentes tentativas de definição sobre a “ideia de carta” e quais características influenciam a sua percepção como tal.

Na sequência, comentou-se a respeito das particularidades da comunicação epistolar. Nesse ponto, destacaram-se diferentes noções sobre a sua composição textual, tanto do ponto de vista dos teóricos antigos como das recomendações inferidas a partir dos próprios epistológrafos. Outras particularidades exploradas da comunicação epistolar foram as relacionadas com o tempo, a distância e o envio das cartas.

No segundo capítulo, intentou-se oferecer uma visão das diferentes facetas de Cícero. Desse modo, explorou-se inicialmente o seu perfil epistológrafo, dando destaque para o processo de transmissão da sua correspondência. Mostraram-se também detalhes da atuação de Cícero consonantes com sua prática oratória, assim como algumas características particulares da atuação advocatícia no mundo antigo. Por fim, discutiram-se os principais aspectos do pensamento político de Cícero e quais foram os elementos considerados por ele como indispensáveis à preservação da coisa pública.

No terceiro capítulo, refletiu-se sobre o funcionamento das instituições romanas à época de Cícero e sobre os aspectos constitucionais passíveis de entreechoque. Em seguida, contextualizaram-se os principais eventos das décadas de 120-50 AEC com destaque especial para os motivos que levaram César, Crasso e Pompeu a unirem-se em detrimento do Estado. Ao fim dessa sequência de eventos, o capítulo se encerra com a apreciação da opinião pública romana às vésperas do início do conflito.

No derradeiro capítulo, acompanhou-se a trajetória de Cícero durante a Guerra Civil. Nesse contexto, apresentaram-se os principais aspectos da crise política romana sob a ótica pública e privada. Evidenciou-se a perspectiva de Cícero a respeito dos líderes antagônicos, suas personalidades, seus planos e seus objetivos. Ao final, destacaram-se os custos pessoais

enfrentados por Cícero após sua participação na guerra e encerrou-se toda a discussão com uma de suas reflexões a respeito da guerra e do seu papel desempenhado nela.

“A carta aproxima os ausentes”, é um dito que pode ser encontrado em vários estudos, e ela encurta a distância temporal, espacial e cultural que nos separa de Cícero. “A carta é um meio de suprir a ausência” e, de fato, a correspondência de Cícero resgata um quê de sua presença. “A carta é uma escrita autobiográfica”, e, em diferentes níveis de consciência, Cícero escolhe e seleciona as informações que narra por meio da *persona* com a qual se apresenta. “A carta é um diálogo entre amigos” geralmente previsto para ser privado, mas que, ao fim, se mostra aberto para quem quiser tomar conhecimento dele e, inclusive, opinar sobre a vida alheia.

“Tantas vezes, pois, mudas de opinião?” (Cic. *Att.* VIII, 14, 2),<sup>187</sup> Cícero imagina que seria a pergunta de Ático naqueles indecisos dias do começo de março de 49AEC, quando ponderava se deveria partir ou não da Itália rumo à Grécia. Diferentemente dos *commentarii*, que foram elaborados por César num momento posterior aos eventos narrados, as cartas de Cícero refletem a frequente mutabilidade do presente. Por meio dessa longa e, constantemente, interrompida conversa de Cícero e Ático, é possível apreciar a crise humana e institucional provocada pela Guerra Civil nos mais variados aspectos. E é graças ao formato epistolar que se preservaram não apenas valiosas informações sobre o passado romano, mas também a projeção de diferentes futuros então possíveis.

O presente trabalho pode ser útil a qualquer um que deseje se aprofundar no estudo da História de Roma, em especial, mas não exclusivamente, sobre a Guerra Civil de 49-44 AEC. Focando na perspectiva de Cícero e em sua correspondência, tem-se a constatação de que, para ele e possivelmente para muitos de seus contemporâneos, a guerra em si não era algo necessário ou determinista; foi uma opção. A esperança de paz foi algo concreto, não apenas uma ideia imatura ou inocente. César a propôs com condições, Pompeu e os demais a recusaram, em sintonia com os sentimentos que já existiam no período pré-guerra. E assim, sem julgamentos, é forçoso reconhecer que os protagonistas do conflito optaram deliberadamente por entregar à Fortuna o resultado de algo que poderia ter-se resolvido, mesmo que momentaneamente, por um acordo.

---

<sup>187</sup> “*Totiensne igitur sententiam mutas?*”

## TRADUÇÕES

Nesta seção, foram anexadas as traduções de 11 cartas da correspondência de Cícero a Ático: duas que encerram o livro VI e as nove primeiras do livro VII. Essas cartas são do final de 50 AEC, e diferentes trechos delas foram citados no “Capítulo III” sem o texto latino correspondente. Elas faziam parte de uma seleção ainda maior prevista no projeto de pesquisa da tese. Todavia, verificou-se que a tradução de todo o material proposto inicialmente ocuparia um espaço enorme e não teria uma contribuição tão relevante para o trabalho final. Assim, no “Capítulo IV”, preferiu-se empregar apenas os trechos mais importantes daquela seleção para a análise.

Por outro lado, como se poderá verificar, é igualmente interessante a leitura das cartas em seu texto completo, razão maior de ter-se preparado este Apêndice. Aqui, Cícero conversa com Ático não apenas de temas *graues*, diferentemente dos recortes utilizados para a análise. São tantos os assuntos, tão variados os temas, características do próprio gênero epistolar. Foram inseridas diversas notas para explicar situações, locais, objetos e pessoas presentes no texto. Seguindo o exemplo da tradução francesa de Constans (1962), decidiu-se não empregar a típica saudação inicial *Cicero Attico salutem* pelas razões já descritas na seção “2.1.2 Da redescoberta da correspondência às edições críticas atuais”. Com relação ao local e às datas, optou-se por indicar entre colchetes o que se acredita ser a localidade e o dia de envio da carta, pois são poucas as vezes em que Cícero indica esse dado textualmente. Nesse quesito, acompanhou-se as indicações da tradução espanhola de Márquez (1996).

### O problema das datas

Em 46 AEC, César instituiu uma mudança de calendário em Roma que gradualmente foi adotada por todas as regiões do mundo romano. Segundo Feeney (2007), essa mudança foi mais do que uma simples reforma ou correção na maneira como os romanos contavam o tempo até então (calendário republicano) e, para o autor, do ponto de vista estrutural, César estabeleceu um novo calendário (calendário juliano), muito mais próximo do formato utilizado atualmente.

No século XIX, surgiram modelos para transpor as datas do calendário republicano para o juliano, em especial os de Urbain Le Verrier e de P. Groebe. Esses modelos tencionavam oferecer uma maior precisão, afinal, o calendário republicano era, grosso modo,

10 dias menor do que o juliano. Dessa forma, é possível encontrar o emprego da datação juliana para eventos anteriores a 46 AEC em alguns estudos do século XIX e também em obras das primeiras décadas do século passado. Como exemplo, o nono volume da primeira edição do *The Cambridge Ancient History* (1932) traz uma nota indicando que as datas apresentadas no capítulo XVI, “The Civil War”, seriam dispostas segundo correção feita para o modelo juliano. Assim, segundo os autores, 10 de janeiro de 49 AEC do calendário republicano correspondia, na realidade, a 22 de novembro de 50 AEC do calendário juliano.

Essa tentativa de transpor datas acabou caindo em desuso nas décadas seguintes, afinal, a confusão gerada não justificava a precisão pretendida. O próprio calendário juliano, contudo, também passou por diferentes ajustes ao longo dos mais de mil e quinhentos anos que o separam de seu atual substituto, o calendário gregoriano, implementado no século XVI EC. Ainda assim, este último precisou de mais alguns séculos até ser aceito como o padrão para as relações internacionais.

Em vista de todas essas diferenças, atualmente, o mais comum é transpor a data republicana para o formato moderno: com a indicação do dia do evento e o conhecimento da duração do mês correspondente, faz-se a conversão sem maiores problemas. Para exemplificar, quando Cícero afirma ter se encontrado com os embaixadores de César “oito dias antes das calendas de fevereiro” (Cic. *Att.* VII, 13a, 2), registra-se o fato como tendo se passado em “23 de janeiro”.

Contudo, a praticidade desse método esconde uma série de questões culturais relevantes sobre a maneira como os romanos lidavam com a contagem do tempo. Além do calendário republicano estar constantemente defasado em relação ao calendário solar, a quantidade e marcação dos dias dentro de cada mês, o ciclo semanal e o nome dos dias da semana eram muito diferentes do que se emprega atualmente. Por conta disso, a seguir, apresentar-se-ão resumidamente alguns aspectos pertinentes ao calendário republicano.

Reza a lenda que, nos primórdios de Roma, Rômulo criou um calendário de 304 dias distribuídos em 10 meses, sendo que o ano se iniciava em março e terminava em dezembro. Esse calendário teria sido posteriormente modificado por Numa Pompílio a fim de que se ajustasse mais facilmente ao ano lunar e, após a inserção dos meses de janeiro e fevereiro, passou a conter 355 dias. Segundo Herbert-Brown (1994, p. 15-16), tomando por base os *Fasti Antiatres Maiores*, o único calendário republicano parcialmente preservado, esses 355 dias estavam agrupados em quatro meses de 31 dias, sete de 29 dias e fevereiro com 28 dias. Para equiparar esse calendário lunar com o ano solar de forma a se recuperar a marcação dos

solstícios e dos equinócios, existia a prática de se inserir um mês extra ao próximo ano. Quando isso ocorria, o mês de fevereiro era reduzido a 23 dias e o mês intercalar, que a princípio tinha entre 22 e 23 dias, recebia os dias retirados de fevereiro e passava a contar com 27 ou 28 dias.

Todavia, apesar da inserção do mês intercalar, o calendário republicano permaneceu fora de compasso em relação ao ano solar: ao final de 4 anos (355 + 378 + 355 + 377), o calendário republicano contava com 4 dias a mais do que o ano solar. Dessa forma, prossegue Herbert-Brown (1994), novos ajustes precisavam ser feitos de tempos em tempos sob a orientação dos pontífices. Assim, em teoria, o calendário republicano (355 dias) estava 10 dias atrasado em relação ao ano solar (365 dias e  $\frac{1}{4}$ ), mas, com o acréscimo dos meses intercalares, ele voltava a se aproximar do ano solar, mesmo que agora um pouco adiantado.

Apesar das dificuldades aparentes, das imprecisões e dos ajustes, o fato é que o calendário republicano foi utilizado por séculos sem profundas alterações estruturais. Segundo Michels (1967, p. 4), como não havia uma diferença entre calendário religioso e público, o que mais importava era preservar a marcação dos festivais agrícolas, das festas relacionadas aos deuses e dos marcos históricos romanos. Dessa forma, grosso modo, todas as atividades do Estado envolviam algum tipo de culto aos deuses – da chegada da primavera à aprovação de leis – e a aprovação deles, comprovada pela observação dos auspícios, ditava os rumos da vida civil. Os grandes festivais, como os Compitais (Cic. Att. VII, 7, 3 - Epístola 09, p. 308), os Agonais ou os Lupercais, que abrangiam cerca de 45 dias do ano, ditavam não apenas a celebração dos jogos públicos e dos sacrifícios, mas também os dias de descanso, junto com as *feriae*.

Em vista de todas essas características religiosas, assevera Herbert-Brown (1994, p. 19-20), a aplicação dos meses intercalares competia aos pontífices, que, por seu turno, podiam também manipular o calendário tendo em vista algum objetivo político. Por isso, prossegue a autora, quem realmente dependia de uma maior precisão em relação ao ano solar, como fazendeiros e marinheiros, calculava as datas segundo o ritmo das estrelas, o que se manteve como regra nos manuais de agricultura de Catão e Varrão.

Certamente, para os padrões atuais, essa falta de exatidão seria algo inconcebível: escrevendo da Cilícia, em junho de 51 AEC, Cícero pede a Ático que lhe informe, tão logo seja decidido, se haverá o mês intercalar no ano seguinte, o que tornaria mais longa a sua ausência de Roma (Cic. Att. V, 9, 2); passam-se os meses e, em 13 de fevereiro de 50 AEC, Cícero ainda não sabe se haverá ou não o mês intercalar previsto para daí a alguns dias –

“Quando souberes se em Roma vai-se incluir ou não o mês intercalar, gostaria que me escrevas o dia certo em que terão lugar os mistérios” (Cic. *Att.* V, 21, 14).<sup>188</sup>

Ao fim, de fato não houve a adoção do mês intercalar em 50 AEC, e, quando do início da Guerra Civil, o calendário republicano estava bastante atrasado em relação ao ano solar, algo em torno de 50 dias. Dessa forma, apesar de César ter começado a invasão na primeira quinzena de janeiro, ainda não era inverno na Itália. Isso também ajuda a explicar a preocupação de Cícero com o local onde ele e a família, após a fuga de Roma, haveriam de passar o inverno, apesar de escrever em meados de fevereiro (Cic. *Att.* VII, 26, 3). Segundo Herbert-Brown (1994, p. 20), a aplicação do mês intercalar foi abandonada durante a Guerra Civil e, como resultado final, César precisou acrescentar 90 dias ao ano de 46 AEC a fim de que o novo calendário e o ano solar começassem juntos em 1º de janeiro de 45 AEC.

Vale ainda destacar que a semana romana tinha uma estreita ligação com os dias de mercado (*nundinae*), organizados em intervalos de oito dias. Os dias da semana não possuíam nomes próprios, entretanto, segundo os *Fasti Antiates Maiores*, cada dia do ano era marcado pelos pontífices segundo um critério um pouco variável: recebia a marca “C” quando podia abrigar os comícios do povo (*dies comitalis*); “F” para os dias de atividade pública que envolviam os julgamentos e tribunais (*dies fastus*); “N” quando estas atividades não eram permitidas (*dies nefastus*); “EN” para os dias divididos, quando eram *fasti* pela manhã e *nefasti* de tarde (*dies endotercisus*); e, finalmente, dias marcados como “NP”, reservados a atividades religiosas e sacrifícios (não se sabe ao certo o significado da sigla NP).

Finalmente, o calendário republicano tinha três datas fixas em cada mês: as *calendas* e os *idos* marcavam o início e a metade do mês respectivamente; as *nonas* indicavam o nono dia antes dos *idos*. Contudo, nos 4 meses longos, que continham 31 dias (março, maio, outubro e *quintilis*, posteriormente renomeado como julho), os *idos* marcavam o dia 15 e as *nonas* o dia 7; nos demais meses, os *idos* marcavam o dia 13 e as *nonas* o dia 5. Além disso, Feeney (2007, p. 152) aponta que a forma romana de se calcular as datas não seguia uma ordem crescente como a nossa; pelo contrário, a partir desses três pontos fixos, contava-se de maneira regressiva e incluía-se o dia referência na contagem. Assim, 9 dias antes das *calendas* seria para nós o mesmo que 8 dias antes. Passado um desses marcos, tornava-se a contar os dias de forma regressiva ao próximo ponto de referência e assim sucessivamente.

---

<sup>188</sup> *Cum scies Romae intercalatum sit necne, uelim ad me scribas certum quo die mysteria futura sint.*

## **Tradução das epístolas seleccionadas**

Epistula I (Cic. *Att.* VI, 8)

1. Cum instituissem ad te scribere calamumque sumpsissem, Batonius e nauis recta ad me uenit domum Ephesi et epistulam tuam reddidit pridie Kal. Octobres. Laetatus sum felicitate nauigationis tuae, opportunitate Piliae, etiam hercule sermone eiusdem de coniugio Tulliae meae. 2. Batonius autem meros terrores ad me attulit Caesarianos, cum Lepta etiam plura locutus est, spero falsa, sed certe horribilia: exercitum nullo modo dimissurum, cum illo praetores designatos, Cassium tribunum pl., Lentulum consulem facere, Pompeio in animo esse urbem relinquere. 3. Sed heus tu! numquid moleste fers de illo qui se solet anteferre patruo sororis tuae filii? At a quibus uictus!

Sed ad rem. 4. Nos etesiae uehementissime tardarunt; detraxit xx ipsos dies etiam aphractus Rhodiorum. Kal. Octobr. Epheso conscendentes hanc epistulam dedimus L. Tarquitio, simul e portu egredienti sed expeditius nauiganti. Nos Rhodiorum aphractis ceterisque longis nauibus tranquillitates aucupaturi eramus; ita tamen properabamus ut non posset magis.

5. De raudusculo Puteolano gratum. Nunc uelim dispicias res Romanas, uideas quid nobis de triumpho cogitandum putes, ad quem amici me uocant. Ego nisi Bibulus, qui, dum unus hostis in Syria fuit, pedem porta non plus extulit quam <domi> domo sua, adniteretur de triumpho, aequo animo essem.

Epístola 01 (Cic. *Att.* VI, 8) - [Éfeso, 1º de outubro de 50]

1. Mal tinha decidido escrever-te e tomado o cálamo, Batônio<sup>189</sup> veio diretamente do navio até mim na casa em Éfeso e entregou tua epístola na véspera das calendas de outubro [29 de setembro]. Alegrei-me de tua feliz navegação, da oportunidade com Pília e também, por Hércules, da conversa dela a respeito do casamento de minha Túlia.<sup>190</sup> 2. Batônio, porém, trouxe-me somente terrores cesáreos e também falou mais coisas com Lepta,<sup>191</sup> espero que falsas, mas certamente horríveis: de modo algum está disposto a dispensar o exército; estão com ele os pretores designados, o tribuno da plebe Cássio, o cônsul Lêntulo;<sup>192</sup> Pompeu tem em mente deixar a cidade. 3. Mas veja tu! Por ventura estás incomodado com aquele que costuma se achar melhor que o tio do filho da tua irmã? Ainda assim, vencido por quem!<sup>193</sup>

Mas ao que interessa. 4. Os ventos etésios nos atrasaram completamente; a embarcação dos ródios<sup>194</sup> também nos custou 20 dias inteiros. Nas calendas de outubro [1º de outubro], embarcando de Éfeso, entregamos esta epístola a L. Tarquício<sup>195</sup> que saía ao mesmo tempo do porto, mas navegava com mais expediente. Nós estivéramos aguardando ventos mais tranquilos para as embarcações dos ródios e para os demais navios longos. Todavia, nos apressávamos o mais que fosse possível.

5. Sobre a pequena dívida Puteolana,<sup>196</sup> sou grato. Gostaria agora que examines as coisas em Roma, que vejas o que tu pensas que precisa ser ponderado a respeito do nosso triunfo, para o qual os amigos me chamam. Eu até estaria calmo, se Bíbulo não se esforçasse também por um triunfo, ele que, enquanto existiu um único inimigo na Síria, não pôs um pé pra fora da porta mais do que de sua casa em Roma.<sup>197</sup>

---

<sup>189</sup> Batônio é uma figura desconhecida.

<sup>190</sup> Pília, esposa de Ático. Túlia, filha de Cícero, se casara em Roma com Públio Cornélio Dolabela durante a permanência de Cícero na Cilícia.

<sup>191</sup> Lepta, chefe dos engenheiros do exército de Cícero na Cilícia.

<sup>192</sup> Quinto Cássio Longino e Lúcio Cornélio Lêntulo Crure, tribuno da plebe e cônsul respectivamente.

<sup>193</sup> Retoma um assunto já discutido em Cic. *Att.* V, 19, 3: o indivíduo em questão é Marco Calídio que perdeu a disputa para o consulado pela segunda vez. Foram eleitos Lêntulo Crure e Caio Cláudio Marcelo (MÁRQUEZ, 1996, p. 350). O “tio do filho da tua irmã” é o próprio Cícero, cujo irmão, Quinto Cícero, era casado com a irmã de Ático.

<sup>194</sup> A embarcação dos ródios (*aphractus Rhodiorum*) era um pequeno navio sem coberta (andares ou pavimentos internos).

<sup>195</sup> L. Tarquício é uma figura desconhecida.

<sup>196</sup> Nada se sabe sobre esta dívida; conjectura-se que se trate de Vestório de Putéolos, amigo de Cícero (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 246).

<sup>197</sup> M. Calpúrnio Bíbulo, governador da Síria no mesmo período em que Cícero governou a Cilícia. Ambos fizeram preparativos para uma eventual invasão dos Partos em resposta à campanha desastrosa de Crasso em 54-53 AEC. A alusão a “colocar o pé para fora da porta” é uma referência ao consulado de Bíbulo em 59 AEC, no qual ele não saiu de casa durante quase todo o ano em protesto contra a atuação de seu colega de consulado, Júlio César.

Nunc uero αἰσχρὸν σιωπᾶν. Sed explora rem totam, ut quo die congressi erimus consilium capere possimus.

Sat multa, qui et properarem et ei litteras darem qui aut mecum aut paulo ante uenturus esset. Cicero tibi plurimam salutem dicit. Tu dices utriusque nostrum uerbis et Piliae tuae et filiae.

Agora, em verdade, αἰσχρὸν σιωπᾶν [seria uma vergonha se calar].<sup>198</sup> Mas, explora todo o assunto a fim de que possamos escolher um plano no dia em que nos reunirmos.

É o suficiente, pois eu tanto me apressava como lhe entregava a carta, que há de chegar ou comigo ou então um pouco antes. Cícero [filho] apresenta-te os melhores cumprimentos. Tu apresentarás os de nós dois para as tuas Pília e filha.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> αἰσχρὸν σιωπᾶν (βαρβάρους δ' ἔαν λέγειν) - “seria uma vergonha se calar (deixando o bárbaro falar)” trecho (Frag. 796 Nauck) da peça *Filoctetes* de Eurípides (MÁRQUEZ, 1996 p. 350; TYRRELL e PURSER, 1890, p. 246).

<sup>199</sup> Cecília Ática, nascida entre junho e setembro do ano anterior (51 AEC).

Epistula II (Cic. Att. VI, 9)

1. In Piraeaa cum exissem pridie Idus Octobr., accepi ab Acasto seruo meo statim tuas litteras. Quas quidem cum exspectassem iam diu, admiratus sum, ut uidi obsignatam epistulam, breuitatem eius, ut aperui, rursus σύγχυσιν litterularum, quae solent tuae compositissimae et clarissimae esse, ac, ne multa, cognoui ex eo quod i[s]ta scripseras te Romam uenisse a. d. XII. Kal. Oct. cum febris. Percussus uehementer nec magis quam debui, statim quaero ex Acasto. Ille et tibi et sibi uisum et ita se domi ex tuis audisse ut nihil esset incommode. Id uidebatur approbare quod erat in extremo, febriculam tum te habentem scripsisse. Sed amaui tamen admiratusque sum quod nihilo minus ad me tua manu scripsisses. Qua re de hoc satis. Spero enim, quae tua prudentia et temperantia est, <et> hercule, ut me iubet Acastus, confido te iam ut uolumus ualere.

2. A Turranio te accepisse meas litteras gaudeo. παραφύλαξον, si me amas, τὴν τοῦ φουρατοῦ φιλοτιμίαν: αὐτότατα. Hanc (quae me hercule mihi magno dolori est: dilexi enim hominem) procura, quantulacumque est, Precianam hereditatem prorsus ille ne attingat. Dices nummos mihi opus esse ad apparatus triumphi. In quo, ut praecipis, nec me κενὸν in expetendo cognosces nec ἄτυφον in abiciendo.

3. Intellexi ex tuis litteris te ex Turranio audisse a me prouinciam fratri traditam. Adeo ego non perspexeram prudentiam litterarum tuarum? Ἐπ<έχ>ειν te scribebas. Quid erat dubitatione dignum, si esset quicquam cur placeret fratrem et talem fratrem relinqui? Ἀθέτησις ista mihi tua, non ἐποχὴ uidebatur.

1. Mal tinha saído em direção ao Pireu, na véspera dos idos de outubro (14 de outubro), e imediatamente recebi de meu escravo Acasto tua carta. Com efeito, eu estava na expectativa dela há muito tempo, mas me surpreendi quando vi a epístola lacrada, o tamanho pequeno dela. Quando abri, de novo, pela σύγχυσις [irregularidade] das letras, pois as tuas costumam estar muito bem dispostas e nítidas. E, por causa disso, em resumo, tomei conhecimento daí que tu escreveras ao chegar a Roma, com febre, a 12 dias das calendas de outubro [19 de setembro]. Fortemente abalado, mas não mais do que deveria, imediatamente procuro saber de Acasto: segundo lhe pareceu e a ti também, e assim ele ouviu dos teus em casa, não seria nada de preocupante. Isto parecia corroborar aquilo que estava no final, que escreveste então tendo uma febrícula. Mas, em todo caso, eu amei e fiquei surpreso porque me escreveste - nada menos - de punho próprio. Desse assunto, isto é o suficiente. Tenho esperança, de fato, na tua prudência e temperança e, por Hércules, confio, como me ordena Acasto, que tu já estejas tão forte como queremos.

2. De Turrânio,<sup>200</sup> me alegro que tenhas recebido minha carta. παραφύλαξον [olhe de perto], se me amas, τὴν τοῦ φουρατοῦ φιλοτιμίαν αὐτότατα [a ambição daquele embusteiro / misturador].<sup>201</sup> Por menor que seja, ocupa-te a fim de que ele não toque absolutamente na herança de Preciano (esta é, meu Hércules, uma grande dor para mim: de fato, eu estimava o homem). Dirás que as moedas são-me necessárias para preparar o triunfo. Nisto, como recomendas, não me tomarás por κενὸν [vaidoso] ao reclamá-las nem por ἄτυρον [modesto] ao rejeitá-las.

3. Entendi, pela tua carta, que tu ouviste de Turrânio que a província fora entregue por mim ao meu irmão. De resto, eu não examinara com cuidado a prudência de tua carta?<sup>202</sup> Escrevias que tu ἐπέχειν [estavas perplexo].<sup>203</sup> O que poderia ser digno dessa incerteza? Como se fosse agradável a alguém deixar para trás um irmão, e ainda um irmão tão importante. Esta tua ἀθέτησις [desaprovação] a mim não se parecia com uma ἐποχὴ [perplexidade].

---

<sup>200</sup> Amigo de Varrão e Cícero (MONIZ, 2001, p. 684).

<sup>201</sup> τὴν φιλοτιμίαν é uma alusão a Filotimo, liberto de Terência malquistado por Cícero, que passara a desconfiar das intenções dele desde o leilão dos bens de Milão.

<sup>202</sup> Como ficará claro na próxima carta, Turrânio incorretamente dissera a Ático que Cícero deixara o irmão no comando da província. Ático parece não concordar com a decisão e daí a digressão que se segue.

<sup>203</sup> Em Cic. *Att.* VI, 6, 3, Cícero menciona que recebera uma carta de Ático informando que a indicação de seu sucessor estava em suspenso no Senado, o que lhe causava grande inquietação. Diante da ameaça dos Partos, Cícero cogitava se deveria permanecer por mais tempo na província ou se deixava o irmão encarregado, afinal, Quinto fora governador da província da Ásia durante três anos.

Monebas de Q. Cicerone puero ut eum quidem neutiquam relinquerem. Τοῦμὸν ὄνειρον ἐμοί. Eadem omnia quasi conlocuti essemus uidimus. Non fuit faciendum aliter meque ἐπιχρονία ἐποχή tua dubitatione liberavit. Sed puto te accepisse de hac re epistulam scriptam accuratius.

4. Ego tabellarios postero die ad uos eram missurus; quos puto ante uenturos quam nostrum Saufeium. Sed eum sine meis litteris ad te uenire uix rectum erat. 5. Tu mihi, ut polliceris, de Tulliola mea, id est de Dolabella, perscribes, de re publica quam praeuideo in summis periculis, de censoribus, maximeque de signis tabulis quid fiat, referaturne.

Id. Oct. has dedi litteras, quo die, ut scribis, Caesar Placentiam legiones IIII. Quaeso, quid nobis futurum est? In arce Athenis statio mea nunc placet.

Aconselhavas, a respeito do jovem Cícero, que eu de modo algum o deixasse. “Τοῦμὸν ὄνειρον ἐμοί” [“aquilo que estou cansado de saber”].<sup>204</sup> Discutimos todas essas mesmas coisas quase como se estivéssemos num colóquio. Não existia outra maneira de se fazer e tua ἐπιχρονία ἐποχή [prolongada perplexidade] libertou-me da incerteza. Mas penso que tu recebeste uma epístola escrita de forma mais acurada sobre esse assunto.

4. Eu planejava enviar-vos mensageiros no dia seguinte; os quais, penso, haveriam de chegar antes do nosso Saufeio.<sup>205</sup> Mas dificilmente seria correto que ele fosse ao teu encontro sem uma carta minha. 5. Tu, como prometes, escrever-me-ás sobre minha querida Túlia, isto é, sobre Dolabela; sobre a coisa pública, que prevejo estar em grande perigo; sobre os censores e, ao máximo, sobre as estátuas e os quadros - o que se passa, delibera-se algo?<sup>206</sup>

Nos idos de outubro [15 de outubro] enviei esta carta, no mesmo dia em que, como escreves, César enviou quatro legiões para Placência.<sup>207</sup> Suplico-te, o que será de nós? Agrada-me ficar agora na cidadela de Atenas.

---

<sup>204</sup> τοῦμὸν ὄνειρον ἐμοί: “Aquilo que estou cansado de saber”. Trecho final dum epigrama de Calímaco (32,2 - PFEIFFER) - (μὴ λέγε πρὸς Χαρίτων) τοῦμὸν ὄνειρον ἐμοί - “(não venha me contar, pelas Graças,) meu próprio sonho” (Trad. Douglas Silva - SILVA, 2014, p. 119).

<sup>205</sup> L. Saufeio, amigo de longa data de Ático e Cícero.

<sup>206</sup> Os censores Ápio Cláudio Pulcro e Lúcio Calpúrnio Pisão haviam fixado um limite de gastos pessoais em obras de arte, matéria que seria discutida ainda no Senado (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 249).

<sup>207</sup> A movimentação de tropas da parte de César não passou de um falso rumor, mas que causou enorme inquietação em Roma (Ap. GC. II, 31).

Epistula III (Cic. *Att.* VII, 1)

1. Dederam equidem L. Saufeio litteras et dederam ad te unum, quod, cum non esset temporis mihi ad scribendum satis, tamen hominem tibi tam familiarem sine meis litteris ad te uenire nolebam; sed, ut philosophi ambulant, has tibi redditum iri putabam prius. Sin iam illas accepisti, scis me Athenas uenisse pr. Idus Oct., e naui egressum in Piraeum tuas ab Acasto nostro litteras accepisse, conturbatum quod cum febre Romam uenisses, bono tamen animo esse coepisse quod Acastus ea quae uellem de adleuato corpore tuo nuntiaret, cohorruisse autem me quod tuae litterae de legionibus Caesaris adferrent, et egisse tecum ut uideres ne quid φιλοτιμία eius quem nosti nobis noceret; et, de quo iam pridem ad te scripseram, Turranius autem secus tibi Brundisi dixerat (quod ex iis litteris cognoui quas a Xenone, optimo uiro, accepi), cur fratrem prouinciae non praefecissem exposui breuiter. Haec fere sunt in illa epistula. 2. Nunc audi reliqua.

Per fortunas! omnem tuum amorem quo me es amplexus omnemque tuam prudentiam quam, mehercule in omni genere iudico singularem, confer ad eam curam ut de omni statu meo cogites. Videre enim mihi uideor tantam dimicationem, nisi idem deus qui nos melius quam optare auderemus Parthico bello liberauit respexerit rem publicam, - sed tantam quanta numquam fuit. Age, hoc malum mihi commune est cum omnibus: nihil tibi mando ut de eo cogites. Illud meum proprium πρόβλημα, quaeso, suscipe. Videsne ut te auctore sim utrumque complexus [, Pompeium et Caesarem]? Ac uellem a principio te audisse amicissime monentem.

Ἄλλ' ἐμὸν οὔποτε θυμὸν ἐνὶ στήθεσσιν ἔπειθες.

1. Com efeito, eu entregara uma carta a L. Saufeio e entregara unicamente para ti porque, como não tive tempo de escrever o suficiente, não queria, todavia, que um homem que te é tão íntimo fosse ao teu encontro sem uma carta minha. Mas, como os filósofos perambulam, pensava que esta ser-te-á entregue antes. Caso já a tenhas recebido, sabes que eu cheguei a Atenas na véspera dos idos de outubro [14 de outubro]; recebi tua carta de nosso Acasto desembarcando do navio rumo ao Pireu; conturbado porque chegaste a Roma com febre, todavia comecei a recobrar o ânimo porque Acasto anunciava aquilo que eu queria, que tua saúde melhorava; tive calafrios, porém, porque tua carta falava das legiões de César; e tratei contigo a fim de que visses que a φιλοτιμία daquele que nos é conhecido não nos prejudicasse;<sup>208</sup> sobre aquilo que eu te escrevera já há algum tempo, Turrânio, porém, dissera-te de maneira incorreta em Brundísio (pois tomei conhecimento da carta que recebi de Xenão, um ótimo homem), e eu expus brevemente a razão pela qual não deixei meu irmão à frente da província. Mais ou menos é isso o que está naquela epístola. 2. Ouve agora o restante.

Pelas fortunas! Todo o teu amor com que tens me rodeado e toda a tua prudência que, meu Hércules, eu julgo ímpar em todo gênero de assuntos, congrega para esta inquietação a fim de que tomes conhecimento de toda minha situação. De fato, parece que vejo uma batalha tão grande, - a não ser que o mesmo deus que nos livrou da guerra contra os Partos, e de forma ainda melhor que ousássemos desejar, tenha voltado seus olhos para coisa pública -, mas tão grande quanto nunca existiu. Pois bem, este é um mal comum a mim e a todos os demais. Encarrego-te de mais nada a fim de que reflitas sobre isto, peço-te, contempla aquele meu πρόβλημα [problema] particular. Não vês que, sendo tu o autor, acabei abraçando uma e outra parte? Entretanto, quisesse eu ter te escutado desde o princípio, aconselhando da maneira mais amigável.

ἀλλ' ἐμὸν οὔποτε θυμὸν ἐνὶ στήθεσσιν ἔπειθες.<sup>209</sup>

O coração no imo peito, porém, jamais pôde abalar-me.

<sup>208</sup> Novamente, φιλοτιμία se refere a Filotimo, liberto de Terência; o tema é a herança de Preciano.

<sup>209</sup> Pontual adaptação do verso homérico: ἀλλ' ἐμὸν οὔποτε θυμὸν ἐνὶ στήθεσσιν ἔπειθου – “O coração no imo peito, porém, jamais pôde abalar-me” (Hom. *Od.* IX, 33 - Trad. Carlos Alberto Nunes). Contexto: Odisseu dera início ao seu relato de viagens ao rei Alcínoo; depois de revelar sua identidade e falar de sua terra natal, cita que tanto Calipso como Circe tiveram o desejo de desposá-lo: “o coração no imo peito, porém, jamais pôde abalar-me”.

Sed aliquando tamen persuasisti ut alterum complecterer quia de me erat optime meritis, alterum quia tantum ualebat. Feci igitur itaque effeci omni obsequio ut neutri illorum quisquam esset me carior. **3.** Haec enim cogitabamus, nec mihi coniuncto cum Pompeio fore necesse peccare in re publica aliquando, nec cum Caesare sentienti pugnandum esse cum Pompeio: tanta erat illorum coniunctio. Nunc impendet, ut et tu ostendis et ego uideo, summa inter eos contentio. Me autem uterque numerat suum, nisi forte simulat alter. Nam Pompeius non dubitat; uere enim iudicat ea quae de re publica nunc sentiat mihi ualde probari. Vtriusque autem accepi eius modi litteras eodem tempore quo tuas, ut neuter quemquam omnium pluris facere quam me uideretur. **4.** Verum quid agam? Non quaero illa ultima (si enim castris res geretur, uideo cum altero uinci satius esse quam cum altero uincere), sed illa quae tum agentur cum uenero, ne ratio absentis habeatur, ut exercitum dimittat. “Dic, M. Tulli.” Quid dicam? “Exspecta, amabo te, dum Atticum conueniam?” Non est locus ad tergiuersandum. Contra Caesarem?

Vbi illae sunt densae dexterarum?

Nam ut illi hoc liceret adiuui rogatus ab ipso Rauennae de Caelio tribuno plebis. Ab ipso autem? Etiam a Gnaeo nostro in illo diuino tertio consulatu. Aliter sensero; αἰδέομαι non Pompeium modo, sed Τρῶας καὶ Τρωάδας.

Πουλυδάμας μοι πρῶτος ἐλεγχείην καταθήσει.

Mas, em todo caso, finalmente persuadiste a fim de que eu abraçasse a um porque procedeu de uma maneira excelente a meu respeito, e, ao outro, apenas porque era forte. Fiz, portanto, e realizei de tal forma, com todo tipo de obséquio, que ninguém fosse mais caro a eles do que eu. **3.** De fato, refletíamos sobre estas coisas: unido a Pompeu, não me seria necessário pecar contra a coisa pública; unido a César, julgava que não precisaria lutar com Pompeu, tamanha era a união deles. Agora, de acordo com o que tu expões e também com o que eu vejo, uma terrível contenda está prestes a se romper entre eles. Cada um dos dois, porém, me considera como seu, a não ser que porventura um deles esteja fingindo. Na realidade, Pompeu não duvida; de fato, declara com razão que eu agora aprovo completamente suas opiniões a respeito da coisa pública. Dos dois, porém, recebi cartas de mesmo teor, juntamente com a tua, como se parecesse que ambos me estimavam acima de todos os outros. **4.** Em verdade, o que farei? Não pergunto acerca daquela derradeira (se, de fato, o assunto for tratado pela via militar, vejo que é preferível ser vencido com um a vencer com o outro), mas daquelas que serão discutidas quando eu tiver chegado, que não se considere a candidatura dele, que dispense o exército. “Diz, M. Túlio”.<sup>210</sup> O que direi? “Espera, por favor, enquanto eu me reúno com Ático?” Não há espaço para tergiversar. Contra César?

“Onde estão aqueles apertos de mão?”<sup>211</sup>

Na realidade, eu ajudei para que isto lhe fosse lícito, rogado por ele próprio em Ravena, da parte do tribuno da plebe Célio.<sup>212</sup> Ora, por ele próprio? E também pelo nosso Gneu, naquele divino terceiro consulado. Terei mudado de opinião? αἰδέομαι não apenas de Pompeu, mas dos Τρῶας καὶ Τρωάδας.<sup>213</sup>

Πουλιδάμας μοι πρώτος ἐλεγχεῖν καταθήσει

[Polidamante será o primeiro a atirar-me com censuras]

<sup>210</sup> *Dic* – expressão empregada nas seções do Senado quando se demandava o parecer (*sententia*) de um senador.

<sup>211</sup> *Vbi illae sunt densae dexteræ* – possivelmente citação de algum poeta.

<sup>212</sup> M. Célio Rufo, tribuno da plebe em 52. Segundo Márquez (1996, p. 355), parece que Cícero esteve com César em Ravena em 52, e este lhe pediu que usasse de sua influência para apoiar a proposta de Célio que permitiria a César se candidatar ao consulado estando ausente, fato que parece ter recebido apoio também de Pompeu, cônsul pela terceira vez; “divino” pelo seu caráter extraordinário, pois, nos tumultos que se seguiram à morte de Clódio, Pompeu foi nomeado cônsul único pelo Senado e encarregado de restabelecer a paz.

<sup>213</sup> αἰδέομαι non Pompeium modo, sed Τρῶας καὶ Τρωάδας: “envergonho-me” não apenas de Pompeu, mas dos “troianos e troianas” - “Πουλιδάμας μοι πρώτος ἐλεγχεῖν καταθήσει.” - “Polidamante será o primeiro a atirar-me com censuras” (Hom. *Il.* XXII, 100 – Trad. Frederico Lourenço). Contexto: Fala de Heitor, que está prestes a deixar a proteção dos muros de Troia para lutar sozinho contra Aquiles em campo aberto. A afirmação de Heitor está inserida dentro de uma reflexão sobre o seu erro estratégico de forçar os troianos a continuarem a lutar contra os Aqueus na planície após a morte de Pátroclo e o retorno de Aquiles. Nesse sentido, Heitor se arrepende de ter ridicularizado o conselho dado por Polidamante, que havia sugerido uma retirada estratégica para a segurança dos muros de Troia. Agora, Heitor sente-se envergonhado diante do desastre e da matança provocados pelo furioso Aquiles.

Quis? Tu ipse scilicet, laudator et factorum et scriptorum meorum.

5. Hanc ergo plagam effugi per duos superiores Marcellorum consulatus cum est actum de prouincia Caesaris, nunc incido in discrimen ipsum! Itaque, ut stultus primus suam sententiam dicat, mihi ualde placet de triumpho nos moliri aliquid, extra Urbem esse cum iustissima causa. Tamen dabunt operam ut eliciant sententiam meam. Ridebis hoc loco fortasse. Quam uellem etiam nunc in prouincia morari! Plane opus fuit, si hoc impendebat. Etsi nil miserius. Nam, ὁδοῦ πάρεργον, uolo te hoc scire: omnia illa prima quae etiam <tu> tuis litteris in caelum ferebas ἐπίτηκτα fuerunt. 6. Quam non est facilis uirtus! quam uero difficilis eius diuturna simulatio! Cum enim hoc rectum et gloriosum putarem, ex annuo sumptu qui mihi decretus esset me C. Coelio quaestori relinquere annum, referre in aerarium ad HS c10, ingemuit nostra cohors, omne illud putans distribui sibi oportere, ut ego amicior inuenirer Phrygum et Cilicum aerariis quam nostro. Sed me non mouerunt: nam et mea laus apud me plurimum ualuit, nec tamen quicquam honorifice in quemquam fieri potuit quod praetermiserim. Sed haec fuerit, ut ait Thucydides, ἐκβολὴ λόγου non inutilis.

7. Tu autem de nostro statu cogitabis, primum quo artificio tueamur beneuolentiam Caesaris, deinde de ipso triumpho. Quem uideo, nisi rei publicae tempora impediunt, εὐπόριστον. Iudico autem cum ex litteris amicorum tum ex supplicatione. Quam qui non decreuit, plus [decreuit] quam si omnis decresset triumphos. Ei porro adsensus est unus familiaris meus, Fauonius, alter iratus, Hirrus. Cato autem et scribendo adfuit et ad me de sententia sua iucundissimas litteras misit. Sed tamen gratulans mihi Caesar de supplicatione triumphat de sententia Catonis; nec scribit quid ille sententiae dixerit, sed tantum supplicationem eum mihi non decreuisse.

Quem? Tu próprio evidentemente, que louvas tanto os meus feitos como meus escritos.

5. Dessa armadilha, portanto, logo consegui fugir durante os dois últimos consulados dos Marcelos, quando se discutiu a respeito da província de César; agora, caio nela no momento mais crítico! Assim, pois, que um tolo dê o seu parecer primeiro; muito me agrada fazer qualquer esforço em prol de nosso triunfo, estar fora da Cidade com um motivo o mais justo. Todavia, se esforçarão para subtrair minha opinião. Provavelmente rirás neste ponto: como eu gostaria que ainda estivesse agora a me demorar na província! Foi nitidamente necessário, ainda que isso estivesse se aproximando. E, mesmo assim, nada mais triste. Na realidade, ὁδοῦ πάρεργον [de passagem], quero que tu saibas isto: todas aquelas coisas primeiras, que também tu elevavas ao céu em tuas cartas, foram ἐπίτηκτα [simuladas, falsas].

6. Como a virtude não é fácil! Na verdade, como é difícil dissimulá-la por longo tempo! De fato, embora pensasse que isto fosse correto e glorioso, deixar ao meu questor C. Célio o rendimento de um ano a partir da despesa anual que me tinha sido decretada e devolver ao erário cerca de um milhão de sestércios, nossa coorte ficou a se lamentar, pensando que tudo aquilo convinha ser-lhe distribuída, que eu me encontrava mais amigo dos erários dos Frígios e dos Cilícios do que do nosso. Mas não me moveram: na realidade, a minha reputação me valeu muito, e também não deixei faltar a ninguém nada que pudesse ser honorífico. Mas, como afirma Tucídides, tudo isso foi uma ἐκβολή λόγου [digressão]<sup>214</sup> não inútil.

7. Tu, porém, refletirás sobre a nossa situação: primeiro, por meio de qual artifício poderemos conservar a benevolência de César; em seguida, a respeito do nosso próprio triunfo. Eu o vejo como εὐπόριστον [factível, realizável], a não ser que as circunstâncias políticas impeçam. Julgo, porém, tanto com base nas cartas dos amigos como no pedido de preces públicas. Ele, que votou contra, votou para mais, como se tivesse votado a favor de todos os triunfos.<sup>215</sup> Continuando, só um amigo meu, Favônio, seguiu-lhe a opinião, além dum outro irritado comigo, Hirro. Catão, porém, tanto esteve presente ao se registrar o decreto como me enviou uma carta agradabilíssima a respeito de seu posicionamento.<sup>216</sup> Mas, em todo caso, César, ao felicitar-me pelo pedido de preces públicas, sente-se vitorioso em cima da opinião de Catão; mas, não descreve qual foi o parecer dele, somente que ele tinha sido contra.

---

<sup>214</sup> ἐκβολή λόγου (Tuc. *Hist.* I, 97, 2): uma descarga de palavras, uma digressão (MÁRQUEZ, 1996, p. 356).

<sup>215</sup> Em reunião no Senado, Catão se posicionou contra uma *supplicatio* (pedido de preces públicas em reconhecimento a um serviço prestado) em favor de Cícero.

<sup>216</sup> A carta que Catão enviou parece ser Cic. *Fam.* XV, 5; contudo, a opinião de Cícero em relação a esse episódio irá mudar radicalmente, como registrado na próxima carta (Cic. *Att.* VII, 2, 6-7).

8. Redeo ad Hirrum. Coeperas eum mihi placare; perfice. Habes Scrofam, habes Silium. Ad eos ego et iam antea scripsi, et iam ad ipsum Hirrum. Locutus enim erat cum iis commode se potuisse impedire, sed noluisse; adsensum tamen esse Catoni, amicissimo meo, cum is honorificentissimam in me sententiam dixisset; nec me ad se ullas litteras misisse, cum ad omnis mitterem. Verum dicebat: ad eum enim solum et ad Crassipedem non scripseram.

9. Atque haec de rebus forensibus; redeamus domum. Diiungere me ab illo uolo. Merus est φυρατής, germanus Lartidius.

ἀλλὰ τὰ μὲν προτετύχθαι ἐάσομεν ἀχνύμενοί περ.

Reliqua expediamus, hoc primum - quod accessit cura dolori meo, - sed tamen hoc, quicquid est, Precianum cum iis rationibus quas ille meas tractat admisceri nolo. Scripsi ad Terentiam, scripsi etiam ad ipsum, me quicquid posset nummorum ad apparatus sperati triumphi ad te redacturum. Ita puto ἄμεμπτα fore; uerum ut lubebit. Hanc quoque suscipe curam quem ad modum experiamur. Id tu et ostendisti quibusdam litteris ex Epiro <an> Athenis datis et in eo ego te adiuuabo.

8. Retorno a Hirro. Começas a reconciliá-lo comigo; agora conclui. Tens Escrofa, tens Sílio.<sup>217</sup> A eles, eu também já escrevi antes, já também ao próprio Hirro. De fato, ele falara com eles que lhe seria fácil impedir, mas que não o quis; que seguiu, todavia, a opinião de Catão, muitíssimo amigo meu, quando ele deu o seu honoríssimo parecer a meu favor; e que eu não lhe enviei carta alguma, embora tivesse enviado para todos. Dizia a verdade: de fato, eu apenas não escrevera a ele nem a Crassípede.

9. Entretanto, essas são conversas de praça pública; voltemos às da casa. Quero me desprender daquele lá; é um mero *φουρατής* [embusteiro, misturador], um autêntico *Lartídio*.<sup>218</sup>

ἀλλὰ τὰ μὲν προτετύχθαι ἐάσομεν ἀχνύμενοί περ.<sup>219</sup>

[Mas a essas coisas permitiremos o já terem sido, apesar da dor]

(Hom. *Il.* XVIII, 112 – Trad. Frederico Lourenço)

Desenredemos o que resta; primeiro isso, - porque é uma inquietação que se aderiu à minha dor -: mas, em todo caso, o de Preciano, qualquer que seja o valor, não quero que se misture com as minhas contas que aquele lá administra. Escrevi para Terência, escrevi também para o próprio, que qualquer moeda que me esteja reservada haverá de ser reconduzida para ti em vista da preparação do aguardado triunfo. Assim, penso que será *ἄμεμπτα* [irrepreensível]; sim, goste quem gostar. Contempla igualmente essa inquietação, de que modo a experimentaremos. Tu o expuseste em alguma carta entregue no Epiro ou em Atenas, e eu também virei em teu auxílio nessa questão.

---

<sup>217</sup> Gn. Tremélio Escrofa e Públio Sílio foram governadores, respectivamente, de Creta e de Cirene e Bitínia (Márquez, 1996, p. 357).

<sup>218</sup> *Lartídus*: provavelmente uma antiga transcrição de *λαερτιάδης* (*laertiades*), filho de Lartes – “ardiloso como Ulisses” (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 255).

<sup>219</sup> Contexto: Fala de Aquiles, lamentando a morte de Pátroclo e dos demais Aqueus por Heitor: “Que a discórdia desapareça da vista dos deuses e dos homens, / assim como a raiva que leva o homem a irar-se, por sensato que seja; / raiva que muito mais doce que mel a escorrer / aumenta como se fosse fumo nos peitos dos homens: / foi assim que me irou Agamêmnon soberano dos homens.” (Hom. *Il.* XVIII, 107-111 – Trad. Frederico Lourenço)

Epistula IV (Cic. *Att.* VII, 2)

1. Brundisium uenimus VII. Kal. Dec., usi tua felicitate nauigandi: ita belle nobis flauit ab Epiro lenissimus Onchesmites.

Hunc σπονδειαζοντα si cui uoles τῶν νεωτέρων pro tuo uendito.

2. Valetudo tua me ualde conturbat; significant enim tuae litterae te prorsus laborare. Ego autem, cum sciam quam sis fortis, uehementius esse quiddam suspicor quod te cogat cedere et prope modum infringat. Etsi alteram quartanam Pamphilus tuus mihi dixit decessisse et alteram leuiorem accedere. Terentia uero, quae quidem eodem tempore ad portam Brundisinam uenit quo ego in portum mihi que obuia in foro fuit, L. Pontium sibi in Trebulano dixisse narrabat etiam eam decessisse. Quod si ita est, <est> quod maxime mehercule opto, idque spero tua prudentia et temperantia te consecutum.

3. Venio ad epistulas tuas; quas ego sescentas uno tempore accepi, aliam alia iucundiolem, quae quidem erant tua manu. Nam Alexidis manum amabam quod tam prope accedebat ad similitudinem tuae litterae, [manum] non amabam quod indicabant te non ualere. Cuius quoniam mentio facta est, Tironem Patris aegrum reliqui, adulesc<entem dilig>entem, ut nosti et adde, si quid uis, probum: nihil uidi melius. Itaque careo aegre et, quamquam uidebatur se non grauiter habere, tamen sum sollicitus; maxumamque spem habeo in M'. Curi diligentia, de qua ad me scripsit Tiro et multi nuntiarunt. Curius autem ipse sensit quam tu uelles se a me diligere et eo sum admodum delectatus. Et mehercule est quam facile diligas αὐτόχθων in homine urbanitas [est].

Epístola 04 (Cic. *Att.* VII, 2) - [Brundísio, cerca de 25 de novembro de 50]

1. Chegamos a Brundísio faltando sete dias para as calendas de dezembro [24 de novembro], gozando da tua felicidade de navegar: assim, graciosamente, para nós

“soprou do Epiro um leníssimo Onquesmita.”<sup>220</sup>

Este σπονδειαύζοντα [espondaico], se o desejas, procura vender como teu junto aos τῶν νεωτέρων [neotéricos, poetas].

2. A tua saúde muito me perturba; tua carta, de fato, revela que tu sofres sem pausa. Eu, porém, embora saiba que és forte, suspeito que isto que te obriga a ceder e te enfraquece desse modo possa ser algo mais impetuoso. E, ainda que teu Pânfilo tenha me dito que já passara uma febre quartã, outra mais leve também se aproxima. Na verdade, Terência, com efeito, que chegou precisamente às portas de Brundísio no mesmo momento em que eu ao porto e foi direto ao meu encontro no *forum*, disse que L. Pôncio narrava-lhe em Trebulano que essa também passou. Se assim o é, meu Hércules, e é o que eu mais peço, também espero que o tenhas conseguido por meio de tua prudência e temperança.

3. Chego a tuas epístolas, que umas seiscentas eu recebi a um só tempo, uma mais agradável que a outra, precisamente aquelas que eram de teu próprio punho. Na realidade, eu amava a escrita de Aléxis<sup>221</sup> porque tão perto se aproximava em semelhança da tua letra, mas não amava a escrita porque indicava que tu não passas bem. Visto que uma menção foi-lhe feita, deixei Tirão<sup>222</sup> doente em Patras,<sup>223</sup> um jovem diligente, como sabes, e acrescenta, se queres, proba: em nada vi um melhor. Assim, pois, tenho carecido dele com dificuldade e, posto que lhe parecesse não ter algo grave, todavia estou inquieto; e tenho a maior esperança na diligência de M. Cúrio,<sup>224</sup> da qual Tirão escreveu-me e muitos me informaram. O próprio Cúrio, porém, percebeu que tu gostarias que ele me fosse estimado, e estou extremamente encantado com ele. E, meu Hércules, o homem tem uma civilidade αὐτόχθων [autóctone, inata] que facilmente estimarias.

<sup>220</sup> Onquesmita, vento que sopra de Onquesmo, porto do Epiro (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 264).

<sup>221</sup> Aléxis, liberto de Ático.

<sup>222</sup> Tirão, Marco Túlio Tirão, liberto e secretário de Cícero.

<sup>223</sup> Patras, cidade da Acaia, no golfo de Corinto.

<sup>224</sup> Mânlio Cúrio, amigo de Ático (Márquez, 1996, p. 360).

Eius testamentum deporto trium Ciceronum signis obsignatum cohortisque praetoriae: fecit palam te ex libella, me ex terruncio. In Actio Corcyrae Alexio me opipare muneratus est. Q. Ciceroni obsisti non potuit quo minus Thyamim uideret.

4. Filiola tua te delectari laetor et probari tibi φυσικὴν esse τὴν πρὸς τὰ τέκνα. Etenim si haec non est, nulla potest homini esse ad hominem naturae adiunctio; qua sublata uitae societas tollitur. “Bene eueniat!” inquit Carneades, spurce, sed tamen prudentius quam Lucius noster et Patron qui, cum omnia ad se referant, quicquam alterius causa fieri putent et, cum ea re bonum uirum esse oportere dicant ne malum habeat, non quo id natura rectum sit, non intellegant se de callido homine loqui, non de bono uiro. Sed haec, opinor, sunt in iis libris quos tu laudando animos mihi addidisti.

5. Redeo ad rem. Quo modo exspectabam epistulam quam Philoxeno dedisses! Scripseras enim in ea esse de sermone Pompei Neapolitano. Eam mihi Patron Brundisi reddidit; Corcyrae, ut opinor, acceperat. Nihil potuit esse iucundius. Erat enim de re publica, de opinione quam is uir haberet integritatis meae, de beneuolentia quam ostendit eo sermone quem habuit de triumpho. Sed tamen hoc iucundissimum quod intellexi te ad eum uenisse ut eius animum erga me perspiceres. Hoc mihi, inquam, accedit iucundissimum. 6. De triumpho autem nulla me cupiditas umquam tenuit ante Bibuli impudentissimas litteras, quas amplissime supplicatio consecuta est. A quo si ea gesta essent quae scripsit,

Transporto o testamento dele lacrado com os selos dos três Cíceros<sup>225</sup> e da coorte pretória: fez-te herdeiro, na frente de todos, de uma libela, a mim, de um terrúncio.<sup>226</sup> Em Ácio de Cócira<sup>227</sup>, Aléxio<sup>228</sup> me cobriu de ricos presentes. Não pude impedir que Q. Cícero visse ao menos o Tiâmide.<sup>229</sup>

4. Alegro-me de que estejas encantado com tua filhinha<sup>230</sup> e que aprovezes que τὴν πρὸς τὰ τέκνα ἐ φυσικὴν [o impulso em direção aos filhos é algo físico, natural]. Com efeito, se não fosse por isso, nenhuma união natural pode existir de homem para homem; retirando-a, a vida em sociedade é suprimida. “E que acabe por bem!”, afirma Carnéades,<sup>231</sup> de forma torpe, mas, em todo caso, com mais prudência que nosso Lúcio e Pátron<sup>232</sup> que pensam que, como todas as coisas possuem um interesse em si mesmas, nunca se faz algo em razão do outro e, embora nesse assunto digam que é preciso ao indivíduo ser bom para que não sofra um mau, não que isso seja o correto pela natureza, não entendem que falam de um indivíduo astuto, não de um indivíduo bom. Mas, essas coisas, acredito, estão naqueles livros<sup>233</sup> que tu, ao elogiar, aumentaste-me o ânimo.

5. Retorno ao assunto. Como eu estava na expectativa da epístola que entregaras a Filóxeno!<sup>234</sup> De fato, escreveras que existe nela algo a respeito de uma conversa com Pompeu em Napolitano.<sup>235</sup> Pátron ma entregou em Brundísio; acredito que ele recebera em Cócira. Nada pôde ser mais agradável. Era, de fato, sobre a coisa pública, sobre a opinião que aquele indivíduo tinha a respeito de minha integridade, sobre a benevolência que ele expôs nessa conversa que teve sobre o triunfo. Mas, em todo caso, o mais agradável foi que entendi que tu foste até ele a fim de examinar cuidadosamente qual era o pensamento dele a meu respeito. Isso, o afirmo, é o que me resultou de mais agradável. 6. Sobre o triunfo, porém, ambição alguma jamais me cativou antes da carta impudentíssima de Bíbulo, que foi seguida por um pedido de preces públicas tão amplo. Do qual, se os feitos que ele escreveu tivessem existido,

---

<sup>225</sup> O próprio Cícero, o irmão Quinto e, provavelmente, Quinto filho (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 266).

<sup>226</sup> *Libella*, pequena moeda de prata do valor de 1 asse; *Ter(r)uncijs*, 1/4 de asse (MONIZ, 2001). Para Tyrrell e Purser (1890, p. 266), como a *libella* representava 1/10 de sestércio, Cúrio deixa a Ático 1/10 de seus bens e 1/40 a Cícero.

<sup>227</sup> Cócira, atual Corfu.

<sup>228</sup> Aléxio, figura desconhecida.

<sup>229</sup> Tiâmide ou Tiâmis, rio do Epiro.

<sup>230</sup> Cecília Ática, nascida entre junho e setembro do ano anterior (51 AEC).

<sup>231</sup> Carnéades de Cirene (214-129 AEC) foi o fundador da chamada Nova Academia, integrante da embaixada dos filósofos que visitou Roma em 155 AEC; criticava o estoicismo (MÁRQUEZ, 1996, p. 360).

<sup>232</sup> Lúcio Saufeio e Pátron, filósofos epicuristas e amigos de Cícero. O segundo, inclusive, esteve à frente da Escola de Atenas após Fedro (MÁRQUEZ, 1996, p. 360).

<sup>233</sup> *De re publica* de Cícero (SHUCKBURG, 1899, P. 215).

<sup>234</sup> Escravo ou liberto de Q. Cícero (BAILEY, 1995, p. 78).

<sup>235</sup> Napolitano, propriedade de Pompeu perto de Nápoles (MONIZ, 2001, p. 443).

gauderem et honori fauerem; nunc illum qui pedem porta quoad hostis cis Euphratem fuit non extulerit honore augeri, me in cuius exercitu spem illius exercitus habuit idem non adsequi, dedecus est nostrum, nostrum, inquam, te coniungens. Itaque omnia experiar et, ut spero, adsequar. Quod si tu ualeres, iam mihi quaedam explorata essent; sed, ut spero, ualebis.

7. De raudusculo Numeriano multum te amo. Hortensius quid egerit aueo scire, Cato quid agat; qui quidem in me turpiter fuit maleuolus. Dedit integritatis, iustitiae, clementiae, fidei mihi testimonium quod non quaerebam; quod postulabam, id negauit. Itaque Caesar, îs litteris quibus mihi gratulatur et omnia pollicetur, quo modo exsultat Catonis in me ingratisissimi iniuria! At hic idem Bibulo d<ierum> xx...! Ignosce mihi: non possum haec ferre, nec feram.

8. Cupio ad omnis tuas epistulas, sed nihil necessest: iam enim te uidebo. Illud tamen de Chrysippo - nam de altero illo minus sum admiratus, operario homine; sed tamen ne illo quidem quicquam improbius -, Chrysippum uero, quem ego propter litterularum nescio quid libenter uidi, in honore habui, discedere a puero insciente me! Mitto alia quae audio multa, mitto furta; fugam non fero, qua mihi nihil uisum est sceleratius. Itaque usurpauit uetus illud Drusi, ut ferunt, praetoris “in eo qui eadem liber non iuuaret”, me istos liberos non addixisse, praesertim cum adesset nemo a quo recte uindicarentur. Id tu ut uidebitur ita accipies: ego tibi adsentiar.

eu me alegraria e seria favorável à honra; agora, aumentar-lhe a honra, ele que não pôs um pé pra fora da porta enquanto o inimigo esteve da parte de cá do Eufrates, e não me ser possível alcançar o mesmo, em cujo exército o exército dele depositou as esperanças, isto é indecoroso para nós, para nós, afirmo, unindo-te. Assim, pois, experimentarei tudo e, como espero, alcançarei. Porque se tu estivesse bem, já terias examinado algo para mim; mas, como espero, estarás melhor.

7. Sobre a pequena dívida Numeriana, muito te amo. Estou ávido por saber o que terá feito Hortênsio,<sup>236</sup> o que faz Catão. Com efeito, ele esteve torpemente mal intencionado para comigo. Deu-me um testemunho de integridade, de justiça, de clemência e de fidelidade que eu não procurava; o que eu postulava, isso negou. Assim, pois, César, na carta em que me congratula e todas as coisas promete, de tal modo se exulta com a injúria do ingrátíssimo Catão contra mim! Por outro lado, este mesmo, para Bíbulo, 20 dias!<sup>237</sup> Perdoa-me: não posso suportar essas coisas, nem suportarei.

8. Desejo responder a todas tuas epístolas, mas não é necessário: de fato, logo te verei. Todavia, aquilo sobre Crisipo<sup>238</sup> – pois a respeito daquele outro estou menos admirado sendo ele um operário; mas, em todo caso, é certo que não deixa de ser algo muito ímprobo da parte dele -, Crisipo, eu até o via com bons olhos por conta de sua instrução, tinha-o como honrado e ignoro porque tenha se afastado do meu garoto sem eu o saber! Omito as outras coisas que muito ouço, omito os furtos; não suporto é a fuga, da qual nada me pareceu mais criminoso. Assim, pois, apropriei-me daquele antigo de Druso,<sup>239</sup> o pretor, como contam: “daquele que ao mesmo tempo livre não agradasse”; que eu não os tivesse feito livres, especialmente visto que ninguém estava presente quando isso lhes foi diretamente atribuído. Tu tomarás para ti o que será feito: eu te darei o meu consentimento.

---

<sup>236</sup> Não há consenso sobre qual Hortênsio é citado: trata-se do célebre orador, morto em junho, e sobre o que ele teria deixado como testamento (tema que se repete em *Att.* VII, 3); ou o sobrinho dele, e sobre o que ele teria falado no Senado a respeito do triunfo de Cícero (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 267).

<sup>237</sup> Bayet (1964, p. 49) afirma que 20 dias de preces públicas era o maior período que já se havia sido decretado; foi concedido a César quando pacificou as Gálias.

<sup>238</sup> Crisipo, liberto de Cícero. Cícero tinha lhe incumbido de acompanhar o jovem Marco, mas foi-se embora em companhia de outro liberto de nome desconhecido. Apesar de ambos terem conquistado sua liberdade, esperava-se que continuassem a prestar serviços a seu antigo senhor. Daí a menção ao velho dito de Druso e a ameaça de reverter a alforria concedida (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 268).

<sup>239</sup> M. Lívio Druso, cônsul em 113 AEC e, possivelmente, pretor três anos antes. Segundo Shuckburgh (1899, p. 217), era comum que um escravo, durante a manumissão (alforria), jurasse que se dispunha ainda a executar algum tipo de serviço ao seu *patronus*. Em relação ao processo em si, a autora destaca que existia a manumissão pública, diante do pretor, e a privada, entre familiares e amigos.

Vni tuae disertissimae epistulae non rescripsi, in qua est de periculis rei publicae. Quid rescriberem? ualde eram perturbatus. Sed ut nihil magno opere metuam Parthi faciunt, qui repente Bibulum semiuiuum reliquerunt.

A uma única de tuas epístolas mais eloquentes não respondi, a que trata dos perigos da coisa pública. O que eu responderia? Eu estava inteiramente perturbado, mas os Partos fazem com que eu nada mais receie, eles que se retiraram de repente deixando Bíbulo semimorto de medo.

Epistula V (Cic. Att. VII, 3)

1. A. d. VIII. Idus Decembr. Aeculanum ueni et ibi tuas litteras legi quas Philotimus mihi reddidit. E quibus hanc primo aspectu uoluptatem cepi quod erant a te ipso scriptae, deinde earum accuratissima diligentia sum mirum in modum delectatus.

Ac primum illud in quo te Dicaearcho adsentiri negas: etsi cupidissime expetitur a me est, et te approbante, ne diutius anno in prouincia essem, tamen non est nostra contentione perfectum. Sic enim scito, uerbum in senatu factum esse numquam de ullo nostrum qui prouincias obtinuimus quo in iis diutius quam ex senatus consulto maneremus, ut iam ne istius quidem rei culpam sustineam quod minus diu fuerim in prouincia quam fortasse fuerit utile. 2. Sed “quid si hoc melius?” saepe opportune dici uidetur: ut in hoc ipso. Siue enim ad concordiam res adduci potest siue ad bonorum uictoriam, utriusuis rei me aut adiutorem uelim esse aut certe non expertem; sin uincuntur boni, ubicumque essem, una cum iis uictus essem. Qua re celeritas nostri reditus ἀμεταμέλητος debetesse. Quod si ista nobis cogitatio de triumpho iniecta non esset, quam tu quoque approbas, ne tu haud multum requireres illum uirum qui in sexto libro informatus est. Quid enim tibi faciam qui illos libros deuorasti? Quin nunc ipsum non dubitabo rem tantam abicere, si id erit rectius. Vtrumque uero simul agi non potest, et de triumpho ambitiose et de re publica libere. Sed ne dubitaris quin quod honestius id mihi futurum sit antiquius. 3. Nam quod putas utilius esse, uel mihi quo tutius sit uel etiam ut rei publicae prodesse possim, me esse cum imperio, id coram considerabimus quale sit.

1. Oito dias antes dos idos de dezembro [6 de dezembro], cheguei a Eculano<sup>240</sup> e li ali tua carta que Filotimo me entregou. Dela, pela aparência inicial, tomei um certo prazer porque tinha sido escrita por ti próprio, em seguida, me deleitei todo admirado pela diligência acuradíssima dela.

Entretanto, primeiro aquilo no qual negas consentir com Dicearco:<sup>241</sup> ainda que eu tenha procurado com o maior desejo, tendo a tua aprovação, não permanecer por mais de um ano na província, todavia isso não foi obtido por meio de nosso esforço. De fato, deste modo, há de saber que palavra alguma foi dita no Senado a respeito de nenhum de nós que ocupamos as províncias para que nelas permanecêssemos por mais tempo que do decreto do Senado, de modo que, precisamente nesse assunto, eu já não carregue culpa alguma por ter ficado na província por menos tempo que possivelmente teria sido útil.

2. Mas, “que seria melhor que isto?”, um dito que muitas vezes parece oportuno, como nesse próprio caso. Se, de fato, o assunto puder ser conduzido rumo à concórdia ou rumo à vitória dos homens de bem, de qualquer das duas circunstâncias eu gostaria de ser um ajudante ou, pelo menos, um não faltante; caso os bons sejam vencidos, onde quer que eu esteja, juntamente com eles estarei vencido. Por essa razão, a rapidez de nosso retorno deve estar ἀμεταμέλητος [livre de censuras]. E, se essa reflexão acerca do triunfo não nos tivesse sido inculcada, e tu igualmente a aprovas, que tu não buscassem tampouco aquele indivíduo que está descrito no livro sexto.<sup>242</sup> De fato, o que farei contigo, que devoraste aqueles livros? E tem mais, neste exato momento não terei dúvidas em abandonar tão importante assunto se isso for o mais correto. Na verdade, não é possível ocupar-se de um e outro simultaneamente: pedir apoio para o triunfo e também falar com liberdade sobre a coisa pública. Mas, não duvides: para mim, aquilo que é mais honrado há de ser o que é mais importante. 3. Na realidade, aquilo que pensas ser o mais útil, - seja para que eu esteja em maior segurança, seja também a fim de que eu possa ser mais útil à coisa pública -, permanecendo eu com o comando militar, consideraremos frente a frente qual será.

---

<sup>240</sup> Eculano, próximo à Via Ápia e situado em Sâmnio, cerca de vinte quilômetros de Benevento (Marquez, 1996, p. 363).

<sup>241</sup> Segundo Winstedt (1913, p. 21), Dicearco, era, além de advogado, pupilo de Aristóteles, tendo escrito trabalhos de filosofia e geografia. Marquez (1996, p. 363), retomando uma passagem em *Att.* II, 16, elucida que, segundo Cícero, Dicearco recomendava uma vida ativa, não contemplativa. Assim, em Roma, Cícero acredita que estaria mais ativo que na Cilícia, e parece que Ático apoiara essa opinião.

<sup>242</sup> *De re publica*. Tyrrell e Purser (1890, p. 269-270) consideram que essa seja uma referência ligando a figura de Cipião (Cic. *Rep.* VI, 8, 17) à de Pompeu.

Habet enim res deliberationem; etsi ex parte magna tibi adsentior.

De animo autem meo erga rem publicam bene facis quod non dubitas. Et illud probe iudicas, nequaquam satis pro meis officiis - pro ipsius in alios effusione - illum in me liberalem fuisse; eiusque rei causas uere explicas, et eis quae de Fabio Caninioque acta scribis ualde consentiunt. Quae si secus essent totumque se ille in me profudisset, tamen illa quam scribis Custos Urbis me praeclarae inscriptionis memorem esse cogeret nec mihi concederet ut imitarer Volcacium aut Seruium (quibus tu es contentus), sed aliquid nos uellet nobis dignum et sentire et defendere.

Quod quidem agerem, si liceret, alio modo ac nunc agendum est. **4.** De sua potentia dimicant homines hoc tempore periculo ciuitatis. Nam si res publica defenditur, cur ea consule isto ipso defensa non est? Cur ego, in cuius causa rei publicae salus consistebat, defensus postero anno non sum? Cur imperium illi aut cur illo modo prorogatum est? Cur tanto opere pugnatum est ut de eius absentis ratione habenda decem tribuni pl. ferrent? His ille rebus ita conualuit ut nunc in uno ciui spes ad resistendum sit; qui malle tantas ei uiris non dedisset quam nunc tam ualenti resisteret. **5.** Sed quoniam res eo deducta est, non quaeram, ut scribis,

ποῦ σκάφος τὸ τῶν Ἀτρειδῶν;

De fato, o assunto encerra deliberação, ainda que eu concorde contigo na maior parte.

Dos meus pensamentos a respeito da coisa pública, fazes bem em não duvidar. Também isto julgas com probidade: de modo algum satisfatório, conforme os serviços que prestei – comparado com a prodigalidade dele próprio para com outros –, aquele<sup>243</sup> se mostrou generoso para comigo; e também explicas verdadeiramente as razões dele para tal, e elas estão muito de acordo com aquilo que escreves que se passou com Fábio e Canínio.<sup>244</sup> Mesmo que tudo isso tivesse se passado de outra maneira, e aquele tivesse se prodigalizado por inteiro a mim, todavia aquela que mencionas como a “Guardiã da Cidade”<sup>245</sup> teria me obrigado a recordar sua notável inscrição e não teria consentido que eu imitasse a Volcácio ou a Sérvio<sup>246</sup> (com os quais tu estás satisfeito), mas teria nos desejado algo que fosse digno de nós, tanto no pensamento como na ação.

E teria agido precisamente dessa forma se me fosse permitido, entretanto agora é preciso agir de outro modo. **4.** Nesse momento, com grande perigo para o Estado, homens combatem pelo poder pessoal. Na realidade, se o que se defende é a coisa pública, por que ela não foi defendida quando ele próprio foi cônsul?<sup>247</sup> Por que eu, em cuja causa se assentava a salvação da coisa pública, não fui defendido no ano seguinte? Por que o comando militar foi-lhe prorrogado ou, ainda, por que daquele modo? Por que se lutou com tamanho esforço a fim de que dez tribunos da plebe propusessem a candidatura dele ausente? Por meio dessas coisas, aquele de tal modo se tornou poderoso que agora a esperança de resistir está em um único cidadão; o qual, antes eu preferisse, não tivesse lhe dado tantas forças militares a ponto que agora tenha de resistir-lhe tão forte. **5.** Mas, visto que o assunto foi conduzido de tal maneira, não perguntarei, como escreves,

ποῦ σκάφος τὸ τῶν Ἀτρείδων,<sup>248</sup>

[Onde está a nave dos Atridas?]

---

<sup>243</sup> César.

<sup>244</sup> Caio Fábio e Caio Canínio Rebiló, auxiliares de César. Não se sabe o assunto em questão, mas parece que foram tratados com certa dureza por parte de César. Ainda assim, mantiveram-se ao seu lado durante a guerra. (MÁRQUEZ, 1996, p. 364).

<sup>245</sup> Referência a uma pequena estátua de Minerva que Cícero deixou no templo de Júpiter Capitolino antes de partir para o exílio (MÁRQUEZ, 1996, p. 365). Segundo Plutarco (Plut. *Cíc.* 31, 6), a inscrição era “Para Minerva, Guardiã de Roma”. Cícero menciona ainda essa estátua em outro texto: “eu, apesar do confisco e da perda de meus bens, não pude tolerar que os ímpios profanassem a deusa protetora da Urbe e a transladei da minha casa até a de seu pai” (Cic. *Leg.* II, 42 – Trad. Otávio de Brito).

<sup>246</sup> Lúcio Volcácio Tulo (cônsul em 66 AEC) e Sérvio Sulpício Rufo (cônsul em 51 AEC) eram tidos como políticos “moderados” e mantiveram a neutralidade durante a Guerra Civil (WINSTEDT, 1913, p. 23).

<sup>247</sup> Referência ao primeiro consulado de César e ao pacto dele com Pompeu e Crasso.

<sup>248</sup> Segundo Tyrrell e Purser (1890, p. 271), trata-se de uma modificação do verso 455 das *Troianas* de Eurípides: “ποῦ σκάφος τὸ τοῦ στρατηγοῦ - Onde está a nave do general?”. Contexto: a fala é de Cassandra, no momento em que ela se conforma com a escravidão e pergunta onde está o navio que a levará para longe de Troia.

mihi σκάφος unum erit quod a Pompeio gubernabitur. Illud ipsum quod ais, “quid fiet, cum erit dictum, ‘Dic, M. Tulli?’” – σύντομα: “Cn. Pompeio adsentior.” Ipsum tamen Pompeium separatim ad concordiam hortabor. Sic enim sentio, maximo in periculo rem esse. Vos scilicet plura qui in Vrbe estis. Verum tamen haec uideo, cum homine audacissimo paratissimoque negotium esse, omnis damnatos, omnis ignominia adfectos, omnis damnatione ignominiaque dignos illac facere, omnem fere iuuentutem, omnem illam urbanam ac perditam plebem, tribunos ualentis addito Q. Cassio, omnis qui aere alieno premantur, quos pluris esse intellego quam putaram - : causam solum illa causa non habet, ceteris rebus abundat; hic omnia facere omnis ne armis decernatur, quorum exitus semper incerti, nunc uero etiam in alteram partem magis timendi.

Bibulus de prouincia decessit, Veientonem praefecit; in decedendo erit, ut audio, tardior. Quem cum ornauit Cato, declarauit iis se solis non inuidere quibus nihil aut non multum ad dignitatem posset accedere.

6. Nunc uenio ad privata; fere enim respondi tuis litteris de re publica et iis quas in suburbano et iis quas postea scripsisti. Ad priuata uenio; unum etiam de Caelio: tantum abest ut meam ille sententiam moueat ut ualde ego ipsi quod de sua sententia decesserit paenitendum putem. Sed quid est quod ei uici Lucei sint addicti? Hoc te praetermississe miror. 7. De Philotimo faciam equidem ut mones. Sed ego mihi ab illo hoc tempore non rationes exspectabam quas tibi edidit, uerum id reliquum quod ipse in Tusculano me referre in commentarium mea manu uoluit quodque idem in Asia mihi sua manu scriptum dedit. Id si praestaret, quantum mihi aeris alieni esse tibi edidit, tantum et plus etiam mihi ipse deberet. Sed [et] in hoc genere, si modo per rem publicam licebit, non accusabimur posthac: neque hercule antea neglegentes fuimus, sed amicorum multitudine occupati.

Para mim, só existirá um único σκάφος [barco], que será pilotado por Pompeu. Aquilo próprio que afirmas, “o que acontecerá, quando for dito ‘Qual o teu parecer, M. Túlio?’” – σύντομα [em poucas palavras]: “Concordo com Cn. Pompeu”. Ao próprio Pompeu, todavia, exortarei em particular rumo à concórdia. Deste modo, de fato, sinto que a situação é de extremo perigo. Vós, na Cidade, evidentemente sabeis melhor. Todavia, vejo realmente isso, lidamos com um homem audaciosíssimo e preparadíssimo. Estão ao seu lado todos os condenados, todos os afetados pela ignomínia, todos os dignos de condenação e ignomínia; quase toda a juventude; toda aquela plebe urbana e, sobretudo, perdida; tribunos fortes, Q. Cássio incluso; todos que estão premidos por dívidas, que entendo serem em número maior do que eu pensava. A essa causa só lhe falta uma causa, do restante tem em abundância. Do lado de cá, todos fazem de tudo a fim de que não se decida pelas armas, das quais as consequências são sempre incertas; agora, na verdade, também é de se temer mais no que diz respeito à outra parte.

Bíbulo deixou a província, colocou Veientão no comando; no que retorna, segundo ouço, será bastante lento. Catão, quando o exaltou, declarou que somente a estes não invejava, os que nada ou muito pouco pudessem crescer em dignidade.

6. Agora chego aos assuntos privados; de fato, mais ou menos respondi a tuas cartas a respeito da coisa pública, a que escreveste no suburbano<sup>249</sup> e também aquela em seguida. Aos assuntos privados chego; um único ainda sobre Célio: está tão longe de mudar minha opinião que penso que ele próprio esteja descontente de ter se afastado da sua.<sup>250</sup> Mas, como é que as quintas de Luceio foram-lhe ajuntadas? Admiro-me que isso tenha-te passado despercebido. 7. Sobre Filotimo, farei precisamente como aconselhas. Mas, de minha parte, eu não esperava dele, nesse momento, as contas que ele te mostrou; em verdade, esse saldo que ele próprio me reapresentou em Tusculano, e quis que fosse registrado no livro de contas pela minha mão, era o mesmo que me entregou, na Ásia, escrito por ele. Se ele pagasse isto, o quanto ele próprio te mostrou que me deve, ficaria me devendo o tanto e ainda mais. Mas, também nessas questões, contando que a situação política o permita, não seremos censurados daqui em diante. E, por Hércules, não é que fomos até então negligentes, mas estivemos ocupados com uma multidão de amigos.

---

<sup>249</sup> Suburbano, quinta de Ático nos subúrbios de Roma; assim como Tusculano, propriedade de Cícero em Túsculo.

<sup>250</sup> Célio Rufo, numa carta de agosto de 50 AEC (Cic. *Fam.* VIII, 14, 3), explica a Cícero sua mudança de partido alegando que, em uma discórdia interna e sem o uso das armas, os homens devem seguir o partido mais honrado; mas, quando se passa à guerra, o mais forte (MÁRQUEZ, 1996, p. 367). As propriedades de Luceio são uma referência ao “enorme suborno” que Célio teria recebido de César em troca de apoio político (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 272).

Ergo utemur, ut polliceris, et opera et consilio tuo nec tibi erimus, ut spero, in eo molesti.

8. De serpirastris cohortis meae nihil <est> quod doleas: ipsi enim se conlegerunt admiratione integritatis meae. Sed me mouerat nemo magis quam is quem tu minime putas. Idem et initio fuerat et nunc est egregius; sed in ipsa decessione significauit sperasse se aliquid; et id quod animum induxerat paulisper non tenuit, sed cito ad se rediit meisque honorificentissimis erga se officiis uictus pluris ea duxit quam omnem pecuniam.

9. Ego a Curio tabulas accepi quas mecum porto. Hortensi legata cognoui; nunc aueo scire quid heredis sit et quarum rerum auctionem instituat. Nescio enim cur, cum portam Flumentanam Caelius occuparit, ego Puteolos non meos faciam.

10. Venio ad “Piraeaa,” in quo magis reprehendendus sum quod homo Romanus “Piraeaa” scripserim, non “ Piraeum ” (sic enim omnes nostri locuti sunt), quam quod addiderim “in.” Non enim hoc ut oppido praeposui, sed ut loco: et tamen Dionysius noster et qui est nobiscum Nicias Cous noenum rebatur oppidum esse Piraeaa. Sed de re uidero. Nostrum quidem si est peccatum, in eo est quod non ut de oppido locutus sum, sed ut de loco, secutusque sum non dico Caecilium

– Máne ut ex portu ín Piraeum... –

(malus enim auctor Latinitatis est), sed Terentium, cuius fabellae propter elegantiam sermonis putabantur a C. Laelio scribi:

Heri áliquot adulescéntuli cóimus in Piraéum.

Et idem:

Mercátor hoc addébat, captam e Súnio:

quod, si δήμους oppida uolumus esse, tam est oppidum Sunium quam Piraeus.

Portanto, faremos uso, como prometes, tanto dos teus esforços como do teu planejamento e não te seremos, como espero, desagradáveis nisso.

8. Sobre as correções impostas à minha coorte, não é nada que sofras: de fato, eles próprios se endireitaram, admirados pela minha integridade. Mas, ninguém me comoveu mais que ele, que tu menos imaginas. Comportou-se de forma ilustre no início e também agora; mas, na própria partida, deu mostras de que esperava algo para si. E isso que ele brevemente concebera não durou, mas depressa voltou a si e, vencido pelos vários serviços cheios de honra que lhe prestei, colocou essas coisas à frente de todo dinheiro.

9. Eu recebi de Cúrio o testamento, que carrego comigo. Conheço as coisas que foram deixadas por Hortênsio, agora estou ávido por saber qual é o tipo de herança e quais coisas colocadas em leilão. De fato, não sei por que, embora Célio tenha ocupado a Porta Flumentana, não farei meus os de Putéolos.<sup>251</sup>

10. Chego ao “em direção ao Pireu”, no qual devo ser mais repreendido porque, como homem romano, escrevera “*Piraeaa*”, não “*Piraeum*” (de fato, desse modo todos nós falamos), do que por ter adicionado o “em direção”. De fato, não antepus isso como se tratando de uma cidade, mas como de um local; todavia, nosso Dionísio e também Nícia de Cós, que está concosco, não contavam *Piraeaa* como sendo cidade. Mas, terei esse assunto examinado. Se pecamos, é precisamente porque não falei nele como a respeito de uma cidade, mas como de um local, e não digo que segui Cecílio:

*Pela manhã, quando do porto em direção ao Pireu...*

(de fato, ele é uma má autoridade em latim), mas Terêncio, cujas peças, por conta da elegância dos diálogos, pensavam terem sido escritas por C. Lélío:

*Ontem nós, um certo número de jovens, fomos em direção ao Pireu.*

E o mesmo:

*O mercador adicionava isto, capturada de Súnio.*<sup>252</sup>

Porque, se queremos que δήμους [regiões] sejam cidades, Súnio é tão cidade quanto Pireu.

<sup>251</sup> Segundo Winstedt (1913, p. 29), Célio tinha conseguido dinheiro emprestado de César para comprar os imóveis de Luceio perto da Porta Flumentana, à entrada do Campo de Marte.

<sup>252</sup> Trechos retirados da peça *Eunuchus* de Terêncio, versos 539 e 114-115 respectivamente (MÁRQUEZ, 1996, p. 368).

Sed quoniam grammaticus es, si hoc mihi ζήτημα persolueris, magna me molestia liberaris.

**11.** Ille mihi litteras blandas mittit; facit idem pro eo Balbus. Mihi certum est ab honestissima sententia digitum nusquam. Sed scis illi reliquum quantum sit. Putasne igitur uerendum esse ne aut obiciat id nobis aliquis, si languidius, aut repetat, si fortius? Quid ad haec reperis? “Solvamus” inquis. Age, a Caelio mutuabimur. Hoc tu tamen consideres uelim. Puto enim, in senatu si quando praeclare pro re publica dixerō, Tartesium istum tuum mihi exeunti: “Iube sodes nummos curare.”

**12.** Quid superest? Etiam. Gener est suavis mihi, Tulliae, Terentiae. Quantumuis uel ingenii uel humanitatis, satis...; reliqua, quae nosti, ferenda. Scis enim quos aperuerimus. Qui omnes, praeter eum de quo per te egimus, reum me facerent: ipsis enim expensum nemo feret. Sed haec coram: nam multi sermonis sunt. Tironis reficiendi spes est in M'. Curio, cui ego scripsi tibi eum gratissimum facturum. Data V. Idus Decembr. a Pontio ex Trebulano.

Mas, visto que és um gramático, se me resolveres essa ζήτημα [investigação, pesquisa], de um grande incômodo me libertarás.

**11.** Aquele me envia cartas lisonjeiras; Balbo<sup>253</sup> faz o mesmo a favor daquele. Estou certo disto: afastar-me de minha honestíssima opinião, nem um dedo! Mas, sabes o quanto devo àquele. Pensas, portanto, que não se deve recear que alguém nos lance isso, se estivermos mais abatidos, ou que peça de volta, se mais corajosos? O que achas disso tudo? “Paguemos”, dizes. Pois bem, tomemos um empréstimo de Célio. Todavia, gostaria que tu considerasses isto: de fato, penso que, se alguma vez eu tiver de me manifestar com brilho a favor da coisa pública no Senado, esse teu Tartéssio<sup>254</sup> aí irá me dizer ao sair: “ordena, por favor, que alguém pague as moedas.”

**12.** O que resta? Sim. O genro me é agradável, à Túlia, à Terência. Tanto quanto se quiser, seja de talento, seja de cultura, o suficiente...; o resto, que conheces, deve-se tolerar. De fato, sabes o que tínhamos descoberto dos outros:<sup>255</sup> que todos, exceto o que discutimos por teu intermédio, me faziam de fiador; de fato, ninguém lhes emprestava nada. Mas essas coisas frente a frente; na realidade, são de muitas conversas. A esperança na recuperação de Tirão está em M. Cúrio, a quem eu escrevi que tu haverias de estar muito grato. Entregue 5 dos idos de dezembro [9 de dezembro], da quinta de Pôncio em Trebulano.<sup>256</sup>

---

<sup>253</sup> “Aquele”, César; L. Cornélio Balbo,

<sup>254</sup> Tartéssio, de Tartesso, cidade da Hispânia Bética. Segundo Márquez (1996, p. 369), L. Cornélio Balbo era de Gades, atual Cádiz, também na Hispânia. Como Balbo não era um senador, Cícero imagina que ele o esperaria na saída do Senado para cobrar a dívida de César.

<sup>255</sup> Referência aos demais pretendentes de Túlia.

<sup>256</sup> Trebulano, quinta de Lúcio Pôncio, anfitrião de Cícero em diferentes ocasiões. Trébula está situada a aproximadamente 27 km de Pompéia, próxima à via Ápia (MÁRQUEZ, 1996, p. 264).

Epistula VI (Cic. *Att.* VII, 4)

1. Dionysium flagrantem desiderio tui misi ad te, nec mehercule aequo animo, sed fuit concedendum. Quem quidem cognoui quom doctum, quod mihi iam ante erat notum, tum sanctum, plenum officii, studiosum etiam meae laudis, frugi hominem ac, ne libertinum laudare uidear, plane uirum bonum.

2. Pompeium uidi IIII. Idus Dec; fuimus una horas duas fortasse. Magna laetitia mihi uisus est adfici meo aduentu; de triumpho hortari, suscipere partes suas, monere ne ante in senatum accederem quam rem confecissem, ne dicendis sententiis aliquem tribunum alienarem. Quid quaeris? in hoc officio sermonis nihil potuit esse prolixius. De re publica autem ita mecum locutus est quasi non dubium bellum haberemus, nihil ad spem concordiae. Plane illum a se alienatum cum ante intellexeret, tum uero proxime iudicasse. Venisse Hirtium a Caesare qui esset illi familiarissimus, ad se non accessisse; et, cum ille a. d. VIII. Idus Decembr. uesperu uenisset, Balbus de tota re constituisset a. d. VII. ad Scipionem ante lucem uenire, multa de nocte eum profectum esse ad Caesarem. Hoc illi τεκμηριῶδες uidebatur esse alienationis. 3. Quid multa? nihil me aliud consolatur nisi quod illum, quoi etiam inimici alterum consulatum, Fortuna summam potentiam dederit, non arbitror fore tam amentem ut haec in discrimen adducat. Quod si ruere coeperit, ne ego multa timeo, quae non audeo scribere. Sed ut nunc est, a. d. III. Nonas Ian. ad Urbem cogito.

1. Enviei-te Dionísio,<sup>257</sup> que arde em saudades de ti, ainda que, meu Hércules, não com tranquilidade; mas foi preciso ceder. Com efeito, sei que ele é instruído, o que já sabia anteriormente, muito prestativo, zeloso também pela minha reputação; um homem frugal e, sobretudo, para que eu não seja visto louvando um liberto, claramente um bom indivíduo.

2. Vi Pompeu no dia 4 para os idos de dez. [10 de dezembro]; estivemos por uma, possivelmente duas horas. Pareceu-me que aprovava minha chegada com grande alegria; exortava ao triunfo, concedia o seu apoio; aconselhava para que eu não me aproximasse do Senado antes de ter concluído o assunto, para que eu não tornasse algum tribuno hostil ao apresentar minhas opiniões. O que queres? Nesse tipo de conversa, em nada podia ele ser mais generoso. Sobre a coisa pública, porém, falou comigo assim, como se não houvesse dúvidas da guerra, nada em vista de uma esperança de concórdia; que aquele nitidamente tinha rompido consigo, embora antes o percebesse, naquele momento julgou quase como verdadeiro: chegou Hírcio,<sup>258</sup> vindo de César, que lhe era muitíssimo amigo, e não o procurou; e, embora ele tivesse chegado de tarde faltando 8 dias para os idos de dezembro [6 de dezembro] e Balbo tivesse organizado um encontro a respeito da situação toda com Cipião para antes do amanhecer do dia seguinte [7 de dezembro], ele partiu no meio da noite de volta a César.<sup>259</sup> Isto lhe parecia ser uma *τεκμηριῶδες* [evidência, prova] da ruptura. 3. O que mais? Nenhuma outra coisa me consola, exceto que aquele, a quem também os inimigos terão dado um outro consulado e a Fortuna o mais alto poder, não será, creio eu, tão insensato que leve tudo ao ponto crítico. Quanto a isso, se as coisas tiverem começado a ruir, eu, que muitas coisas temo, não as ousa descrever. Mas, nas circunstâncias atuais, cogito estar próximo da Cidade faltando 3 dias para as nonas de janeiro [3 de janeiro].

---

<sup>257</sup> Dionísio, liberto de Cícero.

<sup>258</sup> Aulo Hírcio.

<sup>259</sup> Balbo, embora alinhado com César, cultivava igualmente a amizade de Pompeu. Este havia se casado, após a morte de Julia, com a irmã de Quinto Cecílio Metelo Cipião (MÁRQUEZ, 1996, p. 371). Dessa forma, Balbo tentou intermediar um encontro entre Hírcio, agente de César, e Cipião, sogro de Pompeu.

Epistula VII (Cic. *Att.* VII, 5)

1. Multas uno tempore accepi epistulas tuas; quae mihi, quamquam recentiora audiebam ex iis qui ad me ueniebant, tamen erant iucundae: studium enim et beneuolentiam declarabant. Valetudine tua moueor et Piliam in idem genus morbi delapsam curam tibi adferre maiorem sentio. Date igitur operam ut ualeatis. 2. De Tirone uideo tibi curae esse. Quem quidem ego, etsi mirabilis utilitates mihi praebet, cum ualet, in omni genere uel negotiorum uel studiorum meorum, tamen propter humanitatem et modestiam malo saluum quam propter usum meum. 3. Philogenes mecum nihil umquam de Luscenio locutus est; de ceteris rebus habes Dionysium. Sororem tuam non uenisse in Arcanum miror. De Chrysippo meum consilium probari tibi non moleste fero. Ego in Tusculanum nihil sane hoc tempore: deuium est τοῖς ἀπαντῶσιν et habet alia δύσχηρστα. Sed de Formiano Tarracinam pridie Kal. Ian. Inde Pomptinam summam, inde in Albanum Pompei. Ita ad Urbem III. Nonas natali meo.

4. De re publica cotidie magis timeo. Non enim boni, ut putant, consentiunt. Quos ego equites Romanos, quos senatores uidi, qui acerrime cum cetera tum hoc iter Pompei uituperarent! Pace opus est. Ex uictoria cum multa mala tum certe tyrannus existet. Sed haec propediem coram.

Iam plane mihi deest quod ad te scribam: nec enim de re publica quod uterque nostrum scit eadem, et domestica nota sunt ambobus. 5. Reliquum est iocari, si hic sinat. Nam ego is sum qui illi concedi putem utilius esse quod postulat quam signa conferri. Sero enim resistimus ei quem per annos decem aluimus contra nos.

1. De uma só vez, recebi várias epístolas tuas. Ainda que ouvisse as novidades desses que vinham até mim, todavia as tuas eram-me muito mais agradáveis: de fato, revelavam dedicação e benevolência. Tua saúde me preocupa, e sinto que Pília, atacada pelo mesmo tipo de doença, te acrescenta uma preocupação ainda maior. Cuidai, portanto, a fim de que estejais em boa saúde. 2. Sobre Tirão, vejo que te é uma preocupação. Ainda que ele, quando está com saúde, me preste serviços maravilhosos de todo gênero, seja nos negócios, seja nos meus estudos, todavia eu realmente o prefiro são mais por conta de sua cultura e modéstia do que para meu uso.

3. Filógenes nunca falou nada comigo a respeito de Luscenio;<sup>260</sup> sobre os demais assuntos tens Dionísio. Admira-me que tua irmã não chegou a Arcano.<sup>261</sup> Sobre Crisipo, não me incomodo que não tenhas aprovado meu plano.<sup>262</sup> Eu nada [buscarei] em Tusculano<sup>263</sup> nesse momento: sem dúvida, está afastado do caminho τοῖς ἀπαντῶσιν [para os que chegam] e possui outras coisas δύσχρηστα [incômodas, embaraçosas]. Mas, [buscarei ir] de Formiano para Tarracina na véspera das calendas de janeiro [29 de dezembro]. De lá, para as alturas de Pontino, de lá, para o Albano de Pompeu.<sup>264</sup> Assim, [buscarei estar] próximo da Cidade no dia 3 para as nonas [3 de janeiro], no meu aniversário.

4. Sobre a coisa pública, temo mais a cada dia. De fato, ao contrário do que se pensa, os homens de bem não estão em acordo. Quantos cavaleiros romanos, quantos senadores eu vi, que vituperavam violentamente tanto essa viagem de Pompeu como o restante das coisas!<sup>265</sup> É preciso a paz. Da vitória, surgirá certamente tanto um tirano como muitos males. Mas isso num próximo dia, frente a frente.

Já me falta completamente o que te escrever: nem sobre a coisa pública, porque, de fato, cada um de nós sabe as mesmas coisas; e as domésticas são conhecidas por ambos. 5. O que resta é zombar, se este o permitir. Na realidade, eu sou do tipo que pensa que é mais útil conceder àquele aquilo que postula do que reunir os estandartes. De fato, resistimos tarde demais a quem por dez anos nutrimos contra nós.

---

<sup>260</sup> Filógenes, liberto e agente de Ático; nada se sabe sobre Luscenio (MÁRQUEZ, 1996, p. 284).

<sup>261</sup> Arcano, quinta de Quinto Cícero, nos arredores de Arcas (FARIA, 2003, p. 93).

<sup>262</sup> Sobre Crisipo e sua fuga (Cic. *Att.* VII, 2, 8).

<sup>263</sup> Tusculano e Formiano, quintas de Cícero próximas de Túsculo e Fórmias respectivamente.

<sup>264</sup> Tarracina, cidade do Lácio; Pontino, talvez seja a quinta de Marco Emílio Filemo citada em *Fam.* VII, 18 (SHUCKBURGH, 1899b, p. 224); Albano, quinta de Pompeu.

<sup>265</sup> Pompeu deixou Roma rumo à Campânia em 7 de dezembro para organizar novos recrutamentos e para supervisionar as legiões tomadas de empréstimo de César, mencionadas em *Att.* VII, 13, 2 (MÁRQUEZ, 1996, p. 373).

"Quid senties igitur?" inquis. Nihil scilicet nisi de sententia tua, nec prius quidem quam nostrum negotium aut confecerimus aut deposuerimus. Cura igitur ut ualeas. Aliquando ἀπότριψαι quartanam istam diligentia quae in te summa est.

“Qual será tua opinião, portanto?” dizes. Evidentemente, nada que não esteja de acordo com o teu parecer, nem antes, é certo, de termos concluído ou abandonado a nossa empreitada. Cuida, portanto, a fim de que melhores. ἀπότριψαι [espremer, livrar-se] de uma vez dessa febre quartã com a diligência que te é excelente.

Epistula VIII (Cic. Att. VII, 6)

1. Plane deest quid ad te scribam: nota omnia tibi sunt; nec ipse habeo a te quod exspectem. Tantum igitur nostrum illud sollemne seruemus ut ne quem istuc euntem sine litteris dimittamus.

2. De re publica ualde timeo nec adhuc fere inueni qui non concedendum putaret Caesari quod postularet potius quam depugnandum. Est illa quidem impudens postulatio? Opinione ualde lenior. Cur autem nunc primum ei resistamus?

Οὐ γὰρ δὴ τόδε μείζον ἔπι κακόν

quam cum quinquennium prorogabamus aut cum ut absentis ratio haberetur ferebamus, - nisi forte haec illi tum arma dedimus ut nunc cum bene parato pugnaremus. Dices: "Quid tu igitur sensurus es?". Non idem quod dicturus: sentiam enim omnia facienda ne armis decertetur, dicam idem quod Pompeius. Neque id faciam humili animo: sed rursus hoc permagnum rei publicae malum est et quodam modo mihi praeter ceteros non rectum, me in tantis rebus a Pompeio dissidere.

1. Falta completamente o que te escrever: tudo te é conhecido, nem eu próprio tenho o que esperar de ti. Portanto, conservemos somente este hábito nosso a fim de que não deixemos partir sem uma carta a quem já se dirige até aí.

2. Sobre a coisa pública, muito temo e até agora quase não encontrei quem pensasse que é melhor lutar do que conceder o que César postulava. É aquela certamente uma demanda impudente? Pela conjectura, muito mais moderada. Por que, porém, vamos começar a resistir-lhe agora?

Οὐ γὰρ δὴ τόδε μείζον ἔπι κακόν;<sup>266</sup>

[este será, por acaso, um infortúnio maior]

que quando prorrogávamos por um quinquênio ou quando permitíamos que se candidatasse ausente? – a não ser que, porventura, lhe entregamos estas armas naquele momento a fim de que lutássemos agora com ele bem preparado. Dirás: “Qual será, portanto, o teu voto?” Não o mesmo que vou dizer: votarei, de fato, em tudo que não leve a uma decisão pelas armas, direi o mesmo que Pompeu. E não farei isso por baixaza de caráter: mas, de novo, esse é um mal muito grande para a coisa pública e, para mim, de certo modo mais do que para os demais, não é correto eu estar em desacordo com Pompeu em meio a assuntos tão importantes.

---

<sup>266</sup> Adaptação dum verso homérico (Hom. *Od.* XII, 209). Contexto: Ulisses, na corte dos Feácios, após relatar o episódio das Sereias, reproduz as palavras ditas por ele para encorajar os companheiros aterrorizados diante dos novos desafios que logo iriam enfrentar, Cila e Caribde: “Mal nós havíamos a ilha deixado, através do nevoeiro, / ondas enormes percebo, seguidas de grande estampido. / Apavoram-se os sócios, e os remos, largados, caíram / para a corrente, ruidosos; imóvel ficou logo a nave, / pois ninguém mais, dentro dela, com a força do remo a impelia. / Por toda a nave correndo, me pus a exortar os amigos, / e, a cada um deles chegando-me, em termos melífluos lhes falo: / ‘Temos sobeja experiência, meus caros, de todo infortúnio; / este será, por acaso, maior do que quando o Ciclope / na gruta côncava a todos prendeu, de sua força valendo-se? / Por meu conselho e coragem, no entanto, dali conseguimos / nos libertar, como penso sois todos do caso lembrados. / Ânimo, pois, e obediência prestai ora às minhas palavras” (Hom. *Od.* XII, 201-213 - Trad. Carlos Alberto Nunes – destaque nosso).

Epistula IX (Cic. *Att.* VII, 7)

1. “Dionysius, uir optimus, ut mihi quoque est perspectus, et doctissimus tuique amantissimus, Romam uenit XV. Kalend. Ian. et litteras a te mihi reddidit.” Tot enim uerba sunt de Dionysio in epistula tua, illud - puta tu - non adscribis: “et tibi gratias egit.” Atqui certe ille agere debuit et, si esset factum, quae tua est humanitas, adscripsisses. Mihi autem nulla de eo *παλινοδία* datur propter superioris epistulae testimonium. Sit igitur sane bonus uir. Hoc enim ipsum bene fecit quod mihi sui cognoscendi penitus etiam istam facultatem dedit.

2. Philogenes recte ad te scripsit; curauit enim quod debuit. Eum ego uti ea pecunia uolui quoad liceret; itaque usus est menses XIII. 3. Pomptinum cupio ualere et, quod scribis in Urbem introisse, uereor quid sit; nam id nisi graui de causa non fecisset. Ego, quoniam III. Non. Ian. compitalicius dies est, nolo eo die in Albanum [uenire]: molestus familiae ueniam. III. Non. Ian. igitur; inde ad Urbem pridie Nonas. Tua *λήψις* quem in diem incurrat nescio, sed prorsus te commoueri incommodo ualetudinis tuae nolo.

4. De honore nostro nisi quid occulte Caesar per suos tribunos molitus erit, cetera uidentur esse tranquilla; tranquillissimus autem animus meus qui totum istuc aequi boni facit, et eo magis quod iam a multis audio constitutum esse Pompeio et eius consilio in Siciliam me mittere quod imperium habeam. Id est *Ἀβδηρικόν*:

1. “Dionísio, um excelente indivíduo, como eu igualmente examino, muitíssimo douto e também muitíssimo afetuoso de ti, chegou a Roma no dia 15 para as calendas de janeiro [16 de dezembro] e me trouxe uma carta de ti”. De fato, de tantas palavras a respeito de Dionísio em tua epístola, – pensa tu – não acrescentas: “e ele te agradeceu.” E, todavia, sem dúvida ele deveria agradecer e, se tivesse feito, terias acrescentado, pois faz parte dos teus bons modos. Não darei, porém, nenhuma *παλινωδία* [palinódia, retratação] sobre ele por causa do testemunho da carta anterior. Que seja, portanto, apenas um indivíduo bom. De fato, é bom que tenha feito exatamente isso, porque me ofereceu também essa possibilidade de conhecê-lo a fundo.

2. Filógenes escreveu-te corretamente; de fato, pagou aquilo que devia. Eu quis que ele usasse o dinheiro enquanto fosse lícito, e assim o usou por quatorze meses.<sup>267</sup> 3. Desejo que Pontino<sup>268</sup> se recupere e, sobre aquilo que escreves, de que ele entrou na Cidade, eu receio qual seja a razão; na realidade, ele não o teria feito a não ser por um motivo grave. Eu, visto que no dia 4 para as nonas de janeiro [2 de janeiro] é dia dos Compitais,<sup>269</sup> não quero chegar a Albano nesse dia e ser um incômodo às pessoas da casa. Chegarei, portanto, no dia 3 para as nonas de janeiro [3 de janeiro]; daí para a Cidade na véspera das nonas [4 de janeiro]. Tua *λῆψις* [acesso, ataque de febre], desconheço em qual dia ela vai retornar, mas não quero de forma alguma prejudicar tua recuperação.

4. Sobre a nossa homenagem, a não ser que César tenha secretamente colocado algo em movimento por meio de seus tribunos,<sup>270</sup> todo o resto parece estar tranquilo; tranquilíssimo, porém, está o meu pensamento, que aprecia tudo isso como justo e honesto, tanto mais porque já ouço de muitos que foi decidido por Pompeu e seu conselho enviar-me para a Sicília porque tenho comando militar. Isso é *Ἀβδηρικόν* [estúpido].<sup>271</sup>

---

<sup>267</sup> Assunto mencionado em *Att.* V, 13: Filógenes, agente de Ático, cuidou de uns assuntos econômicos de Cícero em Éfeso durante o período que este esteve na Cilícia. (MÁRQUEZ, 1996, p. 375).

<sup>268</sup> Caio Pontino, *legatus* de Cícero, deveria aguardar junto com ele a decisão acerca do triunfo antes de entrar em Roma (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 282).

<sup>269</sup> Compitais: festa em honra aos deuses Lares das encruzilhadas (FARIA, 2003, p. 215). Segundo Tyrrell e Purser (1890, p. 282), os Compitais eram celebrados especialmente pelos escravos e servidores da casa (*familia*), e Cícero temia que sua chegada pudesse comprometer essa celebração na casa de Pompeu na região do lago Albano.

<sup>270</sup> Marco Antônio e Quinto Crasso (MÁRQUEZ, 1996, p. 376).

<sup>271</sup> *Ἀβδηρικόν*: digno de um habitante de Abdera, cidade da Trácia. Segundo Smith (1854, p. 2), apesar de Abdera ter sido a cidade natal de diferentes filósofos como Protágoras, Demócrito e Anaxarco, os seus habitantes tinham fama de apáticos e estúpidos, citando passagens de Juvenal (X, 50) e Marcial (X, 25, 4). O próprio Cícero já havia utilizado a expressão “Isso era Abdera (loucura), não me mantive calado” (*hic Abdera non tacente me*) em *Att.* IV, 17, 3.

nec enim senatus decreuit nec populus iussit me imperium in Sicilia habere. Sin hoc res publica ad Pompeium refert, qui me magis quam priuatum aliquem mittat? Itaque, si hoc imperium mihi molestum erit, utar ea porta quam primum uidero.

5. Nam quod scribis mirificam exspectionem esse mei neque tamen quemquam bonorum aut satis bonorum dubitare quid facturus sim, ego quos tu bonos esse dicas non intellego. Ipse nullos noui, sed ita, si ordines bonorum quaerimus; nam singulares sunt boni uiri. Verum in dissensionibus ordines bonorum et genera quaerenda sunt. Senatum bonum putas, per quem sine imperio prouinciae sunt (numquam enim Curio sustinisset, si cum eo agi coeptum esset; quam sententiam senatus sequi noluit: ex quo factum est ut Caesari non succederetur), an publicanos, qui numquam firmi sed nunc Caesari sunt amicissimi, an feneratores, an agricolas, quibus optatissimum est otium? Nisi eos timere putas ne sub regno sint qui id numquam, dum modo otiosi essent, recusarunt.

6. Quid ergo? Exercitum retinentis cum legis dies transierit rationem haberi placet? Mihi uero ne absentis quidem; sed cum id datum est, illud una datum est. Annorum enim decem imperium et ita latum placet? Placet igitur etiam me expulsus et agrum Campanum perisse et adoptatum patricium a plebeio, Gaditanum a Mytilenaeo, et Labieni diuitiae et Mamurrae placent et Balbi horti et Tusculanum. Sed horum omnium fons unus est. Imbecillo resistendum fuit, et id erat facile; nunc legiones XI, equitatus tantus quantum uolet, Transpadani, plebes urbana, tot tribuni pl., tam perdita iuuentus, tanta auctoritate dux, tanta audacia.

de fato, nem o Senado decretou, nem o povo ordenou que eu tivesse um comando militar na Sicília. Mas, se a coisa pública atribui isso a Pompeu, por que não envia outro qualquer no meu lugar? Assim, pois, se este comando militar se tornar um incômodo para mim, servir-me-ei da porta que vir primeiro.<sup>272</sup>

5. Na realidade, sobre aquilo que escreves, de que esperam de mim algo admirável e que qualquer um dos bons, ou dos suficientemente bons, não duvida do que eu estaria disposto a fazer, todavia eu já não compreendo quem é que tu chamas de bons. Eu próprio conheço nenhum, se o que procuramos é um agrupamento de “homens do bem”; na realidade, os bons homens estão isolados. Em verdade, nas discórdias é que devemos procurar agrupar e reunir os bons. Pensas como bom um Senado, por meio do qual as províncias estão sem comando militar?<sup>273</sup> De fato, Curião nunca teria suspenso se tivessem começado a negociar com ele, cuja opinião o Senado não quis seguir; disso resultou que César não tivesse um sucessor. Ou os publicanos, que nunca foram constantes, mas agora estão amiguíssimos de César? Ou os usurários? Ou os agricultores, para os quais a tranquilidade é o que há de melhor? A não ser que penses que eles temam se sujeitar a um poder real, eles que, contanto que estejam tranquilos, nunca o recusaram.

6. O quê, pois? Parece bom reconhecer a candidatura de quem retém o exército transpondo o prazo da lei? Para mim, na verdade, nem sequer a de quem está ausente. Mas, ao se conceder isso, concedeu-se igualmente aquilo. De fato, parece bom um comando militar de dez anos, estendido dessa forma? Parece bom, portanto, que também eu tenha sido expulso e as terras da Campânia arruinadas, e que um patricio tenha sido adotado por um plebeu, um de Gades por um de Metilene?<sup>274</sup> As riquezas de Labieno e também as de Mamurra parecem boas? Os jardins e também o Tusculano de Balbo?<sup>275</sup> Mas a fonte de tudo isso é uma só: quando fraco, era necessário resistir, e isso era fácil; agora, onze legiões, toda a cavalaria que queira, os transpadanos, a plebe urbana, tantos tribunos da plebe, uma juventude tão perdida; tamanha é a autoridade dele como general, tamanha é a audácia.

---

<sup>272</sup>Entrando em Roma, Cícero renunciaria automaticamente ao *imperium* e ao triunfo.

<sup>273</sup> Tyrrell e Purser (1890, p. 283) apontam que a Cilícia estava sendo governada por um questor, as duas Hispânicas por *legatos* e que nenhum sucessor havia sido apontado para as províncias de César por conta da obstrução imposta pelo tribuno da plebe Curião.

<sup>274</sup> Referências ao exílio de Cícero; à segunda lei agrária de César; à adoção de Clódio por Fonteio. Balbo de Gades e Teófanos de Metilene, este último historiador e poeta grego (MÁRQUEZ, 1996, p. 377).

<sup>275</sup> Balbo recebeu de Pompeu os jardins e a quinta em Túsculo; Tito Labieno, servindo César na Gália, adquiriu tamanha riqueza que se diz que reconstruiu a cidade de Cingulo, cidade do Piceno, às próprias despesas; Mamurra, chefe dos engenheiros de César, é citado em poemas de Catulo, que diziam que adquirira riquezas não apenas de César como também de Pompeu (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 284).

Cum hoc aut depugnandum est aut habenda e lege ratio. 7. “Depugna” inquis “potius quam seruias”. Vt quid? si uictus eris, proscribare, si uiceris, tamen seruias? “Quid ergo” inquis “facturus es?” Idem quod pecudes, quae dispulsae sui generis sequuntur greges. Vt bos armenta, sic ego bonos uiros aut eos quicumque dicentur boni sequar, etiam si ruent. Quid sit optimum male contractis rebus plane uideo. Nemini est enim exploratum, cum ad arma uentum sit, quid futurum sit; at illud omnibus, si boni uicti sint, nec in caede principum clementiorem hunc fore quam Cinna fuerit nec moderatiorem quam Sulla in pecuniis locupletum. Ἐμπολιτεύομαι σοι iam dudum et facerem diutius, nisi me lucerna desereret. Ad summam: “Dic, M. Tulli”. “Adsentior Cn. Pompeio”, id est T. Pomponio.

Alexim, humanissimum puerum, nisi forte dum ego absum adulescens factus est (id enim agere uidebatur), saluere iubeas uelim.

Contra isso, deve-se lutar num combate decisivo ou reconhecer a legalidade da candidatura.<sup>276</sup>

7. “Combata”, dizes tu, “mais digno que tornar-se um escravo”. Para quê? Se vencido, serás proscrito; se vences, ainda assim viverás na servidão. “O que então” dizes, “estás disposto a fazer?” O mesmo que o gado, que, dispersado, volta a seguir o rebanho da sua espécie. Como o boi ao armento, assim eu seguirei os bons homens ou todos aqueles que são chamados de bons, ainda que se arruinem. É o melhor diante de um negócio que já começou mal, vejo claramente. De fato, ninguém é capaz de explorar o que se passará quando chegarmos às armas; por outro lado, caso os bons sejam vencidos, isto será para todos: nem será ele mais clemente do que fora Cina na matança dos líderes, nem mais moderado que Sula enriquecendo-se das fortunas. ἐμπολιτεύομαί σοι [falo contigo sobre política] por tempo demais e faria ainda por muito mais tempo se a luz da lamparina não me abandonasse. Em resumo: “Diz, M. Túlio”. “Concordo com Cn. Pompeu”, isto é, com T. Pompônio.

Gostaria que desses meus cumprimentos a Aléxis, menino de grande cultura, se é que talvez já não tenha se tornado um jovem enquanto eu estive ausente (de fato, já estava parecido com um).

---

<sup>276</sup> A partir do plebiscito aprovado pelos 10 tribunos em 52 AEC.

Epistula X (Cic. Att. VII, 8)

1. Quid opus est de Dionysio tam ualde adfirmare? An mihi nutus tuus non faceret fidem? Suspicionem autem eo mihi maiorem tua taciturnitas adtulerat, quod et tu soles conglutinare amicitias testimoniis tuis et illum aliter cum aliis de nobis locutum audiebam. Sed prorsus ita esse ut scribis mihi persuades. Itaque ego is in illum sum quem tu me esse uis.

2. Diem tuum ego quoque ex epistula quadam tua, quam incipiente febricula scripseras mihi, notaueram et animaduertentem posse pro re nata te non incomode ad me in Albanum uenire III. Nonas Ianuar.. Sed, amabo te, nihil incommodo ualetudinis feceris. Quid enim est tantum in uno aut altero die?

3. Dolabellam uideo Liuiæ testamento cum duobus coheredibus esse in triente, sed iuberi mutare nomen. Est πολιτικὸν σκέμμα rectumne sit nobili adulescenti mutare nomen mulieris testamento. Sed id φιλοσοφώτερον διευκρινήσομεν, cum sciemus quantum quasi sit in trientis triente.

4. Quod putasti fore ut ante quam istuc uenirem Pompeium uiderem, factum est ita; nam VI. Kal. ad Lauernium <me> consecutus est. Vna Formias uenimus et ab hora octaua ad uesperum secreto conlocuti sumus. Quod quaeris ecquae spes pacificationis sit, quantum ex Pompei multo et accurato sermone perspexi, ne uoluntas quidem est. Sic enim existimat, si ille uel dimisso exercitu consul factus sit, σύγχυσιν τῆς πολιτείας fore, atque etiam putat eum, cum audierit contra se diligenter parari, consulatum hoc anno neglecturum ac potius exercitum prouinciamque retenturum.

1. Qual necessidade de tantas afirmações a respeito de Dionísio? Porventura um simples aceno teu de cabeça não me deixaria confiante? Teu silêncio, porém, trouxera-me uma grande suspeita contra ele porque tu costumavas cimentar amizades por meio de teus testemunhos, e também porque ouvi que ele falava de nós com os outros em outro tom. Mas, me convences de que é assim tal como escreves. Assim, pois, eu estou para ele tal qual tu queres que eu esteja.

2. O dia do teu acesso de febre eu anotara a partir de uma certa epístola tua que me escreveras tendo uma febrícula, e eu igualmente observara que, diante das circunstâncias presentes, tu não deverias incomodar-te em me encontrar em Albano no dia 3 para as nonas de janeiro [3 de janeiro]. Mas, amar-te-ei caso nada faças em prejuízo de tua saúde. De fato, o que são um ou dois dias a mais?<sup>277</sup>

3. Vejo que Dolabela figura no testamento de Lívía em companhia de dois coerdeiros para um terço, mas é exigido que mude de nome.<sup>278</sup> É um πολιτικὸν σκέμμα [princípio político], se é correto ou não que um jovem nobre mude o nome por conta do testamento de uma mulher. Mas, isso φιλοσοφώτερον διευκρινήσομεν [examinaremos filosoficamente] quando soubermos, por assim dizer, quanto é um terço de um terço.

4. Sobre aquilo que pensaste que aconteceria, que eu veria Pompeu antes que chegasse aí, se passou assim: na realidade, no dia 6 para as calendas [25 de dezembro], alcançou-me junto a Lavérnio. Chegamos a Fórmias ao mesmo tempo e conversamos à parte da hora oitava [14h] até o entardecer. Sobre aquilo que perguntas, se existe alguma esperança de reconciliação, do quanto eu examinei cuidadosamente da longa e acurada conversa de Pompeu, nem sequer existe vontade. Deste modo, de fato, ele considera que, se aquele for feito cônsul, mesmo que dispensado o exército, resultaria na σύγχυσις τῆς πολιτείας [a ruína do Estado]; e, sobretudo, pensa também que ele, quando tiver ouvido que se fazem preparativos diligentes contra si, estaria disposto a deixar de lado o consulado nesse ano, preferindo conservar o exército e a província.

---

<sup>277</sup> Referência ao aniversário de Cícero em 3 de janeiro. Devido ao estado de saúde de Ático, Cícero insiste que ele não se desloque de Roma e aguarde sua chegada.

<sup>278</sup> Dolabela foi nomeado herdeiro de Lívía, figura desconhecida, e receberia um terço junto com dois coerdeiros, isto é, um nono do total. Todavia, era necessário que mudasse seu nome e adotasse o nome da família de Lívía. Essa prática, conhecida como *adoptio in nomen et familiam*, era permitida em vida apenas para homens; daí a execução após a morte da falecida. Parece que Dolabela declinou de sua parte da herança (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 286).

Sin autem ille fureret, uehementer hominem contemnebat et suis et rei publicae copiis confidebat. Quid quaeris? etsi mihi crebro “ξυνὸς Ἐνυόλιος” occurrebat, tamen leuabar cura uirum fortem et peritum et plurimum auctoritate ualentem audiens πολιτικῶς de pacis simulatae periculis disserentem. **5.** Habebamus autem in manibus Antoni contionem habitam X. Kal. Ianuar., in qua erat accusatio Pompei usque a toga pura, querela de damnatis, terror armorum. In quibus ille: “Quid censes” aiebat “facturum esse ipsum, si in possessionem rei publicae uenerit, cum haec quaestor eius infirmus et inops audeat dicere?” Quid multa? non modo non expetere pacem istam, sed etiam timere uisus est. Ex illa autem sententia in<famia><sup>279</sup> relinquendae Urbis mouet hominem, ut puto. Mihi autem illud molestissimum [est], quod soluendi sunt nummi Caesari et instrumentum triumphi eo conferendum. Est enim ἄμορφον ἀντιπολιτευομένου χρεωφειλέτην esse. Sed haec et multa alia coram.

---

<sup>279</sup> Nota texto latino: Parte dos manuscritos traz apenas um “i”, e os críticos optam por vezes se tratar de *indignitas*, *inuidia* ou *infamia*. Adotou-se a última, seguindo a interpretação de Márquez (1996).

Do contrário, porém, caso aquele enlouqueça, tem um total desprezo pelo homem, confia nas suas tropas e também nas da *res publica*. O que queres? E, ainda que com frequência eu me lembrasse do “ξυνὸς Ἐνυάλιος” [igualitário Eniálios],<sup>280</sup> todavia me aliviava das preocupações ouvindo um indivíduo corajoso, perito e também cheio de autoridade dissertando πολιτικῶς [politicamente] a respeito dos perigos de uma paz simulada. 5. Tínhamos, porém, em mãos o discurso de Antônio na assembleia do povo do dia 10 para as calendas de janeiro [21 de dezembro], no qual existia uma acusação contra Pompeu que remontava à toga pura, uma reclamação sobre as condenações, o terror das armas.<sup>281</sup> Nisso tudo, aquele falava: “Que pensas que o próprio haverá de fazer, se vier a tomar posse da coisa pública, se o questor dele, débil e sem poder, ousa dizer estas coisas?” O que mais? Pareceu que não só não busca a paz, mas também a teme. Porém, penso eu, o homem está abalado desde aquela decisão vergonhosa de abandonar a Cidade. O que me é mais desagradável, porém, é ter de pagar as moedas a César<sup>282</sup> e conferir-lhe os recursos do triunfo. De fato, é ἄμορφον [amorfo, vergonhoso] ser ἀντιπολιτευομένου χρεωφειλέτην [devedor de um oponente político]. Mas essas e muitas outras coisas frente a frente.

---

<sup>280</sup> ξυνὸς Ἐνυάλιος (Eniálios, epíteto de Ares): “Igualitário é o deus da guerra; [e mata quem quer matar] (Hom. *Il.*, XVIII, 309). Contexto: Após a morte de Pátroclo e a matança perpetrada por Aquiles, os troianos se reúnem de noite para deliberar. De um lado, Polidamante conclama para que saiam da planície aberta e busquem os muros da cidade, que oferecem uma insuperável proteção. Desprezando essa estratégia, Heitor o insulta e declara: “Se na verdade junto das naus se levantou o divino Aquiles, / pior será para ele, se assim quiser. Pela parte que me toca, / não fugirei da guerra funesta, mas frente a frente ficarei / em pé diante dele, quer seja ele a vencer, quer seja eu. / Igualitário é o deus da guerra; e mata quem quer matar’. / Assim falou Heitor, ao que os Troianos aplaudiram, / estultos! Pois o juízo lhes tirara Palas Atena. / A Heitor, que dera maus conselhos, louvaram; / mas a Polidamante ninguém louvou, ele que dera excelente conselho” (Hom. *Il.* XVIII, 305-313 – Trad. Frederico Lourenço. Destaque nosso)

<sup>281</sup> Marco Antônio tinha sido questor de César na Gália e assumiu o cargo de tribuno da plebe em 10 de dezembro de 50 AEC. Já as condenações estão relacionadas com uma lei de corrupção eleitoral aprovada por Pompeu em 52 AEC, mas com valor retroativo. A toga branca, assumida aos 16 anos, representava o início da vida adulta. Nesse sentido, Antônio parece ter apresentado uma lista de irregularidades cometidas por Pompeu desde a maioridade. De fato, com 16 anos, Pompeu recrutou um exército privado para combater ao lado de Sula na primeira guerra civil (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 287).

<sup>282</sup> Sobre esta dívida, ver *Att VII*, 3, 11.

Epistula XI (Cic. *Att.* VII, 9)

1. “Cotidiane, inquis, a te accipiendae litterae sunt? - Si habebō cui dem, cotidie. - At iam ipse ades. - Tum igitur cum uenero desinam.” Vnas uideo mihi a te non esse redditas, quas L. Quinctius familiaris meus cum ferret ad bustum Basili uulneratus et despoliatus est. 2. Videbis igitur num quid fuerit in iis quod me scire opus sit.

Et simul hoc διευκρινήσεις πρόβλημα sane πολιτικόν. Cum sit necesse aut haberi Caesaris rationem, illo exercitum uel per senatum uel per tribunos pl. obtinente; aut persuaderi Caesari ut tradat prouinciam atque exercitum et ita consul fiat; aut, si id ei non persuadeatur, haberi comitia sine illius ratione, illo patiente atque obtinente prouinciam; aut, si per tribunos pl. non patiat, tamen quiescat, rem adduci ad interregnum; aut, si ob eam causam quod ratio eius non habeatur exercitum adducat, armis cum eo contendere: illum autem initium facere armorum aut statim, nobis minus paratis, aut tum cum comitiis, amicis eius postulantibus ut e lege ratio habeatur, impetratum non sit; ire autem ad arma aut hanc unam ob causam quod ratio non habeatur, aut addita causa si forte tribunus pl. senatum impediens aut populum incitans notatus aut senatus consulto circumscriptus aut sublatus aut expulsus sit dicensue se expulsus ad illum confugerit; suscepto autem bello aut tenenda sit Vrbs aut, ea relicta, ille commeatu et reliquis copiis intercludendus -: quod horum malorum, quorum aliquod certe subeundum est, minimum putes?

3. Dices profecto: persuaderi illi ut tradat exercitum et ita consul fiat. Est omnino id eius modi ut, si ille eo descendat, contra dici nihil possit; idque eum, si non obtinet ut ratio habeatur retinentis exercitum, non facere miror.

1. “Todos os dias”, dizes, “é preciso receber uma carta de ti?” - Se eu tiver a quem entregar, todos os dias. - “Mas tu próprio já estás tão próximo.” - Portanto, cessarei então quando chegar. Vejo que uma única de ti não me foi entregue, a que L. Quíncio, amigo meu, carregava quando foi espoliado e ferido perto do túmulo de Básilo.<sup>283</sup> 2. Verás, portanto, se acaso existia nela algo que seja preciso eu saber.

E, ao mesmo tempo, διευκρινήσεις πρόβλημα [examinarás com cuidado esse problema] sem dúvida πολιτικόν [político]. Diante da necessidade, ou reconhece-se a candidatura de César, ficando ele de posse do exército quer através do Senado quer através dos tribunos da plebe, ou persuade-se César a fim de que entregue a província e, sobretudo, o exército, e assim se torne cônsul; ou, se isso não o persuadir, realizam-se os comícios sem a candidatura dele, ficando ele resignado e, sobretudo, de posse da província; ou, se não se mostrar resignado através dos tribunos, todavia mantenha a calma, conduz-se o assunto até um interregno; ou, se a candidatura dele não for reconhecida, e por essa razão decida conduzir o exército, rivaliza-se com ele em armas. Ele, porém, pode iniciar o combate imediatamente, estando nós menos preparados, ou então quando dos comícios, estando os amigos dele a pedir que a candidatura seja reconhecida por conta da lei, e isso não seja obtido; porém, pode recorrer às armas por esta única razão, que a candidatura não é reconhecida, ou acrescentando ainda outra razão, se porventura um tribuno da plebe for censurado ao impedir o andamento do Senado ou ao incitar o povo, ou for limitado em suas funções por um decreto do Senado, ou for suspenso ou expulso, e, ao dizer ter sido expulso, ir se refugiar junto dele.<sup>284</sup> Porém, empreendida a guerra, deve-se manter a Cidade ou, ao abandoná-la, cortar-lhe o caminho e as tropas restantes? Qual destes males, dos quais certamente algum deve sobrevir, pensas como o menor?

3. Sem dúvida dirás: que seja persuadido a fim de que entregue o exército e assim se torne cônsul. Isso é tão moderado que, se ele consentir, nada poderá ser dito contra; e, se não conseguir que sua candidatura seja reconhecida retendo o exército, me admiro que ele não o faça.

---

<sup>283</sup> Personagem desconhecido. Sobre o túmulo de Básilo, Tyrrell e Purser (1890, p. 288) citam um trecho de Ascônio (50): “Na via Ápia, próximo à Cidade, existe o monumento de Básilo, que foi local de latrocínios realmente infames, e que é igualmente citado por muitos outros.” - *Via Appia est prope urbem monumentum Basili qui locus latrociniis fuit perquam infamis, quod ex aliis quoque multis intellegi potest.*

<sup>284</sup> Cícero enumera os mecanismos de defesa do Senado contra a atuação dos tribunos: a censura contra atos contrários ao interesse do Estado; a limitação de suas funções; a suspensão e a expulsão mediante um decreto emergencial (*senatusconsultum ultimum*). De fato, tudo isso foi aplicado em janeiro de 49 AEC.

Nobis autem, ut quidam putant, nihil est timendum magis quam ille consul. “At sic malo, inquietas quam cum exercitu”. Certe; sed istud ipsum “sic”, scio, magnum malum putat aliquis; neque ei remedium est ullum. “Cedendum est, si id uolet”. Vide consulem illum iterum quem uidisti consulatu priore! “At tum imbecillus plus, inquit, ualuit quam tota res publica”. Quid nunc putas? et eo consule Pompeio certum est esse in Hispania.

O rem miseram! si quidem id ipsum deterrimum est quod recusari non potest et quod ille si faciat, iam iam a bonis omnibus summam ineat gratiam.

4. Tollamus igitur hoc quo illum posse adduci negant; de reliquis quid est deterrimum? Concedere illi quod, ut idem dicit, impudentissime postulat. Nam quid impudentius? Tenuisti prouinciam per annos decem non tibi a senatu sed a te ipso per uim et per factionem datos; praeteriit tempus non legis sed libidinis tuae, fac tamen legis; ut succedatur decernitur; impedis et ais “Habe meam rationem”. Habe tu nostram. Exercitum tu habeas diutius quam populus iussit, inuito senatu? “Depugnes oportet, nisi concedis”. Cum bona quidem spe, ut ait idem, uel uincendi uel in libertate moriendi.

Iam si pugnandum est, quo tempore, in casu, quo consilio, in temporibus situm est. Itaque te in ea quaestione non exerceo; ad ea quae dixi adfer si quid habes. Equidem dies noctesque torqueor.

Para nós, porém, assim pensam alguns, nada deve ser mais temível do que ele cônsul. “Ainda assim prefiro” dirás, “que com o exército”. Certamente; mas sei de alguém<sup>285</sup> que pensa este próprio “ainda assim” ser um grande mal e que não existe remédio algum para isso. “Deve-se ceder, se ele o quiser”. “Vá vê-lo cônsul pela segunda vez, aquele que viste no consulado anterior! Se então era fraco” diz ele, “foi mais forte que toda a coisa pública”. O que pensas agora? E, sendo ele cônsul, Pompeu está decidido a permanecer na Hispânia.

Que assunto infeliz! Uma vez que o pior é precisamente aquilo que não se pode recusar, e, se ele o consegue, logo logo alcança o maior reconhecimento de todos os bons.

4. Vamos, portanto, desconsiderar isto, do qual negam que ele possa ser convencido; diante do restante, o que é pior? Conceder-lhe aquilo que pede, como o outro mesmo diz, na maior falta de vergonha?<sup>286</sup> Na realidade, o que é mais vergonhoso? Retiveste uma província por dez anos, concedidos a ti não pelo Senado, mas por ti próprio através da força e através de uma facção; excedido o tempo, não da lei, mas do teu desejo, faze todavia como se fosse da lei; quando se vota quem será o substituto, impedes e sustentas: “Reconhece minha razão”. Reconhece tu a nossa. E o exército, que tu conservas por mais tempo do que o povo ordenou, contra a vontade do Senado? “Convém que combatas encarniçadamente, a não ser que cedas.” É o que o outro afirma, certamente com uma boa esperança, seja de vencer, seja de morrer em liberdade.

Já que se deve lutar, qual o momento está posto ao acaso, qual o planejamento às circunstâncias. Assim, pois, não te inquieto com essa questão; ao que eu disse, conta se tens algo novo. O certo é que me mantenho atormentado ao longo dos dias e das noites.

---

<sup>285</sup> Provavelmente trata-se de Pompeu, segundo a longa entrevista citada na carta anterior. Seja quem for, Cícero o imagina tomando parte no diálogo.

<sup>286</sup> Manter o exército até a próxima eleição, prolongando ainda mais seu comando extraordinário (TYRRELL e PURSER, 1890, p. 290).

## BIBLIOGRAFIA

### I- Edições e traduções consultadas da *Correspondência de Cícero*:

CICERO. *Marci. T. C. epistolae ad Atticum, Brutum et Quintum fratrem cum ipsius Attici uita feliciter expliciunt*. Venetiis: Nicolas Jenson, 1470.

\_\_\_\_\_. *Marci Tullii Ciceronis Epistolarum Familiarium*. Mediolani: Hubertinus Clericus, 1480.

\_\_\_\_\_. *M. T. Ciceronis epistolarum ad Atticum, ad Brutum, ad Quintum ratem, libri XX*. Venetiis: Aldus Manutius, 1513.

\_\_\_\_\_. *M. Tullij Ciceronis Epistolae Ad Atticum, Ad M. Brutum, Ad Q. Fratrem*. Florentiae: Petrus Victorius, 1571.

\_\_\_\_\_. *M. Tullii Ciceronis Epistolae Familiares*. Venetiis: Paulus Manutius, 1556.

\_\_\_\_\_. *The correspondence of M. Tullius Cicero*. vol I. Ed. Robert Yelverton Tyrrell. London: Longmans, Green & Co., 1885.

\_\_\_\_\_. *The correspondence of M. Tullius Cicero*. vol II. Ed. Robert Yelverton Tyrrell. London: Longmans, Green & Co., 1886.

\_\_\_\_\_. *The correspondence of M. Tullius Cicero*. vol III. Ed. Robert Yelverton Tyrrell e Louis Claude Purser. London: Longmans, Green & Co., 1890.

\_\_\_\_\_. *The correspondence of M. Tullius Cicero*. vol IV. Ed. Robert Yelverton Tyrrell e Louis Claude Purser. London: Longmans, Green & Co., 1894.

\_\_\_\_\_. *The Letters of Cicero*. vol I. Trad. Evelyn S. Shuckburgh. London: George Bell and Sons, 1899a.

\_\_\_\_\_. *The Letters of Cicero*. vol II. Trad. Evelyn S. Shuckburgh. London: George Bell and Sons, 1899b.

\_\_\_\_\_. *M. Tulli Ciceronis Epistulae*. vol. II. Ed. Louis Claude Purser. Oxford: OUP, 1903.

\_\_\_\_\_. *M. Tulli Ciceronis Epistulae*. vol. III. Ed. Louis Claude Purser. Oxford: OUP, 1901.

\_\_\_\_\_. *Letters to Atticus I*. Trad. E. O. Winstedt. Havard: HUP, 1912.

\_\_\_\_\_. *The Letters to his Friends I*. Trad: W. Glynn Williams. Havard: HUP, 1927.

CICÉRON. *Correspondance*: tome I. Texte établi et traduit par L. A. Constans. Paris: Belles Lettres, 1962.

\_\_\_\_\_. *Correspondance*: tome IV. Texte établi et traduit par L. A. Constans et Jean Bayet. Paris: Belles Lettres, 1950.

\_\_\_\_\_. *Correspondance*: tome V. Texte établi et traduit par Jean Bayet. Paris: Belles Lettres, 1964.

CICERÓN. *Cartas I*: Cartas a Ático. Trad. Miguel Rodríguez-Pantoja Márquez. Madrid: Gredos, 1996.

\_\_\_\_\_. *Cartas II*: Cartas a Ático. Trad. Miguel Rodríguez-Pantoja Márquez. Madrid: Gredos, 1996.

\_\_\_\_\_. *Cartas III*: Cartas a los Familiares. Trad. José A. Beltrán. Madrid: Gredos, 2008.

\_\_\_\_\_. *Cartas IV*: Cartas a los Familiares II. Trad. Ana-Isabel Magallón García. Madrid: Gredos, 2008.

CICERONE. *Epistole ad Attico*. vol. I. Trad. Carlo di Spigno. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1998.

\_\_\_\_\_. *Epistole ad Attico*. vol. II. Trad. Carlo di Spigno. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1998.

## **II- Fontes antigas:**

APIANO. *Historia Romana II*. Madrid: Gredos, 1985.

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Gulbenkian, 2008.

\_\_\_\_\_. *Política*. Trad. Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega Limitada, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Constituição de Atenas*. Trad. Francisco Murari Pires. São Paulo: Hucitec, 1995.

AULO GELIO. *Noches Áticas*. Trad. Schmidt. México: Ciudad Universitaria, 2000.

BÍBLIA DE JERUSALEM. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

CÉSAR. *A Guerra Civil*. Trad. A. S. Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

CÍCERO. *Dos Deveres*. Trad. Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Das Leis*. Trad. Otávio T. de Brito. São Paulo: Cultrix, 1967.

\_\_\_\_\_. *M. Tulli Ciceronis Orationes*: Recognouit breuique adnotatione critica instruxit Albertus Curtis Clark Collegii Reginae Socius. Oxford: OUP, 1908.

CORNELIUS NEPOS. *Vitae*. Leipzig: Teubner, 1886.

EURÍPIDES. Ifigênia em Táurida. Trad. Jaa Torrano. *Organon*, Porto Alegre, v.31, n.60, p. 281-330, 2016.

FRONTÓN. *Epistolario*. Trad. Ángela Palacios Martín. Madrid: Gredos, 1992.

HERÓDOTO. *História*. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: UNB, 1985.

HOMERO. *Iliada*. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin classics Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *Odisséia*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

HORÁCIO. *Epistula ad Pisones*. Trad. Belo Horizonte: Viva Voz, 2013.

LIVY. *The Early History of Rome: Books I-V of the Ab Urbe Condita*. New York: Barnes & Noble, 2005.

LUCANO. *Farsália: Cantos I ao V*. Trad. Brunno V. G. Vieira. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

OVÍDIO. *Ars amatoria*. Trad. Carlos Ascenso André. São Paulo: Penguin classics Companhia das Letras, 2011.

PETRÔNIO. *Satyricon*. Trad. Sandra Braga Bianchet. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

PLAUTO. *Os Menecmos*. Trad. José Dezotti. Araraquara: UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. *Plauti Comoediae*. Berlin: Weidmann, 1895.

PLUTARCO. *Vidas paralelas: Demóstenes e Cícero*. Trad. Marta Várzeas. Coimbra: IUC, 2012.

\_\_\_\_\_. *Vidas Paralelas. vol IV*. Trad. Gilson César Cardoso. São Paulo: Paumape, 1992.

\_\_\_\_\_. *Alexandre e César*. Trad. Hélio Veja. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Moralia X*. Trad. Sánchez *et al.* Madrid: Gredos, 2003.

\_\_\_\_\_. *Comparison of Agis and Cleomenes and the Gracchi*. Cambridge: HUP, 1921.

POLÍBIO. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1996.

QUINTILIANO. *Instituição Oratória*. Tomo IV. Trad. Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Trad. Segurado e Campos. Lisboa: Gulbenkian, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Brevidade da Vida*. Trad. Lúcia Sá Rebelo, Ellen Itanajara Neves Vranas e Gabriel Nocchi Macedo. Porto Alegre: L&PM, 2006.

SUETÔNIO. *A vida dos Doze Césares*. Trad. Sady-Garibaldi. São Paulo: Ediouro, 1990.

TÁCITO. *Diálogo dos oradores*. Trad. de Antônio Martinez de Rezende e Júlia Batista Castilho de Avellar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UNB, 1986.

### III- Estudos modernos:

ALBRECHT, Michael von. *A History of roman Literature*. New York: Brill, 1997.

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática Latina*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALMEIDA, Olavo. *O Brutus de Marco Túlio Cícero: estudo e tradução*. 2014. 208 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALMEIDA, Priscilla Adriane F. *Os gauleses em César, Tito Lívio e Plínio, o Velho: sobre a retórica de representação do outro e a construção de si*. 2018. 314 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ANDREWES, A. *The Greek Tyrants*. London: Hutchinson's University Library, 1956.

ASMIS, E. New Kind of Model: Cicero's Roman Constitution in *De republica*. *The American Journal of Philology* v. 126, n. 3, 2005, p. 377-416.

ATKINS, E. M. Cicero In: *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Cambridge: CUP, 2000.

BAILEY, D. R. Shackleton. *Onomasticon to Cicero's Letters*. Stuttgart: Teubner, 1995.

BALSDON, J. *Auctoritas, Dignitas, Otium*. *Classical Quaterly* 10, n. 1, p. 43-50. 1960.

BASSETTO, Bruno F. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2005.

BEARD, Mary. *Ciceronian correspondences: making a book out of letters*. In: WISEMAN (org.) *Classics in Progress: Essays on Ancient Greece and Rome*. Oxford: OUP, 2006.

BELCHIOR, Ygor K. Vencidos pela fama do não visto César: os boatos e a invasão de César à Itália em 49 a.C. *Romanitas*, n. 13, p. 46-63, 2019.

BELL, A. J. E. Cicero and the spectacle of power. *The Journal of Hellenic Studies* 87, p. 1-22, 1997.

BENEKER, Jeffrey. The crossing of the Rubicon and the outbreak of civil war in Cicero, Lucan, Plutarch, and Suetonius. *Phoenix* v. 65, n. 1/2 (Spring-Summer), p. 74-99, 2011.

BERNARDO, Isadora Prévêde. *O De Re Publica, de Cícero: natureza, política e história*. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Departamento de Pós Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

BETTS, Gavin; FRANKLIN, Daniel. *Beginning Latin Poetry Reader*. New York: McGraw-Hill, 2006.

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: EUB, 1985.

BOISSIER, Gaston. *Cicéron et ses amis: étude sur la société romaine du temps de César*. Paris: Hachette, 1905.

BORGES, Marlene. *O Pro Milone de Cícero: Tradução e estudo da invenção*. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BORNECQUE, H; MORNET, D. *Roma e os romanos*. São Paulo: EDUSP, 1976.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A invenção do romance*. Brasília: UNB, 2005.

BRANDÃO, José Luis. *A primazia de César: do “1º triunvirato” aos idos de março*. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (coord.). *História de Roma Antiga*. Volume I: Das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

BRAREN, Ingeborg. Por que Sêneca escreveu epístolas? *Letras Clássicas*, São Paulo, n. 3, p. 39-44, 1999.

BROUGHTON, T. R. S. *The Magistrates of the Roman Republic: volume II 99 B.C. – 31 B.C*. New York: American Philological Association, 1952.

BRUNT, P. A. La plebe romana. In: FINLEY, M. I. (Ed.) *Estudios sobre Historia Antigua*. Madrid: Akal Editor, 1981.

\_\_\_\_\_. The army and the land in the roman revolution. *Journal of Roman Studies*, 52, Parts 1 and 2, p. 69-86, 1962.

\_\_\_\_\_. Italian Aims at the Time of the Social War. *Journal of Roman Studies*, 55, n. 1/2, Parts 1 and 2, p. 90-109, 1965.

BURNET, Régis. Le genre épistolaire dans l'Antiquité. *Folia Electronica Classica*, n. 5. 2003.

BURNS, Alfred. Pompey's Strategy and Domitius' Stand at Corfinium. *Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 15, n. 1, p. 74-95, 1966.

CANFORA, Luciano. *Júlio César: O ditador democrático*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CARDOSO, Zélia. *A Literatura Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASQUERO, Manuel A. M. Epistolografia romana. *Helmantica*, Salamanca, v. 34, n. 103-105, p. 377-406, 1983.

CECCARELLI, Paola. *Ancient Greek letter writing: A cultural history (600-150 BC)*. Oxford: OUP, 2013.

CHRISTOL, Michel; NONY, Daniel. *Roma e o seu império: das origens às invasões bárbaras*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

CIZEK, E. *Mentalités et institutions politiques romaines*. Paris: Fayard, 1990.

COSTRINO, Artur. *A lição dos declamadores: Sêneca, o rétor, e as suasórias*. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CONTE, Gian Biagio. *Latin Literature. A History*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

COSTA, Marco Antônio. *Cícero e a retórica do exílio: as figuras de repetição*. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DUPONT, Florence. *Aristote ou le vampire du théâtre occidental*. Paris: Aubier, 2007.

EBBELER, Jennifer. *Mixed Messages: The Play of Epistolary Codes in Two Late Antique Latin Correspondences*. In: MORELLO, Ruth; MORRISON, A. (org.). *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.

FARIA, Ernesto. *Dicionário Latino-Português*. Belo Horizonte: Garnier, 2003.

FEENEY, Denis. *Caesar's Calendar: Ancient Time and the Beginnings of History*. Berkeley: UCP, 2007.

FERRAZ, Manuel de Figueiredo. *Do tribunado da plebe*. São Paulo: EDUSP, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda - *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1975.

FÖGEN, Thorsten. *Ancient Approaches to Letter-Writing and the Configuration of Communities through Epistles*. In: CECCARELLI et al (eds) *Letters and Communities: Studies in the Socio-Political Dimensions of Ancient Epistolography*. Oxford: OUP, 2018.

FÖGEN, Thorsten. *Tears in Graeco-Roman World*. New York: Gruyter, 2009.

FREITAS, Gustavo. *Sobre o Estilo de Demétrio: um olhar crítico sobre a Literatura Grega: Tradução e estudo introdutório do tratado*. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em estudos linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FREISENBRUCH, Annelise. *Back to Fronto: Doctor and Patient in his Correspondence with an Emperor*. In: MORELLO, Ruth; MORRISON, A. (org.). *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.

FRITZ, Kurt. Pompey's Policy before and after the Outbreak of the Civil War of 49 B.C. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 73, p. 145-180, 1942.

GARCÍA, Carmen Castillo. La epístola como género literario: de la antigüedad a la edad media latina. *Estudios Clásicos*, v. 18, n. 73, p. 427-442, 1974.

GAVOILLE L. *Epistula et litterae: étude de synonymie*. In: NADJO; GAVOILLE (eds.) *Epistulae antiquae*. Volume I. Louvain, p. 15-38. 2000.

GIBSON, Roy; MORRISON, A. D. *What is a Letter?* IN: MORELLO, Ruth; MORRISON, A. D. *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.

GOLDSWORTHY, Adrian. *The Complete Roman Army*. London: Thames & Hudson, 2011.

GRIMAL, Pierre. *Cicéron*. Paris: Fayard, 1986.

GREENHALGH, Peter. *Pompey: The Republican Prince*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1981.

HALES, S. At Home with Cicero. *Greece and Rome*, 47, n. 1, p. 44-55, 2000.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas Epistolares*. São Paulo: Edusp, 2016.

HARRISON, Stephen (org.): *A companion to Latin Literature*. Oxford: Blackwell, 2005.

HAZEL, John. *Who's Who in the Roman World*. London: Routledge, 2007.

HELLEGOUARC'H, J. *Le vocabulaire latin des relations et des partis politiques sous la République*. 2ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

HENDERSON, John. *Epistoliterarity in Cicero, Ad Qfr. 3.1*. In: MORELLO, Ruth; MORRISON, A. (org.). *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.

HERBERT-BROWN, Geraldine. *Ovid and the Fasti: An historical study*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

HODKINSON, Owen. *Better than Speech: Some Advantages of the Letter in the Second Sophistic*. In: MORELLO, Ruth; MORRISON, A. (org.). *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.

HOFFER, Stanley E. *Cicero's 'Stomach': Political Indignation and the Use of Repeated Allusive Expressions in Cicero's Correspondence*. In: MORELLO, Ruth; MORRISON, A. (org.). *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.

JORDAN, David. A personal letter found in the Athenian Agora. *Hesperia* 69, p. 91-103, 2000.

KERR, Larissa. Si uales, bene est, ego ualeo: algumas concepções do gênero epistolar greco-romano. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 45 (3), p. 1133-1146, 2016.

\_\_\_\_\_. *O Gênero epistolográfico segundo Plínio Jovem: Epístolas selecionadas*. Instituto de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Dissertação (Linguística). 157 f. Campinas. 2017.

KÖNIG, Jason. *Alciphron's Epistolarity*. In: MORELLO, Ruth; MORRISON, A. (org.). *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.

LANSON, G. *Choix de lettres du XVIIe siècle*. Paris: Hachette, 1909.

LE GLAY, Marcel; VOISIN, Jean-Louis; LE BOHEC, Yann. *A History of Rome*. Oxford: Blackwell, 2009.

LINDENBERGER, James M. *Ancient Aramaic and Hebrew Letters*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003.

LINTOTT, A. W. *Violence in Republican Rome*. Oxford: OUP, 1999.

\_\_\_\_\_. Cicero and Milo. *Journal of Roman Studies*, 64, p. 62-78, 1974.

MALTOMINI, Francesca. Greek Ostraca: An overview. *Manuscript Cultures*, n. 5, p. 33-41, 2012/2013.

MANTAS, Vasco Gil. *Conflitos civis em Roma: Dos Gracos a Sula*. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (coords.). *História de Roma Antiga*. Volume I: Das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

MARTIN, Thaís. *Tradução anotada e comentários da Ars rhetorica de Caio Júlio Victor*. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARTIN, René; GAILLARD, Jacques. *Les genres littéraires à Rome*. Paris: Nathan: Scodel, 1990.

MARTÍN, Maria Nieves Muñoz. *Estructura de la carta en Cicerón*. Madrid: Ediciones Clásicas, 1994.

MENDONÇA, Antônio da S. *Introdução*. In: CÉSAR. *A guerra civil*. Trad. A. S. Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

MICHELS, Agnes K. *The Calendar of the Roman Republic*. New Jersey: Princeton university press, 1967.

MITCHELL, Thomas. Cicero before Luca (September 57 - April 56 B.C.). *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, 100, p. 295-320, 1969.

- MONIZ, Fábio F. S. *Dicionário Latim-Português*. Porto: Porto Editora, 2001.
- MORELLO, Ruth. *Pliny's Epistolary Curriculum*. In: MORELLO, Ruth; MORRISON, A. (org.). *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.
- MORELLO, Ruth; MORRISON, A. (org.). *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.
- NARDUCCI, Emanuele. Perceptions of Exile in Cicero. *American Journal of Philology* 118, n. 1, p. 55-73, 1997.
- NICOLET, C. *Le Métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O Cidadão e o Político*. In: GIARDINA (dir.) *O Homem Romano*. Lisboa : Presença, 1992.
- NORTH, J. Politics and aristocracy in roman republic. *Classical Philology*, 85, n. 4, p. 277-287, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco. As formas de constituição em Cícero. *Máthesis* 13, p. 105-123, 2004.
- OXFORD LATIN DICTIONARY. Oxford: Clarendon Press, 1968.
- POSTER, Carol. *A Conversation Halved*. In: POSTER; MITCHELL (org.). *Letter-writing Manuals and Instruction from Antiquity to the Present*. Columbia: USC Press, 2007.
- POWELL; PATERSON (org.). *Cicero the advocate*. Oxford: OUP, 2004.
- RAWSON, Beryl. *De Lege Agraria* 2. 49. *Classical Philology*, 66, n. 1, p. 26-29, 1971.
- RAWSON, Elizabeth. *Caesar: Civil war and dictatorship*. I: CROOK, J. A.; LINTOTT, A.; RAWSON, E. (org.). *The Cambridge Ancient History*. v. IX. 2 ed. Cambridge: CUP, 1992.
- REES, Roger. *Letters of Recommendation and the Rhetoric of Praise*. In: MORELLO, Ruth; MORRISON, A. (org.). *Ancient letters: Classical & Late Antique Epistolography*. Oxford: OUP, 2007.
- ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1983.
- SABOT, Augustin F. *Les Héroides d'Ovide: préciosité, rhétorique et poésie*. In: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt: Teil II, Band 31, Teilband 4*. Berlin/NewYork: Walter de Gruyter, p. 2574-2577, 1981.
- SALVADOR, Evandro Luis. *Tradução da tragédia As Fenícias, de Eurípedes, e ensaio sobre o prólogo (vv. 1-201) e o primeiro episódio (vv. 261-637)*. 2010. 109 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. 2009. 313 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCULLARD, H.H. *From the Gracchi to Nero: A History of Rome from 133 BC to AD 68*. London: Routledge, 2007.

SEAGER, R. Cicero and the Word Popularis. *Classical Quaterly*, 22, n. 2, p. 328-338, 1972.

\_\_\_\_\_. *Pompey The Great*. London: Blackwell, 2002.

SIQUEIRA, Ernane. *PROBARE, DELECTARE, FLECTERE: Eloquência e Retórica no Pro Murena de Cícero*. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SHERK, Robert. *Rome and the Greek East to the death of Augustus*. Cambridge: CUP, 1984.

SHERWIN-WHITE, A. N. Violence in roman politics. *Journal of Roman Studies* 46, p. 1-9, 1956.

SILVA, Douglas C. *Escrever, sobreescrever: metalinguagem nos epigramas de Calímaco*. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Fernando. *Os caminhos da paixão em Hipólito de Eurípides*. 2007. 307 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SMITH, William. *Dictionary of Greek and Roman geography*. V. 1. Boston: Little, Brown, and Company, 1854.

STOCKTON, David. Cicero and the *ager campanus*. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, 93, p. 471-489, 1962.

TAYLOR, L. R. *Party politics in the age of Caesar*. Berkeley: UCP, 1949.

\_\_\_\_\_. *The voting districts of the Roman republic: the thirty-five Urban and Rural tribes*. With updated material by Jerzy Linderski. Michigan: The University of Michigan Press, 2013.

TOOHEY, Peter. *Epic lessons: an introduction to the ancient didactic poetry*. London/New York: Routledge, 1996.

TOVAR, A. *Gramática histórica latina: sintaxis*. Madrid: Afrodisio Aguado, 1946.

TRAPP, Michael. *Greek and Latin letters: an anthology, with translation*. Cambridge: CUP, 2003.

TREVIZAM, Matheus. *A elegia erótica romana e a tradição didascálica como matrizes compositivas da Ars amatoria de Ovídio*. 2003. 273 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. *Prosa técnica: Catão, Varrão, Vitruvius e Columela*. Campinas: Unicamp, 2014.

VASCONCELOS, Eliane. Intimidade das confidências. *Teresa* 8, 9; São Paulo, p. 372-389. 2008.

VEYNE, Paul. *L'élégie érotique romaine: l'amour, la poésie et l'Occident*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

YEBRA, Valentín García. *Poética de Aristóteles*. Madrid: Gredos, 1974.

WHEELER, M. Cicero's Political Ideal. *Greece and Rome*, 21, n .62, p. 49-56, 1952.

WIRSZUBSKI, C. Cicero's *CVM Dignitate Otivm*: A Reconsideration. *Journal of Roman Studies*, 44, p. 1-13, 1954.